



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1340

Segunda-feira - 07 de Outubro de 2013

Florianópolis/SC

## **Sumário**

### **Municípios**

Atalanta.....	4
Biguaçu.....	6
Bom Retiro.....	8
Braço do Trombudo.....	9
Caçador.....	12
Camboriú.....	41
Campo Alegre.....	55
Campos Novos.....	57
Canoinhas.....	71
Capinzal.....	76
Cocal do Sul.....	77
Concórdia.....	125
Cordilheira Alta.....	130
Coronel Freitas.....	131
Coronel Martins.....	131
Corupá.....	135
Curitibanos.....	136
Ermo.....	138
Forquilha.....	156
Fraiburgo.....	160
Garopaba.....	162
Garuva.....	165
Gaspar.....	166
Governador Celso Ramos.....	169
Grão Pará.....	176
Ibiam.....	179
Ilhota.....	179
Imbituba.....	180
Iomerê.....	183
Ipumirim.....	183
Itá.....	208
Itapoá.....	208
Joaçaba.....	209
Lages.....	211
Lebon Régis.....	212
Leoberto Leal.....	218
Lindóia do Sul.....	218
Luzerna.....	222
Mafrá.....	225
Maracajá.....	225
Marema.....	225
Massaranduba.....	228
Meleiro.....	234
Monte Carlo.....	234
Navegantes.....	237
Paial.....	241
Palhoça.....	255
Passo de Torres.....	263
Passos Maia.....	264

Peritiba.....	265
Pomerode.....	283
Porto Belo.....	283
Porto União.....	283
Rio do Sul.....	284
Santa Terezinha do Progresso.....	289
São Bento do Sul.....	289
São Domingos.....	290
São José.....	290
São Lourenço do Oeste.....	291
Serra Alta.....	294
Siderópolis.....	295
Sombrio.....	306
Timbé do Sul.....	311
Timbó.....	311
Três Barras.....	322
Turvo.....	322
Vargeão.....	323
Vidal Ramos.....	324
Videira.....	327
Vitor Meireles.....	327
Xavantina.....	328

### **Associações**

AMMVI.....	344
------------	-----

### **Consórcios**

CIM-AMAVI.....	345
CINCO.....	345
CIS/AMFRI.....	345

### **CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal**

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores  
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800  
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



## 06 DE OUTUBRO

### Parabéns, Coronel Freitas, por seus 52 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





## 06 DE OUTUBRO

### Parabéns, Quilombo, por seus 52 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.



# Atalanta

## PREFEITURA

### Lei Complementar Nº. 015/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº. 015/2013

"Dispõe sobre a Construção de Passeios Públicos ou Calçadas no Município de Atalanta e dá Outras Providências."

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal de Atalanta - SC

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

#### CAPÍTULO I

##### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Os passeios públicos ou calçadas são parte integrante da via pública, destinados, prioritariamente, à circulação de pessoas, sendo obrigatória sua construção em toda (s) a (s) testada (s) do (s) terreno (s), edificados ou não, garantindo ao pedestre o deslocamento com acessibilidade e segurança, de conformidade com as normas vigentes, ressalvado o disposto do parágrafo único do art. 5º desta Lei.

Parágrafo Único - Os passeios públicos poderão, em determinadas circunstâncias e devidamente sinalizados, compartilhar espaço com ciclovias.

Art. 2º - Os passeios públicos são formados por:

I - subsolo;

II - guia e sarjeta;

III - faixa de serviço;

IV - faixa de caminhabilidade;

V - faixa de interferência da edificação;

VI - esquinas.

§ 1º O subsolo dos passeios públicos pertence à municipalidade, podendo nele ser instaladas caixas de inspeção e visita e caixas de passagem de tubos, entre outras, niveladas ao piso, e sua utilização dependerá de autorização administrativa.

§ 2º A faixa de serviço, localizada em posição adjacente à guia, destina-se à instalação de posteamento, mobiliário urbano e ajardinamento e sua utilização dependerá de autorização administrativa.

§ 3º A faixa de caminhabilidade, destinada prioritariamente à circulação de pedestres, deverá estar sempre livre de qualquer tipo de obstáculo.

§ 4º A faixa de interferência destina-se ao acesso do lote, edificado ou não, podendo ser permitida, pelo órgão público competente, a colocação de mesas, cadeiras, armário do sistema de telefonia, vasos, canteiros e floreiras, quando estes não interferirem na faixa de caminhabilidade.

§ 5º As esquinas, preferencialmente, deverão estar livres de obstáculos, vedada a instalação de mobiliário.

§ 6º Quando os passeios públicos não tiverem largura suficiente para contemplar a instalação das faixas de caminhabilidade, de serviço e de interferência, a primeira terá prioridade sobre as demais, podendo ser permitido o posteamento público.

#### CAPÍTULO II

##### DAS RESPONSABILIDADES

Art. 3º - Proprietário ou possuidor de imóvel, a qualquer título, edificado ou não, quando for realizar a construção ou reforma de sua calçada na extensão correspondente à sua testada, deverá mantê-la em perfeito estado de conservação, observadas as especificações técnicas da presente lei.

Parágrafo Único - Considera-se em "mau estado de conservação", os passeios públicos que apresentem buracos, ondulações, desníveis ou a presença de obstáculos que impeçam o trânsito livre e seguro dos pedestres bem como aqueles cujos aspectos estéticos

estejam em desacordo com as normas técnicas e regulamentares.

Art. 4º - Quando o passeio público tiver a largura igual ou superior a 2,00m (dois metros), será obrigatória a execução da caixa de árvore, pelo menos uma por lote, com dimensão de, no mínimo, 0,90m x 0,80m (noventa centímetros por oitenta centímetros) com indutor de raiz de tubo de concreto pré-moldado e com diâmetro de, no mínimo, 0,80m (oitenta centímetros).

#### CAPÍTULO III

##### DOS PASSEIOS PÚBLICOS NOS PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

###### Seção I

Dos Projetos e da Execução dos Passeios Públicos

Art. 5º - Nenhuma edificação ou loteamento será aprovado sem o projeto da calçada.

Parágrafo Único - As ruas que forem identificadas sem a infraestrutura básica, enquanto a mesma não for executada pelo órgão municipal, não será obrigatório a construção de passeios públicos ou calçadas.

Art. 6º - Na execução, manutenção e recuperação dos passeios públicos serão observadas as regras estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como as disposições contidas em legislação federal, estadual e municipal.

Art. 7º - As especificações técnicas para execução dos passeios públicos, quanto à localização e classificação das vias, obedecerão aos Anexos I e II a que se refere o Sistema Viário, do Código de Diretrizes Urbanísticas.

Art. 8º - Na execução de obras de infraestrutura que exijam a quebra da calçada, esta deverá ser refeita pelo executor em toda a sua extensão, vedadas emendas perceptíveis no piso.

Parágrafo Único - No caso de refazimento do revestimento de concreto desempenado "in loco", este deverá ser feito por quadros.

Art. 9º - Obras temporárias de instalação ou manutenção dos equipamentos, mobiliário e ajardinamento que interfiram no passeio deverão ser sinalizadas e isoladas, assegurando-se uma largura mínima de passagem para o pedestre de 1,20m (um metro e vinte centímetros) ou o desvio protegido para o leito carroçável, por meio de plataforma provisória, com largura mínima de 1,00m (um metro) e inclinação máxima de 10% (dez por cento).

###### Seção II

Da Acessibilidade, Segurança e Revestimento dos Passeios Públicos

Art. 10º - Para garantir acessibilidade e segurança, os passeios públicos deverão preencher os seguintes requisitos:

I - revestimento antiderrapante, com utilização de bloco intertravado de concreto (paver), na cor cinza claro, com podotátil.

II - inclinação transversal de, no mínimo, 1% (um por cento) e, no máximo, 3% (três por cento), observadas as normas da ABNT;

III - continuidade e sem mudanças abruptas de nível ou inclinação;

IV - as águas pluviais deverão ser direcionadas por meio de condutores, nunca por cima da calçada;

V - utilização de guias em concreto moldado "in loco" ou pré-moldado com as dimensões de, no mínimo, 0,70m (setenta centímetros) de comprimento, 0,10m (dez centímetros) de largura e 0,30m (trinta centímetros) de altura;

VI - o rebaixo para veículos e pedestres deverá ser previsto junto à faixa de serviço, conforme normas da ABNT e legislação municipal vigente;

VII - o desnível entre a calçada e o terreno lindeiro deverá ser solucionado de forma a não interferir na faixa de caminhabilidade;

Art. 11º - O piso "podotátil" e o revestimento tipo "bloco intertravado de concreto" serão exigidos nas áreas de interesse turístico e nos locais onde houver maior fluxo de pedestres, a critério do órgão competente, e sua instalação deverá observar as normas técnicas.

###### Seção III

Do Ajardinamento e do Mobiliário Urbano

Art. 12º - O mobiliário urbano e o ajardinamento dependerão de

autorização do órgão competente e deverão:

I - ser instalados na faixa de serviço;

II - preservar a visibilidade entre motoristas e pedestres;

III - ser instalados em locais que não intervenham no rebaixamento das calçadas;

IV - garantir a autonomia e segurança de sua utilização;

V - ser posicionados de forma a não comprometer a circulação dos pedestres;

VI - ocupar somente a faixa de serviço, junto à guia, respeitando a faixa de caminhabilidade.

§ 1º Será permitido na faixa de interferência o plantio de vegetação de pequeno porte, em canteiros.

§ 2º O ajardinamento a ser implantado nos passeios públicos ou calçadas não deverá adotar plantas com espécies agressivas ou que avancem sobre a faixa de caminhabilidade e obstruam a passagem do pedestre.

Art. 13º - O plantio de árvores far-se-á em caixa com dimensão mínima de 0,90m x 0,80m (noventa centímetros por oitenta centímetros) e indutor de raiz de tubo de concreto pré-moldado com diâmetro mínimo de 0,80m (oitenta centímetros).

Art. 14º - As espécies de árvores a serem plantadas nos passeios públicos ou calçadas deverão seguir a recomendação da Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente e manter, em relação ao plantio.

Art. 15º - Fica vedado o ajardinamento e instalação de mobiliário urbano em passeios públicos ou calçadas com largura inferior a 1,20m (um metro e vinte centímetros).

#### CAPÍTULO IV

##### DAS PENALIDADES

Art. 16º - Constitui infração aos dispositivos desta Lei Complementar:

I - interferir, sem prévia licença do Órgão Municipal competente, nos passeios públicos ou calçadas;

II - edificar sobre os passeios públicos ou calçadas;

III - construir os passeios públicos ou calçadas em desacordo com as normas regulamentares;

IV - fazer o ajardinamento em desacordo com as normas regulamentares.

Art. 17º - O descumprimento do disposto nesta Lei, acarretará aos infratores sanção administrativa na forma de multa, no valor de 20 UFM's por metro quadrado, a ser aplicada em dobro no caso de reincidência.

§ 1º Em caso de inadimplemento do pagamento da multa fixada no caput do presente artigo, esta será cobrada juntamente na fatura de IPTU, no ano subsequente a infração.

§ 2º A receita auferida pelo Executivo em decorrência da aplicação de multas decorrentes desta Lei, será revertida ao serviço público municipal para realização de reforma e/ou construção das calçadas e passeios públicos

#### CAPÍTULO V

##### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18º - Diante de impossibilidades técnicas quanto às condições de localização do imóvel em relação à via pública, poderá o Município conceder "habite-se" sem a execução do passeio público, desde que viabilizada a segurança do pedestre, na forma e condições determinadas pelo Município.

Art. 19º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 3º da Lei nº 1095/2009, de 15 de abril de 2009.

Art. 20º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta, 03 de outubro de 2013.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

#### Lei Nº. 1338/2013

LEI Nº. 1338/2013

"Cria Comissão das Festividades do Cinquentenário de Atalanta, e dá Outras Providências."

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal de Atalanta - SC

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída a Comissão das Festividades do Cinquentenário de Atalanta, que incumbirá de organizar e dirigir os festejos comemorativos no ano de 2014.

Art. 2º - Os membros da comissão que será instituída, responderão solidariamente pelos ônus e demais responsabilidades.

Art. 3º - A referida Comissão deverá fazer sua prestação de contas perante o Prefeito Municipal de Atalanta.

Art. 4º - É da competência da Comissão de Festejos do Cinquentenário, o seguinte:

I - Elaborar e executar o programa dos festejos do cinquentenário de Atalanta;

II - Promover certames, conferências, congressos, eventos educacionais e culturais, torneios esportivos, etc.;

III - Fazer publicidade do cinquentenário, focalizando especialmente o progresso da cidade e as riquezas do município;

IV - Promover meios de fomentar a afluência de turistas para Atalanta.

Art. 5º - A comissão será composta de um presidente, um vice-presidente, um secretário, um segundo secretário, um tesoureiro, um segundo tesoureiro, e quatro membros, cujas funções serão específicas de cada um, regulamentada por decreto municipal.

Parágrafo Único - Os membros da comissão, serão nomeados pelo prefeito municipal, por meio de decreto.

Art. 6º - Os membros da Comissão não serão remunerados, considerando-se seus trabalhos como serviços relevantes prestados ao município.

Art. 7º - Para fazer face às despesas, fica o Prefeito autorizado a contrair despesas, de acordo com o orçamento vigente. E na necessidade de abrir suplementação orçamentária ou ainda créditos especiais, deverá ser autorizado por Lei específica, quando necessário.

Parágrafo Único - Fica o prefeito municipal autorizado a firmar convênios com o governo estadual e federal, para atender finalidades da presente lei.

Art. 8º - A Comissão se constituirá imediatamente após a promulgação da presente lei e seu respectivo decreto e extinguirá em 31 de dezembro de 2014.

Parágrafo Único - Os festejos terão início a partir de 01 de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM-SC, nos termos do artigo 3º da Lei nº. 1095/2009, de 15.04.2009.

Art. 10. - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta, 03 de outubro de 2013.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal



**Biguaçu****PREFEITURA****Decreto Nº 159/2013**

DECRETO Nº 159/2013 DE: 25 DE SETEMBRO DE 2013.  
ALTERA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS - PNAFM, NOMEADOS PELO DECRETO Nº 49/2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII, da lei Orgânica do Município de Biguaçu, CONSIDERANDO a exigência do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID para a existência de uma Unidade Executora Municipal para gerir o Programa;

**DECRETA:**

Art. 1º. A Unidade Executora Municipal será constituída de 01 (um) Coordenador Geral, 01(um) Coordenador Técnico, 01 (um) Coordenador Administrativo Financeiro, 01 (um) Assistente de Monitoramento e 03(três) Assessores Técnicos.

Art. 2º A Comissão a que alude o Artigo 1º deste Decreto terá a seguinte composição:

Coordenador Geral: Vanessa Reinehr  
Escriturária - Secretaria de Planejamento e Gestão

Coordenador Técnico: Eduardo Lopes Jonker  
Escriturário - Secretaria de Administração

Coordenador Administrativo Financeiro: Priscila Raimundo Pinheiro  
Contadora - Secretaria da Fazenda

Assistente de Monitoramento: Martha Huff Martins  
Jornalista - Secretaria de Governo

Assessor Técnico: Francini Martins  
Contadora - Secretaria da Fazenda

Assessor Técnico: Alexsandro Otávio Martins  
Escriturário - Controle Interno

Assessor Técnico: Rafael Quintino dos Santos  
Escriturário - Secretaria de Administração.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Fica revogado o Decreto nº 49/2012.

Biguaçu, 25 de setembro de 2013.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito de Biguaçu

Reg. publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS  
Escriturária

**Extrato Contrato Número 10.171/2013 - Processo: DI 98/2013 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE

**SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

EXTRATO CONTRATO NÚMERO 10.171/2013  
PROCESSO: DL 98/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE RECEITA TIPO B, AZUL. CUMPRE SALIENTAR QUE ESTA DISPENSA SE DÁ NA FORMA DA LEI Nº 8.666/93, ARTIGO 24, INCISOS VII E XVI.

Contratado: FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS

Valor: R\$ 88,00 (OITENTA E OITO REAIS).  
Prazo de vigência: até 31/12/2013

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

**Extrato Contrato Número 10.173/2013 - Processo: II 102/2013 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO CONTRATO NÚMERO 10.173/2013  
PROCESSO: IL 102/2013 - FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE PATOLOGIA CLÍNICA, ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOPATOLOGIA.

Contratado: LABORATÓRIO BIGUAÇU LTDA.

Valor: PREVISTO NA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS, ÓRTESES E PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (OPM) DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS.  
Prazo de vigência: 12 (DOZE) MESES A PARTIR DA ASSINATURA.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

**Extrato Contrato Número 10.174/2013 - Processo: II 103/2013 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO CONTRATO NÚMERO 10.174/2013  
PROCESSO: IL 103/2013 - FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE PATOLOGIA CLÍNICA, ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOPATOLOGIA.

Contratado: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E CITOPATOLÓGICAS BIOVIDA LTDA.

Valor: PREVISTO NA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS, ÓRTESES E PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (OPM) DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS.  
Prazo de vigência: 12 (DOZE) MESES A PARTIR DA ASSINATURA.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

**Extrato Contrato Número 10.187/2013 Processo: CV 76/2013 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO CONTRATO NÚMERO 10.187/2013  
PROCESSO: CV 76/2013 - FMS

OBJETO: REFORMA NA UNIDADE DE SAÚDE SANTA CATARINA.

Contratado: CAMPOS & CAMPOS ENGENHARIA LTDA. - ME

Valor: R\$ 81.291,53 (OITENTA E UM MIL DUZENTOS E NOVENTA E UM REAIS E CINQUENTA E TRÊS CENTAVOS).

Prazo de vigência: até 31/12/2013

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

**Termo de Inexigibilidade de Licitação Nº 102/2013-FMS Em Conformidade com a Chamada Pública Nº 72/2013 - FMS**

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 102/2013-FMS  
EM CONFORMIDADE COM A CHAMADA PÚBLICA Nº 72/2013 - FMS

CONSIDERANDO a responsabilidade que o Município possui pela organização e garantia de acesso aos serviços especializados de saúde para o seu Território e Referência, e a PPI - Programação Pactuada e Integrada;

CONSIDERANDO a crescente ampliação da oferta de Serviços Especializados em Saúde da Rede Municipal de Saúde, especialmente com a ampliação da Estratégia de Saúde da Família, incluindo a Unidade de Pronto Atendimento 24horas, que refletem diretamente na solicitação de exames de patologia clínica, anatomia patológica e citopatologia;

CONSIDERANDO o interesse em dispor de uma rede de serviços de saúde mais ampla;

CONSIDERANDO a Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos;

CONSIDERANDO a Portaria MS/GM nº. 1.034, de 05 de maio de 2010, que prevê a complementariedade na contratação de instituições privadas para a prestação de serviços de saúde, conforme seus artigos 3º e 6º;

CONSIDERANDO a demanda reprimida disposta na Comunicação Interna que deu origem a abertura do presente processo licitatório;

CONSIDERANDO que diante do procedimento de Chamada Pública para seleção de empresas com interesse em prestar serviços laboratoriais para a esfera pública não resulta em competição ou concorrência, entendeu-se por bem realizar os procedimentos relativos à Inexigibilidade de Licitação, conforme orientação do Tribunal de Contas da União (TC-018.177/2010-7);

1. OBJETO: Seleção para contratação de entidades privadas prestadoras de serviços de saúde para o Grupo 02 - Procedimentos com Finalidade Diagnóstica; Sub Grupo 02 - Diagnóstico em Laboratório Clínico e Grupo 02 - Procedimentos com Finalidade

Diagnóstica; Sub Grupo 03 - Diagnóstico por Anatomia Patológica e Citopatologia, discriminados na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM), disponível através do SIGTAP - Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos do Sistema Único de Saúde - SUS", que se encontra disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://sigtap.datasus.gov.br>, conforme Termo de Referência (Anexo I) do Edital de Chamada Pública nº 72/2013.

2. EMPRESA CONTRATADA: LABORATÓRIO BIGUAÇU LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 81.630.683/0001-62, com sede na Rua Coronel Teixeira de Oliveira, nº 277, Centro - Biguaçu/SC, CEP: 88160-000.

3. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período até 05 (cinco) anos.

4. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, da Lei 8.666/93, in verbis:

Art. 25 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

Portaria nº 1034/2010, artigo 2º, inciso I e II, e subsequentes.  
Cita-se:

Art. 2º Quando as disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, o gestor estadual ou municipal poderá complementar a oferta com serviços privados de assistência à saúde desde que:

I - Comprovada a necessidade complementação dos serviços públicos de saúde; e

II - Haja impossibilidade de ampliação dos serviços públicos de saúde

Biguaçu, 16 de setembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Por delegação - Leandro Adriano de Barros

**Termo de Inexigibilidade de Licitação Nº 103/2013-FMS Em Conformidade com a Chamada Pública Nº 72/2013 - FMS**

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 103/2013-FMS  
EM CONFORMIDADE COM A CHAMADA PÚBLICA Nº 72/2013 - FMS

CONSIDERANDO a responsabilidade que o Município possui pela organização e garantia de acesso aos serviços especializados de saúde para o seu Território e Referência, e a PPI - Programação Pactuada e Integrada;

CONSIDERANDO a crescente ampliação da oferta de Serviços Especializados em Saúde da Rede Municipal de Saúde, especialmente com a ampliação da Estratégia de Saúde da Família, incluindo a Unidade de Pronto Atendimento 24horas, que refletem diretamente na solicitação de exames de patologia clínica, anatomia patológica e citopatologia;

CONSIDERANDO o interesse em dispor de uma rede de serviços de saúde mais ampla;

CONSIDERANDO a Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos;

CONSIDERANDO a Portaria MS/GM nº. 1.034, de 05 de maio de 2010, que prevê a complementariedade na contratação de instituições privadas para a prestação de serviços de saúde, conforme

seus artigos 3º e 6º;

CONSIDERANDO a demanda reprimida disposta na Comunicação Interna que deu origem a abertura do presente processo licitatório;

CONSIDERANDO que diante do procedimento de Chamada Pública para seleção de empresas com interesse em prestar serviços laboratoriais para a esfera pública não resulta em competição ou concorrência, entendeu-se por bem realizar os procedimentos relativos à Inexigibilidade de Licitação, conforme orientação do Tribunal de Contas da União (TC-018.177/2010-7);

1. OBJETO: Seleção para contratação de entidades privadas prestadoras de serviços de saúde para o Grupo 02 - Procedimentos com Finalidade Diagnóstica; Sub Grupo 02 - Diagnóstico em Laboratório Clínico e Grupo 02 - Procedimentos com Finalidade Diagnóstica; Sub Grupo 03 - Diagnóstico por Anatomia Patológica e Citopatologia, discriminados na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM)", disponível através do SIGTAP - Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos do Sistema Único de Saúde - SUS", que se encontra disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://sigtap.datasus.gov.br>, conforme Termo de Referência (Anexo I) do Edital de Chamada Pública nº 72/2013.

2. EMPRESA CONTRATADA: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E CITOPATOLÓGICAS BIOVIDA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 09.440.915/0003-54, com sede na Avenida Pedro Ivo Campos, nº 321, Jardim São Miguel - Biguaçu/SC, CEP: 88160-000.

3. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período até 05 (cinco) anos.

4. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, da Lei 8.666/93, in verbis:

Art. 25 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

Portaria nº 1034/2010, artigo 2º, inciso I e II, e subsequentes. Cita-se:

Art. 2º Quando as disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, o gestor estadual ou municipal poderá complementar a oferta com serviços privados de assistência à saúde desde que:

I - Comprovada a necessidade complementação dos serviços públicos de saúde; e

II - Haja impossibilidade de ampliação dos serviços públicos de saúde

Biguaçu, 16 de setembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Por delegação - Leandro Adriano de Barros

## Bom Retiro

### PREFEITURA

#### 106.13 - Dc. Supl.Excesso Arrec.FMAS. Suas Alta Complex.Custeio

Decreto N.º 106/13 04 de outubro de 2013.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BOM RETIRO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 7º da Lei n.º 2147/12 de 14 de dezembro de 2012;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

11.01- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.028.2404 - MANUTENÇÃO DAS ATIV. DO FUNDO MUNIC. DE ASSIS. SOCIAL

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.52.00.03 (Suas - alta complex. Custeio) R\$ 2.800,00

Total Geral da Suplementação R\$ 2.800,00

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso o excesso de arrecadação, fonte de Recurso 01.52.00.03 - Receita 17.21.34.00.10 -SUAS Alta Complexidade-Custeio, no valor de R\$ 2.800,00.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 04 de outubro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Administração e Fazenda

#### 917.10.13 - P. Prorroga Lic. Trat. Saude Luciani P. Schilisting

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 917/13 de 03.10.13

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o atestado médico apresentado até o dia 23 de outubro de 2013, a funcionária Luciani dos Passos Schilisting, ocupante do cargo de Chefe de Serviços - Padrão 1 - Nível 30, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda - Intendência de Canoas.





Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 03 de outubro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS

Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**918.10.13 - P.Lic. Mot. P. Fam. Adriana Z. Capistrano**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 918/13 de 03.10.13

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento médico, no dia 30 de setembro de 2013, a funcionária Adriana Zapelini Capistrano, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, 20 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Pré Escolar São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 03 de outubro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS

Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**919.10.13 - P. Prorroga Lic. Trat. Saude Celi Alves Hinckel**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 919/13 de 03.10.13

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o atestado médico apresentado até o dia 23 de outubro de 2013, a funcionária Celi Alves Hinckel, Ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde - Nível 1, do Quadro de Pessoal Contratado do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde - Programa Agente Comunitário de Saúde - PACS - São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 03 de outubro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS

Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**920.10.13 - P. Lic. Trat. Saude Dulceara Faustino**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 920/13 de 04.10.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores

Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para tratamento odontológico no dia 03 de outubro de 2013, a funcionária Dulceara Faustino, Ocupante do cargo de Assessora de Departamento - Nível 31, do Quadro de Pessoal Comissionado do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 04 de outubro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS

Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

## Braço do Trombudo

### PREFEITURA

#### Lei 0759

LEI Nº 0759/2013

Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa BADESC CIDADES II e tomar empréstimo junto ao BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S/A e dá outras providências.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES II.

Art. 2º A adesão ao Programa BADESC CIDADES II propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento destinado para a Construção de um Ginásio de Esportes no centro do município de Braço do Trombudo.

Art. 3º Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC CIDADES II, até o montante de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais).

Parágrafo único. Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES II, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5% (cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta do Orçamento Vigente.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art.

3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 02 de outubro de 2013.  
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH  
Prefeito Municipal

### Portaria 198/2013

PORTARIA 198/2013

Concede Progressão Vertical

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 86, inciso V, da Lei Complementar nº 097/2011 de 08.07.2011, etc

#### RESOLVE:

Art. 1º - Concede Progressão Vertical, nos termos do artigo 86 da Lei Complementar nº 097/2011 de 08.07.2011, aos seguintes profissionais em educação, detentor de cargo efetivo.

Nº	Nome	Carga Horária	Admissão	Cargo e Re-fer. Anterior	Cargo e Refer. Atual
01	Geisa Luana Marmitt Teske	40 hs	02.08.2010	Professor 01-A	Professor 02-A

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retro-ativos a 02.08.2013.

Braço do Trombudo, em 01 de outubro de 2013.  
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH  
Prefeito Municipal

### Portaria 199/2013

PORTARIA Nº 199/2013

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde, ao servidor Nilton Lucht, ocupante do cargo de Pedreiro/Carpinteiro, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, no período de 21.08.2013 a 06.02.2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retro-ativos à 21.08.2013.

Braço do Trombudo, em 01 de outubro de 2013.  
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH  
Prefeito Municipal

### Portaria 200/2013

PORTARIA Nº 200/2013

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora Fátima Aparecida Costa Silva, ocupante do cargo de telefonista, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, no período de quinze dias a partir de 10.09.2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retro-ativos à 10.09.2013.

Braço do Trombudo, em 01 de outubro de 2013.  
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH  
Prefeito Municipal

### Portaria 201/2013

PORTARIA Nº 201/2013

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora Roseli Baade, ocupante do cargo de agente de serviços gerais, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, no período de quinze dias a partir de 21.09.2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retro-ativos à 21.09.2013.

Braço do Trombudo, em 01 de outubro de 2013.  
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH  
Prefeito Municipal

### Portaria 202/2013

PORTARIA 202/2013

NOMEIA SERVIDOR, POR CONCURSO

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado no artigo 8º da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99 e no artigo 4º, art. 13, art. 14, parágrafo 1º inciso I e II e parágrafo 2º da Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.99 etc

#### RESOLVE:

Art.1º Nomear Sandro Aguiar, para exercer o cargo de Auxiliar de Serv. Gerais - Trab.Braçal, por ter sido aprovado em concurso público, com jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais a partir de 01.10.2013.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 01 de outubro de 2013.  
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH  
Prefeito Municipal

### Portaria 203/2013

PORTARIA 203/2013

NOMEIA SERVIDOR, POR CONCURSO

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do

Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado no artigo 8º da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99 e no artigo 4º, art. 13, art. 14, parágrafo 1º inciso I e II e parágrafo 2º da Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.99 etc

**RESOLVE:**

Art.1º Nomear Osmar Hasse, para exercer o cargo de Auxiliar de Serv. Gerais - Trab.Braçal, por ter sido aprovado em concurso público, com jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais a partir de 01.10.2013.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 01 de outubro de 2013.  
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH  
Prefeito Municipal

**Portaria 204/2013**

PORTARIA 204 /2013

NOMEIA SERVIDOR, POR CONCURSO

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado no artigo 8º da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99 e no artigo 4º, art. 13, art. 14, parágrafo 1º inciso I e II e parágrafo 2º da Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.99 etc

**RESOLVE:**

Art.1º Nomear Alex Hillesheim, para exercer o cargo de Operador de Máquina por ter sido aprovado em concurso público, com jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais a partir de 01.10.2013.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 01 de outubro de 2013.  
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH  
Prefeito Municipal

**Portaria 205/2013**

PORTARIA 205/2013

NOMEIA SERVIDOR, POR CONCURSO

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado no artigo 8º da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99 e no artigo 4º, art. 13, art. 14, parágrafo 1º inciso I e II e parágrafo 2º da Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.99 etc

**RESOLVE:**

Art.1º Nomear Claudio Raduntz, para exercer o cargo de Operador de Máquina por ter sido aprovado em concurso público, com jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais a partir de 01.10.2013.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 01 de outubro de 2013.  
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH  
Prefeito Municipal

**Portaria 206/2013**

PORTARIA 206/2013

NOMEIA SERVIDOR, POR CONCURSO

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado no artigo 8º da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99 e no artigo 4º, art. 13, art. 14, parágrafo 1º inciso I e II e parágrafo 2º da Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.99 etc

**RESOLVE:**

Art.1º Nomear Cristiane Danker, para exercer o cargo de Auxiliar de Serv. Gerais Mer./Servente por ter sido aprovado em concurso público, com jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais a partir de 01.10.2013.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 01 de outubro de 2013.  
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH  
Prefeito Municipal

**Portaria 207/2013**

PORTARIA Nº 207/2013

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, artigo 30, inciso I, etc

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar a pedido, o servidor Anderson Zeschau, ocupante do cargo de Médico Clínico Geral, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, que foi nomeado pela Portaria nº 123/2013, a partir de 01.10.2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 01 de outubro de 2013.  
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH  
Prefeito Municipal

**Portaria 208/2013**

PORTARIA Nº 208/2013

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde, ao servidor Nelson Evidio da Silva, ocupante do cargo de operador de trator agrícola, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, no período de quinze dias a partir de 25.09.2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retro-ativos à 25.09.2013.

Braço do Trombudo, em 01 de outubro de 2013.  
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH  
Prefeito Municipal

# Caçador

## PREFEITURA

### **Lei Nº 3.047 - Declara de Utilidade Pública a Associação Caçadoreense de Imprensa Joair dos Santos Lima (Acijo).**

LEI Nº 3.047, de 19 de setembro de 2013.

Declara de Utilidade Pública a Associação Caçadoreense de Imprensa Joair dos Santos Lima (ACIJO).

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Caçadoreense de Imprensa Joair dos Santos Lima (ACIJO), entidade sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.419.217/0001-04, com sede na Rua Victor Baptista Adami, nº 800, Centro, nesta cidade de Caçador.

Art. 2º Ficam asseguradas a Associação, todas as vantagens, benefícios e prerrogativas previstas na legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 setembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

### **Lei Nº 3.048- Dá Nova Redação a Lei Nº 1.995, de 10 de Dezembro de 2003, Que Institui o Programa Prefeito-Mirim**

LEI Nº 3.048, de 19 de setembro de 2013.

Dá nova redação a Lei nº 1.995, de 10 de dezembro de 2003, que institui o Programa Prefeito-Mirim, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Município de Caçador, o Programa PREFEITO MIRIM, com o objetivo dar voz às crianças e adolescentes para que estes entendam e apontem soluções para os problemas do seu município, num processo de identificação e formação de novas lideranças juvenis, envolvendo toda a comunidade escolar na execução de ações que melhorem as condições de vida das crianças e adolescentes.

Art. 2º O programa será implantado mediante a adesão das escolas das redes estadual, comunitária e particular, e abrangerá o primeiro ano do Ensino Médio.

§ 1º Participarão do Programa também os alunos representante da Educação Especial que estejam cursando as séries do Ensino Médio e supletivo respectivo, ou ainda programas da APAS, APAE e Sala de Recurso.

§ 2º Das vagas destinadas aos candidatos de cada escola preencherá no mínimo 30% (trinta por cento) e o máximo 70% (setenta

por cento) para candidaturas de cada sexo.

§ 3º Da eleição da Educação Especial, terão direito a voto todos os alunos deste segmento, matriculados no ensino regular e supletivo na Associação de Pais e Amigos dos Surdos - APAS e na Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Caçador.

Art. 3º A campanha envolverá apresentação da plataforma de trabalho do candidato e cartazes.

Parágrafo único. Os candidatos inscrever-se-ão nas escolas e farão sua campanha junto aos eleitores estudantes, a partir do 6º ano ou da 5ª série da respectiva escola, para a consequente eleição que será realizada no mês de outubro.

Art. 4º A eleição consiste em escolher o aluno que melhor expresse, com suas ideias, as aspirações das crianças e dos adolescentes.

Parágrafo único. O segundo colocado será eleito o Vice-Prefeito Mirim.

Art. 5º A coordenação geral do processo de mobilização, acompanhamento da realização e divulgação da eleição nas escolas, bem como a eleição final no município, ficará a cargo da Coordenação do Programa Mirim da Câmara Municipal de Caçador.

Art. 6º Cada escola pública participante deverá organizar uma campanha cívica e eleitoral interna, ao fim da qual os próprios alunos escolhem o seu candidato a Prefeito Mirim.

Art. 7º Cada escola elegerá apenas um candidato a Prefeito Mirim.

Parágrafo único. A campanha eleitoral pode ser usada como atividade extracurricular multidisciplinar.

Art. 8º Cada escola deverá formar uma Comissão Eleitoral, cuja função é acompanhar os trabalhos, evitando excessos, atritos e zelar pelo nível das ideias apresentadas na campanha.

Parágrafo único. A Comissão Eleitoral deverá ser formada por alunos, supervisionados por um ou dois professores, ficando a critério da escola.

Art. 9º A eleição acontecerá em um único dia e em horário definido pela unidade escolar.

Art. 10. A proclamação do resultado final da escola deverá ser feita imediatamente após a apuração, vencendo o candidato que obtiver maioria simples sobre os demais.

Art. 11. Os candidatos eleitos por suas respectivas escolas terão seus nomes levados à Câmara Municipal de Caçador, para inserção na urna eletrônica, exceto nos casos em que as urnas eletrônicas não estiverem disponíveis, quando o processo será de forma manual.

Art. 12. O ato de diplomação e posse deverá ocorrer simultaneamente com a dos Vereadores Mirins, quando o eleito prestará o compromisso de manter, defender e cumprir a Lei Orgânica, observar as leis da União, do Estado e do Município, promover o bem geral dos munícipes e exercer o cargo sob a inspiração da democracia, da legitimidade e da legalidade.

Parágrafo único. No caso de renúncia ou transferência para outro município durante o mandato do candidato vencedor a Prefeito Mirim, assumirá o Vice-Prefeito Mirim.

Art. 13. O mandato do Prefeito Mirim será de dois anos, mesmo



que haja mudança de escola.

Art. 14. Eleito, durante seu mandato, o Prefeito Mirim do Município terá como atribuições:

I - participar do Curso de Capacitação junto à Câmara Municipal de Caçador;

II - participar de reuniões da Câmara de Vereadores e do Executivo Municipal;

III - visitar as escolas do Município com o objetivo de discutir os interesses dos alunos;

IV - articular-se com os Conselhos Tutelares e de Direitos da Criança e do Adolescente;

V - manter articulação com o Prefeito Municipal para conversar sobre as reivindicações do seu eleitorado, legitimando sua administração;

VI - conhecer escolas, postos de saúde e outras instituições municipais, para que amplie sua formação política e social e possa se constituir numa liderança jovem;

VII - participar de outras atividades que possam colaborar para a sua formação como liderança juvenil e para o sucesso do seu mandato;

VIII - apresentar, anualmente, a Câmara Mirim, relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas.

Art. 15. O mandato do Prefeito Mirim deve ser exercido em prol das crianças e dos adolescentes e todas as oportunidades devem ser aproveitadas para que ele apresente suas ideias e reivindicações às autoridades constituídas do município, sempre se apresentando como um legítimo porta-voz de seus eleitores.

Art. 16. O papel do Município é ser um estimulador e facilitador desse processo, articulando inclusive, as reuniões e visitas mantendo o cuidado de não prejudicar a formação escolar do aluno.

Art. 17. O Prefeito Mirim dará expediente em dias e horários previamente estabelecidos, junto à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 18. O Prefeito Mirim com deficiência auditiva - surdo será acompanhado de um intérprete em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, com deficiência visual - cego, terá direito a um acompanhante e para a pessoa com deficiência mental ou intelectual, direito a um mediador, para o desempenho de suas atribuições.

Art. 19. Os casos não previstos nesta Lei serão resolvidos pela Mesa Diretora da Câmara Municipal, que expedirá todos os atos e regulamentos necessários à implantação do Programa.

Art. 20. As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta de Dotações Orçamentárias do Orçamento vigente.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 22. Ficam revogadas as Leis nºs 1.995, de 10 de dezembro de 2003 e 2.173, de 17 de março de 2005.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 setembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

## **Decreto Nº 5.716 - Suplementa e Anula Dotações Orçamentárias No Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador**

DECRETO Nº 5.716, de 19 de setembro de 2013.

Suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor do Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei nº 2.959, de 17/12/2012, DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias baixo descritas, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor do Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$ 348.677,50 (trezentos e quarenta e oito mil, seiscentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos):

### **08.80 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - Bloco Atenção Básica

3.1.90.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 348.677,50

TOTAL R\$ 348.677,50

Art. 2º Para atender as suplementações disposta no artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação das dotações orçamentárias abaixo especificadas, no valor de R\$ 348,677,50 (trezentos e quarenta e oito mil, seiscentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos):

### **08.80 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - Bloco Atenção Básica

3.3.90.00.0023- Aplicações Diretas R\$ 198.677,50

### **08.80 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - Bloco Atenção Básica

3.3.90.00.0097- Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

TOTAL R\$ 348.677,50

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de setembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO,  
Prefeito Municipal.

## **Decreto Nº 5.714 - Revoga Processo Licitatório Nº 60/2013**

DECRETO Nº 5.714, de 19 de setembro de 2013.

Revoga Processo Licitatório nº 60/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador e tendo em vista o disposto no art. 49 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 e alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo Licitatório nº 60/2013, na modalidade de Pregão Presencial nº 46/2013, cujo objeto era contratação de empresa especializada para elaboração de exames admissionais, pois o mesmo restou prejudicado em razão de que teve a participação de apenas duas proponentes interessadas, sendo que

uma esta impedida de participar da licitação e a outra foi inabilitada, resultando fracassada a licitação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de setembro de 2012.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

### **Decreto Nº 5.719 - Aprova Desmembramento de Terreno Urbano**

DECRETO nº 5.719, de 20 de setembro 2013.

Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 4.800,00 m<sup>2</sup> (quatro mil e oitocentos metros quadrados), objeto do Registro nº 4.924, do Registro de Imóveis desta Comarca, localizado na Rua Antonio Ranzani, Bairro Gioppo, nesta cidade, de propriedade de Indústria Caçadoreense do Mate Ltda, ficando após o desmembramento constituído de oito lotes, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I - Lote "01" com 312,19 m<sup>2</sup> (trezentos e doze metros e dezenove decímetros quadrados), inicia-se no marco denominado "p1=PP, dividindo-se com os imóveis objetos das matrículas nº 6.517 e nº 6.518 com distância de 20,20 metros e com azimute 33°46'18" até o ponto "p13"; Daí segue confrontando com o Lote 05 com a distância de 15,60 metros e com o azimute 116°05'56" até o ponto "p14"; Daí segue confrontando com o Lote 02 com distância de 20,20 metros e com azimute 33°50'36" até o ponto "p2"; Daí segue confrontando com a Rua Antonio Ranzani com a distância de 15,60 metros e com o azimute 296°04'32" até o ponto "p1=PP"; Início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 312,19m<sup>2</sup>.

II - Lote "02" com 761,30 m<sup>2</sup> (setecentos e sessenta e um metros e trinta decímetros quadrados), inicia-se no marco denominado "p2=PP, dividindo-se com o Lote 01 com a distância de 20,20 metros e com o azimute 33°50'36" até o ponto "p14"; Daí segue confrontando com o Lote 05 e Lote 03 com a distância de 38,00 metros e com azimute 116°05'56" até o ponto "p4"; Daí segue confrontando com a Rodovia SC-135 com a distância de 20,20 metros e com azimute 214°17'19" até o ponto "p3"; Daí segue confrontando com a Rua Antonio Ranzani com a distância de 38,00 metros e com azimute 296°04'32" até o ponto "p2=PP; Início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 761,30m<sup>2</sup>.

III - Lote "03" com 396,50 m<sup>2</sup> (trezentos e noventa e seis metros e cinquenta decímetros quadrados), inicia-se no marco denominado "p15=PP, dividindo-se com o Lote 05 com a distância de 12,50 metros e com azimute 34°17'19" até o ponto "p16"; Daí segue confrontando com o Lote 04 com a distância de 32,00 metros e com azimute 116°09'25" até o ponto "p5"; Daí segue confrontando com a Rodovia SC-135 com a distância de 12,50 metros e com azimute 214°17'19" até o ponto "p4"; Daí segue confrontando com o Lote 02 com a distância de 32,00 metros e com azimute

296°05'56" até o ponto "p15=PP"; Início da descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 396,50 m<sup>2</sup>.

IV - Lote "04" com 396,50 m<sup>2</sup> (trezentos e noventa e seis metros e cinquenta decímetros quadrados), inicia-se no marco denominado "p16=PP, dividindo-se com o Lote 05 com a distância de 12,50 metros e com azimute 34°17'19" até o ponto "p17"; Daí segue confrontando com o Lote 05 com a distância de 32,00 metros e com azimute 116°09'25" até o ponto "p6"; Daí segue confrontando com a Rodovia SC-135 com a distância de 12,50 metros e com azimute 214°17'19" até o ponto "p5"; Daí segue confrontando com o Lote 03 com a distância de 32,00 metros e com azimute 296°05'56" até o ponto "p16=PP"; Início da descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 396,50 m<sup>2</sup>.

V - Lote "05" com 813,63 m<sup>2</sup> (oitocentos e treze metros e sessenta e três decímetros quadrados) inicia-se no marco denominado "p13=PP, dividindo-se com os imóveis objeto das matrículas nº 6.517, nº 6.518 e nº 27.851 com distância de 30,00 metros e com o azimute 33°46'18" até o ponto "p12" Daí segue confrontando com o Lote 08 e Lote 06 com a distância de 53,60 metros e com azimute 116°10'06" até o ponto "p7"; Daí segue confrontando com a Rodovia SC-135 com a distância de 5,00 metros e com o azimute 214°17'19" até o ponto "p6"; Daí segue confrontando com o Lote 04 com a distância de 32,00 metros e com o azimute 296°09'25" até o ponto "p17"; Daí segue confrontando com o Lote 04 e Lote 03 com a distância de 25,00 metros e com o azimute 214°17'19" até o ponto "p15"; Daí segue confrontando com o Lote 02 e Lote 01 com a distância de 21,60 metros e com o azimute 296°05'56" até o ponto "p13=PP"; Início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 813,63 m<sup>2</sup>.

VI - Lote "06" com 392,82 m<sup>2</sup> (trezentos e noventa e dois metros e oitenta e dois decímetros quadrados) inicia-se no marco denominado "p18=PP, dividindo-se com o Lote 08 com a distância de 12,40 metros e com azimute 34°17'19" até o ponto "p19"; Daí segue confrontando com o Lote 07 com a distância de 32,00 metros e com azimute 116°10'06" até o ponto "p8"; Daí segue confrontando com a Rodovia SC-135 com a distância de 12,40 metros e com o azimute 214°17'19" até o ponto "p7"; Daí segue confrontando com o Lote 05 com a distância de 32,00 metros e com azimute 296°10'06" até o ponto "p18=PP"; Início da descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 392,82 m<sup>2</sup>.

VII - Lote "07" com 392,82 m<sup>2</sup> (trezentos e noventa e dois metros e oitenta e dois decímetros quadrados) inicia-se no marco denominado "p19=PP, dividindo-se com o Lote 08 com a distância de 12,40 metros e com azimute 34°17'19" até o ponto "p20"; Daí segue confrontando com o Lote 08 com a distância de 32,00 metros e com azimute 116°10'06" até o ponto "p9"; Daí segue confrontando com a Rodovia SC-135 com a distância de 12,40 metros e com o azimute 214°17'19" até o ponto "p8"; Daí segue confrontando com o Lote 06 com a distância de 32,00 metros e com azimute 296°10'06" até o ponto "p19=PP"; Início da descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 392,82 m<sup>2</sup>.

VIII - Lote "08" com 822,24 m<sup>2</sup> (oitocentos e vinte e dois metros e vinte e quatro decímetros quadrados) inicia-se no marco denominado "p12=PP, dividindo-se com o imóvel objeto da matrícula nº 27.851 com a distância de 29,80 metros e com azimute 33°46'18" até o ponto "p11"; Daí segue confrontando com os imóveis objeto das matrículas nº 6.516 e nº 11.848 com a distância de 53,60 metros e com azimute 116°05'04" até o ponto "p10"; Daí segue confrontando com a Rodovia SC-135 com a distância de 5,00 metros

e com azimute 214°17'19" até o ponto "p9"; Daí segue confrontando com o Lote 07 e com a distância de 32,00 metros e com o azimute 296°10'06" até o ponto "p20"; Daí segue confrontando com o Lote 07 e Lote 06 com a distância de 24,80 metros e com o azimute 214°17'19" até o ponto "p18"; Daí segue confrontando com o Lote 05 com a distância de 21,60 metros e com o azimute 296°10'06" até o ponto "p12=PP"; Início da descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 822,24 m2.

IX - Área absorvida pela Rodovia SC-135 com 512,00 (quinhentos e doze metros quadrados) inicia-se no marco denominado "p3=PP, dividindo-se com o Lote 02, Lote 03, Lote 04, Lote 05, Lote 06, Lote 07 e Lote 08 com a distância de 80,00 metros até o ponto "p10"; Daí segue confrontando com a Rodovia SC-135 com a distância de 6,40 metros até o ponto "p21"; Daí segue confrontando com a Rodovia SC-135 com a distância de 80,00 metros até o ponto "p22"; Daí segue confrontando com a Rodovia SC-135 com a distância de 6,40 metros até o ponto "p22=PP"; Início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 512,00 m2.

Parágrafo 1º Não poderá ser edificada a área com dimensões de 5,00 metros por 32,00 metros, dos lotes 05 e 08, devendo servir de acesso aos mesmos.

Parágrafo 2º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 2º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de setembro de 2013.

Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

**Decreto Nº 5.721 - Suplementa Dotação Orçamentária por Conta do Excesso de Arrecadação**  
DECRETO Nº 5.721, de 21 de setembro de 2013.

Suplementa dotação orçamentária por conta do Excesso de Arrecadação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, por conta do Excesso de Arrecadação, na importância de R\$ 911.706,36 (novecentos e onze mil, setecentos e seis reais e trinta e seis centavos):

08-80 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - Bloco Atenção Básica  
3.1.90.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 851.706,36

08-80 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

- Bloco Atenção Básica  
3.1.90.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00  
TOTAL R\$ 911.706,36

Art. 2º Para atender o disposto no artigo anterior, serão utilizados recursos financeiros provenientes do Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 911,706,36 (novecentos e onze mil, setecentos e seis reais e trinta e seis centavos).

02 - Próprios R\$ 911.706,36  
TOTAL R\$ 911.706,36

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de setembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

**Decreto Nº 5.723 - Nomeia Grupo Gestor da Prefeitura Municipal de Caçador**

DECRETO Nº 5.723, de 24 de setembro de 2013.

Nomeia Grupo Gestor da Prefeitura Municipal de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Agentes Públicos Municipais, abaixo relacionados, para comporem o Grupo Gestor da Prefeitura Municipal de Caçador, a contar desta data:

I - GILBERTO NICOLAO HAUDSCH - Secretário da Fazenda;

II - MARIO LUIZ CACHINSKI - Secretário do Gabinete do Prefeito;

III - JOÃO PAULO DEBARBA - Procurador Geral do Município;

IV - ROSELAINE DE ALMEIDA PÉRICO - Secretária da Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto nº 5.435, de 02 de janeiro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 24 de setembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

**Decreto Nº 5.724 - Declara de Utilidade Pública Para Fins de Desapropriação Área de Terreno Rural**

DECRETO nº 5.724, de 25 de setembro de 2013.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação área de terreno rural.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e combinado com os arts. 2º e 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/6/1941,



**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação, uma área de terreno rural, com superfície de 4.357,00m<sup>2</sup> (quatro mil, trezentos e cinquenta e sete metros quadrados), pertencente a uma área maior de 169.340,90m<sup>2</sup> (cento e sessenta e nove mil, trezentos e quarenta metros e noventa decímetros quadrados, localizado na Fazenda Rio do Peixe, neste município, de propriedade de Hengelbert José Reinbold e Ruth de Cássia Reinbold, objeto da Matrícula nº 29.390, do Registro de Imóveis desta Comarca, com as seguintes medidas e confrontações: ao NOROESTE em um plano com o imóvel constante na matrícula do Registro de Imóveis nº30.441, ficha 01, de propriedade do Município de Caçador, medindo 138,28m; ao SUDESTE, em um plano, com o imóvel constante na matrícula nº 28.130, medindo 75m e a Oeste, em um plano de 116,18m, com a área de 69.975,94m<sup>2</sup> em um processo judicial de Usucapião.

Parágrafo único: A área que se refere o artigo anterior será desapropriada para fins de implantação do acesso ao Loteamento Habitacional Nossa Senhora Salete.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 25 de setembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**Decreto Nº 5.726 - Aprova Desmembramento de Terreno Urbano.**

DECRETO nº 5.726, de 25 de setembro 2013.

Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 5.226,89 m<sup>2</sup> (cinco mil, duzentos e vinte e seis metros e oitenta e nove decímetros quadrados), objeto do Registro nº 29.265, do Registro de Imóveis desta Comarca, localizado na Av. Fahdo Thomé e Rua Irmão Tomáz, nesta cidade, de propriedade de Marli Aparecida Bodanese e Maria do Carmo Bodanese da Rosa, ficando após o desmembramento constituído de 2 lotes, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I - Área "A" com 2.221,43 m<sup>2</sup> (dois mil, duzentos e vinte e um metros e quarenta e três decímetros quadrados), inicia-se no marco denominado "p1=PP", dividindo-se com a Avenida Fahdo Thomé com a distância de 30,30 metros e com o azimuth 73°41'02" até o ponto "p2"; Daí segue confrontando com o imóvel da área "B" com a distância de 72,42 metros e com o azimuth 162°38'57" até o ponto "p9"; Daí segue confrontando com a Rua Irmão Tomáz com a distância de 29,86 metros e com o azimuth 247°09'53" até o ponto "P10"; Daí Segue confrontando com o imóvel objeto da transcrição nº 14.470 com a distância de 75,82 metros e com o azimuth 342°13'00" até o ponto "p1=PP"; Início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 2.221,43m<sup>2</sup>.

II - Área "B" com 2.221,43m<sup>2</sup> (dois mil, duzentos e vinte e um metros e quarenta e três decímetros quadrados), inicia-se no marco

denominado "p2=PP", dividindo-se com a Avenida Fahdo Thomé com a distância de 24,00 metros e com o azimuth 73°41'02" até o ponto "p3"; Daí segue confrontando com o imóvel objeto da área doada a Prefeitura Municipal de Caçador com a distância de 40,48 metros e com o azimuth 160°09'58" até o ponto "p11"; Daí segue confrontando com o imóvel objeto da área doada a Prefeitura Municipal de Caçador com a distância de 14,85 metros e com o azimuth 70°09'58" até o ponto "p7"; Daí segue confrontando com o imóvel objeto da matrícula nº 0.356 com a distância de 28,27 metros e com o azimuth 162°24'59" até o ponto "p8"; Daí segue confrontando com a Rua Irmão Tomáz com a distância de 40,89 metros e com o azimuth 247°09'53" até o ponto "p9"; Daí segue confrontando com o imóvel objeto da Área "A" com a distância de 72,42 metros e com o azimuth 342°38'57" até o ponto "p2=PP"; Início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 2.221,43m<sup>2</sup>.

Art. 2º Fica doada para a Prefeitura Municipal de Caçador, em atendimento ao art. 47 da Lei Complementar nº 128, de 12 de maio de 2008, uma área com 784,03m<sup>2</sup> (setecentos e oitenta e quatro metros e três decímetros quadrados); objeto da matrícula 29.265, do Registro de Imóveis desta Comarca de Caçador, com início no marco denominado "p3=PP", dividindo-se com a Avenida Fahdo Thomé com a distância de 19,34 metros e com azimuth 73°41'02" até o ponto "p4"; Daí segue confrontando com o imóvel objeto da matrícula nº1.711 com a distância de 38,46 metros e com azimuth 158°37'03" até o ponto "p5"; Daí segue confrontando com o imóvel da matrícula nº 0.356 com a distância de 5,50 metros e com o azimuth 259°21'48" até o ponto "p6"; Daí segue confrontando com o imóvel objeto da matrícula nº 0.356 com a distância de 1,73 metros e com o azimuth 162°24'59" até o ponto "p7"; Daí segue confrontando com o imóvel objeto da área "B" com a distância de 14,85 metros e com o azimuth 250°09'58" até o ponto "p11"; Daí segue confrontando com o imóvel objeto da área "B" com a distância de 40,48 metros e com o azimuth 340°09'58" até o ponto "p3=PP"; Início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 784,03m<sup>2</sup>.

Art. 3º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 4º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 25 de setembro 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**Decreto Nº 5.727 - Nomeia Comissão Especial de Julgamento.**

DECRETO nº 5.727, de 25 de setembro de 2013.

Nomeia Comissão Especial de Julgamento.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeados os Servidores Públicos Municipais Dilson



Edgar Thomé, Carolina Freut de Lima e Emerson Schmidt, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de análise e julgamento para Processo Licitatório na modalidade de Concorrência nº 01/2013, da Fundação Municipal de Saúde, cujo objeto é a contratação de empresa habilitada para construção da Unidade de Pronto Atendimento -UPA.

Parágrafo único. A Comissão reunir-se-á a partir das 14:00 h do dia 21/10/2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 25 de setembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### **Decreto Nº 5.732 - Delega Poderes Para Autenticação de Documentos**

DECRETO nº 5.732, de 26 de setembro de 2013.

Delega poderes para autenticação de documentos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam delegados poderes para autenticarem documentos de interesse da Prefeitura Municipal de Caçador, aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados:

JOSIANE GOULARTE PINHEIRO  
LUANA LOURENÇO LONGHI

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de setembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### **Decreto Nº 5.733 - Suplementa e Anula Dotações Orçamentárias No Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador**

DECRETO Nº 5.733, de 26 de setembro de 2013.

Suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementa a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, na importância de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais):

02.03. SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
15.452.0020.1.051 - Construção e Reformas de Pontes, Pontilhões e Bueiros  
4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente, no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais):

02.07. SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DO ABASTECIMENTO

20.606.0026.2.091 - Manutenção da Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de setembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH  
SECRETÁRIO DA FAZENDA.

### **Decreto Nº 5.735 - Abre Crédito Especial No Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador**

DECRETO Nº 5.735, de 26 de setembro de 2013.

Abre crédito especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei nº 3.045/13,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, na importância de R\$ 410.403,19 (quatrocentos e dez mil, quatrocentos e três reais e dezenove centavos):

02.09 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

22.662.0027.1.064 - Criação do Centro Empresarial

4.5.90.00.0089 - Aplicações Diretas R\$ 410.403,19

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, serão utilizados recursos financeiros provenientes da alienação de terrenos de propriedade do Município de Caçador, representados pelas matrículas nºs 25.296 (área remanescente 17.017,49 m²), 25.297 (área remanescente 19.263,00m²) e 25.298 (área total 196.894,96m²), autorizada pela Lei Complementar nº 256, de 17 de dezembro de 2012.

Parágrafo único. A alienação de que trata o caput decorreu do Ajuste de Conduta nº 256/12, celebrado entre o Município de Caçador, Ministério Público do Estado de Santa Catarina e a empresa Guararapes Painéis Ltda.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de setembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH  
SECRETÁRIO DA FAZENDA.

**Decreto Nº 5.736 - Suplementa e Anula Dotações Orçamentárias No Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador**

DECRETO Nº 5.736, de 26 de setembro de 2013.

Suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei nº 3.046/13:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, na importância de R\$ 124.624,27 (cento e vinte e quatro mil, seiscentos e vinte e quatro reais e vinte e sete centavos):

**02.03. SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**

15.452.0020.2.071 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

3.3.90.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 124.624,27

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no art. 1º, ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias do Orçamento vigente, no valor de R\$ 124.624,27 (cento e vinte e quatro mil, seiscentos e vinte e quatro reais e vinte e sete centavos):

**14.01. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

18.541.0024.2.171 - Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente

3.3.90.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

4.4.90.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

17.512.0013.2.041 - Manutenção, Ampliação e Melhoria do Sistema de Abastecimento Água

3.3.90.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

18.541.0016.2.009 - Manutenção de Praças, Jardins e Trevos

4.4.90.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 24.624,27

Total R\$ 124.624,27

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de setembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.GILBERTO NICOLAO HAUDSCH  
SECRETÁRIO DA FAZENDA**Decreto Nº 5.739 - Nomeia Comissão Para Desenvolvimento de Ações Para Implementação de Procedimentos Contábeis Padronizados**

DECRETO Nº 5.739, de 30 de setembro de 2013.

Nomeia Comissão para Desenvolvimento de Ações para Implementação de Procedimentos Contábeis Padronizados e Consolidados com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão para desenvolvimento de ações para implementação de procedimentos contábeis padronizados e consolidados com o plano de contas aplicado ao setor público, de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 5.181, de 29 de março de 2012, com base no Manual

de contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina:

I - Joceli Cristiane Martins - Prefeitura Municipal de Caçador;

II - Franciele Antunes de Macedo - Prefeitura Municipal de Caçador;

III - Antonio Carlos Bitencourt - Prefeitura Municipal de Caçador;

IV - Leandro Chiarello de Souza - Prefeitura Municipal de Caçador ;

V - Adriano Penha de Almeida - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais - IPASC;

VI - Daniela Marques de Oliveira - Câmara Municipal de Caçador.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de setembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.**Aviso de Licitação - PR 70 - 2013 - Prefeitura**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2013

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: SERVIÇOS DE ACESSO A INTERNET VIA FIBRA ÓPTICA  
FREQUENCIA 5.8 COM LINK DE 5 E 10 MBPS DESTINADOS A POLÍCIA MILITAR

ENTREGA DOS ENVELOPES: 16h00min do dia 24/10/2013.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 16h10min do dia 24/10/2013.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 02 de Outubro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO,  
Prefeito Municipal**PEGASO**  
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**Compras Mês Setembro - Cultura-Esporte-Habitação-FUNDEMA-Ippuc-Prefeitura-Social**  
**COMPRAS MÊS SETEMBRO - CULTURA-ESPORTE-HABITAÇÃO-FUNDEMA-IPPUC-PREFEITURA-SOCIAL**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CACADOR**

Página: 1/1

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - EPI ASA DE ANJO COM MARABU		115	35,000	8,5000	297,50
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - EPI GORRO NATALINO C/ ESTAMPA MULTIART		115	100,000	1,9900	199,00
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - EPI TIARA COM MARABU		115	35,000	2,5000	87,50
IMPORTEX GLOBAL COMÉRCIO DE TECIDOS LTDA JUTA CRU MALHA FECHADA P/ METRO		104	120,000	7,4900	898,80
LOJAS VOLPATO LTDA CADEIRA DE PRAIA		103	20,000	32,8000	656,00
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ME ACABAMENTO DE BORDA PVC		109	100,000	0,2200	22,00
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ME CHAPAS DE MDF		109	7,000	121,0000	847,00
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ME COLA CASCOREZ EXTRA		109	1,000	54,0000	54,00
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ME DOBRADIÇA 3'		109	1,000	1,3200	1,32
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ME EUCATEX		109	4,000	65,0000	260,00
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ME FORMICA		109	2,340	18,2992	42,82
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ME PARAFUSO		109	4,000	1,0000	4,00
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ME PARAFUSO		109	7,000	2,5500	17,85
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ME SAPATA PRD		109	42,000	0,1000	4,20
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ME SUPORTE PARA CANTONEIRA		109	346,000	0,2500	86,50
SARRUF S/A (REI DO ARMARINHO IMPORT) COLA BASTÃO		105	2,000	14,5400	29,08
SARRUF S/A (REI DO ARMARINHO IMPORT) COROA NATALINA 35 CM		105	10,000	4,2000	42,00
SARRUF S/A (REI DO ARMARINHO IMPORT) FESTAO		105	38,000	32,9761	1.253,09
SARRUF S/A (REI DO ARMARINHO IMPORT) FITA NATAL		105	59,000	10,7836	636,23
SARRUF S/A (REI DO ARMARINHO IMPORT) MANTA		105	5,000	101,8500	509,25
SARRUF S/A (REI DO ARMARINHO IMPORT) PICK NATALINO		105	16,000	2,9100	46,56
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME CONERTO DE MICROCOMPUTADOR		113	1,000	1.038,0000	1.038,00
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME LICENÇA WINDOWS 7		114	1,000	400,0000	400,00
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME MICROCOMPUTADOR		114	1,000	1.729,0000	1.729,00
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA MASSA CORRIDA		102	1,000	16,1600	16,16
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA POLIURITANO		102	35,000	21,3000	745,50
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA SPRAY AMARELO		102	6,000	9,8900	59,34
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA SPRAY METALICA OURO		102	30,000	9,8900	296,70
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA SPRAY VERMELHO		102	30,000	9,8900	296,70

**Total Geral do Mês ---->**

10.576,10

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CACADOR**

Página: 1/1

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CENTRO INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA - CIEE/S	CONTRATAÇÃO DO CIEE	280	2,500	5.227,3000	13.068,25
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	ÁGUA MINERAL 510 ML S/ GÁS C/ 12	295	26,000	11,9700	311,22
<b>Total Geral do Mês ----&gt;</b>					<b>13.379,47</b>



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDAÇÃO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA

Página: 1/4

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AGROVETERINÁRIA E PET SHOP DA ROSA LTDA E	ANTICONCEPCIONAL VETERINÁRIO INJETÁVEL PARA CANINOS E FELINO	474	500,000	2,4000	1.200,00
BOB MÁQUINAS HIDROMECÂNICA GARCIA LTDA	CAPA DO ACOPLAMENTO DA CAPINADEIRA	497	1,000	180,0000	180,00
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	CIMENTO PORTLAND CP II 32, ACONDICIONADOS EM SACOS DE 50 KIL	472	880,000	21,9900	19.351,20
EXPRESSO APOIO A GESTÃO PÚBLICA LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ASSESSORIA	513	1,000	5.000,0000	5.000,00
FLORESTAL OESTE LTDA	Substrato tipo turfa F11, saco com 50 quilos	487	150,000	19,2000	2.880,00
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	BALANCEAMENTO R-13/14/15	476	10,000	7,4987	74,99
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	CONCERTO PNEU 165 R 13	476	10,000	9,1493	91,49
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	CONCERTO PNEU/CÂMARA 750 X 16	476	20,000	14,6200	292,40
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	CONCERTOS PNEUS 16.9 X28 VALMET	476	8,000	80,6461	645,17
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	RECAPAGEM PNEU 1000 X 20	475	4,000	396,1562	1.584,62
GERMINO COFFERRI-ME	PLACA PARA VEÍCULO	506	2,000	57,5000	115,00
GILBERTO FERRETTI- ME	ADUBO OSMOCOTTE 18.05.09 NPK (22,68 KG)	511	3,000	680,0000	2.040,00
GILBERTO FERRETTI- ME	CAIXA PLÁSTICA PARA TRANSPORTE DE MUDAS COM MEDIDAS APROXIMA	511	30,000	20,8000	624,00
GILBERTO FERRETTI- ME	SACO PARA MUDA PRETO NAS MEDIDAS 22X22X0, 20 DE POLIETILENO	511	15,000	81,0000	1.215,00
GILBERTO FERRETTI- ME	SEMENTE DE AROEIRA PIMENTEIRA (SCHINUS TEREBINTHIFOLIA)	511	1,000	150,0000	150,00
GILBERTO FERRETTI- ME	SEMENTE DE AROEIRA SALSA (SCHINUS MOLLE)	511	1,000	250,0000	250,00
GILBERTO FERRETTI- ME	SEMENTE DE CEDRO ROSA (CEDRELLA FISSILÍS)	511	6,000	350,0000	2.100,00
GILBERTO FERRETTI- ME	SUBSTRATO PARA PRODUÇÃO DE MUDAS FLORESTAIS (25 KG)	511	240,000	14,1300	3.391,20
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	ADAPTADOR CURTO LR 1" X 32MM	488	8,000	3,7100	29,68
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	ADAPTADOR CURTO LR 1/2" X 20mm	488	6,000	0,3800	2,28
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	ADESIVO PLÁSTICO 175 GRAMAS	488	7,000	7,1200	49,84
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	ARAME LISO 1mm - 25m	488	1,000	12,5000	12,50
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	BUCHA REDUÇÃO SD CURTA 25 X 20 MM	488	6,000	0,2400	1,44
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	CAP ROSCAVEL 1/2"	488	6,000	0,6000	3,60
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	CAP SOLDÁVEL 20 mm	488	14,000	0,6000	8,40
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	CAP SOLDÁVEL 32 MM	488	2,000	1,0000	2,00
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	CLIP PARA TELHADO	488	2.500,000	0,6500	1.625,00
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	CONJ. LENÇOL FELTRO 0,15 X 0,15 M - 5,0 MM	488	112,000	5,8900	659,68
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	CONJUNTO SUÇÃO E SAÍDA DA BOMBA	488	1,000	470,0000	470,00
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	COONET 30L/H 4 SAÍDA- 50 CM + ESTAB +AD2 RX	488	95,000	16,0000	1.520,00
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	CORDA DE NYLON 3/8"	488	40,000	0,8300	33,20
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	CURVA SOLDÁVEL 45º X 50 MM	488	12,000	14,5000	174,00
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	CURVA SOLDÁVEL 90º X 50 MM	488	10,000	19,4500	194,50
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	ESTACAS DE PINHEIRO 1.1/2 X 1" COM 0,40 m	488	40,000	1,8700	74,80
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	FILME U.V. 8m 150 MICRAS	488	55,000	30,9400	1.701,70
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	Filme UV 0,20 x 8,5 mts 200 micras	488	25,000	12,0000	300,00
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	FILTRO DE DISCO 2" 120 - MESCH	488	1,000	360,0000	360,00
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	FITA ISOLANTE 18mm X 25m	488	1,000	4,5000	4,50

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDAÇÃO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA

Página: 2/4

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	FITA VEDA ROSCA 18 MM X 25 METROS	488	14,000	3,0000	42,00
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	HASTE ESTACA 1/2" - 0,60m	488	45,000	11,0000	495,00
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	JOELHO SOLDÁVEL 20mm	488	6,000	0,3200	1,92
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	JOELHO SOLDÁVEL 32mm	488	35,000	1,1000	38,50
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	KIT DE ABERTURAS DE ESTUFAS TUNEL COMPOSTO DE 12 DOBRADIÇAS	488	4,000	482,0000	1.928,00
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	LUVA LR 1" X 32mm	488	10,000	2,7000	27,00
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	LUVA SOLDÁVEL 25 MM	488	6,000	0,4500	2,70
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	LUVA SOLDÁVEL 32MM	488	4,000	1,0000	4,00
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	LUVA SOLDÁVEL 50 MM	488	5,000	7,0000	35,00
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	MICROASPERSONAL RADAR 7110 150 L/H	488	65,000	8,6000	559,00
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	MICRONET PARA ESTUFA MACHO 1/2"	488	95,000	7,1200	676,40
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	MOTOBOMBA MULTIESTÁGIOS 3,0 CV 108	488	1,000	1.670,0000	1.670,00
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	POLYSOMBRA PRETA 50%- 8 X 50 M	488	2,000	2.329,0000	4.658,00
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	REGISTRO DE ESFERA PVC SOLDÁVEL 20 MM	488	16,000	5,0000	80,00
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	SISTEMA DG. CONTROLADOR CÍCLICO/NORMAL 6 SAÍDAS	488	1,000	2.360,0000	2.360,00
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	TE RED. SOLD. 20 X 1/2"	488	95,000	1,4500	137,75
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	TE SOLDÁVEL 32 MM X 25 MM	488	16,000	3,3500	53,60
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	TE SOLDÁVEL 32MM	488	6,000	1,9500	11,70
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	TE SOLDÁVEL 50 MM	488	5,000	17,8000	89,00
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	TUBO ESTACAS PVC 1.1/2" X 0,80 MTS	488	40,000	8,3000	332,00
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	TUBO ESTUFA PVC 50 MM X 8 MTS	488	18,000	65,0000	1.170,00
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	TUBO PVC 20mm X 6 MT	488	20,000	9,3000	186,00
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	TUBO PVC 25MM X 6 M	488	2,000	14,1200	28,24
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	TUBO PVC 32mm X 6m	488	14,000	27,9000	390,60
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	TUBO PVC SOLDÁVEL 1/2"- 100 M	488	2,000	61,0000	122,00
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	TUBO SOLDÁVEL 20MM	488	40,000	9,5000	380,00
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	TUBO SOLDÁVEL 32MM	488	8,000	27,9900	223,92
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	TUBO SOLDÁVEL 50MM	488	12,000	14,5000	174,00
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	TUBO SUBIDA 20 MM X 1 MT	488	65,000	4,5000	292,50
IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR	VÁLVULA SOLENOIDE 24vac 1"	488	4,000	219,0000	876,00
ITALO ROBERTO SAPLA - ME (REFRITEC REGRIFE)	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO	478	1,000	360,0000	360,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	518	5,000	9,1800	45,90
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	RECIPIENTE P/ AGUA MINERAL	518	1,000	19,9600	19,96
MEIOESTE AMBIENTAL LTDA	COLETA, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESIDUOS SÓLIDOS	470	1,565	71.590,0000	112.038,35
MEIOESTE AMBIENTAL LTDA	OPERACAO, CONTROLE E MANUTENCAO DO ATERRO SANITARIO.	471	914,120	81,9100	74.875,57
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRA BRITA NO 01.	484	56,250	45,6000	2.565,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRA BRITA NO 01.	509	500,000	45,6000	22.800,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRA BRITA NO. 02.	484	7,040	45,5000	320,32

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDAÇÃO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA**

Página: 3/4

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRISCO	484	125,160	50,0000	6.258,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRISCO	514	500,000	50,0000	25.000,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PÓ DE PEDRA.	484	14,630	50,5000	738,82
NEY TINTAS LTDA - EPP	TINTA ACRÍLICO FOSCO PREMIUM BEGE LATA 18 LTS	491	20,000	88,0000	1.760,00
NEY TINTAS LTDA - EPP	TINTA ACRÍLICO FOSCO PREMIUM BRANCO, LATA 18 LTS	491	10,000	69,0000	690,00
NEY TINTAS LTDA - EPP	TINTA ESMALTE SINTÉTICO TRANSP. IMBUIA PADRÃO PARQUE CENTRAL	491	15,000	43,7000	655,50
NEY TINTAS LTDA - EPP	TINTA PRETO FOSCO SINTÉTICO, GALÃO 3,6 LTS	491	30,000	41,3500	1.240,50
NOTUS SERVIÇOS DE ENGENHARIA SC LTDA	1)□Revisão do Plano de Saneamento Básico (PSB) de Caçador, a	510	1,000	117.500,0000	117.500,00
NOTUS SERVIÇOS DE ENGENHARIA SC LTDA	2)□Estudo de viabilidade econômico-financeira dos sistemas d	510	1,000	20.600,0000	20.600,00
S.C COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME	BANNER DO PROJETO, EM LONA COM IMPRESSÃO COLORIDA	489	2,000	49,2038	98,41
S.C COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME	CARTILHA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM: PROJETO GRÁFICO,	489	2.500,000	0,6109	1.527,20
S.C COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME	FOLDER COM: PROJETO GRÁFICO, TRATAMENTO DE IMAGENS, DIAGRAMA	489	2.000,000	0,2072	414,40
SUPERAR LTDA- ME	"TELEVISÃO LED DE 42 POLEGADAS FULL HD 1080P COM CONVERSOR D	492	1,000	1.799,0000	1.799,00
SUPERAR LTDA- ME	DVD PLAYER COM ENTRADA USB E HDMI, COM REPRODUÇÃO DE DVD, CD	492	1,000	185,0000	185,00
SUPERAR LTDA- ME	FOGÃO DE 04 BOCAS NA COR BRANCA, COM 02 QUEIMADORES ESMALTAD	492	1,000	350,0000	350,00
SUPERAR LTDA- ME	FORNO ELÉTRICO 44 LITROS NA COR BRANCO, COM FUNÇÕES DE ESQUE	492	1,000	369,0000	369,00
SUPERAR LTDA- ME	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO COM ALÇA E RODAS ACOPLADAS, COM TRA	492	1,000	367,0000	367,00
SUPERAR LTDA- ME	LIQUIDIFICADOR 05 VELOCIDADES, COM FUNÇÃO CLEAN QUE FACILITA	492	1,000	112,0000	112,00
SUPERAR LTDA- ME	REFRIGERADOR DUPLEX CYCLE DEFROST, 462 LITROS COM SISTEMA MU	492	1,000	1.880,0000	1.880,00
SUPERAR LTDA- ME	TELEVISÃO LED DE 32 POLEGADAS HDTV, CONVERSOR INTEGRADO, 2 C	492	1,000	1.279,0000	1.279,00
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	CONFIGURAÇÃO DE IMPRESSORA	479	1,000	50,0000	50,00
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO	512	24,000	0,3600	8,64
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	ADESIVO 75 GRAMAS	512	6,000	2,9400	17,64
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	AREIA MEDIA	512	6,000	68,0000	408,00
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	AREIA MEDIA E FINA	473	112,000	67,3000	7.537,60
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	BUCHA REDUÇÃO 100 X 50 ESGOTO	512	12,000	4,2000	50,40
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	CIMENTO SACO 50 KG	512	6,000	22,9000	137,40
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	CURVA CURTA ESGOTO 90° 100MM	512	12,000	12,0900	145,08
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	CURVA CURTA ESGOTO 90° 50MM	512	12,000	4,7500	57,00
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	PEDRA BRITA N. 4	512	9,000	48,8000	439,20
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	PEDRA BRITA NO 01.	512	6,000	48,8000	292,80
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	PEDRA BRITA NO. 02.	512	12,000	48,8000	585,60

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDAÇÃO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA**

Página: 4/4

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	PEDRA PULMAO	512	24,000	48,8000	1.171,20
Total Geral do Mês ---->					472.206,51



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE CACADOR**

Página: 1/1

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
LIDER SUPR. PARA INFORMATICA LTDA	REFIL TINTA COR PRETA	14	1,000	75,0000	75,00
LIDER SUPR. PARA INFORMATICA LTDA	TINTA 100 ML AMARELA	14	1,000	75,0000	75,00
LIDER SUPR. PARA INFORMATICA LTDA	TINTA 100 ML CIANO	14	1,000	75,0000	75,00
LIDER SUPR. PARA INFORMATICA LTDA	TINTA 100 ML MAGENTA	14	1,000	75,0000	75,00
<b>Total Geral do Mês ----&gt;</b>					300,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CACADOR**

Página: 1/1

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DE SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS	84	4,000	136,1900	544,76
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE COMPRAS E LICITAÇÕES, IPPUC	84	4,000	96,7700	387,08
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE CONTABILIDADE PÚBLICA, IPPUC	84	4,000	150,5300	602,12
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE FOLHA DE PAGAMENTO, IPPUC	84	4,000	118,2700	473,08
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO, IPPUC	84	4,000	107,5200	430,08
BETHA SISTEMAS LTDA	ALUGUEL DO SISTEMA DE TESOURARIA, IPPUC	84	4,000	21,5000	86,00
BETHA SISTEMAS LTDA	SISTEMA DO SERVIDOR PÚBLICO	84	4,000	283,8600	1.135,44
CLODOMIRA GONÇALVES DE SOUZA 80828841934	Lavagem completa de automóvel de passeio	90	2,000	20,3000	40,60
PROFUZZY CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA - EPF	ASSESSORIA E CONSULTORIA NA CONT SERV DE TRANSPORTE PÚBLICO	86	1,000	176.229,0000	176.229,00
<b>Total Geral do Mês ----&gt;</b>					<b>179.928,16</b>

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 1/11

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ACADEF-ASS.CACAD. DEFICIENTES FISICOS	CONTRATAÇÃO DA ACADEF	3359	2,281	15.833,3300	36.120,80
ACESSORIOS RIBEIRO LTDA - ME	CHAVE P/ MOTO	3239	2,000	88,2000	176,40
ACESSORIOS RIBEIRO LTDA - ME	KIT SUPORTE+ CHICOTE+ RELE	3239	2,000	147,6000	295,20
ACESSORIOS RIBEIRO LTDA - ME	LANTERNA SUPER LED P/ MOTO	3239	8,000	220,0500	1.760,40
ACESSORIOS RIBEIRO LTDA - ME	LANTERNA SUPER LED P/ MOTO	3239	2,000	293,4000	586,80
ACESSORIOS RIBEIRO LTDA - ME	SIRENE	3239	2,000	177,3000	354,60
ALBERTO KOEHLER E CIA LTDA - ME	MOTO HONDA CG 125 TITAN-012CV 124CC-GASOLINA-PLACA-MCA3485	3206	247,950	1,0000	247,95
ALBERTO KOEHLER E CIA LTDA - ME	MOTO HONDA CG 125 TITAN-012CV 124CC-GASOLINA-PLACA-MCA3485	3209	15,000	1,0000	15,00
ALBERTO KOEHLER E CIA LTDA - ME	MOTO HONDA -XRE300-0CV-291CC-GASOLINA-PLACA-MGT-6017	3206	74,100	1,0000	74,10
ALBERTO KOEHLER E CIA LTDA - ME	MOTO HONDA -XRE300-0CV-291CC-GASOLINA-PLACA-MGT-6017	3209	26,000	1,0000	26,00
ALBERTO KOEHLER E CIA LTDA - ME	MOTO HONDA XRE300-0CV-291CC-GASOLINA-PLACA-MGT6027	3206	281,200	1,0000	281,20
ALBERTO KOEHLER E CIA LTDA - ME	MOTO HONDA XRE300-0CV-291CC-GASOLINA-PLACA-MGT6027	3209	190,000	1,0000	190,00
ALBERTO KOEHLER E CIA LTDA - ME	MOTO YAMAHA-YBR125-ED-012CV-124CC-GASOLINA-PLACA-MCI7037	3206	46,550	1,0000	46,55
ALBERTO KOEHLER E CIA LTDA - ME	MOTO YAMAHA-YBR125-ED-012CV-124CC-GASOLINA-PLACA-MCI7037	3209	90,000	1,0000	90,00
ALCEU JOSE MATACHON	MÃO DE OBRA DIVERSAS	3336	1,000	150,0000	150,00
ALEXANDRA DOS PASSOS EPP	CADERNO DE CALIGRAFIA COM 40 FOLHAS, BROCHURA	3320	2.500,000	0,5900	1.475,00
ALEXANDRA DOS PASSOS EPP	EVA ESTAMPADO - 400 X 600 X 2 MM, VÁRIAS ESTAMPAS	3320	500,000	2,7000	1.350,00
ALEXANDRA DOS PASSOS EPP	FITA ADESIVA TRANSPARENTE - TIPO DUREX - 12MMX 50M	3320	500,000	0,5500	275,00
ALEXANDRA DOS PASSOS EPP	PAPEL CARTÃO 50 X 70 CM, 240GR, SENDO: 1.000 PRETO, 200 VERM	3320	2.000,000	0,5900	1.180,00
ALEXANDRA DOS PASSOS EPP	PINCEL PARA PINTURA ( PELO) EM GUACHE Nº 8	3320	500,000	0,7700	385,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	CADEADO E 20	3326	3,000	6,5000	19,50
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	CADEADO E-40	3326	1,000	15,6000	15,60
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	CADEADO Nº E-25	3326	6,000	8,0000	48,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	CHAVE TETRA	3326	3,000	15,0000	45,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	CILINDRO FECHADURA	3326	1,000	22,0000	22,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	CILINDRO FECHADURA	3326	3,000	15,0000	45,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	CILINDRO P/ FECHADURA	3150	1,000	20,0000	20,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	COPIA CHAVE YALE II	3150	2,000	4,5000	9,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	COPIA CHAVE YALE II	3261	2,000	5,0000	10,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	COPIA CHAVE YALE II	3326	1,000	5,0000	5,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	CÓPIA DE CHAVE YALE	3261	1,000	4,5000	4,50
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	CÓPIA DE CHAVE YALE	3326	47,000	4,5000	211,50
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	FECHADURA	3261	1,000	22,0000	22,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	FECHADURA PORTA	3150	4,000	6,0000	24,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	FECHO PARA PORTA	3326	1,000	6,0000	6,00
ALFREDO GUILHERME TARTAROTTI	PORTA CADEADO	3326	3,000	4,5000	13,50
AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS LTDA	DESENGORDURANTE E DESENGRAXANTE - CONCENTRADO COM AMONÍACO P	3333	40,000	18,1700	726,80
AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS LTDA	DETERGENTE PARA LOUÇAS LIQUIDO - EMBALAGEM COM 500ML	3333	400,000	0,8500	340,00

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 2/11

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS LTDA	PANO DE PRATO PRONTO COR BRANCA, TAMANHO 100X0,60, AVULSO, C	3333	200,000	2,8000	560,00
AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS LTDA	SABONETE LÍQUIDO - COMPOSIÇÃO: PH NEUTRO	3333	100,000	9,2000	920,00
ANDRE PIATI - ME - DISTRIBUIDORA AUTO VALE	BOLSA DE ALGODAO ALVEJADA	3249	1.500,000	3,1000	4.650,00
ANDRE PIATI - ME - DISTRIBUIDORA AUTO VALE	ESCOVA PARA VASO SANITARIO OVAL	3249	110,000	3,3000	363,00
ANDRE PIATI - ME - DISTRIBUIDORA AUTO VALE	LUVA CIRURGICA, CAIXA COM 100 UNIDADES	3249	30,000	14,7500	442,50
ANDRE PIATI - ME - DISTRIBUIDORA AUTO VALE	PANO DE PRATO	3249	1.260,000	2,4000	3.024,00
ANDRE PIATI - ME - DISTRIBUIDORA AUTO VALE	PAPEL HIGIENICO - ROLAO COM 300 METROS	3249	800,000	2,4000	1.920,00
ANGELINA MANICA BORGHETTI	locação de imóvel de propriedade de Angelina Borghetti, loca		4,000	2.015,0200	8.060,08
ANTONINHO ROQUE HAMESTER E CIA LTDA (AQUA	CAÇAMBA/ PLÁSTICA PARA PINTURA	3268	1,000	12,1100	12,11
ANTONINHO ROQUE HAMESTER E CIA LTDA (AQUA	GARFO GAIOLA	3268	2,000	4,9900	9,98
ANTONINHO ROQUE HAMESTER E CIA LTDA (AQUA	Gesso	3268	1,000	2,4300	2,43
ANTONINHO ROQUE HAMESTER E CIA LTDA (AQUA	LIXA - GRAMA 80	3268	2,000	3,4200	6,84
ANTONINHO ROQUE HAMESTER E CIA LTDA (AQUA	MASSA CORRIDA 1KG	3268	1,000	8,1600	8,16
ANTONINHO ROQUE HAMESTER E CIA LTDA (AQUA	pincel 2"	3268	1,000	2,9900	2,99
ANTONINHO ROQUE HAMESTER E CIA LTDA (AQUA	PINCEL 3"	3268	1,000	5,3800	5,38
ANTONINHO ROQUE HAMESTER E CIA LTDA (AQUA	ROLO PARA PINTURA ANTI GOTA 23 CM	3268	2,000	10,9000	21,80
ANTONINHO ROQUE HAMESTER E CIA LTDA (AQUA	TINTA ACRÍLICA FOSCA	3268	3,000	209,3500	628,05
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CAFE TORRADO E MOIDO	3248	900,000	8,9800	8.082,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	COPOS PLASTICO DESCARTAVEIS	3248	60,000	47,7500	2.865,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	DISCO DE ENCERADEIRA	3248	140,000	10,2700	1.437,80
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	ESPONJA PARA LAVAR LOUCA	3248	1.000,000	0,4200	420,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	FILTRO PARA CAFÉ Nº 103	3248	60,000	1,6700	100,20
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	LA DE ACO (TIPO BOMBRILO) PCTES COM 8 UNIDADES	3248	1.120,000	0,9900	1.108,80
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	LEITE UHT INTEGRAL LONGA VIDA - EMBALAGEM TETRA PAK, 2013	3345	500,000	2,1800	1.090,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	LEITE UHT INTEGRAL LONGA VIDA - EMBALAGEM TETRA PAK, 2013	3346	5.500,000	2,1800	11.990,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	LUSTRA MOVEIS	3248	660,000	2,1000	1.386,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	PAPEL TOALHA	3248	400,000	4,6500	1.860,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	RODO DE BORRACHA COM 60 CM	3248	600,000	5,5500	3.330,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	SABAO EM BARRA - NEUTRO- 200 GR, GLICERINADO	3248	1.400,000	0,8900	1.246,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	SAPOLIO LIQUIDO	3248	1.300,000	3,8500	5.005,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	VASSOURA DE PALHA	3248	600,000	7,6000	4.560,00
AQUINPEL SUP. P/ ESCRIT., INFORM. E PAPELARIA	CANETA ESFEROGRAFICA NA COR AZUL, COM TAMPAS E COM	3318	5.000,000	0,4600	2.300,00
AQUINPEL SUP. P/ ESCRIT., INFORM. E PAPELARIA	CANETA ESFEROGRAFICA NA COR PRETA, COM TAMPAS E COM	3318	1.000,000	0,4600	460,00
AQUINPEL SUP. P/ ESCRIT., INFORM. E PAPELARIA	CANETA ESFEROGRAFICA NA COR VERMELHA COM TAMPAS E COM	3318	1.000,000	0,4600	460,00
AQUINPEL SUP. P/ ESCRIT., INFORM. E PAPELARIA	FURINHO				
AQUINPEL SUP. P/ ESCRIT., INFORM. E PAPELARIA	CARGA PARA MARCADOR DE QUADRO BRANCO, COM 5,5 ML, ADAPTÁVEL	3318	2.000,000	1,6300	3.260,00
AQUINPEL SUP. P/ ESCRIT., INFORM. E PAPELARIA	COLA QUENTE GROSSA, SILICONE MEDINDO 11,3 CM X 30,0 CM	3318	20,000	15,0000	300,00
AQUINPEL SUP. P/ ESCRIT., INFORM. E PAPELARIA	LAPIS PRETO Nº 02 - TIPO EVOLUTION CX COM 72 UN	3318	200,000	23,4000	4.680,00



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 3/11

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AQUINPEL SUP. P/ ESCRIT., INFORM. E PAPELARIA	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO, RECARREGÁVEL COM CARGA	3318	600,000	5,4000	3.240,00
ARA DA SILVA INFLÁVEIS - ME	STAND INFLÁVEL 5 X 5 COM LOGOTIPO	3400	1,000	3.250,0000	3.250,00
AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUCAO LTDA	MANGUEIRA PARA JARDIM	3179	15,000	3,3800	50,70
AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUCAO LTDA	SABONETEIRA	3179	5,000	32,3100	161,55
AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUCAO LTDA	SUPORTE PARA MANGUEIRA	3179	1,000	5,5100	5,51
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE ALUNOS	3335	40.952,000	3,3000	135.141,60
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	3395	849,000	1,1500	976,35
AUTO PEÇAS CACHINSKI LTDA - EPP	BLAZER 5 PT 147 CV-FLEX PLACA-MHJ3784 ANO 2009	3205	726,750	1,0000	726,75
AUTO PEÇAS CACHINSKI LTDA - EPP	IMP/GM-TRAFIC 80CV GASOLINA PLACA LYU1543 ANO 1996	3205	242,250	1,0000	242,25
AUTO PEÇAS CACHINSKI LTDA - EPP	IMP/GM-TRAFIC 80CV GASOLINA PLACA LYU1543 ANO 1996	3208	63,700	1,0000	63,70
AUTO PEÇAS CACHINSKI LTDA - EPP	MERCEDES BENZ IMP.MB SPRINTER-310D-PLACA-MCA0310 ANO 1997	3205	1.352,760	1,0000	1.352,76
AUTO PEÇAS CACHINSKI LTDA - EPP	S10 2.8 4X4 CABINE DUPLA 132 CV-DIESEL PLACA-MCW9029 ANO2003	3205	1.246,450	1,0000	1.246,45
AUTO PEÇAS CACHINSKI LTDA - EPP	SCANIA K113 CL PLACA - BWA6397 ANO 1991	3205	183,350	1,0000	183,35
AUTO PEÇAS CACHINSKI LTDA - EPP	SCANIA K113 CL PLACA - BWA6397 ANO 1991	3208	949,130	1,0000	949,13
BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA	CARRINHO BERÇO PASSEIO 2 EM 1 PARA BEBÊS DE ATÉ 17 KG.	3337	10,000	339,0000	3.390,00
BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA	COLCHÃO INFANTIL D23, 12 X 60 X 130CM.,	3337	30,000	82,0000	2.460,00
BRINQMÓVEIS LTDA (BRINQUEDOS PARANÁ)	ESTANTE DE AÇO PARA BIBLIOTECA COM DUPLA FACE	3196	6,000	648,0000	3.888,00
BRINQMÓVEIS LTDA (BRINQUEDOS PARANÁ)	MESA REFEITÓRIO COM TAMPO RETANGULAR EM FÔRMICA	3196	5,000	970,0000	4.850,00
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA - TORTE	REBOLO FINO RETO	3230	2,000	26,0000	52,00
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA - EPP	CHANFRO 5MM CAIXA COM 15 KG	3235	1,000	219,0000	219,00
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	LAMPADA FLUORESCENTE 40 W	3215	50,000	4,6700	233,50
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	REATOR 1 X 40 WATS	3215	10,000	15,9000	159,00
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA -	Reator 2 X 40 Eletrônico	3215	20,000	20,9900	419,80
CENTRO INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA - CIEE/S	CONTRATAÇÃO DO CIEE	3203	0,011	41.818,2000	460,00
CENTRO INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA - CIEE/S	CONTRATAÇÃO DO CIEE	3280	0,019	41.818,2000	794,55
CENTRO INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA - CIEE/S	CONTRATAÇÃO DO CIEE	3289	0,173	41.818,2000	7.234,55
CENTRO INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA - CIEE/S	CONTRATAÇÃO DO CIEE	3291	0,449	41.818,2000	18.776,37
CERES - COM. E TRANSP. DE DERIV. DE PETROLEO	OLEO DIESEL (BIODIESEL)	3240	10.000,000	2,1000	21.000,00
CLODOMIRA GONÇALVES DE SOUZA 80828841934	Lavagem completa de moto	3364	2,000	10,6000	21,20
CLODOMIRA GONÇALVES DE SOUZA 80828841934	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	3360	4,000	20,3000	81,20
CLODOMIRA GONÇALVES DE SOUZA 80828841934	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	3361	3,000	20,3000	60,90
CLODOMIRA GONÇALVES DE SOUZA 80828841934	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	3362	5,000	20,3000	101,50
CLODOMIRA GONÇALVES DE SOUZA 80828841934	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	3363	1,000	20,3000	20,30
CLODOMIRA GONÇALVES DE SOUZA 80828841934	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	3364	2,000	20,3000	40,60
CLODOMIRA GONÇALVES DE SOUZA 80828841934	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	3365	3,000	20,3000	60,90
CLODOMIRA GONÇALVES DE SOUZA 80828841934	Lavagem completa de veículo utilitário - sprinter, besta, ko	3360	1,000	30,0000	30,00
CLODOMIRA GONÇALVES DE SOUZA 80828841934	Lavagem completa de veículo utilitário - sprinter, besta, ko	3361	2,000	30,0000	60,00
CLODOMIRA GONÇALVES DE SOUZA 80828841934	Lavagem completa de veículo utilitário - sprinter, besta, ko	3362	1,000	30,0000	30,00

# **ESTADO DE SANTA CATARINA** **PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Página: 4/11

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 285CE BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	3192	38,000	47,5000	1.805,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 435A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	3192	4,000	46,0000	184,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 436A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	3192	46,000	46,0000	2.116,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 505CE BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	3192	7,000	48,0000	336,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 5949A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	3192	6,000	48,0000	288,00
COLOR BLACK CARTUCHOS E TONERS	RECARGA DE TONER 7115A BASE DE TROCA, COM TROCA DE CILINDRO	3192	6,000	46,0000	276,00
COMERCIAL GUILHERME JOAQUIM LTDA	TECIDO	3256	14,000	25,0000	350,00
COOPERATIVA AGROPECUARIA TANGARA - COOPA	BICO DUPLO ANTI GOTEJO	3325	24,000	145,0000	3.480,00
D.W.D SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA -	MANUTENÇÃO EM TELEFONE, CENTRAIS E LINHAS TELEFÔNICAS NOS	3267	13,466	34,9047	470,03
D.W.D SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA -	MANUTENÇÃO EM TELEFONE, CENTRAIS E LINHAS TELEFÔNICAS NOS	3355	11,346	34,9047	396,03
DÉCIO DRUCZKOWSKI - ME	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA JUVENIL	3197	85,000	121,0000	10.285,00
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	ALMOFADA PARA CARIMBO, 6,7 X 11,0 CM	3319	50,000	1,8900	94,50
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	BORRACHA PARA AMARRAR DINHEIRO, PACOTE COM 200 UNIDADES	3319	5,000	4,2800	21,40
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	CORRETIVO LÍQUIDO A BASE DE ÁGUA, COM 18 ML	3319	20,000	0,8400	16,80
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	DVD GRAVÁVEL	3319	100,000	0,6500	65,00
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	ESTILETE LAMINA LARGA	3319	40,000	1,0300	41,20
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	LIVRO ATA COM 100 FLS CAPA DURA	3319	40,000	6,2000	248,00
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	ORGANIZADOR PORTA CORRESPONDÊNCIA , TRIPLA, ACRÍLICA	3319	10,000	22,9000	229,00
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	PAPEL CONTACT, ROLO 45 CM X 25 M, 70 MICRAS	3319	30,000	32,7900	983,70
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	PAPEL DOBRADURA 48 X 66 CM, 63 GR, SENDO: 1.000 PRETO	3319	2.000,000	0,1400	280,00
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	PAPEL VERGÊ 120 G/M COM 50 FOLHAS- A4 210 MM X 297 MM SENDO:	3319	50,000	7,3200	366,00
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	TESOURA GRANDE, APROXIMADAMENTE 21 CM, LÂMINA AÇO INOX	3319	40,000	2,3300	93,20
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	TINTA PARA CARIMBO 40 ML, SENDO: 50 AZUL, 50 PRETO, 50 VERME	3319	100,000	1,5900	159,00
DIONI WELICZ ALVES DE FRANCA	CÓPIA DE CHAVE P/ FECHADURA	3148	3,000	5,0000	15,00
DIONI WELICZ ALVES DE FRANCA	TROCA DE SEGredo EM FECHADURA	3148	1,000	20,0000	20,00
DIONI WELICZ ALVES DE FRANCA	TROCA DE SEGredo EM FECHADURA	3149	1,000	15,0000	15,00
DIONI WELICZ ALVES DE FRANCA	TROCA DE SEGredo EM FECHADURA	3149	10,000	20,0000	200,00
ELETRO DINAMO LTDA ME	Serviço elétrico em automóvel de passeio	3210	50,100	35,0000	1.753,50
ELETRO DINAMO LTDA ME	Serviço elétrico em caminhão	3210	1,000	35,0000	35,00
ELETRO DINAMO LTDA ME	Serviço elétrico em camionete	3210	3,900	35,0000	136,50
ELETRO DINAMO LTDA ME	Serviço elétrico em micro ônibus	3210	15,500	35,0000	542,50
ELIAKIM DANIEL DOS SANTOS	SABONETE LIQUIDO PH NEUTRO	3251	150,000	7,7200	1.158,00
EMERSON POLENZ - ME	RAMPA MÓVEL PARA PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	3350	1,000	320,0000	320,00
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME	ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO	3211	1,000	256,3200	256,32
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME	SERVIÇOS DE PINTURA	3211	1,000	778,7300	778,73
FABRIZIO JOÃO BOGONI	SUPORTE TÉCNICO	3390	25,000	150,0000	3.750,00
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	BALANCEAMENTO DE RODA DE AUTOMÓVEIS DE PASSEIO E/OU UTIL	3213	44,000	8,5067	374,29

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Página: 5/11

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	BALANCEAMENTO DE RODA DE CAMINHÃO, ÔNIBUS	3214	6,000	58,4789	350,87
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	BALANCEAMENTO DE RODA DE CAMIONETE	3214	4,000	17,5785	70,31
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	CONCERTO DE PNEU PARA AUTOMÓVEIS DE PASSEIO E/OU UTILITÁRIOS	3213	10,000	16,3921	163,92
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	CONCERTO DE PNEUS PARA CAMIONETE	3214	2,000	23,5042	47,01
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	GEOMETRIA PARA AUTOMÓVEIS DE PASSEIO E/OU UTILITÁRIOS	3213	8,000	46,2612	370,09
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	GEOMETRIA PARA CAMIONETES	3214	2,000	64,6436	129,29
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	MONTAGEM DE PNEU DE CAMINHÃO, ÔNIBUS	3214	4,000	31,9064	127,63
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	MONTAGEM DE PNEU PARA AUTOMÓVEL DE PASSEIO E/OU UTILITÁRIO	3213	28,000	10,4184	291,72
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	MONTAGEM DE PNEUS PARA CAMIONETE	3214	2,000	19,4310	38,86
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	MONTAGEM DE PNEUS PARA MOTOCICLETA	3214	3,000	9,4589	28,38
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	PRESTAÇÃO DE SOCORRO	3213	38,000	2,0240	76,91
FRANÇA & CIA LTDA - BORRACHARIA CALMON	PRESTAÇÃO DE SOCORRO	3214	55,000	2,0240	111,32
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDEF ABACATE. MERENDA 2013		3219	100,000	2,9500	295,00
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDEF ABACAXI PÉROLA. MERENDA 2013		3219	100,000	4,4000	440,00
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDEF LARANJA PÊRA. MERENDA 2013		3219	4.000,000	1,7500	7.000,00
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDEF MAÇÃ FUJI. MERENDA 2013		3219	2.000,000	2,9500	5.900,00
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDEF MAMÃO. MERENDA 2013		3219	2.000,000	2,8900	5.780,00
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDEF MANGA. MERENDA		3219	100,000	3,3000	330,00
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDEF MELÃO. MERENDA 2013		3219	100,000	3,2900	329,00
FUNDAÇÃO UNIV. ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - FI	AQUISIÇÃO DE 561 INSCRIÇÕES PARA O SEMINÁRIO DE DESENVOLVIME	3193	561,000	100,0000	56.100,00
GLACY BORDADOS LTDA - ME	APLICAÇÃO DE BORDADO	3159	6,000	17,0000	102,00
GLACY BORDADOS LTDA - ME	APLICAÇÃO DE BORDADO	3159	6,000	11,0000	66,00
HARMONIZE IND E COM TEXTIL LTDA	BABADORES 100% ALGODÃO, COM FORRO PLÁSTICO 17 X 20CM	3339	150,000	2,5900	388,50
HARMONIZE IND E COM TEXTIL LTDA	LENÇOL PARA BERÇO, COM ELÁSTICO, 100% ALGODÃO, ANTIALÉRGICO.	3339	100,000	19,9000	1.990,00
HARMONIZE IND E COM TEXTIL LTDA	MANTA DE SOLTEIRO ESTAMPADA.	3339	100,000	62,9000	6.290,00
HARMONIZE IND E COM TEXTIL LTDA	TOALHA DE BANHO FELPUDA, COR CLARA, 100% ALGODÃO.	3339	100,000	15,4800	1.548,00
HARMONIZE IND E COM TEXTIL LTDA	TRAVESSEIRO, 50 X 70CM, ENCHIMENTO 100% FIBRA DE POLIÉSTER.	3339	50,000	22,0000	1.100,00
INDÚSTRIA DE MOVEIS CEQUIPEL PARANA LTDA	CONJUNTO PROFESSOR MESA E CADEIRA	3195	5,000	210,0000	1.050,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	ACUCAR REFINADO BRANCO	3246	190,000	9,5900	1.822,10
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	AÇÚCAR REFINADO. 50 KG	3343	500,000	2,0500	1.025,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	AÇÚCAR REFINADO. 50 KG	3347	1.500,000	2,0500	3.075,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	ALCOOL 92,8	3246	4.600,000	3,0000	13.800,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	CANJQUINHA DE MILHO (TIPO QUIRERA)	3343	100,000	1,8500	185,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	CANJQUINHA DE MILHO (TIPO QUIRERA)	3347	400,000	1,8500	740,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	CARNE BOVINA - BIFE DE COXÃO MOLE	3342	100,000	18,3500	1.835,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	CARNE BOVINA - MÚSCULO CONGELADA	3342	60,000	11,0000	660,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	CARNE MOÍDA DE 1ª. MERENDA 2013	3342	600,000	14,0000	8.400,00

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 6/11

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	CARNE SUÍNA, PALETA DESOSSADA, MERENDA 2013	3342	600,000	10,9800	6.588,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	COXA E SOBRECOXA CONGELADAS	3342	1.000,000	4,5000	4.500,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	EMBALAGEM PARA LIXO - 100 LITROS	3246	3.000,000	1,6800	5.040,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	EMBALAGEM PARA LIXO - 30 LITROS	3246	1.500,000	1,3800	2.070,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	FARINHA DE MILHO (FUBÁ DE MILHO AMARELO)	3343	100,000	1,8500	185,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	FARINHA DE MILHO (FUBÁ DE MILHO AMARELO)	3347	400,000	1,8500	740,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	FEIJÃO PRETO TIPO 1 - SAFRA 2013, IN NATURA, CONSTANDO NO MÍ	3343	100,000	3,6800	368,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	FEIJÃO PRETO TIPO 1 - SAFRA 2013, IN NATURA, CONSTANDO NO MÍ	3347	400,000	3,6800	1.472,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	FÓSFORO MAÇO COM 10 CAIXINHAS	3246	220,000	1,4500	319,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	MANGUEIRA PARA JARDIM COM 30 METROS	3246	20,000	48,0000	960,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	PALHA DE ACO 20 GR Nº 0	3246	400,000	0,9000	360,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	PEITO DE FRANGO CONGELADO (S/ OSSO). EMBALADO EM PLÁSTICO DE	3342	100,000	7,2200	722,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	RODO DE ESPUMA	3246	240,000	5,7900	1.389,60
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	SACOLAS PLASTCAS COR BRANCA	3246	3,000	48,0000	144,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	SALSICHA A GRANEL. MERENDA 2013	3342	500,000	5,9900	2.995,00
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	CADERNO DE DESENHO GRANDE	3321	3.500,000	1,2500	4.375,00
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	FITA ADESIVA 50MM X 50M (CREPE) BRANCA	3321	500,000	5,2500	2.625,00
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6, CAIXA COM 5.000 UNIDADES	3321	100,000	1,7000	170,00
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	PASTA POLIONDA 25 X 32 X 3MM	3321	4.000,000	1,6500	6.600,00
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	TUBO DE COLA BRANCA ESCOLAR, LAVAVEL, NAO TOXICA,	3321	6.000,000	0,3500	2.100,00
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - I	CONTRATAÇÃO DO IEL	3281	0,300	41.818,2000	12.545,46
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - I	CONTRATAÇÃO DO IEL	3282	0,060	41.818,2000	2.509,09
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - I	CONTRATAÇÃO DO IEL	3357	0,040	41.818,2000	1.672,73
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - I	CONTRATAÇÃO DO IEL	3283	0,040	41.818,2000	1.672,73
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - I	CONTRATAÇÃO DO IEL	3284	0,020	41.818,2000	836,36
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - I	CONTRATAÇÃO DO IEL	3356	0,020	41.818,2000	836,36
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - I	CONTRATAÇÃO DO IEL	3312	0,020	41.818,2000	836,36
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - I	CONTRATAÇÃO DO IEL	3287	0,109	41.818,2000	4.558,18
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - I	CONTRATAÇÃO DO IEL	3288	0,092	41.818,2000	3.847,27
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	3401	14,000	9,1816	128,54
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	3402	15,000	9,1816	137,72
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	3403	14,000	9,1816	128,54
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	3405	9,000	9,1816	82,63
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	3406	4,000	9,1816	36,73
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	3408	5,000	9,1816	45,91
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	ÁGUA MINERAL C/ GÁS. EMBALAGEM 500 ML, FARDO C/ 12 UNIDADES	3402	2,000	12,9741	25,95
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL S/GAS, EMBALAGEM 500ML, FARDO C/ 12 UNIDADES	3402	2,000	11,9760	23,95
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL S/GAS, EMBALAGEM 500ML, FARDO C/ 12 UNIDADES	3403	6,000	11,9760	71,86



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Página: 7/11

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	GÁS GLP-P13	3401	2,000	45,3802	90,76
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	GÁS GLP-P13	3404	2,000	45,3802	90,76
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	GÁS GLP-P13	3405	1,000	45,3802	45,38
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	GÁS GLP-P13	3407	2,000	45,3802	90,76
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	GÁS GLP - P45	3222	30,000	182,5000	5.475,00
LAGOA DA SERRA LTDA	LUVA P/ INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL	3314	3,000	58,0000	174,00
LAGOA DA SERRA LTDA	NITROGÊNIO LÍQUIDO	3314	40,000	6,0000	240,00
LAGOA DA SERRA LTDA	SÊMEN BOVINO DA RAÇA HOLANDÊS	3314	10,000	40,0000	400,00
LAGOA DA SERRA LTDA	SEMÊN BOVINO DA RAÇA JERSEY	3314	35,000	10,0000	350,00
LAGOA DA SERRA LTDA	SÊMEN BOVINO RAÇA RED ANGUS - PENDOR	3314	10,000	11,0000	110,00
LAGOA DA SERRA LTDA	SÊMEN GIR	3314	15,000	15,0000	225,00
LAJETEC LAJES ARTEF DE CIMENTOS LTDA ME	TRATAMENTO E TUBULAÇÃO DE CONCRETO DA ESCOLA IRMÃO VENÂNCIO	3229	1,000	83.540,1900	83.540,19
LOJAS CAPOANI MÓVEIS E ELETRO	MICROONDAS CAPACIDADE 30 LITROS	3163	1,000	399,0000	399,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	AGUA SANITARIA COMUM	3247	1.600,000	1,8600	2.976,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	AGUA SANITARIA COMUM	3275	1.200,000	1,8600	2.232,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	BACIA PLASTICA - 20 LITROS	3247	70,000	9,9000	693,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	BACIA PLASTICA - 30 LITROS	3247	80,000	21,0000	1.680,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	BACIA PLASTICA 15 LITROS	3247	45,000	9,5000	427,50
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	BEBIDA LÁCTEA FERMENTADA. MERENDA 2013	3341	4.000,000	2,6450	10.580,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	BOBINA PLASTICA FOSCA 2 LITROS	3247	300,000	2,3800	714,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	BORRACHA ESCOLAR BRANCA Nº 40	3317	5.000,000	0,0800	400,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	CHA TIPO MATE LEAO	3247	250,000	2,6600	665,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	CHALEIRA DE ALUMINIO	3247	40,000	35,5000	1.420,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	COLHER DE SOBREMESA	3247	300,000	1,1700	351,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	COLHER DE SOPA	3247	1.500,000	1,1000	1.650,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	COPO PARA BEBÊ	3338	150,000	2,4000	360,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	COPOS DE VIDRO	3247	180,000	1,7900	322,20
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	E.V.A. PREMIUM LISTRADO 40 X 60 X 2, ESTAMPAS DIVERSAS	3317	500,000	2,4900	1.245,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	E.V.A.METALIZADO 40 X 60 CM X 1MM - VARIAS CORES	3317	500,000	5,4900	2.745,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	ESPONJA EM ACO INOX	3247	1.000,000	1,6800	1.680,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	EVA PLUCH 40 X 60 CM	3317	500,000	3,5900	1.795,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	EXTRATO DE TOMATE. MERENDA 2013	3344	100,000	3,1878	318,78
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	EXTRATO DE TOMATE. MERENDA 2013	3348	400,000	3,1878	1.275,12
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	EXTRATOR DE GRAMPOS	3317	20,000	0,5900	11,80
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, MERENDA 2013	3348	200,000	2,4900	498,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ. MERENDA 2013	3348	100,000	5,7655	576,55
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 50mm X 50 METROS	3317	400,000	1,6100	644,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	FORMA PARA BOLO 0,25 X 0,40	3247	50,000	14,9000	745,00

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 8/11

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	GRAMPEADORES 26/6, TIPO 266 EM METAL, COM 20 X 9	3317	40,000	9,1800	367,20
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	GRAMPO PARA GRAMPEADOR GRANDE 23/10, CAIXA COM 5.000 UNID	3317	40,000	7,9800	319,20
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	JARRA DE PLASTICO	3247	120,000	8,5000	1.020,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	LAPIS DE COR CAIXA GRANDE COM 12 CORES	3317	4.000,000	7,3400	29.360,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	LEITE CONDENSADO. MERENDA 2013	3344	100,000	3,0392	303,92
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	LENÇO UMEDECIDO BALDE COM 450 UNIDADES.	3338	20,000	10,8000	216,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	LIXEIRA	3247	20,000	145,5000	2.910,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	LIXEIRA 30 LITROS	3247	20,000	49,9000	998,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	Lixeira plástica reforçada - 20 Litros, sem tampa	3247	40,000	4,5000	180,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	LUVA DE BORRACHA PARA LIMPEZA	3247	1.300,000	1,9000	2.470,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	MILHO DE PIPOCA. MERENDA 2013	3344	50,000	4,0426	202,13
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	MILHO DE PIPOCA. MERENDA 2013	3348	250,000	4,0426	1.010,65
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	PA PARA LIXO DE METAL, COM CABO LONGO	3247	20,000	5,8900	117,80
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	PALITO DE PICOLE	3317	100,000	1,6900	169,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	PALITO P/ CHURRASCO - C/ 100	3317	100,000	2,4300	243,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	PAPEL CAMURÇA 60 X 40 CM SENDO: CORES DIVERSAS	3317	1.000,000	0,3200	320,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	PAPEL CONTACT ESTAMPADO, ROLO COM 10 METROS- DIVERSOS	3317	10,000	29,9000	299,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	PAPEL CREPOM, 0,48 X 2 M, SENDO: 300 VERMELHO, 300 VERDE CLA	3317	1.000,000	0,3600	360,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	PAPEL HIGIENICO - 30 METROS	3247	450,000	38,9000	17.505,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	PAPEL LAMINADO 49 X 59 CM, CORES VARIADAS	3317	1.000,000	0,4500	450,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	PASTA COM ELÁSTICO, 100 UNIDADES AZUL, 200 UNIDADES PRETO,	3317	200,000	0,9300	186,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	PERFURADOR DE METAL MÉDIO PARA 25 FOLHAS	3317	40,000	11,3000	452,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	PORTA TALHERES DE PLASTICO	3247	20,000	5,7000	114,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	POTE DE PLASTICO 15 LITROS	3247	50,000	19,5000	975,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	POTE DE PLASTICO 20 LITROS	3247	60,000	20,9000	1.254,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	POTE DE PLASTICO 6 LITROS	3247	70,000	6,9800	488,60
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	POTE DE PLASTICO 8 LITROS	3247	60,000	13,8000	828,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	PRATOS DE VIDRO FUNDO	3247	1.000,000	2,8500	2.850,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	PRATOS DE VIDRO FUNDO	3275	2.000,000	3,4800	6.960,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	SABAO EM PO - CAIXA COM 1 KG	3247	3.000,000	4,5400	13.620,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	SABONETE LIQUIDO INFANTIL	3338	150,000	8,9500	1.342,50
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	SHAMPOO FORMULAÇÃO SUAVE, SEM CORANTE	3338	150,000	7,8900	1.183,50
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	TNT ROLO COM 50 METROS, 100% PP 40 G, 1,40 M X 50 M DKN LISO	3317	40,000	33,9500	1.358,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	TOALHINHAS DE BOCA 100% ALGODÃO.	3338	200,000	7,9000	1.580,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	VASSOURA DE NYLON COM CABO	3247	500,000	4,2000	2.100,00
MATHEUS MARCON 05064483988 (LOJA LOURO)	AMACIANTE DE ROUPA	3250	100,000	1,9800	198,00
MATHEUS MARCON 05064483988 (LOJA LOURO)	CERA LIQUIDA	3250	500,000	15,9900	7.995,00
MATHEUS MARCON 05064483988 (LOJA LOURO)	DESINFETANTE LIQUIDO - FLORAL	3250	200,000	5,8400	1.168,00
MATHEUS MARCON 05064483988 (LOJA LOURO)	DETERGENTE LIQUIDO	3250	3.600,000	1,0000	3.600,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Página: 9/11

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MATHEUS MARCON 05064483988 (LOJA LOURO)	MULTIUSO 500ML, LIMPEZA PARA PISOS	3250	600,000	2,0900	1.254,00
MATHEUS MARCON 05064483988 (LOJA LOURO)	ODORIZADOR DE AMBIENTE	3250	30,000	5,5400	166,20
MAXIMA PAPELARIA EIRELI	ARQUIVO MORTO 2013	3322	200,000	1,1400	228,00
MAXIMA PAPELARIA EIRELI	BARBANTE COM 50 METROS Nº 8, TIPO CRU	3322	50,000	1,9900	99,50
MAXIMA PAPELARIA EIRELI	CARTOLINA COM 150 gm.	3322	4.000,000	0,2400	960,00
MAXIMA PAPELARIA EIRELI	CLIPS 8/0 NIQUELADO C/ 500 G	3322	50,000	4,5900	229,50
MAXIMA PAPELARIA EIRELI	Clips niquelado 2/0 c 500 gramas	3322	50,000	4,5900	229,50
MAXIMA PAPELARIA EIRELI	DESTACA TEXTO FLUORESCENTE, CORES AMARELO, VERDE , ROSA E L	3322	200,000	0,5400	108,00
MAXIMA PAPELARIA EIRELI	E.V.A LISO TAMANHO 40 X 60 CM	3322	2.000,000	1,1700	2.340,00
MAXIMA PAPELARIA EIRELI	ENVELOPE 114 MM X 229 MM, COLORIDO	3322	200,000	0,0500	10,00
MAXIMA PAPELARIA EIRELI	FITA DUPLA FACE 25 X 30 MM	3322	10,000	4,9000	49,00
MAXIMA PAPELARIA EIRELI	PAPEL DUPLA FACE SENDO:	3322	2.000,000	0,3300	660,00
MAXIMA PAPELARIA EIRELI	PAPEL OFÍCIO COLORIDO.	3322	100,000	13,9500	1.395,00
MAXIMA PAPELARIA EIRELI	PINCEL PARA PINTURA ( PELO) EM GUACHE Nº 12	3322	500,000	0,8700	435,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA FIAT PALIO DDS3823, 2001	3224	260,000	1,0000	260,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA VEÍCULO CITY CLASS 70	3353	750,500	1,0000	750,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA VEÍCULO FIESTA	3199	767,650	1,0000	767,65
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA VEÍCULO FIESTA	3200	189,000	1,0000	189,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA VEICULO MHL 8076 FORD/FIES	3223	294,500	1,0000	294,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA VEICULO TRATOR TRAMONTINI	3164	1.950,210	1,0000	1.950,21
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA VEICULO TRATOR TRAMONTINI	3165	1.567,500	1,0000	1.567,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA VEÍCULO VOLARE V 8 L	3354	186,200	1,0000	186,20
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA VW GOL, PLACA MHD 4146, AN	3154	277,500	1,0000	277,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA VW GOL, PLACA MHD 4146, AN	3156	1.034,550	1,0000	1.034,55
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA VW GOL, PLACA MHD 4146, AN	3228	270,000	1,0000	270,00
NELITIA GOMES FARIAS - EPP	BERÇO DE MADEIRA SEM RODÍZIOS.	3349	30,000	319,0000	9.570,00
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	ABÓBORA (TIPO CABOTIÁ). MERENDA 2013	3220	445,000	1,7209	765,80
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	ABOBRINHA. CARACTERÍSTICAS: CASCA CORIÁCEA COM AS PAREDES ES	3220	408,000	2,3939	976,71
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	ALHO. MERENDA 2013	3220	12,880	13,3635	172,12
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	BATATA INGLESA, MERENDA 2013	3220	1.295,000	2,8650	3.710,18
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	BATATA SALSA. MERENDA 2013	3220	65,000	5,6723	368,70
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	BETERRABA. MERENDA 2013	3220	83,000	2,3551	195,47
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	BRÓCOLIS. MERENDA 2013	3220	676,000	3,2688	2.209,71
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	CEBOLA BRANCA. MERENDA 2013	3220	553,000	2,8746	1.589,65

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 10/11

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	CENOURA. MERENDA 2013	3220	495,000	2,5477	1.261,11
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	CHUCHU. MERENDA 2013	3220	408,000	1,9132	780,59
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	COUVE MANTEIGA. MERENDA 2013	3220	107,000	2,6000	278,20
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	OVO DE GALINHA. MERENDA 2013	3220	982,000	4,3167	4.239,00
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	REPOLHO. MERENDA 2013	3220	477,000	1,8171	866,76
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	TOMATE. MERENDA 2013	3220	683,000	3,8360	2.619,99
NORMA ADRIANA ZANATTA - ME	VAGEM. MERENDA 2013	3220	78,000	3,8360	299,21
OLITEC - BALANÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP AVENTAL		3245	125,000	4,4100	551,25
OLITEC - BALANÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP BULE DE ALUMINIO		3245	30,000	36,6700	1.100,10
OLITEC - BALANÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP CANECAS DE ALUMINIO		3245	1.000,000	4,9300	4.930,00
OLITEC - BALANÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP FORMA PARA BOLO 0,32 X 0,45		3245	50,000	22,8800	1.144,00
OLITEC - BALANÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP GARRAFA TERMICA DE APERTAR, CAPACIDADE 2 LITROS		3245	18,000	56,4600	1.016,28
OLITEC - BALANÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP PANELA DE PRESSAO DE TEFLON, CAPACIDADE 10 LITROS		3245	15,000	153,5000	2.302,50
OLITEC - BALANÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP TOUCAS DESCARTAVEIS (USO MERENDEIRAS DAS ESCOLAS)		3245	3.000,000	0,0600	180,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA - PAO FRANCES C/ 50 GRAMAS, FRESCOS FEITOS NO DIA		3221	919,500	8,0844	7.433,61
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA - PÃO FRANCÊS COM FIBRAS (ACRESCIDO DE FARELO DE TRIGO INTEGRA		3221	969,500	9,3209	9.036,61
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	APONTADOR COM RESERVA, TUBO RETANGULAR	3316	4.000,000	1,8500	7.400,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	FELPO FILVA	3351	85,000	36,5000	3.102,50
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	PASTA AZ	3316	40,000	3,3000	132,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	PINCEL PARA PINTURA (PELO) EM GUACHE Nº 10	3316	500,000	1,1500	575,00
PATRIMONIAL COM. DE EQUIP. ELETR. E ELTRON. I NOBREAK 0.6 KV		3315	2,000	313,6500	627,30
PATRIMONIAL COM. DE EQUIP. ELETR. E ELTRON. I RÁDIO NANO STATION LW - NSMS - 16 DBI 5.8GHZ 150 MBPS		3258	4,000	495,1500	1.980,60
PAULO LUIZ PRIGOL & CIA LTDA - ME - ELETROPAU COMPRESSOR		3396	1,000	276,0000	276,00
PAULO LUIZ PRIGOL & CIA LTDA - ME - ELETROPAU CONCERTO DE GELADEIRA		3396	1,000	75,0000	75,00
PAULO LUIZ PRIGOL & CIA LTDA - ME - ELETROPAU MÓDULOS ELETRONICOS PARA REPOSIÇÃO		3396	1,000	293,0000	293,00
PAULO LUIZ PRIGOL & CIA LTDA - ME - ELETROPAU TORNEIRA		3396	1,000	18,0000	18,00
PERSIANAS REQUINTE LTDA - ME	DIVISÓRIA EUCATEX COM 1 PORTA	3399	1,000	1.621,0000	1.621,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - I BALANCEAMENTO R-13/14/15		3212	8,000	7,0000	56,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - I BICOS DE AR PARA RODA AROS 13, 14 E 15		3212	2,000	5,0000	10,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - I Montagem pneu R-13/14 /15		3212	8,000	8,0000	64,00
REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME	CAPA PARA COLCHÃO DE SOLTEIRO, MALHA, 100% ALGODÃO.	3340	50,000	22,9300	1.146,50
REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME	FRONHA 100 % ALGODÃO 50 X 70CM, 150 FIOS, ANTIALÉRGICA.	3340	150,000	5,5300	829,50
REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME	LENÇOL DE SOLTEIRO COM ELÁSTICO, 100% ALGODÃO.	3340	100,000	47,6500	4.765,00
ROVIANNE VON SCHARTEN 03760326935	CONFECÇÃO DE BLOCOS AUTOCOPIATIVO	3162	3,000	33,3333	100,00
SANDRO CUCCAROLO M.E. - SIM COM. DE MÁQ. AG FIO PARA ROCADEIRA		3253	50,000	0,7000	35,00
SANDRO CUCCAROLO M.E. - SIM COM. DE MÁQ. AG MAO DE OBRA CONCERTO DE ROCADEIRA		3253	1,000	60,0000	60,00
SELEME MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA	3324	2,000	27,2300	54,46
SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA - M COLA ADESIVA PARA TACHAS, TACHÕES E CALOTAS		3266	100,000	12,5000	1.250,00



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 11/11

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA - M	TACHÕES BI-DIRECIONAIS BRANCO OU AMARELO, NAS DIMENSÕES, LAR	3266	621,000	14,5500	9.035,55
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	BATERIA 3,6V TIPO MOEDA (PILHA)	3186	2,000	6,9645	13,93
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	CABO PAR TRANÇADO CATEGORIA 5 ( METRO)	3186	74,000	1,7411	128,84
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	CONECTOR RJ45 PARA CABO DE REDE	3186	8,000	1,7411	13,93
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	CONVERSOSR 10/100 FIBRA ÓTICA	3255	2,000	420,0000	840,00
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	ESTABILIZADOR TRANS. BIVOLT ENT 220 SAI 110 1000V	3186	1,000	304,6986	304,70
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	FONTE DE ALIMENTAÇÃO ATX	3186	1,000	69,6454	69,65
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	FONTE DE ALIMENTAÇÃO ATX	3191	1,000	69,6454	69,65
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	HD ANA/SATA 100 GB 1TB	3255	1,000	385,0000	385,00
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	HD ANA/SATA 200 GB 2TB	3255	2,000	510,0000	1.020,00
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	HD SATA 500 GB	3186	1,000	330,8157	330,82
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	HORA TÉCNICA PARA SERVIÇOS EM INFORMÁTICA	3187	14,000	40,0000	560,00
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	HORA TÉCNICA PARA SERVIÇOS EM INFORMÁTICA	3189	3,000	40,0000	120,00
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	HORA TÉCNICA PARA SERVIÇOS EM INFORMÁTICA	3190	2,000	40,0000	80,00
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	PLACA DE REDE 10/100	3191	1,000	30,4699	30,47
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	PLACA DE SOM PCI	3186	1,000	43,5284	43,53
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	PLACA MAE GIGABYTE PROCESSADORES SOQUETE LGA 1155	3186	1,000	261,1703	261,17
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	PLACA MAE GIGABYTE PROCESSADORES SOQUETE LGA 1155	3188	1,000	261,1703	261,17
TODT MÓVEIS LTDA	ARMÁRIO COM DUAS PORTAS EM MDF COM ACABAMENTO EM PVC.	3198	5,000	520,0000	2.600,00
TODT MÓVEIS LTDA	MESA COM 3 GAVETAS EM MDF COM ACABAMENTO EM PVC	3198	5,000	379,0000	1.895,00
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	TINTA ESMALTE SINTÉTICO PRIMEIRA QUALIDADE - COR -CINZA	3398	1,000	60,6385	60,64
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	TINTA FUNDO FOSCO BRANCA NC 3,6 L	3398	1,000	82,6025	82,60
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	Torneira elétrica	3194	3,000	137,1200	411,36
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	CLASSIC-LS-4-PT-78CV-FLEX-PLACA-MJH5772 ANO 2012	3204	156,750	1,0000	156,75
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	CLASSIC-LS-4-PT-78CV-FLEX-PLACA-MJH5772 ANO 2012	3207	208,500	1,0000	208,50
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	FIESTA SEDAN 1.6 -5-PT-107CV-FLEX-PLACA-MKG7562 ANO-2012	3204	572,950	1,0000	572,95
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	FIESTA SEDAN 1.6 -5-PT-107CV-FLEX-PLACA-MKG7562 ANO-2012	3207	169,750	1,0000	169,75
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	PALIO WEEKEND-5-PT-117CV-FLEX-PLACA-MLV 1249 ANO-2012	3204	765,820	1,0000	765,82
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	PALIO WEEKEND-5-PT-117CV-FLEX-PLACA-MLV 1249 ANO-2012	3207	218,250	1,0000	218,25
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	UNO MILLE FIRE 5 PT 66CV - FLEX-PLACA-MGH8598 ANO 2008	3204	273,600	1,0000	273,60
<b>Total Geral do Mês ----&gt;</b>					<b>916.066,22</b>

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR**

Página: 1/3

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ANTONINHO ROQUE HAMESTER E CIA LTDA (AQUA PINCEL NÚMEROS VARIADOS		591	2,000	2,3600	4,48
ANTONINHO ROQUE HAMESTER E CIA LTDA (AQUA ROLO PEQUENO		591	2,000	8,0400	15,27
ANTONINHO ROQUE HAMESTER E CIA LTDA (AQUA TINTA ACRILICO FOSCO		591	1,000	48,0000	45,60
ANTONINHO ROQUE HAMESTER E CIA LTDA (AQUA TINTA ACRILICO FOSCO		591	2,000	19,9000	37,81
ANTONINHO ROQUE HAMESTER E CIA LTDA (AQUA TINTA SPRAY CORES VARIADAS		591	1,000	8,9600	8,51
ANTONINHO ROQUE HAMESTER E CIA LTDA (AQUA TINTA SPRAY CORES VARIADAS		591	1,000	7,7800	7,39
ANTONINHO ROQUE HAMESTER E CIA LTDA (AQUA VERNIZ		591	1,000	17,6900	16,80
ANTONIO FOPPA - BEBIDAS	REFRIGERANTE 2 LITROS	581	80,000	2,6700	213,60
ARTES GRAFICAS COSMOS LTDA	CARTAZ COLORIDO IMPRESSO	601	3.000,000	0,4600	1.380,00
ARTES GRAFICAS COSMOS LTDA	ENVELOPE 26X36CM	601	2.950,000	0,3830	1.129,85
ARTES GRAFICAS COSMOS LTDA	FOLHA TIMBRADA	601	3.000,000	0,0550	165,00
ASSOCIAÇÃO CULTURAL SOARTE	CONTRATAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DETEATRO	612	1,000	7.980,0000	7.980,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VALE TRANSPORTE AMARELO	637	2.161,000	2,2500	4.862,25
CLODOMIRA GONÇALVES DE SOUZA 80828841934	LAVAGEM DE VEICULOS DE PASSEIO	636	8,000	20,3000	162,40
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - EPI COLHER DE PLÁSTICO DESCARTÁVEL		582	12,000	2,0000	24,00
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - EPI COPO DESCARTAVEL 200 ML C/100 UNID.		582	12,000	4,7500	57,00
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - EPI COPOS DESCARTAVEL 300 ML		582	6,000	5,3000	31,80
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - EPI GARFO DESCARTÁVEL		582	12,000	2,0000	24,00
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - EPI GUARDANAPO		582	12,000	2,3500	28,20
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - EPI PRATO DESCARTÁVEL C/ 10 UNIDADES		582	60,000	1,2500	75,00
D.W.D SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA - MAO DE OBRA PARA PROGRAMAÇÃO DE CENTRAL TELEFONICA		608	1,000	438,0000	438,00
EDINEUSA CORDEIRO (A.C.F. FOTOGRAFIAS).	SERVIÇO DE CRIAÇÃO DE AUDIO VISUAL	611	1,000	7.980,0000	7.980,00
EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	CONFECÇÃO DE FOLDER A4 COM 02 DOBRAS IMPRESSAO 3X3	605	3.500,000	0,1480	518,00
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDEF	Banana caturra - tamanho médio em processo de amadurecimento	626	25,000	1,6400	41,00
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDEF	Laranja pêra, casca de cor alaranjada, odor agradável e doce	626	20,000	1,8500	37,00
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDEF	Maçã Fuji tamanho médio, casca íntegra, sem amassados	626	10,000	3,2500	32,50
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDEF	MAMÃO FORMOSA, EM PROCESSO DE AMADURECIMENTO, LISO, LIVRE DE	626	5,000	2,9500	14,75
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BANDEF	OVOS DE GALINHA TIPO 02 VERMELHOS GRANDES, FRESCO, CASCA LI	626	3,000	4,3300	12,99
FUNDAÇÃO UNIV. ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - FI	LOCAÇÃO DE AUDITORIO	594	2,000	880,0000	1.760,00
HARMONIZE IND E COM TEXTIL LTDA	CAMISETA MANGA CURTA	587	12,000	9,8000	117,60
HARMONIZE IND E COM TEXTIL LTDA	CONFECÇÃO DE CAMISETAS	587	25,000	14,0000	350,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	ACUCAR REFINADO BRANCO PACOTE DE 5 KG	639	23,000	9,8000	225,40
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	BEBIDA LÁCTEA LEITE FERMENTADO, PREPARADO DE FRUTAS E CERE	625	140,000	1,9700	275,80
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	BISCOITOS SORTIDOS COM FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERR	639	23,000	4,9400	113,62
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	CREME DE LEITE, INGREDIENTES: GORDURA LÁCTEA- MÍNIMO 35, APR	639	23,000	2,0500	47,15
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	LEITE UHT INTEGRAL LONGA VIDA – EMBALAGEM TETRA PAK, PRAZO D	638	10,000	23,0400	230,40

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR**

Página: 2/3

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	MARGARINA VEGETAL POTE COM 500G	639	23,000	1,6800	38,64
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	MILHO PARA PIPOCA TIPO 01 PACOTE COM 500G	639	46,000	2,2400	103,04
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Mini Salgados (tipo pastelzinho, coxinha, risoles, etc)	585	35,630	22,5000	801,68
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Mini Salgados (tipo pastelzinho, coxinha, risoles, etc)	586	64,756	22,5000	1.457,01
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Mini Salgados (tipo pastelzinho, coxinha, risoles, etc)	598	5,030	22,5000	113,18
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Mini Salgados (tipo pastelzinho, coxinha, risoles, etc)	600	55,320	22,5000	1.244,70
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	ÓLEO DE SOJA EMBALAGEM 900ML	638	20,000	3,3400	66,80
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	ÓLEO DE SOJA EMBALAGEM 900ML	639	23,000	3,2500	74,75
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	OVOS DE GALINHA TIPO 02 VERMELHOS GRANDES, FRESCO, CASCA LI	639	23,000	4,9800	114,54
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Pão Frances 50g, fabricado no dia da entrega	584	42,765	8,1500	348,53
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Pão Frances 50g, fabricado no dia da entrega	585	18,328	8,1500	149,37
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Pão Frances 50g, fabricado no dia da entrega	599	21,382	8,1500	174,26
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Pão Frances 50g, fabricado no dia da entrega	600	12,728	8,1500	103,73
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	SABÃO EM PÓ COM BRANQUEADOR ÓPTICO, TENSOATIVOS ANIÔNICOS, T	638	60,000	3,9900	239,40
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	SAL REFINADO IODADO EMBALAGEM DE 01KG	638	20,000	0,9900	19,80
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	SALSICHA A GRANEL ORIGEM CARNE DE FRANGO, BOVINA E SUINA TIP	639	23,000	6,2400	143,52
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	TORTA SALGADA COM RECHEIO DE FRANGO, MILHO VERDE, ERVILHA	585	68,959	24,5000	1.689,50
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	TORTA SALGADA COM RECHEIO DE FRANGO, MILHO VERDE, ERVILHA	586	3,407	24,5000	83,47
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	TORTA SALGADA COM RECHEIO DE FRANGO, MILHO VERDE, ERVILHA	598	1,647	24,5000	40,35
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	TORTA SALGADA COM RECHEIO DE FRANGO, MILHO VERDE, ERVILHA	600	26,420	24,5000	647,29
INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - I	CONTRATAÇÃO DO IEL	609	1,300	8.181,8000	10.636,34
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	ÁGUA MINERAL 20 LITROS	583	11,000	9,1800	100,98
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL SEM GÁS - EMBALAGEM COM 12 UNIDADES	583	2,000	11,9700	23,94
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	GÁS GLP P13	583	2,000	45,3800	90,76
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	CANJICA DE MILHO TIPO 01 BRANCA EMBALAGEM 500G	640	46,000	3,4000	156,40
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	CHÁ MATE TOSTADO- VÁRIOS SABORES CAIXA COM 40 G	640	46,000	2,8900	132,94
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	DOCE DE FRUTAS CREMOSO, SEM GLÚTEN, COM POLPA DE FRUTAS,	640	23,000	2,5500	58,65
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	ERVA MATE PN-1, COM 70% FOLHAS E 30% OUTROS RAMOS	640	23,000	8,0000	184,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	ERVILHA EM CONSERVA, INGREDIENTES: ÁGUA, AÇÚCAR, ÁCIDO CÍTRI	640	23,000	1,7500	40,25
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO EMBALAGEM COM 250 GR	640	23,000	3,4300	78,89
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	LEITE CONDENSADO INGREDIENTES: LEITE INTEGRAL, AÇÚCAR,	640	23,000	3,4900	80,27
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	MILHO EM CONSERVA: MILHO VERDE COZIDOS, PRAZO DE VALIDADE	640	23,000	1,7000	39,10
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	SUCO CONCENTRADO NATURAL, SABORES VARIADOS,	634	100,000	4,8400	484,00
MAXIPLAST IND E COM LTDA	FILME PLASTICO	627	5.000,000	0,4873	2.436,30
MAXIPLAST IND E COM LTDA	FILME PLASTICO	628	4.000,000	0,4873	1.949,20
MAXIPLAST IND E COM LTDA	FILME PLASTICO	629	5.000,000	0,4873	2.436,30
MENON CORRETORA DE SEGUROS LTDA	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL PARA VEICULO	624	1,000	2.573,9500	2.573,95

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR**

Página: 3/3

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
OSMAR DA SILVA	FOTOGRAFIAS PARA DOCUMENTOS	635	53,000	5,0000	265,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	BOLO DE CENOURA COM COBERTURA DE CHOCOLATE	592	2,006	12,5000	25,08
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	BOLO DE CENOURA COM COBERTURA DE CHOCOLATE	593	14,550	12,5000	181,88
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	CACHORRO QUENTE (PÃO DE CACHORRO QUENTE, MOLHO DE TOMATE	593	210,000	3,0000	630,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	CUCA TIPO ROYAL COM COBERTURA DE FAROFA	593	9,650	12,5000	120,63
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	NEGA MALUCA	592	3,480	15,5000	53,94
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	NEGA MALUCA	593	32,920	15,5000	510,26
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	SANDUICHE NATURAL (DUAS FATIAS DE PÃO INTEGRAL, ALFACE, TOMA	592	10,000	3,5000	35,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	SANDUICHE NATURAL (DUAS FATIAS DE PÃO INTEGRAL, ALFACE, TOMA	593	166,000	3,5000	581,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA -	Sanduiche pronto (Pão Frances 50g, 01 fatia de presunto e 01	593	340,000	2,5000	850,00
S.C COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME	CONFECÇÃO DE BANNER	606	1,000	185,8000	185,80
S.C COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME	CONFECÇÃO DE FAIXA EM TNT	642	1,000	52,5000	52,50
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	CONCERTO DE IMPRESSORA	590	1,000	100,0000	100,00
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	CONCERTO DE MICRO COMPUTADOR	607	1,000	257,0000	257,00
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	CONCERTO DE NOTEBOOK	641	1,000	80,0000	80,00
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	BATERIA 60 AMPERES	630	1,000	313,2000	313,20
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	JOGO DE PASTILHA	632	1,000	121,5000	121,50
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	MÃO DE OBRA MECANICA	630	1,000	60,0000	60,00
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	MÃO DE OBRA MECANICA	632	1,000	40,0000	40,00
<b>Total Geral do Mês ----&gt;</b>					<b>62.081,79</b>

# Camboriú

## PREFEITURA

### Resumo Contrato Mês 09/2013

#### RESUMO DE CONTRATO

##### FMA

###### Contrato nº 004/2013

Processo: Pregão Presencial Nº 003/2013

Contratado: VETERINÁRIA SUL CATARINENSE LTDA EPP

Data: 06/09/2013

Prazo: 31 de dezembro de 2013

Valor: R\$ 3.551,75 (Três mil quinhentos e cinquenta e um reais e setenta e cinco centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DO CENTRO CIRÚRGICO E ATENDIMENTO CLÍNICO VETERINÁRIO DA FUNDAÇÃO CAMBORIUENSE DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

##### FMS

###### Contrato nº 076/2013

Processo: Pregão Presencial Nº 022/2013

Contratado: CIRURGICA BELA VISTA COM. DE PROD. HOSPIT.ME

Data: 03/09/2013

Prazo: 31 de dezembro de 2013

Valor: R\$ 347.596,67 (Trezentos e quarenta e sete mil quinhentos e noventa e seis reais e sessenta e sete centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR, PARA SUPRIR A NECESSIDADE DO CEDIT, SAMU E UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO PROPORCIONANDO ASSIM UM ATENDIMENTO EFICAZ AOS PACIENTES.

###### Contrato nº 077/2013

Processo: Pregão Presencial Nº 022/2013

Contratado: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

Data: 03/09/2013

Prazo: 31 de dezembro de 2013

Valor: R\$ 76.757,74 (setenta e seis mil setecentos e cinquenta e sete reais e setenta e quatro centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR, PARA SUPRIR A NECESSIDADE DO CEDIT, SAMU E UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO PROPORCIONANDO ASSIM UM ATENDIMENTO EFICAZ AOS PACIENTES.

###### Contrato nº 078/2013

Processo: Pregão Presencial Nº 022/2013

Contratado: METROMED COM. MAT. MED. HOSP. LTDA

Data: 03/09/2013

Prazo: 31 de dezembro de 2013

Valor: R\$ 6.551,00 (Seis mil quinhentos e cinquenta e um reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR, PARA SUPRIR A NECESSIDADE DO CEDIT, SAMU E UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO PROPORCIONANDO ASSIM UM ATENDIMENTO EFICAZ AOS PACIENTES.

###### Contrato nº 079/2013

Processo: Pregão Presencial Nº 022/2013

Contratado: ALTERMED MATERIAL MED. HOSPITALAR LTDA

Data: 03/09/2013

Prazo: 31 de dezembro de 2013

Valor: R\$ 28.458,33 (Vinte e oito mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e trinta e três centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR, PARA SUPRIR A NECESSIDADE DO CEDIT, SAMU E UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO PROPORCIONANDO ASSIM UM ATENDIMENTO EFICAZ AOS PACIENTES.

###### Contrato nº 080/2013

Processo: Pregão Presencial Nº 022/2013

Contratado: ALIANÇA HOSPITALAR LTDA

Data: 03/09/2013

Prazo: 31 de dezembro de 2013

Valor: R\$ 4.750,40 (Quatro mil setecentos e cinquenta reais e quarenta centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR, PARA SUPRIR A NECESSIDADE DO CEDIT, SAMU E UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO PROPORCIONANDO ASSIM UM ATENDIMENTO EFICAZ AOS PACIENTES.

###### Contrato nº 081/2013

Processo: Pregão Presencial Nº 022/2013

Contratado: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS

Data: 03/09/2013

Prazo: 31 de dezembro de 2013

Valor: R\$ 49.482,70 (Quarenta e nove mil quatrocentos e oitenta e dois reais e setenta centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR, PARA SUPRIR A NECESSIDADE DO CEDIT, SAMU E UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO PROPORCIONANDO ASSIM UM ATENDIMENTO EFICAZ AOS PACIENTES.

###### Contrato nº 082/2013

Processo: Pregão Presencial Nº 024/2013

Contratado: INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACÃO LTDA

Data: 06/09/2013

Prazo: 12 (doze) meses

Valor: R\$ 122.010,00 (Cento e vinte e dois mil e dez reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NA ÁREA DE INFORMÁTICA, PARA LOCAÇÃO DE SOFTWARES DE GESTÃO DE SAÚDE, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS, INTEGRADOS E EM AMBIENTE WINDOWS, INCLUINDO MANUTENÇÃO LEGAL E CORRETIVA, CONVERSÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

###### Contrato nº 083/2013

Processo: Pregão Presencial Nº 023/2013

Contratado: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS

Data: 09/09/2013

Prazo: 31 de dezembro de 2013

Valor: R\$ 15.566,33 (Quinze mil quinhentos e sessenta e seis reais e trinta e três centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS VISANDO SUPRIR A NECESSIDADE EMERGENCIAL NO PRONTO ATENDIMENTO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

###### Contrato nº 084/2013

Processo: Pregão Presencial Nº 023/2013

Contratado: ALTERMED MATERIAL MED. HOSPITALAR LTDA

Data: 09/09/2013



Prazo: 31 de dezembro de 2013  
Valor: R\$ 70,56 (Setenta reais e cinquenta e seis centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS VISANDO SUPRIR A NECESSIDADE EMERGENCIAL NO PRONTO ATENDIMENTO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Contrato nº 085/2013  
Processo: Tomada de Preço nº. 001/2013  
Contratado: AÇU CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA  
Data: 10/09/2013  
Prazo: 05 (cinco) meses  
Valor: R\$ 122.010,00 (Cento e vinte e dois mil e dez reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA ACADEMIA DE SAÚDE, COM ÁREA DE 115 M2, NA RUA TARCÍ TESTONI DOS SANTOS, NO BAIRRO SANTA REGINA - CAMBORIÚ/SC, CONFORME PROJETO EM ANEXO - PORTARIA 359/2012 QUE ALTEROU A PORTARIA 1.401/2011 DO GOVERNO FEDERAL - MINISTÉRIO DA SAÚDE - CONTRAPARTIDA MUNICIPAL.

Contrato nº 086/2013  
Processo: Pregão Presencial Nº 025/2013  
Contratado: LINEAR INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP  
Data: 11/09/2013  
Prazo: 31 de dezembro de 2013  
Valor: R\$ 81.135,00 (Oitenta e um mil cento e trinta e cinco reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E ELETRODOMÉSTICOS PARA EQUIPAR A UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO CAIC DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

FUMREBOM

Contrato nº 004/2013  
Processo: Pregão Presencial Nº 003/2013  
Contratado: APOLO CENTRO AUTOMOTIVO  
Data: 10/09/2013  
Prazo: 31 de dezembro de 2013  
Valor: R\$ 19.845,00 (Dezenove mil oitocentos e quarenta e cinco reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS MECÂNICOS/ ELÉTRICOS PARA AS VIATURAS ASU193, ABT31 E ATP153 PERTENCENTES AO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CAMBORIÚ.

FUNDESB

Contrato nº 033/2013  
Processo: Carta Convite Nº. 016/2013  
Contratado: ELETRO COELHO LTDA  
Data: 03/09/2013  
Prazo: 31 de dezembro de 2013  
Valor: R\$ 79.391,99 (Setenta e nove mil trezentos e noventa e um reais e noventa e nove centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE PRESSURIZAÇÃO (BUSTER) COM FORNECIMENTO DE PEÇAS QUE SERÁ INSTALADO NA RUA MONTE SANTANA, ASSIM O ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL NOS PONTOS MAIS ALTOS DO BAIRRO CONDE VILA VERDE NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Contrato nº 034/2013  
Processo: Pregão Presencial Nº 004/2013  
Contratado: DISK MATERIAL COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA  
Data: 16/09/2013

Prazo: 14 de fevereiro de 2014  
Valor: R\$ 152.250,00 (Cento e cinquenta e dois mil duzentos e cinquenta reais)

Objeto: ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N 002/2013 - SELEÇÃO DE PROPOSTAS, VISANDO AO REGISTRO DE PREÇOS DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO HORA CAMINHÃO COMBINADO HIDROJATO/VACUO PARA DESENTUPIMENTO DE TUBULAÇÕES E BOCAS DE LOBO COM PROPOSITO DE RECUPERAÇÃO DO SISTEMA PLUVIAL DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Contrato nº 035/2013  
Processo: Pregão Presencial Nº 003/2013  
Contratado: DISK MATERIAL COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA  
Data: 16/09/2013  
Prazo: 18 de fevereiro de 2014  
Valor: R\$ 56.875,00 (Cinquenta e seis mil oitocentos e setenta e cinco reais)

Objeto: ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N 003/2013 - SELEÇÃO DE PROPOSTAS, VISANDO AO REGISTRO DE PREÇOS DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE MAQUINA RETROESCAVADEIRA EM HORA MÁQUINA, PARA SERVIÇO DE LIMPEZA DE VALAS E COLOCAÇÃO DE TUBOS EM REDES PLUVIAIS DE ESCOAMENTO DE ÁGUA, EM TODO O MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

FUMPOM

Contrato nº 006/2013  
Processo: Pregão Presencial Nº 006/2013  
Contratado: MARAMBAIA VEÍCULOS LTDA  
Data: 09/09/2013  
Prazo: 31 de dezembro de 2013  
Valor: R\$ 39.590,00 (Trinta e nove mil quinhentos e noventa reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR, TIPO UTILITÁRIO ESPORTIVO, NOVO 0KM, MODELO 2013/2014 PARA A 1ª COMPANHIA POLICIAL MILITAR COM SEDE NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.  
FME

Contrato nº 069/2013  
Processo: Concorrência Pública nº. 001/2013  
Contratado: AÇU CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA  
Data: 17/09/2013  
Prazo: 20 (vinte) meses  
Valor: R\$ 1.565.000,00 (Um milhão quinhentos e sessenta e cinco mil reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EDIFICAÇÃO DE UMA CRECHE/PRÉ ESCOLA TIPO "B" PROGRAMA PRÓ-INFÂNCIA, COM ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA DE 1.118,48 M2, OBRA 12032 - PAC 2. CONFORME PROJETO BÁSICO E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO.

PMC

Contrato nº 101/2013  
Processo: Carta Convite Nº. 068/2013  
Contratado: AUTO POSTO CAMBORIÚ LTDA  
Data: 13/09/2013  
Prazo: 31 de dezembro de 2013  
Valor: R\$ 40.159,80 (Quarenta mil cento e cinquenta e nove reais e oitenta centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, FLUIDOS,

**FILTROS E MATERIAIS DE LIMPEZA DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL.****Contrato nº 102/2013**

Processo: Pregão Presencial Nº 049/2013

Contratado: PARANÁ EQUIPAMENTOS S/A

Data: 20/09/2013

Prazo: 31 de dezembro de 2013

Valor: R\$ 275.500,00 (Duzentos e setenta e cinco mil e quinhentos reais)

**Objeto:** AQUISIÇÃO DE MÁQUINA RETROESCAVADEIRA E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS COMPLEMENTARES À MÁQUINA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE MELHORIAS DO SISTEMA VIÁRIO NÃO PAVIMENTADO NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME CONVÊNIO Nº2590/2013 CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA E O MUNICÍPIO.

FMC

**Contrato nº 006/2013**

Processo: Carta Convite Nº. 004/2013

Contratado: LEANDRO FRANCISCA - EPP

Data: 06/09/2013

Prazo: 31 de dezembro de 2013

Valor: R\$ 53.920,00 (Cinquenta e três mil novecentos e vinte reais).

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE CAPTAÇÃO, GRAVAÇÃO E EDIÇÃO DE IMAGENS E COBERTURA FOTOGRÁFICA COMPLETA PARA OS EVENTOS QUE ACONTECERÃO DE SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2013. EVENTOS ESTES QUE COMPÕEM O CALENDÁRIO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CAMBORIÚ.

**Contrato nº 007/2013**

Processo: Pregão Presencial Nº 001/2013

Contratado: STATUS SOM SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO LTDA ME

Data: 11/09/2013

Prazo: 31 de dezembro de 2013

Valor: R\$ 71.000,00 (Setenta e um mil reais)

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO DOS EVENTOS QUE ACONTECERÃO DE SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2013 NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

**Contrato nº 008/2013**

Processo: Carta Convite Nº. 006/2013

Contratado: GRAFICA DELTA LTDA- ME

Data: 30/09/2013

Prazo: 31 de dezembro de 2013

Valor: R\$ 15.854,04 (Quinze mil oitocentos e cinquenta e quatro reais e quatro centavos).

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONFEÇÃO DE MATERIAL DE IMPRESSÃO, COMO CONVITES, FAIXAS, BANNER, FOLDERS, CATAZES, TESTEIRA, OUTDOOR E CERTIFICADO, PARA DIVULGAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS EVENTOS QUE ACONTECERÃO DE OUTUBRO A DEZEMBRO DE 2013. EVENTOS ESTES QUE COMPÕEM A PROGRAMAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CAMBORIÚ, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO.

**Contrato nº 009/2013**

Processo: Carta Convite Nº. 007/2013

Contratado: VANESSA CASSOL

Data: 30/09/2013

Prazo: 31 de dezembro de 2013

Valor: R\$ 48.700,00 (Quarenta e oito mil e setecentos reais)

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA REALIZAR O SERVIÇO DE DECORAÇÃO DOS EVENTOS QUE ACONTECERÃO DE OUTUBRO A DEZEMBRO DE 2013. EVENTOS ESTES QUE COMPÕEM A PROGRAMAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CAMBORIÚ.

**ADITIVOS**

FME

**Primeiro Termo Aditivo**

Contrato nº 006/2013

Processo: Pregão Presencial Nº 004/2013

Contratada: JOSE HENRIQUE COPPI ME

Data: 16/09/2013

**Objeto:** Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade de adquirir pneus para manter equipada a frota de veículos da Secretaria de Educação utilizados no transporte de alunos e professores da Rede Municipal de ensino em atividades pedagógicas, as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 4.228,00 (Quatro mil duzentos e vinte e oito reais), conforme solicitação da Secretaria de Educação em anexo.

**FUNDESB****Primeiro Termo Aditivo**

Contrato nº 022/2013

Processo: Carta Convite Nº. 014/2013

Contratada: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LUCIANA LTDA - ME

Data: 23/09/2013

**Objeto:** Pelo presente instrumento, haja vista a necessidade da Municipalidade, as partes resolvem aditar o valor contratual no correspondente a R\$ 11.625,00 (Onze mil seiscentos e vinte e cinco reais) tendo em vista a recuperação de ruas calçadas decorrentes de serviços realizados em tubulações de água tratada e tubulações pluviais, para que estejam transitáveis para veículos e qualquer transeunte, conforme solicitação da Secretaria.

**Sétimo Termo Aditivo**

Contrato nº 054/2009

Processo: Concorrência Pública Nº. 002/2009

Contratada: CONSÓRCIO ECO-CAMBORIÚ

Data: 26/09/2013

**Objeto:** Pelo presente instrumento, haja vista a necessidade da Municipalidade, as partes resolvem aditar o valor contratual no correspondente a R\$ 1.193.445,00 (Um milhão cento e noventa e três mil quatrocentos e quarenta e cinco reais) referente ao item 1.4 do contrato, tendo em vista a continuidade dos serviços prestados, conforme requisição anexa.

**PMC****Primeiro Termo Aditivo**

Contrato nº 043/2013

Processo: Carta Convite Nº. 026/2013

Contratada: ARRUDA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA

Data: 27/09/2013

**Objeto:** Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem alterar o projeto básico, tendo em vista que o terreno onde se localiza a obra apresenta desníveis consideráveis e acentuada declividade, não sendo possível a execução dos muros conforme projeto original, pois o mesmo baseou-se em levantamento topográfico que não condiz com a

situação do terreno constatada na época da preparação do canteiro de obras, conforme solicitação e justificativa do engenheiro responsável pela obra.

## RESCISÃO

Termo de Rescisão ao Contrato Nº014/2012

Tomada De Preço Nº 001/2011

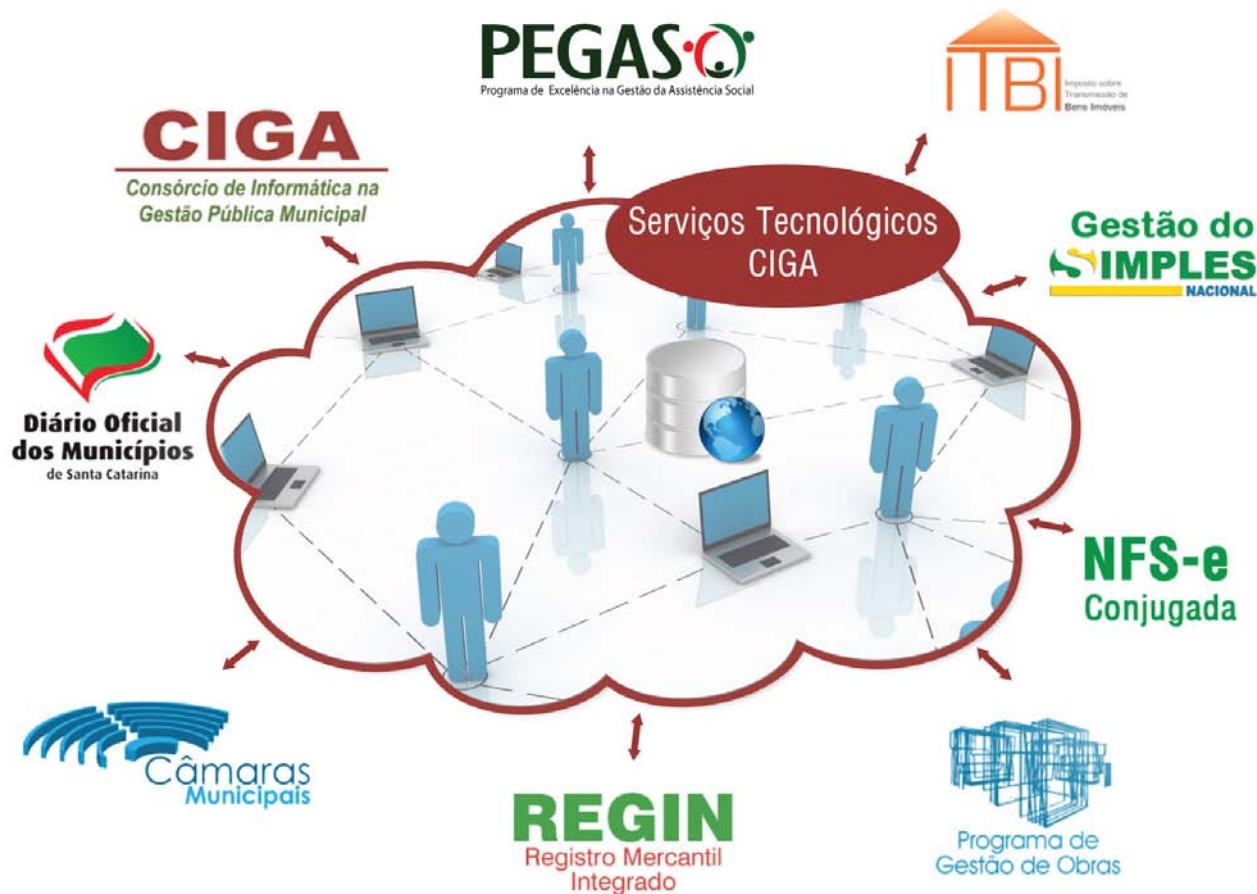
Contratado: CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA

Data:23/09/2013

Objeto: As partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, e resolvem, de comum acordo e de livre e espontânea vontade, rescindi-lo nesta data, tendo como motivo principal o atraso sistemático dos serviços, razão pela qual dão as partes mútua quitação, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

MARCIO DA ROSA

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

**Edital de Aplicação de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 194 - 1053/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 1053/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAP7685	55949108C	6041/2	09/11/2010	R\$ 127,69	207
AED3680	55949333C	5193/0	18/01/2011	R\$ 191,53	168
AHB3012	55948360C	5185/1	17/09/2010	R\$ 127,69	167
AHB3012	55948361C	7366/2	17/09/2010	R\$ 85,12	252 * VI
AHB6384	55949397C	5550/0	09/12/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
AHX9523	55959890B	5185/1	21/02/2010	R\$ 127,69	167
AJK0680	55960048B	5568/0	01/05/2010	R\$ 127,69	181 * XIX
AOA0666	55949636C	5452/1	28/02/2011	R\$ 127,69	181 * VIII
AOF4660	54455697E	6050/1	19/05/2013	R\$ 191,53	208
AQK5982	54456483E	5550/0	26/04/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
BKI0641	54622320E	5525/0	17/06/2013	R\$ 85,12	181 * XV
BKI0641	55653515D	5657/0	16/06/2013	R\$ 85,12	182 * IX
CFA7413	55372788C	5185/1	28/06/2010	R\$ 127,69	167
CKD3202	55373036C	5568/0	14/09/2010	R\$ 127,69	181 * XIX
CRG3367	55372495C	5509/0	28/04/2010	R\$ 85,12	181 * XIII
DIA5105	55951151C	7366/2	04/03/2011	R\$ 85,12	252 * VI
GUY4644	55949133C	7366/2	15/12/2010	R\$ 85,12	252 * VI
GXO1050	55950652C	5738/0	09/02/2011	R\$ 191,53	186 * II
GZO2444	55373118C	5452/3	21/01/2011	R\$ 127,69	181 * VIII
IKA1123	54457030E	5185/1	29/04/2013	R\$ 127,69	167
IKA1123	54457031E	5185/2	29/04/2013	R\$ 127,69	167
ILN8432	54457494E	5185/1	03/06/2013	R\$ 127,69	167
IZW9999	55950506C	5460/0	31/01/2011	R\$ 85,12	181 * IX
IZW9999	55950507C	5525/0	31/01/2011	R\$ 85,12	181 * XV
JPk8872	54457089E	5185/1	10/05/2013	R\$ 127,69	167
JPk8872	54457091E	5932/0	10/05/2013	R\$ 191,53	203 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXK0392	54455923E	5185/1	30/04/2013	R\$ 127,69	167
LXV2957	54455921E	5541/1	30/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LXX7357	55370163C	7366/2	18/12/2009	R\$ 85,12	252 * VI
LZI4845	55959374B	5452/1	26/01/2011	R\$ 127,69	181 * VIII
LZI4845	55959374B	5525/0	26/01/2011	R\$ 85,12	181 * XV
LZP0732	54456563E	5428/1	04/05/2013	R\$ 191,53	181 * V
MAD8465	55950021C	7030/1	13/01/2011	R\$ 191,53	244 * I
MAD8465	55950022C	7048/1	13/01/2011	R\$ 191,53	244 * II
MAH1600	55948832C	5207/0	08/02/2011	R\$ 53,20	169
MAH8100	55372905C	5550/0	30/04/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MAM1522	54455349E	5185/1	28/04/2013	R\$ 127,69	167
MAM1522	54455350E	5185/2	28/04/2013	R\$ 127,69	167
MAU1272	55950321C	5185/1	12/02/2011	R\$ 127,69	167
MBF7713	55949075C	6041/2	14/01/2011	R\$ 127,69	207
MBN8474	54456693E	5738/0	01/05/2013	R\$ 191,53	186 * II
MBO7629	54455911E	5541/1	29/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBP4347	55949872C	5568/0	13/01/2011	R\$ 127,69	181 * XIX
MBQ3388	54456188E	5568/0	24/04/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MBU8511	54455684E	5460/0	10/05/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MCC6668	55370862C	5185/1	22/01/2010	R\$ 127,69	167
MCF4056	55949850C	7366/2	22/02/2011	R\$ 85,12	252 * VI
MCG1570	55372906C	5550/0	30/04/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MCI1510	55372941C	5185/1	17/06/2010	R\$ 127,69	167
MCR8543	55950048C	6041/2	12/01/2011	R\$ 127,69	207
MCT7305	54456196E	5568/0	24/04/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MCW8223	55371702C	5819/2	10/02/2010	R\$ 574,61	193
MCX5602	55949590C	5665/0	26/02/2011	R\$ 85,12	182 * X
MDC2675	55948815C	5720/0	10/01/2011	R\$ 127,69	186 * I
MDD6888	55371794C	6050/1	10/03/2010	R\$ 191,53	208
MDF4994	55372739C	5835/0	11/01/2011	R\$ 127,69	195
MDG0442	54456512E	5819/2	27/04/2013	R\$ 574,61	193
MDG1814	54456982E	5835/0	02/06/2013	R\$ 127,69	195
MDI6043	54455909E	5819/1	29/04/2013	R\$ 574,61	193
MDI6043	54455910E	5819/1	29/04/2013	R\$ 574,61	193
MDS1824	55371507C	7030/1	29/03/2010	R\$ 191,53	244 * I
MDT6141	55948816C	6041/2	10/01/2011	R\$ 127,69	207
MDT7575	54622311E	5835/0	14/06/2013	R\$ 127,69	195



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDT7575	54622359E	7056/1	14/06/2013	R\$ 191,53	244 * III
MDT7575	54622360E	5819/1	14/06/2013	R\$ 574,61	193
MDU5505	55370447C	6122/0	02/02/2010	R\$ 191,53	214 * I
MEB2615	55370613C	5541/5	26/01/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MEC2167	54456515E	5819/2	27/04/2013	R\$ 574,61	193
MED0961	55371531C	7099/1	13/01/2011	R\$ 85,12	244 * VII
MED9523	55370487C	5541/1	05/02/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MEF9824	55950028C	6041/2	12/01/2011	R\$ 127,69	207
MEI4746	55949967C	7366/2	13/01/2011	R\$ 85,12	252 * VI
MEJ6899	54456089E	5452/1	24/04/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MET3559	55950182C	5819/2	01/02/2011	R\$ 574,61	193
MEX2118	55372609C	5550/0	28/04/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEX7155	55949243C	5541/5	10/12/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MEZ6709	55949072C	6041/2	14/01/2011	R\$ 127,69	207
MFA9365	55950702C	6068/1	09/02/2011	R\$ 127,69	209
MFC0755	55371761C	6270/0	08/02/2010	R\$ 127,69	220 * II
MFC0755	55371762C	6327/0	08/02/2010	R\$ 127,69	220 * VII
MFC0755	55371763C	6076/0	08/02/2010	R\$ 191,53	210
MFC0755	55371764C	5207/0	08/02/2010	R\$ 53,20	169
MFJ0517	55950703C	6068/1	09/02/2011	R\$ 127,69	209
MFN9835	55949392C	7366/2	03/12/2010	R\$ 85,12	252 * VI
MFN9835	55949394C	7030/2	03/12/2010	R\$ 191,53	244 * I
MFN9835	55949395C	7048/2	03/12/2010	R\$ 191,53	244 * II
MFO0237	54456699E	5568/0	01/05/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MFO0237	54456700E	5525/0	01/05/2013	R\$ 85,12	181 * XV
MFO2724	55950716C	7048/1	02/03/2011	R\$ 191,53	244 * II
MFP9459	55950050C	6041/2	12/01/2011	R\$ 127,69	207
MFX6694	54455925E	7366/2	30/04/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MFY9609	55951112C	6122/0	09/03/2011	R\$ 191,53	214 * I
MGE1656	55949910C	5452/1	12/01/2011	R\$ 127,69	181 * VIII
MGH4786	54456620E	7366/2	29/04/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MGH4786	54456621E	5185/1	29/04/2013	R\$ 127,69	167
MGI5505	55950773C	7030/2	28/02/2011	R\$ 191,53	244 * I
MGL3407	55950280C	5185/1	04/03/2011	R\$ 127,69	167
MGM6670	55950174C	7048/1	28/01/2011	R\$ 191,53	244 * II
MGN5920	55949070C	6041/2	14/01/2011	R\$ 127,69	207
MGN8650	54456733E	5185/1	27/04/2013	R\$ 127,69	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGN9691	55948854C	6122/0	14/01/2011	R\$ 191,53	214 * I
MGX1642	55955389B	5550/0	28/04/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGX9247	55949047C	6068/1	09/02/2011	R\$ 127,69	209
MGY2771	55371313C	5185/1	27/01/2010	R\$ 127,69	167
MGZ5271	55960029B	5959/1	28/01/2010	R\$ 191,53	203 * IV
MHA0529	54456820E	5185/2	29/05/2013	R\$ 127,69	167
MHA6745	55949996C	7056/1	11/02/2011	R\$ 191,53	244 * III
MHC8946	55950228C	6068/1	09/02/2011	R\$ 127,69	209
MHC9286	55948486C	5185/1	03/02/2011	R\$ 127,69	167
MHD6807	55949244C	7366/2	10/12/2010	R\$ 85,12	252 * VI
MHE0972	55949364C	5185/1	29/11/2010	R\$ 127,69	167
MHE3851	54456607E	5568/0	26/04/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MHL6037	55949131C	5835/0	08/12/2010	R\$ 127,69	195
MHM4767	55949912C	5452/1	12/01/2011	R\$ 127,69	181 * VIII
MHP3433	55949883C	7366/2	17/02/2011	R\$ 85,12	252 * VI
MHP3433	55949884C	7030/2	17/02/2011	R\$ 191,53	244 * I
MHQ2479	54456825E	5185/1	29/05/2013	R\$ 127,69	167
MHR9089	55950043C	6041/2	12/01/2011	R\$ 127,69	207
MHY0944	54455729E	5568/0	19/04/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MHZ4643	55652199D	5614/4	27/04/2013	R\$ 127,69	182 * V
MIC4325	54456489E	5819/2	27/04/2013	R\$ 574,61	193
MII3496	55654639D	5541/1	27/03/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIK2744	54456611E	5568/0	27/04/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MIT3322	54457037E	7366/2	30/04/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MIU6556	54456337E	5185/1	17/05/2013	R\$ 127,69	167
MIW3340	54456335E	5185/1	17/05/2013	R\$ 127,69	167
MIX2848	55950850C	5541/1	11/03/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MJA5810	55950315C	6068/1	09/02/2011	R\$ 127,69	209
MJC0561	54456361E	5185/1	16/04/2013	R\$ 127,69	167
MJH5859	55949617C	5541/1	10/01/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MJN6747	54457093E	5738/0	14/05/2013	R\$ 191,53	186 * II
MJO7514	55652198D	5614/4	27/04/2013	R\$ 127,69	182 * V
MJR0054	54456638E	5541/6	27/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MKI4400	55655222D	5525/0	28/04/2013	R\$ 85,12	181 * XV
MLD6318	54456748E	6270/0	29/04/2013	R\$ 127,69	220 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 1 DE OUTUBRO DE 2013

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

**Edital de Aplicação de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 194 - 1057/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 1057/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAU2945	55948355C	5185/1	14/09/2010	R\$ 127,69	167
AAU2945	55948356C	5185/2	14/09/2010	R\$ 127,69	167
ABG2951	55949227C	5185/1	09/12/2010	R\$ 127,69	167
ABH5136	55950910C	5525/0	17/03/2011	R\$ 85,12	181 * XV
ACE4058	55370894C	5185/1	29/01/2010	R\$ 127,69	167
ACU0004	55951926C	5185/1	10/05/2011	R\$ 127,69	167
AEJ9009	55951366C	5185/1	30/03/2011	R\$ 127,69	167
AFN6038	55951675C	5185/1	13/04/2011	R\$ 127,69	167
AFX3157	55952503C	5428/1	01/05/2011	R\$ 191,53	181 * V
AGU4527	55373291C	7374/0	23/09/2010	R\$ 191,53	253
AGY1732	55952206C	5185/1	22/04/2011	R\$ 127,69	167
AHI6379	55949594C	5460/0	06/03/2011	R\$ 85,12	181 * IX
AJK2537	55949225C	5185/1	06/12/2010	R\$ 127,69	167
AMR6978	55949236C	5550/0	08/12/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
AMR6978	55951516C	5380/0	15/04/2011	R\$ 85,12	181 * I
ANQ9813	54456334E	5185/1	17/05/2013	R\$ 127,69	167
ATA2906	55370919C	5185/1	20/02/2010	R\$ 127,69	167
BRF0975	55948881C	5738/0	03/05/2011	R\$ 191,53	186 * II
CKF6442	55952451C	5568/0	26/04/2011	R\$ 127,69	181 * XIX
DCQ3039	55948369C	5185/1	20/10/2010	R\$ 127,69	167
DKA8260	55952011C	5185/1	06/05/2011	R\$ 127,69	167
DNW7563	55372942C	5835/0	17/06/2010	R\$ 127,69	195
HBH6693	55950986C	5185/1	22/03/2011	R\$ 127,69	167
HLP4094	55951031C	5185/1	25/03/2011	R\$ 127,69	167
HLP4094	55951662C	5185/1	13/04/2011	R\$ 127,69	167
IEK1299	55005387D	5541/5	06/03/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IEP4049	55373329C	6050/1	23/07/2010	R\$ 191,53	208
IGF5421	55950579C	5185/1	14/03/2011	R\$ 127,69	167
IGX7546	54456960E	5835/0	02/05/2013	R\$ 127,69	195
III7712	55951855C	5185/1	15/04/2011	R\$ 127,69	167
IKR4323	55952456C	5185/1	20/04/2011	R\$ 127,69	167
IPZ3333	55950970C	5452/2	15/03/2011	R\$ 127,69	181 * VIII
JXZ9648	55372893C	5185/1	10/06/2010	R\$ 127,69	167
KAL1001	55950978C	6130/0	21/03/2011	R\$ 191,53	214 * II
KJF1189	55952205C	5185/1	22/04/2011	R\$ 127,69	167
LPA0246	55951580C	5185/1	08/04/2011	R\$ 127,69	167
LPA0246	55951592C	5185/1	11/04/2011	R\$ 127,69	167
LXC3060	55959397B	5185/1	18/03/2011	R\$ 127,69	167
LXD8690	55952208C	5185/1	22/04/2011	R\$ 127,69	167
LXD8690	55952209C	7366/2	22/04/2011	R\$ 85,12	252 * VI
LXI5524	55951896C	5185/1	05/05/2011	R\$ 127,69	167
LXL4789	55951229C	5460/0	06/04/2011	R\$ 85,12	181 * IX
LXX0928	55949144C	5835/0	19/12/2010	R\$ 127,69	195
LYQ5624	55952305C	5908/0	28/04/2011	R\$ 127,69	202 * I
LYU4507	55950599C	5185/1	21/03/2011	R\$ 127,69	167
LYU4507	55951658C	5185/1	12/04/2011	R\$ 127,69	167
LYV3805	55951353C	5185/1	29/03/2011	R\$ 127,69	167
LZI6082	55952494C	5185/1	06/05/2011	R\$ 127,69	167
LZR9093	55949605C	6041/2	09/12/2010	R\$ 127,69	207
MAA6660	55952250C	5185/1	27/04/2011	R\$ 127,69	167
MAJ8264	55948602C	5550/0	09/05/2011	R\$ 85,12	181 * XVIII
MAM1436	55952298C	5452/1	13/05/2011	R\$ 127,69	181 * VIII
MAU1272	55948724C	5525/0	12/12/2010	R\$ 85,12	181 * XV
MAX3423	55951551C	5185/1	06/04/2011	R\$ 127,69	167
MAZ6786	55371050C	6050/1	05/02/2010	R\$ 191,53	208
MBF9195	54456339E	5541/5	17/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBJ1415	55948982C	7030/1	20/11/2010	R\$ 191,53	244 * I
MBL6849	55952260C	5428/1	27/04/2011	R\$ 191,53	181 * V
MBN7548	55371824C	5738/0	07/08/2010	R\$ 191,53	186 * II
MBO8903	55372598C	5185/1	05/06/2010	R\$ 127,69	167
MBV0965	54456612E	5568/0	27/04/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MBV4035	55950625C	6050/1	04/04/2011	R\$ 191,53	208
MBV4035	55950626C	6017/4	04/04/2011	R\$ 191,53	206 * III



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBW7240	55372518C	7374/0	02/08/2010	R\$ 191,53	253
MCB1924	55372500C	5380/0	28/04/2010	R\$ 85,12	181 * I
MCC7957	55373124C	5460/0	18/05/2011	R\$ 85,12	181 * IX
MCC9298	55371845C	5720/0	12/10/2010	R\$ 127,69	186 * I
MCG4462	55370801C	5541/5	29/12/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MCJ4323	55369928C	7064/0	16/01/2010	R\$ 191,53	244 * IV
MCJ6613	55951178C	5819/2	15/04/2011	R\$ 574,61	193
MCL9021	55952268C	6076/0	28/04/2011	R\$ 191,53	210
MCM5221	55950797C	5819/2	22/03/2011	R\$ 574,61	193
MCO8087	54455324E	5452/2	15/03/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MCP6105	55951518C	5185/1	15/04/2011	R\$ 127,69	167
MCQ1301	55948914C	7056/1	04/09/2010	R\$ 191,53	244 * III
MCQ7776	55949318C	5541/5	19/12/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MCR3181	55951078C	5835/0	27/03/2011	R\$ 127,69	195
MCR7586	55373535C	5746/1	17/11/2010	R\$ 85,12	187 * I
MCS7704	55949374C	6050/2	01/12/2010	R\$ 191,53	208
MCX5747	55949237C	5207/0	08/12/2010	R\$ 53,20	169
MDH8669	55950562C	5185/1	11/03/2011	R\$ 127,69	167
MDH8669	55950575C	5185/1	14/03/2011	R\$ 127,69	167
MDH8669	55951365C	5185/1	30/03/2011	R\$ 127,69	167
MDI3383	55370448C	5819/2	05/02/2010	R\$ 574,61	193
MDI7057	55950925C	5967/0	05/04/2011	R\$ 191,53	203 * V
MDJ5704	55951528C	5185/1	19/04/2011	R\$ 127,69	167
MDJ9451	55370802C	5541/5	29/12/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MDN5932	55949376C	7030/2	01/12/2010	R\$ 191,53	244 * I
MDO3163	55959384B	5185/1	16/03/2011	R\$ 127,69	167
MDQ6675	55949222C	5665/0	06/12/2010	R\$ 85,12	182 * X
MDV0948	55949446C	5908/0	10/12/2010	R\$ 127,69	202 * I
MDV6545	55951097C	5835/0	10/04/2011	R\$ 127,69	195
MEF4755	55951115C	5878/0	16/03/2011	R\$ 85,12	199
MEH1837	55949271C	5967/0	15/03/2011	R\$ 191,53	203 * V
MEH6239	55952499C	5185/1	06/05/2011	R\$ 127,69	167
MEJ6796	54455809E	7366/2	21/03/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MEK3567	55952381C	5185/1	13/05/2011	R\$ 127,69	167
MEK4093	55950619C	5878/0	31/03/2011	R\$ 85,12	199
MEN7576	55960030B	5959/1	28/01/2010	R\$ 191,53	203 * IV
MEO2159	55948763C	5819/2	30/11/2010	R\$ 574,61	193

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEP1245	55949596C	5185/1	10/03/2011	R\$ 127,69	167
MEP1245	55951160C	7366/2	17/03/2011	R\$ 85,12	252 * VI
MEP1245	55951576C	5185/1	08/04/2011	R\$ 127,69	167
MEP1245	55959399B	5185/1	18/03/2011	R\$ 127,69	167
MES4766	55372928C	5185/1	16/06/2010	R\$ 127,69	167
MFC2004	54456065E	5185/1	29/03/2013	R\$ 127,69	167
MFF3258	55951605C	5738/0	14/04/2011	R\$ 191,53	186 * II
MFG9306	55950920C	5819/2	02/04/2011	R\$ 574,61	193
MFH7015	55952223C	5185/1	26/04/2011	R\$ 127,69	167
MFI4050	55952459C	6130/0	20/04/2011	R\$ 191,53	214 * II
MFO9241	55949220C	5380/0	06/12/2010	R\$ 85,12	181 * I
MFQ0322	55951695C	6130/0	15/04/2011	R\$ 191,53	214 * II
MFQ0340	55950097C	5347/0	22/01/2011	R\$ 85,12	178
MFS1491	55951063C	5541/1	14/03/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MFT3708	55952718C	7048/1	03/06/2011	R\$ 191,53	244 * II
MFV1833	54456365E	5185/1	16/04/2013	R\$ 127,69	167
MFV4854	55955409B	5452/3	30/10/2008	R\$ 127,69	181 * VIII
MFW0110	55370561C	5185/1	02/04/2010	R\$ 127,69	167
MFW0110	55370562C	5185/2	02/04/2010	R\$ 127,69	167
MGA1912	55370445C	5207/0	02/02/2010	R\$ 53,20	169
MGA1912	55370446C	5835/0	02/02/2010	R\$ 127,69	195
MGA1912	55371420C	5819/2	19/06/2010	R\$ 574,61	193
MGA8109	55950678C	6041/2	23/04/2011	R\$ 127,69	207
MGD5805	54456363E	5185/1	16/04/2013	R\$ 127,69	167
MGN8650	55951361C	5185/1	29/03/2011	R\$ 127,69	167
MGO4612	54456170E	5576/0	18/04/2013	R\$ 85,12	182 * I
MGP7653	55950961C	5819/2	10/03/2011	R\$ 574,61	193
MGR1057	55952217C	5185/1	25/04/2011	R\$ 127,69	167
MGR1626	55951175C	5738/0	02/04/2011	R\$ 191,53	186 * II
MGT2633	55949206C	6122/0	02/12/2010	R\$ 191,53	214 * I
MGT2680	55951702C	5720/0	26/05/2011	R\$ 127,69	186 * I
MGT7160	55951558C	5185/1	06/04/2011	R\$ 127,69	167
MGT7160	55951584C	5185/1	08/04/2011	R\$ 127,69	167
MGT7940	55950291C	5185/1	10/03/2011	R\$ 127,69	167
MGX1667	55950662C	5568/0	12/04/2011	R\$ 127,69	181 * XIX
MGX9247	55949248C	6122/0	10/12/2010	R\$ 191,53	214 * I
MGX9247	55950572C	6122/0	14/03/2011	R\$ 191,53	214 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGY0219	55373021C	7366/2	13/07/2010	R\$ 85,12	252 * VI
MGZ9944	55949034C	6041/2	23/12/2010	R\$ 127,69	207
MHA5117	55951930C	5568/0	06/06/2011	R\$ 127,69	181 * XIX
MHC7873	55655427D	5525/0	12/04/2013	R\$ 85,12	181 * XV
MHD7070	55952204C	5185/1	22/04/2011	R\$ 127,69	167
MHE0972	55951156C	5185/1	10/03/2011	R\$ 127,69	167
MHG1098	55952238C	5185/1	27/04/2011	R\$ 127,69	167
MHN0242	54455962E	5185/1	21/03/2013	R\$ 127,69	167
MHN1169	55952383C	5185/1	13/05/2011	R\$ 127,69	167
MHO2310	55951565C	5185/1	07/04/2011	R\$ 127,69	167
MHT5374	54455935E	5550/0	15/05/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHV8913	55373224C	5738/0	07/10/2010	R\$ 191,53	186 * II
MIA1337	55951165C	7030/2	25/03/2011	R\$ 191,53	244 * I
MIA1337	55951167C	7366/2	25/03/2011	R\$ 85,12	252 * VI
MIE1175	55951862C	6130/0	18/04/2011	R\$ 191,53	214 * II
MJP5282	54455904E	5541/1	29/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJP6019	55951583C	5185/1	08/04/2011	R\$ 127,69	167
MJZ0160	55951049C	5185/1	29/03/2011	R\$ 127,69	167
MKB0779	54456587E	5410/0	22/05/2013	R\$ 85,12	181 * IV
MLN5444	55951372C	5185/1	30/03/2011	R\$ 127,69	167
MLV2551	54455820E	5550/0	28/03/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MMM1967	55541173B	5568/0	01/05/2009	R\$ 127,69	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 1 DE OUTUBRO DE 2013

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### Decreto Nº 7.972 de 02 de Outubro de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.902 DE 02 DE OUTUBRO DE 2013

NOMEIA LEILOEIRO PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, em especial o disposto no Artigo 53 "caput" da Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993;

#### DECRETA:

Art.1º) Nomear o servidor JEFFERSON JEAN DUVOISIN, matrícula funcional nº 337, registro no sistema sob o nº 352110, para a função de Leiloeiro Público Municipal, com a incumbência de proceder a coordenação da arrematação do Leilão nº 90/2013, procedendo ainda o recebimento dos valores do bem arrematado, de acordo com o Edital, contra recibo que emitirá em nome do Município de Campo Alegre/SC, "Prefeitura Municipal".

Parágrafo único: O servidor nomeado não fará jus a qualquer valor pecuniário atinente a função de Leiloeiro Público Municipal de que trata o caput deste Artigo.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de setembro de 2013.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 02 de outubro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 02/10/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto Nº 7.973 de 02 de Outubro de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.973 DE 02 DE OUTUBRO DE 2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.910 de 17 de dezembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 1.721,02 (um mil setecentos e vinte e um reais, dois centavos), a fim de suplementar o respectivo elemento de Despesa do Orçamento Vigente.

02.00 - Gabinete do Prefeito

02.01 - Chefia de Gabinete

04.122.0107.2.101 - Manutenção e Coordenação das Atividades do Gabinete do Prefeito e Casa da Cidadania

300000.00.136 - Despesas Correntes

330000.00.136 - Outras Despesas Correntes

339000.00.136 - Aplicações Diretas

339039.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 1.721,02

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação parcial de Dotação do Orçamento Vigente.

02.00 - Gabinete do Prefeito

02.01 - Chefia de Gabinete

04.122.0107.2.101 - Manutenção e Coordenação do Gabinete e Casa da Cidadania

400000.00.136 - Despesas de Capital

440000.00.136 - Investimentos

449000.00.136 - Aplicações Diretas

449052.00.136 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 1.721,02

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 02 de outubro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 02/10/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto Nº 7.974 de 03 de Outubro de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.974 DE 03 DE OUTUBRO DE 2013

CONCEDE BOLSA DE ESTUDO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e conforme o disposto no Artigo 141 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, Decreta:

Art.1º) Fica concedida Bolsa de Estudo ao Servidor Público Municipal, SÉRGIO DA COSTA, Matriculada Funcional sob nº 000449, Registro no Sistema sob nº 954399, ocupante do Cargo Público de Fiscal na função de Fiscal de Obras, Posturas e Meio Ambiente, lotado na Secretaria Municipal de Finanças, na proporção de 50% (cinquenta por cento) dos valores das mensalidades referente o segundo semestre do ano letivo de 2013.

Parágrafo Único - Os valores integrais das mensalidades referida no caput assim dispostos: 2º Semestre do ano de 2013 = R\$ 209,14/mês; Total do Semestre = R\$ 1.254,84 (um mil, duzentos e cinquenta e quatro reais, oitenta e quatro centavos).

Art.2º) O pagamento da Bolsa de Estudo do pedido protocolizado em data de 21 de junho de 2013, que totalizou R\$ 627,42 (seiscentos e vinte e sete reais, quarenta e dois centavos), será efetuado em 06 (zero seis) parcelas no valor de R\$ 104,57 (cento e quatro reais e cinquenta e sete centavos).

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 03 de outubro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 03/10/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto Nº 7.975 de 04 de Outubro de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.975 DE 04 DE OUTUBRO DE 2013

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300 e Inciso X e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar o Sr. VALÉRIO FELIPE CHICOVIS, Registro no Sistema sob nº 955286, para exercer o cargo de Instrutor de Música (Bateria), Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, vencimentos Nível 4, Sub-Nível 41, Referência A, no valor de R\$ 5,11 (cinco reais, onze centavos) a hora aula, pelo período de 04 de outubro de 2013 à 04 de abril de 2014.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude do contratado ter sido aprovado no Processo Seletivo nº 012/2013, em 1º lugar.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 04 de outubro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 04/10/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### Ata Pregão 93/2013

ATA CIRCUNSTANCIADA

Processo Licitatório nº 93/2013 - modalidade Pregão (presencial) Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz, Pregoeira Municipal, Gustavo Machado do Amaral e Irineu Woitskovski Junior, membros da equipe de apoio, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 93/2013, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas

apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para prestação de serviços de torno e mão de obra auxiliar. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes, passando ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) da única empresa proponente: Lucides Helmuth Grosskopf Me. A empresa licitante apresentou a Declaração de Cumprimento aos Requisitos de Habilitação e a Certidão Simplificada que comprova o enquadramento da empresa como microempresa, para valer-se da Lei Complementar nº 123/2006 (direito de preferência). Passou-se ao credenciamento do licitante, sendo Sr. Lucides Helmuth Grosskopf, representante da empresa. O critério de julgamento é pelo requisito menor Global. A empresa licitante apresentou o valor global de R\$ 23.500,00 (sendo R\$ 35,00 a hora do serviço de torno e R\$ 25,00 a hora de serviços de torneiro), não concedendo desconto (lance verbal). Após o julgamento das propostas, procedeu-se a abertura do envelope contendo a documentação da empresa classificada, sendo considerada HABILITADA. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

### Pregão 96/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (presencial) Nº 96/2013

O objeto da licitação consiste na AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO, zero quilômetro, para a Polícia Militar de Campo Alegre (destinado ao radiopatrulhamento), conforme tabela abaixo:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
01	01	Unid.	Veículo automotor utilitário, tipo SUV, fabricação nacional, zero quilômetro, ano/ modelo 2013 ou 2014, cor: branco, motor de no mínimo 1.500 cilindradas (cm³), potência mínima de 138cv, flex fuel (gasolina/etanol), 5 portas, rodas aro 16, transmissão 4x4, câmbio manual de seis marchas, capacidade mínima do porta malas: 400L. Com airbag para motorista e passageiro, computador de bordo, alarme perimétrico, freios ABS, faróis de neblina, desembaçador do vidro traseiro, apoio de cabeça traseiro e cintos de segurança dianteiros e laterais traseiros retráteis de três pontos, ar condicionado, direção hidráulica, volante com regulagem de altura, travas elétricas nas portas e portamalas com comando à distância por radiofrequência e demais equipamentos exigidos pelo CBT – Código Brasileiro de Trânsito. Prazo mínimo de garantia: 12 meses.	R\$ 65.700,00	R\$ 65.700,00

- Critério julgamento: O critério de julgamento será pelo requisito MENOR PREÇO POR ITEM.

- Data, horário e local para início da realização da sessão pública do pregão: dia 17/10/2013, às 10 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a



documentação e propostas: até as 09 horas e 45 minutos, do dia 17/10/2013, no protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- As despesas oriundas da contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 08.00 – Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras; Unidade: 08.03 – Serviço de Obras e Serviços Públicos; Função: 10 – Segurança Pública; Subfunção: 181 – Policiamento; Programa: 0050 – Convênio com Polícia Militar e Civil; Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente; Recurso: 00.01.0115 – Recursos Polícia Militar. Código reduzido: 195.

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br), no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 96/2013".

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 07 de outubro de 2013.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

## **Classificação Processo Seletivo Simplificado Edital 013/2013**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 013/2013

MÉDICO II

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATOS
1º	CAIMI TIBIRIÇÁ DE CARVALHO

Campo Alegre/SC, 17 de setembro de 2013.

COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 013/2013.

# **Campos Novos**

## **PREFEITURA**

## **Lei Complementar Nº 15/2013 Regulamenta o Comércio Ambulante e Eventual No Âmbito do Município de Campos Novos**

LEI COMPLEMENTAR Nº 15/2013 DE 03/10/2013

REGULAMENTA O COMÉRCIO AMBULANTE E O COMÉRCIO EVENTUAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS - LEI DO COMÉRCIO AMBULANTE - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

### **CAPÍTULO I**

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º. Ficam regulamentados nos termos da presente Lei, o COMÉRCIO AMBULANTE e o COMÉRCIO EVENTUAL no Município de Campos Novos.

Art. 2º. Considera-se "Comércio Ambulante" a atividade de venda de mercadorias a varejo, realizada sem local fixo, por período indeterminado, sem vinculação com terceiros, sendo o vendedor pessoa física ou jurídica, em locais e horários previamente determinados pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. Em caso de vendedor pessoa jurídica só serão aceitos para o comércio ambulante os Microempreendedores Individuais - MEI, vedando-se o alvará para este tipo de atividade aos demais formatos de empresa.

Art. 3º. Considera-se "Comércio Eventual" a atividade de venda de mercadorias a varejo, realizada em período temporário, com prazo determinado, não realizado em festejos, feiras, exposições, encontros, competições esportivas ou eventos similares, sendo o vendedor pessoa física ou jurídica, em locais e horários previamente determinados pelo Poder Executivo.

§ 1º. O comércio realizado em festejos, feiras, exposições, encontros, competições esportivas ou eventos similares, promovido por órgãos ou entidades públicas ou privadas, será de responsabilidade dos organizadores, que devem instituir as normas internas para seu funcionamento, limitando-se à área física previamente autorizada para realização do mesmo, estando sujeito às licenças e aos alvarás previstos na legislação vigente, e ficando isento da taxa de comércio eventual prevista no CAPÍTULO IV desta LEI.

§ 2º. O comércio eventual realizado anualmente nas Festividades Alusivas ao Aniversário do Município de Campos Novos será regulamentado por Lei específica.

§ 3º. O comércio eventual realizado no período de 06 a 12 de Outubro de cada ano, alusivo ao Evento Romaria de Nossa Senhora Aparecida, será regulamentado pelo CAPÍTULO VI desta LEI.

### **CAPÍTULO II**

#### **DOS CRITÉRIOS DE AUTORIZAÇÃO PARA EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE VENDEDOR AMBULANTE OU EVENTUAL**

Art. 4º. A autorização para o comércio ambulante ou o comércio eventual se dará através de um alvará expedido pelo Poder Executivo, denominado "Alvará de Ambulante", onde constará o tipo de autorização, devendo sempre considerar:

- O plano diretor vigente, bem como a legislação do zoneamento municipal;
- Os horários a serem autorizados para o exercício da atividade;
- As características das áreas e a frequência de pessoas nos locais a serem autorizados para o exercício da atividade, de forma a impedir bloqueios, barreiras e transtornos ao público em geral nos passeios e ruas;
- Os tipos de estabelecimentos e equipamentos a serem utilizados pelos ambulantes, abrangendo: carrinhos; expositores de metal ou isopor; barracas; trailers; vans; automóveis; camionetes; caminhões; ônibus; reboques; semirreboques;
- A lista de mercadorias a serem autorizadas para fins de comercialização;
- O número limite de alvarás a serem concedidos para cada atividade.

Art. 5º. O "Alvará de Ambulante" é de caráter intransferível,



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

servindo exclusivamente para o fim nele indicado, e somente será expedido em favor de pessoas físicas ou jurídicas que demonstrem a necessidade do exercício desta atividade.

§ 1º. Para receber o alvará do comércio ambulante o interessado deverá comprovar que reside no município de Campos Novos há no mínimo 01 (um) ano.

§ 2º. O alvará terá validade de 01 (um) ano e poderá ser renovado anualmente, a critério do Poder Executivo, desde que, atendidas as exigências condicionadas à atividade e o interesse público.

Art. 6º. Para fins de expedição do alvará, os interessados deverão comparecer na Prefeitura, junto ao departamento competente, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- Documento de identificação com foto;
- Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Comprovante de residência atual;
- Requerimento firmado pelo interessado, conforme modelo padrão fornecido pelo Poder Executivo, especificando a natureza e origem da mercadoria que pretende comercializar, o tipo de comercialização, conforme letra "d" do Art. 4º. desta Lei, horário e local de trabalho, de acordo com a regulamentação desta Lei;
- Parecer sócio econômico emitido pela Secretaria de Assistência Social da Prefeitura, comprovando a necessidade da atividade de ambulante para sustento ou complemento da renda familiar e do domicílio mínimo de 01 (um) ano em Campos Novos;
- Certidão negativa criminal;
- Autorização do proprietário, caso o comércio ambulante seja realizado em terreno ou pátio fora das vias públicas;
- Alvará sanitário emitido pela Vigilância Sanitária, em caso de comercialização de alimentos;
- Alvará do Corpo de Bombeiros, atestando a regularidade dos equipamentos utilizados, em caso de uso de botijão de gás, combustível ou outros materiais que possam causar acidentes;
- Comprovante de pagamento da taxa de expedição do alvará;

### CAPÍTULO III DOS HORÁRIOS E LOCAIS PERMITIDOS E MERCADORIAS AUTORIZADAS

Art. 7º. Os horários e os locais permitidos para o comércio ambulante ou o comércio eventual deverão ser estabelecidos por meio do Decreto do Prefeito Municipal, e poderão ser alterados a qualquer momento, em razão do interesse público, do desenvolvimento da cidade ou quando estes se mostrarem prejudiciais e inadequados;

Parágrafo único. Fica vedado o exercício do comércio ambulante ou do comércio eventual fora dos horários e locais determinados, salvo quando as condições excepcionais forem, igualmente autorizadas, em forma de feiras ou em festas comemorativas, de caráter eventual.

Art. 8º. A lista de produtos permitidos para o comércio ambulante ou o comércio eventual também será fixada por Decreto do Prefeito Municipal e poderá ser alterada a qualquer momento, em razão do desenvolvimento da cidade ou do interesse público;

Parágrafo único. Fica vedada a venda de bebidas alcoólicas, cigarros ou similares, jogos de azar e fogos ou outros produtos que necessitem licença da área de Segurança Pública para sua comercialização;

### CAPÍTULO IV DAS TAXAS PARA EXPEDIÇÃO DO ALVARÁ DE AMBULANTE

Art. 9º. A taxa de licença para a expedição do Alvará de Ambulante/Eventual será cobrada de acordo com a tabela a seguir:

Tipo de Taxa	Quantidade de UFM
Taxa anual para comércio ambulante	200
Taxa diária para comércio eventual	250
Taxa diária para comércio eventual no período da Romaria de N. Sra. Aparecida (de 06 a 12 de outubro)	50

Parágrafo único. A taxa para expedição do alvará de ambulante/eventual deverá ser paga em parcela única, através de guia emitida pelo Departamento Tributário da Prefeitura no ato de solicitação do mesmo.

### CAPÍTULO V DAS OBRIGAÇÕES DO VENDEDOR AMBULANTE OU EVENTUAL

Art. 10. São obrigações do vendedor ambulante ou eventual:

- Pagar em dia as taxas previstas nesta Lei;
- Comercializar somente as mercadorias especificadas no alvará;
- Exercer as atividades nos limites do local autorizado e dentro do horário estipulado;
- Retirar o carrinho ou equipamento dos logradouros públicos após o horário estipulado no alvará;
- Transportar os bens de forma a não impedir ou dificultar o trânsito pelos passeios ou veículos nas ruas;
- Os ambulantes deverão portar o alvará ou uma cópia autenticada e, quando possível, fixá-lo junto ao local de trabalho;
- Utilizar crachá com foto e nome, quando em exercício de sua atividade;
- Manter limpo o local de trabalho, dotando-o também com uma lixeira que deverá ser recolhida no fim do dia de trabalho;
- Dar descarte correto aos resíduos da atividade, seguindo a legislação ambiental vigente;
- Colocar à venda somente mercadorias em perfeitas condições de uso ou consumo, de procedência legalizada e armazená-las da forma especificada pelo fabricante;

### CAPÍTULO VI DO COMÉRCIO EVENTUAL NO PERÍODO DE 06 A 12 DE OUTUBRO NA ROMARIA DE NOSSA SENHORA APARECIDA

Art. 11. Considera-se como "perímetro limite" para realização das atividades alusivas à Romaria de Nossa Senhora Aparecida, evento que reúne o maior número de pessoas em Campos Novos, realizado no período de 06 a 12 de Outubro, a extensão total da Avenida Sagrado Coração de Maria e suas transversais na extensão de um quarteirão para cada lado da avenida, conforme mapa específico constante no Anexo I, parte inseparável desta LEI.

Art. 12. O comércio ambulante ou eventual no período de 06 a 12 de Outubro, fica proibido nas vias públicas e passeios do perímetro limite descrito no artigo anterior, excetuando-se os passeios das ruas abaixo descritas, que ficam como locais autorizados por esta Lei:

- Rua Curitiba, trecho entre a Avenida Sagrado Coração de Maria e a Rua Santo Amaro da Imperatriz;
- Rua Tangará, trecho entre a Avenida Sagrado Coração de Maria e a Rua Santo Amaro da Imperatriz;
- Rua Capinzal, trecho entre a Avenida Sagrado Coração de Maria e a Rua Santo Amaro da Imperatriz;

Parágrafo único. Para se instalar nos locais autorizados neste artigo, os interessados devem pagar a taxa diária de comércio eventual estabelecida no art. 9º, utilizando somente os espaços demarcados e autorizados através de contrato firmado entre as partes.

Art. 13. O comércio eventual nos terrenos baldios e pátios de residências, localizados dentro do perímetro limite para realização da Romaria de Nossa Senhora Aparecida, no período de 06 a 12 de Outubro de cada ano, fica autorizado mediante o pagamento

da taxa diária para comércio eventual prevista no CAPÍTULO IV desta LEI.

#### CAPITULO VII DA FISCALIZAÇÃO

Art. 14. Caberá a Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo e ao Departamento de Fiscalização da Prefeitura a fiscalização da atividade de comércio ambulante e eventual no Município, podendo acionar os órgãos competentes, como Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Polícia Civil, Vigilância Sanitária, Órgãos Ambientais e outros para atuarem como parceiros quando couber.

#### CAPITULO VIII DAS PENALIDADES

Art. 15. Caberá aos vendedores ambulantes (taxa anual) que descumprirem esta Lei, a aplicação de penalidades, graduadas de acordo com cada caso, obedecendo as seguintes sanções:

I - Notificação será aplicada por escrito ao ambulante;

- a) A notificação dará um prazo máximo de 10 (dez) dias para que o ambulante se adeque às exigências legais;
- b) Não cabe notificação, nos casos em que houver riscos à saúde ou reincidência na infração da LEI;

II - Multa de 200 (duzentas) Unidades Fiscais do Município - UFM, nas seguintes infrações:

- a) Por não atender a notificação;
- b) Comercializar produtos não autorizados ou ilegais;
- c) Permitir a terceiros exercer a atividade que lhe foi autorizada de forma intransferível.

III - A multa será aplicada em dobro, sempre que houver reincidência em alguma das disposições do artigo anterior.

IV - Após a terceira infração e após ser aplicada a multa em dobro, será aberto processo de cassação do alvará de ambulante, com 10 (dez) dias para defesa por escrito, que será analisada pela Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo e pelo Setor de Fiscalização da Prefeitura.

V - Em caso de improcedente a defesa, o alvará de ambulante será cassado e o mesmo ficará impedido de obter nova licença pelo prazo de 01 (um) ano.

VI - O vendedor ambulante e/ou eventual que descumprir esta lei, atuando sem o devido alvará autorizativo, estará sujeito à apreensão das mercadorias, que serão doadas para entidades beneficentes, regularmente cadastradas junto ao município.

#### CAPITULO IX DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 16. Os casos duvidosos e omissos desta Lei serão analisados pela Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo e Chefe do Executivo.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar nº 03/09 de 25/06/09 e os artigos 376 e 379 da Lei Complementar nº 001/2002 de 03/12/02 - Código Tributário Municipal.

Campos Novos, 03 de outubro de 2013.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

[illegible]



## **Lei Complementar Nº 16/13 Cria Organograma do Departamento de Defesa Civil e Proteção**

LEI COMPLEMENTAR Nº 16/2013 DE 03/10/2013

CRIA O ORGANOGAMA OPERACIONAL DO DEPARTAMENTO DE DEFESA CIVIL E PROTEÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica criado o Organograma Operacional do Departamento de Defesa Civil e Proteção - DECPRO - estrutura organizada para atendimento a população camponovense e comunidades vizinhas, atingidas por eventos adversos de qualquer natureza, para ações de prevenção, mitigação, socorro, assistência, recuperação e reconstrução:

Art. 2º. O Departamento de Defesa Civil e Proteção tem como representante oficial, o Diretor de Departamento, cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração, criado pela Lei Complementar nº 02/2013.

Art. 3º. A competência e atribuições do Departamento de Defesa Civil e Proteção estão estabelecidos no art. 46-A da Lei Complementar nº 06/2009, com redação dada pelo art. 8º da Lei Complementar nº 02/2013.

Art. 4º. O Diretor Operacional e o Secretário serão indicados e nomeados pelo Chefe do Executivo Municipal, podendo ser substituídos a qualquer momento, sendo que estes desempenharão as funções sem qualquer remuneração, constituindo-se em serviço público relevante.

Art. 5º. Os membros indicados pelos Órgãos Governamentais e Entidades Não Governamentais, comporão a Estrutura do DECPRO na seguinte distribuição:

I - GRAC - Grupo de Ações Coordenadas

a) Comissão Técnica do GRAC, formado por 13 membros:

- 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral;
- 1 (um) representante da Secretaria Municipal da Fazenda e Administração;
- 1 (um) representante da Secretaria Municipal da Agricultura e do Meio Ambiente;
- 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo;
- 1 (um) representante do Gabinete do Executivo.
- 1 (um) representante da Fundação do Meio Ambiente;
- 1 (um) representante do Departamento de Engenharia;
- 1 (um) representante da Procuradoria do Município;
- 1 (um) representante do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE;
- 1 (um) representante dos Engenheiros Civis de Campos Novos;
- 1 (um) representante dos Engenheiros Agrônomos de Campos Novos.
- 1 (um) representante do Corpo de Bombeiros Militar de Campos Novos;
- 1 (um) representante da Polícia Militar de Campos Novos;

b) Comissão Municipal do GRAC, composto por 09 membros:

- 1 (um) representante da Câmara Municipal de Vereadores;
- 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;
- 1 (um) representante da Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Turismo.

- 1 (um) representante da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio;
- 1 (um) representante da Fundação Cultural Camponovense;
- 1 (um) representante do Departamento de Finanças.

II - GROGENG - Grupo de Órgãos Governamentais e Entidades Não Governamentais

a) Comissão Comunitária do GROGENG, composto por 09 membros:

- 1 (um) representante da CELESC;
- 1 (um) representante da EPAGRI;
- 1 (um) representante da CIDASC;
- 1 (um) representante da Câmara de Dirigentes Lojistas;
- 1 (um) representante da Associação Comercial, Industrial e Rural de Campos Novos;
- 1 (um) representante do Grupo de Escoteiros Araucária;
- 1 (um) representante da Associação de Bairros de Campos Novos - UNICAMPO;
- 1 (um) representante do Lions Clube Campos Novos;
- 1 (um) representante do Lions Clube Campos Novos Centenário;
- 1 (um) representante do Lions Clube Campos Novos Aliança;
- 1 (um) representante do Rotary Club Campos Novos;
- 1 (um) representante do Rotary Club Centro Campos Novos;
- 1 (um) representante da OAB - Seccional de Campos Novos.

III - NUDEC - Núcleos de Defesa Civil- serão criados de acordo com a necessidade e formados pelas Associações de Bairros do Município.

Art. 6º. Os membros das Comissões estabelecidas no artigo anterior desempenharão as funções sem qualquer remuneração, constituindo-se em serviço público relevante para o município e serão indicados por cada órgão ou entidade, sendo nomeados através de Decreto pelo Chefe do Executivo Municipal, podendo ser substituídos a qualquer tempo, mediante nova indicação do representado.

Art. 7º. Os membros das Comissões que compõe o DECPRO terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por um mandato de igual período.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias, em especial a Lei nº 2.373/97 de 24/11/97.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 03 de outubro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

## **Lei Complementar Nº 17/13 Aprova o Plano Municipal de Resíduos Sólidos**

LEI COMPLEMENTAR Nº 17/2013 DE 03/10/2013

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PMGIRS) DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Esta lei aprova o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) do Município de Campos Novos.

Art. 2º. Fica aprovado o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) do Município de Campos Novos, parte integrante desta Lei, em conformidade com o disposto no artigo 11 da Lei Federal nº 12.305, de 12 de agosto de 2010.

§ 1º. A Política Municipal de Resíduos Sólidos é orientada pelos





princípios e objetivos contidos nos artigos 6º e 7º da Lei Federal nº 12.305, de 12 de agosto de 2010.

§ 2º. A íntegra do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) do Município de Campos Novos, de que trata esta Lei está também disponível, para consulta pública, no sítio oficial do Município de Campos Novos na Internet ([www.campos-novos.sc.gov.br](http://www.campos-novos.sc.gov.br)), bem como no sítio da AMPLASC ([www.amplasc.org.br](http://www.amplasc.org.br)).

Art. 3º. O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) do Município de Campos Novos deverá ser atualizado, no máximo, a cada 4 (quatro) anos.

Art. 4º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a expedir atos, normas e decretos para a consecução completa do Plano de Resíduos Sólidos.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 03 de outubro de 2013.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

### **Lei Complementar Nº 18/13 Inclui Parágrafos ao Artigo 6º da Lc Nº 04/2010 Sobre Veículos Apreendidos**

LEI COMPLEMENTAR Nº 18/2013 DE 03/10/2013  
INCLUI PARÁGRAFOS AO ARTIGO 6º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 04/2010 DE 19/07/2010

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei,

**FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º. O art. 6º da Lei Complementar nº 04/2010 de 19/07/2010 passa a vigorar com o acréscimo dos seguintes parágrafos:

“§5º. Os veículos apreendidos ou removidos não reclamados por seus proprietários, depois de decorrido o prazo de 90 (noventa) dias da apreensão ou remoção, serão levados à hasta pública pelo Estado de Santa Catarina, em conjunto com o Poder Público Municipal, conforme legislação atinente a matéria, deduzindo-se do valor arrecadado os débitos referentes às multas, tributos e encargos legais, e o valor remanescente, se houver, depositado a conta do ex-proprietário, na forma da lei nº 6.575 de 30 de outubro de 1978.

§6º. Em caso de não pagamento das despesas efetuadas com o serviço de guincho, remoção e guarda dos veículos, após a realização de leilão, havendo débitos remanescentes, fica o concessionário autorizado a realizar a cobrança administrativa e/ou judicial do proprietário do veículo apreendido, repassando o percentual devido ao município, quando do seu recebimento.”

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, 03 de outubro de 2013.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

### **Portaria Nº 1503/13 de 30/09/2013**

PORTARIA Nº 1503/13 de 30/09/2013

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A SERVIDORA THEREZINHA APARECIDA PEREIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Licença para tratar de assuntos particulares a servidora THEREZINHA APARECIDA PEREIRA, cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, no período de 23/09/2013 à 22/09/2015.

**COMUNIQUE-SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
30 de Setembro de 2013  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

### **Portaria Nº 1521/13 de 01/10/2013**

PORTARIA Nº 1521/13 de 01/10/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SABRINA RANGEL GOMES DE ABREU REIS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário SABRINA RANGEL GOMES DE ABREU REIS para exercer o cargo de Enfermeiro, junto a Secretaria de Saúde, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE-SE.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
01 de Outubro de 2013.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

### **Portaria Nº 1471/13 de 16/09/2013**

PORTARIA Nº 1471/13 de 16/09/2013

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA A SERVIDORA ALINE DE OLIVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar sem justa causa a servidora ALINE DE OLIVEIRA, das funções de Médico, retroagindo seus efeitos a 05 de Setembro de 2013, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE-SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
16 de Setembro de 2013.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1472/13 de 17/09/2013**

PORTARIA Nº 1472/13 de 17/09/2013

ADMITE E NOMEIA SERVIDORA ALINE DE OLIVEIRA PARA EMPREGO PÚBLICO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, com amparo na Lei Complementar 07/07 de 24/10/07, com suas alterações posteriores dadas pelas Leis Complementares nº 10/08, 13/08 e 01/09; e considerando o resultado da classificação do Edital 02/2013 - Decreto nº 6.789/13 de 23/08/2013,

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Admitir e nomear ALINE DE OLIVEIRA, CI nº 4369575, CPF nº 037.166.929-48, para exercer o cargo de Médico Comunitário, com atribuições junto ao Programa Saúde da Família - PSF, coordenado pela Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º. O (a) servidor(a) cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O vencimento mensal será de R\$ 14.171,76 (Catorze mil cento e setenta e um reais e setenta e seis centavos).

Art. 4º. O servidor admitido terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do trabalho.

Art. 5º. Não adquirirá estabilidade no serviço público o servidor admitido nas formalidades previstas nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07, 10/08, 13/08 e 01/09.

Art. 6º. O contrato firmado pelo servidor será por tempo indeterminado, e poderá ser rescindido nos casos previstos no Art. 1º, com redação dada pelo Art. 5º, § 1º, incisos I a VIII da Lei Complementar 13/08 de 09/12/2008.

Art. 7º. As despesas decorrentes desta Portaria serão suportadas por dotações específicas consignadas no orçamento geral do Município.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de Setembro de 2013.

Prefeitura de Campos Novos, 17 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal.

**Portaria Nº 1474/13 de 18/09/2013**

PORTARIA Nº 1474/13 DE 18/09/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARLENE PEDROSO

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando que a funcionária efetiva Clemir de Fatima Machado encontra-se em tratamento de saúde.

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário MARLENE PEDROSO, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços gerais, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE-SE.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
18 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1476/13 de 20/09/2013**

PORTARIA Nº 1476/13 de 20/09/2013

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR GUSTAVO HIGA OGAWA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar sem justa causa o servidor GUSTAVO HIGA OGAWA, das funções de Médico, retroagindo seus efeitos a 16 de Setembro de 2013, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE-SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

20 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1477/13 de 20/09/2013**

PORTARIA Nº 1477/13 de 20/09/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JULIANE SILVA RADEL,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando que a funcionária efetiva Julia Grazieli Saurin Redante, encontra-se em licença para tratamento saúde,

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário, JULIANE SILVA RADEL para exercer o cargo de Professor Leigo, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 19 de Setembro de 2013.

**COMUNIQUE-SE.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

20 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1478/13 de 20/09/2013**

PORTARIA Nº 1478/13 de 20/09/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SANDRA APARECIDA LOPES MATOS,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando que a funcionária efetiva Elizabete Aparecida de Lima, encontra-se em tratamento de saúde,

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário, SANDRA APARECIDA LOPES MATOS para exercer o cargo de Professor I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE-SE.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
20 de Setembro de 2013.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1479/13 de 20/09/2013**

PORTARIA Nº 1479/13 de 20/09/2013

ADMITE E NOMEIA SERVIDOR FLAVIO ADOLFO CORSO JUNIOR PARA EMPREGO PÚBLICO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, com amparo na Lei Complementar 07/07 de 24/10/07, com suas alterações posteriores dadas pelas Leis Complementares nº 10/08, 13/08 e 01/09; e considerando o resultado da classificação do Edital 02/2013 - Decreto nº 6.789/13 de 23/08/2013,

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Admitir e nomear FLAVIO ADOLFO CORSO JUNIOR, CI nº 1175160, CPF nº 988.677.339-15, para exercer o cargo de Médico Comunitário, com atribuições junto ao Programa Saúde da Família - PSF, coordenado pela Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º. O (a) servidor(a) cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O vencimento mensal será de R\$ 14.171,76 (Catorze mil cento e setenta e um reais e setenta e seis centavos).

Art. 4º. O servidor admitido terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do trabalho.

Art. 5º. Não adquirirá estabilidade no serviço público o servidor admitido nas formalidades previstas nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07, 10/08, 13/08 e 01/09.

Art. 6º. O contrato firmado pelo servidor será por tempo indeterminado, e poderá ser rescindido nos casos previstos no Art. 1º, com redação dada pelo Art. 5º, § 1º, incisos I a VIII da Lei Complementar 13/08 de 09/12/2008.

Art. 7º. As despesas decorrentes desta Portaria serão suportadas por dotações específicas consignadas no orçamento geral do Município.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de Setembro de 2013.

Prefeitura de Campos Novos, 20 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal.

**Portaria Nº 1480/13 de 20/09/2013**

PORTARIA Nº 1480/13 de 20/09/2013

ADMITE E NOMEIA SERVIDOR ORLANDO CARLOS FLEITH SOBRINHO PARA EMPREGO PÚBLICO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, com amparo na Lei Complementar 07/07 de 24/10/07, com suas alterações posteriores dadas pelas Leis Complementares nº 10/08, 13/08 e 01/09; e considerando o resultado da classificação do Edital 02/2013 - Decreto nº 6.789/13 de 23/08/2013,

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Admitir e nomear ORLANDO CARLOS FLEITH SOBRINHO, CI nº 33535058, CPF nº 557.660.139-49, para exercer o cargo de Médico Comunitário, com atribuições junto ao Programa Saúde da Família - PSF, coordenado pela Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º. O (a) servidor(a) cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O vencimento mensal será de R\$ 14.171,76 (Catorze mil

cento e setenta e um reais e setenta e seis centavos).

Art. 4º. O servidor admitido terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do trabalho.

Art. 5º. Não adquirirá estabilidade no serviço público o servidor admitido nas formalidades previstas nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07, 10/08, 13/08 e 01/09.

Art. 6º. O contrato firmado pelo servidor será por tempo indeterminado, e poderá ser rescindido nos casos previstos no Art. 1º, com redação dada pelo Art. 5º, § 1º, incisos I a VIII da Lei Complementar 13/08 de 09/12/2008.

Art. 7º. As despesas decorrentes desta Portaria serão suportadas por dotações específicas consignadas no orçamento geral do Município.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de Setembro de 2013.

Prefeitura de Campos Novos, 20 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal.

**Portaria Nº 1481/13 de 20/09/2013**

PORTARIA Nº 1481/13 de 20/09/2013

NOMEIA COMISSÃO DE LEILÃO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear as pessoas a seguir relacionadas para comporem a Comissão de Leilão:

Diogenes Zoldan - Presidente

João Maria Ribeiro Júnior - Membro

Dayana Taize dos Santos Ribeiro - Membro

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, 20 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1482/13 de 20/09/2013**

PORTARIA Nº 1482/13 de 20/09/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO KARIZE VICENTE,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando que a funcionária efetiva Eliane Masson, encontra-se em licença para tratamento saúde,

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário, KARIZE VICENTE para exercer o cargo de Professor I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 19 de Setembro de 2013.

**COMUNIQUE-SE.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
20 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1483/13 de 23/09/2013**

PORTARIA Nº 1483/13 de 23/09/2013

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA A SERVIDORA SANDIA BERNARDON ZANELLA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar sem justa causa a servidora SANDIA BERNARDON ZANELLA, das funções de Médico, retroagindo seus efeitos a 20 de Setembro de 2013, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE-SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
23 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1484/13 de 24/09/2013**

PORTARIA Nº 1484/13 de 24/09/2013

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA PATRICIA DE JESUS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar a pedido a servidora PATRICIA DE JESUS do cargo de Agente Comunitário de Saúde. Retroagindo seus efeitos a 23 de Setembro de 2013. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE-SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
24 de Setembro de 2013

Nelson Cruz

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1488/13 de 27/09/2013**

PORTARIA Nº 1488/13 de 27/09/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO EVELIZE ADRIELI DE OLIVEIRA MACHADO,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando que a funcionária efetiva Adelita Serpa, encontra-se em licença maternidade,

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário, EVELIZE ADRIELI DE OLIVEIRA MACHADO para exercer o cargo de Professor Leigo, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE-SE.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
27 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1489/13 de 30/09/2013**

PORTARIA Nº 1489/13 de 30/09/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JACIRA PEREIRA DE JESUS,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando que a funcionária efetiva Maria Sandra Mara Maciel, encontra-se em tratamento de saúde,

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário, JACIRA PEREIRA DE JEUS para exercer o cargo de Professor II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE-SE.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
30 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1490/13 de 30/09/2013**

PORTARIA Nº 1490/13 de 30/09/2013

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR AVELINO CARLOS FRANÇA FILHO,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar sem justa causa o servidor AVELINO CARLOS FRANÇA FILHO, das funções de GERENTE EXECUTIVO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE-SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
30 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1491/13 de 30/09/2013**

PORTARIA Nº 1491/13 de 30/09/2013

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA JANETE VIEIRA CASTRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder afastamento por auxílio doença a JANETE VIEIRA CASTRO pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra



em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 01 de Setembro de 2013.

#### COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
30 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

#### Portaria Nº 1492/13 de 30/09/2013

PORTARIA Nº 1492/13 de 30/09/2013

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA MARIA JULIA FLORES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

#### RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a MARIA JULIA FLORES pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 03 de Setembro de 2013.

#### COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
30 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

#### Portaria Nº 1493/13 de 30/09/2013

PORTARIA Nº 1493/13 de 30/09/2013

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA AO SERVIDOR JOCIL DE JESUS CARVALHO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

#### RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a JOCIL DE JESUS CARVALHO pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 21 de Setembro de 2013.

#### COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
30 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

#### Portaria Nº 1494/13 de 30/09/2013

PORTARIA Nº 1494/13 de 30/09/2013

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA CLEMIR DE FATIMA MACHADO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

#### RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a CLEMIR DE FATIMA MACHADO pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 12 de Setembro de 2013.

#### COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
30 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

#### Portaria Nº 1495/13 de 30/09/2013

PORTARIA Nº 1495/13 de 30/09/2013

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA JULIA GABRIELI SAURIN REDANTE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

#### RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a JULIA GABRIELI SAURIN REDANTE pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 24 de Setembro de 2013.

#### COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
30 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

#### Portaria Nº 1496/13 de 30/09/2013

PORTARIA Nº 1496/13 de 30/09/2013

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA ELENITA APARECIDA GRANZOTTO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

#### RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a ELENITA APARECIDA GRANZOTTO pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 06 de Setembro de 2013.

#### COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
30 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

#### Portaria Nº 1497/13 de 30/09/2013

PORTARIA Nº 1497/13 de 30/09/2013

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA MARIA SANDRA MARA MACIEL



Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder afastamento por auxílio doença a MARIA SANDRA MARA MACIEL pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 20 de Setembro de 2013.

**COMUNIQUE-SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
30 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1498/13 de 30/09/2013**

PORTARIA Nº 1498/13 de 30/09/2013  
CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA MARGARETE TEREZINHA NICOLOTTI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder afastamento por auxílio doença a MARGARETE TEREZINHA NICOLOTTI pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 25 de Setembro de 2013.

**COMUNIQUE-SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
30 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1499/13 de 30/09/2013**

PORTARIA Nº 1499/13 de 30/09/2013  
CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA EMANUELA KAREN FAGUNDES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder afastamento por auxílio doença a EMANUELA KAREN FAGUNDES pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 24 de Setembro de 2013.

**COMUNIQUE-SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
30 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1500/13 de 30/09/2013**

PORTARIA Nº 1500/13 de 30/09/2013  
CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA MARILU LEMOS DOS SANTOS CALGARO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder afastamento por auxílio doença a MARILU LEMOS DOS SANTOS CALGARO pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 26 de Setembro de 2013.

**COMUNIQUE-SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
30 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1501/13 de 30/09/2013**

PORTARIA Nº 1501/13 DE 30/09/2013  
CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO MATERNIDADE A SERVIDORA ADELITA TEREZINHA SERPA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora ADELITA TEREZINHA SERPA no período de 23/09/13 a 20/01/14.

**COMUNIQUE-SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
30 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1502/13 de 30/09/13**

PORTARIA Nº 1502/13 DE 30/09/13  
CONCEDE REASSUNÇÃO AO SERVIDOR VALMIR SANTIAGO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Reassunção ao servidor VALMIR SANTIAGO, na função de GUARDA, retroagindo seus efeitos a 20 de Setembro de 2013.

**COMUNIQUE-SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
30 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1504/13 de 30/09/13**

PORTARIA Nº 1504/13 DE 30/09/13

CONCEDE APOSTILAMENTO AO SERVIDOR JEAN CARLO PETRY

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Apostilamento, ao servidor JEAN CARLO PETRY, referente a FGR-03 do período: 01/02/12 A 31/12/12, e FGR-02 do período: 01/02/13 a 31/03/13 correspondente a 10% (dez por cento), na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

**COMUNIQUE-SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
30 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1505/13 de 30/09/13**

PORTARIA Nº 1505/13 DE 30/09/13

CONCEDE APOSTILAMENTO AO SERVIDOR EINOR LUIZ FAÉ

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Apostilamento, ao servidor EINOR LUIZ FAÉ, referente a Cargo de Diretor e Assessor Controle Interno do período: 10/05/2003 a 09/07/2003, do período: 01/11/2012 a 31/12/2012 e do período: 10/01/2013 a 09/09/2013 correspondente a 10% (dez por cento), na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

**COMUNIQUE-SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
30 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1506/13 de 30/09/13**

PORTARIA Nº 1506/13 DE 30/09/13

CONCEDE APOSTILAMENTO AO SERVIDOR PATRICK CARLO REDANTE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Apostilamento, ao servidor PATRICK CARLO REDANTE, referente a Cargo de Diretor do período: 03/09/12 a 31/12/12, e do período: 14/01/13 a 15/09/13 correspondente a 10% (dez por cento), na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

**COMUNIQUE-SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
30 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1507/13 de 30/09/2013**

PORTARIA Nº 1507/13 de 30/09/2013

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA LETICIA SUENY KATO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares a servidora LETICIA SUENY KATO referente ao período aquisitivo de 17/07/12 a 10/07/13 a serem gozadas no período de 23/09/13 a 22/10/13.

**COMUNIQUE-SE.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
30 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1508/13 de 30/09/2013**

PORTARIA Nº 1508/13 de 30/09/2013

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA SOLANGE APARECIDA NOHATTO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares a servidora SOLANGE APARECIDA NOHATTO referente ao período aquisitivo de 01/03/12 a 28/02/13 a serem gozadas no período de 01/10/13 a 30/10/13.

**COMUNIQUE-SE.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
30 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1509/13 de 30/09/2013**

PORTARIA Nº 1509/13 de 30/09/2013

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR NILTON ROBERTO DE OLIVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao servidor NILTON ROBERTO DE OLIVEIRA referente ao período aquisitivo de 02/02/10 a 02/02/11 a serem gozadas no período de 23/09/13 a 24/10/13.

**COMUNIQUE-SE.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
30 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1510/13 de 30/09/2013**

PORTARIA Nº 1510/13 de 30/09/2013

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA MARCILENE GUIMARÃES DELFINO TITON

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares a servidora MARCILENE GUIMARÃES DELFINO TITON referente ao período aquisitivo de 02/02/11 a 02/02/12 a serem gozadas no período de 16/09/13 a 15/10/13.

**COMUNIQUE-SE.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
30 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1511/13 de 30/09/2013**

PORTARIA Nº 1511/13 de 30/09/2013

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA LIZIANE DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares a servidora LIZIANE DOS SANTOS referente ao período aquisitivo de 16/03/12 a 15/03/13 a serem gozadas no período de 25/09/13 a 24/10/13.

**COMUNIQUE-SE.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
30 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1512/13 de 30/09/2013**

PORTARIA Nº 1512/13 de 30/09/2013

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR HILDEBRANDO NILTON REIS FILHO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao servidor HILDEBRANDO NILTON REIS FILHO referente ao período aquisitivo de 14/03/12 a 13/03/13 a serem gozadas no período de 08/10/13 a 06/11/13.

**COMUNIQUE-SE.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
30 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1513/13 de 30/09/2013**

PORTARIA Nº 1513/13 de 30/09/2013

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR GILBERTO JOSÉ DOBROWOLSKI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao servidor GILBERTO JOSÉ DOBROWOLSKI referente ao período aquisitivo de 08/08/12 a 07/08/13 a serem gozadas no período de 02/10/13 a 01/11/13.

**COMUNIQUE-SE.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
30 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1514/13 de 30/09/2013**

PORTARIA Nº 1514/13 de 30/09/2013

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA ALINE APARECIDA KOMINKIEWICZ

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares a servidora ALINE APARECIDA KOMINKIEWICZ referente ao período aquisitivo de 01/03/12 a 01/03/13 a serem gozadas no período de 30/09/13 a 29/10/13.

**COMUNIQUE-SE.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
30 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1515/13 de 30/09/2013**

PORTARIA Nº 1515/13 de 30/09/2013

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA ADRIANA ALMEIDA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares a servidora ADRIANA ALMEIDA referente ao período aquisitivo de 02/08/12 a 02/08/13 a serem gozadas no período de 01/10/13 a 30/10/13.

**COMUNIQUE-SE.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
30 de Setembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1516/13 de 01/10/2013**

PORTARIA Nº 1516/13 de 01/10/2013

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA A SERVIDORA ANGELITA KURLE MENEZHINI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar sem justa causa a servidora ANGELITA KURLE MENEZHINI, das funções de Médico. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE-SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
01 de Outubro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1517/13 de 01/10/2013**

PORTARIA Nº 1517/13 de 01/10/2013

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA CLEUSA ALVES DE MATOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar a pedido a servidora CLEUSA ALVES DE MATOS do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE-SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
01 de Outubro de 2013

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1518/13 de 01/10/2013**

PORTARIA Nº 1518/13 de 01/10/2013

ADMITE E NOMEIA SERVIDORA ANGELITA KURLE MENEZHINI PARA EMPREGO PÚBLICO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, com amparo na Lei Complementar 07/07 de 24/10/07, com suas alterações posteriores dadas pelas Leis Complementares nº 10/08, 13/08 e 01/09; e considerando o resultado da classificação do Edital 02/2013 - Decreto nº 6.789/13 de 23/08/2013,

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Admitir e nomear ANGELITA KURLE MENEZHINI, CI nº 2970336, CPF nº 057.715.269-67, para exercer o cargo de Médico Comunitário, com atribuições junto ao Programa Saúde da Família - PSF, coordenado pela Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º. O (a) servidor(a) cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O vencimento mensal será de R\$ 14.171,76 (Catorze mil cento e setenta e um reais e setenta e seis centavos).

Art. 4º. O servidor admitido terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do trabalho.

Art. 5º. Não adquirirá estabilidade no serviço público o servidor admitido nas formalidades previstas nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07, 10/08, 13/08 e 01/09.

Art. 6º. O contrato firmado pelo servidor será por tempo indeterminado, e poderá ser rescindido nos casos previstos no Art. 1º, com redação dada pelo Art. 5º, § 1º, incisos I a VIII da Lei Complementar 13/08 de 09/12/2008.

Art. 7º. As despesas decorrentes desta Portaria serão suportadas por dotações específicas consignadas no orçamento geral do Município.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, 01 de Outubro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal.

**Portaria Nº 1519/13 de 01/10/2013**

PORTARIA Nº 1519/13 de 01/10/2013

NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DO PROCESSO EM VIRTUDE DA PARALIZAÇÃO DA OBRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; com amparo no Artigo 100, inciso VIII, C/C Artigos 11 e 12, incisos I e II da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear as servidoras do quadro efetivo: Cristiane Carezia e Ana Paula dos Santos, para sob a presidência da primeira, constituírem a Comissão que fará a avaliação do processo 15/2010 e CV 08/2010.

Art. 2º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, INTIME-SE.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em

01 de Outubro de 2013

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1520/13 de 01/10/2013**

PORTARIA Nº 1520/13 de 01/10/2013

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA A SERVIDORA SABRINA RANGEL GOMES DE ABREU REIS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar sem justa causa a servidora SABRINA RANGEL GOMES DE ABREU REIS, das funções de Gerente Executivo. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE-SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

01 de Outubro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Aviso de Licitação - PP 03/2013 Fundecampos - Registro de Preço Para Contratação de Clínica Veterinária Para Procedimento Cirúrgico de Histerectomia .**

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 03/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº13/2013



O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 17/10/2013 às 15:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA VETERINÁRIA PARA PROCEDIMENTO CIRÚRGICO DE HISTERECTOMIA CANINA CONFORME PROJETO DE CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS NO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br), ou na sede da Prefeitura, localizada na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323, no horário das 08:30 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:30 diariamente.

Campos Novos, 04 de Outubro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

## Canoinhas

### PREFEITURA

#### **Publicação da Anulação do Edital de Pregão Presencial Nº 64/2013.**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 131/2013

PREGÃO PRESENCIAL N.º 64/2013

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna público a anulação do Pregão Presencial n.º 64/2013, que tem por objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DAS VIAS PAVIMENTADAS COM LAJOTAS DE CONCRETO OU PARALELEPÍPEDOS OU PAVER OU PETIT PAVET. Motivo: Alteração do objeto. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA. Informações de Segunda a Sexta-feira, período das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 15h30min, fone (47) 321-7705.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

#### **Publicação do Edital de Pregao Presencial Nº PMC 65/2013**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 135/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 65/2013

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 22/10/2013, às 14h05min, Pregão Presencial para AQUISIÇÃO DE 60 (SESSENTA) CESTAS BÁSICAS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS CATADORES DA COOPERATIVA DE LIXO RECICLÁVEL NOS MESES DE OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2013. Recebimento de propostas até às 14h00min do dia 22/10/2013. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

## Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.

#### Benefícios:

- Suporte e atualização do REGIN Municipal;
- Consulta às bases de notas fiscais eletrônicas conjugadas (NFe-C) emitidas junto à SEFAZ/SC;
- Gestão das declarações dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- Integração de prefeituras e cartórios na geração de guia do pagamento do ITBI;
- Agilidade no processo de arrecadação do ITBI;
- Ampliação da arrecadação pela eficiência na fiscalização dos tributos municipais.

As ferramentas de gestão tributária ofertadas pelo CIGA foram desenvolvidas a partir das necessidades dos municípios, apresentadas pelos secretários membros do Colegiado de Secretários de Fazenda Municipais de Santa Catarina (CONFAZ-M/SC).

Os contratantes do PGT, além de acessarem os aplicativos, poderão participar de grupos de estudos relativos ao planejamento tributário municipal, à padronização de legislações tributárias e à personalização e proposição de novos aplicativos.



#### Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESAO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



# Publicação do Resultado do Julgamento das Propostas do Edital de Concorrência Pública Nº 13/2013

## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 1/4

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 116/2013      Licitação: 13/2013 - CC      Data da Homologação:</b> <b>Fornecedor: 6099 - EUGENIO STEIDEL</b>									
1	01-01-7659	LEITE INTEGRAL ULTRAPASTEURIZADO PELO SISTEMA UHT, EMBALAGEN	aurora	LT	4.380,000	0,0000	2,4700	10.818,60	Venceu
3	01-01-7848	LEITE LONGA VIDA C/ BAIXO TEOR DE LACTOSE.	tirol	LT	200,000	0,0000	3,9800	796,00	Venceu
28	01-01-0097	SARDINHA EM ÓLEO COMESTÍVEL EMB. 125 GRAMAS	nave	LAT	645,000	0,0000	2,2900	1.477,05	Venceu
43	01-01-9584	MASSA DE PASTEL CORTADAS EM CÍRCULOS PCT COM 400 GRAMAS	bela italia	PCT	282,000	0,0000	4,4500	1.254,90	Venceu
47	01-01-9589	SUCO CONCENTRADO, DIVERSOS SABORES FRASCO COM 500ML	da fruta	FRS	460,000	0,0000	4,9800	2.290,80	Venceu
48	01-01-9593	SACHES DE TEMPEROS EMB. CONTENDO 12 SACHES CADA	qualimax	PCT	307,000	0,0000	2,1900	672,33	Venceu
58	01-01-9633	CREME DE LEITE UHT HOMOGENIZADO LIGHT 200 GRAMAS	tirol	UN	123,000	0,0000	1,6500	202,95	Venceu
62	01-01-9644	REFRIGERANTE DIET 2 LITROS	cini	UN	153,000	0,0000	2,6500	405,45	Venceu
66	01-01-9650	BOLACHA RECHEADA SABOR CHOCOLATE E MORANGO	bauduco	PCT	397,000	0,0000	1,2500	496,25	Venceu
72	01-01-9659	CEREAL INFANTIL, C/ VITAMINAS, SAIS MINERAIS (TIPO MUCILON)	vitalon	UN	87,000	0,0000	6,4500	561,15	Venceu
75	01-01-9608	MORANGO, BANDEJA PESANDO DE 250 A 300 GRAMAS	in natura	UN	625,000	0,0000	2,8000	1.750,00	Venceu
76	01-01-6424	ALHO ROXO, TIPO ESPECIAL, COM 150 GRAMAS	saomateus	PCT	166,000	0,0000	2,2000	365,20	Venceu
79	03-01-8222	RUCULA	in natura	MAÇ	369,000	0,0000	2,4900	918,81	Venceu
80	01-01-9660	CEREAL INT., VITAMINAS, FERRO, AVEIA E CEVADA (TIPO NESTON)	vitalon	UN	92,000	0,0000	6,4900	597,08	Venceu
81	01-01-9591	SUCO EM PÓ SABOR UVA EMB. COM 1KG	trink	UN	180,000	0,0000	0,7400	133,20	Venceu
83	01-01-9806	COCO RALADO PCT 500 GRAMAS	mais coco	PCT	110,000	0,0000	12,0000	1.320,00	Venceu
88	01-01-9809	QUEIJO RALADO PCT 500 GRAMAS	parmissimo	PCT	100,000	0,0000	26,9000	2.690,00	Venceu
<b>Total do Fornecedor -----&gt;</b>					<b>8.676,000</b>			<b>26.749,77</b>	

**Nr. do Processo: 116/2013      Licitação: 13/2013 - CC      Data da Homologação:**  
**Fornecedor: 6488 - SUPERMERCADO HAAG LTDA**

2	01-01-7730	LEITE SEMI-DESNATADO, EM EMBALAGENS CARTONADAS TIPO LONGA VI	Realta	LT	370,000	0,0000	2,4800	917,60	Venceu
6	01-01-7815	FARINHA DE ARROZ	Urbano	KG	75,000	0,0000	3,1900	239,25	Venceu
7	01-01-7816	FÉCULA DE BATATA	Yoki	KG	50,000	0,0000	19,9800	999,00	Venceu
13	01-01-7865	ESSENCIA DE BAUNILHA LÍQUIDA 30ML	Incas	VD	432,000	0,0000	2,2000	950,40	Venceu
14	01-01-7679	CHÁ MATE DESIDRATADO C/ EMBALAGENS PLÁSTICAS, DEVIDAMENTE	famate	KG	835,000	0,0000	3,6900	3.081,15	Venceu
19	01-01-7869	MELADO DE CANA	Docal	KG	623,000	0,0000	5,9900	3.731,77	Venceu

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Página: 2/4

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 116/2013      Licitação: 13/2013 - CC      Data da Homologação:</b> <b>Fornecedor: 6488      - SUPERMERCADO HAAG LTDA</b>									
20	03-01-3742	MAIONESE	Suavit 500g	KG	1.540,000	0,0000	3,9800	6.129,20	Venceu
23	01-01-7874	AMENDOIN CRU S/ CASCA E C/ PELE TIPO 1 EMB 500G	carol	KG	276,000	0,0000	6,9800	1.926,48	Venceu
27	01-01-0094	ÓLEO DE MILHO 900ML	Suavit	FRS	1.180,000	0,0000	4,5500	5.369,00	Venceu
29	01-01-6011	SAL IODADO (EXTRA FINO) PCTES. DE 01 KG	Garça	KG	2.570,000	0,0000	0,6800	1.747,60	Venceu
31	01-01-7907	MACARRÃO DE ARROZ TIPO PENNE OU PARAFUSO EMB. 0,5 A 1KG	Urbano 1 kg	KG	50,000	0,0000	4,3800	219,00	Venceu
34	01-01-9560	LEITE DESNATADO LONGA VIDA, EMB C/ 01 LITRO	Realta	UN	784,000	0,0000	2,4800	1.944,32	Venceu
39	01-01-9579	BANHA PCT COM 1KG	Zinke	UN	122,000	0,0000	3,7500	457,50	Venceu
44	01-01-9585	MILHO PARA GALINHAS PCT COM 5KG	Dom Pedro	UN	77,000	0,0000	5,8900	453,53	Venceu
46	01-01-9588	SOPÃO PCT COM 200 GRAMAS, DIVERSOS SABORES	Oriente	UN	146,000	0,0000	2,4800	362,08	Venceu
53	01-01-9611	MANGERONA EM FLOCOS, EMBALAGENS PLASTICAS DE 10 GRAMAS	Sant`Vitta	PCT	115,000	0,0000	1,8900	217,35	Venceu
57	01-01-9632	SALGADINHO DE MILHO ASSADO (TIPO FANDANGOS)	Yokitos	PCT	132,000	0,0000	1,3900	183,48	Venceu
59	01-01-9635	DOCE DE FRUTAS DIET 450 GRAMAS	Ritter	POT	27,000	0,0000	4,7500	128,25	Venceu
64	01-01-9647	SUSPIRO PACOTE 120 GRAMAS	Santa Clara	PCT	397,000	0,0000	2,5900	1.028,23	Venceu
65	01-01-9648	TORRÃO DE AMENDOIM EMBALADO INDIVIDUALMENTE 50 GRAMAS	Kidoce	UN	330,000	0,0000	1,4700	485,10	Venceu
67	01-01-9651	BARRA DE CHOCOLATE AO LEITE 170 GRAMAS	Hershey's	UN	199,000	0,0000	3,4800	692,52	Venceu
84	01-01-9807	CHOCOLATE GRANULADO PCT 500 GRAMAS	dori	PCT	160,000	0,0000	6,7800	1.084,80	Venceu
87	01-01-9808	POLIVILHO DOCE PCT 1KG	Neve	PCT	95,000	0,0000	2,4600	233,70	Venceu
89	01-16-9063	SAL GROSSO.	Sosal	PCT	60,000	0,0000	1,0900	65,40	Venceu
<b>Total do Fornecedor -----&gt;</b>					<b>10.645,000</b>			<b>32.646,71</b>	

**Nr. do Processo: 116/2013      Licitação: 13/2013 - CC      Data da Homologação:**  
**Fornecedor: 9921      - JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA**

5	01-01-7855	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL TIPO 1 ENRIQ. C/ FERRO E ACIDO FOL	FIDALGA	KG	7.750,000	0,0000	1,9400	15.035,00	Venceu
9	01-01-7652	ACHOCOLATADO EM PÓ, EMBALAGENS DE 0,4 KG A 1,0 KG.	CHOKILAR	KG	3.070,000	0,0000	5,5700	17.099,90	Venceu
10	01-01-9619	CHOCOLATE EM PÓ, SEM ADIÇÃO LEITE DE VACA E SEUS DERIVADOS	NEILAR	KG	1.104,000	0,0000	4,8300	5.332,32	Venceu
11	01-16-7321	LEITE DE COCO	MAIS COCO	VD	2.382,000	0,0000	1,9900	4.740,18	Venceu
12	01-01-7864	CANELA EM PÓ 50G	APTI	PCT	909,000	0,0000	1,6900	1.536,21	Venceu
15	01-01-7866	CREME DE LEITE 200G UHT HOMOGENIZADO.	TERRA VIVA	CXA	1.653,000	0,0000	1,4500	2.396,85	Venceu
18	01-16-7340	GOIABADA	PREDILETA	KG	436,000	0,0000	4,8900	2.132,04	Venceu

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS**

Página: 3/4

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 116/2013      Licitação: 13/2013 - CC</b> <b>Fornecedor: 9921      - JULIAN ODACHOWSKI &amp; FILHOS LTDA</b>									
21	01-01-6140	EXTRATO DE TOMATE 850 Gr.	QUERO	UN	1.725,000	0,0000	3,9000	6.727,50	Venceu
30	01-01-6407	VINAGRE DE ÁLCOOL, FRASCO COM 900 ML	HEING	FRS	1.362,000	0,0000	0,8500	1.157,70	Venceu
33	01-16-0006	FILTRO PARA CAFE 103 COM 40 UNIDADES	QUERO	CXA	232,000	0,0000	2,2800	528,96	Venceu
35	01-01-7758	ARROZ BRANCO, TIPO 1, PACOTE COM 05 KG.	KIKA	PCT	310,000	0,0000	9,5300	2.954,30	Venceu
36	01-01-6417	MARGARINA SEM SAL, EMBALAGEM COM 01 KG	MESA	KG	190,000	0,0000	3,5700	678,30	Venceu
40	01-01-9580	CALDO DE GALINHA CXA COM 126 GRAMAS	APTI	UN	551,000	0,0000	1,6900	931,19	Venceu
41	01-01-9581	CHÁ DIVERSOS SABORES CXA COM 25 SACHES CONFORME EDITAL	NEILAR	CXA	354,000	0,0000	2,3400	828,36	Venceu
42	01-01-9583	MARGARINA LIGHT POTE 500 GRAMAS	COAMO	POT	116,000	0,0000	2,4700	286,52	Venceu
45	01-01-0105	CALDO DE CARNE CXA COM 126 GRAMAS	APTI	UN	125,000	0,0000	1,6900	211,25	Venceu
49	01-01-9595	SALAMONIACO EMBALAGEM CONTENDO 100 GRAMAS	APTI	UN	120,000	0,0000	0,7800	93,60	Venceu
50	01-01-9596	AVEIA EM FLOCOS 250 GRAMAS	SENTIR BEM	UN	202,000	0,0000	1,4000	282,80	Venceu
51	01-01-9627	BALAS SORTIDAS - MASTIGÁVEIS - VÁRIOS SABORES PCT 200 GRAMAS	SIMONETO	PCT	1.009,000	0,0000	1,8900	1.907,01	Venceu
52	01-04-5461	BAUNILHA 40 GR	NEILAR	UN	123,000	0,0000	0,9800	120,54	Venceu
54	01-01-9630	BOMBOM (TIPO OURO BRANCO)	OURO BRANCO	UN	760,000	0,0000	0,5300	402,80	Venceu
55	01-01-9631	BOMBOM (TIPO SONHO DE VALSA)	SONHO DE VALSA	UN	760,000	0,0000	0,5300	402,80	Venceu
56	01-01-9581	CHÁ DIVERSOS SABORES CXA COM 25 SACHES CONFORME EDITAL	NEILAR	CXA	150,000	0,0000	2,3400	351,00	Venceu
60	01-01-9640	PAÇOCA DE AMENDOIM 20 GRAMAS CADA UNIDADE	DO ALLE	UN	330,000	0,0000	0,2800	92,40	Venceu
61	01-16-0203	REFRIGERANTE 2 LITROS	CAPRICHIO	UN	1.911,000	0,0000	2,1400	4.089,54	Venceu
63	01-01-9646	SUCO DE SOJA TIPO ADES	SOY SUCO	LT	1.320,000	0,0000	2,5200	3.326,40	Venceu
68	01-01-9654	AÇUCAR COLORIDO 40 GRAMAS	NEILAR	UN	182,000	0,0000	0,7000	127,40	Venceu
70	03-01-2946	CARVAO	VEGETAL	UN	136,000	0,0000	3,9800	541,28	Venceu
71	03-01-4895	EMUSTAB	EMUSTAB	UN	202,000	0,0000	3,8500	777,70	Venceu
77	01-16-9483	PEPINO EM CONSERVA	CASARAO	UN	123,000	0,0000	2,9800	366,54	Venceu
85	01-16-9483	PEPINO EM CONSERVA	CASARAO	UN	220,000	0,0000	2,9800	655,60	Venceu
86	03-01-8065	FARINHA TEMPERADA PACOTE APROXIMADAMENTE 500 GRAMAS	AMAFIL	UN	115,000	0,0000	2,8400	326,60	Venceu
90	01-01-9811	PÓ SABORIZANTE DE SORVETE POTE 100GR	NEILAR	POT	55,000	0,0000	2,2000	121,00	Venceu
<b>Total do Fornecedor -----&gt;</b>					<b>29.987,000</b>			<b>76.561,59</b>	

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS**

Página: 4/4

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 116/2013      Licitação: 13/2013 - CC      Data da Homologação:</b>									
<b>Fornecedor: 11644 - CEREALISTA TORRE ALTA LTDA</b>									
4	01-01-9618	LEITE DE SOJA LONGA VIDA	PURITY	LT	760,000	0,0000	3,0900	2.348,40	Venceu
8	03-01-3840	AMIDO DE MILHO	MAIS CERTA	KG	385,000	0,0000	3,4600	1.332,10	Venceu
16	01-01-6415	LEITE CONDENSADO, COM 395 GRAMAS	PIRACANJUBA	UN	2.480,000	0,0000	2,5000	6.200,00	Venceu
17	03-01-4759	DOCE DE LEITE	AUREA	KG	572,000	0,0000	4,9300	2.819,96	Venceu
22	01-01-7764	ERVILHA EM CONSERVA, EM LATA OU CAIXA 200 GR.	GOIAS VERDE	UN	3.094,000	0,0000	1,0800	3.341,52	Venceu
24	01-01-0108	CANJICA TIPO 1 BRANCA	ELDORADO	KG	1.185,000	0,0000	3,3000	3.910,50	Venceu
25	01-01-9625	FLOCOS DE MILHO SEM AÇÚCAR, EMBALAGENS DE 1KG	GOLD FLAKES	UN	810,000	0,0000	8,0000	6.480,00	Venceu
26	01-01-7883	AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM EMB 500ML	LISBOA	UN	360,000	0,0000	7,8000	2.808,00	Venceu
32	01-01-6419	FERMENTO BIOLÓGICO SECO INSTANTÂNEO, COM 500 GRAMAS	PAKMAYA	PCT	880,000	0,0000	7,2000	6.336,00	Venceu
37	01-01-7762	ERVILHA EM CONSERVA, C/ RECEPIENTES DE LATA OU CAIXA 800 GR	GOIAS VERDE	UN	140,000	0,0000	4,3500	609,00	Venceu
38	01-01-6053	MILHO VERDE EM CONSERVA, LATA OU CAIXA C/ 800 GRAMAS	GOIAS VERDE	UN	250,000	0,0000	4,8000	1.200,00	Venceu
82	01-01-9804	BOLACHA SORTIDAS EMBALAGENS CONTENDO 400GR	ISABELA	PCT	160,000	0,0000	3,0600	489,60	Venceu
<b>Total do Fornecedor -----&gt;</b>					<b>11.076,000</b>			<b>37.875,08</b>	

Canoinhas, 3 de Outubro de 2013.

**Edital Nº. 043/2013**

EDITAL Nº. 043/2013

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº. 04/SMS/2013.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo previsto no Edital nº. 04/SMS/2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº. 167/2013;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

**RESOLVE:**

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo previsto no Edital nº. 04/SMS/2013, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº. 10, Centro, Canoinhas, SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação do ORIGINAL e CÓPIA AUTENTICADA dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- b) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- c) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- d) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- e) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- f) Cédula de Identidade (RG);
- g) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas);
- h) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br));
- i) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais;
- j) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso;
- k) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso;
- l) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino;
- m) Número de inscrição no PIS/PASEP;
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual;
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica

pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do processo o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os aprovados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração Finanças e Orçamento, e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 27 de setembro de 2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 043/2013

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

INEZ APARECIDA SCHERMACH DOS SANTOS

SÉRGIO ANDRÉ SUDBRACK

JESSICA ALVES DA MAIA ROSSETTI

# Capinzal

## PREFEITURA

**Decreto 121/2013**

DECRETO Nº 121, DE 02 DE OUTUBRO DE 2013.

Aprova remembramento de área na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, em consonância com a Lei Complementar nº 140, de 1º de junho de 2011, que dispõe sobre o Código de Parcelamento de Solo Urbano do Município de Capinzal;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aprovado o remembramento de área das matrículas a seguir relacionadas em que é requerente a proprietário BRF- Brasil Food S.A., inscrito no CPNJ nº 01.838.723/0001-27.

I - Lote nº 19 com área de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), situado na quadra nº 286, Rua Projetada nº05, atual Rua Carlos Socool Sobrinho, nesta cidade, registrado na Serventia de Registro de Imóveis desta Comarca, sob a matrícula nº 14114, livro nº 2AAB, folha 182;

II - Lote nº 21 com área de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), Rua Projetada nº05, atual Rua Carlos Socool



Sobrinho situado na quadra nº286 nesta cidade, registrado na Serventia de Registro de Imóveis desta Comarca, sob a matrícula nº 14115, livro nº 2AAB, folha 183;

III - Lote nº 23 com área de 360,00 m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados), situado na quadra nº 286, Rua Projetada nº05, atual Rua Carlos Socool Sobrinho, nesta cidade, registrado na Serventia de Registro de Imóveis desta Comarca, sob a matrícula nº 14116, livro nº 2AAB, folha 184;

IV - Lote nº 25 com área de 360,00 m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados), situado na quadra nº 286, Rua Projetada nº05, atual Rua Carlos Socool Sobrinho, nesta cidade, registrado na Serventia de Registro de Imóveis desta Comarca, sob a matrícula nº 14117, livro nº 2AAB, folha 185;

V - Lote nº 27 com área de 450,00 m<sup>2</sup> (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado na quadra nº 286, esquina formada entre as ruas Rua Projetada nº05 e 02, atuais Ruas Carlos Socool Sobrinho e Luiz Gonzaga Bettin, nesta cidade, registrado na Serventia de Registro de Imóveis desta Comarca, sob a matrícula nº 14118, livro nº 2AAB, folha 185;

Art. 2º Os imóveis citados no caput deste art. 1º, ficam lembrados nos termos da Planta Topográfica, Memorial Descritivo e demais documentos anexos, que fazem parte integrante do presente Decreto, mantidos os ônus eventualmente existentes e/ou constantes nas certidões representadas, na forma a seguir especificada:

I - Área do Terreno Matrícula nº 14.114, lote nº19 . . . 360,00 m<sup>2</sup>;  
II - Área do Terreno Matrícula nº 14.115, lote nº21 . . . 360,00 m<sup>2</sup>;  
III - Área do Terreno Matrícula nº 14.116, lote nº23 . . . 360,00 m<sup>2</sup>;  
IV - Área do Terreno Matrícula nº 14.117, lote nº25 . . . 360,00 m<sup>2</sup>;  
V - Área do Terreno Matrícula nº 14.118, lote nº27 . . . 450,00 m<sup>2</sup>;  
VI - A área total lembrada - Lote nº 19 da Quadra nº 286. . . 1.890,00m<sup>2</sup>

Art. 3º Toda a área lembrada, após a publicação do presente Decreto, será computada no Cadastro de Contribuintes do Município e o recolhimento de tributos, será de inteira responsabilidade do proprietário, enquanto não se proceder a baixa e a transferência em nome do comprador, mediante a apresentação da Escritura Pública, mantidos os ônus que eventualmente incidirem a área lembrada.

Art. 4º Dentro do prazo de cento e oitenta (180) dias, a contar desta data, o requerente/proprietário, pela via legal, submeterá o lembramento das áreas para registro na Serventia de Registro de Imóveis desta Comarca, na forma da legislação vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, 2 de outubro 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMMAN

Secretário da Administração e Finanças

### **Termo Aditivo 002/2013**

TERMO ADITIVO 002/2013

Processo Licitatório Nº 0092/2012

Pregão Presencial Nº 0036/2012

CONTRATO 0155/2012

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: IPM INFORMÁTICA PÚBLICA MUNICIPAL LTDA

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é o reajuste anual, visando o equilíbrio econômico financeiro, nos termos da lei 8.666/93, no índice de 6,07 % (seis vírgula zero sete pontos percentuais) relativo ao INPC-IBGE acumulado do ano. De acordo com a Cláusula Décima Segunda, combinado com a Cláusula terceira - item 3.2 do referido contrato e parecer jurídico em anexo.

VALOR R\$: 0,00

VIGÊNCIA: 13/09/2013 até 31/01/2014

### **Termo de Homologação**

CHAMADA PÚBLICA

EDITAL Nº 029/2013

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Capinzal Sr. Andevir Isgazella homologa o resultado final da Chamada Pública originada pelo Edital nº 029, de 27 de setembro de 2013, para preenchimento de vagas para o cargo de Professor de Matemática, cuja lista dos aprovados encontra-se afixada no Mural Público do Centro Administrativo Municipal de Capinzal e publicada no DOM/SC edição nº 1339, de 04 de outubro de 2013.

Para que surtam todos os efeitos legais e de direito, faz publicar o presente.

Capinzal - SC, em 04 de outubro de 2013

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicada.

MARCO ANTONIO HACHMAN

Secretário da Administração e Finanças

## Cocal do Sul

### PREFEITURA

### **Lei Nº. 1.168 com Anexos Ppa 2014/2017**

LEI Nº. 1.168, de 02 de outubro de 2013.

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL PARA O QUADRIÊNIO 2014/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente lei:

Art. 1º Os objetivos e metas da Administração para o quadriênio 2014/2017 serão financiados com os recursos previstos nos anexos que acompanham esta Lei, aprovados em audiência pública e produzidos por meio informatizado, nos parâmetros exigidos pela Lei Federal nº 4.320/64.

Parágrafo único. As estimativas das receitas se baseiam nos dados históricos, ocorridos até o exercício de 2012, aplicando-se a correção de 10% ao ano a partir do exercício de 2013, com projeção de inflação de 7% ao ano e crescimento real de 3% ao ano, com exceção das transferências voluntárias e operações de crédito, que serão estimadas de acordo com os programas constantes do Plano Plurianual.

Art. 2º O Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de Cocal do Sul para o quadriênio 2014/2017 contemplará as

despesas de capital e outras delas decorrentes e as relativas aos programas de duração continuada, expressas nos anexos que acompanham esta LEI.

Art. 3º As metas da Administração para o quadriênio 2014/2017, consolidadas por programas e as correspondentes fontes de recursos, são aquelas constantes dos anexos que acompanham esta LEI.

Art. 4º As planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas nos anexos mencionados nesta Lei, serão estruturadas em programa, diagnóstico, diretrizes, objetivos, ações, produto, unidade de medida, meta, valor e fonte de recursos.

§ 1º As metas físicas e fiscais por ações em cada programa correspondem aos valores aprovadas em audiência pública, com os ajustes para efeito de viabilidade de execução física e financeira.

§ 2º Na forma estabelecida pelas Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público editadas pelo Ministério da Fazenda, a Origem e a Destinação de Recursos, correspondentes às receitas estimadas no Plano Plurianual, serão compatíveis com as despesas orçadas.

§ 3º Para fins desta Lei, considera-se:

- I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;
- II - Diagnóstico, a identificação da realidade existente, de forma a permitir a identificação, a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades;
- III - Diretrizes conjuntas de critérios de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;
- IV - Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;
- V - Ações, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas a execução do programa;
- VI - Produto, os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;
- VII - Metas, os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar.

Art. 5º Os valores constantes dos Anexos desta Lei estão orçados a preços correntes com projeção de inflação de 7% ao ano e crescimento real de 3% ao ano, tomando-se por base os valores realizados no exercício de 2012, quando existentes ou estimados com base nos valores de mercado.

Art. 6º As alterações na programação somente poderão ser promovidas mediante Lei específica votada na Câmara de Vereadores.

Art. 7º O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas.

Art. 8º As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos Anexos desta Lei, podendo ser desdobradas as receitas de acordo com as fontes e destinações de recursos e dispositivos da legislação tributária que venha a ser alterada.

Parágrafo único. No PPA as despesas serão classificadas, para efeito de categoria econômica, em despesas correntes e despesas de capital, e serão expressas nos orçamentos anuais no mínimo por Modalidade de Aplicação.

Art. 9º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize sua inclusão.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 02 de outubro de 2013.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

- Anexo PPA 2014-2017 Metas Físicas
- Anexo PPA 2014-2017 Programas de Governo
- Anexo PPA 2014-2017 Receitas Planejadas
- Anexo PPA 2014-2017 Resumo Fonte de Recursos
- Anexo PPA 2014-2017 Resumo Programas

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

Comparativo do Planejamento no Plano Plurianual 2014-2017 com a Lei do Orçamento Anual - LOA 2014

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C); Realização da despesa por: Empenho

Página: 1/10

Data: 03/10/2013

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2014	LOA 2014	Saldo Atualizado PPA
				Realizado	Orçamento				
Entidade: 1 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE COCAL DO SUL			8.900.000,00	0,00	0,00	8.900.000,00	0,00	0,00	8.900.000,00
Órgão: 12.00 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL			8.880.000,00	0,00	0,00	8.880.000,00	0,00	0,00	8.880.000,00
Unidade: 12.01 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL			8.880.000,00	0,00	0,00	8.880.000,00	0,00	0,00	8.880.000,00
0008 PROTEÇÃO SOCIAL									
1.004	Construção do CRAS	IMOVEIS (MQ)							
	Meta física		360.000	0,000	0,000	360.000	0,000	0,000	360.000
	Meta financeira		280.500,00	0,00	0,00	280.500,00	0,00	0,00	280.500,00
1.005	Construção do Centro de Convivência Social - Multifuncional	IMOVEIS (MQ)							
	Meta física		360.000	0,000	0,000	360.000	0,000	0,000	360.000
	Meta financeira		400.000,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	400.000,00
1.006	Aquisição de Áreas e Construção de Moradias	IMOVEIS (UN)							
	Meta física		1.000	0,000	0,000	1.000	0,000	0,000	1.000
	Meta financeira		800.000,00	0,00	0,00	800.000,00	0,00	0,00	800.000,00
2.030	Manutenção do Fundo M. de Assistência Social								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		4.692.000,00	0,00	0,00	4.692.000,00	0,00	0,00	4.692.000,00
2.031	Manutenção do Fundo Municipal Habitação de Interesse Social								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
2.032	Manutenção do Programa de Proteção Social Básica								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		842.500,00	0,00	0,00	842.500,00	0,00	0,00	842.500,00
2.033	Manutenção do Programa de Proteção Especial								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		1.383.000,00	0,00	0,00	1.383.000,00	0,00	0,00	1.383.000,00
2.034	Manutenção do Programa Bolsa Família								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		282.000,00	0,00	0,00	282.000,00	0,00	0,00	282.000,00
Órgão: 99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA			20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
Unidade: 99.99 - RESERVA DE CONTIGENCIA			20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
0015 RESERVA DE CONTIGÊNCIA									
2.057	Reserva de Contingência do Fundo Municipal de Assistência Social								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 2/10

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

Data: 03/10/2013

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

Comparativo do Planejamento no Plano Plurianual 2014-2017 com a Lei do Orçamento Anual - LOA 2014

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C); Realização da despesa por: Empenho

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2014	LOA 2014	Saldo Atualizado PPA
				Realizado	Orçamento				
Entidade:	2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COCAL DO SUL		53.700.000,00	0,00	0,00	53.700.000,00	0,00	0,00	53.700.000,00
Órgão:	11.00 - SECRETARIA DE SAUDE		53.620.000,00	0,00	0,00	53.620.000,00	0,00	0,00	53.620.000,00
Unidade:	11.01 - SECRETARIA DE SAUDE		53.620.000,00	0,00	0,00	53.620.000,00	0,00	0,00	53.620.000,00
0006 SAÚDE E CIDADANIA									
1.020	Constr. Ampliação, Aquis. Veículos e Equipamentos	DIVERSOS (UN)							
	Meta física		6,000	0,000	0,000	6,000	0,000	0,000	6,000
	Meta financeira		1.519.000,00	0,00	0,00	1.519.000,00	0,00	0,00	1.519.000,00
2.020	Manutenção da Rede Municipal de Saúde								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		18.059.000,00	0,00	0,00	18.059.000,00	0,00	0,00	18.059.000,00
2.021	Manutenção do PSF								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		10.200.000,00	0,00	0,00	10.200.000,00	0,00	0,00	10.200.000,00
2.022	Manutenção do PACS								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		3.100.000,00	0,00	0,00	3.100.000,00	0,00	0,00	3.100.000,00
2.024	Manutenção dos Programas de Média e Alta Complexidade								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		9.705.000,00	0,00	0,00	9.705.000,00	0,00	0,00	9.705.000,00
2.025	Manutenção da Vigilância Sanitária e Epidemiologica								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		871.000,00	0,00	0,00	871.000,00	0,00	0,00	871.000,00
2.026	Manutenção do programa e Assistência Farmacêutica Básica								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		2.102.000,00	0,00	0,00	2.102.000,00	0,00	0,00	2.102.000,00
2.027	Manutenção do Programa Piso Atenção Básica Fixo-PMAQ- Saúde B								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		8.064.000,00	0,00	0,00	8.064.000,00	0,00	0,00	8.064.000,00
Órgão:	99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00
Unidade:	99.99 - RESERVA DE CONTIGENCIA		80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00
0015 RESERVA DE CONTIGÊNCIA									
2.056	Reserva de Contingência do Fundo Municipal da Saúde								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 3/10

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

Data: 03/10/2013

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

Comparativo do Planejamento no Plano Plurianual 2014-2017 com a Lei do Orçamento Anual - LOA 2014

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C); Realização da despesa por: Empenho

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2014	LOA 2014	Saldo Atualizado PPA
				Realizado	Orçamento				
Entidade: 3 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL			150.070.000,00	0,00	0,00	150.070.000,00	0,00	0,00	150.070.000,00
Órgão: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO			4.200.000,00	0,00	0,00	4.200.000,00	0,00	0,00	4.200.000,00
Unidade: 02.01 - GABINETE DO PREFEITO			4.200.000,00	0,00	0,00	4.200.000,00	0,00	0,00	4.200.000,00
0002 GESTAO ESTRATEGICA									
1.016	Aquisição de Veiculos e Equipamentos Funcionais	EQUIPAMENTO (UN)							
	Meta física		11,000	0,000	0,000	11,000	0,000	0,000	11,000
	Meta financeira		200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
2.004	Manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice e Assessorias								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		4.000.000,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	0,00	4.000.000,00
Órgão: 04.00 - SECRETARIA DE ACAO SOCIAL E DA FAMILIA			900.000,00	0,00	0,00	900.000,00	0,00	0,00	900.000,00
Unidade: 04.01 - SECRETARIA DE ACAO SOCIAL E DA FAMILIA			900.000,00	0,00	0,00	900.000,00	0,00	0,00	900.000,00
0007 CRIANÇA E ADOLESCENTE ASSISTIDO									
2.028	Manutenção do FIA								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
2.029	Manutenção dos Serviços do Conselho Tutelar								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		800.000,00	0,00	0,00	800.000,00	0,00	0,00	800.000,00
Órgão: 05.00 - SEC.ADM.PLANEJ.FAZ.E FINANÇAS PUBLICAS			21.990.000,00	0,00	0,00	21.990.000,00	0,00	0,00	21.990.000,00
Unidade: 05.01 - SEC.ADM.PLANEJ.FAZ.E FINANÇAS PUBLICAS			21.990.000,00	0,00	0,00	21.990.000,00	0,00	0,00	21.990.000,00
0000 ENCARGOS ESPECIAIS									
2.001	Manutenção dos Encargos Gerais								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		7.790.000,00	0,00	0,00	7.790.000,00	0,00	0,00	7.790.000,00
0002 GESTAO ESTRATEGICA									
2.059	Manutenção das Ações do FUMDEC								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00



**Estado de Santa Catarina**

Página: 4/10

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

Data: 03/10/2013

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

Comparativo do Planejamento no Plano Plurianual 2014-2017 com a Lei do Orçamento Anual - LOA 2014

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C); Realização da despesa por: Empenho

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2014	LOA 2014	Saldo Atualizado PPA
				Realizado	Orçamento				
Entidade: 3 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL			150.070.000,00	0,00	0,00	150.070.000,00	0,00	0,00	150.070.000,00
Órgão: 05.00 - SEC.ADM.PLANEJ.FAZ.E FINANÇAS PUBLICAS			21.990.000,00	0,00	0,00	21.990.000,00	0,00	0,00	21.990.000,00
Unidade: 05.01 - SEC.ADM.PLANEJ.FAZ.E FINANÇAS PUBLICAS			21.990.000,00	0,00	0,00	21.990.000,00	0,00	0,00	21.990.000,00
0003 ADMINISTRACAO GERAL, FINANCEIRA E PLANEJAMENTO									
1.017	Implantação da Nova Sede Administrativa	IMOVEIS (MQ)							
	Meta física		800,000	0,000	0,000	800,000	0,000	0,000	800,000
	Meta financeira		2.700.000,00	0,00	0,00	2.700.000,00	0,00	0,00	2.700.000,00
2.006	Manutenção dos Serviços Administrativos								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		8.950.000,00	0,00	0,00	8.950.000,00	0,00	0,00	8.950.000,00
2.007	Manutenção dos Serviços Contábeis, Financeiros e Arrecadação								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		1.850.000,00	0,00	0,00	1.850.000,00	0,00	0,00	1.850.000,00
2.008	Manutenção dos Serviços de Gestão e Controle								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		600.000,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	600.000,00
Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER E CULTURA			78.030.000,00	0,00	0,00	78.030.000,00	0,00	0,00	78.030.000,00
Unidade: 07.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO			73.680.000,00	0,00	0,00	73.680.000,00	0,00	0,00	73.680.000,00
0004 EDUCAÇÃO E CIDADANIA									
1.002	Construção e Ampliação de Creches	IMOVEIS (MQ)							
	Meta física		400,000	0,000	0,000	400,000	0,000	0,000	400,000
	Meta financeira		975.000,00	0,00	0,00	975.000,00	0,00	0,00	975.000,00
1.018	Construção de Quadras Poliesportivas p/ Ed. Física	IMOVEIS (MQ)							
	Meta física		360,000	0,000	0,000	360,000	0,000	0,000	360,000
	Meta financeira		950.000,00	0,00	0,00	950.000,00	0,00	0,00	950.000,00
1.019	Aquisição de Veículos e Utilitários	DIVERSOS (UN)							
	Meta física		8,000	0,000	0,000	8,000	0,000	0,000	8,000
	Meta financeira		1.700.000,00	0,00	0,00	1.700.000,00	0,00	0,00	1.700.000,00
2.010	Ampliação da Rede Física da Educação Básica								
	Meta física		600,000	0,000	0,000	600,000	0,000	0,000	600,000
	Meta financeira		1.550.000,00	0,00	0,00	1.550.000,00	0,00	0,00	1.550.000,00
2.011	Manutenção da Educação Básica								
	Meta física		7.400,000	0,000	0,000	7.400,000	0,000	0,000	7.400,000
	Meta financeira		53.206.000,00	0,00	0,00	53.206.000,00	0,00	0,00	53.206.000,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 5/10

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

Data: 03/10/2013

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

Comparativo do Planejamento no Plano Plurianual 2014-2017 com a Lei do Orçamento Anual - LOA 2014

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C); Realização da despesa por: Empenho

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2014	LOA 2014	Saldo Atualizado PPA
				Realizado	Orçamento				
Entidade: 3 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL			150.070.000,00	0,00	0,00	150.070.000,00	0,00	0,00	150.070.000,00
Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER E CULTURA			78.030.000,00	0,00	0,00	78.030.000,00	0,00	0,00	78.030.000,00
Unidade: 07.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO			73.680.000,00	0,00	0,00	73.680.000,00	0,00	0,00	73.680.000,00
0004 EDUCAÇÃO E CIDADANIA									
2.013	Transporte Escolar								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		6.639.000,00	0,00	0,00	6.639.000,00	0,00	0,00	6.639.000,00
2.014	Merenda Escolar								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		4.210.000,00	0,00	0,00	4.210.000,00	0,00	0,00	4.210.000,00
2.016	Serviços Administrativos da Educação								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		4.000.000,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	0,00	4.000.000,00
2.017	Manutenção de Outros Níveis de Ensino								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		450.000,00	0,00	0,00	450.000,00	0,00	0,00	450.000,00
Unidade: 07.02 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER			3.100.000,00	0,00	0,00	3.100.000,00	0,00	0,00	3.100.000,00
0005 ESPORTE E INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA									
1.003	Construção de Equipamentos Esportivos	IMOVEIS (MQ)							
	Meta física		500,000	0,000	0,000	500,000	0,000	0,000	500,000
	Meta financeira		550.000,00	0,00	0,00	550.000,00	0,00	0,00	550.000,00
2.018	Apoio ao Esporte Amador Comunitário								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
2.019	Manutenção do Departamento de Esportes								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		2.050.000,00	0,00	0,00	2.050.000,00	0,00	0,00	2.050.000,00
Unidade: 07.03 - DEPARTAMENTO DE CULTURA			1.250.000,00	0,00	0,00	1.250.000,00	0,00	0,00	1.250.000,00
0014 TURISMO E CULTURA INTEGRADOS									
1.015	Construção de Arena de Multiuso	IMOVEIS (MQ)							
	Meta física		800,000	0,000	0,000	800,000	0,000	0,000	800,000
	Meta financeira		240.000,00	0,00	0,00	240.000,00	0,00	0,00	240.000,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 6/10

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

Data: 03/10/2013

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

Comparativo do Planejamento no Plano Plurianual 2014-2017 com a Lei do Orçamento Anual - LOA 2014

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C); Realização da despesa por: Empenho

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2014	LOA 2014	Saldo Atualizado PPA
				Realizado	Orçamento				
Entidade:	3 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL		150.070.000,00	0,00	0,00	150.070.000,00	0,00	0,00	150.070.000,00
Órgão:	07.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER E CULTURA		78.030.000,00	0,00	0,00	78.030.000,00	0,00	0,00	78.030.000,00
Unidade:	07.03 - DEPARTAMENTO DE CULTURA		1.250.000,00	0,00	0,00	1.250.000,00	0,00	0,00	1.250.000,00
0014 TURISMO E CULTURA INTEGRADOS									
2.052	Manutenção do Departamento da Cultura								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
2.053	Manutenção de Eventos Municipais								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		650.000,00	0,00	0,00	650.000,00	0,00	0,00	650.000,00
2.054	Manutenção de Ambientes Culturais								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00
Órgão:	08.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO		4.450.000,00	0,00	0,00	4.450.000,00	0,00	0,00	4.450.000,00
Unidade:	08.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO		4.450.000,00	0,00	0,00	4.450.000,00	0,00	0,00	4.450.000,00
0012 DESENVOLVIMENTO RURAL									
1.012	Aquisição de Máquinas e Equipamentos		DIVERSOS (UN)						
	Meta física		5,000	0,000	0,000	5,000	0,000	0,000	5,000
	Meta financeira		1.050.000,00	0,00	0,00	1.050.000,00	0,00	0,00	1.050.000,00
2.046	Manutenção da Secretaria de Agricultura e Abastecimento								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		2.900.000,00	0,00	0,00	2.900.000,00	0,00	0,00	2.900.000,00
2.047	Implantação e Manut. de Programas de Incentivo e Ger. Renda								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
Órgão:	09.00 - SEC.OBRAS VIARIAS EDIF.SAN.REF.TRANSP.SER.PUBLICOS		38.550.000,00	0,00	0,00	38.550.000,00	0,00	0,00	38.550.000,00
Unidade:	09.01 - SEC.OBRAS VIARIAS EDIF.SAN.REF.TRANSP.SER.PUBLICOS		26.065.000,00	0,00	0,00	26.065.000,00	0,00	0,00	26.065.000,00
0009 SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA E MOBILIDADE URBANA									
2.035	Manutenção da Secr. Obras, Transp e Serviços - SEOBR								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		15.092.000,00	0,00	0,00	15.092.000,00	0,00	0,00	15.092.000,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 7/10

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

Data: 03/10/2013

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

Comparativo do Planejamento no Plano Plurianual 2014-2017 com a Lei do Orçamento Anual - LOA 2014

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C); Realização da despesa por: Empenho

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2014	LOA 2014	Saldo Atualizado PPA
				Realizado	Orçamento				
Entidade: 3 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL			150.070.000,00	0,00	0,00	150.070.000,00	0,00	0,00	150.070.000,00
Órgão: 09.00 - SEC.OBRAS VIARIAS EDIF.SAN.REF.TRANSP.SER.PUBLICOS			38.550.000,00	0,00	0,00	38.550.000,00	0,00	0,00	38.550.000,00
Unidade: 09.01 - SEC.OBRAS VIARIAS EDIF.SAN.REF.TRANSP.SER.PUBLICOS			26.065.000,00	0,00	0,00	26.065.000,00	0,00	0,00	26.065.000,00
0009 SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA E MOBILIDADE URBANA									
2.036	Manutenção da Coleta e Destinação do Lixo								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		2.200.000,00	0,00	0,00	2.200.000,00	0,00	0,00	2.200.000,00
2.037	Manutenção e Melhoria da Iluminação Pública								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		3.205.000,00	0,00	0,00	3.205.000,00	0,00	0,00	3.205.000,00
2.038	Manutenção da Infraestrutura Operacional								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		3.900.000,00	0,00	0,00	3.900.000,00	0,00	0,00	3.900.000,00
2.039	Sinalização de Vias, Bens Públicos e Segurança								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
2.040	Manutenção Convênios SSP								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		868.000,00	0,00	0,00	868.000,00	0,00	0,00	868.000,00
2.041	Manutenção Convênios FUNREBOM								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
Unidade: 09.02 - INFRAESTRUTURA E VIAS PÚBLICAS.			12.485.000,00	0,00	0,00	12.485.000,00	0,00	0,00	12.485.000,00
0010 OBRAS ESTRUTURANTES									
1.007	Construção, Reconstr. Bueiros, Pontes e Drenagem Pluvial	DIVERSOS (UN)							
	Meta física		4,000	0,000	0,000	4,000	0,000	0,000	4,000
	Meta financeira		850.000,00	0,00	0,00	850.000,00	0,00	0,00	850.000,00
1.008	Construção de Abrigos de Passageiros	DIVERSOS (UN)							
	Meta física		3,000	0,000	0,000	3,000	0,000	0,000	3,000
	Meta financeira		200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
1.021	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos	EQUIPAMENTO (UN)							
	Meta física		8,000	0,000	0,000	8,000	0,000	0,000	8,000
	Meta financeira		2.055.000,00	0,00	0,00	2.055.000,00	0,00	0,00	2.055.000,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 8/10

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

Data: 03/10/2013

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

Comparativo do Planejamento no Plano Plurianual 2014-2017 com a Lei do Orçamento Anual - LOA 2014

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C); Realização da despesa por: Empenho

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2014	LOA 2014	Saldo Atualizado PPA
				Realizado	Orçamento				
Entidade: 3 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL			150.070.000,00	0,00	0,00	150.070.000,00	0,00	0,00	150.070.000,00
Órgão: 09.00 - SEC.OBRAS VIARIAS EDIF.SAN.REF.TRANSP.SER.PUBLICOS			38.550.000,00	0,00	0,00	38.550.000,00	0,00	0,00	38.550.000,00
Unidade: 09.02 - INFRAESTRUTURA E VIAS PÚBLICAS.			12.485.000,00	0,00	0,00	12.485.000,00	0,00	0,00	12.485.000,00
0010 OBRAS ESTRUTURANTES									
1.022	Pavimentação e Recup. de Vias, Rodovias, Logradouros e Passeios	PAVIMENTACAO (MQ)							
	Meta física		48.000,000	0,000	0,000	48.000,000	0,000	0,000	48.000,000
	Meta financeira		9.180.000,00	0,00	0,00	9.180.000,00	0,00	0,00	9.180.000,00
2.044	Infraestrutura de Águas e Saneamento								
	Meta física		1,000	0,000	0,000	1,000	0,000	0,000	1,000
	Meta financeira		200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
Órgão: 10.00 - SEC.DES .ECON.MEIO AMBIENTE TUR.COMUNICACOES			1.850.000,00	0,00	0,00	1.850.000,00	0,00	0,00	1.850.000,00
Unidade: 10.01 - SEC.DES.ECON.MEIO AMBIENTE TUR.COMUNICACOES			1.850.000,00	0,00	0,00	1.850.000,00	0,00	0,00	1.850.000,00
0013 DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MEIO AMBIENTE E GERAÇÃO DE RENDA									
1.013	Aquisição de Área e Incentivos para Implantação e Ampliação de Indl	IMOVEIS (UN)							
	Meta física		1,000	0,000	0,000	1,000	0,000	0,000	1,000
	Meta financeira		700.000,00	0,00	0,00	700.000,00	0,00	0,00	700.000,00
1.014	Arborização, Reflorestamento e Jardinagem	DIVERSOS (MQ)							
	Meta física		800,000	0,000	0,000	800,000	0,000	0,000	800,000
	Meta financeira		100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
2.049	Recuperação de Áreas Degradadas								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		250.000,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00
2.050	Incentivo ao Desenv. Turístico e Geração de Renda								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
2.051	Manutenção Atividades Secret.Des.Econ./M.Amb/Tur. e Comunicaçãoe								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		600.000,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	600.000,00



**Estado de Santa Catarina**

Página: 9/10

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

Data: 03/10/2013

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

Comparativo do Planejamento no Plano Plurianual 2014-2017 com a Lei do Orçamento Anual - LOA 2014

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C); Realização da despesa por: Empenho

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2014	LOA 2014	Saldo Atualizado PPA
				Realizado	Orçamento				
Entidade: 3 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL			150.070.000,00	0,00	0,00	150.070.000,00	0,00	0,00	150.070.000,00
Órgão: 99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA			100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
Unidade: 99.99 - RESERVA DE CONTINGENCIA			100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
0015 RESERVA DE CONTIGÊNCIA									
2.055	Reserva de Contingência da Prefeitura								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
Entidade: 4 - SAMAE DE COCAL DO SUL			18.380.000,00	0,00	0,00	18.380.000,00	0,00	0,00	18.380.000,00
Órgão: 13.00 - SAMAE			18.300.000,00	0,00	0,00	18.300.000,00	0,00	0,00	18.300.000,00
Unidade: 13.01 - SAMAE			18.300.000,00	0,00	0,00	18.300.000,00	0,00	0,00	18.300.000,00
0011 AGUA E SANEAMENTO									
1.009	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Sede e Comunir DIVERSOS (ML )								
	Meta física		3.200,000	0,000	0,000	3.200,000	0,000	0,000	3.200,000
	Meta financeira		3.100.000,00	0,00	0,00	3.100.000,00	0,00	0,00	3.100.000,00
1.010	Implantação e Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Se DIVERSOS (ML )								
	Meta física		2.000,000	0,000	0,000	2.000,000	0,000	0,000	2.000,000
	Meta financeira		1.200.000,00	0,00	0,00	1.200.000,00	0,00	0,00	1.200.000,00
1.011	Aquisição de Equipamentos DIVERSOS (UN)								
	Meta física		7,000	0,000	0,000	7,000	0,000	0,000	7,000
	Meta financeira		500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
2.045	Manutenção do SAMAE								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		13.500.000,00	0,00	0,00	13.500.000,00	0,00	0,00	13.500.000,00
Órgão: 99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA			80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00
Unidade: 99.99 - RESERVA DE CONTINGENCIA			80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00
0015 RESERVA DE CONTIGÊNCIA									
2.058	Reserva de Contingência do SAMAE								
	Meta física		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Meta financeira		80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 10/10

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

Data: 03/10/2013

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

Comparativo do Planejamento no Plano Plurianual 2014-2017 com a Lei do Orçamento Anual - LOA 2014

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C); Realização da despesa por: Empenho

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2014	LOA 2014	Saldo Atualizado PPA
				Realizado	Orçamento				
Entidade: 5 - CAMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL			8.500.000,00	0,00	0,00	8.500.000,00	0,00	0,00	8.500.000,00
Órgão: 01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL			8.500.000,00	0,00	0,00	8.500.000,00	0,00	0,00	8.500.000,00
Unidade: 01.01 - CAMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL			8.500.000,00	0,00	0,00	8.500.000,00	0,00	0,00	8.500.000,00
0001 PROCESSO LEGISLATIVO									
2.002	Manutenção do Processo Legislativo								
		Meta física	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
		Meta financeira	7.300.000,00	0,00	0,00	7.300.000,00	0,00	0,00	7.300.000,00
2.003	Aquisição de Imóveis e Equipamentos Funcionais		IMOVEL E EQUIPAMENTO (UN)						
		Meta física	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
		Meta financeira	1.200.000,00	0,00	0,00	1.200.000,00	0,00	0,00	1.200.000,00
Entidade: 6 - FUNDACAO MUNICIPAL MEIO AMBIENTE DE COCAL DO SUL			1.450.000,00	0,00	0,00	1.450.000,00	0,00	0,00	1.450.000,00
Órgão: 14.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE			1.450.000,00	0,00	0,00	1.450.000,00	0,00	0,00	1.450.000,00
Unidade: 14.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE			1.450.000,00	0,00	0,00	1.450.000,00	0,00	0,00	1.450.000,00
0013 DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MEIO AMBIENTE E GERAÇÃO DE RENDA									
2.048	Manutenção da Fundação do Meio Ambiente								
		Meta física	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
		Meta financeira	1.450.000,00	0,00	0,00	1.450.000,00	0,00	0,00	1.450.000,00
Total geral:			241.000.000,00	0,00	0,00	241.000.000,00	0,00	0,00	241.000.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

**Programas de Governo**

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C)

Página: 1/21

Data: 03/10/2013

**Programa**

0000 - ENCARGOS ESPECIAIS

**Objetivos**

Garantir que os compromissos com os encargos gerais do Município possam ser cumpridos.

**Justificativas**

Este programa visa atender o resgate das Dívidas Consolidadas, pagamento de Inativos, bem como contribuição ao PASEP e recolhimento de encargos previdenciários de serviços de pessoas físicas e de terceiros contratados.

**Diretrizes (Forma de implementação)**

Pagamento mensal dos compromissos assumidos.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.001 - Manutenção dos Encargos Gerais		00.01.0000	0,000	7.790.000,00
			<b>Total:</b>	<b>7.790.000,00</b>

**Legenda:**

00.01.0000 - Recursos Ordinarios

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

**Programas de Governo**

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C)

Página: 2/21

Data: 03/10/2013

**Programa**

0001 - PROCESSO LEGISLATIVO

**Objetivos**

Dar cumprimento às funções básicas do Poder Legislativo de legislar e fiscalizar as ações do Município.

**Justificativas**

O Legislativo Municipal é composto de 09 (nove) Vereadores, com autonomia financeira e com o apoio de servidores e assessores, conforme a estrutura administrativa.

**Diretrizes (Forma de implementação)**

Realização de sessões ordinárias conforme regimento interno; realização de sessões extraordinárias quando convocadas; realização de reuniões pelas diversas comissões; recebimento, discussão e votação de Leis; apresentação de projetos de Leis; projetos de resolução e indicações, discussão e votação; fiscalização dos atos da administração, julgamento das contas anuais do prefeito, execução das demais atribuições do Legislativo Municipal.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.002 - Manutenção do Processo Legislativo		00.01.0000	0,000	7.300.000,00
2.003 - Aquisição de Imóveis e Equipamentos Funcionais	IMÓVEL E EQUIPAMENTO (UN)	00.01.0000	0,000	1.200.000,00
			<b>Total:</b>	<b>8.500.000,00</b>

**Legenda:**

00.01.0000 - Recursos Ordinarios

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

Página: 3/21

Data: 03/10/2013

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C)

**Programa**

0002 - GESTAO ESTRATEGICA

**Objetivos**

Aprimorar e ampliar os serviços públicos municipais; Trnsparencia nos atos dos gestores, aplicar os recursos financeiros em benefícios público; eleger junto aos municipies as prioridades de gestão; zelar pelo patrimonio do municipio; zelar pela ordem, disciplina dos servidores municipias e autarquias, avaliar periodicamente os resultados dos atos, ações.

**Justificativas**

Este programa será executado pela estrutura do gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito e sua assessoria.

**Diretrizes (Forma de implementação)**

Elaboração da legislação necessária a gestão pública municipal; acompanhamento do processo legislativo; publicação dos atos da administração, coordenação das audiências públicas; coordenação da execução das políticas públicas; defesa dos interesse do Município; planejamento das ações da administração; acompanhamento do sistema de controle interno; acompanhamento e avaliação dos programas de governo, manter o intercâmbio com outros municípios através da AMREC, gerenciar o movimento econômico.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.016 - Aquisição de Veículos e Equipamentos Funcionais	EQUIPAMENTO (UN)	00.01.0000	11,000	200.000,00
2.004 - Manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice e Assessorias		00.01.0000	0,000	4.000.000,00
2.059 - Manutenção das Ações do FUMDEC		00.01.0000	0,000	40.000,00
		00.01.0095		60.000,00
			<b>Total:</b>	<b>4.300.000,00</b>

**Legenda:**

00.01.0000 - Recursos Ordinarios

00.01.0095 - Recursos de Convênios Estaduais



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

**Programas de Governo**

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C)

Página: 4/21

Data: 03/10/2013

**Programa**

0003 - ADMINISTRACAO GERAL, FINANCEIRA E PLANEJAMENTO

**Objetivos**

Manter e Ampliar melhorias nos Serviços Administrativos de Compras, Patrimonio, Contabil, Pessoal, Tributos, Arrecadação, Financeiro, Planejamento e Controle Interno. Integrar o Sistema de informação entre todos departamentos administrativos e implantação dos serviços de Fly e-Nota, CW Tributos e Livro Eletrônico, compartilhados com treinamentos e reciclagem dos servidores. Realizar projetos arquitetônicos e construir novo Paço Municipal para centralizar todos os serviços públicos. Implantar sistema de relógio ponto eletrônico em todos os departamentos com servidores municipais; executar leilão público de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos e inservíveis. Realizar projetos de cozinha industrial e implantar para atendimento aos servidores públicos. Implantar o controle informatizado de frota, estoque e almoxarifado central.

**Justificativas**

Este programa será executado pela estrutura da gerência de recursos humanos, pela gerência do patrimônio público municipal, gerência de serviços gerais e demais áreas correlatas à Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Públicas.

**Diretrizes (Forma de implementação)**

Gerenciamento da movimentação, frequência, remuneração e assentamento funcional dos servidores municipais; controle da lotação dos cargos, cálculo da folha mensal e das obrigações patronais; cadastro, identificação e lotação dos bens patrimoniais; inventário periódico dos bens atualização periódica do valor dos bens; controle da frota, do almoxarifado e conservação do patrimônio; elaboração dos processos licitatórios, gerência dos recursos humanos, gerência do patrimônio público, contabilidade, arrecadação e fiscalização de tributos e demais serviços administrativos pertinentes.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.017 - Implantação da Nova Sede Administrativa	IMOVEIS (MQ)	00.01.0000	800,000	2.000.000,00
		00.01.0049		700.000,00
2.006 - Manutenção dos Serviços Administrativos		00.01.0000	0,000	8.950.000,00
2.007 - Manutenção dos Serviços Contábeis, Financeiros e Arrecadação		00.01.0000	0,000	1.850.000,00
2.008 - Manutenção dos Serviços de Gestão e Controle		00.01.0000	0,000	600.000,00
			<b>Total:</b>	<b>14.100.000,00</b>

**Legenda:**

00.01.0000 - Recursos Ordinarios

00.01.0049 - Recursos de Operações de Crédito Internas - Outros Programas

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

**Programas de Governo**

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C)

Página: 5/21

Data: 03/10/2013

**Programa**

0004 - EDUCAÇÃO E CIDADANIA

**Objetivos**

Possibilitar a democratização do acesso a permanência dos estudantes à educação básica. Valorizar os profissionais da educação. Aperfeiçoar os instrumentos de avaliação existentes de forma equilibrada a divisão de responsabilidade, estável a cooperativa em direção ao cumprimento de metas estabelecidas.

**Justificativas**

As matrículas da rede municipal de Cocal do Sul são atendidas em 03 (três) creches com 210 crianças (de 6 meses a 2 anos e 11 meses), 04 (quatro) instituições de Educação Infantil-Pré escolar, com 500 alunos (3 a 5 anos e 11 meses) 02 (duas) Escolas de Educação Básica e 2 (duas) Escolas de Ensino Fundamental com 1.200 alunos. Totalizando aproximadamente 1.900 alunos na rede municipal de ensino. A rede conta com 170 professores para atendimento ao aluno sala de aula e 10 (dez) professores de atividades extra-classe/atendimento especializado, sendo 3 (três) psicólogas, 2 (duas) fonoaudiólogas, 3 (três) Coordenadoras pedagógicas, 2 (duas) orientadoras educacionais, 1 (uma) Psicopedagoga. No quadro administrativo da educação, conta com 11 Diretoras de unidade Escolar, 02 Diretores Adjuntos, 02 Secretários Escolares, 01 nutricionista 23 motoristas, 24 serventes, 15 merendeiras, 04 auxiliares de Biblioteca. O município transporta 1145 alunos, sendo 345 alunos da rede estadual, 450 da rede municipal e 350 universitários (Criciúma/Tubarão/urussanga)

**Diretrizes (Forma de implementação)**

Considerar que as relações devem se estabelecer mediante respeito as competências de cada sistema de ensino, transpondo a prática da hierarquização burocrática mediada e articulada pelo princípio da colaboração recíproca e dialógica.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.002 - Construção e Ampliação de Creches	IMOVEIS (MQ)	00.01.0001	400,000	800.000,00
		00.01.0022		175.000,00
1.018 - Construção de Quadras Poliesportivas p/ Ed. Física	IMOVEIS (MQ)	00.01.0001	360,000	600.000,00
		00.01.0022		350.000,00
1.019 - Aquisição de Veículos e Utilitários	DIVERSOS (UN)	00.01.0001	8,000	280.000,00
		00.01.0022		350.000,00
		00.01.0081		1.000.000,00
		00.01.0087		70.000,00
2.010 - Ampliação da Rede Física da Educação Básica		00.01.0001	600,000	800.000,00
		00.01.0022		550.000,00
		00.01.0058		200.000,00
2.011 - Manutenção da Educação Básica		00.01.0001	7.400,000	23.882.000,00
		00.01.0018		25.000.000,00
		00.01.0019		1.065.000,00
		00.01.0022		215.000,00
		00.01.0058		2.874.000,00
		00.01.0059		60.000,00
		00.01.0062		110.000,00
		00.01.0001	0,000	4.300.000,00
2.013 - Transporte Escolar		00.01.0019		1.020.000,00
		00.01.0022		750.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

Página: 6/21

Data: 03/10/2013

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C)

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.014 - Merenda Escolar		00.01.0061		569.000,00
		00.01.0001	0,000	3.000.000,00
		00.01.0060		1.210.000,00
2.016 - Serviços Administrativos da Educação		00.01.0001	0,000	4.000.000,00
2.017 - Manutenção de Outros Níveis de Ensino		00.01.0001	0,000	450.000,00
			<b>Total:</b>	<b>73.680.000,00</b>

**Legenda:**

00.01.0001 - Recursos Ordinários Municipais - Educação

00.01.0018 - Recursos Fundeb 60%

00.01.0019 - Recursos Fundeb 40%

00.01.0022 - Recursos Transf. de Convênios - Educação

00.01.0058 - Recursos do Salário Educação

00.01.0059 - Recursos do FNDE- PDDE

00.01.0060 - Recursos do FNDE- PNAE

00.01.0061 - Recursos do FNDE - PNATE

00.01.0062 - Recursos de Outras Transf. do FNDE

00.01.0081 - Recursos de Op. de Crédito Internas - Educação Básica

00.01.0087 - Recursos de Alienações de Bens - Vinculados a Educação Básica

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

**Programas de Governo**

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C)

Página: 7/21

Data: 03/10/2013

**Programa**

0005 - ESPORTE E INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA

**Objetivos**

Despertar e incentivar o esporte educacional e de rendimento ao todos os nossos munícipes, integrar as comunidades e reduzir vulnerabilidades sociais.

**Justificativas**

O Município de Cocal do Sul conta com 05 (cinco) Projetos de Escolinhas de Iniciações Esportivas, nas quais são atendidas aproximadamente 600 alunos/atletas. São praticadas as modalidades de Karatê, Voleibol, Futebol, Futsal e Handebol. O quadro de profissionais do Departamento Municipal de Esportes é formado por cinco professores de Educação Física, ou seja um professor para cada núcleo de Escolinha. Possuímos no Município 01 Ginásio de Esportes, 01 campo de futebol, 01 campo pertence a associação de funcionarios das empresas Eliane, 01 pista de Skate e 01 campo de futebol anexo aos Ginásio "Municipal de Esportes, e 06 localizados nos bairros, Jardim Itália, Cristo Rei, Monte Carlo, União, Horizonte e Jardim Elizabete.

**Diretrizes (Forma de implementação)**

Massificar a área esportiva dentro do município.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.003 - Construção de Equipamentos Esportivos	IMOVEIS (MQ)	00.01.0000	500,000	350.000,00
		00.01.0094		160.000,00
		00.01.0095		40.000,00
2.018 - Apoio ao Esporte Amador Comunitário		00.01.0000	0,000	500.000,00
2.019 - Manutenção do Departamento de Esportes		00.01.0000	0,000	2.050.000,00
			<b>Total:</b>	<b>3.100.000,00</b>

**Legenda:**

00.01.0000 - Recursos Ordinarios

00.01.0094 - Recursos de Convênios Federais

00.01.0095 - Recursos de Convênios Estaduais

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

**Programas de Governo**

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C)

Página: 8/21

Data: 03/10/2013

**Programa**

0006 - SAÚDE E CIDADANIA

**Objetivos**

Implantar uma política de acompanhamento, monitoramento, controle e avaliação da rede conveniada prestadora de serviço ao município. Alimentar e manter atualizada a base de dados dos sistemas de informação conforme instruções normativas. Desenvolver forma participativas de planejamento e gestão, respondendo as especialidades da municipalidade. Organizar, regular e cofinanciar ações e serviços, observando as demandas prioritárias e o fluxo dos serviços.

**Justificativas**

O município de Cocal do Sul entende que será necessário proporcionar melhorias na rede de assistência a saúde, cumprir com as metas a fim de fortalecer a gestão, ampliando as demandas e as necessidades. A sua população é estimada atualmente pelo IBGE em 15.159 habitantes e possui 06 (seis) unidades de ESF (Estratégica de Saúde da Família), atingindo 100% de cobertura populacional, 01 (um) CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) e 01 (uma) Unidade de Referência em Saúde com Plantão Médico e os mais diversos convênios e contratualizações as demandas da municipalidade.

**Diretrizes (Forma de implementação)**

Cumprir com as diretrizes do Contrato Organizativo de Ação Pública - COAP. Primar pela humanização do atendimento e qualidade dos serviços pactuados.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.020 - Constr. Ampliação, Aquis. Veículos e Equipamentos	DIVERSOS (UN)	00.01.0002	6,000	467.000,00
		00.02.0088		50.000,00
		00.02.0094		502.000,00
		00.02.0095		500.000,00
2.020 - Manutenção da Rede Municipal de Saúde		00.01.0002	0,000	16.759.000,00
		00.02.0000		3.000,00
		00.02.0012		50.000,00
		00.02.0095		1.247.000,00
2.021 - Manutenção do PSF		00.01.0002	0,000	7.000.000,00
		00.02.0112		3.200.000,00
2.022 - Manutenção do PACS		00.01.0002	0,000	1.000.000,00
		00.02.0112		2.100.000,00
2.024 - Manutenção dos Programas de Média e Alta Complexidade		00.01.0002	0,000	3.000.000,00
		00.02.0071		2.000.000,00
		00.02.0126		4.705.000,00
2.025 - Manutenção da Vigilância Sanitária e Epidemiológica		00.01.0002	0,000	270.000,00
		00.02.0027		247.000,00
		00.02.0067		354.000,00
2.026 - Manutenção do programa e Assistência Farmacêutica Básica		00.01.0002	0,000	1.000.000,00
		00.02.0111		1.102.000,00
2.027 - Manutenção do Programa Piso Atenção Básica Fixo-PMAQ- Saúde Bucal e Outras		00.01.0002	0,000	50.000,00
		00.02.0006		902.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

Página: 9/21

Data: 03/10/2013

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C)

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
		00.02.0010		801.000,00
		00.02.0064		2.900.000,00
		00.02.0072		1.000.000,00
		00.02.0095		200.000,00
		00.02.0112		2.211.000,00
			<b>Total:</b>	<b>53.620.000,00</b>

**Legenda:**

00.01.0002 - Recursos Ordinários Municipais - Saúde  
00.02.0000 - Recursos Ordinários  
00.02.0006 - Recursos do FNS Outros Recursos - SUS  
00.02.0010 - Recursos do Incentivo Estadual aos ESF's  
00.02.0012 - Serviços de Saúde  
00.02.0027 - Recursos de Taxas Vigilância Sanitária  
00.02.0064 - Recursos do Programa PMAQ - SUS  
00.02.0067 - Recursos da Vigilância em Saúde - SUS  
00.02.0071 - Recursos CAPS-SUS  
00.02.0072 - Recursos da Saúde Bucal - SUS  
00.02.0088 - Recursos Alienação de Bens - FMS  
00.02.0094 - Recursos de Convênios Federais p/ Saúde  
00.02.0095 - Recursos de Convênios Estaduais p/ Saúde  
00.02.0111 - Recursos da Assistência Farmacêutica Básica  
00.02.0112 - Recursos atenção Básica em Saúde-PAB  
00.02.0126 - Recursos MAC - SUS



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

**Programas de Governo**

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C)

Página: 10/21

Data: 03/10/2013

**Programa**

0007 - CRIANÇA E ADOLESCENTE ASSISTIDO

**Objetivos**

Garantir o atendimento de qualidade pelo Conselho Tutelar; Garantir a manutenção das ações do Conselho Tutelar e do Conselho de Direitos; Realizar capacitações continuadas para os conselheiros tutelares e conselheiros de direitos; Realizar palestras nas comunidades sobre os direitos e deveres da criança, sob a interpretação do Estatuto - ECA.

**Justificativas**

A política de atendimento a essa faixa etária no município é insuficiente para a demanda e a necessidades apresentadas. É crescente o numero de atendimentos pelo Conselho Tutelar nos casos de violação dos direitos da criança, considerando as vairadas formas de violência sofridas por elas, como agressões físicas, negligências familiares, violência sexual, psicológica e o uso de drogas. Neste sentido, faz-se necessário fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos.

**Diretrizes (Forma de implementação)**

Implementar e manter as ações da política de atendimento a criança e aos adolescente fortalecendo as ações do Conselho Tutelar, Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente e do Fundo da Infância e Adolescente-FIA municipal. Garantir os direitos das crianças e adoslescentes conforme os Marcos Legais mais conhecidos, Constituição de 88 e Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.028 - Manutenção do FIA		00.01.0000	0,000	40.000,00
		00.01.0008		20.000,00
		00.01.0021		40.000,00
2.029 - Manutenção dos Serviços do Conselho Tutelar		00.01.0000	0,000	800.000,00
			<b>Total:</b>	<b>900.000,00</b>

**Legenda:**

00.01.0000 - Recursos Ordinarios

00.01.0008 - Recursos FIA - Demais Recursos

00.01.0021 - Recursos FIA - Imposto de Renda

## Estado de Santa Catarina

### PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

#### Programas de Governo

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C)

Página: 11/21

Data: 03/10/2013

#### Programa

0008 - PROTEÇÃO SOCIAL

#### Objetivos

Proporcionar a travessia das ações de assistência social e o acesso aos serviços de Proteção Social Básica e Especial às famílias e indivíduos do território de abrangência que se encontram em situação de vulnerabilidade social, visando a orientação social e jurídica e o convívio sócio-familiar e comunitário; Proporcionar às famílias encaminhadas pelas unidades de assistência social CRAS e CREAS, a concessão de benefícios eventuais pela Gestão de Benefícios da Secretaria; Proporcionar cursos de qualificação profissional através da parceria com o Pronatec Social e Sistema Social, Senac e Senat; Proporcionar aos idosos e mulheres a convivência e trocas de experiências em grupos.

#### Justificativas

Cocal do Sul é uma cidade de pequeno porte, formada por uma população de 15.159 habitantes de acordo com o Censo de 2010, a maioria residentes na área urbana. Tem uma economia baseada na indústria, prestação de serviços e agropecuária. Apesar de pequena, apresenta cenário de vulnerabilidades das famílias que demandam por serviços públicos na área da Assistência Social. Conforme dados do CadÚnico, fevereiro, 2013, 1,9% das famílias sul cocalenses estão vivendo abaixo da linha da pobreza, com renda per capita de até 70 reais, um total de 1.123 famílias cadastradas atualmente no CadÚnico, desta 287 recebem o Bolsa Família do governo federal. No CRAS 197 famílias estão cadastradas nos atendimentos de situação de vulnerabilidade social e 53 crianças e adolescentes participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. No CREAS, 60 famílias e indivíduos são atendidos e acompanhados nas situações de direitos violados. Na Secretaria são concedidos os benefícios eventuais às famílias encaminhadas pelas unidades CRAS e CREAS, conforme a necessidade.

#### Diretrizes (Forma de implementação)

\* Implantar e consolidar o Sistema Único de Assistência Social, seguindo as instruções Norm do SUAS; Garantir as ações de Gestão da Secretaria de Ação Social e da Família; Implementar as ações do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS; Garantir o atendimento à Proteção Social Básica, conforme a Política Nacional de Assistência Social através dos co-financiamentos federais, estaduais e recursos próprios; Implementar as ações do Centro de Referência Especializada da Assistência Social - CREAS; Garantir o atendimento da Proteção Social Especial, conforme a Política Nacional de Assistência Social através dos co-financiamentos federais, estaduais e recursos próprios, bem como os convênios e consórcios com outros municípios.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.004 - Construção do CRAS	IMOVEIS (MQ)	00.01.0000	360,000	230.000,00
		00.02.0026		50.500,00
1.005 - Construção do Centro de Convivência Social - Multifuncional	IMOVEIS (MQ)	00.01.0000	360,000	50.000,00
		00.02.0026		350.000,00
1.006 - Aquisição de Áreas e Construção de Moradias	IMOVEIS (UN)	00.01.0000	1,000	450.000,00
		00.02.0026		350.000,00
2.030 - Manutenção do Fundo M. de Assistência Social		00.01.0000	0,000	4.390.000,00
		00.02.0000		2.000,00
		00.02.0026		100.000,00
		00.02.0052		200.000,00
2.031 - Manutenção do Fundo Municipal Habitação de Interesse Social		00.01.0000	0,000	200.000,00
2.032 - Manutenção do Programa de Proteção Social Básica		00.01.0000	0,000	600.000,00
		00.02.0052		242.500,00
2.033 - Manutenção do Programa de Proteção Especial		00.01.0000	0,000	700.000,00
		00.02.0050		93.000,00
		00.02.0052		536.000,00
		00.02.0109		54.000,00
2.034 - Manutenção do Programa Bolsa Família		00.01.0000	0,000	100.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

Página: 12/21

Data: 03/10/2013

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C)

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
		00.02.0063		182.000,00
			<b>Total:</b>	<b>8.880.000,00</b>

**Legenda:**

00.01.0000 - Recursos Ordinarios  
00.02.0000 - Recursos Ordinários  
00.02.0026 - Recursos de Convênios -Assistência Social  
00.02.0050 - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI  
00.02.0052 - Recursos de Outras Transferencias do FNAS  
00.02.0063 - Recursos Bolsa Família  
00.02.0109 - Recursos Programa Portadores de Deficiência-PPD

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

## Programas de Governo

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C)

Página: 13/21

Data: 03/10/2013

**Programa**

0009 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA E MOBILIDADE URBANA

**Objetivos**

Manter o Município limpo, iluminado e livre de doenças; Possibilitar o aproveitamento do lixo para reciclagem; Garantir segurança aos municípios.

**Justificativas**

O território do Município é de 78,5 Km2, dos quais 25,0 Km2 são de área urbana. Possui 135 Km de vias urbanas e 200 Km de estradas vicinais na área rural. Na área rural são prestados serviços com três caminhões caçamba, duas retroescavadeiras, uma motoniveladora, dois caminhões de coleta de lixo e um caminhão pipa.

**Diretrizes (Forma de implementação)**

Por intermédio de convênio firmado com a Coopercocal - Cooperativa de Eletrificação Rural de Cocal do Sul melhorar a iluminação pública, implantar a coleta seletiva do lixo, manter a limpeza das vias públicas (urbanas e rurais) com o patrolamento das estradas vicinais, promover a segurança pública por meio de convenio com a Policia Limitar e Policia Civil.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.035 - Manutenção da Secr. Obras, Transp e Serviços - SEOBR		00.01.0000	0,000	12.842.000,00
		00.01.0016		404.000,00
		00.01.0044		906.000,00
		00.01.0094		840.000,00
		00.01.0095		100.000,00
2.036 - Manutenção da Coleta e Destinação do Lixo		00.01.0000	0,000	2.200.000,00
2.037 - Manutenção e Melhoria da Iluminação Pública		00.01.0000	0,000	200.000,00
		00.01.0098		3.005.000,00
2.038 - Manutenção da Infraestrutura Operacional		00.01.0000	0,000	3.200.000,00
		00.01.0095		700.000,00
2.039 - Sinalização de Vias, Bens Públicos e Segurança		00.01.0000	0,000	400.000,00
		00.01.0095		100.000,00
2.040 - Manutenção Convênios SSP		00.01.0000	0,000	300.000,00
		00.01.0054		284.000,00
		00.01.0055		284.000,00
2.041 - Manutenção Convênios FUNREBOM		00.01.0000	0,000	300.000,00
			<b>Total:</b>	<b>26.065.000,00</b>

**Legenda:**

00.01.0000 - Recursos Ordinarios

00.01.0016 - Recursos da CIDE

00.01.0044 - Recursos dos Royalties do Petroleo

00.01.0054 - Recursos Convenio Transito - Policia Militar

00.01.0055 - Recursos Convenio Transito - Policia Civil

00.01.0094 - Recursos de Convênios Federais

**Estado de Santa Catarina**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C)

Página: 14/21

Data: 03/10/2013

---

**Legenda:**

00.01.0095 - Recursos de Convênios Estaduais

00.01.0098 - Recursos da Contribuição p/ Iluminação Pública - COSIP

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

**Programas de Governo**

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C)

Página: 15/21

Data: 03/10/2013

**Programa**

0010 - OBRAS ESTRUTURANTES

**Objetivos**

Melhorar as vias públicas (urbanas e rurais) instituindo infraestrutura de qualidade; Melhorar o aspecto urbano do Município e a qualidade de vida dos munícipes.

**Justificativas**

O Município possui um território de 78.5 Km2 (setenta e oito, cinco quilômetro quadrados), dos quais 25,00 Km2 (vinte e cinco quilômetros quadrados) de área urbana. Possui cerca de 5.500 construções no perímetro urbano, 135 KM de vias urbanas e 200 KM de estradas vicinais. Pelo município passa a SC-108, numa extensão de 4 KM ao longo do perímetro urbano.

**Diretrizes (Forma de implementação)**

Proporcionar investimentos na infraestrutura do Município visando melhorar o deslocamento dos munícipes, assim como aumentar a capacidade produtiva e de consumo, além de facilitar o escoamento do produto acabado.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.007 - Construção, Reconstr. Bueiros, Pontes e Drenagem Pluvial	DIVERSOS (UN)	00.01.0000	4,000	500.000,00
		00.01.0094		290.000,00
		00.01.0095		60.000,00
1.008 - Construção de Abrigos de Passageiros	DIVERSOS (UN)	00.01.0000	3,000	100.000,00
		00.01.0094		50.000,00
		00.01.0095		50.000,00
1.021 - Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos	EQUIPAMENTO (UN)	00.01.0000	8,000	1.000.000,00
		00.01.0049		500.000,00
		00.01.0089		355.000,00
		00.01.0094		100.000,00
		00.01.0095		100.000,00
1.022 - Pavimentação e Recup. de Vias, Rodovias, Logradouros e Passeios	PAVIMENTACAO (MQ)	00.01.0000	48.000,000	4.530.000,00
		00.01.0049		3.300.000,00
		00.01.0089		350.000,00
		00.01.0094		800.000,00
		00.01.0095		200.000,00
2.044 - Infraestrutura de Águas e Saneamento		00.01.0000	1,000	100.000,00
		00.01.0094		50.000,00
		00.01.0095		50.000,00
			Total:	12.485.000,00

**Legenda:**

00.01.0000 - Recursos Ordinarios

00.01.0049 - Recursos de Operações de Crédito Internas - Outros Programas

00.01.0089 - Recursos de Alienações Bens - Outros Programas



**Estado de Santa Catarina**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C)

Página: 16/21

Data: 03/10/2013

---

**Legenda:**

00.01.0094 - Recursos de Convênios Federais

00.01.0095 - Recursos de Convênios Estaduais

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

**Programas de Governo**

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C)

Página: 17/21

Data: 03/10/2013

**Programa**

0011 - AGUA E SANEAMENTO

**Objetivos**

Ampliar rede de distribuição de água na localidade da linha vicentina; ampliar rede de distribuição de água na localidade do Rio Comprudente; construir uma ETA na Linha Ferreira Pontes; construir almoxarifado central junto a ETA; trocar a adutora de água tratada, ETA-SEDE; informatizar os serviços prestados via site; melhorar a qualidade da água distribuída ( eficiência no tratamento, limpeza nas redes com frequência); informar a população das ações desenvolvidas pelo SAMAE, para a melhoria da qualidade dos serviços; proporcionar reciclagem e treinamento de TODOS os servidores; implantar um sistema de compras eficiente; implantar um sistema de controle de serviços organizado e eficiente; criar alternativas para solucionar problemas de abastecimento de água; incentivar atividades ambientais/educativas; implantar tarifa social; trabalhar com consciencia, baseados em dados reais, e projetos bem elaborados; desenvolver projetos ambientais para conservação/proteção e recuperação de áreas de APPs.

**Justificativas**

1. O SAMAE é uma autarquia municipal que possui autonomia administrativa e financeira, e busca a transparência dos atos da administração, priorizando a eficiência na prestação dos serviços. Conta com um quadro de 17 (dezessete) servidores. 2. O Município possui Sistema de Tratamento de Água, administrado pelo SAMAE, composto de 01 Estação Filtro Russo, capacidade de reservação de 650 m3, mais 95.000 m de rede de distribuição de água, atende mais de 4.000 famílias. Possui Sistema de Abastecimento de água na comunidade de Rio Perso. 3. O Município não possui sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário, porem já existe projeto para iniciar a implantação.

**Diretrizes (Forma de implementação)**

Gereciamento, manutenção e melhorias na estrutura administrativa da autarquia; ampliação, reforma e reaparelhamento e manutenção do sistema de abastecimento de água e implantação do sistema de esgotamento sanitário na sede.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.009 - Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Sede e Comunidades	DIVERSOS (ML )	00.02.0040	3.200,000	2.900.000,00
		00.02.0065		200.000,00
1.010 - Implantação e Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sede (bairros)	DIVERSOS (ML )	00.02.0040	2.000,000	885.000,00
		00.02.0065		315.000,00
1.011 - Aquisição de Equipamentos	DIVERSOS (UN)	00.02.0040	7,000	500.000,00
2.045 - Manutenção do SAMAE		00.02.0040	0,000	13.500.000,00
			<b>Total:</b>	<b>18.300.000,00</b>

**Legenda:**

00.02.0040 - Recursos Ordinarios - Samae

00.02.0065 - Recursos Convênios União

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C)

Página: 18/21

Data: 03/10/2013

**Programa**

0012 - DESENVOLVIMENTO RURAL

**Objetivos**

Modernizar os meios de produção, aumentando a qualidade e a produtividade. Aliar ao turismo agrícola, que representa aumento de renda para a região.

**Justificativas**

Atividades desenvolvidas pelos agricultores com apoio da Secretaria da Agricultura, Conselho Municipal e a Epagri, para das suporte aos trabalhadores possuímos 01 retroescavadeira e 03 tratores agrícolas equipados com arados, grades e escarificador.

**Diretrizes (Forma de implementação)**

Adotar a política agrária que auxilie o pequeno produtor, a característica da nossa região com técnica, subsídios e serviços.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.012 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos	DIVERSOS (UN)	00.01.0000	5,000	200.000,00
		00.01.0049		500.000,00
		00.01.0089		150.000,00
		00.01.0094		150.000,00
		00.01.0095		50.000,00
2.046 - Manutenção da Secretaria de Agricultura e Abastecimento		00.01.0000	0,000	2.700.000,00
		00.01.0094		160.000,00
		00.01.0095		40.000,00
2.047 - Implantação e Manut. de Programas de Incentivo e Ger. Renda		00.01.0000	0,000	400.000,00
		00.01.0094		50.000,00
		00.01.0095		50.000,00
			Total:	4.450.000,00

**Legenda:**

00.01.0000 - Recursos Ordinarios

00.01.0049 - Recursos de Operações de Crédito Internas - Outros Programas

00.01.0089 - Recursos de Alienações Bens - Outros Programas

00.01.0094 - Recursos de Convênios Federais

00.01.0095 - Recursos de Convênios Estaduais

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

**Programas de Governo**

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C)

Página: 19/21

Data: 03/10/2013

**Programa**

0013 - DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MEIO AMBIENTE E GERAÇÃO DE RENDA

**Objetivos**

Elaborar diagnosticos de necessidades; Implantar coleta seletiva de Lixo; Incentivar atividades ambientais/educacionais; Melhorar a fiscalização, tomar medidas preventivas/corretivas quando no âmbito ambiental; Proteger áreas de APPs, realocar população em áreas invadidas (área verde); Desenvolver projetos ambientais para conservação/proteção e recuperação de áreas ambientais; revitalizar margens do Rio Cocal; Intensificar datas comemorativas relacionadas ao MA.

**Justificativas**

O município através de seu plano diretor, possui já definidos as áreas de desenvolvimento através de distritos industriais, bem como as de comércio e serviços e residencias. Possui também estabelecido áreas de proteção permanente, bem como políticas de preservação das matas e da exploração mineral.

**Diretrizes (Forma de implementação)**

Implantar e desenvolver projetos de desenvolvimento dos distritos industriais implantados, com novos negócios. Buscar a capacitação profissional. Implantar o Fórum de desenvolvimento Municipal com parcerias com o CDL e empresa. Implantar o serviço de proteção ao consumidor - PROCOM. Buscar melhor qualidade de vida, integrando o indivíduo ao meio ambiente, e promovendo a sustentabilidade na exploração dos recursos naturais existentes no Município.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.013 - Aquisição de Área e Incentivos para Implantação e Ampliação de Industrias	IMOVEIS (UN)	00.01.0000	1,000	700.000,00
1.014 - Arborização, Reflorestamento e Jardinagem	DIVERSOS (MQ)	00.01.0000	800,000	100.000,00
2.048 - Manutenção da Fundação do Meio Ambiente		00.01.0000	0,000	700.000,00
		00.02.0000		560.000,00
		00.02.0024		190.000,00
2.049 - Recuperação de Áreas Degradadas		00.01.0000	0,000	200.000,00
		00.01.0094		25.000,00
		00.01.0095		25.000,00
2.050 - Incentivo ao Desenv. Turístico e Geração de Renda		00.01.0000	0,000	200.000,00
2.051 - Manutenção Atividades Secret.Des.Econ./M.Amb/Tur. e Comunicações		00.01.0000	0,000	600.000,00
			<b>Total:</b>	<b>3.300.000,00</b>

**Legenda:**

00.01.0000 - Recursos Ordinarios

00.01.0094 - Recursos de Convênios Federais

00.01.0095 - Recursos de Convênios Estaduais

00.02.0000 - Recursos Ordinários

00.02.0024 - Recursos de Convênios com o Estado

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

**Programas de Governo**

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C)

Página: 20/21

Data: 03/10/2013

**Programa**

0014 - TURISMO E CULTURA INTEGRADOS

**Objetivos**

Desenvolver as tradições culturais do Município.

**Justificativas**

O município mantém atividades culturais vinculadas a Secretaria de Educação, como o Festival de Danças, Festas Juninas e outras manifestações. Possui cooperação para guarda e conservação de acervo de objetos históricos particulares, que contam a história de Cocal do Sul. Através de publicações de livros e impressos, busca criar e desenvolver a cultura do município.

**Diretrizes (Forma de implementação)**

Desenvolver as tradições culturais do Município.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.015 - Construção de Arena de Multiuso	IMOVEIS (MQ)	00.01.0000	800,000	40.000,00
		00.01.0094		160.000,00
		00.01.0095		40.000,00
2.052 - Manutenção do Departamento da Cultura		00.01.0000	0,000	300.000,00
2.053 - Manutenção de Eventos Municipais		00.01.0000	0,000	650.000,00
2.054 - Manutenção de Ambientes Culturais		00.01.0000	0,000	60.000,00
			<b>Total:</b>	<b>1.250.000,00</b>

**Legenda:**

00.01.0000 - Recursos Ordinarios

00.01.0094 - Recursos de Convênios Federais

00.01.0095 - Recursos de Convênios Estaduais

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

Programas de Governo

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C)

Página: 21/21

Data: 03/10/2013

**Programa**

0015 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA

**Objetivos**

Atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, caso ocorram.

**Justificativas**

Atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, na forma da legislação.

**Diretrizes (Forma de implementação)**

Atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, na forma da legislação.

Ações	Produto (Un. de medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.055 - Reserva de Contingência da Prefeitura		00.01.0000	0,000	100.000,00
2.056 - Reserva de Contingência do Fundo Municipal da Saúde		00.01.0002	0,000	80.000,00
2.057 - Reserva de Contingência do Fundo Municipal de Assistência Social		00.01.0000	0,000	20.000,00
2.058 - Reserva de Contingência do SAMAE		00.02.0040	0,000	80.000,00
			<b>Total:</b>	<b>280.000,00</b>

**Legenda:**

00.01.0000 - Recursos Ordinarios

00.01.0002 - Recursos Ordinários Municipais - Saúde

00.02.0040 - Recursos Odinarios - Samae



**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

## Relação Detalhada das Receitas Planejadas

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C)

Página: 1/10

Data: 03/10/2013

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 1 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE COCAL DO SUL</b>						<b>540.000,00</b>	<b>540.000,00</b>	<b>540.000,00</b>	<b>540.000,00</b>	<b>2.160.000,00</b>
33	4.1.3.2.5.01.01.00.00.00	Remuneração de Dep de Recs Vinculados - PPDF				1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
		00.02.0109	04.00.00	100,000		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
34	4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Remuneração de Dep de Recs Vinculados - CRAS				1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
		00.02.0052	04.00.00	100,000		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
35	4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Remuneração de Dep de Recs Vinculados - PETI				750,00	750,00	750,00	750,00	3.000,00
		00.02.0050	00.00.00	100,000		750,00	750,00	750,00	750,00	3.000,00
36	4.1.3.2.5.01.04.00.00.00	Remuneração de Dep de Recs Vinculados - CREAS				1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
		00.02.0052	00.00.00	100,000		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
37	4.1.3.2.5.01.05.00.00.00	Remuneração de Dep de Rec Vinculados-Bolsa Familia				500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
		00.02.0063	00.00.00	100,000		500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
38	4.1.3.2.5.01.06.00.00.00	Remuneração de Dep Recs Vinculados-Convênios				125,00	125,00	125,00	125,00	500,00
		00.02.0026	04.00.00	100,000		125,00	125,00	125,00	125,00	500,00
190	4.1.3.2.5.01.07.00.00.00	Remuneração de Dep Recs Vinculados-Outros Recursos				125,00	125,00	125,00	125,00	500,00
		00.02.0052	04.00.00	100,000		125,00	125,00	125,00	125,00	500,00
32	4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Outros Dep de Recs não Vinculados				500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
		00.02.0000	00.00.00	100,000		500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
39	4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	Programa Pessoa Portadora Deficiência Fisica-PPDF				12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	50.000,00
		00.02.0109	00.00.00	100,000		12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	50.000,00
40	4.1.7.2.1.34.02.00.00.00	Programa do CRAS				87.500,00	87.500,00	87.500,00	87.500,00	350.000,00
		00.02.0052	04.00.00	100,000		87.500,00	87.500,00	87.500,00	87.500,00	350.000,00
41	4.1.7.2.1.34.03.00.00.00	Programa Erradicação do Trabalho Infantil - PETI				22.500,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00	90.000,00
		00.02.0050	04.00.00	100,000		22.500,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00	90.000,00
42	4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	Programa Bolsa Familia				45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	180.000,00
		00.02.0063	04.00.00	100,000		45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	180.000,00
43	4.1.7.2.1.34.05.00.00.00	Programa do CREAS				112.500,00	112.500,00	112.500,00	112.500,00	450.000,00
		00.02.0052	04.00.00	100,000		112.500,00	112.500,00	112.500,00	112.500,00	450.000,00
44	4.1.7.2.1.34.06.00.00.00	Programa IGD SUAS				15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
		00.02.0052	04.00.00	100,000		15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
45	4.1.7.2.1.34.99.00.00.00	Outras Transsferencias de Recursos do FNAS				15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
		00.02.0052	04.00.00	100,000		15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
46	4.1.7.2.2.34.99.00.00.00	Outras Transf. de Recursos do Estado p/FMAS				12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	50.000,00
		00.02.0052	04.00.00	100,000		12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	50.000,00
47	4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados				25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	100.000,00
		00.02.0026	04.00.00	100,000		25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	100.000,00
48	4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União				87.500,00	87.500,00	87.500,00	87.500,00	350.000,00
		00.02.0026	04.03.00	100,000		87.500,00	87.500,00	87.500,00	87.500,00	350.000,00
49	4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados				100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	400.000,00
		00.02.0026		100,000		100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	400.000,00
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COCAL DO SUL</b>						<b>6.018.500,00</b>	<b>6.018.500,00</b>	<b>6.018.500,00</b>	<b>6.018.500,00</b>	<b>24.074.000,00</b>
11	4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária				61.250,00	61.250,00	61.250,00	61.250,00	245.000,00
		00.02.0027	02.00.00	100,000		61.250,00	61.250,00	61.250,00	61.250,00	245.000,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

## Relação Detalhada das Receitas Planejadas

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C)

Página: 2/10

Data: 03/10/2013

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COCAL DO SUL</b>						<b>6.018.500,00</b>	<b>6.018.500,00</b>	<b>6.018.500,00</b>	<b>6.018.500,00</b>	<b>24.074.000,00</b>
51	4.1.3.2.5.01.01.00.00.00	Remuneração Dep. Banc. Rec. Vinculados-VIG.SANITAR				500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
		00.02.0027	02.00.00	100,000		500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
52	4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Remuneração Dep. Banc. Rec. Vinculados-PAB-FIXO				2.750,00	2.750,00	2.750,00	2.750,00	11.000,00
		00.02.0112		100,000		2.750,00	2.750,00	2.750,00	2.750,00	11.000,00
53	4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Remuneração Dep. Banc. Rec. Vinculados-VIG. SAUDE				1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
		00.02.0067		100,000		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
54	4.1.3.2.5.01.04.00.00.00	Remuneração Dep. Banc. Rec. Vinculados-FARM.BASICA				500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
		00.02.0111		100,000		500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
55	4.1.3.2.5.01.05.00.00.00	Remuneração Dep. Banc. Rec. Vinculados-MAC				1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	5.000,00
		00.02.0126		100,000		1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	5.000,00
56	4.1.3.2.5.01.06.00.00.00	Remuneração Dep. Banc. Rec. Vinculados-FEDERAL				500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
		00.02.0094		100,000		500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
57	4.1.3.2.5.01.07.00.00.00	Remuneração Dep. Banc. Rec. Vinculados-ESTADUAL				500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
		00.02.0095		100,000		500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
58	4.1.3.2.5.01.08.00.00.00	Remuneração Dep. Banc. Rec. Vinculados-INCEN ESF'S				250,00	250,00	250,00	250,00	1.000,00
		00.02.0010	02.00.00	100,000		250,00	250,00	250,00	250,00	1.000,00
59	4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Remuneração Dep. Banc. Rec. Vinculados-OUTROS REC				500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
		00.02.0006		100,000		500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
31	4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Outros Dep de Recs não Vinculados				750,00	750,00	750,00	750,00	3.000,00
		00.02.0000	02.00.00	100,000		750,00	750,00	750,00	750,00	3.000,00
62	4.1.6.0.0.05.99.00.00.00	Outros Serviços de Saúde				12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	50.000,00
		00.02.0012		100,000		12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	50.000,00
171	4.1.7.2.1.33.01.01.01.00	PAB - Fixo				500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	2.000.000,00
		00.02.0112	02.04.00	100,000		500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	2.000.000,00
172	4.1.7.2.1.33.01.02.01.00	Saúde da Família				750.000,00	750.000,00	750.000,00	750.000,00	3.000.000,00
		00.02.0112	02.04.00	100,000		750.000,00	750.000,00	750.000,00	750.000,00	3.000.000,00
173	4.1.7.2.1.33.01.02.02.00	Agêntes Comunitários de Saude				625.000,00	625.000,00	625.000,00	625.000,00	2.500.000,00
		00.02.0112	02.04.00	100,000		625.000,00	625.000,00	625.000,00	625.000,00	2.500.000,00
174	4.1.7.2.1.33.01.02.03.00	Saúde Bucal				250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	1.000.000,00
		00.02.0072	02.04.00	100,000		250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	1.000.000,00
175	4.1.7.2.1.33.01.02.04.00	Programa de Melhoria Acesso e Qualidade - PMAQ				725.000,00	725.000,00	725.000,00	725.000,00	2.900.000,00
		00.02.0064	02.04.00	100,000		725.000,00	725.000,00	725.000,00	725.000,00	2.900.000,00
178	4.1.7.2.1.33.01.02.99.00	Outras Transferências do SUS- Atenção Básica				225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	900.000,00
		00.02.0006	02.04.00	100,000		225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	900.000,00
176	4.1.7.2.1.33.02.01.01.00	Centro de Atenção Psicossocial - CAPS				500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	2.000.000,00
		00.02.0071	02.04.00	100,000		500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	2.000.000,00
177	4.1.7.2.1.33.02.01.02.00	Piso Gestão Plena em Saude - MAC				1.125.000,00	1.125.000,00	1.125.000,00	1.125.000,00	4.500.000,00
		00.02.0126	02.04.00	100,000		1.125.000,00	1.125.000,00	1.125.000,00	1.125.000,00	4.500.000,00
179	4.1.7.2.1.33.02.01.99.00	Outras Transferencias do SUS - MAC				50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
		00.02.0126	02.04.00	100,000		50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
180	4.1.7.2.1.33.03.01.00.00	Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde				62.500,00	62.500,00	62.500,00	62.500,00	250.000,00
		00.02.0067	02.04.00	100,000		62.500,00	62.500,00	62.500,00	62.500,00	250.000,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

**Relação Detalhada das Receitas Planejadas**

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C)

Página: 3/10

Data: 03/10/2013

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COCAL DO SUL</b>						<b>6.018.500,00</b>	<b>6.018.500,00</b>	<b>6.018.500,00</b>	<b>6.018.500,00</b>	<b>24.074.000,00</b>
181	4.1.7.2.1.33.03.02.00.00	Vigilância Sanitária	00.02.0067	02.04.00	100,000	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	100.000,00
						25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	100.000,00
182	4.1.7.2.1.33.04.01.00.00	Componente Básico Assistência Farmacêutica	00.02.0111	02.04.00	100,000	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	600.000,00
						150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	600.000,00
183	4.1.7.2.2.33.01.01.00.00	Componente Básico da Assistência Farmacêutica	00.02.0111	02.00.00	100,000	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	500.000,00
						125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	500.000,00
184	4.1.7.2.2.33.01.02.00.00	Incentivo Estadual aos ESF'S	00.02.0010	02.04.00	100,000	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	800.000,00
						200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	800.000,00
185	4.1.7.2.2.33.01.99.00.00	Outros Recursos do Estado p/Programas de Saúde	00.02.0095	02.00.00	100,000	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
						50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
186	4.1.7.6.2.01.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados p/ SUS	00.02.0095	02.04.00	100,000	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	1.000.000,00
						250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	1.000.000,00
167	4.2.2.1.9.02.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis - FMS	00.02.0088		100,000	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	50.000,00
						12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	50.000,00
168	4.2.4.7.1.01.10.00.00.00	Convênios com o Ministério da Saúde.	00.02.0094	02.00.00	100,000	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	500.000,00
						125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	500.000,00
170	4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	00.02.0095	02.00.00	100,000	186.250,00	186.250,00	186.250,00	186.250,00	745.000,00
						186.250,00	186.250,00	186.250,00	186.250,00	745.000,00
<b>Entidade: 3 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL</b>						<b>48.909.000,00</b>	<b>48.909.000,00</b>	<b>48.909.000,00</b>	<b>48.909.000,00</b>	<b>195.636.000,00</b>
1	4.1.1.1.2.02.01.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial Territ. Urbana-60%	00.01.0000	00.00.00	100,000	600.000,00	600.000,00	600.000,00	600.000,00	2.400.000,00
						600.000,00	600.000,00	600.000,00	600.000,00	2.400.000,00
117	4.1.1.1.2.02.02.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial Territ. Urbana-25%	00.01.0001	01.00.00	100,000	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	1.000.000,00
						250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	1.000.000,00
118	4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial Territ. Urbana-15%	00.01.0002	02.00.00	100,000	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	600.000,00
						150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	600.000,00
2	4.1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - 60%	00.01.0000	00.00.00	100,000	375.000,00	375.000,00	375.000,00	375.000,00	1.500.000,00
						375.000,00	375.000,00	375.000,00	375.000,00	1.500.000,00
119	4.1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - 25%	00.01.0001	01.00.00	100,000	156.250,00	156.250,00	156.250,00	156.250,00	625.000,00
						156.250,00	156.250,00	156.250,00	156.250,00	625.000,00
120	4.1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - 15%	00.01.0002	02.00.00	100,000	93.750,00	93.750,00	93.750,00	93.750,00	375.000,00
						93.750,00	93.750,00	93.750,00	93.750,00	375.000,00
3	4.1.1.1.2.04.34.00.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	00.01.0000	00.00.00	100,000	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
						50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
4	4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos Bens Imoveis Dir-60%	00.01.0000	00.00.00	100,000	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	900.000,00
						225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	900.000,00
121	4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos Bens Imoveis Dir-25%	00.01.0001	01.00.00	100,000	93.750,00	93.750,00	93.750,00	93.750,00	375.000,00
						93.750,00	93.750,00	93.750,00	93.750,00	375.000,00
122	4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos Bens Imoveis Dir-15%	00.01.0002	02.00.00	100,000	56.250,00	56.250,00	56.250,00	56.250,00	225.000,00
						56.250,00	56.250,00	56.250,00	56.250,00	225.000,00
5	4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza ISS- 60%	00.01.0000	00.00.00	100,000	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	6.000.000,00
						1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	6.000.000,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

## Relação Detalhada das Receitas Planejadas

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C)

Página: 4/10

Data: 03/10/2013

Receita	Código	Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 3 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL</b>							<b>48.909.000,00</b>	<b>48.909.000,00</b>	<b>48.909.000,00</b>	<b>48.909.000,00</b>	<b>195.636.000,00</b>
123	4.1.1.1.3.05.02.00.00.00	Imposto s/Serviços de Qualquer Natureza ISS- 25%					625.000,00	625.000,00	625.000,00	625.000,00	2.500.000,00
			00.01.0001	01.00.00	100,000		625.000,00	625.000,00	625.000,00	625.000,00	2.500.000,00
124	4.1.1.1.3.05.03.00.00.00	Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza ISS- 15%					375.000,00	375.000,00	375.000,00	375.000,00	1.500.000,00
			00.01.0002	02.00.00	100,000		375.000,00	375.000,00	375.000,00	375.000,00	1.500.000,00
6	4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços					472.500,00	472.500,00	472.500,00	472.500,00	1.890.000,00
			00.01.0000	00.00.00	100,000		472.500,00	472.500,00	472.500,00	472.500,00	1.890.000,00
7	4.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras					175.000,00	175.000,00	175.000,00	175.000,00	700.000,00
			00.01.0000	00.00.00	100,000		175.000,00	175.000,00	175.000,00	175.000,00	700.000,00
8	4.1.1.2.1.41.00.00.00.00	Tx de Verificação Posturas e Normas Urbanísticas					50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
			00.01.0000	00.00.00	100,000		50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
9	4.1.1.2.1.42.00.00.00.00	Taxa de Serviços Fiscaliação Bombeiros-FUNREBOM					75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	300.000,00
			00.01.0000	00.00.00	100,000		75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	300.000,00
10	4.1.1.2.1.99.01.00.00.00	Outras Tx pelo Exercício do Poder da Polícia					12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	50.000,00
			00.01.0000	00.00.00	100,000		12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	50.000,00
13	4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública					500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	2.000.000,00
			00.01.0000	00.00.00	100,000		500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	2.000.000,00
14	4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços					250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	1.000.000,00
			00.01.0000	00.00.00	100,000		250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	1.000.000,00
15	4.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares					325.000,00	325.000,00	325.000,00	325.000,00	1.300.000,00
			00.01.0000	00.00.00	100,000		325.000,00	325.000,00	325.000,00	325.000,00	1.300.000,00
16	4.1.2.2.0.29.00.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic					750.000,00	750.000,00	750.000,00	750.000,00	3.000.000,00
			00.01.0098	00.00.00	100,000		750.000,00	750.000,00	750.000,00	750.000,00	3.000.000,00
17	4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rec de Rem de Dep Bancários de Rec Vinc FUNDEB					21.250,00	21.250,00	21.250,00	21.250,00	85.000,00
			00.01.0019	01.02.03	100,000		21.250,00	21.250,00	21.250,00	21.250,00	85.000,00
18	4.1.3.2.5.01.11.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculado-COSIP					1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	5.000,00
			00.01.0098	00.00.00	100,000		1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	5.000,00
19	4.1.3.2.5.01.12.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculado-CIDE					1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
			00.01.0016	00.00.00	100,000		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
20	4.1.3.2.5.01.13.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculado-FEP					1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	6.000,00
			00.01.0044	00.00.00	100,000		1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	6.000,00
21	4.1.3.2.5.01.14.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculado-POLICIA MILITAR					1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
			00.01.0054	00.00.00	100,000		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
22	4.1.3.2.5.01.15.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculado-POLICIA CIVIL					1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
			00.01.0055	00.00.00	100,000		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
23	4.1.3.2.5.01.16.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculado-SAL. EDUCAÇÃO					8.500,00	8.500,00	8.500,00	8.500,00	34.000,00
			00.01.0058	01.03.01	100,000		8.500,00	8.500,00	8.500,00	8.500,00	34.000,00
24	4.1.3.2.5.01.17.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculado-PNATE					2.250,00	2.250,00	2.250,00	2.250,00	9.000,00
			00.01.0061	01.03.95	100,000		2.250,00	2.250,00	2.250,00	2.250,00	9.000,00
25	4.1.3.2.5.01.18.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinc-CONV.EDUCAÇÃO					10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
			00.01.0022	01.03.00	100,000		10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
26	4.1.3.2.5.01.19.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculado-PNAE					2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	10.000,00
			00.01.0060	01.03.00	100,000		2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	10.000,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

## Relação Detalhada das Receitas Planejadas

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C)

Página: 5/10

Data: 03/10/2013

Receita	Código	Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 3 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL</b>							<b>48.909.000,00</b>	<b>48.909.000,00</b>	<b>48.909.000,00</b>	<b>48.909.000,00</b>	<b>195.636.000,00</b>
27	4.1.3.2.5.01.20.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculado-FEDERAL					3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	15.000,00
			00.01.0094	04.00.00	100,000		3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	15.000,00
189	4.1.3.2.5.01.21.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculado-ESTADUAL					3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	15.000,00
			00.01.0095	04.03.00	100,000		3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	15.000,00
28	4.1.3.2.5.01.23.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Vinculado-Alienação Out.P					1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	5.000,00
			00.01.0089	00.00.00	100,000		1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	5.000,00
188	4.1.3.2.5.02.01.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Não Vinc-PREF.TRÂNS					2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	10.000,00
			00.01.0000	00.00.00	100,000		2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	10.000,00
50	4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Rec Rem Dep Bancário Rec Não Vinc-GERAL					98.000,00	98.000,00	98.000,00	98.000,00	392.000,00
			00.01.0000		100,000		98.000,00	98.000,00	98.000,00	98.000,00	392.000,00
60	4.1.4.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias					100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	400.000,00
			00.01.0000		100,000		100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	400.000,00
61	4.1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serviços Administrativos					75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	300.000,00
			00.01.0000		100,000		75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	300.000,00
63	4.1.6.0.0.45.00.00.00.00	Serv. de Preparação da Terra em Propr Particular					70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	280.000,00
			00.01.0000		100,000		70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	280.000,00
72	4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao Municipios-60%					8.485.500,00	8.485.500,00	8.485.500,00	8.485.500,00	33.942.000,00
			00.01.0000	00.00.00	100,000		8.485.500,00	8.485.500,00	8.485.500,00	8.485.500,00	33.942.000,00
125	4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao Municipios-25%					3.535.625,00	3.535.625,00	3.535.625,00	3.535.625,00	14.142.500,00
			00.01.0001	01.00.00	100,000		3.535.625,00	3.535.625,00	3.535.625,00	3.535.625,00	14.142.500,00
126	4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao Municipios-15%					2.121.375,00	2.121.375,00	2.121.375,00	2.121.375,00	8.485.500,00
			00.01.0002	02.00.00	100,000		2.121.375,00	2.121.375,00	2.121.375,00	2.121.375,00	8.485.500,00
73	4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp.s/ a Propr.Territorial Rural-60%					15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
			00.01.0000	00.00.00	100,000		15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
127	4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do Imp.s/ a Propr.Territorial Rural-25%					6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	25.000,00
			00.01.0001	01.00.00	100,000		6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	25.000,00
128	4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do Imp.s/ a Propr.Territorial Rural-15%					3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	15.000,00
			00.01.0002	02.00.00	100,000		3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	15.000,00
91	4.1.7.2.1.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ					100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	400.000,00
			00.01.0016		100,000		100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	400.000,00
81	4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais					250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	1.000.000,00
			00.01.0000		100,000		250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	1.000.000,00
82	4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP					225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	900.000,00
			00.01.0044		100,000		225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	900.000,00
83	4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação					760.000,00	760.000,00	760.000,00	760.000,00	3.040.000,00
			00.01.0058		100,000		760.000,00	760.000,00	760.000,00	760.000,00	3.040.000,00
84	4.1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PDDE					15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
			00.01.0059		100,000		15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
85	4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE					300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	1.200.000,00
			00.01.0060	01.01.01	100,000		300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	1.200.000,00
86	4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE					140.000,00	140.000,00	140.000,00	140.000,00	560.000,00
			00.01.0061	01.01.01	100,000		140.000,00	140.000,00	140.000,00	140.000,00	560.000,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

## Relação Detalhada das Receitas Planejadas

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C)

Página: 6/10

Data: 03/10/2013

Receita	Código	Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 3 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL</b>							<b>48.909.000,00</b>	<b>48.909.000,00</b>	<b>48.909.000,00</b>	<b>48.909.000,00</b>	<b>195.636.000,00</b>
87	4.1.7.2.1.35.05.00.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE					27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	110.000,00
			00.01.0062	01.03.00	100,000		27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	110.000,00
79	4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96-60%					75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	300.000,00
			00.01.0000	00.00.00	100,000		75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	300.000,00
129	4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96-20%					31.250,00	31.250,00	31.250,00	31.250,00	125.000,00
			00.01.0001	01.00.00	100,000		31.250,00	31.250,00	31.250,00	31.250,00	125.000,00
130	4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96-15%					18.750,00	18.750,00	18.750,00	18.750,00	75.000,00
			00.01.0002	02.00.00	100,000		18.750,00	18.750,00	18.750,00	18.750,00	75.000,00
80	4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União					700.000,00	700.000,00	700.000,00	700.000,00	2.800.000,00
			00.01.0000		100,000		700.000,00	700.000,00	700.000,00	700.000,00	2.800.000,00
88	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS - 60%					10.125.000,00	10.125.000,00	10.125.000,00	10.125.000,00	40.500.000,00
			00.01.0000	00.00.00	100,000		10.125.000,00	10.125.000,00	10.125.000,00	10.125.000,00	40.500.000,00
131	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - 25%					4.218.750,00	4.218.750,00	4.218.750,00	4.218.750,00	16.875.000,00
			00.01.0001	01.00.00	100,000		4.218.750,00	4.218.750,00	4.218.750,00	4.218.750,00	16.875.000,00
132	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - 15%					2.531.250,00	2.531.250,00	2.531.250,00	2.531.250,00	10.125.000,00
			00.01.0002	02.00.00	100,000		2.531.250,00	2.531.250,00	2.531.250,00	2.531.250,00	10.125.000,00
89	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA - 60%					1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	6.000.000,00
			00.01.0000	00.00.00	100,000		1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	6.000.000,00
133	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA - 25%					625.000,00	625.000,00	625.000,00	625.000,00	2.500.000,00
			00.01.0001	01.00.00	100,000		625.000,00	625.000,00	625.000,00	625.000,00	2.500.000,00
134	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - 15%					375.000,00	375.000,00	375.000,00	375.000,00	1.500.000,00
			00.01.0002	02.00.00	100,000		375.000,00	375.000,00	375.000,00	375.000,00	1.500.000,00
90	4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 60%					225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	900.000,00
			00.01.0000	00.00.00	100,000		225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	900.000,00
135	4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 25%					93.750,00	93.750,00	93.750,00	93.750,00	375.000,00
			00.01.0001	01.00.00	100,000		93.750,00	93.750,00	93.750,00	93.750,00	375.000,00
136	4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 15%					56.250,00	56.250,00	56.250,00	56.250,00	225.000,00
			00.01.0002	02.00.00	100,000		56.250,00	56.250,00	56.250,00	56.250,00	225.000,00
92	4.1.7.2.4.01.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%					2.500.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00	10.000.000,00
			00.01.0018	01.02.01	100,000		2.500.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00	10.000.000,00
137	4.1.7.2.4.01.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%					3.750.000,00	3.750.000,00	3.750.000,00	3.750.000,00	15.000.000,00
			00.01.0018	01.02.02	100,000		3.750.000,00	3.750.000,00	3.750.000,00	3.750.000,00	15.000.000,00
93	4.1.7.2.4.01.02.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%					250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	1.000.000,00
			00.01.0019	01.02.03	100,000		250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	1.000.000,00
138	4.1.7.2.4.01.02.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB-40%					250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	1.000.000,00
			00.01.0019	01.02.04	100,000		250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	1.000.000,00
94	4.1.7.3.0.01.00.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas - FIA					5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
			00.01.0021		100,000		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
96	4.1.7.3.0.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Instituições Privadas					5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
			00.01.0008		100,000		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
97	4.1.7.5.0.00.00.00.00.00	Transf. de Pessoas					5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
			00.01.0021		100,000		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00



**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

## Relação Detalhada das Receitas Planejadas

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C)

Página: 7/10

Data: 03/10/2013

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 3 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL</b>						<b>48.909.000,00</b>	<b>48.909.000,00</b>	<b>48.909.000,00</b>	<b>48.909.000,00</b>	<b>195.636.000,00</b>
98	4.1.7.6.1.99.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União				230.000,00	230.000,00	230.000,00	230.000,00	920.000,00
		00.01.0094	04.03.00	100,000		230.000,00	230.000,00	230.000,00	230.000,00	920.000,00
99	4.1.7.6.2.02.01.00.00	Convênio Transporte Escolar				187.500,00	187.500,00	187.500,00	187.500,00	750.000,00
		00.01.0022	01.00.00	100,000		187.500,00	187.500,00	187.500,00	187.500,00	750.000,00
100	4.1.7.6.2.02.99.00.00	Outros Conv.Estado Destin.Programs de Educação				112.500,00	112.500,00	112.500,00	112.500,00	450.000,00
		00.01.0022	01.00.00	100,000		112.500,00	112.500,00	112.500,00	112.500,00	450.000,00
101	4.1.7.6.2.03.01.00.00	Convenio SSP/Trânsito - Policia Militar				70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	280.000,00
		00.01.0054		100,000		70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	280.000,00
102	4.1.7.6.2.03.02.00.00	Convênio SSP/Trânsito - Policia Civil				70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	280.000,00
		00.01.0055		100,000		70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	280.000,00
103	4.1.7.6.2.03.03.00.00	Convênio SSP/Trânsito - Prefeitura				75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	300.000,00
		00.01.0000		100,000		75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	300.000,00
104	4.1.7.6.2.99.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados				137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	550.000,00
		00.01.0095		100,000		137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	550.000,00
105	4.1.9.1.1.38.01.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 60%				7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	30.000,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	30.000,00
139	4.1.9.1.1.38.02.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 25%				3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	15.000,00
		00.01.0001	01.00.00	100,000		3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	15.000,00
140	4.1.9.1.1.38.03.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 15%				2.250,00	2.250,00	2.250,00	2.250,00	9.000,00
		00.01.0002	02.00.00	100,000		2.250,00	2.250,00	2.250,00	2.250,00	9.000,00
106	4.1.9.1.1.40.01.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 60%				7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	30.000,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	30.000,00
141	4.1.9.1.1.40.02.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 25%				3.125,00	3.125,00	3.125,00	3.125,00	12.500,00
		00.01.0001	01.00.00	100,000		3.125,00	3.125,00	3.125,00	3.125,00	12.500,00
142	4.1.9.1.1.40.03.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 15%				1.875,00	1.875,00	1.875,00	1.875,00	7.500,00
		00.01.0002	02.00.00	100,000		1.875,00	1.875,00	1.875,00	1.875,00	7.500,00
107	4.1.9.1.1.99.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos				12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	50.000,00
		00.01.0000		100,000		12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	50.000,00
108	4.1.9.1.3.11.01.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 60%				60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
143	4.1.9.1.3.11.02.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 25%				25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	100.000,00
		00.01.0001	01.00.00	100,000		25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	100.000,00
144	4.1.9.1.3.11.03.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 15%				18.750,00	18.750,00	18.750,00	18.750,00	75.000,00
		00.01.0002	02.00.00	100,000		18.750,00	18.750,00	18.750,00	18.750,00	75.000,00
109	4.1.9.1.3.13.01.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 60%				30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00
145	4.1.9.1.3.13.02.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 25%				12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	50.000,00
		00.01.0001	01.00.00	100,000		12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	50.000,00
146	4.1.9.1.3.13.03.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 15%				7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	30.000,00
		00.01.0002	02.00.00	100,000		7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	30.000,00
110	4.1.9.1.3.99.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos				12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	50.000,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000		12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	50.000,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

## Relação Detalhada das Receitas Planejadas

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C)

Página: 8/10

Data: 03/10/2013

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 3 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL</b>						<b>48.909.000,00</b>	<b>48.909.000,00</b>	<b>48.909.000,00</b>	<b>48.909.000,00</b>	<b>195.636.000,00</b>
111	4.1.9.2.1.99.00.00.00	Outras Indenizações	00.01.0000	00.00.00	100,000	47.500,00	47.500,00	47.500,00	47.500,00	190.000,00
112	4.1.9.2.2.99.00.00.00	Outras Restituições	00.01.0000	00.00.00	100,000	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	500.000,00
113	4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 60%	00.01.0000	00.00.00	100,000	206.100,00	206.100,00	206.100,00	206.100,00	824.400,00
115	4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 25%	00.01.0000	00.00.00	100,000	206.100,00	206.100,00	206.100,00	206.100,00	824.400,00
116	4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 15%	00.01.0001	01.00.00	100,000	85.875,00	85.875,00	85.875,00	85.875,00	343.500,00
114	4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 60%	00.01.0002	02.00.00	100,000	51.525,00	51.525,00	51.525,00	51.525,00	206.100,00
147	4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 25%	00.01.0000	00.00.00	100,000	45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	180.000,00
148	4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 15%	00.01.0001	01.00.00	100,000	45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	180.000,00
149	4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	00.01.0002	02.00.00	100,000	18.750,00	18.750,00	18.750,00	18.750,00	75.000,00
150	4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	00.01.0001	01.00.00	100,000	18.750,00	18.750,00	18.750,00	18.750,00	75.000,00
151	4.2.1.1.4.01.00.00.00.00	Operações de Crédito Interna p/ Programa Educação	00.01.0002	02.00.00	100,000	11.250,00	11.250,00	11.250,00	11.250,00	45.000,00
152	4.2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	00.01.0000	00.00.00	100,000	11.250,00	11.250,00	11.250,00	11.250,00	45.000,00
153	4.2.2.1.9.01.00.00.00.00	Alienação de Bens Móveis da Educação	00.01.0001	01.00.00	100,000	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	300.000,00
154	4.2.2.1.9.99.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	00.01.0000	00.00.00	100,000	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	300.000,00
155	4.2.2.2.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Imóveis	00.01.0000	00.00.00	100,000	175.000,00	175.000,00	175.000,00	175.000,00	700.000,00
156	4.2.4.7.1.02.20.00.00.00	Outros Convênios da União para a Área de Educação	00.01.0000	00.00.00	100,000	175.000,00	175.000,00	175.000,00	175.000,00	700.000,00
157	4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	00.01.0081	01.04.95	100,000	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	1.000.000,00
158	4.2.4.7.2.02.01.00.00.00	Convênio SEE - Ensino Fundamental	00.01.0081	01.04.95	100,000	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	1.000.000,00
159	4.2.4.7.2.02.02.00.00.00	Convênio SEE - Creche	00.01.0049	04.02.00	100,000	1.250.000,00	1.250.000,00	1.250.000,00	1.250.000,00	5.000.000,00
160	4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio dos Estados	00.01.0049	04.02.00	100,000	1.250.000,00	1.250.000,00	1.250.000,00	1.250.000,00	5.000.000,00
161	9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução da Receita para Formação FUNDEB-FPM	00.01.0087	01.05.00	100,000	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	70.000,00
			00.01.0087	01.05.00	100,000	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	70.000,00
			00.01.0089	04.01.01	100,000	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	500.000,00
			00.01.0089	04.01.01	100,000	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	500.000,00
			00.01.0089	04.01.02	100,000	87.500,00	87.500,00	87.500,00	87.500,00	350.000,00
			00.01.0089	04.01.02	100,000	87.500,00	87.500,00	87.500,00	87.500,00	350.000,00
			00.01.0022	01.06.00	100,000	106.250,00	106.250,00	106.250,00	106.250,00	425.000,00
			00.01.0022	01.06.00	100,000	106.250,00	106.250,00	106.250,00	106.250,00	425.000,00
			00.01.0094	04.03.00	100,000	475.000,00	475.000,00	475.000,00	475.000,00	1.900.000,00
			00.01.0094	04.03.00	100,000	475.000,00	475.000,00	475.000,00	475.000,00	1.900.000,00
			00.01.0022	01.00.00	100,000	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	550.000,00
			00.01.0022	01.00.00	100,000	137.500,00	137.500,00	137.500,00	137.500,00	550.000,00
			00.01.0022	01.06.04	100,000	43.750,00	43.750,00	43.750,00	43.750,00	175.000,00
			00.01.0022	01.06.04	100,000	43.750,00	43.750,00	43.750,00	43.750,00	175.000,00
			00.01.0095	04.03.00	100,000	275.000,00	275.000,00	275.000,00	275.000,00	1.100.000,00
			00.01.0095	04.03.00	100,000	275.000,00	275.000,00	275.000,00	275.000,00	1.100.000,00
			00.01.0000	00.00.00	100,000	-2.875.000,00	-2.875.000,00	-2.875.000,00	-2.875.000,00	-11.500.000,00
			00.01.0000	00.00.00	100,000	-2.875.000,00	-2.875.000,00	-2.875.000,00	-2.875.000,00	-11.500.000,00

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

## Relação Detalhada das Receitas Planejadas

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C)

Página: 9/10

Data: 03/10/2013

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 3 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL</b>						<b>48.909.000,00</b>	<b>48.909.000,00</b>	<b>48.909.000,00</b>	<b>48.909.000,00</b>	<b>195.636.000,00</b>
162	9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - ITR	00.01.0000	00.00.00	100,000	-1.250,00	-1.250,00	-1.250,00	-1.250,00	-5.000,00
			00.01.0000	00.00.00	100,000	-1.250,00	-1.250,00	-1.250,00	-1.250,00	-5.000,00
163	9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Dedução da Receita Formação do FUNDEB-ICMS Desoner	00.01.0000	00.00.00	100,000	-25.000,00	-25.000,00	-25.000,00	-25.000,00	-100.000,00
			00.01.0000	00.00.00	100,000	-25.000,00	-25.000,00	-25.000,00	-25.000,00	-100.000,00
164	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução da Receita para Formação do FUNDEB-ICMS	00.01.0000	00.00.00	100,000	-3.275.000,00	-3.275.000,00	-3.275.000,00	-3.275.000,00	-13.100.000,00
			00.01.0000	00.00.00	100,000	-3.275.000,00	-3.275.000,00	-3.275.000,00	-3.275.000,00	-13.100.000,00
165	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	00.01.0000	00.00.00	100,000	-425.000,00	-425.000,00	-425.000,00	-425.000,00	-1.700.000,00
			00.01.0000	00.00.00	100,000	-425.000,00	-425.000,00	-425.000,00	-425.000,00	-1.700.000,00
166	9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Dedução da Receita para Formação FUNDEB-IP	00.01.0000	00.00.00	100,000	-75.000,00	-75.000,00	-75.000,00	-75.000,00	-300.000,00
			00.01.0000	00.00.00	100,000	-75.000,00	-75.000,00	-75.000,00	-75.000,00	-300.000,00
<b>Entidade: 4 - SAMAE DE COCAL DO SUL</b>						<b>3.932.300,00</b>	<b>4.350.200,00</b>	<b>4.799.000,00</b>	<b>5.298.500,00</b>	<b>18.380.000,00</b>
30	4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Outros Dep de Recs não Vinculados	00.02.0040	00.00.00	100,000	1.000,00	1.300,00	1.600,00	2.100,00	6.000,00
			00.02.0040	00.00.00	100,000	1.000,00	1.300,00	1.600,00	2.100,00	6.000,00
64	4.1.6.0.0.41.01.00.00.00	Tarifa de Agua Residencial	00.02.0040	00.00.00	100,000	2.700.000,00	2.959.800,00	3.230.000,00	3.520.200,00	12.410.000,00
			00.02.0040	00.00.00	100,000	2.700.000,00	2.959.800,00	3.230.000,00	3.520.200,00	12.410.000,00
65	4.1.6.0.0.41.02.00.00.00	Tarifa de Agua Industrial	00.02.0040	00.00.00	100,000	10.000,00	11.100,00	12.300,00	13.600,00	47.000,00
			00.02.0040	00.00.00	100,000	10.000,00	11.100,00	12.300,00	13.600,00	47.000,00
66	4.1.6.0.0.41.03.00.00.00	Tarifa de Água Poderes Públicos/Comercial	00.02.0040	00.00.00	100,000	714.300,00	802.000,00	902.300,00	1.011.400,00	3.430.000,00
			00.02.0040	00.00.00	100,000	714.300,00	802.000,00	902.300,00	1.011.400,00	3.430.000,00
67	4.1.6.0.0.41.04.00.00.00	Tarifa de Ligação de Água	00.02.0040	00.00.00	100,000	40.000,00	44.000,00	48.000,00	53.000,00	185.000,00
			00.02.0040	00.00.00	100,000	40.000,00	44.000,00	48.000,00	53.000,00	185.000,00
68	4.1.6.0.0.41.05.00.00.00	Desligamento de Água	00.02.0040	00.00.00	100,000	4.000,00	4.500,00	5.000,00	5.500,00	19.000,00
			00.02.0040	00.00.00	100,000	4.000,00	4.500,00	5.000,00	5.500,00	19.000,00
69	4.1.6.0.0.42.01.00.00.00	Tarifa de Esgoto Residencial	00.02.0040	00.00.00	100,000	100.000,00	110.000,00	120.000,00	130.000,00	460.000,00
			00.02.0040	00.00.00	100,000	100.000,00	110.000,00	120.000,00	130.000,00	460.000,00
70	4.1.6.0.0.42.02.00.00.00	Tarifa de Esgoto Industrial	00.02.0040	00.00.00	100,000	8.000,00	9.300,00	10.600,00	12.100,00	40.000,00
			00.02.0040	00.00.00	100,000	8.000,00	9.300,00	10.600,00	12.100,00	40.000,00
71	4.1.6.0.0.42.03.00.00.00	Tarifa de Esgoto Poderes públicos/Comercial	00.02.0040	00.00.00	100,000	27.000,00	29.000,00	31.000,00	33.000,00	120.000,00
			00.02.0040	00.00.00	100,000	27.000,00	29.000,00	31.000,00	33.000,00	120.000,00
191	4.1.6.0.0.42.04.00.00.00	Tarifa de Ligação de Esgoto	00.02.0040	100,000		2.000,00	2.200,00	2.400,00	2.700,00	9.300,00
			00.02.0040	100,000		2.000,00	2.200,00	2.400,00	2.700,00	9.300,00
74	4.1.6.0.0.48.00.00.00.00	Serviços de Religamento de Água	00.02.0040	00.00.00	100,000	6.000,00	7.000,00	8.300,00	9.700,00	31.000,00
			00.02.0040	00.00.00	100,000	6.000,00	7.000,00	8.300,00	9.700,00	31.000,00
77	4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	00.02.0040	00.00.00	100,000	30.000,00	34.000,00	40.000,00	46.000,00	150.000,00
			00.02.0040	00.00.00	100,000	30.000,00	34.000,00	40.000,00	46.000,00	150.000,00
76	4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	00.02.0040	00.00.00	100,000	160.000,00	184.000,00	210.000,00	253.700,00	807.700,00
			00.02.0040	00.00.00	100,000	160.000,00	184.000,00	210.000,00	253.700,00	807.700,00
75	4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	00.02.0040	00.00.00	100,000	30.000,00	34.500,00	40.000,00	45.500,00	150.000,00
			00.02.0040	00.00.00	100,000	30.000,00	34.500,00	40.000,00	45.500,00	150.000,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

**Relação Detalhada das Receitas Planejadas**

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C)

Página: 10/10

Data: 03/10/2013

Receita	Código	Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
<b>Entidade: 4 - SAMAE DE COCAL DO SUL</b>							<b>3.932.300,00</b>	<b>4.350.200,00</b>	<b>4.799.000,00</b>	<b>5.298.500,00</b>	<b>18.380.000,00</b>
78	4.2.4.7.1.03.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Saneam					100.000,00	117.500,00	137.500,00	160.000,00	515.000,00
			00.02.0065	04.03.00	100,000		100.000,00	117.500,00	137.500,00	160.000,00	515.000,00
<b>Entidade: 6 - FUNDACAO MUNICIPAL MEIO AMBIENTE DE COCAL DO SUL</b>							<b>187.500,00</b>	<b>187.500,00</b>	<b>187.500,00</b>	<b>187.500,00</b>	<b>750.000,00</b>
12	4.1.1.2.1.21.00.00.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental					125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	500.000,00
			00.02.0000	00.00.00	100,000		125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	500.000,00
29	4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Outros Dep de Recs não Vinculados					2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	10.000,00
			00.02.0000	00.00.00	100,000		2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	10.000,00
95	4.1.7.3.0.02.00.00.00.00	Transferencias de Instituições Privadas - FMMA					12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	50.000,00
			00.02.0000		100,000		12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	50.000,00
169	4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados					47.500,00	47.500,00	47.500,00	47.500,00	190.000,00
			00.02.0024	04.03.00	100,000		47.500,00	47.500,00	47.500,00	47.500,00	190.000,00
<b>Total geral:</b>							<b>59.587.300,00</b>	<b>60.005.200,00</b>	<b>60.454.000,00</b>	<b>60.953.500,00</b>	<b>241.000.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

Data: 03/10/2013

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

**Resumo da Compatibilização dos Programas com a Fonte de Recurso**

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C)

Fonte de Recurso	Valor	Programa	Valor
<b>Entidade: 1 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE COCAL DO SUL</b>			
00.01.0000 - Recursos Ordinarios	0,00	0008 - PROTEÇÃO SOCIAL	6.720.000,00
		0015 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA	20.000,00
Subtotal:	0,00	Subtotal:	6.740.000,00
00.02.0000 - Recursos Ordinários	2.000,00	0008 - PROTEÇÃO SOCIAL	2.000,00
Subtotal:	2.000,00	Subtotal:	2.000,00
00.02.0026 - Recursos de Convênios -Assistência Social	850.500,00	0008 - PROTEÇÃO SOCIAL	850.500,00
Subtotal:	850.500,00	Subtotal:	850.500,00
00.02.0050 - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	93.000,00	0008 - PROTEÇÃO SOCIAL	93.000,00
Subtotal:	93.000,00	Subtotal:	93.000,00
00.02.0052 - Recursos de Outras Transferências de Recursos	978.500,00	0008 - PROTEÇÃO SOCIAL	978.500,00
Subtotal:	978.500,00	Subtotal:	978.500,00
00.02.0063 - Recursos Bolsa Família	182.000,00	0008 - PROTEÇÃO SOCIAL	182.000,00
Subtotal:	182.000,00	Subtotal:	182.000,00
00.02.0109 - Recursos Programa Portadores de Deficiência	54.000,00	0008 - PROTEÇÃO SOCIAL	54.000,00
Subtotal:	54.000,00	Subtotal:	54.000,00
<b>Total por entidade:</b>	<b>2.160.000,00</b>	<b>Total por entidade:</b>	<b>8.900.000,00</b>
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COCAL DO SUL</b>			
00.01.0002 - Recursos Ordinários Municipais - Saúde	0,00	0006 - SAÚDE E CIDADANIA	29.546.000,00
		0015 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA	80.000,00
Subtotal:	0,00	Subtotal:	29.626.000,00
00.02.0000 - Recursos Ordinários	3.000,00	0006 - SAÚDE E CIDADANIA	3.000,00
Subtotal:	3.000,00	Subtotal:	3.000,00
00.02.0006 - Recursos do FNS Outros Recursos - Saúde	902.000,00	0006 - SAÚDE E CIDADANIA	902.000,00
Subtotal:	902.000,00	Subtotal:	902.000,00
00.02.0010 - Recursos do Incentivo Estadual aos Municípios	801.000,00	0006 - SAÚDE E CIDADANIA	801.000,00
Subtotal:	801.000,00	Subtotal:	801.000,00
00.02.0012 - Serviços de Saúde	50.000,00	0006 - SAÚDE E CIDADANIA	50.000,00
Subtotal:	50.000,00	Subtotal:	50.000,00
00.02.0027 - Recursos de Taxas Vigilância Sanitária	247.000,00	0006 - SAÚDE E CIDADANIA	247.000,00
Subtotal:	247.000,00	Subtotal:	247.000,00
00.02.0064 - Recursos do Programa PMAQ - SUS	2.900.000,00	0006 - SAÚDE E CIDADANIA	2.900.000,00
Subtotal:	2.900.000,00	Subtotal:	2.900.000,00
00.02.0067 - Recursos da Vigilância em Saúde - SI	354.000,00	0006 - SAÚDE E CIDADANIA	354.000,00
Subtotal:	354.000,00	Subtotal:	354.000,00
00.02.0071 - Recursos CAPS-SUS	2.000.000,00	0006 - SAÚDE E CIDADANIA	2.000.000,00
Subtotal:	2.000.000,00	Subtotal:	2.000.000,00
00.02.0072 - Recursos da Saúde Bucal - SUS	1.000.000,00	0006 - SAÚDE E CIDADANIA	1.000.000,00
Subtotal:	1.000.000,00	Subtotal:	1.000.000,00
00.02.0088 - Recursos Alienação de Bens - FMS	50.000,00	0006 - SAÚDE E CIDADANIA	50.000,00
Subtotal:	50.000,00	Subtotal:	50.000,00
00.02.0094 - Recursos de Convênios Federais p/ Saúde	502.000,00	0006 - SAÚDE E CIDADANIA	502.000,00
Subtotal:	502.000,00	Subtotal:	502.000,00
00.02.0095 - Recursos de Convênios Estaduais p/ Saúde	1.947.000,00	0006 - SAÚDE E CIDADANIA	1.947.000,00
Subtotal:	1.947.000,00	Subtotal:	1.947.000,00
00.02.0111 - Recursos da Assistência Farmacêutica	1.102.000,00	0006 - SAÚDE E CIDADANIA	1.102.000,00
Subtotal:	1.102.000,00	Subtotal:	1.102.000,00
00.02.0112 - Recursos atenção Básica em Saúde-F	7.511.000,00	0006 - SAÚDE E CIDADANIA	7.511.000,00

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

Página: 2/4  
 Data: 03/10/2013

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

Resumo da Compatibilização dos Programas com a Fonte de Recurso

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C)

Fonte de Recurso	Valor	Programa	Valor
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COCAL DO SUL</b>			
		0006 - SAÚDE E CIDADANIA	7.511.000,00
Subtotal:	7.511.000,00	Subtotal:	7.511.000,00
00.02.0126 - Recursos MAC - SUS	4.705.000,00	0006 - SAÚDE E CIDADANIA	4.705.000,00
Subtotal:	4.705.000,00	Subtotal:	4.705.000,00
<b>Total por entidade:</b>	<b>24.074.000,00</b>	<b>Total por entidade:</b>	<b>53.700.000,00</b>
<b>Entidade: 3 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL</b>			
00.01.0000 - Recursos Ordinarios	82.133.400,00	0000 - ENCARGOS ESPECIAIS	7.790.000,00
		0002 - GESTAO ESTRATEGICA	4.240.000,00
		0003 - ADMINISTRACAO GERAL, FINANCEIRA E PLA	13.400.000,00
		0005 - ESPORTE E INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA	2.900.000,00
		0007 - CRIANÇA E ADOLESCENTE ASSISTIDO	840.000,00
		0009 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA E MOBILI	19.442.000,00
		0010 - OBRAS ESTRUTURANTES	6.230.000,00
		0012 - DESENVOLVIMENTO RURAL	3.300.000,00
		0013 - DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MEIO AMI	1.800.000,00
		0014 - TURISMO E CULTURA INTEGRADOS	1.050.000,00
		0015 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA	100.000,00
Subtotal:	82.133.400,00	Subtotal:	61.092.000,00
00.01.0001 - Recursos Ordinários Municipais - Edu	39.138.500,00	0004 - EDUCAÇÃO E CIDADANIA	38.112.000,00
Subtotal:	39.138.500,00	Subtotal:	38.112.000,00
00.01.0002 - Recursos Ordinários Municipais - Saú	23.498.100,00	-----	0,00
Subtotal:	23.498.100,00	Subtotal:	0,00
00.01.0008 - Recursos FIA - Demais Recursos	20.000,00	0007 - CRIANÇA E ADOLESCENTE ASSISTIDO	20.000,00
Subtotal:	20.000,00	Subtotal:	20.000,00
00.01.0016 - Recursos da CIDE	404.000,00	0009 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA E MOBILI	404.000,00
Subtotal:	404.000,00	Subtotal:	404.000,00
00.01.0018 - Recursos Fundeb 60%	25.000.000,00	0004 - EDUCAÇÃO E CIDADANIA	25.000.000,00
Subtotal:	25.000.000,00	Subtotal:	25.000.000,00
00.01.0019 - Recursos Fundeb 40%	2.085.000,00	0004 - EDUCAÇÃO E CIDADANIA	2.085.000,00
Subtotal:	2.085.000,00	Subtotal:	2.085.000,00
00.01.0021 - Recursos FIA - Imposto de Renda	40.000,00	0007 - CRIANÇA E ADOLESCENTE ASSISTIDO	40.000,00
Subtotal:	40.000,00	Subtotal:	40.000,00
00.01.0022 - Recursos Transf. de Convênios - Educ	2.390.000,00	0004 - EDUCAÇÃO E CIDADANIA	2.390.000,00
Subtotal:	2.390.000,00	Subtotal:	2.390.000,00
00.01.0044 - Recursos dos Royalties do Petroleo	906.000,00	0009 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA E MOBILI	906.000,00
Subtotal:	906.000,00	Subtotal:	906.000,00
00.01.0049 - Recursos de Operações de Crédito In	5.000.000,00	0003 - ADMINISTRACAO GERAL, FINANCEIRA E PLA	700.000,00
		0010 - OBRAS ESTRUTURANTES	3.800.000,00
		0012 - DESENVOLVIMENTO RURAL	500.000,00
Subtotal:	5.000.000,00	Subtotal:	5.000.000,00
00.01.0054 - Recursos Convenio Transito - Policia I	284.000,00	0009 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA E MOBILI	284.000,00
Subtotal:	284.000,00	Subtotal:	284.000,00
00.01.0055 - Recursos Convenio Transito - Policia I	284.000,00	0009 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA E MOBILI	284.000,00
Subtotal:	284.000,00	Subtotal:	284.000,00
00.01.0058 - Recursos do Salário Educação	3.074.000,00	0004 - EDUCAÇÃO E CIDADANIA	3.074.000,00
Subtotal:	3.074.000,00	Subtotal:	3.074.000,00
00.01.0059 - Recursos do FNDE- PDDE	60.000,00	0004 - EDUCAÇÃO E CIDADANIA	60.000,00
Subtotal:	60.000,00	Subtotal:	60.000,00
00.01.0060 - Recursos do FNDE- PNAE	1.210.000,00	0004 - EDUCAÇÃO E CIDADANIA	1.210.000,00





**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

Página: 3/4  
 Data: 03/10/2013

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

Resumo da Compatibilização dos Programas com a Fonte de Recurso

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C)

Fonte de Recurso	Valor	Programa	Valor
<b>Entidade: 3 - PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL</b>			
		0004 - EDUCAÇÃO E CIDADANIA	1.210.000,00
Subtotal:	1.210.000,00	Subtotal:	1.210.000,00
00.01.0061 - Recursos do FNDE - PNATE	569.000,00	0004 - EDUCAÇÃO E CIDADANIA	569.000,00
Subtotal:	569.000,00	Subtotal:	569.000,00
00.01.0062 - Recursos de Outras Transf. do FNDE	110.000,00	0004 - EDUCAÇÃO E CIDADANIA	110.000,00
Subtotal:	110.000,00	Subtotal:	110.000,00
00.01.0081 - Recursos de Op. de Crédito Internas -	1.000.000,00	0004 - EDUCAÇÃO E CIDADANIA	1.000.000,00
Subtotal:	1.000.000,00	Subtotal:	1.000.000,00
00.01.0087 - Recursos de Alienações de Bens - Vir	70.000,00	0004 - EDUCAÇÃO E CIDADANIA	70.000,00
Subtotal:	70.000,00	Subtotal:	70.000,00
00.01.0089 - Recursos de Alienações Bens - Outro:	855.000,00	0010 - OBRAS ESTRUTURANTES	705.000,00
		0012 - DESENVOLVIMENTO RURAL	150.000,00
Subtotal:	855.000,00	Subtotal:	855.000,00
00.01.0094 - Recursos de Convênios Federais	2.835.000,00	0005 - ESPORTE E INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA	160.000,00
		0009 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA E MOBILI	840.000,00
		0010 - OBRAS ESTRUTURANTES	1.290.000,00
		0012 - DESENVOLVIMENTO RURAL	360.000,00
		0013 - DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MEIO AMI	25.000,00
		0014 - TURISMO E CULTURA INTEGRADOS	160.000,00
Subtotal:	2.835.000,00	Subtotal:	2.835.000,00
00.01.0095 - Recursos de Convênios Estaduais	1.665.000,00	0002 - GESTAO ESTRATEGICA	60.000,00
		0005 - ESPORTE E INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA	40.000,00
		0009 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA E MOBILI	900.000,00
		0010 - OBRAS ESTRUTURANTES	460.000,00
		0012 - DESENVOLVIMENTO RURAL	140.000,00
		0013 - DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MEIO AMI	25.000,00
		0014 - TURISMO E CULTURA INTEGRADOS	40.000,00
Subtotal:	1.665.000,00	Subtotal:	1.665.000,00
00.01.0098 - Recursos da Contribuição p/ Iluminação	3.005.000,00	0009 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA E MOBILI	3.005.000,00
Subtotal:	3.005.000,00	Subtotal:	3.005.000,00
<b>Total por entidade:</b>	<b>195.636.000,00</b>	<b>Total por entidade:</b>	<b>150.070.000,00</b>
<b>Entidade: 4 - SAMAE DE COCAL DO SUL</b>			
00.02.0040 - Recursos Ordinarios - Samae	17.865.000,00	0011 - AGUA E SANEAMENTO	17.785.000,00
		0015 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA	80.000,00
Subtotal:	17.865.000,00	Subtotal:	17.865.000,00
00.02.0065 - Recursos Convênios União	515.000,00	0011 - AGUA E SANEAMENTO	515.000,00
Subtotal:	515.000,00	Subtotal:	515.000,00
<b>Total por entidade:</b>	<b>18.380.000,00</b>	<b>Total por entidade:</b>	<b>18.380.000,00</b>
<b>Entidade: 5 - CAMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL</b>			
00.01.0000 - Recursos Ordinarios	0,00	0001 - PROCESSO LEGISLATIVO	8.500.000,00
Subtotal:	0,00	Subtotal:	8.500.000,00
<b>Total por entidade:</b>	<b>0,00</b>	<b>Total por entidade:</b>	<b>8.500.000,00</b>
<b>Entidade: 6 - FUNDACAO MUNICIPAL MEIO AMBIENTE DE COCAL DO SUL</b>			
		0013 - DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MEIO AMI	700.000,00
Subtotal:	0,00	Subtotal:	700.000,00
00.02.0000 - Recursos Ordinários	560.000,00	0013 - DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MEIO AMI	560.000,00
Subtotal:	560.000,00	Subtotal:	560.000,00
00.02.0024 - Recursos de Convênios com o Estad	190.000,00	0013 - DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MEIO AMI	190.000,00



**Estado de Santa Catarina**

Página: 4/4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**

Data: 03/10/2013

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

Resumo da Compatibilização dos Programas com a Fonte de Recurso

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C)

Fonte de Recurso	Valor	Programa	Valor
------------------	-------	----------	-------

**Entidade: 6 - FUNDACAO MUNICIPAL MEIO AMBIENTE DE COCAL DO SUL**

		0013 - DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MEIO AMI	190.000,00
Subtotal:	190.000,00	Subtotal:	190.000,00
<b>Total por entidade:</b>	<b>750.000,00</b>	<b>Total por entidade:</b>	<b>1.450.000,00</b>
<b>Total geral:</b>	<b>241.000.000,00</b>	<b>Total geral:</b>	<b>241.000.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL**Página: 1/1  
Data: 03/10/2013

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PPA 2014-2017

Resumo dos Programas por Macroobjetivos

Seleção: Alteração em 18/07/2013 (C)

Programa	Total
<b>Macroobjetivo: Não informado</b>	<b>241.000.000,00</b>
0000 - ENCARGOS ESPECIAIS	7.790.000,00
0001 - PROCESSO LEGISLATIVO	8.500.000,00
0002 - GESTAO ESTRATEGICA	4.300.000,00
0003 - ADMINISTRACAO GERAL, FINANCEIRA E PLANEJAMENTO	14.100.000,00
0004 - EDUCAÇÃO E CIDADANIA	73.680.000,00
0005 - ESPORTE E INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA	3.100.000,00
0006 - SAÚDE E CIDADANIA	53.620.000,00
0007 - CRIANÇA E ADOLESCENTE ASSISTIDO	900.000,00
0008 - PROTEÇÃO SOCIAL	8.880.000,00
0009 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA E MOBILIDADE URBANA	26.065.000,00
0010 - OBRAS ESTRUTURANTES	12.485.000,00
0011 - AGUA E SANEAMENTO	18.300.000,00
0012 - DESENVOLVIMENTO RURAL	4.450.000,00
0013 - DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MEIO AMBIENTE E GERAÇÃO DE RENDA	3.300.000,00
0014 - TURISMO E CULTURA INTEGRADOS	1.250.000,00
0015 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA	280.000,00
<b>Total Geral:</b>	<b>241.000.000,00</b>

**Termo Aditivo 07/2013 ao Contrato 38/13**

TERMO ADITIVO Nº 07/2013, DE 02 DE OUTUBRO DE 2013 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 38/13-F.M.S., DE 15 DE FEVEREIRO DE 2013 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 01/2013, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2013, CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDIMENTO CONFORME DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO.

Fundamento Legal: § 4º do art. 57 c/c §1º do Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Pelo Primeiro Termo Aditivo do Contrato de aquisição de serviços, nós abaixo assinados, de um lado como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, estabelecido na Av. Dr. Polidoro Santiago, 519 - C.P. 01, inscrito no CNPJ sob o número 95.778.056/0001-88, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal ADEMIR MAGAGNIN, e de outro lado, como CONTRATADO, a empresa RAFAEL DE OLIVEIRA LOPES EPP, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Afonso Botelho, Campo Mourão/PR, inscrita no CNPJ sob o nº. 12.670.203/0001-74, temos justo e contratado o que a seguir se descreve.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - ACRESCIMO DE VALORES**

Fica acrescido mais R\$ 58.300,00(cinquenta e oito mil e trezentos reais) ao valor constante na Cláusula Segunda - Valor Contratual, do Contrato nº. 38/2013, de 15 de fevereiro de 2013, haja vista a necessidade de continuação dos serviços prestados.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

As demais cláusulas do Contrato Nº. 38/2013, de 15 de fevereiro de 2013, permanecem inalteradas.

E, por estarem de acordo, assinam o presente Contrato para que produza os efeitos do direito, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas idôneas.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 02 de outubro de 2013.

CONTRATANTE    CONTRATADA

Testemunhas: \_\_\_\_\_;  
\_\_\_\_\_.

**Concórdia**

**PREFEITURA**

**Decreto Nº 851/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 851/2013, DE 17 DE SETEMBRO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor DENILSON JOSE CHIAPETTI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações. DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de outubro de 2013, ao servidor DENILSON JOSE CHIAPETTI, ocupante do cargo de Professor,

código 10.12, matrícula 10855-03, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de março de 2005 a 28 de fevereiro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

**Decreto Nº 852/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 852/2013, DE 17 DE SETEMBRO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora LUSIENE GIACOMIN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações. DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de outubro de 2013, à servidora LUSIENE GIACOMIN, ocupante do cargo de Especialista em Educação, código 11.12, matrícula 92240-00, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 10 de julho de 2005 a 9 de julho de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

**Decreto Nº 853/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 853/2013, DE 17 DE SETEMBRO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora ILOINE SANDERS HERBICH.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações. DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de outubro de 2013, à servidora ILOINE SANDERS HERBICH, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 6 de fevereiro de 2002 a 5 de fevereiro de 2007.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

**Decreto Nº 854/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 854/2013, DE 17 DE SETEMBRO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora IVETE VALCARENGHI FERREIRA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, nos meses de outubro e novembro de 2013, à servidora IVETE VALCARENGHI FERREIRA, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 43800-00, o gozo de 2 (dois) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 2 de fevereiro de 2003 a 1º de fevereiro de 2008.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

**Decreto Nº 855/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 855/2013, DE 17 DE SETEMBRO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora SILVANA MARIA BALDI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, nos meses de outubro e novembro de 2013, à servidora SILVANA MARIA BALDI, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 91499-00, o gozo de 2 (dois) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 3 de fevereiro de 1999 a 2 de fevereiro de 2004.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

**Decreto Nº 856/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 856/2013, DE 18 DE SETEMBRO DE 2013.

Altera dispositivos do Decreto nº 822/2013, de 3 de setembro de 2013.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações e 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações e na Lei nº 3.390, de 25 de junho de 2002 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 822/2013, de 3 de setembro de 2013, terá os seguintes dispositivos alterados:

I - a ementa passa a vigorar com a seguinte redação:

"Nomeia FABIANA PAULA PICININ no cargo de Diretora Adjunta da Escola Básica Municipal João Theobaldo Magarinos." (NR)

II - o art. 1º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica nomeada a senhora FABIANA PAULA PICININ, para desempenhar a função de Diretora Adjunta da Escola Básica Municipal João Theobaldo Magarinos, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal - Cargos Comissionados de Direção de Unidade Escolar, percebendo vencimentos próprios do cargo, a partir de 2 de setembro de 2013." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

**Decreto Nº 857/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 857/2013, DE 18 DE SETEMBRO DE 2013.

Nomeia membros para compor o Conselho Municipal de Saúde - CMS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 56, de 20 de outubro de 1992 e alterações e no Decreto nº 5.227, de 14 de agosto de 2007.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas, a partir de 19 de setembro de 2013, pelo período de 2 (dois) anos, para compor o Conselho Municipal de Saúde - CMS, as pessoas abaixo relacionadas, com os respectivos órgãos ou entidades que representam:

I - representantes do Poder Executivo Municipal:

a) titulares:

1. ALESSANDRO VERNIZE, Secretário Municipal de Saúde;
2. CIRLEI GIOMBELLI, Secretaria Municipal de Educação;
3. CESAR PELLIZZARO, Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente;
4. NOELI WOLOSZYN BRUM DE OLIVEIRA, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação;

b) suplentes:

1. MARIA CRISTINA BERTA, Secretaria Municipal de Saúde;
2. NATALIA SILVEIRA LIMA, Secretaria Municipal de Educação;
3. JOSE MODOLON DANDOLINI, Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente;
4. DARINE GRACIELE POTTRATZ, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação;

II - representantes dos prestadores de serviços - profissionais de saúde:

a) titulares:

1. LUIS OTAVIO MEIRELLES, Associação Catarinense de Medicina;

2. EDIO ROSSET, Beneficência Camiliana do Sul - Hospital São Francisco;

3. DANIELA REGINA SPOSITO DIAS OLIVA, Fundação Universidade do Contestado - FUNC;

4. VILMA BELTRAME, Associação dos Enfermeiros de Concórdia;

b) suplentes:

1. LECI MARINA HARNISCH, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC;

2. VOLMIR PICOLOTTO, Beneficência Camiliana do Sul - Hospital São Francisco;

3. IVETE TERESINHA REDIN DAL BELLO, Fundação Universidade do Contestado - FUNC;

4. GISELE DALLA COSTA, Associação dos Fisioterapeutas;

III - representantes dos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS:

a) titulares:

1. AGOSTINHO LUIZ SCHIOCHETTI, Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Concórdia - ASAPREV;

2. SILVIO DOMINGOS RIGO, Sindicato Regional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Alto Uruguai Catarinense - SINTRAF;

3. ELOE ANTONIO BEE, União Municipal das Associações de Moradores de Concórdia - UMAMC;

4. EUNICE CADORE FRANCAZAK, Rede Feminina de Combate ao Câncer - RFCC;

5. FRANCIELE DE ALMEIDA INNING, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Concórdia - APAE;

6. LUDOVICO COREZOLLA, Pastoral da Saúde;

7. MARLENE JUDITE TESTOLIN MARTINAZZO, Associação dos Portadores de Lesões por Esforços Repetitivos/Distúrbios Osteomusculares Relacionados com o Trabalho - LER/DORT - APLER;

8. VALDIR DE AZEREDO E SILVA, Coletivo Sindical da Central Única dos Trabalhadores do Alto Uruguai Catarinense;

b) suplentes:

1. ARNALDO BASSO, Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Concórdia - COPAFAC;

2. HONELISA PATRÍCIA MALACARNE CADORE, Associação de Portadores de Fissuras Lábio-Palatais - PROFIS;

3. IDIONEI JORA, Associação das Pessoas Portadoras de Deficiência Física - Equipe Águias de Concórdia;

4. LEONEL ARCANGEL CORDERO RODRIGUEZ, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Imobiliário - SINTRACOM;

5. LUIZ BEDIN, Sindicato dos Comerciantes;

6. NORMÉLIO DAMETTO, Associação Água e Saúde;

7. SAIONARA R. SLEIFER CECCHET, Associação de Professores e Funcionários da Fundação Universidade do Contestado - FUNC Campus Concórdia - ASEF;

8. ZILDA MARCIA ONETTA, Sindicato dos Servidores do Município de Concórdia - SSMC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

## **Decreto Nº 858/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 858/2013, DE 19 DE SETEMBRO DE 2013.

Exonera, a pedido, o servidor WILLIAN SARMENTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor WILLIAN SARMENTO, do cargo de provimento em comissão de Encarregado da Seção de Educação Social, a partir de 23 de setembro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

## **Decreto Nº 859/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 859/2013, DE 19 DE SETEMBRO DE 2013.

Averba tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora AUGUSTA ROSANA SPUDEIT; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 3.285 dias, ou seja, 9 (nove) anos de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora AUGUSTA ROSANA SPUDEIT, ocupante do cargo de Especialista em Educação, código 10.15, matrícula 93670-00, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em 3 de setembro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 297/2000, de 31 de maio de 2000.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

## **Decreto Nº 860/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 860/2013, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013.

Designa membros para integrar a Comissão Municipal de Trânsito - C.M.T.; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.



No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Decreto nº 0549/97, de 4 de março de 1997 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam designadas, para integrar a Comissão Municipal de Trânsito - C.M.T. do Município de Concórdia, pelo período de 3 (três) anos, a partir de 24 de setembro de 2013, as pessoas abaixo relacionadas, com os respectivos órgãos ou entidades que representam:

I - representantes do Poder Executivo:

- a) Presidente: MAURI MARAN;
- b) Vice-presidente: ELMO ANTONIO RICHARDI;
- c) 1ª secretária: CRISTINA VALCARENCHI;
- d) 2º secretário: CESAR JOSE MACHADO;

II - representantes da Polícia Militar:

- a) efetivo: Tenente CARMILIANO AMARANTE;
- b) suplente: Capitão PM RICARDO ALVES DA SILVA;

III - representantes da Polícia Civil - CIRETRAN:

- a) efetivo: MARILDO ANTONIO BOTTEGA;
- b) suplente: LUIZ AUGUSTO BÜCHELE;

IV - representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas de Concórdia - CDL:

- a) efetivo: ELOI WOLOSZIN;
- b) suplente: ADAIR LINDNER;

V - representantes da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Concórdia e Microrregião - AECOM:

- a) efetivo: JOÃO LUIZ FLORIANI;
- b) suplente: AMAURI SECCHI;

VI - representantes do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas do Oeste e Meio Oeste Catarinense - SETCOM:

- a) efetivo: PAULO CESAR SIMIONI;
- b) suplente: EDERSON CESAR VENDRAME;

VII - representantes da Associação Empresarial de Concórdia - ACIC:

- a) efetivo: JOSEMAR SARTORETTO;
- b) suplente: EDSON ARGENTON.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados os Decretos nºs. 620/2010, de 29 de junho de 2010; 384/2012, de 2 de abril de 2012; 847/2012, de 29 de novembro de 2012 e 250/2013, de 20 de fevereiro de 2013.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de setembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO  
Diretor Administrativo

#### **Aviso de Licitação Modalidade Pregão Eletrônico Nº. 1/2013- FMH**

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA- SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 1/2013- FMH

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais de construção para atendimento às pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social, com base na Lei Complementar 75, de 09/15/1993 e Lei 104 de 08/06/1995 conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 06/11/2013, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

Abertura: dia 07/11/2013 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 03 de Outubro de 2013.

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Gestora do FMH

#### **Aviso de Licitação Modalidade Pregão Eletrônico Nº. 19/2013- PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 19/2013- PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição, durante o exercício de 2014, de utensílios domésticos para atender as necessidades das Secretarias conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 11/11/2013, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

Abertura: dia 11/11/2013 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 04 de outubro de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

#### **Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 114/2013- PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 114/2013- PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO visando à contratação de empresa, para prestação de serviços de horas máquinas e transporte de cascalho e calcário, para atender às necessidades e aos trabalhos das Secretarias, a serem utilizadas durante o exercício de 2014, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Recebimento das propostas: até as 16h00min. do dia 05/11/2013  
Abertura: dia 06/11/2013 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 04 de outubro de 2013.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**Edital de Pregão Presencial Nº 19/2013 - FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2013 - FMS

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de internet banda larga para atender a necessidade das Unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme descrições constantes dos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até às 16:00 do dia 17/10/2013.

Abertura: dia 18/10/2013, às 14:00.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0\*\*49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 04 de outubro de 2013.

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

**Edital de Convite Nº 1/2013 - Iprecon**

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON  
EDITAL DE CONVITE Nº 1/2013 - IPRECON

Compras e Serviços

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de assessoria e consultoria atuarial, com vistas, especialmente, à avaliação atuarial anual do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos Servidores Públicos do Município de Concórdia, em estrita observância às determinações contidas na legislação que trata da matéria, em especial nas Portarias nºs 402 e 403, de 10 de dezembro de 2008, e 21, de 16 de janeiro de 2013, do Ministério da Previdência Social - MPS.

O recebimento dos Envelopes 01 - DOCUMENTAÇÃO e 02 - PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma, no Setor de Protocolo do IPRECON.

Recebimento dos Envelopes: dia 16/10/2013 até as 17h00min

Abertura: dia 17/10/2013, às 09h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no Mural Público do IPRECON e no site [www.iprecon.sc.gov.br](http://www.iprecon.sc.gov.br). Quaisquer informações poderão ser obtidas no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, situado na Rua Marechal Deodoro, 772, loja 4, Centro, Concórdia, SC, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3442-3149.

Concórdia, SC, 3 de outubro de 2013.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI

Diretora-Presidente do IPRECON

**Edital de Notificação - Convênio Fnde/Pnate - Transporte Escolar - Ensino Médio**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março

de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Ensino Médio, no valor de R\$ 6.636,62 (seis mil seiscentos e trinta e seis reais e sessenta e dois centavos).

Concórdia SC, 03 de outubro de 2013

JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

**Edital de Notificação - Convênio - FMAS PfmC/Paefi**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - FMAS PFMC/PAEFI, no valor de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais).

Concórdia SC, 04 de outubro de 2013.

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

**Edital de Notificação - Convênio - FMAS/Igd-Bf**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - FMAS/IGD-BF, repasse no valor de R\$ 4.857,71 (quatro mil oitocentos e cinquenta e sete reais e setenta e um centavos) referente Índice de Gestão Descentralizada-IGD-BF.

Concórdia SC, 04 de outubro de 2013.

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

**Edital de Notificação - Convênio - FMAS/IGdsuas**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - FMAS/IGDSUAS, repasse no valor de R\$ 1.278,06 (Um mil duzentos e setenta e oito reais e seis centavos), referente Índice de Gestão Descentralizada-IGD-SUAS.

Concórdia SC, 04 de outubro de 2013.

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Gestora do FMAS

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### **Lei 1064/2013 - Concede Incentivo Estrutural À Empresa Que Constituirá Sua Sede No Município**

LEI Nº 1064/2013

"CONCEDE INCENTIVO ESTRUTURAL À EMPRESA QUE CONSTITUIRÁ SUA SEDE NO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA LEI 215/97 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art.1.º Fica o Chefe do Poder executivo municipal autorizado a conceder o incentivo estrutural previsto no inciso I do artigo 7º da Lei Municipal nº. 215/97, à Empresa NUTRIOESTE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.431.939/0001-52.

Parágrafo único - O benefício consiste na disponibilização de máquinas para realização de serviços de terraplenagem do imóvel, parte do lote colonial nº 10 e parte do lote nº 11, localizado na Linha Duque de Caxias, Fazenda Campina do Gregório, Matrícula 40.153, neste município, onde pretendem instalar uma empresa de CD - Centro de Distribuição de produtos Nutrioeste, e está sendo concedido mediante pedido da interessada e documentos comprobatórios nos termos da Lei e conforme determina a Resolução nº 004 /2013 - do Conselho de Desenvolvimento Econômico, anexa a este.

Art. 2º. A empresa beneficiada fica obrigada a cumprir as cominações de disposições superiores aplicáveis à espécie.

Art. 3º. Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 02 de outubro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

RESOLUÇÃO Nº 004/2013

Concede incentivo estrutural à empresa, conforme Lei Municipal 215/97.

O Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no parágrafo único do Art. 4º, e no Art. 24 da Lei 215/97, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o incentivo de ordem estrutural definido pela Ata nº 008/2013 de 29 de agosto de 2013, que concede benefício para a empresa: NUTRIOESTE COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.431.939/0001-52.

Art.2º Mediante ofício de solicitação de incentivo e apresentação da documentação exigida pela Lei nº 215/97, o Conselho de Desenvolvimento Econômico analisou e aprovou o seguinte incentivo estrutural:

Parágrafo I - O benefício consiste na disponibilização de máquinas para auxiliar no serviço de terraplenagem do terreno matrícula 40.153, terreno localizado na Linha Duque de Caxias, Fazenda Campina do Gregório, neste município e está sendo concedido mediante pedido da interessada e documentos comprobatórios nos termos da Lei nº215/97.

Art. 3º Encaminha-se a presente Resolução ao Executivo Municipal para que viabilize concessão do incentivo aprovado, observando os procedimentos legais que o processo requer.

Art. 4º O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico ficará corresponsável pela fiscalização e cumprimento das obrigações impostas à Empresa beneficiada, principalmente, no que se refere à evolução econômica da Empresa e a situação regular dos compromissos impostos pela Lei Municipal nº 215/97.

Art.5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, SC, 29 de agosto de 2013.

CLODOALDO BRIANCINI

Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico

### **Lei 1065/2013 - Autoriza o Poder Executivo Municipal a Efetuar a Abertura de Crédito Adicional Especial No Orçamento do Município**

LEI Nº1065/2013

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento do Município de Cordilheira Alta, crédito adicional Especial no valor de R\$ 922.000,00 (novecentos e vinte e dois mil reais) para a inclusão do seguinte programa:

09 - Secretaria Municipal da Infraestrutura

09.01 - Secretaria Municipal da Infraestrutura

15.451.2511.2.011 - Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria da Infraestrutura

4.4.90.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 922.000,00

Fonte de Recursos - 01.83 - Operações de Crédito

Art. 2º. De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura de crédito Especial de que trata a presente Lei, a ser operada mediante Decretos específicos, as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 1042 de 11 de julho de 2013.

Parágrafo Primeiro - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendendo o critério disposto no caput deste artigo.

Parágrafo Segundo - O saldo da operação de crédito contratada por força de Lei referida no caput deste artigo que não por liberada durante o exercício, deverão ser incorporadas na previsão orçamentária do próximo exercício.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 02 de outubro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

### **Decreto N. 637/2013**

DECRETO Nº 637/2013, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDOR MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº



06/7/2010,  
DECRETA

Art. 1º Conceder 1 (um ) dia de licença para tratamento de saúde, à Servidora Municipal, Sra. LOURDES MARIA LANZARIN FÁVERO, ocupante do cargo de Auxiliar de serviços gerais, 40 horas, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social , de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 30 de setembro de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **Decreto N. 638/2013**

DECRETO Nº 638/2013, DE 02 DE OUTUBRO DE 2013

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal e autorizado conforme Lei Municipal nº 1065/2013 de 02 de outubro de 2013, DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do município de Cordilheira Alta, Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 922.000,00 (novecentos e vinte e dois mil reais) para a inclusão do seguinte programa:

09 - Secretaria Municipal da Infraestrutura

09.01 - Secretaria Municipal da Infraestrutura

15.451.2511.2.011 - Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria da Infraestrutura

4.4.90.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 922.000,00

Fonte de Recursos - 01.83 - Operações de Crédito

Art. 2º. De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serviram como recursos para abertura de crédito Especial de que trata o presente Decreto, as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 1042 de 11 de julho de 2013.

Parágrafo Primeiro - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 02 de outubro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

## Coronel Freitas

### PREFEITURA

#### **Alteração Ata de Registro Preços 04/2013**

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CORONEL FREITAS

Ata de Registro de Preços Nº 04/2013

Objeto: Registro de Preços - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS E JOGOS PEDAGÓGICOS

Validade da Ata: 12 meses

Fica alterado o vencedor do item "11" - Petecas tradicional para MB CATARINENSE LTDA.

Coronel Freitas - SC, 03 de Outubro de 2012

FLÁVIA ROLIM DE MOURA

Pregoeira

## Coronel Martins

### PREFEITURA

#### **Decreto Nº. 189 de 01 de Outubro de 2013**

DECRETO Nº. 189 DE 01 DE OUTUBRO DE 2013

REVOGA DECRETO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, deferidas pelo Artigo 94, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

REVOGAR:

Art. 1º Fica revocado o Decreto nº 068 de 19 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 03 de outubro de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este decreto foi registrada e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária de Administração, Planejamento e Finanças

#### **Portaria Nº. 170, de 30 de Setembro de 2013.**

PORTARIA Nº. 170, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 86 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município.

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;



**CONCEDER:**

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade a Servidora abaixo relacionada, no período e referências que especifica.

01- Pelo período de 30 (trinta) dias, com gozo a partir do dia 01 à 30 de outubro de 2013.

Nome Cargo Referências

Pedro Sizisnande PCE Aux. de Manut. Conservação 03/2006 à 03/2009

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 01 de outubro de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária da Administração, Planejamento e Finanças.

**Portaria Nº. 171 de 01 Outubro de 2013.**

PORTARIA Nº. 171 DE 01 OUTUBRO DE 2013.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 07/10/2013 à 05/11/2013

Nome Cargo Referência

Vanderlei José Brum Vigia 01/01/2012 à 31/12/2012

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 01 de outubro de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças.

**Portaria Nº. 172, de 01 de Outubro de 2013.**

PORTARIA Nº. 172, DE 01 DE OUTUBRO DE 2013.

NOMEIA COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONCURSO PARA ESCOLHA DA RAINHA E PRINCESAS - 2014 PARA REPRESENTAÇÃO DA FESTA E EXPOSIÇÃO - FEIRA AGROINDUSTRIAL E COMERCIAL DE CORONEL MARTINS - EDIÇÃO 2014 - V FEXPOCEL, APROVA REGULAMENTO DO CONCURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em Exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica.

**NOMEIA:**

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Organizadora do Concurso para escolha da Rainha e Princesas para a V FEXPOCEL - 2014 para representação da Festa e Exposição-Feira Agroindustrial e Comercial de Coronel Martins - V FEXPOCEL, a ser realizado no mês de outubro de 2013.

§ 1º A Comissão Organizadora do Concurso será composta pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

1. Evandro Belatto ;

2. Elisangela Chimello;

3. Lais Cristina Scarioto;

4. Carolina de Fatima de Jesus Madella;

5. Andrius Antonio May;

6. Geneci da Costa Pertussatti;

7. Eliamar Comachio Favretto;

8. Marivone Cecatto Maraschin;

9. Katia Ramos de Amaral;

10. Lediane Marin Toigo;

11. Aldinha Carmem Severgnini.

§ 2º A Comissão Organizadora será responsável pela realização do concurso, podendo, para tanto, solicitar da Administração Municipal o suporte necessário.

Art. 2º Fica aprovado o regulamento do Concurso, constante no anexo único da presente portaria.

Art. 3º As despesas decorrentes desta portaria correrão por conta de dotação constante do Orçamento do Município.

Art. 4º Às pessoas a que se referem os artigos anteriores, não será atribuída qualquer remuneração pelos serviços prestados.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produz seus efeitos a partir desta data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 01 de outubro de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

**ANEXO ÚNICO**

REGULAMENTO DO CONCURSO PARA ESCOLHA DA RAINHA E 1ª e 2ª PRINCESAS DA V FEXPOCEL DE CORONEL MARTINS - SC.

**DA ORGANIZAÇÃO**

Art. 1º A Prefeitura Municipal de Coronel Martins - SC através da Comissão Organizadora promoverá o concurso de Escolha da Rainha e 1ª e 2ª Princesas da V FEXPOCEL, sendo que este concurso será realizado no mês de outubro de 2013.

Art. 2º A realização do concurso fica a cargo da Comissão Organizadora designada através de Portaria.

**DAS CANDIDATAS**

Art. 3º Ao título da Rainha e 1ª e 2ª Princesas da V FEXPOCEL de Coronel Martins, poderão participar as candidatas que possuem os

seguintes requisitos:

- a) residir no Município de Coronel Martins;
  - b) ser solteira;
  - c) possuir idade mínima de 16 anos e máxima de 30 anos, na data do desfile.
  - d) quando menor de idade, apresentar autorização dos pais a ser assinada em Termo próprio, fornecido pela Comissão Organizadora.
  - e) assumir, através de Termo de Responsabilidade, que exercerá todas as atividades sociais e de representação inerentes ao Título, gratuitamente;
- Parágrafo Único: cabê a Comissão Organizadora analisar a veracidade dos requisitos citados neste artigo, deferir ou indeferir as inscrições.

#### DAS INSCRIÇÕES

Art. 4º As candidatas poderão realizar a inscrição para o referido concurso no período de 07 a 11 de outubro de 2013, junto ao Setor de Pessoal da Prefeitura, em horário de expediente, de forma gratuita.

#### DO LOCAL E DATA DO EVENTO

Art. 6º O Concurso para escolha da Rainha e 1ª e 2ª Princesas da V FEXPOCEL de Coronel Martins realizar-se-á no dia 26 de outubro de 2013, tendo como local o Pavilhão Comunitário de Coronel Martins.

#### DOS JURADOS E DO JULGAMENTO DO CONCURSO

Art. 7º Os jurados, em número que poderá variar entre 05 e 11 pessoas, serão convidados formalmente pela Comissão Organizadora, desde que estas pessoas não possuam nenhum grau de parentesco ou amizade íntima com quaisquer das candidatas.

Art. 8º Os critérios para julgamento serão os seguintes:

- a) Simpatia (de 5 à 10 pontos);
- b) Postura e expressão corporal (de 5 à 10 pontos);
- c) Beleza física (de 5 à 10 pontos);
- d) Comunicação verbal (de 5 à 10 pontos).

Art. 9º As notas serão atribuídas às candidatas individualmente pelos Jurados e somadas, sendo eleitas sucessivamente (Rainha, 1ª e 2ª Princesas) as candidatas com a maior somatória de pontos.

Parágrafo Único. A soma dos pontos fica sob responsabilidade da Comissão Organizadora do Concurso.

Art. 10 Havendo empate entre as candidatas, será utilizado como critério de desempate a soma da nota atribuída a candidata no item a - Simpatia, permanecendo o empate serão analisados os itens sucessivos - b, c e d.

#### DO CONCURSO E DOS TÍTULOS

Art. 11 As candidatas concorrerão aos seguintes títulos:

- a) Rainha da V Fexpocel;
- b) 1ª Princesa da V Fexpocel;
- c) 2ª Princesa da V Fexpocel.

Art. 12º - As Candidatas aclamadas vencedoras, receberão as faixas alusivas ao concurso, correspondente ao título.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13 As Candidatas eleitas como Rainha, 1ª e 2ª Princesas, deverão estar à disposição da Comissão Organizadora, sempre que for necessário, inclusive para deslocamentos para fora do município com trabalhos de divulgação, bem como, no período em que acontece o evento - V FEXPOCEL, a fim de recepcionar diariamente como anfitriãs as autoridades, os convidados e o público em

geral, sendo fundamental por parte da Rainha e Princesas a boa disposição para desempenhar suas atribuições e da melhor forma possível, absorvendo o máximo de informações e orientações relativas à FEXPOCEL e ao município de Coronel Martins.

Art. 14 As candidatas aclamadas vencedoras deverão assumir a responsabilidade, em termo próprio, de que no Concurso que elegerá as sucessoras, com a finalidade de se despedirem do reinado, passar as respectivas faixas e coroas.

Art. 15 As candidatas ou os pais quando menor de 18 anos, assinarão termo de Compromisso com a Prefeitura Municipal de Coronel Martins, no qual constará as atividades inerentes ao título que lhes serão conferidas através deste concurso.

Art. 16 As candidatas serão chamadas ao desfile pela ordem alfabética de seus nomes e realizarão 03 desfiles: coletivo, individual e coletivo para fins de análise e observação dos jurados.

Art. 17 Os casos omissos no presente regulamento serão resolvidos pela Comissão Organizadora do evento, não cabendo recurso de espécie alguma.

Art. 18 As despesas decorrentes da realização do evento correrão por conta de dotação Orçamentária Própria do município de Coronel Martins, do Orçamento vigente.

Coronel Martins SC, 01 de outubro de 2013.

EVANDRO BELATTO

Presidente da Comissão

ANDRIUS ANTONIO MAY

membro

ELISANGELA CHIMELLO

membro

LAÍS CRISTINA SCARIOTO

membro

CAROLINA DE FÁTIMA DE JESUS MADELLA

membro

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

membro

ELIAMAR COMACHIO FAVRETTO

membro

MARIVONE CECCATTO MARASCHIN

membro

KÁTIA RAMOS DE AMARAL

Membro

LEDIANE MARIN TOIGO

Membro

ALDINHA CARMEM SEVERGNINI

Membro

PORTARIA Nº. 172, DE 01 DE OUTUBRO DE 2013.

NOMEIA COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONCURSO PARA ESCOLHA DA RAINHA E PRINCESAS - 2014 PARA REPRESENTAÇÃO DA FESTA E EXPOSIÇÃO - FEIRA AGROINDUSTRIAL E COMERCIAL DE CORONEL MARTINS - EDIÇÃO 2014 - V FEXPOCEL, APROVA REGULAMENTO DO CONCURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em Exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela



Lei Orgânica.

NOMEIA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Organizadora do Concurso para escolha da Rainha e Princesas para a V FEXPOCEL - 2014 para representação da Festa e Exposição-Feira Agroindustrial e Comercial de Coronel Martins - V FEXPOCEL, a ser realizado no mês de outubro de 2013.

§ 1º A Comissão Organizadora do Concurso será composta pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

1. Evandro Belatto ;

2. Elisangela Chimello;

3. Lais Cristina Scarioto;

4. Carolina de Fatima de Jesus Madella;

5. Andrius Antonio May;

6. Geneci da Costa Pertussatti;

7. Eliamar Comachio Favretto;

8. Marivone Cecatto Maraschin;

9. Katia Ramos de Amaral;

10. Lediane Marin Toigo;

11. Aldinha Carmem Severgnini.

§ 2º A Comissão Organizadora será responsável pela realização do concurso, podendo, para tanto, solicitar da Administração Municipal o suporte necessário.

Art. 2º Fica aprovado o regulamento do Concurso, constante no anexo único da presente portaria.

Art. 3º As despesas decorrentes desta portaria correrão por conta de dotação constante do Orçamento do Município.

Art. 4º Às pessoas a que se referem os artigos anteriores, não será atribuída qualquer remuneração pelos serviços prestados.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produz seus efeitos a partir desta data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 01 de outubro de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária da Administração, Planejamento e Finanças

#### ANEXO ÚNICO

REGULAMENTO DO CONCURSO PARA ESCOLHA DA RAINHA E 1ª e 2ª PRINCESAS DA V FEXPOCEL DE CORONEL MARTINS - SC.

#### DA ORGANIZAÇÃO

Art. 1º A Prefeitura Municipal de Coronel Martins - SC através da Comissão Organizadora promoverá o concurso de Escolha da Rainha e 1ª e 2ª Princesas da V FEXPOCEL, sendo que este concurso será realizado no mês de outubro de 2013.

Art. 2º A realização do concurso fica a cargo da Comissão Organizadora designada através de Portaria.

#### DAS CANDIDATAS

Art. 3º Ao título da Rainha e 1ª e 2ª Princesas da V FEXPOCEL de Coronel Martins, poderão participar as candidatas que possuem os seguintes requisitos:

a) residir no Município de Coronel Martins;

b) ser solteira;

c) possuir idade mínima de 16 anos e máxima de 30 anos, na data do desfile.

d) quando menor de idade, apresentar autorização dos pais a ser assinada em Termo próprio, fornecido pela Comissão Organizadora.

e) assumir, através de Termo de Responsabilidade, que exercerá todas as atividades sociais e de representação inerentes ao Título, gratuitamente;

Parágrafo Único: cabê a Comissão Organizadora analisar a veracidade dos requisitos citados neste artigo, deferir ou indeferir as inscrições.

#### DAS INSCRIÇÕES

Art. 4º As candidatas poderão realizar a inscrição para o referido concurso no período de 07 a 11 de outubro de 2013, junto ao Setor de Pessoal da Prefeitura, em horário de expediente, de forma gratuita.

#### DO LOCAL E DATA DO EVENTO

Art. 6º O Concurso para escolha da Rainha e 1ª e 2ª Princesas da V FEXPOCEL de Coronel Martins realizar-se-á no dia 26 de outubro de 2013, tendo como local o Pavilhão Comunitário de Coronel Martins.

#### DOS JURADOS E DO JULGAMENTO DO CONCURSO

Art. 7º Os jurados, em número que poderá variar entre 05 e 11 pessoas, serão convidados formalmente pela Comissão Organizadora, desde que estas pessoas não possuam nenhum grau de parentesco ou amizade íntima com quaisquer das candidatas.

Art. 8º Os critérios para julgamento serão os seguintes:

a) Simpatia (de 5 à 10 pontos);

b) Postura e expressão corporal (de 5 à 10 pontos);

c) Beleza física (de 5 à 10 pontos);

d) Comunicação verbal (de 5 à 10 pontos).

Art. 9º As notas serão atribuídas às candidatas individualmente pelos Jurados e somadas, sendo eleitas sucessivamente (Rainha, 1ª e 2ª Princesas) as candidatas com a maior somatória de pontos.

Parágrafo Único. A soma dos pontos fica sob responsabilidade da Comissão Organizadora do Concurso.

Art. 10 Havendo empate entre as candidatas, será utilizado como critério de desempate a soma da nota atribuída a candidata no item a - Simpatia, permanecendo o empate serão analisados os itens sucessivos - b, c e d.

#### DO CONCURSO E DOS TÍTULOS

Art. 11 As candidatas concorrerão aos seguintes títulos:

a) Rainha da V Fexpocel;

b) 1ª Princesa da V Fexpocel;

c) 2ª Princesa da V Fexpocel.

Art. 12º - As Candidatas aclamadas vencedoras, receberão as faixas alusivas ao concurso, correspondente ao título.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13 As Candidatas eleitas como Rainha, 1ª e 2ª Princesas, deverão estar à disposição da Comissão Organizadora, sempre que for necessário, inclusive para deslocamentos para fora do município com trabalhos de divulgação, bem como, no período em que acontece o evento - V FEXPOCEL, a fim de recepcionar diariamente como anfitriãs as autoridades, os convidados e o público em geral, sendo fundamental por parte da Rainha e Princesas a boa disposição para desempenhar suas atribuições e da melhor forma

possível, absorvendo o máximo de informações e orientações relativas à FEXPOCEL e ao município de Coronel Martins.

Art. 14 As candidatas aclamadas vencedoras deverão assumir a responsabilidade, em termo próprio, de que no Concurso que elegerá as sucessoras, com a finalidade de se despedirem do reinado, passar as respectivas faixas e coroas.

Art. 15 As candidatas ou os pais quando menor de 18 anos, assinarão termo de Compromisso com a Prefeitura Municipal de Coronel Martins, no qual constará as atividades inerentes ao título que lhes serão conferidas através deste concurso.

Art. 16 As candidatas serão chamadas ao desfile pela ordem alfabética de seus nomes e realizarão 03 desfiles: coletivo, individual e coletivo para fins de análise e observação dos jurados.

Art. 17 Os casos omissos no presente regulamento serão resolvidos pela Comissão Organizadora do evento, não cabendo recurso de espécie alguma.

Art. 18 As despesas decorrentes da realização do evento correrão por conta de dotação Orçamentária Própria do município de Coronel Martins, do Orçamento vigente.

Coronel Martins SC, 01 de outubro de 2013.

EVANDRO BELATTO

Presidente da Comissão

ANDRIUS ANTONIO MAY

membro

ELISANGELA CHIMELLO

membro

LAÍS CRISTINA SCARIOTO

membro

CAROLINA DE FÁTIMA DE JESUS MADELLA

membro

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

membro

ELIAMAR COMACHIO FAVRETTO

membro

MARIVONE CECCATTO MARASCHIN

membro

KÁTIA RAMOS DE AMARAL

Membro

LEDIANE MARIN TOIGO

Membro

ALDINHA CARMEM SEVERGNINI

Membro

## Corupá

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 634/13

DECRETO Nº 634/13

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 14 DE OUTUBRO DE 2013 NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC, A SER OBSERVADO PELOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA.

LUIZ CARLOS TAMANINI. Prefeito Municipal de Corupá no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com base no item VII, do art. 66 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a importância da otimização da prestação dos serviços públicos municipais;

CONSIDERANDO a necessidade contínua de controle nas despesas em todos os órgãos da Administração; e

CONSIDERANDO o dia 14 de outubro como Dia dos Professores e o dia 28 de outubro como Dia do Funcionário Público,

DECRETA:

Art. 1º- Fica decretado ponto facultativo no dia 14 de outubro de 2013 no âmbito do Município de Corupá, a ser observado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta.

Art. 2º- As medidas dispostas no presente Decreto não acarretarão paralisações nas prestações de serviços públicos essenciais, considerados indispensáveis.

Art. 3º- Os serviços serão restabelecidos a sua normalidade na terça-feira dia 15 de outubro de 2013.

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 01 de outubro de 2013.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

#### Decreto Nº. 633/2013

DECRETO Nº. 633/2013

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.086/2012 de 13 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 24.000,00( vinte e quatro mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
09.000		Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação	
09.001		Manutenção da Assistência Social	
008.244.0064.2011		Manutenção do Departamento de Assistência Social	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	19.000,00
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00
		TOTAL	24.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
09.000		Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação	
09.001		Manutenção da Assistência Social	
008.244.0064.2011		Manutenção do Departamento de Assistência Social	
3.3.50.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	15.000,00
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	9.000,00
		TOTAL	24.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 27 de setembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e sete dias do mês de setembro de 2013.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### Resolução Nº 008/2013

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)  
MUNICÍPIO DE CORUPÁ

#### RESOLUÇÃO Nº 008/2013

Dispõe da aprovação do Plano Municipal de Assistência Social de Corupá 2014 a 2017

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano Municipal de Assistência Social de Corupá (2014 a 2017)

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 24/09/2013.

MARISA KÜHLJUDACHEWSKY

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

### Resolução Nº009/2013

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)  
MUNICÍPIO DE CORUPÁ

#### RESOLUÇÃO Nº009/2013

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social de nome do município (FMAS).

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento da Proteção Social Básica, proveniente do Fundo Estadual de Assistência Social, no valor de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais) sendo que deste, 100% destina-se a custeio.

Art. 2º Que os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município no âmbito da Proteção Social Básica segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução nº 109/ 2009, e conforme plano de aplicação apresentado e aprovado por este Conselho.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 24/09/2013.

MARISA KÜHLJUDACHEWSKY

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

## Curitibanos

### PREFEITURA

### Edital de Pregão Presencial Nº 249/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 249/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, aquisição de Roçadeiras FS 220, Potência KW 1,70, para Setor de Limpeza Pública para manutenção das Ruas, Avenidas, Praças. Conforme Anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 21/10/2013, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 21/10/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 03 de Outubro de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI  
Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL  
Pregoeiro



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

**Edital de Pregão Presencial Nº 49/2013**  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2013

O Fundo Municipal de Educação Curitibaanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, Aquisição de Camisetas Coloridas com Serigrafia, para Programas mantidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme anexo I deste edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 22/10/2013, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibaanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 22/10/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Curitibaanos, 03 de Outubro de 2013.

KLEBERSON LUCIANO LIMA  
Presidente do Fundo

DIEGO SEBEM WORDELL  
Pregoeiro

**Republicação Edital de Pregão Presencial Nº 39/2013**

REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2013

O Fundo Municipal de Assistência Social de Curitibaanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de um veículo para uso do CREAS, conforme especificação mínima constante no anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 22/10/2013, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibaanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

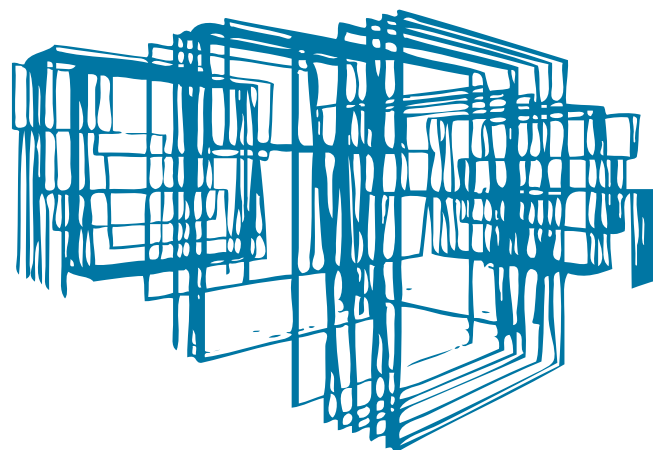
A partir das 16:00 horas do dia 22/10/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibaanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibaanos.sc.gov.br](http://www.curitibaanos.sc.gov.br).

Curitibaanos, 03 de Outubro de 2013.

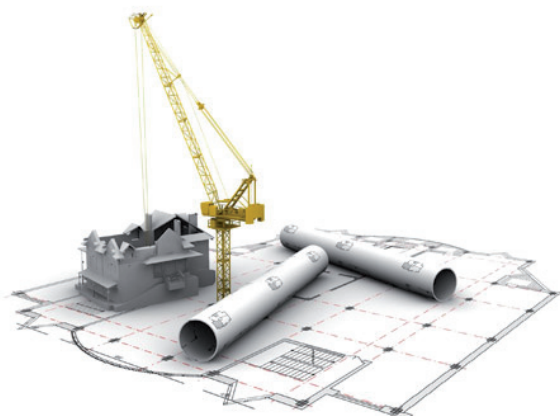
JOÃO CARLOS MARTINS DOS SANTOS  
Presidente do Fundo

DIEGO SEBEM WORDELL  
Pregoeiro



# Programa de Gestão de Obras

Análise de projetos e obras em alto nível:  
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras:  
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

# Ermo

## PREFEITURA

### Ldo 2013 - Anexo II a

#### Natureza Jurídica não encontrada

#### MUNICÍPIO DE Ermo

#### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

#### ANEXO DE METAS FISCAIS

#### Demonstrativo I - Metas Anuais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 1/1

Data: 06/09/2013

LRF, art 4º, § 1º

R\$ 1,00

Especificação	2014			2015			2016		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	9.686.799,25	9.138.489,86	----	10.268.007,20	9.138.489,85	----	10.884.087,64	9.138.459,17	----
Receitas Primárias (I)	9.560.338,07	9.019.186,86	----	10.133.958,35	9.019.186,85	----	10.741.995,86	9.019.156,57	----
Despesa Total	9.686.799,25	9.138.489,86	----	10.268.007,20	9.138.489,85	----	10.884.087,64	9.138.459,17	----
Despesas Primárias (II)	9.566.799,25	9.025.282,31	----	10.140.807,20	9.025.282,31	----	10.749.255,64	9.025.252,00	----
Resultado Primário III = (I-II)	(6.461,18)	(6.095,45)	----	(6.848,85)	(6.095,45)	----	(7.259,78)	(6.095,43)	----
Resultado Nominal	20.000,00	18.867,92	----	20.000,00	17.799,93	----	30.000,00	25.188,49	----
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	----	0,00	0,00	----	0,00	0,00	----
Dívida Consolidada Líquida	(120.000,00)	(113.207,55)	----	(100.000,00)	(88.999,64)	----	(70.000,00)	(58.773,15)	----

O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2014	2015	2016
Inflação média (% anual)	6,000	6,000	6,000



**Ldo 2013 - Anexo III-a**

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**  
**ANEXO III-A Discriminação das Receitas**  
 Seleção: Emitir somente as contas com valor ; Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 1/3  
 Data: 06/09/2013

Conta	Descrição	LDO 2014	Projeção 2015	Projeção 2016
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	11.593.783,59	12.289.410,60	13.026.775,24
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	11.224.948,41	11.898.445,31	12.612.352,03
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	197.639,90	209.498,29	222.068,19
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS	151.070,77	160.135,01	169.743,11
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	109.889,71	116.483,09	123.472,07
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	21.267,50	22.543,55	23.896,16
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	70.369,33	74.591,49	79.066,98
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	70.369,33	74.591,49	79.066,98
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	18.252,88	19.348,05	20.508,93
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	41.181,06	43.651,92	46.271,04
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	41.181,06	43.651,92	46.271,04
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	28.591,13	30.306,60	32.125,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	10.249,48	10.864,45	11.516,32
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	3.869,68	4.101,86	4.347,97
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	6.379,80	6.762,59	7.168,35
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	18.341,65	19.442,15	20.608,68
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	18.341,65	19.442,15	20.608,68
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	17.978,00	19.056,68	20.200,08
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	17.978,00	19.056,68	20.200,08
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	77.170,72	81.800,96	86.709,02
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	56.790,86	60.198,31	63.810,21
4.1.2.1.0.99.00.00.00.00	Outras Contribuições Sociais	56.790,86	60.198,31	63.810,21
4.1.2.2.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	20.379,86	21.602,65	22.898,81
4.1.2.2.0.29.00.00.00.00	Contribuição p/custeio Serv Ilumin Publica	20.379,86	21.602,65	22.898,81
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	38.526,00	40.837,56	43.287,81
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	38.526,00	40.837,56	43.287,81
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	38.526,00	40.837,56	43.287,81
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	561,80	595,51	631,24
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	561,80	595,51	631,24
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.801.087,79	11.449.153,05	12.136.102,23
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.801.087,79	11.449.153,05	12.136.102,23
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	7.058.202,82	7.481.694,98	7.930.596,68
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	6.344.039,91	6.724.682,30	7.128.163,24
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	6.309.350,00	6.687.911,00	7.089.185,66
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	4.689,91	4.971,30	5.269,58
4.1.7.2.1.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	30.000,00	31.800,00	33.708,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	178.700,71	189.422,75	200.788,12
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	13.656,23	14.475,60	15.344,14
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	97.628,48	103.486,19	109.695,36



**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014  
 ANEXO III-A Discriminação das Receitas

Seleção: Emitir somente as contas com valor ; Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 2/3

Data: 06/09/2013

Conta	Descrição	LDO 2014	Projeção 2015	Projeção 2016
4.1.7.2.1.22.90.00.00.00	Outras Transf. Decorrentes de Compens. Finan.	67.416,00	71.460,96	75.748,62
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	252.548,96	267.701,90	283.764,01
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	103.030,92	109.212,77	115.765,54
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	117.431,51	124.477,40	131.946,04
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	30.000,00	31.800,00	33.708,00
4.1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PDDE	5.000,00	5.300,00	5.618,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	12.431,51	13.177,40	13.968,04
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	70.000,00	74.200,00	78.652,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	62.450,81	66.197,86	70.169,73
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	3.255.284,97	3.450.602,07	3.657.638,19
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	3.158.430,97	3.347.936,83	3.548.813,04
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	3.000.000,00	3.180.000,00	3.370.800,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	88.718,33	94.041,43	99.683,92
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	69.712,64	73.895,40	78.329,12
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	16.854,00	17.865,24	18.937,15
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	80.000,00	84.800,00	89.888,00
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras transferencias dos estados Transp escolar	80.000,00	84.800,00	89.888,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	487.600,00	516.856,00	547.867,36
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	487.600,00	516.856,00	547.867,36
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	109.962,20	116.559,94	123.553,54
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	17.683,15	18.744,14	19.868,79
4.1.9.1.4.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Div. Ativ. das Contrib.	1.783,15	1.890,14	2.003,55
4.1.9.1.4.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. de Outras Contrib	1.783,15	1.890,14	2.003,55
4.1.9.1.4.99.01.00.00.00	M/J Mora Divida Ativ de Outras Contrib - Principal	1.783,15	1.890,14	2.003,55
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	15.900,00	16.854,00	17.865,24
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	15.900,00	16.854,00	17.865,24
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.457,33	7.904,77	8.379,06
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	7.457,33	7.904,77	8.379,06
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	7.457,33	7.904,77	8.379,06
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA	28.585,51	30.300,64	32.118,68
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	21.604,58	22.900,85	24.274,90
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	21.604,58	22.900,85	24.274,90
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	6.980,93	7.399,79	7.843,78
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	6.980,93	7.399,79	7.843,78
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ	6.980,93	7.399,79	7.843,78
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	56.236,21	59.610,39	63.187,01
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	56.236,21	59.610,39	63.187,01
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	368.835,18	390.965,29	414.423,21
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	87.935,18	93.211,29	98.803,97

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014  
 ANEXO III-A Discriminação das Receitas

Página: 3/3  
 Data: 06/09/2013

Seleção: Emitir somente as contas com valor ; Alteração em 01/01/2014 (C)

Conta	Descrição	LDO 2014	Projeção 2015	Projeção 2016
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	87.935,18	93.211,29	98.803,97
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	87.935,18	93.211,29	98.803,97
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	280.900,00	297.754,00	315.619,24
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	280.900,00	297.754,00	315.619,24
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	112.360,00	119.101,60	126.247,70
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	112.360,00	119.101,60	126.247,70
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	168.540,00	178.652,40	189.371,54
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	168.540,00	178.652,40	189.371,54
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.906.984,34	-2.021.403,40	-2.142.687,60
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.906.984,34	-2.021.403,40	-2.142.687,60
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-1.906.984,34	-2.021.403,40	-2.142.687,60
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências	-1.906.984,34	-2.021.403,40	-2.142.687,60
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-1.275.298,14	-1.351.816,03	-1.432.924,98
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-1.262.807,98	-1.338.576,46	-1.418.891,04
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-1.261.870,00	-1.337.582,20	-1.417.837,13
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-937,98	-994,26	-1.053,91
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-12.490,16	-13.239,57	-14.033,94
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-631.686,20	-669.587,37	-709.762,62
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-631.686,20	-669.587,37	-709.762,62
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-600.000,00	-636.000,00	-674.160,00
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-17.743,67	-18.808,29	-19.936,79
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	-13.942,53	-14.779,08	-15.665,83
<b>Total geral:</b>		<b>9.686.799,25</b>	<b>10.268.007,20</b>	<b>10.884.087,64</b>

**Ldo 2013 - Anexo III-B****Natureza Jurídica não encontrada****PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO III-B Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 1/5

Data: 06/09/2013

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LDO	Projeção	
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO								
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	0,00	0,00	0,00	10.312.564,46	11.122.875,20	11.790.247,71	12.497.662,59
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	9.975.484,46	10.785.795,20	11.432.942,91	12.118.919,50
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	143.904,34	143.904,34	152.538,61	161.690,93
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	102.890,29	102.890,29	109.063,71	115.607,53
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	0,00	0,00	0,00	67.168,80	67.168,80	71.198,93	75.470,86
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	0,00	0,00	0,00	21.267,50	21.267,50	22.543,55	23.896,16
4.1.1.1.2.02.01.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana 25	0,00	0,00	0,00	5.316,88	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.02.02.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana 15	0,00	0,00	0,00	3.190,13	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana 60	0,00	0,00	0,00	12.760,49	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	0,00	0,00	0,00	27.648,42	27.648,42	29.307,33	31.065,77
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	0,00	0,00	0,00	27.648,42	27.648,42	29.307,33	31.065,77
4.1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 25	0,00	0,00	0,00	6.912,11	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 15	0,00	0,00	0,00	4.147,26	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 60	0,00	0,00	0,00	16.589,05	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	0,00	0,00	0,00	18.252,88	18.252,88	19.348,05	20.508,93
4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Im e Dir 25	0,00	0,00	0,00	4.563,22	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Im e Dir 15	0,00	0,00	0,00	2.737,93	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Im e Dir 60	0,00	0,00	0,00	10.951,73	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	0,00	0,00	0,00	35.721,49	35.721,49	37.864,78	40.136,67
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	0,00	0,00	0,00	35.721,49	35.721,49	37.864,78	40.136,67
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza 25	0,00	0,00	0,00	8.930,37	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.3.05.02.00.00.00	Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza 15	0,00	0,00	0,00	5.358,22	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.3.05.03.00.00.00	Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza 60	0,00	0,00	0,00	21.432,90	0,00	0,00	0,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	0,00	0,00	0,00	23.036,05	23.036,05	24.418,22	25.883,32
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0,00	0,00	0,00	6.379,80	6.379,80	6.762,59	7.168,35
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comerc/Indúst/Prest Serv	0,00	0,00	0,00	6.379,80	6.379,80	6.762,59	7.168,35
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	0,00	0,00	16.656,25	16.656,25	17.655,63	18.714,97
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	0,00	0,00	16.656,25	16.656,25	17.655,63	18.714,97
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	17.978,00	17.978,00	19.056,68	20.200,08
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	0,00	0,00	0,00	17.978,00	17.978,00	19.056,68	20.200,08
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	20.379,86	20.379,86	21.602,65	22.898,81
4.1.2.2.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMIC	0,00	0,00	0,00	20.379,86	20.379,86	21.602,65	22.898,81
4.1.2.2.0.29.00.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic	0,00	0,00	0,00	20.379,86	20.379,86	21.602,65	22.898,81
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	17.705,69	17.705,69	18.768,03	19.894,11
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	0,00	17.705,69	17.705,69	18.768,03	19.894,11
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	0,00	0,00	0,00	17.705,69	17.705,69	18.768,03	19.894,11
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	0,00	0,00	0,00	17.705,69	0,00	0,00	0,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	561,80	561,80	595,51	631,24
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	561,80	561,80	595,51	631,24
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	9.721.374,09	10.531.684,83	11.163.585,91	11.833.401,07
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	9.721.374,09	10.531.684,83	11.163.585,91	11.833.401,07
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	0,00	0,00	0,00	6.022.943,12	6.805.653,86	7.213.993,08	7.646.832,67
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	0,00	0,00	0,00	5.567.161,11	6.344.039,91	6.724.682,30	7.128.163,24
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	0,00	0,00	0,00	5.532.471,20	6.309.350,00	6.687.911,00	7.089.185,66
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Mun 25	0,00	0,00	0,00	1.383.117,80	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Mun 15	0,00	0,00	0,00	829.870,68	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Mun 60	0,00	0,00	0,00	3.319.482,72	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	0,00	0,00	0,00	4.689,91	4.689,91	4.971,30	5.269,58
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rur 25	0,00	0,00	0,00	1.172,48	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rur 15	0,00	0,00	0,00	703,49	0,00	0,00	0,00

**Natureza Jurídica não encontrada****PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO III-B Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 2/5

Data: 06/09/2013

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LDO	Projeção	
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO								
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rur 60	0,00	0,00	0,00	2.813,94	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	0,00	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00	31.800,00	33.708,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	0,00	0,00	0,00	178.700,71	178.700,71	189.422,75	200.788,12
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	0,00	0,00	0,00	13.656,23	13.656,23	14.475,60	15.344,14
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	0,00	0,00	0,00	97.628,48	97.628,48	103.486,19	109.695,36
4.1.7.2.1.22.90.00.00.00	Outras Transf. Decorrentes de Compens. Finan.	0,00	0,00	0,00	67.416,00	67.416,00	71.460,96	75.748,62
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	0,00	0,00	0,00	97.198,98	103.030,92	109.212,77	115.765,54
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	Transf. de Recursos do - FNAS - API Idosos	0,00	0,00	0,00	2.247,20	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.02.00.00.00	Transf. de Recursos do - FNAS - PAC - Crianças	0,00	0,00	0,00	24.951,78	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	Progr Erradicacao do trabalho infantil PETI	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.05.00.00.00	Outros Recursos Relativos a Assistencia Social	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.06.00.00.00	Bolsa Familia	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	0,00	0,00	0,00	117.431,51	117.431,51	124.477,40	131.946,04
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	0,00	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00	31.800,00	33.708,00
4.1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PDDE	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	5.300,00	5.618,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	0,00	0,00	0,00	12.431,51	12.431,51	13.177,40	13.968,04
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	0,00	0,00	0,00	70.000,00	70.000,00	74.200,00	78.652,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	0,00	0,00	0,00	62.450,81	62.450,81	66.197,86	70.169,73
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transfer Financeira do ICMS deson.LC 87/96 25	0,00	0,00	0,00	15.612,70	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transfer Financeira do ICMS deson.LC 87/96 15	0,00	0,00	0,00	9.367,62	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transfer Financeira do ICMS deson.LC 87/96 60	0,00	0,00	0,00	37.470,49	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	0,00	0,00	0,00	3.238.430,97	3.238.430,97	3.432.736,83	3.638.701,04
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	0,00	0,00	0,00	3.158.430,97	3.158.430,97	3.347.936,83	3.548.813,04
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.180.000,00	3.370.800,00
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS 25	0,00	0,00	0,00	750.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS 15	0,00	0,00	0,00	450.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS 60	0,00	0,00	0,00	1.800.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	0,00	0,00	0,00	88.718,33	88.718,33	94.041,43	99.683,92
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA 25	0,00	0,00	0,00	22.179,58	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA 15	0,00	0,00	0,00	13.307,75	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA 60	0,00	0,00	0,00	53.231,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	0,00	0,00	0,00	69.712,64	69.712,64	73.895,40	78.329,12
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação 25	0,00	0,00	0,00	17.428,16	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação 15	0,00	0,00	0,00	10.456,90	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação 60	0,00	0,00	0,00	41.827,58	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	0,00	0,00	0,00	80.000,00	80.000,00	84.800,00	89.888,00
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras transferencias dos estados Transp escolar	0,00	0,00	0,00	80.000,00	80.000,00	84.800,00	89.888,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	460.000,00	487.600,00	516.856,00	547.867,36
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	460.000,00	487.600,00	516.856,00	547.867,36
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transferencia Fundef 60%	0,00	0,00	0,00	360.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transferencia Fundef 40%	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	71.558,68	71.558,68	75.852,20	80.403,34
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	17.683,15	17.683,15	18.744,14	19.868,79
4.1.9.1.4.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Div. Ativ. das Contrib.	0,00	0,00	0,00	1.783,15	1.783,15	1.890,14	2.003,55
4.1.9.1.4.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. de Outras Contrib	0,00	0,00	0,00	1.783,15	1.783,15	1.890,14	2.003,55
4.1.9.1.4.99.01.00.00.00	M/J Mora Dívida Ativ de Outras Contrib - Principal	0,00	0,00	0,00	1.783,15	1.783,15	1.890,14	2.003,55
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	0,00	0,00	0,00	15.900,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	0,00	0,00	0,00	15.900,00	15.900,00	16.854,00	17.865,24
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	5.633,73	5.633,73	5.971,75	6.330,06
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	5.633,73	5.633,73	5.971,75	6.330,06

**Natureza Jurídica não encontrada****PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO III-B Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 3/5

Data: 06/09/2013

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LDO	Projeção	
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO								
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	0,00	0,00	0,00	5.633,73	5.633,73	5.971,75	6.330,06
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	0,00	0,00	0,00	28.585,51	28.585,51	30.300,64	32.118,68
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	0,00	0,00	0,00	21.604,58	21.604,58	22.900,85	24.274,90
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	0,00	0,00	0,00	21.604,58	21.604,58	22.900,85	24.274,90
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU 25	0,00	0,00	0,00	5.401,15	0,00	0,00	0,00
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU 15	0,00	0,00	0,00	3.240,69	0,00	0,00	0,00
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU 60	0,00	0,00	0,00	12.962,74	0,00	0,00	0,00
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	0,00	0,00	0,00	6.980,93	6.980,93	7.399,79	7.843,78
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	0,00	0,00	0,00	6.980,93	6.980,93	7.399,79	7.843,78
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ	0,00	0,00	0,00	6.980,93	6.980,93	7.399,79	7.843,78
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	0,00	19.656,29	19.656,29	20.835,67	22.085,81
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	19.656,29	19.656,29	20.835,67	22.085,81
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	337.080,00	337.080,00	357.304,80	378.743,09
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	56.180,00	56.180,00	59.550,80	63.123,85
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	56.180,00	56.180,00	59.550,80	63.123,85
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	56.180,00	56.180,00	59.550,80	63.123,85
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	280.900,00	280.900,00	297.754,00	315.619,24
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	280.900,00	280.900,00	297.754,00	315.619,24
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	112.360,00	112.360,00	119.101,60	126.247,70
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	0,00	0,00	0,00	112.360,00	112.360,00	119.101,60	126.247,70
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	0,00	0,00	0,00	168.540,00	168.540,00	178.652,40	189.371,54
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio dos Estados	0,00	0,00	0,00	168.540,00	168.540,00	178.652,40	189.371,54
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	-1.521.061,81	-1.906.984,34	-2.021.403,40	-2.142.687,60
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	-1.521.061,81	-1.906.984,34	-2.021.403,40	-2.142.687,60
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	0,00	0,00	0,00	-1.521.061,81	-1.906.984,34	-2.021.403,40	-2.142.687,60
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências	0,00	0,00	0,00	-1.521.061,81	-1.906.984,34	-2.021.403,40	-2.142.687,60
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	0,00	0,00	0,00	-908.092,40	-1.275.298,14	-1.351.816,03	-1.432.924,98
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	0,00	0,00	0,00	-895.602,46	-1.262.807,98	-1.338.576,46	-1.418.891,04
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - FPM	0,00	0,00	0,00	-894.664,25	-1.261.870,00	-1.337.582,20	-1.417.837,13
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	0,00	0,00	0,00	-938,21	-937,98	-994,26	-1.053,91
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	0,00	0,00	0,00	-12.489,94	-12.490,16	-13.239,57	-14.033,94
9.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	0,00	0,00	0,00	-12.489,94	0,00	0,00	0,00
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	0,00	0,00	0,00	-612.969,41	-631.686,20	-669.587,37	-709.762,62
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	0,00	0,00	0,00	-612.969,41	-631.686,20	-669.587,37	-709.762,62
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	-581.282,77	-600.000,00	-636.000,00	-674.160,00
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	0,00	0,00	0,00	-17.743,89	-17.743,67	-18.808,29	-19.936,79
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	0,00	0,00	0,00	-13.942,75	-13.942,53	-14.779,08	-15.665,83
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	8.791.502,65	9.215.890,86	9.768.844,31	10.354.974,99
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO								
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	0,00	0,00	0,00	618.517,51	370.908,39	393.162,89	416.752,65
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	586.762,33	339.153,21	359.502,40	381.072,53
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	53.795,72	48.735,56	51.659,68	54.759,26
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	48.240,64	43.180,48	45.771,30	48.517,58
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	0,00	0,00	0,00	42.781,07	37.720,91	39.984,16	42.383,21
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	0,00	0,00	0,00	42.781,07	37.720,91	39.984,16	42.383,21
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	0,00	0,00	0,00	42.781,07	37.720,91	39.984,16	42.383,21
4.1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 25	0,00	0,00	0,00	10.695,27	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 15	0,00	0,00	0,00	6.417,16	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 60	0,00	0,00	0,00	25.668,64	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	0,00	0,00	0,00	5.459,57	5.459,57	5.787,14	6.134,37

**Natureza Jurídica não encontrada****PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO III-B Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 4/5

Data: 06/09/2013

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LDO	Projeção	
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO								
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	0,00	0,00	0,00	5.459,57	5.459,57	5.787,14	6.134,37
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza 25	0,00	0,00	0,00	1.364,89	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.3.05.02.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza 15	0,00	0,00	0,00	818,94	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.3.05.03.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza 60	0,00	0,00	0,00	3.275,74	0,00	0,00	0,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	0,00	0,00	0,00	5.555,08	5.555,08	5.888,38	6.241,68
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0,00	0,00	0,00	3.869,68	3.869,68	4.101,86	4.347,97
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	3.869,68	3.869,68	4.101,86	4.347,97
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	0,00	0,00	1.685,40	1.685,40	1.786,52	1.893,71
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	0,00	0,00	0,00	1.685,40	1.685,40	1.786,52	1.893,71
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	511.951,92	269.402,96	285.567,14	302.701,16
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	511.951,92	269.402,96	285.567,14	302.701,16
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	0,00	0,00	0,00	495.097,92	252.548,96	267.701,90	283.764,01
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	495.097,92	252.548,96	267.701,90	283.764,01
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	Pab Fixo	0,00	0,00	0,00	64.350,60	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	Psf	0,00	0,00	0,00	85.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Vigilancia Sanitaria	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	Farmacia Basica	0,00	0,00	0,00	252.548,96	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	Epidemiologia	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Pacs	0,00	0,00	0,00	67.198,36	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	Saude Bucal	0,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	0,00	0,00	0,00	16.854,00	16.854,00	17.865,24	18.937,15
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	0,00	0,00	0,00	16.854,00	16.854,00	17.865,24	18.937,15
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	21.014,69	21.014,69	22.275,58	23.612,11
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	1.823,60	1.823,60	1.933,02	2.049,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	1.823,60	1.823,60	1.933,02	2.049,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	0,00	0,00	0,00	1.823,60	1.823,60	1.933,02	2.049,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	0,00	19.191,09	19.191,09	20.342,56	21.563,11
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	19.191,09	19.191,09	20.342,56	21.563,11
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	31.755,18	31.755,18	33.660,49	35.680,12
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	31.755,18	31.755,18	33.660,49	35.680,12
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	31.755,18	31.755,18	33.660,49	35.680,12
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	31.755,18	31.755,18	33.660,49	35.680,12
4.2.4.7.1.01.00.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	618.517,51	370.908,39	393.162,89	416.752,65
Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO								
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	0,00	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00	106.000,00	112.360,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00	106.000,00	112.360,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	5.300,00	5.618,00
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	5.300,00	5.618,00
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	5.300,00	5.618,00
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	5.300,00	5.618,00
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	5.300,00	5.618,00
4.1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 25	0,00	0,00	0,00	1.250,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 15	0,00	0,00	0,00	750,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 60	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	56.790,86	56.790,86	60.198,31	63.810,21
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	56.790,86	56.790,86	60.198,31	63.810,21
4.1.2.1.0.99.00.00.00.00	Outras Contribuicoes Sociais	0,00	0,00	0,00	56.790,86	56.790,86	60.198,31	63.810,21
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	20.820,31	20.820,31	22.069,53	23.393,70
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	0,00	20.820,31	20.820,31	22.069,53	23.393,70



**Natureza Jurídica não encontrada****PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO III-B Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 5/5

Data: 06/09/2013

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LDO	Projeção	
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO								
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	0,00	0,00	0,00	20.820,31	20.820,31	22.069,53	23.393,70
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	0,00	0,00	0,00	20.820,31	0,00	0,00	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	17.388,83	17.388,83	18.432,16	19.538,09
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	0,00	17.388,83	17.388,83	18.432,16	19.538,09
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	17.388,83	17.388,83	18.432,16	19.538,09
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00	106.000,00	112.360,00
Total geral:		0,00	0,00	0,00	9.510.020,16	9.686.799,25	10.268.007,20	10.884.087,64

**Ldo 2013 - Anexo IV****Natureza Jurídica não encontrada****MUNICÍPIO DE Ermo**

Página: 1/1

Data: 06/09/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

<b>Especificação</b>	<b>2011 (b)</b>	<b>2012 (c)</b>	<b>2013 (d)</b>	<b>2014 (e)</b>	<b>2015 (f)</b>	<b>2016 (g)</b>
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	180.000,00	170.000,00	140.000,00	120.000,00	100.000,00	70.000,00
Ativo disponível	180.000,00	170.000,00	140.000,00	120.000,00	100.000,00	70.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	(180.000,00)	(170.000,00)	(140.000,00)	(120.000,00)	(100.000,00)	(70.000,00)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	(180.000,00)	(170.000,00)	(140.000,00)	(120.000,00)	(100.000,00)	(70.000,00)

<b>Resultado Nominal</b>	<b>(b - a*)</b>	<b>(c - b)</b>	<b>(d - c)</b>	<b>(e - d)</b>	<b>(f - e)</b>	<b>(g - f)</b>
	15.000,00	10.000,00	30.000,00	20.000,00	20.000,00	30.000,00

\* : Refere-se ao resultados\_nominais\_valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao previsto no exercício 2011 no resultados\_nominais\_valor de R\$ (195.000,00).

**Ldo 2013 - Anexo V****Natureza Jurídica não encontrada****MUNICÍPIO DE Ermo**

Página: 1/1

Data: 06/09/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida

Especificação	2011	2012	2013	2014	2015	2016
DEDUÇÕES(II)	180.000,00	170.000,00	140.000,00	120.000,00	100.000,00	70.000,00
Ativo disponível	180.000,00	170.000,00	140.000,00	120.000,00	100.000,00	70.000,00
DCL (III) = (I - II)	(180.000,00)	(170.000,00)	(140.000,00)	(120.000,00)	(100.000,00)	(70.000,00)

**Ldo 2013 - Anexo VI****Natureza Jurídica não encontrada****MUNICÍPIO DE Ermo**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 1/1

Data: 06/09/2013

LRF Art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000

Especificação	2014	2015	2016
RECEITAS CORRENTES (I)	11.224.948,41	11.898.445,31	12.612.352,03
Receita Tributária	197.639,90	209.498,29	222.068,19
Receita de Contribuição	77.170,72	81.800,96	86.709,02
Receita Patrimonial	38.526,00	40.837,56	43.287,81
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita Serviços	561,80	595,51	631,24
Transferências Correntes	10.801.087,79	11.449.153,05	12.136.102,23
Outras Receitas Correntes	109.962,20	116.559,94	123.553,54
DEDUÇÕES (II)	1.908.767,49	2.023.293,54	2.144.691,15
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	1.906.984,34	2.021.403,40	2.142.687,60
M/J Mora Dívida Ativ de Outras Contrib - Principal	1.783,15	1.890,14	2.003,55
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	9.316.180,92	9.875.151,77	10.467.660,88

**Ldo 2013 - Anexo VII-a****NATUREZA JURÍDICA NÃO ENCONTRADA****MUNICÍPIO DE ERMO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO VII-A - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita - Portaria 575/07

Página: 1/1  
Data: 06/09/2013

R\$ 1,00

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

Tributo	Modalidade	Setores/ Programas/ Beneficiário	Renúncia de Receita Prevista			Compensação
			2014	2015	2016	
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	Subsídio	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	2.191,02	2.322,48	2.461,83	Redução das despesas com FP
Total			2.191,02	2.322,48	2.461,83	

**Ldo 2013 - Anexo VIII****Natureza Jurídica não encontrada****MUNICÍPIO DE Ermo**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

Página: 1/1

Data: 06/09/2013

LRF, art 4º, § 2º, inciso V

R\$ 1,00

<b>EVENTO</b>	<b>Valor Previsto 2014</b>
Aumento Permanente da Receita	894.634,21
(-) Transferências Constitucionais	----
(-) Transferências ao FUNDEB	----
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	894.634,21
Redução Permanente de Despesa (II)	----
Margem Bruta (III) = (I+II)	894.634,21
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	16.209,40
Novas DOCC	16.209,40
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	878.424,81



**Ldo 2013 - Demonstrativo I - Metas Anuais****Natureza Jurídica não encontrada****MUNICÍPIO DE Ermo**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo I - Metas Anuais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 1/1

Data: 06/09/2013

LRF, art 4º, § 1º

R\$ 1,00

Especificação	2014			2015			2016		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	9.686.799,25	9.138.489,86	----	10.268.007,20	9.138.489,85	----	10.884.087,64	9.138.459,17	----
Receitas Primárias (I)	9.560.338,07	9.019.186,86	----	10.133.958,35	9.019.186,85	----	10.741.995,86	9.019.156,57	----
Despesa Total	9.686.799,25	9.138.489,86	----	10.268.007,20	9.138.489,85	----	10.884.087,64	9.138.459,17	----
Despesas Primárias (II)	9.566.799,25	9.025.282,31	----	10.140.807,20	9.025.282,31	----	10.749.255,64	9.025.252,00	----
Resultado Primário III = (I-II)	(6.461,18)	(6.095,45)	----	(6.848,85)	(6.095,45)	----	(7.259,78)	(6.095,43)	----
Resultado Nominal	20.000,00	18.867,92	----	20.000,00	17.799,93	----	30.000,00	25.188,49	----
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	----	0,00	0,00	----	0,00	0,00	----
Dívida Consolidada Líquida	(120.000,00)	(113.207,55)	----	(100.000,00)	(88.999,64)	----	(70.000,00)	(58.773,15)	----

O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2014	2015	2016
Inflação média (% anual)	6,000	6,000	6,000

**Lei Nº 330, de 04 de Outubro de 2013.**

LEI Nº 330, de 04 de outubro de 2013.

Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2014 e dá Outras Providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º O orçamento do Município de Ermo, para o exercício financeiro de 2014, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as metas fiscais

II - as prioridades e metas da administração municipal, extraídas do PPA 2014/2017;

III - a estrutura dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII - as disposições gerais.

**I - DAS METAS FISCAIS**

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2014, 2015 e 2016, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), são as identificadas no Anexo I desta Lei.

**II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2014 são aquelas definidas no anexo II-A desta LEI.

Parágrafo único. Os recursos estimados na lei orçamentária para 2014 definidos no anexo III-A serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas no anexo II-A desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2014, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo I, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

**III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

Art. 5º O orçamento para o exercício financeiro de 2014 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Parágrafo único. Quando da elaboração do Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores, serão destinados pelo Município, recursos no montante de 7% (sete por cento), relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do Art. 153 e nos Arts. 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior.

Art. 6º A Lei de Orçamento evidenciará as Receitas e Despesas de cada Unidade Gestora, identificadas por código da destinação de recursos, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza e modalidade de aplicação.

Art. 7º A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá quadro demonstrativo da evolução da Receita (anexo III-B) dos exercícios de 2010, 2011 e 2012, previsão para, 2013 e

2014 e projeção para 2015 e 2016, com justificativa da estimativa para 2014, acompanhado de metodologia e memória de cálculo.

**IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO**

Art. 8º O orçamento e a sua execução obedecerão, entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e seus fundos.

Art. 9º Os estudos para definição do Orçamento da Receita, excluídas as previsões de convênios e operações de crédito, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios.

Parágrafo único. Se a receita estimada, comprovadamente não atender ao disposto neste artigo, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário observado a destinação de recursos, ressalvadas as decorrentes de obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento da dívida.

Art. 11 O orçamento de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados entre 0,1% (um milésimo) e 3% (três por cento) da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, mediante autorização do Legislativo, conforme Anexo VII (LRF).

§ 1º Constitui outros riscos e eventos fiscais imprevistos, capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do município, aqueles que não estão apurados até a elaboração da lei orçamentária, aqueles oriundos de desapropriações de relevante interesse público, aqueles oriundos de situações de emergência e calamidade pública, e aqueles oriundos de despesas não orçadas ou orçadas a menor (abertura de créditos adicionais - art. 8º da Portaria Interministerial nº 163, de 04/05/2001).

§ 2º O valor orçado na Reserva de Contingência, se até o dia 10 de dezembro, não ocorrer passivos contingentes, poderá ser remanejado por ato do Poder Executivo para reforço de dotações insuficientes, desde que não comprometa o equilíbrio orçamentário do exercício em curso, exceto os valores destinados a atender despesas não orçadas ou orçadas a menor, que poderão ser remanejados a qualquer momento, nos termos deste parágrafo.

Art. 12 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no PPA.

Art. 13 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária Anual com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação

de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 14 As renúncias de receita estimadas para o exercício financeiro de 2014 (anexo VII-A) serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 15 A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, esportivo, cultural, saúde, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal.

Art. 16 Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante num exercício, em cada evento, não exceda o valor para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 17 Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 18 O Município poderá contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, mediante celebração de convênio, acordo, ajuste ou congênere e previsto os recursos na lei orçamentária anual.

Art. 19 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2014 a preços correntes.

Art. 20 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Art. 21 Durante a execução orçamentária, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício e constantes desta lei, conforme art. 167, I da CF.

Art. 22 Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

#### V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 23 Obedecidos aos limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício, para atendimento à Despesas de Capital, respeitado o limite de endividamento, na conformidade com a Lei Complementar nº 101/2000.

#### VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 24 O Município, mediante lei autorizativa, observada a iniciativa privativa de cada Poder, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal a qualquer título, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 25 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 26 Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 27 A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas ao final de cada semestre na forma estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 28 O Poder Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 29 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em Dívida Ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 30 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

#### VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31 Se o Projeto de Lei Orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2014, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no caput deste artigo serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício anterior, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para

atender os riscos fiscais previstos.

Art. 32 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 33 A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 34 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 35 O Poder executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 36 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, 04 de outubro de 2013.  
ALDOIR CADORIN  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA R. MARCON BORGES  
Secretária de Administração e Finanças Interina

## Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.

### Benefícios:

- Suporte e atualização do REGIN Municipal;
- Consulta às bases de notas fiscais eletrônicas conjugadas (NFe-C) emitidas junto à SEFAZ/SC;
- Gestão das declarações dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- Integração de prefeituras e cartórios na geração de guia do pagamento do ITBI;
- Agilidade no processo de arrecadação do ITBI;
- Ampliação da arrecadação pela eficiência na fiscalização dos tributos municipais.

As ferramentas de gestão tributária ofertadas pelo CIGA foram desenvolvidas a partir das necessidades dos municípios, apresentadas pelos secretários membros do Colegiado de Secretários de Fazenda Municipais de Santa Catarina (CONFAZ-M/SC).

Os contratantes do PGT, além de acessarem os aplicativos, poderão participar de grupos de estudos relativos ao planejamento tributário municipal, à padronização de legislações tributárias e à personalização e proposição de novos aplicativos.



### Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESÃO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



# Forquilha

## PREFEITURA

### Extrato de Contrato Nº. 218/PMF/2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 218/PMF/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - GAVA SOM E ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL LTDA ME

OBJETO - Constitui objeto do presente termo a contratação de empresa prestadora de serviços para locação de estrutura de sonorização e iluminação para cobertura da VI Heimatfest, que acontecerá entre os dias 04 a 13 de outubro do exercício corrente, por meio da Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo do Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 68.150,00 (sessenta e oito mil cento e cinquenta reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2013.

DOTAÇÃO - 0802.2042.3390 (116).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial Nº 140/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 30 de setembro de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato Nº. 219/PMF/2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 219/PMF/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ARAÚJO CONSTRUÇÕES LTDA

OBJETO - Constitui objeto do presente contrato, a prestação de serviços na construção da ponte sobre o rio Mãe Luzia, localizada na Travessa Germano Kammer, São Gabriel, por meio do Convênio nº. 748863/2010 firmado entre o Ministério da Integração Nacional e o Município de Forquilha/SC, compreendendo o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, máquinas, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias, obedecendo integralmente às especificações, determinações previstas no projeto básico e projeto executivo e de acordo com a proposta da contratada, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento contratual.

VALOR - R\$ 872.489,29 (oitocentos e setenta e dois mil quatrocentos e oitenta e nove reais e vinte e nove centavos)

VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 330 (trezentos e trinta) dias corridos (prazo de execução 90 dias); 26/08/2014.

DOTAÇÃO - 0702.1034.4490 (105) (107) - Convênio Governo Federal.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Tomada de Preço Nº 118/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 30 de setembro de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato Nº. 221/PMF/2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 221/PMF/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - JOÃO LUCAS DAL FARRA MACHADO

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto contratação da banda TURN OFF para se apresentar no palco externo da 6ª edição da

Heimatfest, com acesso gratuito, no dia 05/10 na Heimatfest que acontecerá de 04 a 13 de outubro de 2013, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 632,18 (seiscentos e trinta e dois reais e dezoito centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2013.

DOTAÇÃO - 0802.2046.3390 (120).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação Nº 139/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 02 de outubro de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato Nº. 222/PMF/2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 222/PMF/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - HARLAN FAVARO MELLO

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto contratação da banda VINHAS para se apresentar no palco externo da 6ª edição da Heimatfest, com acesso gratuito, no dia 10/10 na Heimatfest que acontecerá de 04 a 13 de outubro de 2013, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 1.450,00 (mil quatrocentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2013.

DOTAÇÃO - 0802.2046.3390 (120).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação Nº 139/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 02 de outubro de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato Nº. 223/PMF/2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 223/PMF/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - JEFERSON DOMINGOS

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto contratação da banda JHONNY CREEF para se apresentar no palco externo da 6ª edição da Heimatfest, com acesso gratuito, no dia 05/10 na Heimatfest que acontecerá de 04 a 13 de outubro de 2013, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais),

VIGÊNCIA - 31/12/2013.

DOTAÇÃO - 0802.2046.3390 (120).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação Nº 139/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 02 de outubro de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato Nº. 224/PMF/2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 224/PMF/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - GILBERTO TORETTO DE FAVERI

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto contratação da banda ANIBIA E BETO para se apresentar no palco externo da 6ª edição da Heimatfest, com acesso gratuito, no dia 09/10 na Heimatfest que acontecerá de 04 a 13 de outubro de 2013, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 470,00 (quatrocentos e setenta reais),

VIGÊNCIA - 31/12/2013.  
DOTAÇÃO - 0802.2046.3390 (120).  
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação Nº 139/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 02 de outubro de 2013  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº. 225/PMF/2013**  
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 225/PMF/2013  
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRADADO - ADRIANO FERRARI

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto contratação da banda DJ ADRIANO FERRARI para se apresentar no palco externo da 6ª edição da Heimatfest, com acesso gratuito, no dia 11/10 na Heimatfest que acontecerá de 04 a 13 de outubro de 2013, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.  
VALOR - R\$ 820,00 (oitocentos e vinte reais).  
VIGÊNCIA - 31/12/2013.  
DOTAÇÃO - 0802.2046.3390 (120).  
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação Nº 139/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 02 de outubro de 2013  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº. 226/PMF/2013**  
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 226/PMF/2013  
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRADADO - FERNANDO ESTEVAM

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto contratação da banda SAPATO VELHO para se apresentar no palco externo da 6ª edição da Heimatfest, com acesso gratuito, no dia 12/10 na Heimatfest que acontecerá de 04 a 13 de outubro de 2013, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.  
VALOR - R\$ 1.750,00 (mil setecentos e cinquenta reais).  
VIGÊNCIA - 31/12/2013.  
DOTAÇÃO - 0802.2046.3390 (120).  
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação Nº 139/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 02 de outubro de 2013  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº. 227/PMF/2013**  
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 227/PMF/2013  
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRADADO - ANDERSON CARDOSO FRIEBEL

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto contratação da banda TORRE DE HANÓI para se apresentar no palco externo da 6ª edição da Heimatfest, com acesso gratuito, nos dias 07, 09 e 13/10 na Heimatfest que acontecerá de 04 a 13 de outubro de 2013, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.  
VALOR - R\$ 9.200,00 (nove mil e duzentos reais),  
VIGÊNCIA - 31/12/2013.  
DOTAÇÃO - 0802.2046.3390 (120).  
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de

Licitação Nº 139/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 02 de outubro de 2013  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº. 228/PMF/2013**  
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 228/PMF/2013  
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRADADO - MARCIO AMERICO

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto contratação da banda PÉ NA COVA E QUASE MORTO para se apresentar no palco externo da 6ª edição da Heimatfest, com acesso gratuito, no dia 06/10 na Heimatfest que acontecerá de 04 a 13 de outubro de 2013, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.  
VALOR - R\$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais).  
VIGÊNCIA - 31/12/2013.  
DOTAÇÃO - 0802.2046.3390 (120).  
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação Nº 139/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 02 de outubro de 2013  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº. 229/PMF/2013**  
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 229/PMF/2013  
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRADADO - FRANCIELI FIGUEREDO PASSARELA

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto contratação da banda ZUCKY VASCONCELLOS para se apresentar no palco externo da 6ª edição da Heimatfest, com acesso gratuito, no dia 06/10 na Heimatfest que acontecerá de 04 a 13 de outubro de 2013, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.  
VALOR - R\$ 2.950,00 (dois mil novecentos e cinquenta reais).  
VIGÊNCIA - 31/12/2013.  
DOTAÇÃO - 0802.2046.3390 (120).  
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação Nº 139/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 02 de outubro de 2013  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº. 230/PMF/2013**  
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 230/PMF/2013  
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRADADO - JOSÉ CARLOS SANTIAGO DA SILVA

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto contratação da banda DONI E ROBSON para se apresentar no palco externo da 6ª edição da Heimatfest, com acesso gratuito, no dia 08/10 na Heimatfest que acontecerá de 04 a 13 de outubro de 2013, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.  
VALOR - R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais).  
VIGÊNCIA - 31/12/2013.  
DOTAÇÃO - 0802.2046.3390 (120).  
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação Nº 139/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 02 de outubro de 2013



VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº. 231/PMF/2013**

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 231/PMF/2013  
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRADADO - RUDIS FELIX FELISBERTO

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto contratação da banda TRÊS E UM para se apresentar no palco externo da 6ª edição da Heimatfest, com acesso gratuito, no dia 13/10 na Heimatfest que acontecerá de 04 a 13 de outubro de 2013, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.  
VALOR - R\$ 2.960,00 (dois mil novecentos e sessenta reais)  
VIGÊNCIA - 31/12/2013.  
DOTAÇÃO - 0802.2046.3390 (120).  
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação Nº 139/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 02 de outubro de 2013  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº. 232/PMF/2013**

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 232/PMF/2013  
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRADADO - EDI GONCALVES

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto contratação da banda MARCA DOS PAMPAS para se apresentar no palco externo da 6ª edição da Heimatfest, com acesso gratuito, no dia 04/10 na Heimatfest que acontecerá de 04 a 13 de outubro de 2013, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.  
VALOR - R\$ 2.960,00 (dois mil novecentos e sessenta reais).  
VIGÊNCIA - 31/12/2013.  
DOTAÇÃO - 0802.2046.3390 (120).  
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação Nº 139/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 02 de outubro de 2013  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº. 233/PMF/2013**

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 233/PMF/2013  
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRADADO - GRUPO MUSICAL MATUSA LTDA

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto contratação da banda MATUSA para se apresentar no palco externo da 6ª edição da Heimatfest, com acesso gratuito, no dia 04/10 na Heimatfest que acontecerá de 04 a 13 de outubro de 2013, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.  
VALOR - R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).  
VIGÊNCIA - 31/12/2013.  
DOTAÇÃO - 0802.2046.3390 (120).  
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação Nº 139/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 02 de outubro de 2013  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº. 234/PMF/2013**

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 234/PMF/2013  
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRADADO - MARILIA DAMASIO DUTRA

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto contratação da banda MARILIA DUTRA para se apresentar no palco externo da 6ª edição da Heimatfest, com acesso gratuito, no dia 13/10 na Heimatfest que acontecerá de 04 a 13 de outubro de 2013, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.  
VALOR - R\$ 3.366,00 (três mil trezentos e sessenta e seis reais).  
VIGÊNCIA - 31/12/2013.  
DOTAÇÃO - 0802.2046.3390 (120).  
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação Nº 139/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 02 de outubro de 2013  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº. 235/PMF/2013**

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 235/PMF/2013  
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRADADO - AMARILDO BONFANTE CONTE - ME

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto contratação da banda CLIP SOM para se apresentar no palco externo da 6ª edição da Heimatfest, com acesso gratuito, no dia 10/10 na Heimatfest que acontecerá de 04 a 13 de outubro de 2013, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.  
VALOR - R\$ 1.725,00 (mil setecentos e vinte e cinco reais).  
VIGÊNCIA - 31/12/2013.  
DOTAÇÃO - 0802.2046.3390 (120).  
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação Nº 139/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 02 de outubro de 2013  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº. 236/PMF/2013**

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 236/PMF/2013  
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRADADO - CLAUDIO ELIAS JUNIOR ME

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto contratação da banda MIRELI ELIAS para se apresentar no palco externo da 6ª edição da Heimatfest, com acesso gratuito, no dia 06/10 na Heimatfest que acontecerá de 04 a 13 de outubro de 2013, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.  
VALOR - R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).  
VIGÊNCIA - 31/12/2013.  
DOTAÇÃO - 0802.2046.3390 (120).  
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação Nº 139/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 02 de outubro de 2013  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº. 237/PMF/2013**

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 237/PMF/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ASSOCIAÇÃO O PEQUENO MÚSICO

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto contratação da banda QUARTETO HEIMATMUSICANT para se apresentar no palco externo da 6ª edição da Heimatfest, com acesso gratuito, nos dias 05, 06, 07, 08, 10 e 13/10 e a BANDA DO BARRIL para se apresentar no dia 04/10 na Heimatfest que acontecerá de 04 a 13 de outubro de 2013, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2013.

DOTAÇÃO - 0802.2046.3390 (120).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação Nº 139/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 02 de outubro de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº. 238/PMF/2013**

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 238/PMF/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ENRIQUE E VANESSA PRODUÇÕES S/C LTDA

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto contratação da banda OXIGÊNIO para se apresentar no palco externo da 6ª edição da Heimatfest, com acesso gratuito, no dia 05/10 na Heimatfest que acontecerá de 04 a 13 de outubro de 2013, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2013.

DOTAÇÃO - 0802.2046.3390 (120).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação Nº 139/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 02 de outubro de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº. 239/PMF/2013**

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 239/PMF/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - EMERSON RABELO ME

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto contratação da banda INDUSTRIA NACIONAL para se apresentar no palco externo da 6ª edição da Heimatfest, com acesso gratuito, no dia 11/10 na Heimatfest que acontecerá de 04 a 13 de outubro de 2013, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 3.250,00 (três mil duzentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA - 31/12/2013.

DOTAÇÃO - 0802.2046.3390 (120).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação Nº 139/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 02 de outubro de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº. 240/PMF/2013**

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 240/PMF/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ENGILBERTO SEILER

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto contratação da banda MUSICAL GERMÂNICA para se apresentar no palco externo da 6ª edição da Heimatfest, com acesso gratuito, no dia 11/10 na Heimatfest que acontecerá de 04 a 13 de outubro de 2013, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2013.

DOTAÇÃO - 0802.2046.3390 (120).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação Nº 139/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 02 de outubro de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº. 241/PMF/2013**

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 241/PMF/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - FERNANDO ROTHENBURG

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto contratação da banda ALEMÃO PRETO para se apresentar no palco externo da 6ª edição da Heimatfest, com acesso gratuito, no dia 12/10 na Heimatfest que acontecerá de 04 a 13 de outubro de 2013, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 3.550,00 (três mil quinhentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2013.

DOTAÇÃO - 0802.2046.3390 (120).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação Nº 139/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 02 de outubro de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº. 242/PMF/2013**

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 242/PMF/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - VANDERLEI DE SOUZA

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto contratação da banda GIGIO E CACIONEIROS para se apresentar no palco externo da 6ª edição da Heimatfest, com acesso gratuito, no dia 13/10 na Heimatfest que acontecerá de 04 a 13 de outubro de 2013, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 1.150,00 (mil cento e cinquenta reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2013.

DOTAÇÃO - 0802.2046.3390 (120).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação Nº 139/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 02 de outubro de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº. 243/PMF/2013**

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 243/PMF/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - JOSEMIR PEDRO SPILERE

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto contratação da banda ROBA DI CIODI para se apresentar no palco externo da 6ª edição da Heimatfest, com acesso gratuito, no dia 05 e 13/10 na Heimatfest que acontecerá de 04 a 13 de outubro de 2013, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2013.

DOTAÇÃO - 0802.2046.3390 (120).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação Nº 139/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 02 de outubro de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº. 244/PMF/2013**

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 244/PMF/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - VITOR SASSO ZANETTE

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto contratação da banda LUIZ GUSTAVO E BANDA para se apresentar no palco externo da 6ª edição da Heimatfest, com acesso gratuito, no dia 12/10 na Heimatfest que acontecerá de 04 a 13 de outubro de 2013, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2013.

DOTAÇÃO - 0802.2046.3390 (120).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação Nº 139/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 02 de outubro de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº. 245/PMF/2013**

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 245/PMF/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ALESSANDRO APOLINARIO

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto contratação da banda GISELI E SANDRO HENRIQUE para se apresentar no palco externo da 6ª edição da Heimatfest, com acesso gratuito, no dia 06/10 na Heimatfest que acontecerá de 04 a 13 de outubro de 2013, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais),

VIGÊNCIA - 31/12/2013.

DOTAÇÃO - 0802.2046.3390 (120).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação Nº 139/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 02 de outubro de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato PMF Nº. 200/2013**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 200/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - MACRO MUNDY ATACADO LTDA ME

OBJETO - O presente Instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de mobiliário e equipamentos, através de empresas do ramo pertinente, em atendimento a diversos Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 1.724,50 (mil setecentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 210 (duzentos e dez) dias corridos (prazo de entrega prazo da garantia) contados a partir da data de sua assinatura.

DOTAÇÃO - 0501.2011.4490 (71).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 128/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 12 de setembro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato PMF Nº. 212/2013**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 212/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - DSM DIST. DE MÓVEIS E SUPRIMENTOS LTDA

OBJETO - O presente Instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de mobiliário e equipamentos padronizados para o Centro de Educação Infantil Monteiro Lobato, construída por meio de convênio junto ao FNDE, Bairro Santa Ana, através do Termo de Compromisso nº. PAC200279/2011 firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional e o Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 7.830,00 (sete mil oitocentos e trinta reais).

VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 210 (duzentos e dez) dias corridos (prazo de entrega prazo da garantia) contados a partir da data de sua assinatura.

DOTAÇÃO - 0501.2011.4490 (62).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 134/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 18 de setembro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**Fraiburgo****PREFEITURA****Decreto Nº 0297/2013**

DECRETO Nº 0297, DE 04 DE OUTUBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2199, de 02 de Outubro de 2013.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2013, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 707.077,61 (setecentos e sete mil, setenta e sete reais e sessenta e um centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes  
07.01 - Educação Geral  
12.361.0006.2.011 - Manutenção do Ensino Fundamental  
3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0300 (59)  
R\$ 27.077,61  
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0323 (65)  
R\$ 30.000,00

08.00 - Secretaria de Saúde  
08.01 - Fundo Municipal de Saúde  
10.301.0017.2.038 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
3.3.50.00.00 - Transferências à Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos - Recurso 0.1.0400 (29)  
R\$ 600.000,00

09.00 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente  
09.01 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente  
20.606.0021.2.045 - Manutenção da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente  
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (121)  
R\$ 50.000,00

Total R\$ 707.077,61

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes  
07.01 - Educação Geral  
12.361.0006.1.012 - Construção, Ampliação e Reformas de Centros Educacionais  
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0300 (56)  
R\$ 27.077,61

12.361.0007.1.013 - Construção/Reformas de Quadras e/ou Ginásios Esportivos para o Ensino Fundamental  
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0323 (76)  
R\$ 30.000,00

06.00 - Secretaria de Finanças  
06.02 - Encargos Gerais do Município  
28.846.0000.0.200 - Pagamento de Precatórios  
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (42)  
R\$ 650.000,00

Total R\$ 707.077,61

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito  
Fraiburgo, SC, 04 DE OUTUBRO DE 2013.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Decreto Nº 0298/2013**

DECRETO Nº 0298, DE 04 DE OUTUBRO DE 2013.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 15 da Lei Nº 2164, de 06 de Dezembro de 2012;

#### **DECRETA:**

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2013 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), nas seguintes dotações:

10.00 - Secretaria de Infraestrutura  
10.01 - Secretaria de Infraestrutura  
15.451.0023.1.033 - Pavimentação e Urbanização de Ruas, Avenidas e Logradouro Públicos  
4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0290 (132) R\$ 2.000.000,00

Total R\$ 2.000.000,00

Art. 2º. De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta das receitas provenientes da operação de crédito autorizada pela Lei nº 2190 de 18 de Julho de 2013.

§ 1º. Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 04 DE OUTUBRO DE 2013.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2192/2013**

PORTARIA N.º 2.192, DE 04 DE OUTUBRO DE 2013.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0022, de 09 de abril de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1246/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, estará substituindo por 40 horas semanais, a professora ADRIANA DE CASSIA ROUSSENQ INACIO, que se encontra em Auxílio Doença;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, THÁIS DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 050.534.999-00, na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 07 de outubro de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de outubro de 2013.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento



**Portaria Nº 2193/2013**

PORTARIA N.º 2.193, DE 04 DE OUTUBRO DE 2013.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e comunicação interna n.º 0136/2013, da Secretaria Infraestrutura Urbana;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear JONAS MOREIRA DOS SANTOS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 219.808.109-15, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 07 de outubro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de outubro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2194/2013**

PORTARIA N.º 2.194, DE 04 DE OUTUBRO DE 2013.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e comunicação interna n.º 1242/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ANDREA REGINA DA ROSA SOARES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 063.863.539-00, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR NÍVEL 1, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 07 de outubro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de outubro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Resultado do Julgamento da Habilitação - Tomada de Preços Nº 0001/2013-FMS Dom**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2013 - FMS

A Gestora e Secretária do FMS torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de instituição de ensino superior que executará os projetos de educação permanente para profissionais das Secretarias municipais e Regionais de saúde e gestores de saúde municipais e regionais - Alto Vale do Rio do Peixe, que fazem parte do Plano de Ação Regional de Educação Permanente, conforme Projeto Básico (ANEXOS ao PAL) houve a participação da FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO

DO PEIXE - FUNIARP a qual, pela apresentação regular de todos os documentos de acordo com o Edital, restou HABILITADA pela Comissão quando da abertura de seu Envelope de Habilitação. Desta forma, está habilitada para a fase subsequente, qual seja, julgamento da fase da PROPOSTA DE PREÇO nesta mesma data, nos termos do art. 43 Inciso III da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Fraiburgo(SC), 04 de outubro de 2013.

NILCE PINZ

Gestora e Secretária do FMS

**Resultado do Julgamento da Proposta de Preços - Tomada de Preços Nº 0001/2013- FMS Dom**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2013 - FMS

A Gestora e Secretária do FMS torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de instituição de ensino superior que executará os projetos de educação permanente para profissionais das Secretarias municipais e Regionais de saúde e gestores de saúde municipais e regionais - Alto Vale do Rio do Peixe, que fazem parte do Plano de Ação Regional de Educação Permanente, conforme Projeto Básico (ANEXOS ao PAL) quando do julgamento da PROPOSTA DE PREÇOS, nos termos do item 6.5 do Edital, o que autorizou que este julgamento fosse na mesma data do julgamento da habilitação, restou classificada pela Comissão, sagrando-se vencedora, a seguinte licitante: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - FUNIARP no valor GLOBAL de R\$ 97.000,00 (noventa e sete mil reais) ficando este valor abaixo do estipulado pelo Município no item 2.2 do Edital, cumprindo, portanto, regularmente com todas as condições editalícias.

Fraiburgo(SC), 04 de outubro de 2013.

NILCE PINZ

Gestora e Secretária do FMS

**Garopaba****PREFEITURA****Decreto N.º 141/2013**

DECRETO Nº 141, DE 03 DE OUTUBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 358.700,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº 1.670 de 03/12/2012 (Orçamento) e demais legislação.

**DECRETA,**

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 358.700,00 (trezentos e cinquenta e oito mil reais e setecentos reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 238.000,00

12361282.020 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental 140.000,00

3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 120.000,00

3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 20.000,00

12365282.023 - Manutenção da Educação Infantil 90.000,00

3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas 80.000,00

3.1.91.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00  
12367282.024 - Manutenção da Educação Especial 8.000,00  
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 8.000,00

09.01 - SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO  
25.000,00  
23695512.029 - Funcionamento e Manut. Do Setor Turístico  
25.000,00

3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 25.000,00  
12.02 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL 6.000,00  
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 6.000,00  
08244562.056 - Func. E Manut. Do Fundo da Assistência Social  
6.000,00  
3.1.90.0.1.29.000007 - Aplicações Diretas 6.000,00

13.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS 40.000,00  
26782352.052 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infra-Estrutura 40.000,00  
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 40.000,00  
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 49.700,00  
10301252.073 - Func. E Manut. Do Setor Saúde 49.700,00  
3.1.90.0.2.14.000062 - Aplicações Diretas 4.700,00  
3.1.90.0.2.14.000067 - Aplicações Diretas 15.000,00  
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas 30.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$, 358.700,00 (trezentos e cinquenta e oito mil reais e setecentos reais) correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de Outubro de 2013.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 07/10/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO  
Secretária de Administração

#### **Portaria N.º 730/2013**

PORTARIA N.º 730, DE 03 DE OUTUBRO DE 2013.  
CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM CARÁTER TEMPORÁRIO N.º 019/2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Constituir COMISSÃO DE AVALIAÇÃO, formada pelos servidores municipais: GABRIELA RODRIGUES PEREIRA, MARIA DE LOURDES BARCELOS E CÁTIA DE LURDES FERREIRA MARCON, para sob a presidência da primeira, efetuarem o processo de avaliação, referente ao Edital de Contratação de Profissionais em Caráter temporário n.º 019/2013.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos à 1º de outubro de 2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de Outubro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 07/10/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

#### **Portaria N.º 731/2013**

PORTARIA N.º 731, DE 03 DE OUTUBRO DE 2013.  
CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM CARÁTER TEMPORÁRIO N.º 020/2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Constituir COMISSÃO DE AVALIAÇÃO, formada pelos servidores municipais: CÁTIA DE LURDES FERREIRA MARCON, GABRIELA RODRIGUES PEREIRA E MARIA DE LOURDES BARCELOS, para sob a presidência da primeira, efetuarem o processo de avaliação, referente ao Edital de Contratação de Profissionais em Caráter temporário n.º 020/2013.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos à 1º de outubro de 2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de Outubro de 2013.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 07/10/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

#### **Contrato de Prestação de Serviços Município de Garopaba e Banco do Brasil Sa**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADO: BANCO DO BRASIL S.A; CNPJ: 00.000.000/3708-78; Objeto: o presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços relativos à operacionalização do Cartão de Pagamento de Defesa Civil - CPDC para pagamento de despesas realizadas pelo Contratante, decorrentes dos recursos transferidos pelo Ministério da Integração Nacional, no âmbito das ações de socorro, assistências às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais, na forma da Lei nº 12.340, de 01/12/2010, dos Decretos nº 7.257, de 04/008/2010, nº 7.505, de 27/06/2011, da Portaria nº607, de 18/08/2011, e da Portaria nº37, de 31/01/2012, do Ministério da Integração. Data da Assinatura: 10/09/2013.

#### **Extrato de Contrato N°58/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 58/2013 Processo nº 173/2013; LOCATARIO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; LOCADOR: Lenoar Genuíno Abreu; CPF: 868.142.069-00; Objeto: Locação de imóvel situado na Rua



João Orestes de Araujo nº761, salas 6 e 7, no centro, Garopaba SC, para atender as necessidades Secretaria de Saúde. Valor: R\$ 17.772,00 (Dezessete mil setecentos e setenta e dois reais). Data da Assinatura: 02/09/2013.

**Extrato de Contrato Nº59/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 59/2013 Processo nº 181/2013; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; CONTRATADO: E.F.M CONSTRUÇÕES LTDA; CNPJ: 08.801.232/0001-50; Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de Reforma e melhorias na segurança do Prédio do CAPS, conforme especificações constantes no Projeto básico. Valor: R\$ R\$ 13.243,89 (Treze mil duzentos e quarenta e três reais e oitenta e nove centavos). Data da Assinatura: 26/09/2013.

**Extrato de Termo Aditivo ao Contrato Nº15/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Contrato nº. 15/2013; Processo nº. 25/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: POST MIX SOLUÇÕES GRAFICAS LTDA; CNPJ: 02.089.950/0001-60; Objeto: Acrescentar ao Contrato nº 15/2013 o valor de R\$ 550,00 (Quinhentos e cinquenta reais), referente ao aumento quantitativo de seu objeto; Data da Assinatura: 16/09/2013.

**Extrato do Termo Aditivo Nº 03 ao Contrato Nº 49/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

3º Termo Aditivo; Contrato nº. 49/2012; Processo nº. 114/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: E.S.E. CONSTRUÇÕES LTDA; CNPJ: 83.805.101/0001-67; Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de execução da obra objeto do Contrato nº 49/2012 por 120 (cento e vinte) dias, conforme ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Infra Estrutura anexo a este termo; Data da Assinatura: 28/08/2013.

**Extrato do Termo Aditivo Nº 04 ao Contrato Nº 50/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo; Contrato nº. 50/2012; Processo nº. 115/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: E.S.E. CONSTRUÇÕES LTDA; CNPJ: 83.805.101/0001-67; Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de execução da obra objeto do Contrato nº 50/2012 por 120 (cento e vinte) dias, conforme ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Infra Estrutura anexo a este termo; Data da Assinatura: 27/09/2013.

**Extrato do Termo Aditivo Nº04 ao Contrato Nº 35/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo; Contrato nº. 35/2011; Processo nº. 77/2011; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: M&L Empreiteira de Mão de Obras Ltda; CNPJ: 10.789.611/0001-14; Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto o aumento quantitativo de seu objeto no valor de R\$ 48.813,97 (quarenta e oito mil oitocentos e treze reais e noventa e sete centavos), conforme planilha e justificativa em anexo a este documento, bem como, prorrogar o prazo de execução da obra objeto do contrato nº 35/2011 por 6 (seis) meses, conforme ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Infra Estrutura anexo a este termo; Data da Assinatura: 19/09/2013.

**Extrato de Termo Aditivo Nº 01 a Ata de Registro de Preço Nº 08/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Ata de Registro de Preço nº. 08/2013; Processo nº. 196/2012; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratada: TRADE MEDICAL COM. DE MATERIAS HOSPIATALRES LTDA - ME; CNPJ: 06.555.142/0001-46; Objeto: O presente aditivo tem por objeto Acrescentar a Ata de Registro de Preço nº 08/2013 o valor de R\$3.236,70 (três mil duzentos e trinta e seis reais e setenta centavos) referente ao aumento quantitativo de itens do objeto; Data da Assinatura: 25/09/2013.

**Extrato de Termo Aditivo Nº01 a Ata de Registro de Preço Nº 07/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Ata de Registro de Preço nº. 07/2013; Processo nº. 191/2012; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratada: PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MEDICOS E ODONT. LTDA; CNPJ: 05.077.346/0001-01; Objeto: O presente aditivo tem por objeto Acrescentar a Ata de Registro de Preço nº 07/2013 o valor de R\$ 5.918,40 (Cinco mil novecentos e dezoito reais e quarenta centavos), referente ao aumento quantitativo de itens do objeto; Data da Assinatura: 10/09/2013.

**Extrato de Termo Aditivo Nº01 a Ata de Registro de Preço Nº 50/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Ata de Registro de Preço nº. 50/2013; Processo nº. 120/2013; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratada: TRADE MEDICAL COM. DE MATERIAS HOSPIATALRES LTDA - ME; CNPJ: 06.555.142/0001-46; Objeto: O presente aditivo tem por objeto Acrescentar a Ata de Registro de Preço nº 50/2013 o valor de R\$ 725,50 (Setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta centavos), referente ao aumento quantitativo de itens do objeto; Data da Assinatura: 30/09/2013.

**Extrato de Termo Aditivo Nº01 a Ata de Registro de Preço Nº55/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Ata de Registro de Preço nº. 55/2013; Processo nº. 121/2013; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratada: MED CENTER COMERCIAL LTDA; CNPJ: 00.874.929/0001-40; Objeto: O presente aditivo tem por objeto suprimir o item 259 da Ata de Registro de preço nº55/2013, referente ao Processo Licitatório nº121/2013 do Pregão eletrônico nº52/2013; Data da Assinatura: 05/09/2013.

**Extrato de Termo Aditivo Nº02 a Ata de Registro de Preço Nº07/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo; Ata de Registro de Preço nº. 07/2013; Processo nº. 191/2012; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratada: TRADE MEDICAL COM. DE MATERIAS HOSPIATALRES LTDA - ME; CNPJ: 06.555.142/0001-46; Objeto: O presente aditivo tem por objeto Acrescentar a Ata de Registro de Preço nº 07/2013 o valor de R\$26.891,53 ( vinte se seis mil oitocentos e noventa e um reais e cinquenta e três centavos) referente ao aumento quantitativo de itens do objeto; Data da Assinatura: 24/09/2013.

**Extrato do Termo Aditivo Nº03 a Ata de Registro de Preço Nº 07/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

3º Termo Aditivo; Ata de Registro de Preço nº. 07/2013; Processo nº. 191/2012; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratada: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA; CNPJ: 03.033.589/0001-12; Objeto: O presente aditivo tem por objeto Acrescentar a Ata de Registro de Preço nº 07/2013 o valor de R\$5.991,65 (Cinco mil novecentos e noventa e um reais e sessenta e cinco centavos) referente ao aumento quantitativo de itens do objeto; Data da Assinatura: 25/09/2013.

**Extrato do Termo Aditivo Nº 03 a Ata de Registro de Preço Nº 08/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

3º Termo Aditivo; Ata de Registro de Preço nº. 08/2013; Processo nº. 196/2012; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratada: CIRURGICA BELA VISTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME; CNPJ: 10.311.632/0001-20; Objeto: O presente aditivo tem por objeto Acrescentar a Ata de Registro de Preço nº 08/2013 o valor de R\$7.869,66 (Sete mil oitocentos e sessenta e nove reais e sessenta e seis centavos) referente ao aumento quantitativo de itens do objeto; Data da Assinatura: 25/09/2013.

**Extrato do Termo Aditivo Nº 04 a Ata de Registro de Preço Nº 07/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo; Ata de Registro de Preço nº. 07/2013; Processo nº. 191/2012; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratada: CIRURGICA BELA VISTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME; CNPJ: 10.311.632/0001-20; Objeto: O presente aditivo tem por objeto Acrescentar a Ata de Registro de Preço nº 07/2013 o valor de R\$31.625,93 (Trinta e um mil seiscientos e vinte e cinco reais e noventa e três centavos) referente ao aumento quantitativo de itens do objeto; Data da Assinatura: 25/09/2013.

**Extrato do Termo Aditivo Nº02 a Ata de Registro de Preço Nº 50/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo; Ata de Registro de Preço nº. 50/2013; Processo nº. 120/2013; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratada: CIRURGICA BELA VISTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME; CNPJ: 10.311.632/0001-20; Objeto: O presente aditivo tem por objeto Acrescentar a Ata de Registro de Preço nº 50/2013 o valor de R\$ 9.831,10 (Nove mil oitocentos e trinta e um reais e dez centavos), referente ao aumento quantitativo de itens do objeto; Data da Assinatura: 30/09/2013.

**Extrato do Termo Aditivo Nº02 a Ata de Registro de Preço Nº08/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo; Ata de Registro de Preço nº. 08/2013; Processo nº. 196/2012; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratada: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA; CNPJ: 03.033.589/0001-12; Objeto: O presente aditivo tem por objeto Acrescentar a Ata de Registro de Preço nº 08/2013 o valor de R\$8.257,75 (Oito mil duzentos e cinquenta e sete reais e setenta e cinco centavos) referente ao aumento quantitativo de itens do objeto; Data da Assinatura: 25/09/2013.

**Garuva**

**PREFEITURA**

**Decreto Nº 233/2013**

DECRETO MUNICIPAL Nº 233 de 01 de outubro de 2013.  
"Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Nº 1713, de 28 de agosto de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 477.612,14 (quatrocentos e setenta e sete mil, seiscientos e doze reais e quatorze centavos), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva no exercício de 2013, na seguinte dotação

orçamentária:

05.003.013.392.1029.1006 Constr e Aquis. de Imóveis para Cultura 4490 03.00.00R\$ 477.612,14

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do exercício 2012.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**Gaspar**

**PREFEITURA**

### **Decreto Nº 5.630, de 02 de Outubro de 2013.**

DECRETO Nº 5.630, DE 02 DE OUTUBRO DE 2013.  
NOMEIA SERVIDORA QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2012, aprovada para o cargo abaixo especificado, com carga horária e lotação conforme seguem:

Nome	Cargo	C/H	Colocação	Lotação
KATE CRISTINA MULLER	CONTADOR	40	02º	Secretaria de Administração e Finanças

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 02 de outubro de 2013.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

### **Aviso do Pregão Presencial Nº 180/2013**

PREFEITURA DE GASPAR/SC  
Aviso do Pregão Presencial nº 180/2013

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa para prestar serviços de transporte de passageiros.. A ENTREGA dos envelopes, contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços, deverá ocorrer até às 9h do dia 17/10/2013, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 17/10/2013 às 9h30min. no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar (SC), 03/10/2013.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

### **Extrato do Aditivo Nº 2 do Contrato Nº SAF-41/2012**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC  
EXTRATO DO ADITIVO Nº 2 DO CONTRATO Nº SAF-41/2012  
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 18/09/2013. VENCTO.: 17/11/2013. Concorrência nº.: 48/2012. OBJETO: prorrogação da construção do centro de convivência da terceira idade. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: BELGA EMPREITEIRA LTDA - EPP (81.537.672/0001-32).

Gaspar/SC, 16 de Setembro de 2013.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

### **Extrato do Aditivo Nº 3 do Contrato Nº SAF-45/2012**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC  
EXTRATO DO ADITIVO Nº 3 DO CONTRATO Nº SAF-45/2012  
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 25/09/2013. VENCTO.: 24/12/2013. Tomada de preços nº.: 81/2012. OBJETO: prorrogação da conclusão da quadra de esportes da E.E.B. Vitório Anacleto Cardoso. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: J.G.S. CONSTRUÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE OBRAS LTDA - ME (07.425.562/0001-26).

Gaspar/SC, 24 de Setembro de 2013.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

### **Extrato do Contrato Nº FMAS-10/2013**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GASPAR/SC  
EXTRATO DO CONTRATO Nº FMAS-10/2013  
Vigência: 06/09/2013 Vencto.: 06/09/2014 Pregão nº.: 81/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (83.102.244/0001-02). Objeto: Aquisição de mobiliário para os Centros de Referência de Assistência Social- CRAS. Contratado: M. MOBILE EIRELI (15.764.033/0001-85). Valor: R\$ 11.500,00 (onze mil, quinhentos reais).

Gaspar/SC, 6 de Setembro de 2013.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal

### **Extrato do Contrato Nº FMAS-11/2013**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GASPAR/SC  
EXTRATO DO CONTRATO Nº FMAS-11/2013  
Vigência: 06/09/2013 Vencto.: 06/09/2014 Pregão nº.: 81/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (83.102.244/0001-02). Objeto: Aquisição de mobiliário para os Centros de Referência de Assistência Social- CRAS. Contratado: DISMACENTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA. EPP (07.698.920/0001-74). Valor: R\$ 12.645,00 (doze mil, seiscentos e quarenta e cinco reais).

Gaspar/SC, 6 de Setembro de 2013..  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal

### **Extrato do Contrato Nº FMAS-12/2013**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GASPAR/SC  
EXTRATO DO CONTRATO Nº FMAS-12/2013  
Vigência: 06/09/2013 Vencto.: 06/09/2014 Pregão nº.: 81/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (83.102.244/0001-02).





Objeto: Aquisição de mobiliário para os Centros de Referência de Assistência Social- CRAS. Contratado: PROVALLE COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (01.262.927/0001-62). Valor: R\$ 10.352,00 (dez mil, trezentos e cinquenta e dois reais).

Gaspar/SC, 6 de Setembro de 2013..  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal

#### **Extrato do Contrato Nº FMAS-13/2013**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GASPAR/SC  
EXTRATO DO CONTRATO Nº FMAS-13/2013  
Vigência: 06/09/2013 Vencto.: 06/09/2014 Pregão nº.: 81/2013.  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (83.102.244/0001-02). Objeto: Aquisição de mobiliário para os Centros de Referência de Assistência Social- CRAS. Contratado: SUPRIMÓVEIS LTDA. (04.563.256/0001-68). Valor: R\$ 2.216,00 (dois mil, duzentos e dezesseis reais).

Gaspar/SC, 6 de setembro de 2013..  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal

#### **Extrato do Contrato Nº FMAS-14/2013**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GASPAR/SC  
EXTRATO DO CONTRATO Nº FMAS-14/2013  
Vigência: 26/09/2013 Vencto.: 26/09/2014 Pregão nº.: 170/2013.  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (83.102.244/0001-02). Objeto: Aquisição de Equipamentos de Segurança - Extintores de Incêndio, Sinalização de Saída Autônoma.. Contratado: BRUS-FOGO EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA. (02.811.258/0001-01). Valor: R\$ 8.040,00 (oito mil, quarenta reais).

Gaspar/SC, 26 de Setembro de 2013..  
MARISTELA CIZESKI  
Gestora do FMAS

#### **Extrato do Contrato Nº FMAS-5/2013**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GASPAR/SC  
EXTRATO DO CONTRATO Nº FMAS-5/2013  
Vigência: 06/09/2013 Vencto.: 06/09/2014 Pregão nº.: 81/2013.  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (83.102.244/0001-02). Objeto: Aquisição de mobiliário para os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS. Contratado: 3A COMERCIO DE MOVEIS E REFRIGERACAO LTDA ME (13.128.438/0001-00). Valor: R\$ 16.200,00 (dezesseis mil, duzentos reais).

Gaspar/SC, 6 de Setembro de 2013..  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal

#### **Extrato do Contrato Nº FMAS-6/2013**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GASPAR/SC  
EXTRATO DO CONTRATO Nº FMAS-6/2013  
Vigência: 06/09/2013 Vencto.: 06/09/2014 Pregão nº.: 81/2013.  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (83.102.244/0001-02). Objeto: Aquisição de mobiliário para os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS. Contratado: ESCOBRIHQ LTDA EPP (08.395.310/0001-64). Valor: R\$ 21.272,50 (vinte e um mil,

duzentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos).

Gaspar/SC, 6 de Setembro de 2013..  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal

#### **Extrato do Contrato Nº FMAS-7/2013**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GASPAR/SC  
EXTRATO DO CONTRATO Nº FMAS-7/2013  
Vigência: 06/09/2013 Vencto.: 06/09/2014 Pregão nº.: 81/2013.  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (83.102.244/0001-02). Objeto: Aquisição de mobiliário para os Centros de Referência de Assistência Social- CRAS. Contratado: FLEXFORMA COMERCIAL DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA - ME FLEXFORMA (16.967.775/0001-70). Valor: R\$ 12.335,00 (doze mil, trezentos e trinta e cinco reais).

Gaspar/SC, 6 de Setembro de 2013..  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal

#### **Extrato do Contrato Nº FMAS-8/2013**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GASPAR/SC  
EXTRATO DO CONTRATO Nº FMAS-8/2013  
Vigência: 06/09/2013 Vencto.: 06/09/2014 Pregão nº.: 81/2013.  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (83.102.244/0001-02). Objeto: Aquisição de mobiliário para os Centros de Referência de Assistência Social- CRAS. Contratado: LANCI PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA (11.549.124/0001-47). Valor: R\$ 5.680,00 (cinco mil, seiscentos e oitenta reais).

Gaspar/SC, 6 de Setembro de 2013..  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal

#### **Extrato do Contrato Nº FMAS-9/2013**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GASPAR/SC  
EXTRATO DO CONTRATO Nº FMAS-9/2013  
Vigência: 06/09/2013 Vencto.: 06/09/2014 Pregão nº.: 81/2013.  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (83.102.244/0001-02). Objeto: Aquisição de mobiliário para os Centros de Referência de Assistência Social- CRAS. Contratado: LINEAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP (17.253.233/0001-07). Valor: R\$ 1.495,00 (um mil, quatrocentos e noventa e cinco reais).

Gaspar/SC, 6 de Setembro de 2013..  
MARISTELA CIZESKI  
Gestora do FMAS

#### **Extrato do Contrato Nº FME-3/2013**

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE GASPAR/SC  
EXTRATO DO CONTRATO Nº FME-3/2013  
Vigência: 05/09/2013 Vencto.: 05/03/2014 Tomada de preços nº.: 1/2013. Órgão contratante: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE. Objeto: reforma da pista de skate. Contratado: ILHOMINAS MÃO DE OBRA LTDA (03.087.273/0001-03). Valor total: R\$ 103.484,19 (cento e três mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e dezenove centavos).

Gaspar/SC, 5 de Setembro de 2013..  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

**Extrato do Contrato Nº SAF-76/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-76/2013

Início da vigência: 02/09/2013 Vencimento: 02/09/2014. Pregão nº.: 149/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: Aquisição de luminária completa. Contratado: SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA. ME (09.056.757/0001-71). Valor total: R\$ 92.400,00 (noventa e dois mil, quatrocentos reais).

Gaspar/SC, 2 de Setembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**Extrato do Contrato Nº SAF-77/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-77/2013

Início da vigência: 02/09/2013 Vencimento: 02/09/2014. Pregão nº.: 155/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: contratação de empresa para a realização de eventos, incluindo os serviços de montagem, operação e desmontagem, de iluminação, sonorização e estrutura.. Contratado: MANI SOM E LUZ LTDA - ME (81.803.215/0001-42). Valor total: R\$ 39.738,00 (trinta e nove mil, setecentos e trinta e oito reais).

Gaspar/SC, 2 de Setembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**Extrato do Contrato Nº SAF-78/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-78/2013

Início da vigência: 16/09/2013 Vencimento: 16/09/2014. Dispensa nº.: 190/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: locação de imóvel situado no bairro Bela Vista, na Rua Maciel do Nascimento, 123, apto. 15, com área de 60m², para a concessão de aluguel social aos moradores do Jardim Primavera. Contratado: SIDNEY MIRANDA (379.235.449-72). Valor total anual: R\$ 6.600,00 (seis mil, seiscentos reais).

Gaspar/SC, 16 de Setembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**Extrato do Contrato Nº SAF-79/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-79/2013

Início da vigência: 16/09/2013 Vencimento: 16/09/2014. Dispensa nº.: 191/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: locação de imóvel situado no bairro Bela Vista, na Rua Maciel do Nascimento, 123, apto. 16, com área de 60m², para a concessão de aluguel social aos moradores do Jardim Primavera. Contratado: SIDNEY MIRANDA (379.235.449-72). Valor total anual: R\$ 6.600,00 (seis mil, seiscentos reais).

Gaspar/SC, 16 de Setembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**Extrato do Contrato Nº SAF-80/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-80/2013

Início da vigência: 18/09/2013 Vencimento: 18/03/2014. Dispensa nº.: 194/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: locação de imóvel situado no bairro Margem Esquerda, na Rua das Palmeiras, 270, com área de 57,79m², para a concessão de aluguel social aos moradores do Jardim Primavera. Contratado: ADRIANO JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS (029.646.319-13). Valor total contratado: R\$ 3.300,00 (três mil, trezentos reais).

Gaspar/SC, 17 de Setembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**Extrato do Contrato Nº SAF-81/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-81/2013

Início da vigência: 24/09/2013 Vencimento: 24/03/2014. Concorrência nº.: 136/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: implantação e ampliação do sistema de manejo de águas pluviais da Rua Amazonas e adjacências. Contratado: RAMOS TERRAPLANAGEM LTDA (83.748.038/0001-74). Valor total: R\$ 1.057.147,63 (um milhão, cinquenta e sete mil, cento e quarenta e sete reais e sessenta e três centavos).

Gaspar/SC, 24 de Setembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**Extrato do Contrato Nº SAF-82/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-82/2013

Início da vigência: 25/09/2013 Vencimento: 31/12/2013. Pregão nº.: 171/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: aquisição de móveis em aço inox, sob medida e instalados, para a cozinha da EEF Ferandino Dagnoni. Contratado: ESCOBRINQ LTDA (08.395.310/0001-64). Valor total: R\$ 1.011,81 (um mil, onze reais e oitenta e um centavos).

Gaspar/SC, 25 de Setembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**Extrato do Contrato Nº SAF-83/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-83/2013

Início da vigência: 25/09/2013 Vencimento: 31/12/2013. Pregão nº.: 171/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: aquisição de móveis em aço inox, sob medida e instalados, para a cozinha do CDI Francisco Mastella. Contratado: METALÚRGICA M&M INOX LTDA ME (07.674.546/0001-77). Valor total: R\$ 20.580,00 (vinte mil, quinhentos e oitenta reais).

Gaspar/SC, 25 de Setembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**Extrato do Contrato Nº SAF-84/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-84/2013

Início da vigência: 01/10/2013 Vencimento: 01/10/2014. Dispensa nº.: 196/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: locação de imóvel situado no bairro Bela Vista, na Rua Marciel do Nascimento, 123, apto. 11, com área de 60m², para a concessão de aluguel social aos moradores do Jardim Primavera. Contratado: SIDNEY MIRANDA (379.235.449-72). Valor total: R\$ 7.200,00 (sete mil, duzentos reais).

Gaspar/SC, 26 de Setembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**Extrato do Primeiro Aditivo do Contrato Nº SAF-38/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-38/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 05/09/2013. VENCTO.: 31/12/2013. Pregão nº.: 78/2013. OBJETO: Aquisição de equipamentos para viaturas da Polícia Civil. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: FLASH INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS E SISTEMAS ELETROELETRÔNICOS LTDA (04.844.206/0001-59). VALOR TOTAL: R\$ 1.525,00 (um mil, quinhentos e vinte e cinco reais).

Gaspar/SC, 5 de Setembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**Extrato do Terceiro Aditivo do Contrato Nº FMS-3/2012**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR/SC

EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMS-3/2012

Vigência: 25/09/2013. Vencimento: 25/12/2013. Tomada de preços nº.: 4/2012. Órgão contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Objeto: prorrogação da construção da unidade básica de saúde - porte I - Bairro Figueira. Contratado: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA EPP. (08.628.996/0001-96).

Gaspar/SC, 24 de Setembro de 2013.

MÁRCIA ADRIANA CANSIAN

Gestora do FMS

**CÂMARA MUNICIPAL****AVISO DE CREDENCIAMENTO**

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

AVISO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2013

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2013

A CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 83.543.546/0001-16, com sede na Avenida das Comunidades, nº 133, Centro, Município de Gaspar-SC, por seu Presidente, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, notadamente nos termos do art. 25, caput, da Lei nº 8.666/1993, torna público que fará realizar, pelo período de 12 (doze) meses, o CREDENCIAMENTO de EMPRESAS JORNALÍSTICAS para contratação de serviços de divulgação dos atos e ações do Legislativo na imprensa escrita (jornal), na forma e condições previstas no Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 001/2013, Edital de Credenciamento nº 001/2013: TÍTULO:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DOS ATOS E AÇÕES DO LEGISLATIVO. Interessada: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar. Objeto Resumido: Constitui objeto do Edital, o credenciamento de empresas jornalísticas que possuam jornais com circulação no Município de Gaspar (imprensa escrita), interessadas em prestar serviços de divulgação dos atos e ações da Câmara Municipal de Gaspar que se darão por meio da veiculação de materiais informativos e atos legais repassados aos prestadores de serviço pela própria Edilidade, via Assessoria de Imprensa da Casa de Leis, observados os valores e condições constantes deste Edital e seus Anexos. Regência: Resolução nº 60/2013, Lei federal nº 8.666/1993 e alterações, e legislação em vigor. Acesso Eletrônico ao Edital: [www.camaragaspar.sc.gov.br](http://www.camaragaspar.sc.gov.br) (link: Licitações e Contratos). Prazo de Entrega da Documentação: prazo de 12 (doze) meses, com início a partir do dia 15/10/2013, no horário das 13h às 19h. Local de Recebimento da Documentação: Secretaria Administrativa da Câmara Municipal de Gaspar, situada na Avenida das Comunidades, nº 133, Bairro Centro, Gaspar-SC (imóvel conhecido por prédio do GASCIC). Comissão Julgadora: Comissão de Licitação instituída e composta conforme Resolução nº 18/2013. O Edital e anexos podem ser obtidos na sede da Câmara Municipal de Gaspar ou através do site: [www.camaragaspar.sc.gov.br](http://www.camaragaspar.sc.gov.br), no link "Licitações e Contratos".

Gaspar/SC, 07 de outubro de 2013.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

**Governador Celso Ramos****PREFEITURA****Decreto Nº 103/2013. Faz Remanejamento de Dotação Na Lei Orçamentária Para 2013.**

DECRETO Nº 103/2013

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária para 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo §§ 3º e 4º, da Lei Municipal nº 814/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica remanejado dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 815/2013:

**SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA E SERV. PÚBLICOS**

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
26.782.0013.2.038	SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E SERV. PÚBLICOS	
<b>REDUÇÃO</b>		
4.4.90.00	Investimentos	54.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	54.000,00
0.1.00.0000000	Recursos Ordinários	54.000,00
<b>SUPLEMENTAÇÃO</b>		
26.782.0013.2.038	Funcionamento e Manutenção do DMER	
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	54.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	54.000,00
0.1.00.0000000	Recursos Ordinários	54.000,00

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE



Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 02 de Setembro de 2013.  
JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 101/2013. Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial No Orçamento Fiscal Vigente e Dá Outras Providências.**

DECRETO Nº101/2013

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular, no limite de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) as dotações abaixo especificadas:

18	SAMAE DE GOV CELSO RAMOS	
18.01.28	ENCARGOS ESPECIAIS	
28.129.0015.0.002	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	
3.3.90.00.00.00.00.0100	Aplicações Diretas	30.000,00

Art. 2º - Fica suplementado, no valor total, por conta do Art. 1º desta Lei, as dotações abaixo especificadas:

18	SAMAE DE GOV CELSO RAMOS	
18.01.28	ENCARGOS ESPECIAIS	
28.129.0015.0.002	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	
3.3.90.00.00.00.00.0100	Aplicações Diretas	30.000,00

Art. 3º - Os recursos de que trata o artigo anterior, correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 30 de Setembro de 2013.  
JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 102/2013. Anula e Suplementa Dotações do Orçamento Fiscal Vigente do SAMAE, e Dá Outras Providências.**

DECRETO Nº102/2013

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DO SAMAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular, no limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) as dotações abaixo especificadas:

18	SAMAE DE GOV CELSO RAMOS	
18.01.17	SANEAMENTO	
17.512.0004.1.023	INSTALAÇÃO DE FOSSAS E SUMIDOUROS DE EST E DE TRAT.	
3.3.90.00.00.00.00.0101	Aplicações Diretas	50.000,00

18	SAMAE DE GOV CELSO RAMOS	
18.01.17	SANEAMENTO	
17.512.0004.2.012	FUNC. E MANUT. DOS SERVIÇOS TÉCNICOS	
4.4.90.00.00.00.00.0101	Aplicações Diretas	30.000,00

Art. 2º - Ficam suplementados, no valor total, por conta do Art. 1º desta Lei, as dotações abaixo especificadas:

18	SAMAE DE GOV CELSO RAMOS	
18.01.17	SANEAMENTO	
17.512.0004.2.011	FUNC. E MANUT. DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	
3.1.90.00.00.00.00.0101	Aplicações Diretas	80.000,00

Governador Celso Ramos, 30 de setembro de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 096, de 23 de Setembro de 2013. Nomeia Comitê Gestor Municipal Projeto Orla**

DECRETO Nº 096, de 23 de setembro de 2013.

NOMEIA COMITÊ GESTOR MUNICIPAL PROJETO ORLA

O Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 77, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e considerando:

A Lei Federal nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui as bases para o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), o Decreto nº 5.300, de 7 de setembro de 2004, que regulamenta o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), com o disposto na Lei Federal nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a administração de bens imóveis de domínio da União e o Decreto Estadual nº 3.077, de 20 de abril de 2005 que Institui a Comissão Estadual para o Desenvolvimento do Projeto Orla no Estado de Santa Catarina.

A adesão feita pelo Município ao Projeto Orla, junto ao Comitê Técnico Estadual de Santa Catarina (CTE/SC) junto à Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina (SPU/SC).

A necessidade da coordenação por parte do Município para a mobilização, execução e criação do Plano de Gestão Integrada da Orla - PGI;

A necessidade da elaboração da agenda de atividades para se alcançar o fim;

A necessidade de coleta de documentos técnicos e cartográficos afins;

A necessidade de convocação da sociedade civil organizada para a participação no Seminário e Oficinas para elaboração do Plano de Gestão Integrado do Município de Governador Celso Ramos/SC - PGI.

A convocação de audiências públicas para legitimação do Plano de Gestão Integrada da Orla. DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída Comissão para coordenar a mobilização e execução das atribuições postas sob a responsabilidade do Município para alcançar o fim que objetivou a adesão ao Projeto Orla para a costa litorânea de Governador Celso Ramos, composta pelos seguintes Membros, todos servidores municipal, como segue:

Secretaria da Fazenda:

Rodrigo Duarte da Silva - Secretário Municipal da Fazenda;  
Samara Coelho - Assessor de Projetos - Setor de Convênios;  
Vanessa Roseno - Gerente de Projetos Especiais - Setor de Convênios.

Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente:

Sintia Albertina Venâncio Santos - Diretora de análise processos e Projetos;

Valmor Arttenio Kair - Diretor de Fiscalização ;

Milena Marques Rafael - Diretora do Meio Ambiente

Secretaria de Infra Estrutura e serviços Públicos:

Natanael de Souza - Secretário de Obras;

Paulo Sergio Fernandes - Diretor de Limpeza e Serviços Públicos.

Gabinete/Assessoria Jurídica

Leslie Odete da Silva Rosa - Assessora de planejamento e execução de Projetos.

Secretaria do Turismo, Esporte, desenvolvimento Econômico e lazer:

Aristo Monteiro - Diretor de Esportes.

Secretaria de desenvolvimento Social e Cidadania:

Ellen Prim - Secretária de desenvolvimento social e Cidadania.

Secretaria da Saúde:

Janaina Maurita Fernandes da Costa - Diretora da Policlínica.

Secretaria da Educação:

Marília Sagás - Chefe de Formação Continuada.

Secretaria da Pesca:

Gil Marques - Secretário de Desenvolvimento, Maricultura, Pesca e Agricultura.

Secretaria da Administração:

Dalmiro Lobo Filho - Diretor Geral da administração;

Mariana de Souza Fernandes - Diretora de Patrimônio;

Elias Ferreira - Chefe de Licitação.

Samae:

Alcides Pereira - Diretor;

Rodrigo Berthier - Assessor Jurídico.

Controle Interno:

Juliane Vieira de Souza - Assessora de Controle Interno.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos (SC), 01 de outubro de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 100, de 30 de Setembro de 2013. Dispõe Sobre o Licenciamento das Atividades Temporárias de Ambulantes e Prestadores de Serviços Temporários**

DECRETO Nº 100, de 30 de setembro de 2013.

DISPÕE SOBRE O LICENCIAMENTO DAS ATIVIDADES TEMPORÁRIAS DE AMBULANTES E PRESTADORES DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 77, inciso IV, da Lei Orgânica do Município

DECRETA:

Art. 1ºO presente decreto visa estabelecer normas e procedimentos para a concessão de licenciamento para atividade de ambulantes temporáriosdesenvolvidas no município de Governador Celso Ramos durante a Programação Anual de Verão 2013/2014.

Art. 2ºA atividade objeto do presente necessita cumprir as exigências aqui contidas, bem como a legislação municipal correlata

e, quando for o caso, as leis específicas no âmbito estadual e/ou federal.

Art. 3ºO número de licenciamentos, os locais de pontos por atividades e valores dos respectivos Alvarás nas praias do Município de Governador Celso Ramos ficam definidos conforme os anexos I e II, integrantes deste decreto.

Parágrafo Único-A definição dos pontos nas praias do Município será estabelecida pelo Diretor de Fiscalização juntamente com um fiscal do Setor de Tributos.

Art. 4º Para ter direito a concorrer às vagas, os candidatos deverão inscrever-se previamente no período disposto no anexo I.

Art.5ºPodem participar deste edital de credenciamento as Pessoas Físicas, Microempreendedores Individuais e Micro Empresas.

Art.6º Para o exercício da Atividade de Ambulante Temporário serão necessários dois tipos de Alvarás, a saber:

I - Alvará Sanitário;

II - Alvará de Funcionamento de Atividade Ambulante.

Art.7ºPara o licenciamento aos ambulantes temporários será imprescindível o pagamento das taxas de inscrição e dos Alvarás de Ambulante e Sanitário.

§ 1ºAs guias de pagamento serão emitidas pelo Setor de Tributos.

§2º O pagamento da taxa de inscrição, não garante vaga, nem dá o direito à restituição da mesma ao inscrito não contemplado.

§ 3º Para as vagas não preenchidas durante o processo de seleção, os valores das respectivas taxas de inscrição, alvará sanitário e alvará de ambulante serão majorados em 50% (cinquenta por cento).

§ 4ºNo ato da inscrição o titular deverá indicar o nome e o número de ajudantes que o auxiliará.

§ 5ºO titular do ponto poderá contar com, no máximo, 02 (dois) auxiliares.

§ 6ºOs auxiliares poderão ser alterados, desde que com a anuência do Setor de Fiscalização.

Art. 8º A estrutura física a ser utilizada pelas atividades comerciais temporárias ambulantes deverão, obrigatoriamente, seguir o padrão determinado pela municipalidade (barraca modelo Gazebo removível, na cor branca).

Parágrafo ÚnicoA aquisição, montagem e desmontagem da estrutura física, nos termos do caput deste artigo, é de inteira responsabilidade dos titulares dos pontos.

Art. 9º Fica o titular do ponto ou vaga, responsável pela limpeza e manutenção em torno do seu respectivo ponto, num raio de 50m, tornando-se obrigatório:

a) retirada do lixo, devidamente ensacado em embalagem apropriada depositado em local determinado pela coleta;

b) colocação de lixeiras adequadas para o depósito do lixo produzido;

c) organização das caixas e materiais diversos dentro das tendas e barracas;

d) limpeza e higiene dentro das barracas.

Art. 10As atividades Prestadoras de Serviço de Caiaque e Cadeiras/Guarda-Sóis deverão respeitar o espaço delimitado pela prefeitura.

§ 1º As cadeiras e guarda-sóis deverão permanecer fechados, enquanto não estiverem sendo utilizados, respeitando-se a quantidade disposta no § 2º deste artigo.

§ 2º A quantidade de material exposto na praia por alguns tipos de serviço, não poderá ultrapassar os números abaixo especificados, por alvará concedido:

a) 60 cadeiras.

b) 12 caiaques.

c) 01 banana, fisco ou tapete.

d) 30 Guarda-sóis

§ 3º Fica expressamente proibidaa utilização dos espaços públicos e de restinga para expor ou guardar qualquer tipo de material, sob pena de cancelamento do alvará e multa, exceto os pontos

definidos pela Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

Art. 11 O uso de uniformes de identificação será obrigatório a todos os que exercerem atividades de ambulantes temporários nas praias, tanto para os titulares dos pontos, como para seus auxiliares.

Art. 12 Não se submetem ao regramento do artigo 11, os profissionais que possuam estabelecimentos fixos, cujas empresas estejam regulamentadas e possuam uniformes padronizados.

§ 1º Os uniformes deverão ser adquiridos junto a Secretaria Municipal da Fazenda/Setor de Tributos, mediante pagamento de taxa, a ser determinada pela municipalidade.

§ 2º O uniforme para os auxiliares deverá ser pago separadamente ao do titular, nos valores estabelecidos pela prefeitura.

§ 3º Os crachás serão fornecidos pela Secretaria da Fazenda/Setor de Tributos, mediante emissão da licença.

Art. 13 O titular do ponto, com o nome do qual a licença será expedida, deverá estar presente durante todo o período de funcionamento do comércio, sob pena de cancelamento da licença, multa e proibição de recebimento de novo alvará na próxima temporada.

Art. 14 Ficam proibidas as vendas de produtos e serviços não constantes do anexo II deste decreto, bem como os que, constando no referido anexo, não estiverem devidamente licenciados.

Parágrafo Único Os titulares que infringirem os artigos anteriores, serão penalizados com multa correspondente ao item(s) negociado(s) sem licença e estarão proibidos de comercializar referidos produtos.

Art. 15 Os documentos necessários para a concessão de Alvará de Ambulante para as praias do Município, constantes no anexo II deste decreto, são:

- a) Cédula de Identidade;
- b) CPF;

- c) CNPJ;
- d) Comprovante de Residência;
- e) Atestado de Saúde;
- f) Comprovante de quitação de Tributos Municipais/Certidão Negativa de Débitos;
- g) Atestado de antecedentes criminais (negativo);
- h) Cópia do Título de Eleitor;
- i) Comprovante de Quitação Eleitoral, exceto para as pessoas que tiverem mais de 70 (setenta anos de idade) e analfabetos;
- j) Comprovante de Pagamento da Taxa de Inscrição e Alvarás.

§ 1º Na comprovação de residência e respectivo cômputo de tempo serão admitidos um dos seguintes documentos, calculando-se a partir da data de emissão ou do reconhecimento em tabelionato, nos casos de contrato de locação.

I - Para as pessoas físicas:

- a) fatura de energia elétrica ou comprovante de data de ligação;
- b) fatura de água ou comprovante de data de ligação;
- c) fatura de telefone fixo ou comprovante de data de ligação;
- d) contrato de locação do imóvel registrado em cartório de títulos e documentos;
- e) comprovante de escolaridade em nome do concorrente, filho(s) ou dependentes.

§ 2º Os solteiros que residirem com os pais poderão apresentar comprovante de residência em nome dos mesmos, acompanhado de declaração firmada pelos responsáveis comprovando o local e tempo de residência.

§ 3º Serão aceitos os comprovantes em nome do cônjuge ou concubino(a).

§ 4º Nos casos de apresentação em nome dos dependentes será necessária a apresentação de documento comprovando a dependência.

II - Para as pessoas jurídicas:

- a) contrato social / firma individual;
- b) CNPJ;
- c) Alvará de Licença;

d) recolhimento de taxas de vistoria de localização e funcionamento ou;

e) certidão de atividade expedida pelo Município de Governador Celso Ramos.

Art. 16 Os portadores de necessidades especiais (deficiência física ou doenças crônicas), comprovadamente carentes, maiores de 18 anos, deverão solicitar o licenciamento para exercer as atividades temporárias, exceto para as atividades náuticas e transporte turístico, até a data disposta no anexo I deste decreto, mediante requerimento acompanhado dos documentos dispostos no artigo 15 e atestado de saúde comprovando a deficiência alegada.

§ 1º Aos portadores de necessidades especiais (deficiência física ou doenças crônicas) serão reservadas até 10% (dez por cento) do total geral das vagas.

§ 2º As vagas disponíveis aos portadores de necessidades especiais (deficiência física ou crônica) serão dispostas de acordo com o total disponibilizado por praia.

§ 3º A documentação apresentada será analisada por um representante da Secretaria da Fazenda/Setor de Tributos, em conjunto com um representante da Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente para a seleção dos requerentes.

§ 4º Fica a critério dos representantes das Secretarias descritos no parágrafo anterior, a seleção dos Portadores de Necessidades Especiais (deficiência física ou crônica) respeitando-se a documentação exigida.

§ 5º Os portadores de necessidades especiais (deficiência física ou doenças crônicas), poderão ser auxiliados por familiares credenciados.

§ 6º O valor dos tributos incidentes sobre as atividades exercidas pelos portadores de necessidades especiais (deficiências físicas ou doenças crônicas) será reduzido em 50% (cinquenta por cento).

Art. 17 Os munícipes terão prioridade na escolha das vagas, posteriormente, os que comprovarem maior tempo de residência em Governador Celso Ramos e em seguida, os demais.

§ 1º Na comprovação de residência e respectivo cômputo de tempo, serão admitidos um dos documentos abaixo relacionados, calculando-se a partir da data de emissão ou do reconhecimento em tabelionato, nos casos de contrato de locação:

- a) fatura de Energia Elétrica ou comprovante de data de ligação;
- b) fatura de água ou comprovante de data de ligação;
- c) fatura de telefone fixo ou comprovante de data de ligação;
- d) contrato de locação do imóvel registrado em cartório de títulos e documentos;
- e) comprovante de quitação eleitoral.

Art. 18 Compete aos representantes das Secretarias descritos no parágrafo 3º do artigo 15 a análise e julgamento dos documentos, com plenos poderes para inabilitar os participantes que não atenderem ou conflitarem com as disposições deste decreto e a legislação correlata.

Art. 19 A Seleção dos Ambulantes inscritos será feita na forma de sorteio em data definida no anexo I, obedecendo as prerrogativas do artigo 16.

§ 1º O sorteio dos suplentes será realizado na sequência do sorteio dos titulares, no mesmo período da realização do processo seletivo.

§ 2º A suplência dar-se-á por atividade e praia, tendo os suplentes um prazo de 48 horas, após liberação da vaga (por desistência ou cassação do titular), para manifestarem seu interesse na vaga e efetuarem o pagamento do alvará, sob pena de perderem o direito da vaga ou ponto para o próximo colocado.

Art. 20 O pagamento dos valores dos tributos incidentes sobre atividades ambulantes e de prestação de serviços deverão ser efetuados em cota única, em conta específica para este fim, até o dia 25 de novembro do corrente ano.

Art. 21 É proibida a ligação de pontos de Água e Energia Elétrica em qualquer dos instrumentos licenciados com o Alvará de Ambulante.



Art. 22 As Atividades Temporárias com estabelecimento fixo (Bares, Quiosques, sorveterias, lojas, outros) terão Alvará Provisório de Funcionamento nos mesmos moldes deste decreto e seus anexos, durante a temporada de verão 2013/2014.

§1º As atividades com estabelecimentos fixos, tais como os dispostos no caput deste artigo, somente poderão funcionar como pessoas jurídicas.

§2º Para a concessão do Alvará de Funcionamento previsto neste decreto, todos os estabelecimentos comerciais mencionados no caput deste artigo devem estar adequados ao acesso público, de modo a permitir o livre acesso, circulação e utilização por pessoas portadoras de deficiência, devendo seguir as orientações previstas na NBR 9050/2004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, no Decreto Federal 5296/2004 e legislação correlata.

Art.23 Para as atividades Náuticas, o Alvará somente será concedido após a apresentação das licenças emitidas pelos órgãos competentes como: Marinha do Brasil, Capitania dos Portos e Corpo de Bombeiros.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 24 A barraca somente poderá ser montada após a concessão do Alvará de Funcionamento Ambulante.

Art. 25 No final da temporada o titular deve retirar todo o material (barraca e lixo) do local, sob pena de não ser concedido alvará na próxima temporada e multa.

Art. 26 O não cumprimento das exigências determinadas neste decreto implicará na cassação do Alvará, retenção das mercadorias e aplicação de multa (40 UFM's), que terá seu valor majorado em 100% (cem por cento), nos casos de reincidência.

§1º As mercadorias apreendidas serão recolhidas ao depósito Municipal, podendo ser retiradas no prazo de três dias úteis mediante o pagamento dos tributos, multas e demais encargos.

§2º O titular que receber três advertências por escrito perderá o direito do Alvará por (03) três temporadas.

Art. 27 Os valores oriundos das taxas de inscrição, alvarás e multas, nos moldes do artigo 24 da Lei n. 662/2009, serão depositados em conta específica, do Banco do Brasil, agência n. 5414-3, conta corrente n.7690-2, cujos proventos serão convertidos em prol das atividades temporárias de ambulantes e prestadores de serviços temporários.

Art. 28 O servidor que não cumprir o procedimento estabelecido no presente Decreto, incorrerá nas penalidades por crime funcional, nos termos do artigo 173 e seguintes do Estatuto dos Servidores Municipais do Governador Celso Ramos.

Art. 29 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 30 de setembro de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

#### ANEXO I

##### I. DAS INSCRIÇÕES

Período: De 01 de Outubro a 31 de Outubro de 2013.

Horário: Das 08:00 às 12:00 horas.

Local: Setor de Tributos(Avenida Ganchos, Nº 694).

##### II. DA SELEÇÃO

Data: 05 de Novembro de 2013.

Divulgação: 12 de Novembro de 2013.

Local:Setor de Tributos(Avenida Ganchos, Nº 694).

#### III. ENTREGA DOS ALVARÁS

Data: 25 a 29 de Novembro de 2013.

Hora: Das 14:00 às 17:00 horas.

Local: Setor de Fiscalização

Obs:Entrega do boleto para pagamento da licença

#### IV. DA VALIDADE

De 01 de Dezembro de 2013 a 31 de Março de 2014.

Obs:Este alvará terá sua validade durante a temporada de verão no Município de Governador Celso Ramos SC

#### V. DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

-a)Documento de Identidade;

-b)Comprovante de Residência;

-c)Atestado de Saúde;

-d)Comprovante de quitação com Tributos Municipais;

-e)Comprovante de Antecedentes Criminais (Atestado de boa conduta).

Para os casos de deficientes e empresas, consultar o teor do presente decreto.

#### Resultado de Licitação - PR Nº 19/2013

##### RESULTADO DE LICITAÇÃO

Autos do Processo n.º 015/2013

Pregão Presencial n.º 019/2013

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR PARA SER UTILIZADO PELA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

O município de Governador Celso Ramos, por meio da Pregoeira e sua Equipe de Apoio designada por meio do Decreto 49/2013, em conformidade com o que estabelece a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e suas alterações, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como, a Lei Complementar nº 123/2006, analisou todas as peças que integram o presente processo licitatório e concluiu pela sua regularidade, observados os enunciados das referidas leis.

Assim sendo, após julgamento da proposta e documentos de habilitação apresentados pela licitante classificada, a Comissão decidiu pela adjudicação do presente processo licitatório para a empresa:

CARLOS ROBERTO DO AMARAL - ME

Observação: O Processo será remetido à autoridade superior para ratificação dos atos e sua efetiva homologação.

Governador Celso Ramos/SC, 12 de Setembro de 2013.

MARIANA DE SOUZA FERNANDES

Pregoeira

#### Resultado de Licitação - PR Nº18/2013

##### RESULTADO DE LICITAÇÃO

Autos do Processo n.º 049/2013

Pregão Presencial n.º 018/2013

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR PARA SER UTILIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

O município de Governador Celso Ramos, por meio da Pregoeira e sua Equipe de Apoio designada por meio do Decreto 49/2013, em conformidade com o que estabelece a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e suas alterações, pela Lei nº 8.666, de

21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como, a Lei Complementar nº 123/2006, analisou todas as peças que integram o presente processo licitatório e concluiu pela sua regularidade, observados os enunciados das referidas leis. Assim sendo, após julgamento da proposta e documentos de habilitação apresentados pela licitante classificada, a Comissão decidiu pela adjudicação do presente processo licitatório para a empresa:

CARLOS ROBERTO DO AMARAL - ME

Observação: O Processo será remetido à autoridade superior para ratificação dos atos e sua efetiva homologação.

Governador Celso Ramos/SC, 12 de Setembro de 2013.

MARIANA DE SOUZA FERNANDES

Pregoeira

**Editais de Credenciamento N. 001/Pmgcr/Sec. Fazenda/Sec. Administração/2013-2014 - Ambulantes e Prestadores de Serviços Temporários Nas Praias de Gcr**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC  
SECRETARIA DA FAZENDA  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.001/PMGCR/SEC.FAZENDA/SEC. ADMINISTRAÇÃO/2013-2014 - ABRE INSCRIÇÕES PARA COMÉRCIO AMBULANTE E PRESTADORES DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS NAS PRAIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS PARA A TEMPORADA DE VERÃO 2013/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, através da SECRETARIA DA FAZENDA e SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE, com sede na Praça 06 de Novembro, n. 01, Centro, Ganchos do meio, Governador Celso Ramos/SC, de acordo com a lei n. 662/2009 e demais legislação pertinente à espécie, faz saber que estará recebendo inscrições para o comércio de ambulantes e prestadores de serviços temporários, nos termos deste edital de credenciamento, nas modalidades que constam no ANEXO deste edital de credenciamento para a temporada de verão 2013/2014.

**01 - OBJETO**

1.1O presente edital visa estabelecer normas e procedimentos para a concessão de licenciamento para atividade de ambulantes e prestadores de serviços temporários desenvolvidas no município de Governador Celso Ramos durante a Programação Anual de Verão 2013/2014.

1.2As atividades permitidas, locais e valores estão dispostos no anexo deste edital.

**02 - CONDIÇÕES GERAIS**

2.1 Para o exercício da atividade de ambulante temporário serão necessários dois tipos de Alvarás, a saber:

I - Alvará Sanitário;

II - Alvará de Funcionamento de Atividade Ambulante

2.2Fica expressamente proibida a utilização dos espaços públicos e de restinga para expor ou guardar qualquer tipo de material, sob pena de cancelamento do alvará e multa, exceto os pontos definidos pela Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

**03 - DAS INSCRIÇÕES**

3.1 Podem participar deste edital de credenciamento as Pessoas Físicas, Microempreendedores Individuais e Micro Empresas.

3.2O valor de cada taxa de inscrição será de 1,5 UFMs, valor correspondente a R\$ 101,07 (cento e um reais e sete centavos).

3.3 É permitida apenas 01 (uma) inscrição por requerente ou cônjuge e por empresa individual, sob pena de desclassificação em qualquer fase do processo.

3.4Os valores correspondentes ao alvará sanitário e de localização/funcionamento estão dispostos por equipamentos/modalidades no anexo do edital.

3.5O pagamento da taxa de inscrição, não garante vaga, nem dá o direito à restituição da mesma ao inscrito não contemplado.

3.6Para as vagas não preenchidas durante o processo de seleção, os valores das respectivas taxas de inscrição, alvará sanitário e alvará de ambulante serão majorados em 50% (cinquenta por cento).

3.7No ato da inscrição o titular deverá indicar o nome e o número de ajudantes que o auxiliará, limitado a, no máximo, 02 (dois) auxiliares.

3.8Os auxiliares indicados poderão ser alterados, desde que o titular possua a anuência do Setor de Fiscalização.

3.9As inscrições podem ser feitas do dia 01 de Outubro a 31 de Outubro de 2013, das 08:00 às 12:00 horas.

3.10 As inscrições deverão ser feitas no Setor de Tributos/Secretaria da Fazenda (Avenida Ganchos, Nº 694, Ganchos do Meio - Governador Celso Ramos/SC).

**04 - DA ESTRUTURA A SER MONTADA**

4.1 A estrutura física a ser utilizada pelas atividades comerciais temporárias ambulantes deverão, obrigatoriamente, seguir o padrão determinado pela municipalidade (barraca modelo Gazebo removível, na cor branca).

4.2 A aquisição, montagem e desmontagem da estrutura física é de inteira responsabilidade dos titulares dos pontos.

4.3 Fica o titular do ponto ou vaga, responsável pela limpeza e manutenção em torno do seu respectivo ponto, num raio de 50m, tornando-se obrigatório:

a) retirada do lixo, devidamente ensacado em embalagem apropriada e depositado em local determinado pela coleta;

b) colocação de lixeiras adequadas para o depósito do lixo produzido;

c) organização das caixas e materiais diversos dentro das tendas e barracas;

d) limpeza e higiene dentro das barracas.

**05 - DAS ATIVIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇO**

5.1As atividades Prestadoras de Serviço de Caiaque e Cadeiras/Guarda-Sóis deverão respeitar o espaço delimitado pela prefeitura.

5.2 As cadeiras e guarda-sóis deverão permanecer fechados, enquanto não estiverem sendo utilizados, respeitando-se a quantidade disposta no item 5.3.

5.3 A quantidade de material exposto na praia por alguns tipos de serviço, não poderá ultrapassar os números abaixo especificados, por alvará concedido:

a) 60 cadeiras.

b) 12 caiaques.

c) 01 banana, fisco ou tapete.

d) 30 Guarda-sóis

**06 - DOS UNIFORMES**

6.1 O uso de uniformes de identificação será obrigatório a todos os que exercerem atividades de ambulantes temporários nas praias, tanto para os titulares dos pontos, como para seus auxiliares.

6.2 Não se submetem ao regimento do item 6.1, os profissionais que possuam estabelecimentos fixos, cujas empresas estejam regulamentadas e possuam uniformes padronizados.

6.3Os uniformes deverão ser adquiridos junto a Secretaria Municipal da Fazenda/Setor de Tributos, mediante pagamento de taxa, a ser determinada pela municipalidade.

6.4 O uniforme para os auxiliares deverá ser pago separadamente ao do titular, nos valores estabelecidos pela prefeitura.

6.5 Os crachás serão fornecidos pela Secretaria da Fazenda/Setor de Tributos, mediante emissão da licença.

**07 - DO FUNCIONAMENTO**

7.1O titular do ponto, com o nome do qual a licença será expedida, deverá estar presente durante todo o período de funcionamento

do comércio, sob pena de cancelamento da licença, multa e proibição de recebimento de novo alvará na próxima temporada.

7.2 Ficam proibidas as vendas de produtos e serviços não constantes do anexo deste edital, bem como os que, constando no referido anexo, não estiverem devidamente licenciados.

7.3 Os titulares que infringirem o item anterior, serão penalizados com a multa correspondente ao item(s) negociado(s) sem licença e estarão proibidos de comercializarem referidos produtos e perderão o direito de terem a concessão de alvará por 03 (três) temporadas.

## 08 - DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A INSCRIÇÃO

8.1 Os documentos necessários para a concessão de Alvará de Ambulante para as praias do Municípiosão:

- a) Cédula de Identidade;
  - b) CPF;
  - c) Cartão CNPJ;
  - d) Comprovante de Residência;
  - e) Atestado de Saúde;
  - f) Comprovante de quitação de Tributos Municipais/Certidão Negativa de Débitos;
  - g) Atestado de antecedentes criminais (negativo);
  - h) Cópia do Título de Eleitor;
  - i) Comprovante de Quitação Eleitoral, exceto para as pessoas que tiverem mais de 70(setenta anos de idade) e analfabetos;
  - j) Comprovante de Pagamento da Taxa de Inscrição e Alvarás.
- 8.2 Na comprovação de residência e respectivo cômputo de tempo serão admitidos um dos seguintes documentos, calculando-se a partir da data de emissão ou do reconhecimento em tabelionato, nos casos de contrato de locação.

I - Para as pessoas físicas:

- a) fatura de energia elétrica ou comprovante de data de ligação;
- b) fatura de água ou comprovante de data de ligação;
- c) fatura de telefone fixo ou comprovante de data de ligação;
- d) contrato de locação do imóvel registrado em cartório de títulos e documentos;
- e) comprovante de escolaridade em nome do concorrente, filho(s) ou dependentes.

8.3 Os solteiros que residirem com os pais poderão apresentar comprovante de residência em nome dos mesmos, acompanhado de declaração firmada pelos responsáveis comprovando o local e tempo de residência.

8.4 Serão aceitos os comprovantes em nome do cônjuge ou concubino(a).

8.5 Nos casos de apresentação em nome de dependente será necessária a apresentação de documento comprovando a dependência.

II - Para as pessoas jurídicas:

- a) contrato social / firma individual;
- b) CNPJ;
- c) Alvará de Licença;
- d) recolhimento de taxas de vistoria de localização e funcionamento ou;
- e) certidão de atividade expedida pelo Município de Governador Celso Ramos.

8.6 O requerente que não apresentar qualquer dos documentos constantes da lista obrigatória, será EXCLUÍDO do processo de credenciamento.

## 09 - DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

9.1 Os portadores de necessidades especiais (deficiência física ou doenças crônicas), comprovadamente carentes, maiores de 18 anos, deverão solicitar o licenciamento para exercer as atividades temporárias, exceto para as atividades náuticas e transporte turístico, até a data disposta no item 03 deste edital, mediante requerimento acompanhado dos documentos dispostos no item 08 e atestado de saúde comprovando a deficiência alegada.

9.2 Aos portadores de necessidades especiais (deficiência física ou doenças crônicas) serão reservadas até 10% (dez por cento) do total geral das vagas.

9.3 As vagas disponíveis aos portadores de necessidades especiais (deficiência física ou crônica) serão dispostas de acordo com o total disponibilizado por praia.

9.4 A documentação apresentada será analisada por um representante da Secretaria da Fazenda/Setor de Tributos, em conjunto com um representante da Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente para a seleção dos requerentes.

9.5 Fica a critério dos representantes das Secretarias descritos no parágrafo anterior, a seleção dos Portadores de necessidades especiais (deficiência física ou crônica) respeitando-se a documentação exigida.

9.6 Os portadores de necessidades especiais (deficiência física ou doenças crônicas), poderão ser auxiliados por familiares credenciados.

9.7 O valor dos tributos incidentes sobre as atividades exercidas pelos portadores de necessidades especiais (deficiências físicas ou doenças crônicas) será reduzido em 50% (cinquenta por cento).

## 10 - DA ESCOLHA DE VAGAS

10.1 Os municípios terão prioridade na escolha das vagas, posteriormente, os que comprovarem maior tempo de residência em Governador Celso Ramos e em seguida, os demais.

10.2 Na comprovação de residência e respectivo cômputo de tempo serão admitidos um dos documentos abaixo relacionados, calculando-se a partir da data de emissão ou do reconhecimento em tabelionato, nos casos de contrato de locação:

- a) fatura de energia elétrica ou comprovante de data de ligação;
- b) fatura de água ou comprovante de data de ligação;
- c) fatura de telefone fixo ou comprovante de data de ligação;
- d) contrato de locação do imóvel registrado em cartório de títulos e documentos;
- e) comprovante de quitação eleitoral.

## 11 - DA SELEÇÃO

11.1 A seleção será feita no dia 05 de novembro de 2013.

11.2 A divulgação do resultado da seleção será no dia 12 de novembro de 2013.

11.3 A divulgação do resultado da seleção será feita no Setor de Tributos/Secretaria da Fazenda (Avenida Ganchos, Nº 694, Ganchos do Meio - Governador Celso Ramos/SC).

## 12 - DA ENTREGA DOS ALVARÁS

12.1 A entrega dos alvarás será do dia 25 ao dia 29 de novembro de 2013, das 14:00 às 17:00 horas.

12.2 Os alvarás serão entregues no Setor de Fiscalização (prédio da Prefeitura Municipal).

## 13 - DOCUMENTOS DE PORTE OBRIGATÓRIO

13.1 Todo ambulante licenciado deverá portar durante o período de trabalho:

- a) alvará de Licenciamento;
- b) alvará Sanitário;
- c) documento de identificação pessoal;
- d) atestado de saúde comprovando a deficiência alegada;
- e) uniforme (para titulares e auxiliares)

## 14 - DA VALIDADE



14.1 Os alvarás, objetos do presente, terão validade de 01 de dezembro de 2013 a 31 de março de 2014 (temporada de verão 2013/2014 no Município de Governador Celso Ramos SC).

#### 15 - DISPOSIÇÕES FINAIS E TRASITÓRIAS

15.1 Competem aos representantes das Secretarias da Fazenda/ Setor de Tributos, em conjunto com um representante da Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente a análise e julgamento dos documentos, com plenos poderes para inabilitar os participantes que não atenderem ou conflitem com as disposições deste edital e legislação correlata.

15.2A Seleção dos ambulantes inscritos será feita na forma de sorteio em data definida no anexo deste edital.

15.3O sorteio dos suplentes será realizado na sequência do sorteio dos titulares, no mesmo período da realização do processo seletivo.

15.4A suplência dar-se-á por atividade e praia, tendo os suplentes um prazo de 48 horas, após liberação da vaga (por desistência ou cassação do titular), para manifestarem seu interesse na vaga e efetuarem o pagamento do alvará, sob pena de perderem o direito da vaga ou ponto para o próximo colocado.

15.5O pagamento dos valores dos tributos incidentes sobre atividades ambulantes e de prestação de serviços deverão ser efetuados em cota única, em conta corrente específica para este fim, até o dia 25 de novembro do corrente ano.

15.6É proibida a ligação de pontos de água e energia elétrica em qualquer dos instrumentos licenciados com o alvará de ambulante.

15.7As atividades temporárias com estabelecimento fixo (bares, quiosques, sorveterias, lojas, outros) terão alvará provisório de funcionamento nos mesmos moldes deste edital e seu anexo, durante a temporada de verão 2013/2014.

15.8As atividades com estabelecimentos fixos, tais como os dispostos no item anterior, somente poderão funcionar como pessoas jurídicas e/ou equiparados.

15.9Para a concessão do alvará de funcionamento previsto neste edital, todos os estabelecimentos comerciais mencionados no item 15.7 devem estar adequados ao acesso público, de modo a permitir o livre acesso, circulação e utilização por pessoas portadoras de deficiência, devendo seguir as orientações previstas na NBR 9050/2004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, no Edital Federal 5296/2004 e legislação correlata.

15.10Para as atividades náuticas, o alvará somente será concedido após a apresentação das licenças emitidas pelos órgãos competentes como: Marinha do Brasil, Capitania dos Portos e Corpo de Bombeiros.

15.11A barraca somente poderá ser montada após a concessão do alvará de funcionamento ambulante.

15.12No final da temporada o titular deve retirar todo o material (barraca e lixo) do local, sob pena de não ser concedido alvará na próxima temporada e multa.

15.13O não cumprimento das exigências determinadas neste edital implicará na cassação do alvará, retenção das mercadorias e aplicação de multa (40 UFM's), que terá seu valor majorado em 100% (cem por cento), nos casos de reincidência.

15.14As mercadorias apreendidas serão recolhidas ao depósito municipal, podendo ser retiradas no prazo de três dias úteis mediante o pagamento dos tributos, multas e demais encargos.

15.15A inscrição e o alvará de licença são pessoais e intransferíveis, sendo PROIBIDA VENDA ou o ALUGUEL DO PONTO.

Os casos omissos no presente edital estão regulamentados no decreto n. 100/2013.

Governador Celso Ramos, 30 de setembro de 2013.

RODRIGO DUARTE DA SILVA  
Secretário da Fazenda

#### Ata de Registro de Preços - Pregão Presencial Nº 18/2013

PREGÃO PRESENCIAL nº 018/2013

Ata de Registro de Preços nº 048/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.  
CONTRATADO: Ata nº 047/2013 - CARLOS ROBERTO DO AMARAL - ME

OBJETO: Aquisição de veículo automotor 0 km para ser utilizado pela Secretaria de Educação do Município de Governador Celso Ramos.

PRAZO: 12 meses.

Governador Celso Ramos, 12 de setembro de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

#### Ata de Registro de Preços - Pregão Presencial Nº 19/2013

PREGÃO PRESENCIAL nº 019/2013

Ata de Registro de Preços nº 049/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.  
CONTRATADO: Ata nº 048/2013 - CARLOS ROBERTO DO AMARAL - ME

OBJETO: Aquisição de veículo automotor 0 km para ser utilizado pela Secretaria de Saúde do Município de Governador Celso Ramos.

PRAZO: 12 meses.

Governador Celso Ramos, 12 de setembro de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Grão Pará

PREFEITURA

#### Portaria 212/2013 a 234/2013

PORTARIA N. 212/2013, DE 20/08/2013

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009,

RESOLVE

Contratar JOYCE PAIVA MARTINS DA SILVA, para, no período compreendido entre 01/09/2013 a 30/08/2014, exercer a função de Estagiária, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento.

PORTARIA N. 213/2013, DE 20/08/2013

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESOLVE

Contratar IZOLEIDE HENKEL PICKLER DA SILVA, para, a partir de 20/08/2013, ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, e exercer suas funções no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS, em substituição a titular Zolenir Isidoro Maffei, em licença para tratamento de saúde, enquanto perdurar o período da licença, conforme Solicitação

**Administrativa.****PORTARIA N. 214/2013, DE 30/08/2013**

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 6.º da Lei Municipal n.º 991/2000, de 04.04.2000,  
**RESOLVE**

Designar MARILÉIA AMELIA SOARES, ocupante do cargo de Agente de Controle Aedes Aegypti, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para, a partir de 01/09/2013, ocupar o cargo em comissão de Diretora de Departamento do Desenvolvimento Social para atuar na Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento.

**PORTARIA N. 215/2013, DE 30/08/2013**

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 6.º da Lei Municipal n.º 991/2000, de 04.04.2000,  
**RESOLVE**

Conceder férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados, pertencentes ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura, no período de 01/09/2013 a 30/09/2013,  
Lorival Godinho, Alcindo Correa Furtado, Sedenir Roque Bonotti, Pedro Paulo Izidoro.

**PORTARIA N. 216/2013, DE 30/08/2013**

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 6.º da Lei Municipal n.º 991/2000, de 04.04.2000,  
**RESOLVE**

Contratar, em caráter temporário, JOSIMAR LEANDRO BRANCO, para, no período compreendido entre 01/09/2013 a 30/09/2013, ocupar o cargo de Servente de Obras, código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ter exercício na Secretaria dos Transportes e Obras, em substituição ao titular Lourival Godinho, em gozo de férias regulamentares, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS.

**PORTARIA N. 217/2013, DE 02/09/2013**

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 6.º da Lei Municipal n.º 991/2000, de 04.04.2000,  
**RESOLVE**

Contratar, em caráter temporário, FABIO BELTRAME SOMBRIO, para, no período compreendido entre 01/09/2013 a 30/09/2013, ocupar o cargo de Servente de Obras, código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ter exercício na Secretaria dos Transportes e Obras, em substituição ao titular Alcindo Correa Furtado, em gozo de férias regulamentares, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS.

**PORTARIA N. 218/2013, DE 02/09/2013**

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições,  
**RESOLVE**

Designar MOACIR BORGHEZAN BAGIO, ocupante do cargo de Operador de Máquinas e Equipamentos, Código 4.05, 40 horas semanais, da Secretaria dos Transportes e Obras, para, a partir desta data, exercer suas funções na Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

**PORTARIA N. 219/2013, DE 02/09/2013**

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 31.º, da Lei Municipal nº 990/2000 de 04/04/2000,  
**RESOLVE**

Cessar, a partir desta data, os efeitos da portaria nº 204/2013, de 09/08/2013, que contrata ANDRESA DE OLIVEIRA LEMBECK, para ocupar o cargo de Professor, nível I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Escola Municipal

Professor Gregório Wessler, em substituição a titular Rogirlene Dacoregio Kulkamp, retornando os efeitos da portaria 102/2013, de 01/03/2013, conforme Solicitação Administrativa.

**PORTARIA N. 220/2013, DE 04/09/2013**

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 75, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,  
**RESOLVE**

Conceder 3 (três) anos de LICENÇA SEM VENCIMENTOS PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES a funcionária JACILDA BONIN, ocupante do cargo efetivo de Médico Veterinário, código 1.03 com exercício na Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir desta data, conforme requerimento em anexo.

**PORTARIA N. 221/2013, DE 04/09/2013**

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 31.º da Lei Municipal nº 990/2000 de 04/04/2000,  
**RESOLVE**

Cessar, a partir desta data, os efeitos da portaria 142/2013, de 02/05/2013, que altera a carga horária da funcionária VANESSA LOCH DA SILVA, ocupante do cargo de Professor, nível I, para 20 (vinte) horas semanais, na E. M. Prof. Gregório Wessler, em substituição a Andreza Kulkamp M. Borghezan, retornando a carga horária de 10 (dez) horas semanais, conforme Solicitação Administrativa em anexo.

**PORTARIA N. 222/2013, DE 06/09/2013**

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 10º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,  
**RESOLVE**

Designar o funcionário EDILSON GHIZONI WESSLER, ocupante do cargo de Fiscal de Caça, Pesca e Meio Ambiente, Código 3.06, para ocupar a Função Gratificada de Chefe de Setor da Agricultura, fazendo jus a gratificação FG-02, a partir desta data.

**PORTARIA N. 223/2013, DE 06/09/2013**

Prorrogar, até 30/09/2013, os efeitos da portaria 172/2013, que contrata SIZINO DA ROSA BRANCO, para ocupar o cargo de Condutor de Veículos, código 4.03, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ter exercício na Secretaria dos Transportes e Obras, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS em substituição ao titular Sedenir Roque Bonotti, em gozo de férias regulamentares.

**PORTARIA N. 224/2013, DE 06/09/2013**

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições,  
CONSIDERANDO a nomeação de funcionários em caráter efetivo em razão de aprovação em concurso público;  
CONSIDERANDO o que dispõe o art. 41, §4º, da Constituição Federal de 1988, que estatui como condição para aquisição de estabilidade, a obrigatória avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade,  
**RESOLVE**

CONSTITUIR a COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DE SERVIDORES EM ESTÁGIO OBRIGATÓRIO, nomeando para constituí-la os servidores VALMIR JACINTO BALMANN, na condição de Presidente, JANE BONIN, na função de Secretária, SALESIO PICLKER DACOREGIO e OSNI JOSE KULKAMP, como membros, que deverão avaliar os funcionários nomeados e empossados que se encontram em estágio probatório, que deverão opinar ao Poder Executivo acerca da necessidade de abertura de sindicância ou processo administrativo.

**PORTARIA N. 225/2013, DE 09/09/2013**

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,  
**RESOLVE**

Contratar JAMILI MULLER DORIGON, para, a partir desta data, ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, e exercer suas funções no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS, em substituição a titular Valdira Marcelino, em licença para tratamento de saúde, enquanto perdurar o período da licença, conforme Solicitação Administrativa.

**PORTARIA N. 226/2013, DE 09/09/2013**

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,  
**RESOLVE**

Conceder férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados, pertencentes ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura, no período de 09/09/2013 a 09/10/2013,

**PORTARIA N. 227/2013, DE 16/09/2013**

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009.  
**RESOLVE**

Exonerar, a pedido, CAMILA VIEIRA FERNANDES, ocupante da função de Estagiária, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, atuando na Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, a partir desta data, conforme requerimento.

**PORTARIA N. 228/2013, DE 16/09/2013**

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei Municipal n.º 1782/2011, de 20.09.2011,  
**RESOLVE**

Conceder 120 (cento e vinte) dias de licença maternidade à funcionária DANIELA DELLA GIUSTINA MICHELS BELTRAME, ocupante do cargo de Professor, Nível II, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com exercício no Centro de Educação de Jovens e Adultos, vinculado à Secretaria Municipal da Educação e Cultura no período compreendido entre 16/09/2013 a 13/01/2014, bem como, a prorrogação de 60 (sessenta) dias do período de acordo com a Lei Municipal 1782/2011, de 20/09/2011, conforme documentação anexo.

**PORTARIA N. 229/2013, DE 16/09/2013**

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,  
**RESOLVE**

Conceder férias regulamentares ao servidor OSMAR LUIZ DA COREGIO, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Tributação, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, exercendo a Função Gratificada de Chefe de Divisão de Urbanismo, pertencente ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura, no período de 16/09/2013 a 15/10/2013, conforme período aquisitivo de 02/01/2010 a 01/01/2011.

**PORTARIA N. 230/2013, DE 16/09/2013**

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições.  
**RESOLVE**

Remover a funcionária, ALCIONE MAIRA FURTADO, ocupante do cargo de Professor Nível I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício vinculado a Secretaria Municipal

da Educação e Cultura, para exercer suas atividades, em caráter temporário, na Escola Municipal Professor Gregório Wessler, turma quarto ano, no atendimento de aluno com necessidades educacionais especiais, a partir desta data, conforme Solicitação Administrativa.

**PORTARIA N. 231/2013, DE 16/09/2013**

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições.

**RESOLVE**

Cessar a partir desta data, os efeitos da portaria 073/2013, de 04/02/2013, que remove a funcionária, ROSINETE ALEXANDRE SERAFIM, ocupante do cargo efetivo de Professor Nível I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas atividades no Centro de Educação Infantil Rio Pequeno, retornando ao exercício de suas funções no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura conforme Solicitação Administrativa.

**PORTARIA N. 232/2013, DE 16/09/2013**

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 31.º, da Lei Municipal nº 990/2000 de 04/04/2000.

**RESOLVE**

Prorrogar, até 30/09/2013, os efeitos da Portaria nº 186/2013, de 02/07/2013, que contrata DEBORA FALCÃO DOS SANTOS, para ocupar o cargo de Professor, nível I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, atuando no Centro de Educação Infantil Rio Pequeno, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, por extrema necessidade de serviço, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, conforme Solicitação Administrativa.

**PORTARIA N. 233/2013, DE 16/09/2013**

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009.

**RESOLVE**

Contratar LUANA MICHELS DE OLIVEIRA, para, no período compreendido entre 16/09/2013 a 30/08/2014, exercer a função de Estagiária, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Centro de Educação Infantil Rio Pequeno, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, conforme Solicitação Administrativa.

**PORTARIA N. 234/2013, DE 18/09/2013**

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009.

**RESOLVE**

Contratar RAFAELA FAUST WESSLING, para, no período compreendido entre 18/09/2013 a 30/08/2014, exercer a função de Estagiária, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Centro de Educação Infantil Tio Patinhas, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, conforme Solicitação Administrativa.

**Contrato 77/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 57/2013

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 26/2013-DL, DE 13/09/2013

Objeto: - LOCAÇÃO DE ÁREA DE TERRA DE PROPRIEDADE DOS LOCADORES, SITUADO NA LOCALIDADE DE RIO AREÃO, MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/ SC, REGISTRADO NO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE BRAÇO DO NORTE/ SC, REGISTRADO SOB O N. R-2.9977 (AV-3-4029), REGISTRADO NO LIVRO L-2-AT, PARA EXTRAÇÃO DE SAIBRO A SER APLICADO NO



REVESTIMENTO DO SISTEMA RODOVIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/ SC.

Empresa Contratada: SANTOS DACOREGIO e s/m ALBERTINA KUHNEN DACOREGIO

Valor Mensal: R\$ 1.000,00

Data da Homologação e Adjudicação: 13/09/2013.

Grão-Pará/SC, 13 de setembro 2013.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N. 77/2013.  
DE 13 DE SETEMBRO DE 2013.

Objeto: - LOCAÇÃO DE ÁREA DE TERRA DE PROPRIEDADE DOS LOCADORES, SITUADO NA LOCALIDADE DE RIO AREÃO, MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/ SC, REGISTRADO NO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE BRAÇO DO NORTE/ SC, REGISTRADO SOB O N. R-2.9977 (AV-3-4029), REGISTRADO NO LIVRO L-2-AT, PARA EXTRAÇÃO DE SAIBRO A SER APLICADO NO REVESTIMENTO DO SISTEMA RODOVIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/ SC.

Empresa Contratada: SANTOS DACOREGIO e s/m ALBERTINA KUHNEN DACOREGIO

Valor Mensal: R\$ 1.000,00

Data da Homologação e Adjudicação: 13/09/2013.

Grão-Pará/SC, 13 de setembro 2013.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

### Decreto Nº 2535/2013

DECRETO Nº 2535/2013

"APROVA REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e;

Considerando a necessidade de regular as atividades e o funcionamento da Secretaria da Saúde, de forma eficaz;

Amparado no Artigo 88, incisos VII e XIII e Artigo 149, da Lei Orgânica.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ibiam, na forma da minuta anexa a este Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 02 DE SETEMBRO DE 2013.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

### Edital de Pregão Nº 036/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM

Estado de Santa Catarina

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2013

SRP: 014/2013

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para registrar preços visando futuras possíveis aquisições parceladas de camisetas, armário, agasalhos para a secretaria de saúde, para serem fornecidas pelo período de doze meses, conforme necessidade da Secretaria de Saúde de Ibiam.

Entrega dos envelopes: 21/10/2013 até às 08:15 horas

Abertura dos envelopes: 21/10/2013 às 08:30 horas

Tipo de Avaliação: Menor preço Unitário. Os recursos financeiros são da Vigilância Epidemiológica e do Cofinanciamento.

Base legal: lei 10.520, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:00 às 13:00 horas, na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0\*\*49)534-0044.

Ibiam, 04 de Outubro de 2013.

CLOVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal de Ibiam

Ilhota

PREFEITURA

### Aviso de Cancelamento Prg 015/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE CANCELAMENTO EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2013 - FME

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS E PERECÍVEIS PARA ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS.

Motivo: FICA CANCELADO POR TEMPO INDETERMINADO A ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL NUMERO 015/2013 COM PREVISÃO DE ABERTURA DIA 07/10/2013.

Coordenação do Processo: Pregoeiro RODRIGO TRUFFA DA COSTA

Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Rua Leoberto Leal, 160, Centro - Ilhota/SC, ou através do fone/fax (47)3343-8825 815. Horário de atendimento 13:30 às 17:30.

Ilhota/SC, 04 de outubro 2013.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

# Imbituba

## PREFEITURA

### Portaria PMI/DGP Nº 607/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 607, de 03 de outubro de 2013.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora MARIA DA GLÓRIA MIGUEL MARCELINO, Assistente Administrativa, inscrita no CPF sob o n.º 096.458.459-04, admitida em 01 de abril de 1987, contrato nº 318, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	02.10.2013 a 30.12.2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de 02 de outubro de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 03 de outubro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Portaria PMI/DGP Nº 608/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 608, de 03 de outubro de 2013.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora ADRIANA PEREIRA FORNASE, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 742.237.809-30, admitida em 02 de março de 1998, contrato nº 13, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	01.10.2013 a 29.12.2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de 1º de outubro de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 03 de outubro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Portaria PMI/DGP Nº 609/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 609, de 03 de outubro de 2013.

Dispõe sobre a concessão de licença sem vencimentos e, dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei nº 2.141, de 14 de maio de 2001,

Considerando ainda, o Processo Administrativo nº 13826, de 13 de setembro de 2013.

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora GISELI VIEIRA EMÍDIO CORREA, inscrita no CPF sob o n.º 005.253.699-88, Professora III - 40h, matrícula n.º 5374, LICENÇA SEM VENCIMENTOS, pelo prazo de 1 (um) ano, a partir de 01 de outubro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de 1º de outubro de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 03 de outubro de 2013.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

### Portaria PMI/DGP Nº 610/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 610, de 03 de outubro de 2013.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor MÁRIO CESAR MAGALHÃES, Fiscal de Obras e Posturas, inscrito no CPF sob o n.º 306.036.689-68, admitido em 01 de agosto de 1982, contrato nº 375, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2002 a 2007	01.10.2013 a 29.12.2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de 1º de outubro de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 03 de outubro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**CÂMARA MUNICIPAL****Portaria CMI Nº 060/2013**

PORTARIA CMI nº 060/2013

"Exonera Gizelle Aparecida da Rosa do Cargo em Comissão de Assessora Parlamentar".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Exonerar, a partir do dia 03 de outubro de 2013, a Sra. Gizelle Aparecida da Rosa, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade nº 3.952.861 e inscrito no CPF sob o nº 006.571.689-20, residente e domiciliada na Rua Romeu Pires, Nº 97, Vila Nova Alvorada, neste Município, do Cargo em Comissão de Assessora Parlamentar.

Imbituba, 03 de outubro de 2013.

LUÍS ANTÔNIO DUTRA

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 03/10/2013.

**Portaria CMI - Leg Nº 010/2013**

PORTARIA CMI - LEG Nº 010/2013

Designa os membros da Comissão Especial de Acompanhamento da Etapa de Elaboração do Projeto da Ferrovia Litorânea ligando os municípios de Imbituba e Araquari (SC), e, posteriormente, da Etapa de Execução das Obras, criada pela Resolução nº 008, de 19 de setembro de 2013.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 35, VIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve designar os seguintes Vereadores, para as respectivas funções, na Comissão Especial de Acompanhamento da Etapa de Elaboração do Projeto da Ferrovia Litorânea ligando os municípios de Imbituba e Araquari (SC), e, posteriormente, da Etapa de Execução das Obras:

- a) Presidente: Dorlin Nunes Júnior (PSDB);
- b) Vice-Presidente: Renato Carlos de Figueiredo (PSD); e
- c) Relatora: Rosália Maria de Souza Sgrott (PP).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 03 de outubro de 2013.

LUÍS ANTÔNIO DUTRA

Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

Registre-se e Publique-se

Registrada, publicada, e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 03/10/2013 e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

RAFAELA DA ROSA OLIVEIRA

Secretária Administrativa

**Ato da Presidência Nº 048/13**

Ato da Presidência nº 048/13

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 33ª Sessão Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 07 de outubro de 2013 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/ Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
094	PL nº 4.423/2013	03/10/13	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Liga Imbitubense de Futebol e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª



095	PL nº 4.424/2013	03/10/13	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação Amigos Cavaleiros de Imbituba - AACI e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
097	PL nº 4.425/2013	03/10/13	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação de Mães Amigas das Gestantes e Idosas - AMAGI e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
095	PL nº 4.426/2013	03/10/13	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação Brasileira de Windsurf - ABWS e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PL nº 4.419/2013	12/09/13	Legislativo Municipal	Rui Geraldo Rodrigues	Declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Cristã Alimentando Esperanças.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	Moção nº 009/2013	10/09/13	Legislativo Municipal	Renato Carlos de Figueiredo	Moção de Congratulação ao ator Christian Luiz Ribeiro pelo reconhecimento do seu trabalho.	Ordinário	Única	Única
	REQ Nº 046/2013	23/09/13	Legislativo Municipal	Anderson Teixeira	Requer a Cópia do Processo de Licitação para a Implantação de Drenagem Superficial e Obras de Arte Correntes nas Ruas Otacílio de Carvalho, Nereu Ramos, João de Oliveira Filho, Irineu Bornhausen e na Avenida Santa Catarina, no Município de Imbituba- Processo 08/2011 Tomada de Preços 01/2011.	Ordinário	Única	Única
	REQ Nº 047/2013	23/09/13	Legislativo Municipal	Anderson Teixeira	Requer a Cópia do Processo de Licitação da Construção do Paço Municipal (Sede do Poder Executivo)- Processo 22/2011 Concorrência 01/2011. Incluindo empresas que fizeram parte da concorrência para a Licitação, Verbas recebidas e Notas dos gastos na execução do referido serviço.	Ordinário	Única	Única
	REQ Nº 048/2013	23/09/13	Legislativo Municipal	Anderson Teixeira	Requer a Cópia do Processo de Licitação para a Execução da Revitalização do trecho da Rua Nereu Ramos, compreendida entre a Rua Irineu Bornhausen e Rua Ernani Cotrin- Imbituba/SC- Processo 41/2013 Concorrência 01/2013.	Ordinário	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 03 de outubro de 2013.

LUÍS ANTÔNIO DUTRA

Presidente

LUIZ CLÁUDIO CARVALHO DE SOUZA

Vice-Presidente

ROSÁLIA MARIA DE SOUZA SGROTT

Primeira-Secretária

ROGBERTO DE FARIAS PIRES

Segundo-Secretário

# Iomerê

## PREFEITURA

### Decreto 1457/2013

DECRETO Nº. 1457 DE 03 DE OUTUBRO DE 2013.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 705/2012 de 28 de novembro de 2012, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 705/2012 de 28 de novembro de 2012.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 20.500,00 (vinte mil quinhentos reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
2059 Manutenção da Malha Rodoviária  
33900000 Aplicações Diretas  
100.00 Recursos Ordinários  
R\$ 20.500,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
Iomerê, 03 de outubro de 2013.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretário de Administração e Finanças

### Decreto 1458/2013

DECRETO Nº. 1458 DE 03 DE OUTUBRO DE 2013.

Abre Crédito Especial alterando a Lei nº. 705/2012 de 28 de novembro de 2012, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade a lei nº 744/2013 de 14 de agosto de 2013.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito especial no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 891.600,00 (oitocentos e noventa e um mil seiscentos reais), na seguinte dotação orçamentária.

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
05.01 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
1047 Patrulha Agrícola  
44900000 Aplicações Diretas  
183.00 Operação de Crédito Internas - Outros Programas

R\$ 891.600,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta das receitas provenientes da Operação de Crédito autorizada pela Lei nº 733 de 07 de junho de 2013, firmada entre o BADESC e o Município de Iomerê através do contrato nº 2013023601.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
Iomerê, 03 de outubro de 2013.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretário de Administração e Finanças

# Ipumirim

## PREFEITURA

### Portaria Nº.415/2013 de 01 de Outubro de 2013.

TRANSFERE SERVIDOR PUBLICO POR APOSENTADORIA  
PARA O QUADRO DE INATIVOS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

#### TRANSFERE

JUARES ADELAR BOGONI, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade sob o nº. 3.815.811 CPF nº.352.659.309-49 Servidor Público Municipal, no exercício do cargo Efetivo de Operador de PA carregadeira e rolo Compactador Motorizado, com vencimentos previstos no Anexo II, Classe I, do Grupo C, da Lei nº 001/2002, que dispõe sobre o novo Plano de Cargos e Salários do Município e da outras providências, com proventos previstos no RGPS que concedeu Aposentadoria por Tempo de Contribuição, e atendido o disposto no §2º do artigo 69 da Lei Complementar 001/2002 que dispõe sobre Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Ipumirim SC.

Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01 de Outubro de 2013.

Ipumirim - SC, 01 de Outubro de 2013.  
VALDIR ZANELLA  
Prefeito Municipal

### Portaria Nº.416/2013 de 03 de Outubro de 2013.

DESIGNA SERVIDORA NOMEADA POR CONCURSO PUBLICO NO CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL PARA ATUAR 4 HORAS SEMANAIS NO NASF – NUCLEO DE ATENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

#### DESIGNA

Art. 1º GESSI ANTUNES DE CAMPOS, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade nº. 2.916,819 e CPF sob o

nº.715.555.109-06, residente e domiciliada, nesta cidade de Ipumirim - SC, no Cargo efetivo de Assistente Social, com carga horária de 40 horas, para atuar 4 horas semanais no NASF – NÚCLEO DE ATENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produza efeitos a partir de 03 de Setembro de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de Outubro de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal.

### Edital Nº 009/2013

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes torna público, pelo presente Edital, as normas para realização do processo seletivo para admissão de professores em caráter temporário, para atuação na educação básica: nos níveis de Educação Infantil e Ensino Fundamental do ensino regular da rede pública municipal e nas modalidades esportivas e culturais.

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, Senhor Valdir Zanella, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o art. 37, IX, da Constituição Federal e considerando o disposto no inciso III, do artigo 2º da Lei Complementar nº 004/2002, de 27 de setembro de 2002, torna público para o conhecimento dos interessados, que se acham aberto, no período de 29 de outubro de 2013 a 14 de novembro de 2013, nos dias considerados úteis, as inscrições ao Processo Seletivo para admissão de Servidores em caráter temporário, para atuação na educação básica: nos níveis de Educação Infantil e Ensino Fundamental do ensino regular da rede pública municipal e nas modalidades esportivas e culturais.

Todo o processo seletivo será regido pelas disposições seguintes.

#### CAPÍTULO I

##### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo destina-se ao provimento de vagas para o cargo de Professor Admitido em Caráter Temporário para o ano de 2014, conforme áreas estabelecidas nos itens “3.4.1”, “3.4.2”, “3.4.3” e “3.4.4”, deste Edital.

1.2. Este Processo Seletivo será coordenado e operacionalizado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes juntamente com Comissão Especial de Acompanhamento desta seleção.

#### CAPÍTULO II

##### DAS VAGAS

2.1. O Processo Seletivo destina-se ao provimento das vagas que ocorrerem no ano letivo de 2014.

2.2. O levantamento das vagas a serem oferecidas aos classificados será operacionalizado pela equipe de servidores da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Ipumirim/SC, segundo as reais necessidades, após a finalização dos procedimentos de matrícula, enturmação dos alunos e distribuição de aulas aos professores efetivos do quadro do magistério público municipal.

2.3. Para primeira chamada as vagas serão publicadas no endereço eletrônico <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>, após a primeira chamada a forma de convocação será o endereço eletrônico ou telefone informado pelo candidato no ato de inscrição.

#### CAPÍTULO III

##### DAS DISCIPLINAS, ÁREAS E DA HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA.

3.1. O candidato poderá se inscrever para 1 (uma) ou 2 (duas) áreas e 1 (uma) ou 2 (duas) disciplinas devendo orientar-se pelas tabelas constantes no item 3.4 e seus subitens deste Edital.

3.2. O candidato deverá comprovar a habilitação mínima exigida na área de inscrição através de apresentação de cópia dos documentos relacionados conforme especificado nas tabelas dos itens “3.4.1”, “3.4.2”, “3.4.3” e “3.4.4”, deste Edital, no local e período das inscrições, ou seja, na sede Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sita à Rua Bento Gonçalves, 220, centro, na cidade de Ipumirim/SC, CEP 89790-000, no período de 29 de outubro de 2013 a 14 de novembro de 2013, nos dias considerados úteis nas repartições municipais, das 08h às 11h30 e das 13h30 às 17h. O candidato juntará ao Formulário de Inscrição o comprovante de habilitação, com fotocópia do diploma de conclusão do curso, ou, provisoriamente, para os formandos, certidão de colação de grau e/ou outros documentos solicitados para comprovar a habilitação. O Formulário de Inscrição guardará conformidade com o modelo que consta no ANEXO I.

3.2.1. O candidato que apresentar certidão de colação de grau deverá, obrigatoriamente, no dia da posse, apresentar o original e fotocópia do diploma de conclusão do curso.

3.3. O candidato, estudante do Curso de Graduação em Licenciatura Plena, deverá entregar à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, a partir da inscrição até a data limite de 14 de novembro de 2014, o original, acompanhado de fotocópia, da certidão emitida pela instituição de ensino, mencionando a fase ou semestre em que o aluno está matriculado e frequentando as aulas, observadas as disposições, do item “3.2”, acima.

3.4. As áreas e disciplinas e respectiva habilitação mínima exigida são as constantes nas tabelas que seguem:

3.4.1. Área de Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais

3.4.1.1. A habilitação mínima exigida para a inscrição é constante na tabela abaixo de acordo com área/disciplina de opção do candidato.

3.4.1.2 Considerar-se-á habilitado o professor que possuir na sua área de atuação licenciatura plena ou curso normal superior ou outro curso superior com complementação pedagógica de acordo com a Resolução nº 2/CNE, de 26 de junho de 1997.

ÁREA/DISCIPLINA	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
PRÉ - ESCOLA	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia, pedagogia Educação Infantil ou curso normal superior.
	Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 1ª fase em curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia ou curso normal superior ou diploma de conclusão de Magistério Ensino Médio.
ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia, Pedagogia Séries Iniciais ou curso normal superior.
	Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 1ª fase em curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia ou curso normal superior ou diploma de conclusão de Magistério Ensino Médio.

3.4.2. Área de Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais

3.4.2.1. A habilitação mínima exigida para a inscrição é constante na tabela abaixo de acordo com área/disciplina de opção do candidato.

3.4.2.2 Considerar-se-á habilitado o professor que possuir na sua área de atuação licenciatura plena ou curso normal superior ou outro curso superior com complementação pedagógica de acordo com a Resolução nº 2/CNE, de 26 de junho de 1997.

ÁREA/DISCIPLINA	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
ARTES	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Educação Artística ou Artes. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 1ª fase em curso de Graduação em Licenciatura Plena em Educação Artística ou Artes
CIÊNCIAS	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Ciências. Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 1ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Ciências
EDUCAÇÃO FÍSICA	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Educação Física Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 1ª fase, em curso de Graduação em Licenciatura Plena Educação Física.
GEOGRAFIA	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Geografia Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 1ª fase, em curso de Graduação de Licenciatura Plena em Geografia.
HISTÓRIA	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em História. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 1ª fase, em curso de Graduação de Licenciatura Plena em História.
INGLÊS	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Inglês. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 1ª fase, em curso de Graduação de Licenciatura Plena em Inglês.
LÍNGUA PORTUGUESA	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Letras Português. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 1ª fase, em curso de Graduação de Licenciatura Plena em Letras Português.
MATEMÁTICA	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Matemática. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 1ª fase, em curso de Graduação de Licenciatura Plena em Matemática.

### 3.4.3. Área de Educação Infantil e Ensino Fundamental

3.4.3.1. A habilitação mínima exigida para a inscrição é constante na tabela abaixo de acordo com área/disciplina de opção do candidato.

3.4.3.2 Considerar-se-á habilitado o professor que possuir na sua área de atuação licenciatura plena ou curso normal superior ou outro curso superior com complementação pedagógica de acordo com a Resolução nº 2/CNE, de 26 de junho de 1997.

ÁREA/MODALIDADE	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
AEE	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Educação Especial Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 1ª fase, em curso de Graduação Licenciatura Plena em Educação Especial, Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia ou frequência a partir da 1ª fase.
PROFESSOR SUBSTITUTO PARA AFASTAMENTOS LEGAIS	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura na área de educação Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 1ª fase, em curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de educação.
REFORÇO ESCOLAR	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia, Pedagogia Séries Iniciais do Ensino fundamental ou Curso Normal Superior. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 1ª fase, em curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia, Pedagogia Séries Iniciais do Ensino Fundamental ou Curso Normal Superior.
SALA DE INFORMÁTICA	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior em Gestão de Tecnologia da Informação Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 1ª fase, em curso superior em Gestão de Tecnologia da Informação ou em Licenciatura Plena em Pedagogia.
TURMAS COM ALUNOS DE INCLUSÃO	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Educação Especial Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 1ª fase, em curso de Graduação Licenciatura Plena em Educação Especial, Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia ou frequência a partir da 1ª fase.

### 3.4.4. Área Esportiva e Cultural

3.4.4.1. A habilitação mínima exigida para a inscrição é constante na tabela abaixo de acordo com área/disciplina de opção do candidato.

ÁREA/MODALIDADE	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
FUTEBOL DE SALÃO	Habilitado – Bacharelado em Educação Física (Resolução nº 7/2004/CNE e Resolução nº 4/CNE, de 6 de abril de 2009) ou Licenciatura em Educação Física (Resolução nº 03/87/CFE), e registro no Órgão Fiscalizador da Profissão. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 5ª fase do curso de Educação Física.
ATLETISMO	Habilitado – Bacharelado em Educação Física (Resolução nº 7/2004/CNE e Resolução nº 4/CNE, de 6 de abril de 2009) ou Licenciatura em Educação Física (Resolução nº 03/87/CFE), e registro no Órgão Fiscalizador da Profissão. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 5ª fase do curso de Educação Física.
DANÇA FOLCLÓRICA E ARTÍSTICA	Habilitado – Bacharelado em Educação Física (Resolução nº 7/2004/CNE e Resolução nº 4/CNE, de 6 de abril de 2009) ou Licenciatura em Educação Física (Resolução nº 03/87/CFE), e registro no Órgão Fiscalizador da Profissão. Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 5ª fase do curso de Educação Física.



INSTRUTOR MUSICAL	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior em Música e experiência em música e instrumentos: violão, teclado e guitarra e canto coral e voz.
	Não Habilitado – Histórico Escolar de Conclusão de Ensino Médio e experiência em música e instrumentos: violão, teclado e guitarra e canto coral e voz.

#### CAPÍTULO IV DOS REQUISITOS INDISPENSÁVEIS PARA A INSCRIÇÃO

##### 4.1. São documentos indispensáveis à inscrição:

4.1.1. Comprovante de Habilitação, conforme especificado nas tabelas dos itens “3.4.1” “3.4.2”, “3.4.3” e 3.4.4”, deste Edital.

4.1.2. Documento de Identidade. Para fins de inscrição neste Processo Seletivo, consideram-se documento de identidade: carteiras expedidas pelos Ministérios Militares, pelas Secretarias de Estado da Segurança Pública, pelos órgãos fiscalizadores do exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.) e carteira nacional de habilitação, conforme modelo estabelecido no art. 159, do Código Brasileiro de Trânsito (Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997).

4.1.3. Título de Eleitor e comprovante de votação, ou justificativa, do último pleito eleitoral, Este documento pode ser substituído Certidão de Quitação Eleitoral, emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE, pela internet, no sítio <http://www.tse.gov.br>. A validade da Certidão de que trata este item fica condicionada à verificação de autenticidade, no endereço eletrônico do órgão emissor.

4.1.4. Certificado de Reservista, ou de Dispensa do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino.

4.1.5. Cadastro de Pessoa Física – CPF, expedido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar o cartão próprio do CPF poderá apresentar o comprovante de inscrição que pode ser obtido na internet, no sítio <http://www.receita.fazenda.gov.br>. O Número do CPF que consta em outros documentos, não se presta para atender esta solicitação.

4.1.5. Os documentos identificados nos itens “4.1.1”, “4.1.2”, “4.1.3”, “4.1.4”, “4.1.5” serão fornecidos em cópia, autenticada, com o “confere com o original”, por diretores de Educandários, dirigentes ou servidores de órgãos municipais de educação, ou serão apresentados juntamente com o original no momento da inscrição e serão juntados ao Formulário de Inscrição.

##### 4.2. Das Vedações em participar neste Processo Seletivo:

4.2.1. Não poderá se inscrever neste Processo Seletivo para vaga temporária quando tiver sido dispensado em contrato anterior, nos últimos 3 (três) anos, resultante de processo administrativo disciplinar transitado em julgado.

#### CAPÍTULO V DA JORNADA DE TRABALHO E DA REMUNERAÇÃO

##### 5.1. Da Jornada de Trabalho

5.1.1. O regime de trabalho para o cargo de Professor Admitido em Caráter Temporário, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Pré-Escola, poderá ser de 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais nas demais áreas/disciplinas poderá ser 10 (dez) 20 (vinte) 30(trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com as reais necessidades decorrentes das demandas por matrícula junto as Unidades Escolares e aos programas municipais e os projetos.

##### 5.2. Da remuneração

5.2.1. O vencimento base, ou inicial, para o cargo Admitido em Caráter Temporário, consta da seguinte tabela:

Área/Disciplina	Vencimento Inicial (base)			
	Habilitado		Não Habilitado	
	Carga Horária Semanal	Valor	Carga Horária Semanal	Valor
Pré - Escola	20 horas	979, 42	20 horas	725,50
	40 horas	1.958,85	40 horas	1.451,00
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	20 horas	979, 42	20 horas	725,50
	40 horas	1.958,85	40 horas	1.451,00
Artes	10 horas	489.71	10 horas	362.75
	20 horas	979, 42	20 horas	725,50
	30 horas	1.469.13	30 horas	1.088.25
	40 horas	1.958,85	40 horas	1.451,00
Ciências	10 horas	489.71	10 horas	362.75
	20 horas	979, 42	20 horas	725,50
	30 horas	1.469.13	30 horas	1.088.25
	40 horas	1.958,85	40 horas	1.451,00
Educação Física	10 horas	489.71	10 horas	362.75
	20 horas	979, 42	20 horas	725,50
	30 horas	1.469.13	30 horas	1.088.25
	40 horas	1.958,85	40 horas	1.451,00
Geografia	10 horas	489.71	10 horas	362.75
	20 horas	979, 42	20 horas	725,50
	30 horas	1.469.13	30 horas	1.088.25
	40 horas	1.958,85	40 horas	1.451,00
História	10 horas	489.71	10 horas	362.75
	20 horas	979, 42	20 horas	725,50
	30 horas	1.469.13	30 horas	1.088.25
	40 horas	1.958,85	40 horas	1.451,00
Inglês	10 horas	489.71	10 horas	362.75
	20 horas	979, 42	20 horas	725,50
	30 horas	1.469.13	30 horas	1.088.25
	40 horas	1.958,85	40 horas	1.451,00
Língua Portuguesa	10 horas	489,71	10 horas	362,75
	20 horas	979, 42	20 horas	725,50
	30 horas	1.469,13	30 horas	1.088,25
	40 horas	1.958,85	40 horas	1.451,00
Matemática	10 horas	489,71	10 horas	362,75
	20 horas	979, 42	20 horas	725,50
	30 horas	1.469,13	30 horas	1.088,25
	40 horas	1.958,85	40 horas	1.451,00
AEE	10 horas	489,71	10 horas	362,75
	20 horas	979, 42	20 horas	725,50
	30 horas	1.469,13	30 horas	1.088,25
	40 horas	1.958,85	40 horas	1.451,00
Professor Substituto para Afastamentos Legais	10 horas	489,71	10 horas	362,75
	20 horas	979, 42	20 horas	725,50
	30 horas	1.469,13	30 horas	1.088,25
	40 horas	1.958,85	40 horas	1.451,00
Reforço Escolar	10 horas	489,71	10 horas	362,75
	20 horas	979, 42	20 horas	725,50
	30 horas	1.469,13	30 horas	1.088,25
	40 horas	1.958,85	40 horas	1.451,00

Sala de Informática	10 horas	489,71	10 horas	362,75
	20 horas	979,42	20 horas	725,50
	30 horas	1.469,13	30 horas	1.088,25
	40 horas	1.958,85	40 horas	1.451,00
Turma com Alunos de Inclusão	10 horas	489,71	10 horas	362,75
	20 horas	979,42	20 horas	725,50
	30 horas	1.469,13	30 horas	1.088,25
	40 horas	1.958,85	40 horas	1.451,00
Futebol de Salão	10 horas	489,71	10 horas	362,75
	20 horas	979,42	20 horas	725,50
	30 horas	1.469,13	30 horas	1.088,25
	40 horas	1.958,85	40 horas	1.451,00
Atletismo	10 horas	489,71	10 horas	362,75
	20 horas	979,42	20 horas	725,50
	30 horas	1.469,13	30 horas	1.088,25
	40 horas	1.958,85	40 horas	1.451,00
Dança Folclórica e Artística	10 horas	489,71	10 horas	362,75
	20 horas	979,42	20 horas	725,50
	30 horas	1.469,13	30 horas	1.088,25
	40 horas	1.958,85	40 horas	1.451,00
Instrutor Musical	10 horas	489,71	10 horas	362,75
	20 horas	979,42	20 horas	725,50
	30 horas	1.469,13	30 horas	1.088,25
	40 horas	1.958,85	40 horas	1.451,00

## CAPÍTULO VI DOS REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS PARA ADMISSÃO

Na inscrição o candidato declarará, sob as penas da Lei:

- a) ter nacionalidade brasileira;
- b) estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, quando do sexo masculino, estar quite também com as obrigações do serviço militar;
- c) gozar de boa saúde, condição esta que será comprovada quando do processo de admissão através de laudo de saúde, procedida por órgão médico oficial;
- d) não ter sofrido, quando no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.
- e) não ter antecedentes criminais, achando-se em pleno exercício de seus direitos civis e políticos, a ser comprovado no ato de admissão através de certidão de antecedentes criminais, a ser expedido pelo Fórum, da Comarca de domicílio.
- f) possuir a escolaridade exigida na forma deste edital e estar legalmente habilitado para o exercício do cargo;
- g) ter idade mínima de 18 (anos) a completar na data de início da admissão;
- h) apresentar declaração de bens (que pode ser cópia da declaração de Imposto de Renda).
- i) apresentar declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego público ou percepção de proventos de aposentadoria ou no caso de acumulação legal, declaração informando o cargo, o órgão ao qual está vinculado e a carga horária.

## CAPÍTULO VII DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO

### 6.1. Das Normas Para Inscrição:

6.1.1. A inscrição deverá ser feita mediante preenchimento do Formulário de Inscrição, que será fornecido aos interessados na

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no local da realização das inscrições, no período de 29 de outubro de 2013 a 14 de novembro de 2013, que guardará conformidade com o ANEXO I, deste Edital.

6.1.2. Para efetuar a inscrição, o candidato, ou seu representante legal, deverá ler atentamente o presente Edital.

6.1.3. São de exclusiva responsabilidade do candidato ou de seu representante legal o correto preenchimento do Formulário de Inscrição e a juntada da documentação exigida.

6.2. Não serão aceitas as solicitações de inscrição que não atenderem rigorosamente ao estabelecido neste Edital.

6.3. Ao preencher o Formulário de Inscrição, após sua conferência, inclusive dos documentos juntados, o candidato ou seu representante legal receberá protocolo da inscrição, que guardará conformidade com o ANEXO II, deste Edital.

6.4. A inscrição do candidato implica no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e das decisões que possam ser tomadas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes ou pela Comissão do Processo Seletivo.

6.5. Após a efetivação da inscrição, não será aceito pedido de mudança de opção de área/disciplina de atuação, nem o acréscimo de documentos.

6.6. As informações prestadas no Formulário de Inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato ou de seu representante legal. Reserva-se à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Ipumirim/SC o direito de excluir do Processo Seletivo aquele candidato que não preencher o Formulário de Inscrição de forma completa e correta, bem como fornecer dados inverídicos ou falsos.

6.7. O descumprimento das instruções para inscrição implicará na sua não efetivação.

7.8. Da Validade da Inscrição:

7.8.1. Ao candidato só será permitida uma inscrição. Caso o candidato efetue mais de uma inscrição, será considerada a da data mais próxima do encerramento das inscrições.

7.8.2. A inscrição somente será validada através da comprovação da habilitação mínima exigida prevista nas tabelas dos itens "3.4.1", "3.4.2", "3.4.3" e "3.4.4".

7.9. Da Homologação das Inscrições:

7.9.1. A homologação das inscrições, será divulgada no prazo máximo de até 5 (cinco) após o encerramento do prazo para a entrega ou encaminhamento do Requerimento de Inscrição. A publicação far-se-á, exclusivamente, pela internet no endereço eletrônico "http://www.diariomunicipal.sc.gov.br".

7.9.2. Caso o nome do candidato não conste do resultado preliminar, este deverá interpor recurso, no prazo de três dias úteis da efetiva publicação, nos termos do item (7.8.), devendo protocolar na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, requerimento que solicite a regularização da inscrição, com a cópia do comprovante do Requerimento de Inscrição e do comprovante de entrega da documentação exigida. Nesse requerimento deverá ser informado, obrigatoriamente, número de telefone e endereço eletrônico para contato. O requerimento de recurso guardará conformidade com o ANEXO III-A, deste Edital.



7.9.3. Recebido o requerimento de recurso a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes verificará a regularidade da inscrição e, se essa for comprovada, procederá à inclusão do candidato, comunicando-lhe via telefone e ou endereço eletrônico, promovendo a publicação de nova relação de candidatos regularmente inscritos.

7.9.4. É de responsabilidade exclusiva do candidato ou de seu representante legal verificar a regularidade de sua inscrição.

## CAPITULO VIII

### DO PROCESSO SELETIVO

8.1. O processo seletivo, objeto deste Edital, constará de 1 (uma) etapa classificatória obedecendo a seguinte organização:

Grupo I: Habilitados, sendo que a maior habilitação na área específica sempre será considerada como prioridade na ordem classificatória;

Grupo II: Não Habilitados.

### 8.2. Da Classificação

8.1. A classificação do processo seletivo será efetuada por grupo e por área/disciplina respeitando a maior pontuação final da soma dos pontos dos cursos de aperfeiçoamento ou atualização e da avaliação da experiência profissional

### 9. Da Avaliação dos Cursos de Aperfeiçoamento ou Atualização

9.1.2 A avaliação dos cursos de aperfeiçoamento ou atualização na área a que concorre será feita através de cursos de aperfeiçoamento ou atualização, frequentados, ministrados específicos na área/modalidade da concorrência.

ALÍNEA	TÍTULO	PONTOS DE CADA TÍTULO	PONTOS MÁXIMOS DO TÍTULO
A	Diplomas ou certificados de conclusão de curso de aperfeiçoamento ou atualização específico na área/modalidade a que concorre, frequentados e ou ministrados, a partir do ano de 2010.	20 (vinte) pontos para cada 40 (quarenta) horas de cursos, limitando-se a 400(duzentas) horas no máximo.	200 (duzentos).

9.2. Para receber a pontuação relativa ao título na Alínea "A" o candidato deverá comprovar através da apresentação de fotocópia, dos diplomas ou certificados devidamente registrados, expedidos por instituição credenciada, exclusivamente na área/modalidade que concorre com validade do ano de 2010 a 2013.

9.3. Para efeito da pontuação da Alínea "A" não será considerado título com a mesma data, mesmo que realizados em turnos e em órgãos diferentes, ficando válido apenas 1 (um), entre os apresentados com a mesma data, neste caso aquele de maior carga horária.

9.4. Nos documentos apresentados para a prova de títulos devem constar a assinatura do responsável, a carga horária e o período de início e de término do curso ou do evento.

9.5. Todo e qualquer certificado que estiver em língua estrangeira, somente será considerado se vier acompanhado da tradução por Tradutor Público Juramentado (tradução original), excetuando-se dessa exigência os certificados expedidos pelos países integrantes do Acordo do Mercosul.

10.1. Da Avaliação da Experiência Profissional:

10.2. A avaliação da experiência profissional será feita através de atestado que comprove a experiência profissional na área/modalidade, e obterá a pontuação de 3,00 (três) pontos para cada mês completo de tempo de efetivo exercício na área a que concorre.

10.3. Para receber a pontuação relativa ao título de experiência profissional o candidato deverá comprovar através de:

a) certidão de tempo de experiência profissional que informe o período, com início e fim.

b) o tempo de experiência profissional será válido até a data de 30 de setembro de 2013.

10.4. Para efeito de pontuação relativa ao título de experiência profissional o atestado/certidão emitido deverá conter o nome do órgão por extenso, não se aceitando abreviaturas.

10.5. Para efeito de pontuação relativa ao título de experiência profissional não será considerada fração de mês nem sobreposição de tempo nos documentos apresentados, mesmo que em instituições diferentes.

10.6. Não será computado para efeito de pontuação ao de experiência profissional, o tempo de serviço do servidor aposentado ou com processo de aposentadoria em tramitação.

10.7. Não será computado também, o título de tempo de experiência profissional, o tempo de estágio exigido para a formação, graduação ou especialização, de monitoria e de bolsa de estudo, nem o tempo de trabalho voluntário exercido na condição de estudante.

## CAPÍTULO IX

### DA CLASSIFICAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

11.1. Os candidatos serão ordenados e classificados pela área/modalidade, pela habilitação mínima exigida, de acordo com a sua inscrição no Processo Seletivo, segundo a ordem decrescente de pontuação final.

11.2. Em caso de empate na pontuação final do Processo Seletivo, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

- a) possuir maior tempo de experiência profissional prestado para a administração pública municipal do município de Ipumirim – SC;
- b) possuir maior tempo de experiência profissional na área/modalidade a que concorre;
- c) possuir maior idade.
- d) possuir maior número de filhos

## CAPÍTULO X

### DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO E RECURSOS

12.1. A relação dos candidatos classificados será divulgada em até 05 (cinco) dias úteis, após a homologação das inscrições e publicadas no site oficial do município.

12.2. O candidato que tiver qualquer discordância em relação ao resultado final do processo seletivo quer seja quanto à habilitação mínima exigida, pontuação na prova de títulos e tempo de serviço poderá interpor recurso no prazo de três dias úteis da efetiva publicação no endereço eletrônico "http:// www.diariomunicipal.sc.gov.br".

12.3. Para recorrer, o candidato deverá interpor recurso, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, através de documento escrito, modelo previsto no ANEXO III-B, deste edital.

12.4. Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os

justifiquem. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

12.5. Não será aceito recurso via postal, via fax, via e-mail ou ainda fora do prazo.

12.6. Todos os recursos regulares serão analisados e caso provido, haverá republicação dos atos que motivaram sua interposição.

#### DA ESCOLHA DE VAGAS

13.1. A escolha de vagas ocorrerá na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, no dia 05 de fevereiro de 2014 às 13h30min. de acordo com a ordem de classificação.

13.2. A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por meio de procuração.

13.3. A chamada dos candidatos selecionados será efetuada obedecendo à ordem de classificação, mediante a existência de vaga.

12.4. O candidato deverá escolher a vaga existente na sua totalidade de carga horária, não podendo a mesma ser dividida.

13.5. O candidato que escolher vaga e desistir da mesma será excluído da listagem de classificação de escolha de vaga ficando impedido de escolher outra vaga. Porém, em razão de esgotada a listagem de professores classificados por área/disciplina, no processo seletivo, o candidato desistente poderá justificar sua desistência, através de documento protocolado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, e aguardar a manifestação, que poderá atender ou não de acordo com as necessidades de excepcional interesse público.

13.6. O candidato que não se apresentar no dia e horário determinados para a escolha de vaga, bem como aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, continuará na ordem de classificação, entretanto, deverá aguardar uma nova chamada.

13.7. O candidato poderá escolher até 40 (quarenta) horas semanais, caso haja necessidade por parte do município ou sempre de acordo com demanda resultante das matrículas nas Unidades Escolares e nos programas e projetos.

13.9. A cada nova chamada será dada continuidade à listagem de classificação com convocação dos demais candidatos, respeitando a sequência da ordem de classificação.

13.10. Após a primeira chamada, as vagas serão divulgadas conforme o surgimento das mesmas.

13.11. O candidato deverá se apresentar imediatamente para assumir a vaga escolhida. Passado 3 (três) dias do oferecimento da vaga, fica a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes autorizada a dar continuidade à chamada dos demais candidatos, respeitando a sequência da ordem de classificação. Caso o candidato não se apresentar no prazo determinado, será excluído do processo seletivo.

13.12. O candidato que escolher vaga só será chamado novamente para outra vaga se o mesmo tiver possibilidade de aceitá-la e não implicar na alteração da vaga já assumida.

13.13. As vagas disponibilizadas no Processo Seletivo ACT/2014 serão aquelas remanescentes da distribuição de aulas aos professores efetivos, portanto, estas aulas somente constituirão vaga a ser ofertada ao professor ACT depois de esgotadas todas as possibilidades de aproveitamento pelo professor efetivo em exercício na rede municipal de ensino.

13.14. A classificação dos candidatos no prazo de validade estabelecido para este Processo Seletivo não gera para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes a obrigatoriedade de aproveitar todos os candidatos classificados. A classificação gera, para o candidato, apenas o direito à preferência na escolha de vagas, dependendo da sua classificação no Processo Seletivo.

#### CAPÍTULO XI

##### DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. No ato da admissão será firmado contrato de trabalho entre o Município de Ipumirim, através do Departamento de Recursos Humanos da Administração Municipal e o professor admitido em caráter temporário.

14.2. O Processo Seletivo de que trata este Edital terá validade para o ano 2014. Havendo homologação de Concurso Público, no decorrer de 2014, para as áreas desta seleção, os aprovados neste serão convocados, com a consequente rescisão dos contratos firmados para a admissão em caráter temporário.

14.3. Caberá ao candidato manter o seu cadastro atualizado para eventuais comunicados sobre o Processo Seletivo.

14.4. Não será permitido ao candidato à progressão por nova habilitação.

14.5. Havendo vagas localizadas na zona rural do município e não existir possibilidade de utilização do transporte escolar o candidato será responsável pelo deslocamento aos locais de trabalho.

14.7. Os casos omissos, incluindo a falta de professores, serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Ipumirim/SC.

14.8. Todas as publicações ocorrerão através da internet, em sítio próprio da Prefeitura Municipal – “[http:// www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)”.

14.9. Integram este Edital:

14.9.1. ANEXO I – Formulário de Inscrição.

14.9.2. ANEXO II – Protocolo de Recebimento.

14.9.3 ANEXO III A E B – Próprios para interposição de recursos.

14.10. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim/SC, em 01 de outubro de 2013.

**VALDIR ZANELLA**

Prefeito

## ANEXO I

## FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

Nome do Candidato: \_\_\_\_\_  
Área/Disciplina: \_\_\_\_\_

## 1. Identificação do Candidato:

Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Local: \_\_\_\_\_  
UF \_\_\_\_\_  
Documento de Identidade nº \_\_\_\_\_ Órgão Emissor: \_\_\_\_\_  
Estado Civil: ( ) Solteiro ( ) Casado ( ) Outro: \_\_\_\_\_  
CIC/CPF: \_\_\_\_\_ Título de Eleitor: \_\_\_\_\_  
ZE/UF \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Município/UF: \_\_\_\_\_ Telefones ( \_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_  
E-mail: \_\_\_\_\_

## 5. Declaração, Data e Assinatura do Candidato:

( ) Declaro, preencher todos os requisitos mínimos exigidos para admissão, conforme previsto no Edital deste Processo Seletivo.  
( ) Declaro estar ciente das condições deste Processo Seletivo, submetendo-me às mesmas.

Ipumirim/SC, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura (do candidato): \_\_\_\_\_

## ANEXO II

## PROTOCOLO DE RECEBIMENTO

PROCESSO SELETIVO Nº 002/2013 Destinado a Prover Vagas em Caráter Temporário, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes para o ano de 2014.

## Identificação do (a) candidato (a):

Nome: \_\_\_\_\_  
Área/Modalidade: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

## Recebemos, nesta data:

( ) O Formulário de Inscrição e os documentos exigidos para esta etapa do processo Seletivo nº 002/2013, estando os mesmos em conformidade com as regras do Edital.  
( ) Os documentos para a avaliação de títulos e apuração de experiência profissional.  
( ) A inscrição foi feita pessoalmente, pelo(a) candidato(a)  
( ) a inscrição foi feita por seu representante legal, Sr(a) \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Número da Inscrição: \_\_\_\_\_

Ao (à) candidato (a) acima identificado, foi atribuída a INSCRIÇÃO Nº \_\_\_\_\_

## Autenticação:

Ipumirim/SC, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura da pessoa responsável pelas inscrições  
Identificação: \_\_\_\_\_

## ANEXO III - A

## MODELO DE RECURSO, EM FACE DA HOMOLOGAÇÃO OU NÃO HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÃO.

PROCESSO SELETIVO Nº 002/2013 Destinado a Prover Vagas em Caráter Temporário, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e para o ano de 2014.

Recurso, em Face da Homologação ou não Homologação de Inscrição.

Nome: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ Inscrição nº: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
Documento de Identidade nº \_\_\_\_\_ CPF nº \_\_\_\_\_

Razões que fundamentam e justificam o recurso:

Data: \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2013.

Assinatura do(a) Recorrente \_\_\_\_\_

## ANEXO III - B

## MODELO DE RECURSO, EM FACE DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL OU DA CLASSIFICAÇÃO.

PROCESSO SELETIVO Nº 002/2013 Destinado a Prover Vagas em Caráter Temporário, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes para o ano de 2014.

Recurso, em face da Publicação do Resultado Final ou da Classificação.

Nome: \_\_\_\_\_ Inscrição nº: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
Documento de Identidade nº \_\_\_\_\_ CPF nº \_\_\_\_\_

Razões que fundamentam e justificam o recurso:

Data: \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2013.

Assinatura do(a) Recorrente \_\_\_\_\_

**Edital SMECE Nº. 007/2013 de 03 de Outubro de 2013**

ABRE VAGAS DE REMOÇÃO À PEDIDO DE PROFESSORES MUNICIPAIS EFETIVOS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito de Ipumirim – SC, no uso de suas atribuições, nos termos da seção III da lei Complementar nº 003/2002, de 27 de setembro de 2002, baixa o seguinte:

Art. 1º - Fica aberto inscrição de remoção a pedido de Professores Públicos Municipais efetivos para as seguintes vagas:

I – Núcleo Educacional Municipal Professor João Jacob Nicodem

Área	Carga Horária	Nº de vagas	Turno
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	20 horas	01 (uma)	Vespertino
Inglês	10 horas	01 (uma)	Vespertino

I – Núcleo Educacional Municipal Orides Rovani

Área	Carga Horária	Nº de vagas	Turno
Educação Física	20 horas	01 (uma)	Matutino
Artes	10 horas	01 (uma)	Matutino

I – Núcleo Educacional Municipal Prefeito Isidoro Giácomo Savaris

Área	Carga Horária	Nº de vagas	Turno
Educação Física	20 horas	01 (uma)	Matutino e Vespertino

Art. 2º - Os professores efetivos municipais interessados a ocuparem as vagas nas unidades escolares especificadas no Art. 1º, pelo presente edital, deverão requerer a remoção até dia 31 (outubro) de 2013, juntando os seguintes documentos:

Requerimento de pedido de remoção, constando lotação, carga horária e a unidade de ensino que queira a remoção.

Diploma de Habilitação Específica na área de atuação.

Certidão de tempo de serviço no magistério Público Municipal, até a data de 30 de setembro de 2013.

Certidão de nascimento ou Casamento.

Art. 3º - Havendo mais de um requerimento para preenchimento da mesma vaga, na unidade escolar especificada no Art. 1º deste edital, serão adotados os critérios do § 3º Art. 16 da Lei Complementar nº 003/2002, de 27 de setembro de 2002, de desempate.

Art. 4º - As vagas que vierem a surgir em função de professores efetivos se removerem para as vagas acima descritas poderão ser pleiteadas por professores inscritos neste processo seletivo, mas que pelo critério de desempate estar classificados a partir da 2ª colocação, através de um novo requerimento a ser protocolado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes no prazo de até 3 (três) dias após a homologação da remoção dos primeiros classificados.

Art. 5º - As vagas remanescentes do concurso de remoção serão oferecidas para concurso de ingresso.

Art. 5º - Os requentes para ocuparem vagas de remoção que se sentirem prejudicados com o resultado terão 03 (três) dias contados da data de publicação do Edital de homologação, para interpor recurso.

Art. 6º - Os casos omissos serão resolvidos pela assessoria jurídica do município.

Art. 7º- Os professores efetivos assumirão a vaga de remoção a partir de 01 de fevereiro de 2014.

Art. 8º- Revogadas as disposições em contrário, o presente Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim-SC, 03 de outubro de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito

**Edital SMECE Nº. 008/2013 de 03 de Outubro de 2013.**

ABRE INSCRIÇÃO PARA PROGRESSÃO POR NOVA HABILITAÇÃO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim - SC, no uso de suas atribuições, nos termos da subseção III da Lei Complementar nº 003/2002, de 27 de setembro de 2002 e a Lei Complementar nº. 41/2007 de dezembro de 2007 torna público, pelo presente Edital as normas e procedimentos que nortearão a progressão por Nova Habilitação dos membros do Magistério Público Municipal.

Art. 1º - Fica aberto às inscrições para a Progressão por Nova Habilitação aos Membros do Magistério Público Municipal estável na forma Lei Complementar nº. 003/2002 e 41/2007, e concursados em estágio probatório concluído.

Art. 2º - O Membro do Magistério Público Municipal efetivo deverá requerer progressão por Nova Habilitação até dia 31 de outubro de 2013, junto a Secretaria Municipal de Educação, Rua Bento Gonçalves nº. 220, juntando os seguintes documentos:

1 - Requerimento em formulário específico conforme anexo I do presente Edital.

2 - Comprovante autenticado de Nova Habilitação na área específica de atuação.

Art. 3º - Os requerentes para progressão por Nova Habilitação que se sentirem prejudicados com o resultado terão 03 (três) dias contados da data de publicação do Edital de Homologação, para interpor recurso.

Art. 4º - Os casos omissos serão resolvidos pela assessoria jurídica do município.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário, o presente edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim - SC, 03 de outubro de 2013.

VALDIR ZANELLA

**ANEXO I****REQUERIMENTO DE PROGRESSÃO POR NOVA HABILITAÇÃO**

À

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Ipumirim-SC

Eu, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, na função de: \_\_\_\_\_

lotado(a) no(a) \_\_\_\_\_

C.I. Nº: \_\_\_\_\_ e CPF Nº: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_,

através do presente solicito progressão por nova habilitação prevista no Edital SMECENº. 008/2013 em razão da conclusão de



nova habilitação na área específica de atuação, sendo:

- ( ) Graduação  
 ( ) Curso de pós-graduação - Especialização  
 ( ) Curso de pós-graduação - Mestrado  
 ( ) Curso de pós-graduação - Doutorado

Ipumirim-SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2013.

Assinatura

### Extrato da Ata de Registro de Preços do PL 50, PP 24/2013/PM

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO 50/2013

O Município de Ipumirim faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2013, do PROCESSO Nº 50/2013, homologado aos 04 de outubro de 2013, cujo objeto é aquisição de camisetas destinados as equipes participantes dos JAI- Jogos Abertos de Ipumirim edição 2013., para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2013.50.7159 de 04 de outubro de 2013

FORNECEDOR: MASSOCCO CONFECÇOES E ART. ESPORTIVOS LTDA EEP, situada na RUA Dr. MARURI, 1145, município de CONCORDIA-SC, inscrita no CNPJ sob n. 85.264.539/0001-00 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 252.428.200, representado pelo Senhor MARCOS MENEGAT, CPF: 041.862.189-60.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Camiseta branca 100% poliéster ( Dray) com debrum nas mangas e gola de outra cor, estampada e na frente com o logo do JAI, bandeira de Santa Catarina e Logo do Município de Ipumirim e nas costas estampado com o nome das equipes participante do JAI- Jogos Abertos de Ipumirim edição 2013.	UN	1.000,00	WEPLAY	11,30	11.300,00
Valor Total Registrado						11.300,00

As atas retrocitadas possuem vigência de 12 (doze) meses.



## O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**Editais Not. de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 163/341/2012 a 355/2012**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 163 341/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCW4436	54925070D	5185/1	19/10/2012	167
MJE8019	54925022D	5207/0	09/10/2012	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 163 342/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXJ5059	54607790C	5452/2	19/09/2012	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 163 343/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHB1668	54925025D	5231/1	28/10/2012	172
AHB1668	54925026D	5185/1	28/10/2012	167
IBM3826	54607798C	5185/1	06/11/2012	167
LXS4298	54925541D	5452/2	19/11/2012	181 * VIII
LZQ4129	54925533D	7366/2	26/10/2012	252 * VI
MAY2791	54925024D	6599/2	24/10/2012	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 163 344/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAN7234	54924969D	5010/0	20/12/2012	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 163 345/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CAS1966	54925532D	6602/0	23/10/2012	R\$ 191,53	230 * VI
MHF0455	54607795C	6122/0	16/10/2012	R\$ 191,53	214 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 163 346/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BHN2136	54925137D	5460/0	07/12/2012	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 163 347/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCW3086	54607788C	5169/1	07/09/2012	R\$ 957,69	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 163 348/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDN7556	54925139D	5720/0	07/12/2012	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 163 349/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ILM6648	54924973D	5967/0	23/12/2012	203 * V
ILM6648	54925028D	7030/2	23/12/2012	244 * I
ILM6648	54925553D	5835/0	23/12/2012	195
LYX3105	54925030D	5010/0	08/01/2013	162 * I
MAM7234	54924971D	5118/0	20/12/2012	164 c/c 162 * I
MAM7234	54924972D	6599/2	20/12/2012	230 * V
MBM8643	54924975D	6912/0	13/01/2013	232
MEF4901	54925029D	6599/2	08/01/2013	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 163 350/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXK2819	54925072D	5509/0	09/11/2012	R\$ 85,12	181 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 163 351/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACS0720	54925031D	6599/2	08/01/2013	230 * V
ADC7863	54925554D	5010/0	07/01/2013	162 * I
LWT1592	54925073D	6912/0	23/01/2013	232
LXN1916	54925549D	5169/1	05/01/2013	165
MAP0240	54924974D	5010/0	10/01/2013	162 * I
MAP0240	54925555D	5010/0	07/01/2013	162 * I
MAP0240	54925556D	5835/0	07/01/2013	195
MBV4854	54925032D	5010/0	11/01/2013	162 * I
MEX8315	54924902D	6769/3	11/01/2013	230 * XXII
MHR5310	54924983D	6912/0	28/01/2013	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 163 352/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXJ2982	54924903D	6599/2	11/01/2013	230 * V
LXJ2982	54924904D	5185/1	11/01/2013	167
LXJ2982	54924905D	5169/1	11/01/2013	165
MBQ1978	54925559D	5010/0	22/01/2013	162 * I
MBQ1978	54925560D	5118/0	22/01/2013	164 c/c 162 * I
MBQ1978	54925561D	6599/2	22/01/2013	230 * V
MDW4506	54924976D	6912/0	16/01/2013	232
MGS8667	54925557D	6670/0	22/01/2013	230 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 163 353/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CMR9365	54925036D	5010/0	01/02/2013	162 * I
LZJ2661	54924984D	6769/1	28/01/2013	230 * XXII
MHT1072	54924987D	6599/2	27/02/2013	230 * V
MJT2049	54925038D	6599/2	22/02/2013	230 * V
MJT2049	54925460D	5010/0	22/02/2013	162 * I
MJT2049	54925462D	5118/0	22/02/2013	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 163 354/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHZ9404	54925059D	5452/2	21/06/2012	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 163 355/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IGG6511	54925452D	6769/1	26/01/2013	230 * XXII
MDU3844	54925566D	5541/1	06/02/2013	181 * XVII
MFZ3650	54925079D	5967/0	07/03/2013	203 * V
MGS8667	54925562D	7030/2	28/01/2013	244 * I
MGZ0324	54925037D	6610/2	07/02/2013	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

# Itá

## PREFEITURA

### Edital de Leilão

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2013.

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE ITÁ

O município de ITÁ, SC, com sede na Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, nº 100, Centro, cidade de Itá, CEP 89.760 000, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.240/0001=53, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO às 09:00 horas do dia 24 de OUTUBRO de 2013, tendo como local o SALA DE REUNIÕES DA PREFEITURA, sito à Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, nº 100, Centro, Itá, SC. O leilão será conduzido pelo LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL SR. JÚLIO RAMOS LUZ, matrícula AARC/162 JUCESC, para venda à vista de bens móveis e imóveis inservíveis: LOTE 01: 01 MOTONIVELADORA HUBER WARCO 140, ano 1968. LANCE INICIAL R\$ 25.000,00. LOTE 02: MOTONIVELADORA HDB 165, ano 1982. LANCE INICIAL R\$ 50.000,00. LOTE 03: 01 RETROESCAVADEIRA CASE MODELO 580 L, ano 2002. LANCE INICIAL R\$ 60.000,00. LOTE 04: 01 TRATOR DE ESTEIRAS MARCA KOMATSU D41E, ano 1997. LANCE INICIAL R\$ 100.000,00. LOTE 05: 01 I/KIA BESTA G RONTAM AMBULÂNCIA, ano/modelo 2001, Placas MCR 0948, cor branca, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 10.000,00. LOTE 06: 01 CAMINHÃO M. BENZ L 1113, ano/modelo 1980, Placas MDN 6970, cor vermelha, Diesel, com caçamba modelo rodoviário. LANCE INICIAL R\$ 29.000,00. LOTE 07: 01 Automóvel VW/GOL 1.6 POWER, ano/modelo 2004, Placas MCM 4893, RENAVAL 829416129, cor branca, álcool/gasolina. LANCE INICIAL R\$ 10.000,00. LOTE 08: 01 DISTRIBUIDOR DE ADUBO LÍQUIDO Capacidade 4.000 Litros. LANCE INICIAL R\$ 200,00. LOTE 09: 01 DISTRIBUIDOR DE ADUBO LÍQUIDO, Capacidade 4.000 Litros. LANCE INICIAL R\$ 200,00. LOTE 10: 01 DISTRIBUIDOR DE ADUBO LÍQUIDO, Capacidade 4.000 Litros. LANCE INICIAL R\$ 200,00. LOTE 11: 01 DISTRIBUIDOR ADUBO LÍQUIDO, Capacidade 4.000 Litros, com chassi. LANCE INICIAL R\$ 350,00. LOTE 12: 01 ENSILADEIRA COLHEDORA FORRAGEM CUSTON 930 CII. LANCE INICIAL R\$ 130,00. LOTE 13: 01 ENSILADEIRA MASTER 50 MARCA PENHA. LANCE INICIAL R\$ 80,00. LOTE 14: 01 MÁQUINA PARA MADEIRA TIPO ESQUADREJADEIRA C/ ABERTURA DE 2M. LANCE INICIAL R\$ 200,00. LOTE 15: 01 FURADEIRA PNEUMÁTICA oscilante c/ 8 cabeçotes p/ mandril marca maquinóvel. LANCE INICIAL R\$ 200,00. LOTE 16: 01 FURADEIRA PNEUMÁTICA C/ 10 cabeçotes p/ mandril marca maquinóvel. LANCE INICIAL R\$ 200,00. LOTE 17: 01 MÁQUINA PARA PRENSAR/COLAR MADEIRA. LANCE INICIAL R\$ 300,00. LOTE 18: 01 MÁQUINA CHANFRADEIRA DE COURO potência de M. 3.400 RPM. LANCE INICIAL R\$ 1.400,00. LOTE 19: 01 CONJUNTO DE MÁQUINAS DE FURAR E CORTAR PONTAS DE CINTOS PNEUMÁTICA c/ potência de impacto M.N. 500. LANCE INICIAL R\$ 2.000,00. LOTE 20: 01 MÁQUINA DE PASSAR COLA AUTOMÁTICA em material sintético e couro c/ potência de 1.700 RPM. LANCE INICIAL R\$ 1.000,00. LOTE 21: 01 MÁQUINA DE COSTURA ELÁSTIQUEIRA SIRUBA com mesa fixa de costura. LANCE INICIAL R\$ 2.500,00. LOTE 22: 01 MÁQUINA DE COSTURA NIPPON SPECIAL MOD. GEM 757R com mesa fixa de costura. LANCE INICIAL R\$ 800,00. LOTE 23: 01 MÁQUINA RETA TRANSPORTE ROTATIVO E DUPLO MOD. 563 motor ½ CV 3.450 RPM com mesa fixa de costura. LANCE INICIAL R\$ 800,00. LOTE 24: 01 BOTIJÃO CRIOGÊNIO TÉRMICO para armazenamento de sêmem cap. 20 lts marca MVA Millenium. LANCE INICIAL R\$ 1.700,00. LOTE 27: 01 COMPRESSOR HOLMAN, com motor Perkins quatro cilindros. Obs.: motor em bom estado de uso. LANCE INICIAL R\$ 10.236,00. LOTE 28: SUCATAS DE FERRO VELHO, contendo: MOBILIÁRIO ESCOLAR, EQUIPAMENTOS DIVERSOS, PEÇAS, ETC. APROXIMADAMENTE 8.000 KG. LANCE INICIAL R\$ 1.600,00. LOTE 29: SUCATA DE

INFORMÁTICA, contendo: DIVERSOS EQUIPAMENTOS ESCOLARES, TELEVISORES, VENTILADORES, REFRIGERADORES, ETC. APROXIMADAMENTE 4.000 KG. LANCE INICIAL R\$ 800,00. LOTE 30: LOTE DE PEÇAS TRATOR ESTEIRAS D30: DIVERSAS PEÇAS TRATOR D30 MARCA KOMATSU, SENDO: JOGO DE REPARO PISTÃO LEV. LÂMINA, JOGO DE REPARO ESCARIFICADOR, PARAFUSO DAS SAPATAS, SAPATA DA ESTEIRA, CANTO DE LÂMINA, CRUZETA CARDÂN, RELÓGIO PAINEL, ESFERA DO PISTÃO, MANGUEIRA HIDRÁULICA, TUBO HIDRÁULICO, PORCA CAIXA ROLAMENTO, DUOCONE RODA MOTRIZ, DUOCONE VEDAÇÃO, JOGO LONA FREIO, ALAVANCA MARCHA, PINO COM BUCHA DA ESTEIRA, EIXO ROLETE. LANCE INICIAL R\$ 2.237,00. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através do site WWW.JULIORAMOS.COM.BR, ou ainda pelos telefones Fone (49) 3458 9500 na Prefeitura ou (47) 3521 7730 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei nº 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

ITÁ (SC), 04 de OUTUBRO de 2013.

LEIDE MARA BENDER

PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ

# Itapoá

## PREFEITURA

### Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação Nº 33/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO Nº 33/2013 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 18/2012. (4º Aditivo).

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratada: TRANSPORTE & TURISMO SANTO ANTÔNIO LTDA, com sede à Rua Avenida Santos Dumont, nº 450, Bairro: Santo Antônio, na cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 84.697.051/0001-04 e Inscrição Estadual n.º 251.799.786.

Licitação: CONCORRÊNCIA N.º 01/2012 - PROCESSO Nº 22/2012;

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de estudantes universitários, em ônibus rodoviários no trajeto Itapoá-SC/Joinville-SC/Itapoá-SC e Itapoá-SC/Guaratuba-PR/Itapoá-SC, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital.

Cláusula Primeira: O presente termo visa prorrogar a vigência do contrato administrativo n.º 18/2012 em 20 (vinte) dias, contados a partir do dia 30/09/2013, podendo ser renovado nos termos do art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública, condicionado a decisão do processo licitatório na modalidade de Concorrência nº 02/2013, Processo nº 95/2013.

Valor Total: R\$ 54.364,80 (cinquenta e quatro mil trezentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos).

Data da assinatura: 30/09/2013;

Itapoá/SC, 30 de setembro de 2013.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

**Termo Aditivo N.º 35/2013 ao Contrato Administrativo N.º 05/2013. (4º Aditivo).**

TERMO ADITIVO N.º 35/2013 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 05/2013. (4º aditivo).

Pelo presente instrumento contratual que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, nesta cidade, neste ato representado pela Secretária de Educação, a Sra. TEREZINHA FÁVARO SILVEIRA, portadora do CI.RG nº 2090978 SSP/PR e do CNPF/MF nº 355.669.909-59 e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE (LOCATÁRIO), e de outro lado o Sr. WAGNER ARISTIDES DA SILVA, portador do CI.RG nº 6.141.426-6 SSP/PR inscrito no CNPF/MF nº 024.095.489-03 residente e domiciliado à Rua Octavio Cim, nº 1.235, Bairro: Afonso Penna - São José dos Pinhais/PR, CEP:83.050-520, doravante denominado CONTRATADO (LOCADOR), que em caráter consensual, em conformidade nos termos do processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2013 - PROCESSO Nº 02/2013, Art. 24 inciso X da Lei 8.666/93 e com as especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO**

O presente termo prorroga a vigência do contrato administrativo n.º 05/2013 em 2 (dois) meses, contados a partir do dia 01/10/2013, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

Altera cláusula quarta "Do Preço", acrescentando 2 (duas) parcelas mensais de R\$ 1.157,74 (um mil cento e cinquenta e sete reais e setenta e quatro centavos), resultando em um valor total de R\$ 2.315,48 (dois mil trezentos e quinze reais e quarenta e oito centavos) para o período

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 05/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 05/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 01 de outubro de 2013.

LOCATÁRIO

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

LOCADOR

WAGNER ARISTIDES DA SILVA

TEREZINHA FÁVARO SILVEIRA

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

TESTEMUNHAS

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

# Joaçaba

## PREFEITURA

**Lei Nº 4.391 de 30 de Setembro de 2013.**

LEI Nº 4.391 DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.

CONCEDE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DEVIDA AO ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO (ECAD) AOS EVENTOS E PESSOAS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Ficam isentos de pagamento da taxa devida ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD) todos os eventos realizados gratuitamente ou sem fins lucrativos no Município de Joaçaba por sociedades, fundações, associações religiosas, culturais, instrutivas, científicas, artísticas, literárias, recreativas, esportivas e educacionais que tenham por objeto promover lazer, assistência ou conagração de seus associados e terceiros.

§ 1º - Consideram-se eventos sem fins lucrativos para efeitos desta lei aqueles realizados por entidades com finalidade filantrópica, por pessoas idosas (eventos da Terceira Idade), comunidades do interior do município, associações de moradores de bairro, casamentos, festas de aniversário, escolas, creches, templos de qualquer culto e pelo Poder Público Municipal de Joaçaba.

§ 2º - A isenção prevista nesse artigo prevalece ainda que o evento seja realizado em salão de eventos locado.

Art. 2º A isenção prevista no artigo 1º é extensiva, também, para bares, restaurantes, hotéis e demais estabelecimentos comerciais relativamente a aparelhos de som, televisores ou similares permanentemente instalados em suas dependências e desde que a atividade do estabelecimento não seja a realização de eventos, shows, entretenimento ou similares.

Art. 3º A isenção prevista nessa lei anterior não constitui ofensa aos direitos autorais.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOAÇABA (SC), em 30 de setembro de 2013.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

**Decreto Nº 4.411 de 30 de Setembro de 2013.**

DECRETO Nº 4.411 DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.

SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO-GESTOR DO FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FHIS, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a Representatividade do Conselho-Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social - FHIS, de que trata a Lei nº 3.835/2008, nomeado pelo Decreto nº 3.886/2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

Representante da Secretaria de Ação Social:  
MÁRIO WOLFART - titular  
LUCI HEBERLE - suplente

Representante da Secretaria de Gestão Financeira:  
ELIANA ZARDO - titular  
ELIANE MANDARINO COPPI - suplente

Representante da Secretaria de Saúde:  
MARCOS WEISS - titular  
PAULA GEOVANA KLEBER - suplente

Representante da Secretaria de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação:  
JORGE RONALDO POHL - titular  
LEONARDO POHL - suplente

Representante da Sociedade Comunitária Habitacional:  
DIANA GOTARDO - titular  
INGRID VANESSA STOCK TITON - suplente

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 30 de setembro de 2013.  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

#### **Extrato TP 19/2013/PMJ - PL 105/2013/PMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2013/PMJ  
TOMADA DE PREÇO Nº 19/2013/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de serviços técnicos visando a Revisão de Planta de Valores Genéricos (PVG), dos imóveis localizados no perímetro urbano do Município de Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor Preço. Data da abertura: Dia 24/10/2013, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 14h30min do dia 24/10/2013, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura ([www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br)) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 03 de outubro de 2013.  
MARCOS WEISS  
Prefeito em Exercício

#### **Aditivo Contrato 93/2013 PMJ TA 01**

CONTRATO Nº 93/2013/PMJ TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, centro, inscrito no CNPJ sob o número 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito em exercício, Sr. MARCOS WEISS, e a empresa VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA, com sede administrativa na Rua AV. XV DE NOVENBRO, 468 - 1º ANDAR SALA B, na cidade de JOAÇABA/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 09.223.659/0001-81, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. FELIPE RAMOS D'AGOSTINI, portador da Carteira de Identidade nº 3.538.752 e CPF nº 008.482.959-19, residente e domiciliado na RUA GETULIO VARGAS, 1800, cidade de JOAÇABA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 93/2013/PMJ,

firmado em 07/08/2013, proveniente do PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 71/2013/PMJ - CONVITE Nº 7/2013/PMJ, homologado no dia 07/08/2013, cujo objeto é a execução pela CONTRATADA, dos serviços com o fornecimento dos materiais e equipamentos necessário para a pavimentação asfáltica em CAUQ - Concreto Asfáltico Usinado a Quente de parte da Rua Ângelo Sganzerla, bairro Nossa Senhora de Lourdes, no Município de Joaçaba, onde se ADITA a CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO e a CLAUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

#### **CLAUSULA PRIMEIRA**

##### **CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO**

Diante do acréscimo constante da cláusula segunda deste Termo, os serviços de que trata o objeto do contrato deverão ser executados de acordo os Memoriais Descritivos, Projetos e demais informações constantes no Anexo I (CD) do Convite nº 7/2013/PMJ, incluindo-se os serviços detalhados na planilha emitida pela fiscalização da obra, em anexo.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**

##### **CLAUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO**

O valor global do contrato fica acrescido em R\$ 32.521,98 (trinta e dois mil quinhentos e vinte e um reais e noventa e oito centavos), correspondentes a 24,398% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, sendo: R\$ 24.794,19 referente aos materiais utilizados e, R\$ 7.727,79 referente aos serviços.

#### **CLAUSULA TERCEIRA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 03 de outubro de 2013.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA - CONTRATANTE  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - CONTRATADA  
FELIPE RAMOS D'AGOSTINI

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_



# Lages

## PREFEITURA

### Edital

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES-SC  
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001/2013  
EXTRATO DO EDITAL DE ABERTURA No. 001/2013

De ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Lages, a Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições, torna público as instruções especiais destinadas à realização do Processo Seletivo Público para formação de cadastro reserva de Professores que serão admitidos em caráter temporário no ano letivo de 2014. As provas escritas terão a coordenação da Fundação de Estudos e Pesquisa Socioeconômicos – FEPESE.

Cargo/Área/Disciplina	Valor de Inscrição
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL/ EDUCAÇÃO INFANTIL	R\$ 50,00
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL/ ANOS INICIAIS	R\$ 50,00
PROFESSOR - EDUCAÇÃO ESPECIAL (SEGUNDO PROFESSOR) / EDUCAÇÃO ESPECIAL	R\$ 50,00
PROFESSOR - EDUCAÇÃO ESPECIAL (SEGUNDO PROFESSOR) / INTÉRPRETE DE LIBRAS	R\$ 50,00
PROFESSOR - EDUCAÇÃO ESPECIAL (SEGUNDO PROFESSOR) / SEGUNDO PROFESSOR BILÍNGUE – LIBRAS	R\$ 50,00
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL- ANOS FINAIS (6º AO 9º ANO)/OU ENSINO MÉDIO / ARTES	R\$ 50,00
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL- ANOS FINAIS (6º AO 9º ANO)/OU ENSINO MÉDIO / BIOLOGIA	R\$ 50,00
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL- ANOS FINAIS (6º AO 9º ANO)/OU ENSINO MÉDIO / CIÊNCIAS	R\$ 50,00
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL- ANOS FINAIS (6º AO 9º ANO)/OU ENSINO MÉDIO / EDUCAÇÃO FÍSICA	R\$ 50,00
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL- ANOS FINAIS (6º AO 9º ANO)/OU ENSINO MÉDIO / FÍSICA	R\$ 50,00
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL- ANOS FINAIS (6º AO 9º ANO)/OU ENSINO MÉDIO / GEOGRAFIA	R\$ 50,00
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL- ANOS FINAIS (6º AO 9º ANO)/OU ENSINO MÉDIO / HISTÓRIA	R\$ 50,00
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL- ANOS FINAIS (6º AO 9º ANO)/OU ENSINO MÉDIO / INGLÊS	R\$ 50,00
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL- ANOS FINAIS (6º AO 9º ANO)/OU ENSINO MÉDIO / LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA BRASILEIRA	R\$ 50,00
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL- ANOS FINAIS (6º AO 9º ANO)/OU ENSINO MÉDIO / MATEMÁTICA	R\$ 50,00
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL- ANOS FINAIS (6º AO 9º ANO)/OU ENSINO MÉDIO / SOCIOLOGIA	R\$ 50,00
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL- ANOS FINAIS (6º AO 9º ANO)/OU ENSINO MÉDIO / ESPANHOL	R\$ 50,00
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL- ANOS FINAIS (6º AO 9º ANO)/OU ENSINO MÉDIO / FILOSOFIA	R\$ 50,00
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL- ANOS FINAIS (6º AO 9º ANO)/OU ENSINO MÉDIO / QUÍMICA	R\$ 50,00

As inscrições serão realizadas no período de 02/10/2013 à 01/11/2013 somente pela internet no site <http://educalages.fepese.org.br/>:

Edital Completo: Disponível na internet <http://educalages.fepese.org.br/> e através do link no site da Prefeitura de Lages: [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br)

Data das provas: 17/11/2013, no período matutino e vespertino.

Lages, 02/10/2013  
MARIMÍLIA CASA COSTA COELHO  
Secretária Municipal de Educação

# PEGAS

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CRES e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



# Lebon Regis

## PREFEITURA

### Lei Municipal Nº 1.440/2013

LEI MUNICIPAL Nº 1440/2013, 03 de outubro de 2013.

"AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto crédito orçamentário no orçamento geral do município de Lebon Régis no valor de R\$ 1.687.700,00 (um milhão seiscentos e oitenta e sete mil e setecentos reais) nas seguintes classificações orçamentárias.

		20	GABINETE DO PREFEITO
	Proj./Ativ.	2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito
18	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	3.000,00
		55	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS
	Proj./Ativ.	2.009	Contribuições em Geral
32	3.3.50.00.00.00.00.00 00.01.0000	Transf. a Instituições Privadas	15.000,00
	Proj./Ativ.	2.010	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
25	3.1.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	165.000,00
27	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	60.000,00
	Proj./Ativ.	2.011	Manutenção da Segurança Pública
34	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0055	Aplicações Diretas	5.000,00
35	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0056	Aplicações Diretas	5.000,00
		60	SECRETARIA EDUCACAO CULT. DESPORTO
	Proj./Ativ.	2.016	Manutenção da Educação Básica
64	3.1.90.00.00.00.00.00 00.01.0019	Aplicações Diretas	120.000,00
	Proj./Ativ.	2.067	Programa Recursos PNAEC – Creche
89	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060	Aplicações Diretas	18.560,00
	Proj./Ativ.	2.068	Programa Recursos do PNAEF – Fundamental
79	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060	Aplicações Diretas	32.940,00
	Proj./Ativ.	2.069	Programa Recursos do PNAEP - Pré-Escolar
90	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060	Aplicações Diretas	9.760,00
	Proj./Ativ.	2.070	Programa Recursos do EJA
96	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060	Aplicações Diretas	2.440,00
		65	SECRET. JUVENTUDE LAZER E ESPORTES
	Proj./Ativ.	2.013	Manutenção das Atividades Esportivas e Recreativas
112	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
		80	SECRETARIA SERVICOS MUNICIPAIS
	Proj./Ativ.	2.027	Manutenção do Terminal Rodoviário
130	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	5.000,00
	Proj./Ativ.	2.032	Manutenção dos Serviços Urbanos
162	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	40.000,00
	Proj./Ativ.	2.034	Manutenção da Malha Rodoviária Municipal
177	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	100.000,00
		85	SECRETARIA PLANEJ. E HABITACAO
	Proj./Ativ.	2.060	Manutenção da Secretaria de Planejamento e Habitação
179	3.1.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
		91	FUNDO MUNIC. DE SAUDE - LEBON REGIS
	Proj./Ativ.	2.041	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
10	3.1.90.00.00.00.00.00 00.01.0002	Aplicações Diretas	360.000,00
12	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0002	Aplicações Diretas	120.000,00
	Proj./Ativ.	2.043	Aplicação Recursos do PACS
22	3.1.90.00.00.00.00.00 00.01.0064	Aplicações Diretas	20.000,00
	Proj./Ativ.	2.044	Aplicação Recursos do PSF
24	3.1.90.00.00.00.00.00 00.01.0064	Aplicações Diretas	60.000,00
		94	HOSPITAL E MAT. MUNIC. SANTO ANTONIO
	Proj./Ativ.	2.065	Manutenção das Atividades do Hospital
1	3.1.90.00.00.00.00.00 00.01.0002	Aplicações Diretas	220.000,00
3	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0002	Aplicações Diretas	260.000,00

		1	CAMARA DE VEREADORES
		10	CAMARA DE VEREADORES
	Proj./Ativ.	2.001	Manutenção das Ativ. da Câmara Municipal
3	3.1.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	46.000,00
	TOTAL R\$.....	1.687.700,00	

Art. 2º - Para cobertura de crédito suplementar no valor de R\$. 1.687.700,00 (um milhão seiscentos e oitenta e sete e setecentos reais) fica anulada parcialmente a seguinte dotação orçamentária:

	Unidade:	10	SECRETARIA INDUSTRIA E COMERCIO	
		Proj./Ativ.	1.030	Programa de Incentivos Industriais
1		3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0024	Aplicações Diretas	1.000,00
2		3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	4.000,00
		Proj./Ativ.	1.031	Aquisição de Imóveis p/ Incentivo a Indústrias
4		4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	4.000,00
		Proj./Ativ.	1.033	Equipamentos para Capacitação Profissional
7		4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0024	Aplicações Diretas	
8		4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
		Proj./Ativ.	2.012	Atividades para o Desenvolvimento do Turismo
15		3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
16		4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	2.000,00
		Proj./Ativ.	2.038	Manutenção da Secretaria de Indústria e Comercio
9		3.1.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	30.000,00
11		3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	12.000,00
	Unidade:	20	GABINETE DO PREFEITO	
		Proj./Ativ.	2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito
18		3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	3.000,00
	Unidade:	50	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINAN-CAS	
		Proj./Ativ.	2.004	Pagamento de Precatórios
44		3.2.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	3.900,00
		Proj./Ativ.	2.005	Pagamento de PASEP
45		3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	90.000,00
		Proj./Ativ.	2.008	Contribuições a Entidades Municipalistas
31		3.3.50.00.00.00.00.00 00.01.0000	Transf. a Instituições sem Fins Lu	13.000,00
		Proj./Ativ.	2.009	Contribuições em Geral
30		4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0089	Aplicações Diretas	17.000,00
	Unidade:	55	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	
		Proj./Ativ.	2.035	Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente
47		3.1.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	35.000,00
48		3.3.71.00.00.00.00.00 00.01.0000	Transferências a Consórcios Públicos	10.000,00
	Unidade:	60	SECRETARIA EDUCACAO CULT. DESPORTO	
		Proj./Ativ.	1.045	Construção, Ampliação e Reformas de Escolas
80		4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0001	Aplicações Diretas	10.000,00
		Proj./Ativ.	1.046	Aquisição de Veículos Transporte Escolar
58		4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0001	Aplicações Diretas	10.000,00
		Proj./Ativ.	1.047	Construção de Quadras Polivalentes nas Escolas
61		4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0001	Aplicações Diretas	5.000,00
		Proj./Ativ.	2.016	Manutenção da Educação Básica
63		3.1.90.00.00.00.00.00 00.01.0001	Aplicações Diretas	70.000,00
65		3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0001	Aplicações Diretas	749.800,00
66		4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0001	Aplicações Diretas	100.000,00
		Proj./Ativ.	2.017	Manutenção do Transporte Escolar
68		3.1.90.00.00.00.00.00 00.01.0019	Aplicações Diretas	72.000,00
		Proj./Ativ.	2.020	Apoio Financeiro a Estudantes
88		3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	50.000,00
		Proj./Ativ.	2.021	Manutenção da Educação Infantil
93		3.1.90.00.00.00.00.00 00.01.0019	Aplicações Diretas	40.000,00
		Proj./Ativ.	2.057	Aplicação Recursos FUNDEB
76		3.1.90.00.00.00.00.00 00.01.0018	Aplicações Diretas	100.000,00

	Unidade:	65	SECRETARIA BEM ESTAR SOCIAL	
		Proj./Ativ.	2.066	Manutenção da Secretaria do Bem Estar Social
120		3.1.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	40.000,00
	Unidade:	80	SECRETARIA SERVICOS MUNICIPAIS	
		Proj./Ativ.	2.032	Manutenção dos Serviços Urbanos
159		3.1.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	50.000,00
		Proj./Ativ.	2.034	Manutenção da Malha Rodoviária Municipal
174		3.1.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	30.000,00
		Proj./Ativ.	2.063	Manutenção do Plano Diretor
146		3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
		Proj./Ativ.	2.036	Manutenção da Secretaria de Agricultura
204		3.1.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	60.000,00
	Órgão:	1	CAMARA DE VEREADORES	
	Unidade:	10	CAMARA DE VEREADORES	
		Proj./Ativ.	2.001	Manutenção das Ativ. da Câmara Municipal
4		3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	35.000,00
5		4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	11.000,00
		TOTAL R\$.		1.687.700,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação  
Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 03 de outubro de 2013.  
LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios

CLEUZA MARIA R. TOMACHEUSKI  
Secretária de Administração e Finanças

### Decreto Nº 082/2013

DECRETO Nº 82/2013, de 04 de Outubro de 2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO APURADO ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2012, NO ORÇAMENTO VINGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEBON RÉGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso III do art. 11, da Lei Municipal nº 1411/2012 de 17 de Dezembro de 2012;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade do Fundo Municipal de Saúde de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Unidade	Função	Sub função	Programa	Proj/Atividade	Elemento	Fonte Recurso	Valor R\$.
91	10	10	301	0028	2042	4490	00.03.0064	85.000,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor recursos do superávit financeiro do exercício de 2012 conforme iduso e fonte recurso conforme tabela abaixo.

IDUso	Grupo	Especificação TCE	Valor R\$.
00	01	0064	85.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 04 de Outubro de 2013.  
LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto em 04 de Outubro de 2013, nesta Secretaria de Administração e Finanças.

CLEUSA M. R. TOMACHEUSKI  
Secretária de Administração e Finanças

**Decreto Nº 083/2013**

DECRETO Nº. 83/2013, de 04 de Outubro de 2013

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR , NO ORÇAMENTO VINGENTE DO HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTONIO.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme a Lei Municipal nº 1440/2013 de 03 de outubro de 2013;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antoniode Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais ), nas seguintes dotações orçamentárias:

		94	HOSPITAL E MAT. MUNIC. SANTO ANTONIO	
	Proj./Ativ.	2.065	Manutenção das Atividades do Hospital	
1	3.1.90.00.00.00.00.00 00.01.0002		Aplicações Diretas	220.000,00
3	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0002		Aplicações Diretas	260.000,00
			Total	480.000,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor recursos da anulação da seguinte dotação orçamentaria.

	Unidade:	60	SECRETARIA EDUCACAO CULT. DESPORTO	
	Proj./Ativ.	2.016	Manutenção da Educação Básica	
65	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0001		Aplicações Diretas	480.000,00
			Total	480.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 04 de Outubro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto em 04 de Outubro de 2013, nesta Secretaria de Administração e Finanças.

CLEUSA M. R. TOMACHEUSKI

Secretário de Administração e Finanças

**Decreto Nº 084/2013**

DECRETO Nº. 84/2013, de 04 de Outubro de 2013

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR , NO ORÇAMENTO VINGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LEBON REGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme a Lei Municipal nº 1440/2013 de 03 de outubro de 2013;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade do Fundo Municipal de Saude de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de

recursos no valor de R\$ 560.000,00 (quinhentos e sessenta mil reais ), nas seguintes dotações orçamentárias:

		91	FUNDO MUNIC. DE SAUDE - LEBON REGIS	
	Proj./Ativ.	2.041	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
10	3.1.90.00.00.00.00.00 00.01.0002		Aplicações Diretas	360.000,00
12	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0002		Aplicações Diretas	120.000,00
	Proj./Ativ.	2.043	Aplicação Recursos do PACS	
22	3.1.90.00.00.00.00.00 00.01.0064		Aplicações Diretas	20.000,00
	Proj./Ativ.	2.044	Aplicação Recursos do PSF	
24	3.1.90.00.00.00.00.00 00.01.0064		Aplicações Diretas	60.000,00
TOTAL				560.000,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor recursos da anulação da seguinte dotação orçamentaria.

	Unidade:	60	SECRETARIA EDUCACAO CULT. DESPORTO	
	Proj./Ativ.	1.045	Construção, Ampliação e Reformas de Escolas	
80	4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0001		Aplicações Diretas	10.000,00
	Proj./Ativ.	1.046	Aquisição de Veículos Transporte Escolar	
58	4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0001		Aplicações Diretas	10.000,00
	Proj./Ativ.	1.047	Construção de Quadras Polivalentes nas Escolas	
61	4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0001		Aplicações Diretas	5.000,00
	Proj./Ativ.	2.016	Manutenção da Educação Básica	
63	3.1.90.00.00.00.00.00 00.01.0001		Aplicações Diretas	70.000,00
65	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0001		Aplicações Diretas	269.800,00
66	4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0001		Aplicações Diretas	100.000,00
	Proj./Ativ.	2.017	Manutenção do Transporte Escolar	
68	3.1.90.00.00.00.00.00 00.01.0019		Aplicações Diretas	72.000,00
	Proj./Ativ.	2.020	Apoio Financeiro a Estudantes	
88	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000		Aplicações Diretas	23.200,00
TOTAL				560.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 03 de Outubro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto em 03 de Outubro de 2013, nesta Secretaria de Administração e Finanças.

CLEUSA M. R. TOMACHEUSKI

Secretário de Administração e Finanças

**Decreto Nº 085/2013**

DECRETO Nº. 85/2013, de 04 de Outubro de 2013  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VINGENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE DE LEBON REGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme a Lei Municipal nº 1440/2013 de 03 de outubro de 2013;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Câmara Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

		1	CAMARA DE VEREADORES	
		10	CAMARA DE VEREADORES	
	Proj./Ativ.	2.001	Manutenção das Ativ. da Câmara Municipal	
3	3.1.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	46.000,00	

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor recursos da anulação das seguintes dotações orçamentárias.

	Órgão:	1	CAMARA DE VEREADORES	
	Unidade:	10	CAMARA DE VEREADORES	
			Manutenção das Ativ. da Câmara Municipal	
	Proj./Ativ.	2.001	Manutenção das Ativ. da Câmara Municipal	
4	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	35.000,00	
5	4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	11.000,00	

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 03 de Outubro de 2013.  
LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto em 03 de Outubro de 2013, nesta Secretaria de Administração e Finanças.

CLEUSA M. R. TOMACHEUSKI  
Secretário de Administração e Finanças

**Decreto Nº 086/2013**

DECRETO Nº. 86/2013, de 04 de Outubro de 2013  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme a Lei Municipal nº 1440/2013 de 03 de outubro de 2013;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade do Fundo Municipal de Saúde de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 601.700,00 (seiscentos e um mil e setecentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

		20	GABINETE DO PREFEITO	
	Proj./Ativ.	2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
18	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	3.000,00	
		55	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	
	Proj./Ativ.	2.009	Contribuições em Geral	
32	3.3.50.00.00.00.00.00 00.01.0000	Transf. a Instituições Privadas	15.000,00	
	Proj./Ativ.	2.010	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	
25	3.1.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	165.000,00	
27	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	60.000,00	
	Proj./Ativ.	2.011	Manutenção da Segurança Pública	
34	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0055	Aplicações Diretas	5.000,00	
35	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0056	Aplicações Diretas	5.000,00	
		60	SECRETARIA EDUCACAO CULT. DESPORTO	
	Proj./Ativ.	2.016	Manutenção da Educação Básica	
64	3.1.90.00.00.00.00.00 00.01.0019	Aplicações Diretas	120.000,00	
	Proj./Ativ.	2.067	Programa Recursos PNAEC – Creche	
89	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060	Aplicações Diretas	18.560,00	
	Proj./Ativ.	2.068	Programa Recursos do PNAEF – Fundamental	
79	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060	Aplicações Diretas	32.940,00	
	Proj./Ativ.	2.069	Programa Recursos do PNAEP - Pré-Escolar	
90	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060	Aplicações Diretas	9.760,00	
	Proj./Ativ.	2.070	Programa Recursos do EJA	
96	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060	Aplicações Diretas	2.440,00	
		65	SECRET. JUVEN-TUDE LAZER E ESPORTES	
	Proj./Ativ.	2.013	Manutenção das Atividades Esportivas e Recreativas	
112	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	10.000,00	
		80	SECRETARIA SERVI-COS MUNICIPAIS	
	Proj./Ativ.	2.027	Manutenção do Terminal Rodoviário	
130	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	5.000,00	
	Proj./Ativ.	2.032	Manutenção dos Serviços Urbanos	

162	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	40.000,00
	Proj./Ativ. 2.034	Manutenção da Malha Rodoviária Municipal	
177	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	100.000,00
	85	SECRETARIA PLANEJ. E HABITACAO	
	Proj./Ativ. 2.060	Manutenção da Secretaria de Planejamento e Habitação	
179	3.1.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
	TOTAL R\$.....		601.700,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor recursos da anulação das seguintes dotações orçamentárias.

	Unidade: 10	SECRETARIA INDUSTRIA E COMERCIO	
	Proj./Ativ. 1.030	Programa de Incentivos Industriais	
1	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0024	Aplicações Diretas	1.000,00
2	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	4.000,00
	Proj./Ativ. 1.031	Aquisição de Imóveis p/ Incentivo a Indústrias	
4	4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	4.000,00
	Proj./Ativ. 1.033	Equipamentos para Capacitação Profissional	
7	4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0024	Aplicações Diretas	
8	4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
	Proj./Ativ. 2.012	Atividades para o Desenvolvimento do Turismo	
15	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
16	4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	2.000,00
	Proj./Ativ. 2.038	Manutenção da Secretaria de Indústria e Comercio	
9	3.1.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	30.000,00
11	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	12.000,00
	Unidade: 20	GABINETE DO PREFEITO	
	Proj./Ativ. 2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
18	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	3.000,00
	Unidade: 50	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	

	Proj./Ativ. 2.004	Pagamento de Precatórios	
44	3.2.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	3.900,00
	Proj./Ativ. 2.005	Pagamento de PASEP	
45	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	90.000,00
	Proj./Ativ. 2.008	Contribuições a Entidades Municipais	
31	3.3.50.00.00.00.00.00 00.01.0000	Transf. a Instituições sem Fins Lu	13.000,00
	Proj./Ativ. 2.009	Contribuições em Geral	
30	4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0089	Aplicações Diretas	17.000,00
	Unidade: 55	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	
	Proj./Ativ. 2.035	Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente	
47	3.1.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	35.000,00
48	3.3.71.00.00.00.00.00 00.01.0000	Transferências a Consórcios Públicos	10.000,00
	Unidade: 60	SECRETARIA EDUCACAO CULT. DESPORTO	
	Proj./Ativ. 2.020	Apoio Financeiro a Estudantes	
88	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	26.800,00
	Proj./Ativ. 2.021	Manutenção da Educação Infantil	
93	3.1.90.00.00.00.00.00 00.01.0019	Aplicações Diretas	40.000,00
	Proj./Ativ. 2.057	Aplicação Recursos FUNDEB	
76	3.1.90.00.00.00.00.00 00.01.0018	Aplicações Diretas	100.000,00
	Unidade: 65	SECRETARIA BEM ESTAR SOCIAL	
	Proj./Ativ. 2.066	Manutenção da Secretaria do Bem Estar Social	
120	3.1.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	40.000,00
	Unidade: 80	SECRETARIA SERVICOS MUNICIPAIS	
	Proj./Ativ. 2.032	Manutenção dos Serviços Urbanos	
159	3.1.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	50.000,00
	Proj./Ativ. 2.034	Manutenção da Malha Rodoviária Municipal	
174	3.1.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	30.000,00
	Proj./Ativ. 2.063	Manutenção do Plano Diretor	
146	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	10.000,00



	Proj./Ativ.	2.036	Manutenção da Secretaria de Agricultura	
204	3.1.90.00.00.00.00.00 00.01.0000		Aplicações Diretas	60.000,00
	TOTAL R\$.....			601.700,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 03 de Outubro de 2013.  
LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto em 03 de Outubro de 2013, nesta Secretaria de Administração e Finanças.

CLEUSA M. R. TOMACHEUSKI  
Secretário de Administração e Finanças

### Edital de Convocação Nº 23/2013

Edital de Convocação n. 23/2013

O Prefeito Municipal de Lebon Régis no uso de suas atribuições legais CONVOCA o(s) candidato(s) aprovado(s) no Concurso Público n. 001/2012, abaixo relacionados, para apresentar-se perante o Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Arthur Barth, n. 300, centro, Lebon Régis/SC, no horário compreendido entre 13h15min e 17h15min, até o dia 14/10/2013, munido(s) da documentação exigida para nomeação no cargo público ao qual foi aprovado.

Nome	Cargo	Classificação
Vanderlei Simão	Motorista Veiculo Escolar	7º

A não apresentação do candidato no prazo mencionado implica renúncia ao direito de nomeação.

Lebon Régis (SC), 03 de outubro de 2013.  
LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal

**Leoberto Leal**

**PREFEITURA**

### Lei N.º 991/2013

LEI Nº 991, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013  
DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO PARA O QUADRIÊNIO 2014-2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Plurianual para o quadriênio 2014-2017, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública de Leoberto Leal, as quais serão financiadas com os recursos previstos no anexo I desta LEI.

Art. 2º O Plano Plurianual da administração pública de Leoberto Leal para o quadriênio 2014-2017, contemplará as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas

de duração continuada e está expresso nas planilhas dos anexos II desta LEI.

Art. 3º As metas da administração para o quadriênio 2014-2017, consolidadas por programas, são aquelas constantes do anexo III desta LEI.

Art. 4º As planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas no anexo II desta Lei, serão estruturadas em programa, diagnóstico, diretrizes, objetivos, ações, produto, unidade de medida, meta, valor e fonte de recursos.

§ 1º - As metas fiscais por ações em cada programa, serão demonstradas na forma do Anexo IV desta LEI.

§ 2º - Para fins desta Lei, considera-se:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

II - Diagnóstico, a identificação da realidade existente, de forma a permitir a identificação, a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades;

III - Diretrizes, conjunto de critérios de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;

IV - Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

V - Ações, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas a execução do programa;

VI - Produto, os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;

VII - Metas, os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar.

Art. 5º Os valores de previsão da receita, constantes dos anexos desta Lei estão orçados a preços correntes em julho de 2013, com projeção de crescimento de 8% ao ano.

Art. 6º As alterações na programação somente poderão ser promovidas mediante Lei específica votada na Câmara Municipal.

Art. 7º O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas.

Art. 8º As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos anexos desta LEI.

Art. 9º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize sua inclusão.

Art. 10 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 30 de setembro de 2013.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

**Lindóia do Sul**

**PREFEITURA**

### Aviso de Licitação - Pregão Presencial 56/2013

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2013

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para aquisição de uniformes e EPIs, no dia 18 de outubro de 2013, as 08:30, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 do mesmo dia, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site, [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 04 de outubro de 2013.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

### **Aviso de Licitação - Pregão Presencial 57/2013**

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2013

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de organização, ornamentação com fornecimento de equipamentos, e fornecimento de alimentação, objetivando a realização do segundo Seminário de Envelhecimento Saudável, no município de Lindóia do Sul, as 14:00 horas do dia 17 de outubro de 2013, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 13:45 horas do mesmo dia, no setor de protocolo geral, situado na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 04 de outubro de 2013.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

### **Extrato do Contrato 157/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 157/2013

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: POLIMEDICI ASSESSORIA E CONSULTORIA EM MEDICINA DO TRABALHO LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2013

Objeto: Contratação de empresa de serviços especializados em Medicina e Segurança do Trabalho, para prestação de serviço de orientação, com a produção de laudos (LTCAT, PCMSO e PPRA).

Valor: R\$ 6.300,00

Vigência: 31 de dezembro de 2013.

Assinatura: 03 de setembro de 2013

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

### **Extrato do Contrato 160/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 160/2013

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ROSANI ZAMPROGNA 02575134935

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2013

Objeto: Contratação de serviços especializados para ministrar aulas em oficinas práticas de artesanato e pintura.

Valor: R\$ 6.450,00

Vigência: 31 de dezembro de 2013

Assinatura: 11 de setembro de 2013

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

### **Extrato do Contrato 158/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 158/2013

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: MALHARIA AMAURY LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2013

Objeto: Fornecimento de camisetas para as escolinhas das categorias de base.

Valor: R\$ 2.429,50

Vigência: 31 de dezembro de 2013.

Assinatura: 03 de setembro de 2013

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

### **Extrato do Contrato 159/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 159/2013 - 1º TA 142/2013

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: DOUGLAS FICANHA 03935233906

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2013

Objeto: Prorrogação do prazo de entrega de equipamento para o ramo de panificação das agroindústrias familiares de Lindóia do Sul.

Vigência: 09 de agosto de 2014.

Assinatura: 06 de setembro de 2013

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

### **Extrato do Contrato 161/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 161/2013

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: MOTIVA TREINAMENTO LTDA  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2013

Objeto: Contratação de serviços especializados para Palestra Show motivacional para Idosos, tendo em vista a realização do Seminário do Idoso no dia 04 de Outubro 2013.

Valor: R\$ 3.400,00

Vigência: 31 de dezembro de 2013

Assinatura: 11 de setembro de 2013  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

#### **Extrato do Contrato 162/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 162/2013 - 2º TA 18/2013

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: CONSTRUCÓRDIA CONSTRUÇÕES LTDA  
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2013

Objeto: Alteração do valor da obra de reforma do núcleo de Educação Ottaviano Nicolao, em decorrência da execução de itens adicionais não previstos no projeto inicial.

Valor: R\$ 6.376,02

Vigência: 11 de novembro de 2013.

Assinatura: 17 de setembro de 2013.  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

#### **Extrato do Contrato 163/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 163/2013

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: FERRAGENS LINDOIA LTDA - ME  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2013

Objeto: Fornecimento de peças e mão de obra para reforma da carroceria do veículo Ford F1.000, placas IDC 5608, ano 1987.

Valor: R\$ 1.497,00

Vigência: 31 de dezembro de 2013.

Assinatura: 19 de setembro de 2013.  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

#### **Extrato do Contrato 164/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 164/2013

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: AUTO PROGRESSO LTDA  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2013

Objeto: Fornecimento de peças e mão de obra para reforma mecânica do veículo Ford F1000, placas IDC 5608, ano 1987.

Valor: R\$ 4.500,00

Vigência: 31 de dezembro de 2013.

Assinatura: 19 de setembro de 2013.  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

#### **Extrato do Contrato 165/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 165/2013

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: CHAPEAÇÃO ATLÂNTICA LTDA  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2013

Objeto: Fornecimento de peças e mão de obra para reforma da lataria e estofaria interna do veículo Ford F1000, placas IDC 5608, ano 1987.

Valor: R\$ 5.500,00

Vigência: 31 de dezembro de 2013.

Assinatura: 19 de setembro de 2013.  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

#### **Extrato do Contrato 166/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 166/2013

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: CIRÚRGICA ERECHIM LTDA  
Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2013

Objeto: Fornecimento de matérias para uso veterinário.

Valor: R\$ 904,80

Vigência: 31 de dezembro de 2013.

Assinatura: 23 de setembro de 2013.  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

#### **Extrato do Contrato 167/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 167/2013

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: QUIMIOLAB COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE LABORATÓRIO LTDA  
Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2013

Objeto: Fornecimento de matérias para uso veterinário.

Valor: R\$ 724,96  
Vigência: 31 de dezembro de 2013.

Assinatura: 23 de setembro de 2013.  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato 168/2013**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 168/2013

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: AGROZOTEC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA  
Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO 07/2013

Objeto: Fornecimento de matérias para uso veterinário.  
Valor: R\$ 1.421,20  
Vigência: 31 de dezembro de 2013.

Assinatura: 26 de setembro de 2013.  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato 169/2013**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 169/2013

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: JUCEMAR CASON  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2013

Objeto: Reforma de móveis usados.  
Valor: R\$ 2.109,00  
Vigência: 27 de setembro de 2014.

Assinatura: 27 de setembro de 2013.  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato 170/2013**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 170/2013

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: IRE IND. COM. MOVEIS E TRANSPORTES LTDA  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2013

Objeto: Aquisição de móveis sob medida novos.  
Valor: R\$ 20.330,00  
Vigência: 27 de setembro de 2014.

Assinatura: 27 de setembro de 2013.  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato 171/2013**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 171/2013 - 1º TA 170/2013

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: IRE IND. COM. MOVEIS E TRANSPORTES LTDA  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2013

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a indicação de nova dotação orçamentária, para pagamento dos itens nº 5 a 9 do contrato original nº 170/2013.

Dotação:  
Órgão 10 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
Unidade 01 Fundo Municipal de Saúde  
Proj/ativ 1.009 Investimentos Gerais  
40 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0072 Aplicações Diretas  
Vigência: 27 de setembro de 2014.

Assinatura: 27 de setembro de 2013.  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

**Extrato do Distrato Unilateral 02/2013**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE DISTRATO  
RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO Nº 02/2013  
REFERENTE CONTRATO 15/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que rescindiu de forma unilateral o seguinte contrato:

Contratada: TRANSPORTES ALTO ACÍDIO LTDA.

Objeto: TRANSPORTE ESCOLAR.

DECLARA-SE E CONSTITUI-SE com efeitos retroativos ao dia 15 de agosto de 2013, a rescisão unilateral do Contrato n. 15/2011 e alterações posteriores, efetuado entre o MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL e a empresa TRANSPORTES ALTO ACÍDIO LTDA, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 08.538.676/0001-45, com sede na Linha Alto Acídio, Lindóia do Sul, SC, que tinha como objeto a prestação de serviço de transporte coletivo, em regime de fretamento, de alunos da rede de ensino do Município de Lindóia do Sul, o que se faz com amparo no art. 77 c/c art. 78 I, II e VII ambos, da Lei Federal nº 8.666/93.

Lindóia do Sul/SC, 05 de setembro de 2013.  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE



# Luzerna

## PREFEITURA

### 1º Ato de Apostilamento Arp Fmas0032013

1º ATO DE APOSTILAMENTO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº FMAS.003.2013 de 09/04/2013

APOSTILA de DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº FMAS.003/2013 de 09/04/2013, proveniente do Processo Licitatório nº 0013/2013, Pregão nº 0010/2013, celebradas entre o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS e LUISA SALETE ZAGO CORSO ME.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, Gestor do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no §8º do art. 65 da Lei 8.666/93, determina o apostilamento à Ata de Registro de Preços nº FMAS.003/2013 de 09/04/2013, proveniente do Processo Licitatório nº 0013/2013, Pregão nº 0010/2013, na dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA  
Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Elemento - 3.3.90.30.07 - Gêneros Alimentícios

Atividade - 1201.08.244.0025.2027 - Apoio a Pessoa Idosa  
Reduzido: 022  
Fonte 0352 - Recursos ACESUAS/BSM

Luzerna(SC), 27 de setembro de 2013.  
WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER  
Gestor do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

### Extrato de Edital - PL 61.2013 - Concorrência 02.2013 - Quiosque Seminário - PML

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
SECRETARIA DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE EDITAL  
Processo Licitatório nº 0061/2013 - PML  
Concorrência nº 0039/2013 - PML

A PREFEITURA DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Concorrência.

OBJETO: A presente Licitação tem por objeto a permissão de uso de edificação em alvenaria e concreto com área construída de 100,21 m² (metros quadrados), com 02 (dois) pavimentos isolados com a destinação de Quiosque / Lanchonete e Vestiário; situado nas dependências do Centro de Eventos São João Batista, neste Município, em conformidade com as especificações descritas no Anexo I deste Edital.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 16 de outubro de 2013.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h30min do dia 16 de outubro de 2013.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

### 1º Ato de Apostilamento Contrato PML.035.12

1º ATO DE APOSTILAMENTO - CONTRATO PML 0035/2012 de 06/06/12

APOSTILA de DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ao Contrato pml 0035/2013 de 06/06/2012, proveniente do Processo Licitatório nº 0045/2012, Carta-Convite nº 0009/2012, celebrada entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA e CONCÓRDIA MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA LTDA.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no §8º do art. 65 da Lei 8.666/93, determina o apostilamento ao Contrato pml.0035/2012 de 06/06/2012, proveniente do Processo Licitatório nº 0045/2012, Carta-Convite nº 0009/2012, na dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA  
Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Elemento - 3.3.90.39.83 - Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos

Atividade - 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Reduzido: 004  
Fonte 00 - Recursos Ordinários

Luzerna(SC), 26 de setembro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato PML Nº 116.13

EXTRATO DE CONTRATO Nº: ARP. PML. 116.13  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
CONTRATADA: ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAS DE ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA LTDA

OBJETO: aquisição de material de informática para manutenção das diversas secretarias da Prefeitura Municipal e de seus fundos especiais, conforme discriminados em anexo.  
Valor: R\$ 27.984,00 (vinte e sete mil e novecentos e oitenta e quatro reais);

Luzerna/SC, 02 de outubro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

ROBSON CARDOSO  
ESCRIMATE COM. DE MAT. DE ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA LTDA  
FORNECEDOR 1

### Extrato de Contrato PML Nº 117.13

EXTRATO DE CONTRATO Nº: ARP. PML. 117.13  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
CONTRATADA: INFOTRIZ COMERCIAL LTDA

OBJETO: aquisição de material de informática para manutenção das diversas secretarias da Prefeitura Municipal e de seus fundos especiais, conforme discriminados em anexo.  
Valor: R\$ 19.759,00 (dezenove mil setecentos e cinquenta e nove reais);

Luzerna/SC, 02 de outubro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

**CONTRATANTE**

BRUNO SANTOS  
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA  
FORNECEDOR 2

**Extrato de Contrato PML Nº 118.13**

EXTRATO DE CONTRATO Nº: ARP. PML. 118.13  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
CONTRATADA: LA INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA ME

OBJETO: aquisição de material de informática para manutenção das diversas secretarias da Prefeitura Municipal e de seus fundos especiais, conforme discriminados em anexo.  
Valor: 1.539,50 (Hum mil quinhentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos);

Luzerna/SC, 02 de outubro de 2013.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

LUCIANO PILATTI  
LA INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA  
FORNECEDOR 3

**Extrato de Contrato PML Nº 119.13**

EXTRATO DE CONTRATO Nº: ARP. PML. 119.13  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
CONTRATADA: ROBERTO TESSARO E CIA LTDA ME

OBJETO: aquisição de material de informática para manutenção das diversas secretarias da Prefeitura Municipal e de seus fundos especiais, conforme discriminados em anexo.  
Valor: R\$ 1.275,00 (hum mil duzentos e setenta e cinco reais);

Luzerna/SC, 02 de outubro de 2013.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

ROBERTO ANTONIO TESSARO  
ROBERTO TESSARO E CIA LTDA ME  
FORNECEDOR 4

**1º Ato de Apostilamento Arp 00362013**

1º ATO DE APOSTILAMENTO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML 0036/2013 de 23/04/13

APOSTILA de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML 0036/2013 de 23/04/2013, proveniente do Processo Licitatório nº 0022/2013, Pregão nº 0016/2013, celebrada entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA e RÁDIO TRANSOESTE LTDA.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no §8º do art. 65 da Lei 8.666/93, determina o apostilamento à Ata de Registro de Preços pml.0036/2013 de 23/04/2013, proveniente do Processo Licitatório nº 0022/2013, Pregão nº 0016/2013, nas dotações orçamentárias:

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Elemento - 3.3.90.39.88 - Serviços de Publicidade e Propaganda

12. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA  
Atividade - 1201.08.244.0025.2027 - Apoio a Pessoa Idosa  
Reduzido: 022  
Fonte 0352 - Recursos ACESUAS/BSM

13. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Atividade: 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Reduzido 004  
Fonte 00 - Recursos Ordinários

Luzerna(SC), 27 de setembro de 2013.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito Municipal

## Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.



### Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESAO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**CÂMARA MUNICIPAL****Balancete Financeiro 09/2013****ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Página: 1/1

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITARIA DA CIDAD	Transmissão integral e divulgação, em emissora de radiodifusão local, de todas das sessões ordinárias e solenes, da Câmara de Vereadores de Luzerna, com transmissão ao vivo das sessões temáticas, bem como veiculações em noticiários dos atos oficiais do Poder Legislativo, com chamadas durante o dia na programação normal da emissora, além de inserções de caráter informativo dos atos e ações administrativas do Poder Legislativo.	129	4,000	449,6800	1.798,72
LUCIANO JUSTI ME	Serviço de publicidade e publicação dos atos oficiais, informativos, educativos e de orientação social da Câmara Municipal de Vereadores de Luzerna, em órgão de imprensa escrita (jornal de circulação regional), que circule semanalmente, considerando-se: - Letra: tamanho 8,0 - Entrelinha: normal - Espaçamento de caracteres: normal - Largura da coluna, considerando-se as margens respectivas, sendo: . 1 coluna = 4,9cm . 2 colunas = 10,2cm . 3 colunas = 15,5cm . 4 colunas = 20,8cm . 5 colunas = 26,1cm	130	780,000	2,2500	1.755,00
OI S.A	Fatura Mensal Serviço de Telefonia	120	1,000	107,9400	107,94
PAULO DRESCH	DIÁRIA	127	1,000	230,0000	230,00
RADIO SOCIEDADE CATARINENSE LTDA	Divulgação de caráter informativo, em emissora de radiodifusão regional, de todas das sessões ordinárias, solenes e temáticas da Câmara de Vereadores de Luzerna, bem como dos atos oficiais do Poder Legislativo, conforme horários de maior audiência da população, de acordo com relação abaixo: a)Veiculação dos atos do Poder Legislativo em noticiários de horário nobre; b)DUAS inserções de 30" - das 8 às 12 horas; c)DUAS inserções de 30" - das 13 às 18 horas; d) DUAS inserções de 30" - das 19 às 21 horas.	128	4,000	332,7700	1.331,08
<b>Total Geral do Mês ----&gt;</b>					<b>5.222,74</b>

## Mafra

### CÂMARA MUNICIPAL

#### Portaria Nº 23/2013

PORTARIA Nº 23/2013

2 de outubro de 2013

NOMEIA PREGOEIRO E MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Vereador Vicente de Paulo Bezerra Saliba, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 13 da Resolução nº 07 de 30 de novembro de 2004,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como Pregoeiro e como membros da equipe de apoio, para julgar e conduzir os Processos Licitatórios na modalidade Pregão da Câmara de Vereadores de Mafra-SC, os servidores abaixo relacionados:

#### PREGOEIRO:

Vânia Lázaro da Guarda

#### EQUIPE DE APOIO:

Luis Fernando Alves da Silveira

Cleidimar de Cássia Chaicowski Kamienski

Art. 2º - Os trabalhos dos servidores ora nomeados, deverão ser executados conforme as disposições constantes da Lei Federal nº 10.520/2002 e subsidiariamente na Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 2 de outubro de 2013.

VER. VICENTE DE PAULO BEZERRA SALIBA

Presidente

## Maracajá

### PREFEITURA

#### 1º TA ao Contrato 49/2013

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Extrato de Termo Aditivo

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 49/2013

Contratante: Município de Maracajá

Contratado: Melcon Construção Civil Ltda.

Objeto: Prorroga o prazo do Contrato 49/2013

Cláusula Primeira: Fica alterada a Cláusula Sétima e seu Parágrafo Único, referente ao prazo de execução do objeto e vigência do contrato inicial que passa a ter a seguinte redação: Cláusula Sétima: o prazo deste aditivo para execução dos serviços é de 01 (um) mês, passando o prazo inicial para 05 (cinco) meses. Parágrafo Único: O prazo deste aditivo é de 01 (um) mês, passando o prazo inicial do contrato para 06 (seis) meses.

Maracajá, 25 de setembro de 2013

#### 4º TA ao Contrato 26/2012 FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Extrato de Termo Aditivo

4º Termo Aditivo ao Contrato nº 26/2012

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Melcon Construção Civil Ltda.

Objeto: Aditiva valor do Contrato 26/2012

Cláusula Primeira - O valor previsto na Cláusula Quinta do contrato original, de R\$ R\$ 299.906,94 (duzentos e noventa e nove mil e novecentos e seis reais e noventa e quatro centavos), fica acrescido de R\$ 35.720,38 (trinta e cinco mil, setecentos e vinte reais e trinta e oito centavos), restando em R\$ 335.627,32 (trezentos e trinta e cinco mil, seiscentos e vinte e sete reais e trinta e dois centavos).

Maracajá, 30 de Setembro de 2013

## Marema

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 143/2013

Decreto n. 143/2013 de 25/09/2013

"DECRETA ALTERAÇÕES NO ORÇAMENTO DE 2013 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema - SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor, especialmente as Leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 995/2012 de 28 de novembro de 2012 c/c Lei Municipal n. 1020/2013 de 25/09/2013.

#### DECRETA

Art. 1º - Fica suplementado dotações orçamentárias no valor de R\$ 255.800,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil e oitocentos reais), nas seguintes programações de despesas:

Código	Secretaria/departamento	
02.01	Gabinete do Prefeito Municipal	
funcional	Proj./ativ.	descrição
04.122.0401	2003	Manutenção das atividades do gabinete
Modalidade	Fonte	Dotação
319000	01.00	135.800,00

Código	Secretaria/departamento	
03.01	Departamento de Administração	
funcional	Proj./ativ.	descrição
04.122.0402.	2.004	Manutenção das atividades administrativas
Modalidade	Fonte	Dotação
319000	01.00	10.000,00

Código	Secretaria/departamento	
05.01	Departamento de Educação	
funcional	Proj./ativ.	descrição

12.361.1201	2.027	Manut. Das atividades do ensino fundamental
Modalidade	Fonte	Dotação
319000	01.01	70.000,00

Código	Secretaria/departamento	
08.01	Departamento de infraestrutura	
funcional	Proj./ativ.	descrição
26.782.2601	2.047	Manut. Das atividades rodoviárias
Modalidade	Fonte	Dotação
319000	01.00	10.000,00
Código	Secretaria/departamento	
16.01	Departamento de Assist. Social	
funcional	Proj./ativ.	descrição
08.244.0801	2.053	Manut. Da assist. social
Modalidade	Fonte	Dotação
319000	01.00	30.000,00

Art. 2º Para dar cobertura das suplementações conforme artigo 1º, serão anuladas dotações dentro do orçamento vigente nas seguintes programações de despesas:

Código	Secretaria/departamento	
03.01	Departamento de administração	
funcional	Proj./ativ.	descrição
04.122.0402	2.004	Manut. Das ativ. administrativas
Modalidade	Fonte	Dotação
449000	01.00	15.000,00

Código	Secretaria/departamento	
04.01	Departamento de fazenda	
funcional	Proj./ativ.	descrição
04.123.0403	2.006	Manut. Das ativ. financeiras
Modalidade	Fonte	Dotação
339000	01.00	15.000,00

Código	Secretaria/departamento	
05.01	Departamento de educação	
funcional	Proj./ativ.	descrição
12.361.1201	1.025	Ampl. Da rede física da educação
Modalidade	Fonte	Dotação
449000	01.01	10.000,00

Código	Secretaria/departamento	
05.01	Departamento de educação	
funcional	Proj./ativ.	descrição
12.361.1201	1.026	Aquisição de veículos
Modalidade	Fonte	Dotação
449000	01.01	35.000,00

Código	Secretaria/departamento	
05.01	Departamento de educação	
funcional	Proj./ativ.	descrição
12.365.1201	1.032	Ampliação da rede física infantil
Modalidade	Fonte	Dotação
449000	01.01	10.000,00

Código	Secretaria/departamento	
05.01	Departamento de educação	
funcional	Proj./ativ.	descrição

12.365.1201	2.031	Manut. Da educação infantil
Modalidade	Fonte	Dotação
339000	01.01	30.000,00

Código	Secretaria/departamento	
06.01	Departamento de agricultura	
funcional	Proj./ativ.	descrição
10.605.1003	1.024	Ampl. Do sistema de água potável
Modalidade	Fonte	Dotação
449000	01.00	10.000,00

Código	Secretaria/departamento	
06.01	Departamento de agricultura	
funcional	Proj./ativ.	descrição
20.601.0001	1.042	Aquis. De máquinas e impl. agrícolas
Modalidade	Fonte	Dotação
449000	01.00	17.000,00

Código	Secretaria/departamento	
06.01	Departamento de agricultura	
funcional	Proj./ativ.	descrição
18.541.1801	2.040	Manut. Das ativ. De proteção ambiental
Modalidade	Fonte	Dotação
339000	01.00	2.000,00
449000	01.00	500,00

Código	Secretaria/departamento	
06.01	Departamento de agricultura	
funcional	Proj./ativ.	descrição
20.606.0001	2.041	Manut. Das ativ. da agricultura
Modalidade	Fonte	Dotação
319000	01.00	20.000,00

Código	Secretaria/departamento	
07.01	Departamento de desenvolvimento econômico	
funcional	Proj./ativ.	descrição
22.661.2201	1.045	Promoção de indústria e comércio
Modalidade	Fonte	Dotação
449000	01.00	5.000,00

Código	Secretaria/departamento	
07.01	Departamento de desenvolvimento econômico	
funcional	Proj./ativ.	descrição
23.695.2301	2.046	Manut. Das ativ. Voltadas ao turismo
Modalidade	Fonte	Dotação
339000	01.00	3.000,00

Código	Secretaria/departamento	
08.01	Departamento de infraestrutura	
funcional	Proj./ativ.	descrição
15.451.1501	1.034	Pavimentação de ruas e passeios
Modalidade	Fonte	Dotação
449000	01.00	10.000,00

Código	Secretaria/departamento	
08.01	Departamento de infraestrutura	
funcional	Proj./ativ.	descrição

17.512.1701	1.039	Saneamento básico geral
Modalidade	Fonte	Dotação
449000	01.00	3.000,00

Código	Secretaria/departamento	
08.01	Departamento de infraestrutura	
funcional	Proj./ativ.	descrição
26.782.2601	1.048	Aquis. De máquinas e veículos
Modalidade	Fonte	Dotação
449000	01.00	20.000,00

Código	Secretaria/departamento	
08.01	Departamento de infraestrutura	
funcional	Proj./ativ.	descrição
26.782.2601	1.049	Obras de infraestrutura rural
Modalidade	Fonte	Dotação
449000	01.00	8.000,00

Código	Secretaria/departamento	
09.01	Departamento de desenvolvimento comunitário	
funcional	Proj./ativ.	descrição
08.244.0801	2.010	Manut. Das ativ. De desenv. comunitário
Modalidade	Fonte	Dotação
335000	01.00	7.300,00

Código	Secretaria/departamento	
09.02	Fundo de Habitação	
funcional	Proj./ativ.	descrição
16.482.1601	1.038	Apoio ao sistema habitacional
Modalidade	Fonte	Dotação
449000	01.00	10.000,00

Código	Secretaria/departamento	
12.01	Fundo m. da saúde	
funcional	Proj./ativ.	descrição
10.301.1001	1.013	Ampliação da rede física da saúde
Modalidade	Fonte	Dotação
449000	01.02	5.000,00

Código	Secretaria/departamento	
13.01	Fundo m. de desenvolvimento rural	
funcional	Proj./ativ.	descrição
20.601.2001	2.043	Incentivo as produção vegetal
Modalidade	Fonte	Dotação
339000	01.00	20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 25 de Setembro de 2013  
VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Recursos Humanos

### Portaria Nº 196/2013

Portaria nº296/2013 De 20/09/2013

ADMITE SIMONE APARECIDA BETTU EM FUNÇÃO PÚBLICA TEMPORÁRIA, DE CONSELHEIRA TUTELAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 687/2005 e a Lei Municipal nº112/90 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CONSIDERANDO a eleição do Conselho Tutelar e a observância da ordem de classificação, conforme dispõe O Edital CMDCA nº01/2011.

#### DECIDE

Art. 1º - Admitir SIMONE APARECIDA BETTU para o exercício da função pública temporária de CONSELHEIRA TUTELAR , para o período de 01/10/2013 a 01/10/2015.

Art. 2ª - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 20 de setembro de 2013.  
VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Setor de Recursos Humanos

### Portaria Nº 197/2013

Portaria n. 297/2013

De 23/09/2013

CONCEDE LICENÇA PARA AUSENTAR-SE DO SERVIÇO POR MOTIVO DE FALECIMENTO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL MARIA DA GLORIA PADOAN DUZ DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 64 inc. VI da Lei Orgânica Municipal c/c Art. 115 do Estatuto dos Funcionários Público Municipal CONSIDERANDO a certidão de óbito em nome de ROSINA PADOAN.

#### RESOLVE

Art. 1º - Conceder licença para ausentar-se do serviço o Servidor(a) Público(a) Municipal MARIA DA GLORIA PADOAN DUZ, pelo período de 7 (sete) dias por motivo de falecimento de acordo com a certidão de óbito de ROSINA PADOAN, arquivado junto a sua pasta funcional.

Art. 2º - Conforme Art. 104 inc.II do Estatuto dos Funcionários Público Municipal.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 23 de setembro de 2013.  
VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Servidor Responsável

**Portaria Nº 198/2013**

Portaria nº298/2013

De 23/09/2013

CONCEDER FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANDREIA TONIAZZO MORO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal ANDREIA TONIAZZO MORO, por um período de 30 dias, de 04 de novembro a 04 de dezembro de 2013.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 26 de dezembro de 2011 a 25 de dezembro de 2012.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 23 de setembro de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Recursos Humanos

## Massaranduba

**PREFEITURA****Lei Nº. 1534 de 03 de Outubro de 2013**

LEI Nº. 1534 DE 03 DE OUTUBRO DE 2013

Altera Anexos de Metas das Diretrizes Orçamentárias - LDO 2014.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:  
Art.1º. Os anexos de Metas da LDO 2014, aprovada pela Lei nº 1526/2013, ficam acrescidos dos seguintes valores nas respectivas ações:

Programa: 0010 - GESTÃO DO PODER LEGISLATIVO  
Ação : 1002 - Construção da Sede da Câmara de Vereadores  
Fonte: 10000 - Recursos Ordinários - R\$ 250.000,00

Programa: 0071 - HABITAÇÃO  
Ação: 1069 - Construção de Casas Populares  
Fonte: 10000 - Recursos Ordinários - R\$ 20.000,00

Programa: 0180 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ação: 1087 - Construção de Capela Mortuária  
Fonte: 10000 - Recursos Ordinários - R\$ 75.000,00

Programa : 0180 - ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Ação: 2085 - Apoio a Integração de Idosos  
Fonte: 10000 - Recursos Ordinários - R\$ 20.000,00

Art. 2º. Para atender ao disposto no Art. 1º desta Lei, ficam reduzidas no Anexo II - Metas e prioridades da Lei nº 1526/2013 os seguintes valores nas respectivas ações:

Programa: 0010 - GESTÃO DO PODER LEGISLATIVO  
Ação: 1001 - Aquisição de Imóvel para o Legislativo Municipal  
Fonte: 10000 - Recursos Ordinários - R\$ 250.000,00

Programa: 0060 - GESTÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO  
Ação: 2029 - Conservação de Estradas Municipais  
Fonte: 10000 - Recursos Ordinários - R\$ 20.000,00

Programa : 0180 - ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Ação: 1088 - Aquisição de Veículo para o CRAS  
Fonte: 10000 - Recursos Ordinários - R\$ 20.000,00

Programa : 0180 - ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Ação: 2089 - Assistência Social a Famílias Carentes  
Fonte: 10000 - Recursos Ordinários - R\$ 75.000,00

Art.3º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 03 DE OUTUBRO DE 2013.

MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI  
Gerente de Gabinete

**Lei Nº. 1535 de 03 de Outubro de 2013**

LEI Nº. 1535 DE 03 DE OUTUBRO DE 2013

Altera nome de Ação dos Anexos de Metas do PPA 2014-2017 e - LDO 2014.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:  
Art.1º. Fica alterado o nome de ação integrante do Anexo de Metas da Lei nº 1525/2013 Plano Plurianual - PPA 2014-2017 e da Lei nº 1526/2013 - Lei das Diretrizes Orçamentárias 2014, de número 2028, denominada Manutenção da Rede de Energia Elétrica para Ação 2028 - Manutenção da Iluminação Pública.

Art.3º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 03 DE OUTUBRO DE 2013

MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI  
Gerente de Gabinete



**Lei Nº. 1536 de 03 de Outubro de 2013**

LEI Nº. 1536 DE 03 DE OUTUBRO DE 2013

Autoriza a Abertura de Créditos Suplementares

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 480.000,00 (Quatrocentos e oitenta mil reais), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0302 - GERÊNCIA DE PATRIMONIO

0302.004.122.0041.2010 - Administração de Serviços Gerais

0302 - 31900000 - Aplicações Diretas

0302 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

0302 - 33900000 - Aplicações Diretas

0302 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 85.000,00

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0120.2044 - Manutenção do Ensino Fundamental

0501 - 31900000 - Aplicações Diretas

0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Educação R\$ 200.000,00

0501.012.365.0122.2054 - Manutenção da Educação Infantil

0501 - 31900000 - Aplicações Diretas

0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos da Educação R\$ 100.000,00

0501 - 33900000 - Aplicações Diretas

0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos da Educação R\$ 75.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 480.000,00 (Quatrocentos e oitenta mil reais), dos seguintes programas e verbas abaixo discriminados:

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0304 - GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

0304.004.123.0042.2013- Manutenção dos Serviços Contábeis

0304 - 33500000 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos

0304 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401 - GERENCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401.015.451.0150.1066 - Construção de Pontes

0401 - 44900000 - Aplicações Diretas

0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

0401.015.452.0151.2068 - Conservação de Vias Urbanas

0401 - 33900000 - Aplicações Diretas

0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 380.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 03 DE OUTUBRO DE 2013

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

**Lei Nº. 1537 de 03 de Outubro de 2013**

LEI Nº. 1537 DE 03 DE OUTUBRO DE 2013

Autoriza a Abertura de Crédito Suplementar

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0700 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

0702 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

0702.008.243.0080.2021 - Manutenção do FIA

0702 - 33500000 - Transferências instituições s/ fins lucrativos

0702 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0700 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

0701 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

0701.008.244.0080.2023 - Assistência Social a Famílias Carentes

0701 - 33900000 - Aplicações Diretas

0701 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 03 DE OUTUBRO DE 2013.

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

**Lei Nº. 1538 de 03 de Outubro de 2013**

LEI Nº. 1538 DE 03 DE OUTUBRO DE 2013

Autoriza a Abertura de Créditos Suplementares

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 210.000,00 (Duzentos e dez mil reais), conforme programa e verbas abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.301.0100.2033 - Atendimento à População

0602 - 31900000 - Aplicações Diretas

0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde R\$ 100.000,00

0602 - 33900000 - Aplicações Diretas

0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde R\$ 110.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 210.000,00 (Duzentos e dez mil reais), dos seguintes programas e verbas abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA  
 0602.010.301.0100.2031 - Manutenção das atividades do PACS  
 0602 - 31900000 - Aplicações Diretas  
 0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde  
 R\$ 180.000,00  
 0602.010.305.0100.2039 - Prevenção e controle epidemiológico  
 0602 - 31900000 - Aplicações Diretas  
 0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde  
 R\$ 10.000,00  
 0602 - 33900000 - Aplicações Diretas  
 0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde  
 R\$ 10.000,00  
 0602 - 44900000 - Aplicações Diretas  
 0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde  
 R\$ 10.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 03 DE OUTUBRO DE 2013.

MARIO FERNANDO REINKE  
 Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI  
 Gerente de Gabinete

### **Decreto Nº. 2768 de 01 de Outubro de 2013**

DECRETO Nº. 2768 DE 01 DE OUTUBRO DE 2013

Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1457 de 26 de outubro de 2012,

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 17.000,00 (Dezessete mil reais), conforme programa e verbas abaixo discriminados:

0200 - Gabinete do Prefeito  
 0201 - Gabinete do Prefeito  
 0201.004.122.0040.2004 - Manutenção do Gabinete do Prefeito  
 0201 - 31900000 - Aplicações Diretas  
 0201 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 12.000,00  
 0201 - 33900000 - Aplicações Diretas  
 0201 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 17.000,00 (Dezessete mil reais), do seguinte programa e verbas abaixo discriminados:

0200 - Gabinete do Prefeito  
 0201 - Gabinete do Prefeito  
 0201.004.122.0040.2004 - Manutenção do Gabinete do Prefeito  
 0201 - 31710000 - Transferências a Consórcios Públicos  
 0201 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 3.400,00  
 0201 - 33500000 - Transferências a Instituições sem fins lucrativos  
 0201 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00  
 0201 - 33710000 - Transferências a Consórcios Públicos  
 0201 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 3.600,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 01 DE OUTUBRO DE 2013.

MARIO FERNANDO REINKE  
 Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI  
 Gerente de Gabinete

### **Decreto Nº. 2769 de 03 de Outubro de 2013**

DECRETO Nº. 2769 DE 03 DE OUTUBRO DE 2013

Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei 1536 de 03 de Outubro de 2013,

DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 480.000,00 (Quatrocentos e oitenta mil reais), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
 0302 - GERÊNCIA DE PATRIMONIO  
 0302.004.122.0041.2010 - Administração de Serviços Gerais  
 0302 - 31900000 - Aplicações Diretas  
 0302 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00  
 0302 - 33900000 - Aplicações Diretas  
 0302 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 85.000,00

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO  
 0501.012.361.0120.2044 - Manutenção do Ensino Fundamental  
 0501 - 31900000 - Aplicações Diretas  
 0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Educação  
 R\$ 200.000,00

0501.012.365.0122.2054 - Manutenção da Educação Infantil  
 0501 - 31900000 - Aplicações Diretas  
 0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos da Educação  
 R\$ 100.000,00  
 0501 - 33900000 - Aplicações Diretas  
 0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos da Educação  
 R\$ 75.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 480.000,00 (Quatrocentos e oitenta mil reais), dos seguintes programas e verbas abaixo discriminados:

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
 0304 - GERÊNCIA DE CONTABILIDADE  
 0304.004.123.0042.2013- Manutenção dos Serviços Contábeis  
 0304 - 33500000 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos  
 0304 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
 0401 - GERENCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
 0401.015.451.0150.1066 - Construção de Pontes  
 0401 - 44900000 - Aplicações Diretas  
 0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

0401.015.452.0151.2068 - Conservação de Vias Urbanas  
 0401 - 33900000 - Aplicações Diretas  
 0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 380.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 03 DE OUTUBRO DE 2013

MARIO FERNANDO REINKE  
 Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI  
Gerente de Gabinete

### **Decreto Nº. 2770 de 03 de Outubro de 2013**

DECRETO Nº. 2770 DE 03 DE OUTUBRO DE 2013

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1537 de 03 de Outubro de 2013,

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0700 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
0702 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
0702.008.243.0080.2021 - Manutenção do FIA  
0702 - 33500000 - Transferências instituições s/ fins lucrativos  
0702 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0700 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
0701 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
0701.008.244.0080.2023 - Assistência Social a Famílias Carentes  
0701 - 33900000 - Aplicações Diretas  
0701 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 03 DE OUTUBRO DE 2013.

MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI  
Gerente de Gabinete

### **Decreto Nº. 2771 de 03 de Outubro de 2013**

DECRETO Nº. 2771 DE 03 DE OUTUBRO DE 2013

Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1538 de 03 de Outubro de 2013,

DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 210.000,00 (Duzentos e dez mil reais), conforme programa e verbas abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA  
0602.010.301.0100.2033 - Atendimento à População  
0602 - 31900000 - Aplicações Diretas  
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde R\$ 100.000,00  
0602 - 33900000 - Aplicações Diretas  
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde

R\$ 110.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 210.000,00 (Duzentos e dez mil reais), dos seguintes programas e verbas abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA  
0602.010.301.0100.2031 - Manutenção das atividades do PACS  
0602 - 31900000 - Aplicações Diretas  
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde R\$ 180.000,00  
0602.010.305.0100.2039 - Prevenção e controle epidemiológico  
0602 - 31900000 - Aplicações Diretas  
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde R\$ 10.000,00  
0602 - 33900000 - Aplicações Diretas  
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde R\$ 10.000,00  
0602 - 44900000 - Aplicações Diretas  
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 03 DE OUTUBRO DE 2013.

MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI  
Gerente de Gabinete

### **Ata 24.2013 Sapata Escavadeira Doosan**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 24/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 69/2013

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 32/2013

VALIDADE: 12 (doze) meses (01-10-2013 a 01-10-2014)

No dia 1º de Outubro de 2013, o MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 69/2013 - Pregão Presencial Nº. 32/2013 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para aquisição de sapata, porca e parafuso para a escavadeira hidráulica DOOSAN 140DX da Secretaria Municipal de Agricultura, de Massaranduba (SC), pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo II do Edital de Pregão Presencial que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presente à empresa e seu representante:

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
G. MAIOCHI E CIA LTDA, neste ato representado por RUBENS MANFRED BIAVATH	84.091.974/0001-18
MAIOCHI COMERCIO DE TRATORES LTDA, neste ato representado por JANAINA HERTEL MAIOCHI	15.124.754/0001-20

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. Aquisição de sapata, porca e parafuso para a escavadeira hidráulica DOOSAN 140DX da Secretaria Municipal de Agricultura, de Massaranduba (SC), em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura da presente Ata de Registro de Preços, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Edital e seus anexos.

Empresa Vencedora							
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
01	MAIOCHI COMERCIO DE TRATORES LTDA	SAPATA 3 GARRAS 700MM PARA ESCAVADEIRA HIDRAULICA DOOSAN 140DX	UNID	RCP	92	R\$ 133,50	R\$ 12.282,00
02	MAIOCHI COMERCIO DE TRATORES LTDA	CONJUNTO PARAFUSO (5/8X1.3/4P.18G, 12.9) E PORCA(5/8 P.18G) PARA SAPATA 3 GARRAS 700MM DA ESCAVADEIRA HIDRAULICA DOOSAN 140DX	UNID	FEY	368	R\$ 3,90	R\$ 1.435,20

1.2. O valor registrado para a o objeto supracitado é pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 13.717,20 (treze mil e setecentos e dezessete reais e vinte centavos)

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS**

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. A presente Ata de Registro de Preços será usada pela Secretaria de Administração, que será o Órgão Gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.2. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório Nº. 69/2013 - Pregão Presencial Nº. 32/2013.

3.3. Em cada fornecimento de materiais decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de Processo Licitatório Nº. 69/2013 - Pregão Presencial Nº. 32/2013 e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO**

4.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: nota fiscal emitida na 1ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente; nota fiscal emitida na 2ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte cinco) do mês subsequente. Para a efetivação do pagamento o objeto/prestação de serviço deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestada pela Administração;

a) Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude

de penalidade ou inadimplência contratual.

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.2. As despesas decorrentes da presente ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

09.00 - SECRETARIA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

09.01 - GERENCIA DE AGRICULTURA

3390303900 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS

2076 - ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL

10000 - RECURSOS ORDINÁRIOS

**CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.**

5.1. O prazo de entrega será de 03 (três) dias úteis após o recebimento da Ordem de Compra ou Nota de Empenho que será fornecida pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.

5.2. Local de entrega: almoxarifado anexo a Prefeitura.

5.3. A Empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES**

6.1. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal nº. 2051/2010, ao critério da Administração.

6.2. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.2.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.2.2. Cancelamento do registro na Ata;

6.2.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.5.1. Advertência;

6.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência,



até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos;

6.7 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.8. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.2. Pela Administração Municipal, quando:

8.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.2.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

#### CLÁUSULA NONA - DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pela Secretaria de Administração, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Compete ao Órgão Gerenciador:

10.2 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.3 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

10.4 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. Compete ao Fornecedor:

11.1.1. Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º. do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

11.1.2. Entregar o objeto da licitação nos locais determinados pelo Município, dentro do prazo estipulado, respeitadas as quantidades e especificações contidas na Ordem de Compra e Cronograma de Entrega, nos estabelecimentos de Ensino, respeitando o horário de entrega entre 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min;

11.1.3. Prover o adequado transporte e manuseio dos produtos objeto da presente licitação, observadas as normas de segurança do trabalho e de trânsito;

11.1.4. Pagar todos os tributos fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos, bem como eventual custo de frete na entrega;

11.1.5. Assumir inteira responsabilidade pela entrega e pelo seguro dos produtos adquiridos até o local determinado pela Prefeitura;

11.1.6. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao Município e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores;

11.1.7. Aceitar as condições de pagamento, previstas neste edital;

11.1.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste edital, sem prévia e expressa anuência da Administração;

11.1.9. Entregar parceladamente o objeto desta licitação, conforme a quantidade a ser solicitada, devendo o licitante vencedor providenciar a entrega no prazo máximo de 03 (três) dias úteis após solicitação, independente de valor para faturamento;

11.1.10. O material deverá ser entregue acondicionado adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte e a Nota Fiscal deverá obrigatoriamente ser entregue juntamente com o produto.

11.1.11. Manter vigente durante a execução do objeto os documentos que comprovem a regularidade fiscal da contratada, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação, ou até mesmo rescisão contratual.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº. 32/2013, e as propostas das empresas classificadas no certame supracitado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba - SC 01 de Outubro de 2013

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC  
MARIO FERNANDO REINKE  
PREFEITO

MAIOCHI COMERCIO DE TRATORES LTDA  
JANAINA HERTEL MAIOCHI  
Contratada

## Meleiro

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 060/2013.

DECRETO Nº 060/2013.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MELEIRO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições legais, e autorizado conforme Lei nº 1.607/2013 de 12 de Setembro de 2013.

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Município de Meleiro, crédito adicional Suplementar no valor de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais), para a suplementação do seguinte programa:

06 - SECRETARIA DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO  
01 - DPTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
17 - SANEAMENTO  
512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO  
05 - ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO  
1027 - Ampliação de Sistemas de Água e Esgoto  
4.4.90.00.00.00.00.0135 - Aplicações Diretas  
R\$ 500.000,00  
TOTAL R\$ 500.000,00

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serviram como recursos para abertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto, as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 1.606/2013, de 02 de Setembro de 2013.

§ 1º - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos proveniente da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Meleiro, 26 de setembro de 2013.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.  
JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças.

#### Portaria N.º 371/2013

PORTARIA n.º 371/2013  
TRATA DA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE FUNCIONÁRIA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei 809/2000, Lei nº 1408/2009 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

Artigo 1.º Alterar a carga horária da Professora Act ADRIANA MARTINS, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, para 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole.

Artigo 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/10/2013.

Artigo 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Outubro de 2013.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

## Monte Carlo

### PREFEITURA

#### Edital de Contratação Nº 03/2013

EDITAL DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM CARÁTER TEMPORÁRIO N. 03/2013

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER que:

Encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo de Profissionais para Admissão em Caráter Temporário (ACT), para atender às necessidades temporárias de excepcional interesse público da Administração Municipal de Monte Carlo, nas condições e prazos abaixo estabelecidos.

#### 1 - DAS INSCRIÇÕES E CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

##### 1.1 - CRONOGRAMA

Item	Cronograma Previsto para as Atividades	Período
1.	Período de inscrições (presenciais)	de 08/10/2013 a 24/10/2013
2.	Último dia para inscrição.	24/10/2013

3.	Homologação das inscrições deferidas e indeferidas.	25/10/2013
5.	Prazo para recursos contra o resultado da homologação das inscrições.	De 25/10/2013 a 29/10/2013
6.	Publicação do edital de homologação definitiva das inscrições caso haja alterações	30/10/2013
7.	Análise dos Titulos	De 30/10/2013 a 06/11/2013
8.	Divulgação do resultado preliminar.	07/11/2013
9.	Recursos contra o resultado	De 07/11/2013 a 12/11/2013
10.	Divulgação do resultado definitivo	13/11/2013
11.	Homologação da classificação final	Após 13/11/2013

1.2 No ato da inscrição o candidato deverá atender os seguintes requisitos:

ser brasileiro nato ou naturalizado;  
ter completado 18 (dezoito anos) de idade até o último dia da inscrição;  
estar em pleno gozo de seus direitos políticos;  
estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;  
estar em dia com as obrigações eleitorais;  
possuir a qualificação indicada no item 1.4 do presente edital.

1.3 O candidato interessado em participar do processo seletivo receberá uma ficha de inscrição modelo Anexo I do presente edital.

A vaga que se apresenta é a seguinte:

CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO (R\$)	Quantidade de Vagas	QUALIFICAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
ODONTÓLOGO	20h.	1.970,00	01 + CR	Nível Superior em Odontologia e registro no órgão de classe.
ODONTÓLOGO	40h.	3.940,00	01 + CR	Nível Superior em Odontologia e registro no órgão de classe.

1.5 A ficha de inscrição, depois de preenchida, deverá ser entregue no Protocolo da Secretaria de Saúde do Município de Monte Carlo, até às 17:00h. do dia 24 de outubro de 2013 (último dia de inscrição, conforme item 1.1).

1.6 Juntamente com cada ficha de inscrição o candidato deverá apresentar fotocópia dos seguintes documentos:

Carteira de Identidade;  
CPF (Cadastro de Pessoa Física);  
Certidão de Casamento ou Nascimento;  
Certidão de Nascimento dos Filhos/Dependentes menores de 18 anos;  
Para portadores de deficiência física, atestado de capacidade e condições para o exercício do cargo ou função;  
Diplomas, Certificados e/ou comprovantes de cursos;  
Comprovante de residência.

1.7 Recebida a inscrição a mesma será autuada pelo Setor de Protocolo, que fornecerá ao inscrito o respectivo protocolo, conforme Anexos II e III.

1.8 Após a data e horário, fixados como termo final do prazo para recebimento da inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

1.9 Não será admitida inscrição condicional, com falta de documentos, por fax ou e-mail.

1.10 Será admitida inscrição por procuração, condicionada à apresentação dos originais no ato de contratação do inscrito.

1.11 É de inteira responsabilidade do candidato a atualização do endereço e do número do telefone.

1.12 Efetuada a inscrição, não será aceito pedido de alteração da inscrição, exceto dados referentes ao endereço do candidato e do número do telefone que deverá ser formalizada por escrito.

1.13 O Candidato concorrerá às vagas que o Município de Monte Carlo tenha que contratar para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público.

## 2 – DA CLASSIFICAÇÃO

2.1 Preservado o preceito de economicidade que deve nortear o setor público, a classificação deste processo seletivo será através da soma de pontos, por títulos e cursos, os quais receberão a seguinte classificação:

I - Para todos os cargos:

Pontos	Títulos
05	Especialização em nível de pós-graduação
10	Especialização em nível de mestrado
15	Especialização em nível de doutorado.
1	Cursos de aperfeiçoamento na área de atuação: até 40 horas;
2	de 41 horas até 80 horas;
3	de 81 horas até 120 horas;
4	acima de 121 horas.

2.2 A classificação ocorrerá na ordem decrescente da soma total dos pontos.

2.2.1. Os cursos de aperfeiçoamento serão admitidos, tomando-se por base os realizados a partir de 1º de outubro de 2008 (últimos cinco anos).

2.3 Em caso de empate, terá melhor classificação o candidato que atender os seguintes critérios por ordem de eliminação:

1º. Experiência na área pública em atividade específica ou análoga ao cargo pretendido.

2º. Obter maior número de pontos a título de cursos de especialização, atualização e aperfeiçoamento na área específica de atuação.

3º. For casado ou viúvo.

4º. Maior número de filhos menores de 18 anos.

5º. Portador de deficiência física, com capacidade e condições para o exercício do cargo.

6º. Maior idade.

Será eliminado do processo seletivo o candidato: que não preencher de forma legível a ficha de inscrição, bem como os que contiverem dados inverídicos; que não atender os requisitos de habilitação necessária para o cargo escolhido; e que apresentar mais de uma ficha de inscrição para este edital.

2.5 Julgadas as inscrições com o exame da documentação apresentada e satisfeitas as exigências deste edital, por Comissão Nomeada e Designada pelo Prefeito Municipal através de Decreto



Executivo, a lista dos candidatos considerados aptos será divulgada no mural da Prefeitura Municipal de Monte Carlo e no site do município, no endereço [www.montecarlo.sc.gov.br](http://www.montecarlo.sc.gov.br), em até 03 (três) dias úteis.

2.6 O candidato que se sentir prejudicado na classificação, poderá apresentar recurso, devendo este ser por escrito, fundamentado e encaminhado ao Prefeito Municipal, no prazo de até 02 (dois) dias após a divulgação das listas.

2.7 Sendo procedentes os recursos, a listagem com alterações da ordem de classificação será publicada nos meios de divulgação referidos no item 2.5, em até 02 (dois) dias após o julgamento dos recursos.

### 3 - DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

3.1 A contratação obedecerá à ordem rigorosa da classificação.

3.2 A convocação para preenchimento das vagas que surgirem ocorrerá mediante Termo de Convocação, tendo o candidato 3 (três) dias para comparecer, no horário de funcionamento do Departamento Pessoal da Prefeitura Municipal de Monte Carlo, munido com os documentos relacionados no item 3.4.

3.3 O não atendimento do item 3.2 deste edital implicará na eliminação do processo seletivo.

3.4 No ato da contratação o candidato deverá apresentar: Comprovação de registro no órgão de fiscalização da atividade profissional, e comprovação de que se encontra o candidato, em pleno gozo de suas prerrogativas profissionais.

Atestado médico de aptidão para o desempenho da atividade;  
Carteira de saúde, quando a função ocupada assim o exigir;  
Declaração que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública;  
Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pelo Departamento Pessoal.

3.5 O candidato convocado ficará à disposição do Município, exercendo as funções, no local onde haja necessidade temporária de atendimento.

3.6 As normas de contratação seguirão a legislação estatutária Municipal, não gerando qualquer vínculo efetivo com o Município.

3.7 A critério da administração, o contrato de trabalho poderá estabelecer carga horária de 10, 20, 30 ou 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade do serviço, sendo que o contratado será remunerado proporcionalmente ao número de horas contratadas.

### 4 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 A inscrição proceder-se através do preenchimento de ficha própria à disposição do candidato no Setor de Protocolo da Secretaria de Saúde do Município de Monte Carlo.

4.2 O candidato deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se, após a assinatura, responsável pelas mesmas.

4.3 A inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo.

4.4 Caso o candidato não deseje ou tenha impedimento de exercer o cargo ao qual foi convocado, será eliminado do processo

seletivo.

4.5 O presente Processo de Seleção é válido por 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período, a contar da data de HOMOLOGAÇÃO, na respectiva vaga.

4.6 O processo seletivo de que trata este Edital será realizado sob a coordenação da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto do Município de Monte Carlo.

4.7 O presente edital poderá ser impugnado em pedido fundamentado encaminhado ao Prefeito Municipal de Monte Carlo, em até 3 dias da sua publicação.

4.8 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

4.9 O presente processo seletivo é gratuito, não sendo admitida cobrança de valores dos candidatos às vagas, sob qualquer pretexto.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente edital.

Monte Carlo, 04 de outubro de 2013.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

### ANEXO I

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA  
ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO Nº. 03/2013

FICHA DE INSCRIÇÃO Nº \_\_\_\_\_

Candidato: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Identidade: \_\_\_\_\_ C.P.F.: \_\_\_\_\_

Rua: \_\_\_\_\_

No \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_

Fone: \_\_\_\_\_

Cargo Pretendido: \_\_\_\_\_

Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

Celular: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_ carga horária: \_\_\_\_\_

Declaro que as informações acima são verídicas e que estou ciente das normas que regem o presente edital e que preencho todos os requisitos nele previstos.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Candidato

\_\_\_\_\_  
Assinatura do funcionário responsável pela inscrição

### ANEXO II

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA  
ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO Nº. 03/2013

### PROTOCOLO DE ENTREGA DE INSCRIÇÕES

Nº	Data	Nome	Cargo	Visto
1				
2				

3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				

## ANEXO III

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA  
ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO Nº. 03/2013

## COMPROVANTE DE ENTREGA DE INSCRIÇÃO

Declaro que recebi a Ficha de Inscrição para do Edital Seleção de Profissionais para Admissão em Caráter Temporário nº 03/2013, do Município de Monte Carlo (SC).

Nº do Protocolo: \_\_\_\_\_

Nome do Candidato: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_ Carga Horária: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do Responsável pelo Recebimento  
Setor de Protocolo




---

**PREFEITURA**


---

**Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 167/2013**

EXTRATO CONTRATUAL Nº 167/2013.

Contrato Nº.: 167/2013.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada : BALTT EMPREITEIRA, TRANSPORTE E TERRAPLANAGEM LTDA.

Vigência : Início: 30/09/2013 Término: 29/11/2013.

Valor: R\$ 10.639,64 (dez mil seiscentos e trinta e nove reais e sessenta e quatro centavos).

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:82/2012.

Recursos: Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.00.

Objeto: QUARTO TERMO ADITIVO DE PRAZO E DE SUPRESSÃO AO CONTRATO 163/2012, CONCORRÊNCIA PÚBLICA 140/2012, REFERENTE À OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA JORNALISTA RUI ADEMAR RODRIGUES, BAIRRO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA BALTT EMPREITEIRA, TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA.

Navegantes, 30 de setembro de 2013.

**Carta de Convocação**  
ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 01 de outubro de 2013

Ilma Sra

MAYARA CRISTINA ADRAT ( CANDIDATO )

Assunto: CONVOCAÇÃO - CONCURSO PUBLICO 001/2011 -

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2011, para o cargo de ENFERMEIRO ESF

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determina-se implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

ALESSANDRA MULLER

Diretoria em Gestão de R.H.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 29 de julho de 2013

Ilma Sra

MICHELLE BAIÃO BORGES ALVIM ( CANDIDATO )

Assunto: CONVOCAÇÃO - CONCURSO PUBLICO 001/2011 -

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2011, para o cargo de ENFERMEIRO ESF

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determina-se implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

ALESSANDRA MULLER

Diretoria em Gestão de R.H.

ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500  
Navegantes, 29 de julho de 2013

Ilmo Sr  
HENCKEL MARIANA MURAD DOS SANTOS ( CANDIDATO )

Assunto: CONVOCAÇÃO - PROCESSO SLETIVO 004/2012

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 004/2012, para o cargo de ENFERMEIRO ESF

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

ALESSANDRA MULLER  
Diretoria em Gestão de R.H.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 01 de outubro de 2013

Ilma Sra  
ELISA REMOR DE SOUZA ( CANDIDATO )

Assunto: CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO 004/2012

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 004/2012, para o cargo de ODONTÓLOGO ESF

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

ALESSANDRA MULLER  
Diretoria em Gestão de R.H.

ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500  
Navegantes, 01 de outubro de 2013

Ilmo Sr  
FERNANDO DA SILVA JARDIM ( CANDIDATO )

Assunto: CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO 004/2012

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 004/2012, para o cargo de ODONTÓLOGO ESF

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

ALESSANDRA MULLER  
Diretoria em Gestão de R.H.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 01 de outubro de 2013

Ilma Sra  
FRANCINE LOPES GRANADA ( CANDIDATO )

Assunto: CONVOCAÇÃO - CONCURSO PUBLICO 003/2009

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 003/2009, para o cargo de PSICOLOGO

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

ALESSANDRA MULLER  
Diretoria em Gestão de R.H.

ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500  
Navegantes, 01 de outubro de 2013

Ilma Sra  
DEBORA CARDOSO RIBEIRO ( CANDIDATO )

Assunto: CONVOCAÇÃO -CONCURSO PUBLICO 003/2009

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 003/2009, para o cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

ALESSANDRA MULLER  
Diretoria em Gestão de R.H.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 01 de outubro de 2013

Ilma Sra  
SIMONE NICOLAY DE ALENCAR ( CANDIDATO )

Assunto: CONVOCAÇÃO -CONCURSO PUBLICO 003/2009

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 003/2009, para o cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

ALESSANDRA MULLER  
Diretoria em Gestão de R.H.

ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500  
Navegantes, 01 de outubro de 2013

Ilma Sra  
JOSIANE APARECIDA DOS SANTOS( CANDIDATO )

Assunto: CONVOCAÇÃO -CONCURSO PUBLICO 003/2009

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 003/2009, para o cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

ALESSANDRA MULLER  
Diretoria em Gestão de R.H.

**Extrato Julgamento Aprovação Amostra Nº 131/2013 -**  
**ATA DE JULGAMENTO DAS AMOSTRAS REFERENTE**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 131/2013**

Aos 26 (vinte e seis) dias de setembro de 2013, às 15h16min horas, reuniu-se a Comissão nomeada pela portaria nº 1164 de 1º de março de 2013, e a Nutricionista Laila Penteado CRN/10 nº 4415, com intuito de analisar e julgar as amostras previstas no Edital do Pregão Presencial número 131/2013, cujo objeto é a REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, protocoladas pelas empresas TAF DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 82.017.350/0001-98, SUPERLIGHT ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 81.264.111/0001-07 e L&E COMERCIO VAREJISTA LTDA EPP - CNPJ: 06.915.456/0001-68, em 23/09/2013.

**PRELIMINARMENTE**

A Comissão recebeu as amostras conforme previsto no Edital, verificou que as mesmas foram protocolizadas tempestivamente, decidindo, portanto, recebê-las, passando a analisá-las, conforme fundamenta o instrumento convocatório, excetuando-se as amostras inerentes aos itens 05, 07 e 08, uma vez que a empresas que havia resultado como vencedoras dos referidos itens não apresentaram as amostras, restando a esta comissão repassar o item a segunda colocada sem prejuízo das demais sanções previstas em lei.

**DA ANÁLISE DAS AMOSTRAS:**

Em síntese, manifesta-se a Comissão, pela consistência das amostras apresentadas para os itens 1, 2, 3, 6, 9 e 11, uma vez que foram verificadas que as mesmas se enquadram na descrição técnica presente no Instrumento Convocatório. Ainda é cogente informar que as amostras apresentada para o item 10 não atendeu



ao inteiro teor da descrição técnica exigível para o item restando desclassificados assim como os itens 05, 07 e 08 cuja amostra não foi apresentada, restando às empresas classificadas na segunda colocação, devidamente intimadas com a publicação do presente instrumento a obrigatoriedade de apresentarem amostra no prazo de 03 (três) dias úteis sob pena de desclassificação assim como demais sanções previstas em lei.

**CONCLUSÃO:**

Diante do exposto, a Comissão decidiu:

- 1) Pela aprovação das amostras apresentadas para os itens 1, 2, 3, 6, 9 e 11, e a inaceitabilidade do item 10 pois não atendeu ao inteiro teor da descrição técnica exigível para o mesmo restando desclassificados assim como os itens 05, 07 e 08 cuja amostra não foi apresentada, restando às empresas classificadas na segunda colocação, devidamente intimadas com a publicação do presente instrumento a obrigatoriedade de apresentarem amostra no prazo de 03 (três) dias úteis sob pena de desclassificação assim como demais sanções previstas em lei.
- 2) A publicação da decisão proferida pela presente em observância ao princípio da publicidade.

É a decisão.

Navegantes, 26 de setembro de 2013.

NUTRICIONISTA  
LAILA PENTEADO  
CRN/10 nº 4415

CARLA CLAUDINO  
Pregoeira

HUMBERTO GALVEZ JUNIOR

MARIA BENEDITA CORRÊA

FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO

JOSE CARLOS DE OLIVEIRA

**Extrato Ata Registro de Preço Nº 131/2013**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 131/2013.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 131/2013, relativa ao Pregão Presencial nº 131/2013 - contendo os preços registrados abaixo:

Empresa: TAF DISTRIBUIDORA LTDA.

Valor: R\$ 27.204,37 (vinte e sete mil duzentos e quatro reais e trinta e sete centavos).

Empresa: SUPERLIGHT ALIMENTOS LTDA.

Valor: R\$ 12.956,08 (doze mil novecentos e cinquenta e seis reais e oito centavos).

Empresa: COMERCIAL STORINNY LTDA-EPP.

Valor: R\$ 5.258,34 (cinco mil duzentos e cinquenta e oito reais e trinta e quatro centavos).

Empresa: L&E COMERCIO VAREJISTA LTDA EPP

Valor: R\$ 9.523,75 (nove mil quinhentos e vinte e três reais e setenta e cinco centavos)

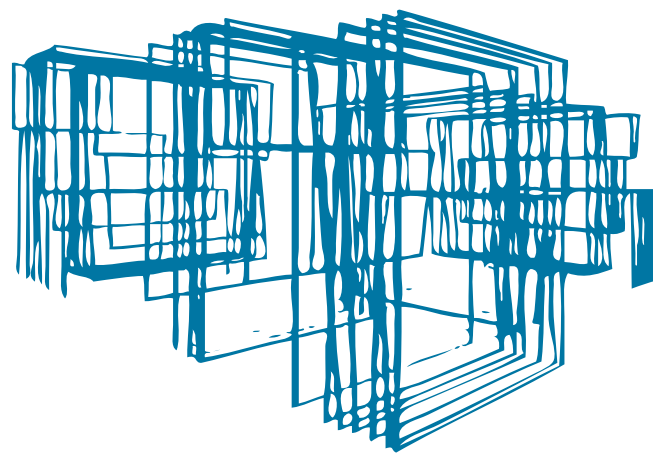
Vigência: 02/10/2014.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

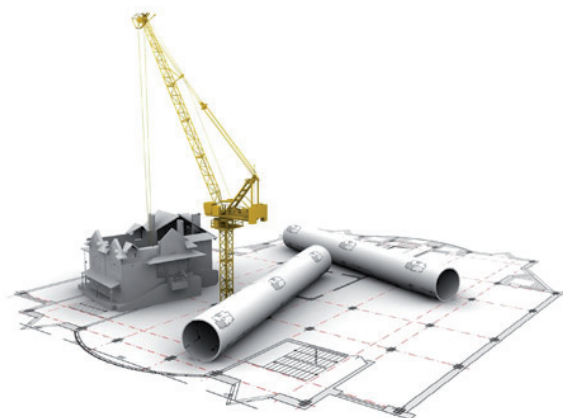
Navegantes, 02 de outubro de 2013.

CARLA CLAUDINO  
Pregoeira



## Programa de Gestão de Obras

Análise de projetos e obras em alto nível:  
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras:  
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

## Paial

## PREFEITURA

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 736 19/2009**

Placa Auto de Infração Data da Infração Valor da Infração Enquadramento

Código da Infração /

Desdobramento

MCF4588 54756243B 6599/0 22/06/2008 R\$ 191,54 230 \* V

MCF4588 54756244B 5835/0 22/06/2008 R\$ 127,69 195

MCF4588 54756245B 7064/0 22/06/2008 R\$ 191,54 244 \* IV

MCF4588 54756247B 7030/0 22/06/2008 R\$ 191,54 244 \* I

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

**DETRAN - DEINFRA**

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 736 19/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCF4588	54756243B	6599/0	22/06/2008	R\$ 191,54	230 * V
MCF4588	54756244B	5835/0	22/06/2008	R\$ 127,69	195
MCF4588	54756245B	7064/0	22/06/2008	R\$ 191,54	244 * IV
MCF4588	54756247B	7030/0	22/06/2008	R\$ 191,54	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIS AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14 DRP



**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 736 20/2009**

Placa Auto de Infração Data da Infração Valor da Infração Enquadramento

Código da Infração /

Desdobramento

MAC0434 54756241B 6599/0 21/05/2008 R\$ 191,54 230 \* V

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

**DETRAN - DEINFRA**

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 736 20/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAC0434	54756241B	6599/0	21/05/2008	R\$ 191,54	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIS AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 736 23/2009**

Placa Auto de Infração Data da Infração Valor da Infração Enquadramento

Código da Infração /

Desdobramento

MDF1165 54756192B 5835/0 24/03/2009 R\$ 127,69 195

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

**DETRAN - DEINFRA**

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 736 23/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDF1165	54756192B	5835/0	24/03/2009	R\$ 127,69	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIS AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

**Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 736 13/2008**

Placa Auto de Infração Data da Infração Enquadramento

Código da Infração /

Desdobramento

BIA3306 54756249B 5010/0 16/09/2008 162 \* I

BIA3306 54756250B 5169/1 16/09/2008 165

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

**DETRAN - DEINFRA**

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 736 13/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BIA3306	54756249B	5010/0	16/09/2008	162 * I
BIA3306	54756250B	5169/1	16/09/2008	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIS AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

**Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 736 14/2008**

Placa Auto de Infração Data da Infração Enquadramento

Código da Infração /

Desdobramento

LZU1093 54756172B 6599/2 05/10/2008 230 \* V

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

**DETRAN - DEINFRA**

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 736 14/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZU1093	54756172B	6599/2	05/10/2008	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIS AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

**Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 736 15/2009**

Placa Auto de Infração Data da Infração Enquadramento

Código da Infração /

Desdobramento

MHZ4910 54756177B 6912/0 24/11/2008 232

MHZ4910 54756178B 7030/1 24/11/2008 244 \* I

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

**DETRAN - DEINFRA**

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 736 15/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHZ4910	54756177B	6912/0	24/11/2008	232
MHZ4910	54756178B	7030/1	24/11/2008	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIS AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

**Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 736 16/2009**

Placa Auto de Infração Data da Infração Enquadramento

Código da Infração /

Desdobramento

LZK2520 54756188B 5169/1 26/02/2009 165

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

**DETRAN - DEINFRA**

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 736 16/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZK2520	54756188B	5169/1	26/02/2009	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIS AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14 DRP



**Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 736 17/2009**

Placa Auto de Infração Data da Infração Enquadramento

Código da Infração /

Desdobramento

MDV8285 54756190B 5010/0 15/03/2009 162 \* I

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

**DETRAN - DEINFRA**

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 736 17/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDV8285	54756190B	5010/0	15/03/2009	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIS AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

**Editais de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 736 18/2009**

Placa Auto de Infração Data da Infração Enquadramento

Código da Infração /

Desdobramento

MBG1729 54756182B 5010/0 07/02/2009 162 \* I

MBG1729 54756184B 6599/2 07/02/2009 230 \* V

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

**DETRAN - DEINFRA**

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 736 18/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBG1729	54756182B	5010/0	07/02/2009	162 * I
MBG1729	54756184B	6599/2	07/02/2009	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIS AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

**Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 736 21/2009**

Placa Auto de Infração Data da Infração Enquadramento

Código da Infração /

Desdobramento

ABR5946 54756194B 5010/0 09/05/2009 162 \* I

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

**DETRAN - DEINFRA**

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 736 21/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABR5946	54756194B	5010/0	09/05/2009	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIS AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

**Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 736 22/2009**

Placa Auto de Infração Data da Infração Enquadramento

Código da Infração /

Desdobramento

LWT0393 54756197B 6599/2 18/06/2009 230 \* V

LWT0393 54756198B 5010/0 18/06/2009 162 \* I

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

**DETRAN - DEINFRA**

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 736 22/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LWT0393	54756197B	6599/2	18/06/2009	230 * V
LWT0393	54756198B	5010/0	18/06/2009	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIS AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

**Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 736 24/2009**

Placa Auto de Infração Data da Infração Enquadramento

Código da Infração /

Desdobramento

ABR5946 54756254B 5169/1 27/09/2009 165

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

**DETRAN - DEINFRA**

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 736 24/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABR5946	54756254B	5169/1	27/09/2009	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIS AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

**Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 736 25/2009**

Placa Auto de Infração Data da Infração Enquadramento

Código da Infração /

Desdobramento

MEM2437 54756255B 5010/0 16/10/2009 162 \* I

MEM2437 54756256B 6599/2 16/10/2009 230 \* V

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 736 25/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEM2437	54756255B	5010/0	16/10/2009	162 * I
MEM2437	54756256B	6599/2	16/10/2009	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIS AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14 DRP



**Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 736 26/2010**

Placa Auto de Infração Data da Infração Enquadramento

Código da Infração /

Desdobramento

LZX2043 54756271B 5835/0 24/01/2010 195

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

**DETRAN - DEINFRA**

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 736 26/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZX2043	54756271B	5835/0	24/01/2010	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAIAL/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIS AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

# Palhoça

## PREFEITURA

**Decreto Nº 1.562, de 25 de Setembro de 2013.**

DECRETO Nº 1.562, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013.

ORÇAMENTO. Altera o Decreto nº 1.557, de 17 de setembro de 2013, que suplementa e anula dotações orçamentárias.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei orçamentária nº 3798, de 28 de dezembro de 2012, resolve

**DECRETAR:**

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 1.557, de 17 de setembro de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), nas dotações orçamentárias abaixo:

09 - SECRETARIA DE RECEITA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

09.01 - SECRETARIA DE RECEITA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

2.064 - Functo e Manut. da Secretaria da Receita R\$ 330.000,00

Red 43 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 330.000,00

10 - SECRETARIA DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

10.01 - SECRETARIA DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

2.066 - Functo e Manut. da Sec.de Admin. e Finanças R\$ 250.000,00

Red 60 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

11 - SECRET.DESENV.DA IND.COM.SERV.CIENC.TEC.INOV.

11.01 - SECRET.DESENV.DA IND.COM.SERV.CIENC.TEC.INOV

1.022 - Incentivo a Indústria e o Comércio R\$ 20.000,00

Red 66 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Transf.a Inst.Privadas s/Fins Luc R\$ 20.000,00

1.025 - Criação e Manutenção Parque Tecnológico R\$ 100.000,00

Red 68 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Transf. a Inst. Privadas s/Fins Luc R\$ 100.000,00

14 - SECRET.INFRAEST.TRANSITO,DEFESA CIVIL, ENERG.

14.01-SECRET.INFRAEST.TRANSITO,DEFESA CIVIL, ENERG

2.026 - Functo e Manutenção da Secret.de Infra-Estrutura R\$ 300.000,00

Red 196 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00 (NR.)"

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Palhoça, 25 de setembro de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 1.565, de 02 de Outubro de 2013.**

DECRETO Nº 1.565, DE 02 DE OUTUBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei orçamentária nº 3.798, de 28 de dezembro de 2012, resolve

**DECRETAR:**

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais), as dotações orçamentárias a-baixo:

13 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

13.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

2.022 - Functo e Manutenção da Educação Infantil R\$ 550.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0017 - Aplicações Diretas R\$ 550.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta do provável excesso de arrecadação nas fontes de Recursos do FUNDEB 60% R\$ e FUNDEB 40%. Na ordem de R\$ 550.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 02 de outubro de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 3021/2013.**

PORTARIA Nº 3021/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CEDER a Delegacia de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso de Palhoça com ônus para origem, a servidora DÓRIS CRISTINA DA SILVA, matrícula nº. 801572, da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com o artigo 74 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei 1.201, de 23 de maio de 2001 e Convênio nº. 019, pelo período de 23/09/2013 a 31/12/2014.

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 3000/2013.**

PORTARIA Nº. 3000/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2207 de 01 de julho de 2013, que Contratou por Tempo De-terminado à servidora FABRICIA MARIA MARQUES, para ocupar o cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 07/09/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 3001/2013.**

PORTARIA Nº. 3001/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1804 de 03 de junho de 2013, que Contratou por Tempo De-terminado à servidora SONIA RAITZ MOULIN, para ocupar o cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura-ra, pelo período de 14/07/2013 a 19/09/2013, face o impedimento da servidora Atanil de Me-deiros Wagner, que se encontra em férias.

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 3002/2013.**

PORTARIA Nº. 3002/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora CLAUDETE NILDA FRANCISCO, Matrícula nº. 100028, ocupante da categoria funcional de Agente de Serviços Operacionais, removido para a Secretaria de Assistência Social, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 3005/2013.**

PORTARIA Nº. 3005/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

AUTORIZAR os servidores abaixo relacionados, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura, com efeitos a contar de 18/09/2013.

MATRICULA	SERVIDOR	CNH
401930	Débora Ferreira Pinto Barbosa	803752658
501276	Fátima Marta Salvador Lopes	528675887
500789	Gisele Lusa	099059290
100350	Jackson Lee Simas	462911516
501226	Jeyson Knabben da Silva	266635261

501260

Marília Duarte Cardoso

461231165

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 3006/2013.**

PORTARIA Nº. 3006/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria 2544 de 01 de agosto de 2013, que Contratou por Tempo De-terminado a servidora FABIANA DA SILVA DO ROSARIO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao Edital do Processo Seletivo que deverá ser Edital nº. 014/2013 da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 3007/2013.**

PORTARIA Nº. 3007/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria 2545 de 01 de agosto de 2013, que Contratou por Tempo De-terminado a servidora MARIA IRENE DEFREYN, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao Edital do Processo Seletivo que deverá ser Edital nº. 014/2013 da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 3008/2013.**

PORTARIA Nº. 3008/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2092 de 20 de julho de 2012, que Contratou por Tempo De-terminado a servidora SILVANA GUIMARÃES MARTINS, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da

Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 24/07/2013 a 01/10/2013.

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 3009/2013.**

PORTARIA Nº. 3009/2013.  
DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARIA ELVIRA LEAL, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 014/2013, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CENTRI da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/10/2013 a 02/10/2014.

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 3010/2013.**

PORTARIA Nº. 3010/2013.  
DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
PRORROGAR a Portaria 2225 de 01 de setembro de 2009, que Contratou por Tempo Determinado a servidora SABRINA MARIA MIRANDA SOUZA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/03/2012 a 01/10/2013.

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 3011/2013.**

PORTARIA Nº. 3011/2013.  
DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
EXONERAR A PEDIDO MARISA CAPARO, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/10/2013.

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 3012/2013.**

PORTARIA Nº. 3012/2013.  
DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
EXONERAR A PEDIDO ELOISA NUNES DA ROSA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/10/2013.

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 3013/2013.**

PORTARIA Nº. 3013/2013.  
DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
EXONERAR A PEDIDO LINDAURA DA ROSA DA SILVA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/09/2013.

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva



MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 3014/2013.**

PORTARIA Nº. 3014/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO CLARICE SCHAPPO DA SILVA, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/10/2013.

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 3015/2013.**

PORTARIA Nº. 3015/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SILVANA GUIMARÃES MARTINS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 014/2013, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CENTRI da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/10/2013 a 02/10/2014.

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 3016/2013.**

PORTARIA Nº. 3016/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LINDAURA DA ROSA DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 014/2013, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CENTRI da Secretaria

de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/10/2013 a 02/10/2014.

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 3017/2013.**

PORTARIA Nº. 3017/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CLARICE SCHAPPO DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 014/2013, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CENTRI da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/10/2013 a 02/10/2014.

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 3018/2013.**

PORTARIA Nº. 3018/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SABRINA MARIA MIRANDA SOUZA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 014/2013, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CENTRI da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/10/2013 a 02/10/2014.

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 3019/2013.**

PORTARIA Nº. 3019/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARISA CAPRARO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 014/2013, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CENTRI da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/10/2013 a 02/10/2014.

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 3020/2013.**

PORTARIA Nº. 3020/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ELOISA NUNES DA ROSA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 014/2013, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CENTRI da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/10/2013 a 02/10/2014.

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 3022/2013.**

PORTARIA Nº. 3022/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para KATIA SIMONE DE SOUZA BARCELOS, matrícula nº. 800674, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 28/06/2004 a 28/06/2009, por 02 (dois) meses, a com efeitos a contar de 13/10/2013 à 13/12/2013.

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 3023/2013.**

PORTARIA Nº. 3023/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL - para os servidores abaixo relacionados com fundamento no Artigo 292, 293 e 297 da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar da data abaixo.

Matrícula	Nome	Cargo	Nível	A partir de:	
				De:	Para
400239	Andreia Suzana Sgrot	Enfermeiro	ANS-3A-C	ANS-3B-C	11/06/2013
400128	Angela Luzia Neis Assunção	Enfermeira	ANS-3A-D	ANS-3B-D	24/07/2013
800987	Daiane V. dos Santos Luckmann	ASG	ANFB -I-C	ANFB -II-C	21/05/2013
400292	Fabiana Regina Santos Ferrei-ra	Auxiliar em Enferma-gem	ANFA -I-C	ANFA -II-C	27/05/2013
800935	Fabricia E. Vieira Soares	ASG	ANFB -I-C	ANFB -II-C	08/07/2013
500222	Jaison Alberto Medeiros	Fiscal de Obras	ANMF -I-D	ANMF -II-D	19/08/2013
300126	Maria Goreti Moreira	ASO	ANFB -I-E	ANFB -II-E	11/08/2013
500253	Rafael Tenfen Legat	Fiscal de Obras	ANMF -I-D	ANMF -II-D	02/08/2013
300072	Sandra Iracema Alves Luchi	Agente Administrativo Auxiliar	ANFA -I-E	ANFA -II-E	26/06/2013
400267	Sandra Mara Domanski da Luz	Auxiliar em Enferma-gem	ANFA -I-C	ANFA -II-C	30/07/2013
100010	Simone Ivone Sumar	Assistente Social	ANS-3A-E	ANS-3B-E	17/06/2013
801236	Soraia Regina C. da Silva	ASO	ANFB -I-B	ANFB -II-B	03/07/2013
190041	Valdineia Borba	ASG	ANFB -I-D	ANFB -II-D	11/07/2013
300175	Vera Lucia Diniz	Assistente Administrativo	ANM -I-D	ANM-II-D	19/04/2013

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER



## Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 3024/2013.**

PORTARIA Nº. 3024/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de	CID
Adriana da Silva Espindola	Professor	30	30/08/13	I – Z 76-3
Adriana Laura Kemper	Professor	15	30/08/13	I – F 32-2
Adriana Schreiber Cardoso	Merendeira	02	29/08/13	I – R 10, II – H 52-4
Alessandra Andreia Ghizoni	ASG	30	01/09/13	I – I 82-9
Alexandra da Silva	Técnico em enfermagem	30	26/08/13	I – Z 76-3
Ana Karine da Cunha	ASG	14	12/08/13	I – G 56, II – M 54-2
Ana Maria Souza Vieira	ASG	90	04/09/13	I – F 43
Ana Paula Martins	ASO	04	27/08/13	II – H 10
Andreza Patricia Zluhan	Professor	10	30/08/13	I – Z 54-0
Angelita Pereira	Técnico em Educação	15	26/08/13	I –
Angelita Pereira	Técnico em Educação	30	17/09/13	I –
Bianca Melo Farias	Pedagogo	03	27/08/13	I – M 25-5, II – R 10-4
Cassiana Lucia da Mata	ACS	07	30/08/13	I – M 54-5, II – M 54-4
Cassiana Lucia da Mata	ACS	08	06/09/13	I – M 54-5, II – M 54-4
Claudinete Salvador da Silva	ASG	09	29/08/13	I – G 56
Diego Burigo Sarda	Técnico em Edificações	04	30/08/13	I – R 50-9
Fernanda Julia dos Santos	ASG	05	26/08/13	I – M 25-5
Frida Maria R. Thiesen	Professor	90	05/09/13	I – F 41, II – G 40
Giovani Sant Anna Garcia	Odontologa	14	27/08/13	I – F 43-2
Gisele de Matos de Lima	Professor	60	30/08/13	I – S 22-2

Gracielli Picoli	Monitora	45	02/09/13	I – G 56, II – M 65-5
Iraci da Luz Fernandes	Merendeira	60	26/08/13	I – M 25-5, II – S 83-2
Ivete Medeiros da Silva	ACS	120	25/08/13	I – C 16
Juceleia dos Santos	Enfermeiro	07	22/08/13	I – Z 76-3
Luiz Carlos Mafra	Motorista	15	03/09/13	I – Z 76-3
Luiziane Renata Feijo S. dos Santos	Enfermeira	05	02/09/13	I – F 42-0
Luiziane Renata Feijo S. dos Santos	Enfermeira	15	09/09/13	I – F 42-0
Luzinete Ap. Dutra Barbosa	Professor	60	13/08/13	I – F 33
Márcio Osvaldo Moreira	ACS	30	28/08/13	I –
Maria do Carmo Raupp da Rosa	Professor	30	02/09/13	I –
Mariane Gomes	ASG	10	01/09/13	I – Z 80-0
Marlucy Silveira de Souza Zacchi	Professor	15	12/08/13	I – Z 76-3, II – F 32-2
Marlucy Silveira de Souza Zacchi	Professor	14	09/09/13	I – Z 76-3, II – F 32-2
Nadielli Cristina Kiersch	Professor	15	29/08/13	I – F 32
Nelsa Helena Mayer	ASO	60	18/08/13	I – M 43-0, II – M 43, III – M 47-2
Nilson Fermínio de Lima	ASG	15	03/09/13	I – M 25-5
Roberta T. Soares Schirasaki	Médica	14	28/08/13	I – O 20-0, II – O 20-1
Roberta T. Soares Schirasaki	Médica	12	05/09/13	I – O 20-0, II – O 20-1
Rosemeri da Silva Mateus	Professor	120	30/08/13	I – C 50
Sandra Regina Cunha	ASG	06	27/08/13	I – M 65-9
Simone Cristina dos Santos	Técnico em enfermagem	05	25/08/13	I – Z 76-3
Solange Hanger	Professor	08	30/08/13	I – F 32-8

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 3025/2013.**

PORTARIA Nº. 3025/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533,

de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

**CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL** – para os servidores abaixo relacionados de acordo com a Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar da data abaixo.

Matrícula	Nome	De	Para	a Contar de
800879	Katia Aparecida Antoria Ribeiro	Doc - 2 - D	Doc - 2 - E	22/06/2013
801054	Heldinar Martins	PED - 3 - D	PED - 3 - E	30/05/2013
800299	Miria Conceição Juttel	Doc - 3 - I	Doc - 3 - J	30/06/2013
800202	Aguinalda Rogéria Santana Kirchner	Doc - 3 - J	Doc - 3 - K	25/05/2013
190050	Janice Helena Scheidt	Doc - 2 - E	Doc - 2 - F	23/06/2013
800441	Maria Aparecida Santana Anastácio	Doc - 3 - G	Doc - 3 - H	22/06/2013
190056	Silvia Miranda Hames	Doc - 3 - F	Doc - 3 - G	30/06/2013

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.

**DANIEL BROERING HARGER**  
Secretário de Administração

**SHIRLEY NOBRE SCHARF**  
Secretária de Educação e Cultura

**MILTON LUIZ ESPINDOLA**  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 3026/2013.**

PORTARIA Nº. 3026/2013.

**DANIEL BROERING HARGER**, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

**CONCEDER LICENÇA PRÊMIO** para **ADRIANA TRUPPEL**, matrícula nº. 300004, titular do cargo de Agente Administrativo Auxiliar, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 28/02/2006 a 28/02/2011, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 30/09/2013 à 30/10/2013.

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.

**DANIEL BROERING HARGER**  
Secretário de Administração

**MILTON LUIZ ESPINDOLA**  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 3027/2013.**

PORTARIA Nº. 3027/2013.

**DANIEL BROERING HARGER**, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora **CATARINA MARIA NUNES**, matrícula nº. 400018, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta desta Prefeitura.

A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 01, item 05.

Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 11/09/2013, de acordo com as folhas 03 e 05.

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.

**DANIEL BROERING HARGER**  
Secretário de Administração

**ROSINEI DE SOUZA HORACIO**  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**MILTON LUIZ ESPINDOLA**  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 3028/2013.**

PORTARIA Nº. 3028/2013.

**DANIEL BROERING HARGER**, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora **IVANA SCHLEMPER DE MELO**, matrícula nº. 251080, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta desta Prefeitura.

A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 01, item 05.

Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 11/09/2013, de acordo com as folhas 03 e 05.

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.

**DANIEL BROERING HARGER**  
Secretário de Administração

**ROSINEI DE SOUZA HORACIO**  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

**MILTON LUIZ ESPINDOLA**  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 3029/2013.**

PORTARIA Nº. 3029/2013.

**DANIEL BROERING HARGER**, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**



CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL – para os servidores abaixo relacionados com fundamento no Artigo 292, 293 e 297 da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Cargo	Nível		A partir de:
			De:	Para	
400423	Cleide Aparecida Bernardes	Técnico em Enfermagem	ANT-I-C	ANT -II-C	19/04/2013
500525	Isonar Augusta Correa	Arquiteta	ANSEAG-1A-C	ANSEAG-2A-C	30/07/2013
200012	Jane T. de Lima Mulbesterdt	Assistente Administrativo	ANM -I-G	ANM -II-G	21/08/2013
400116	Janete Ferreira Pinheiro	Psicóloga	ANS-3A-D	ANS-3B-D	21/03/2013
800993	Leni da Silva	ASG	ANFB -I-C	ANFB -II-C	19/06/2013
800315	Odete Maria Virgilio	ASG	ANFB -I-D	ANFB -II-D	10/06/2013
100082	Sirlene de Farias	Assistente Social	ANS-2A-E	ANS-2B-E	16/07/2013

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

#### Portaria Nº. 3030/2013.

PORTARIA Nº. 3030/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

#### RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora CATIA REGINA PIERRI MARTINS, matricula nº. 801137, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura. A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 01, item 03.

Pelo período de até o final do ano, a contar de 05/08/2013, de acordo com às folhas 23 e 24.

Palhoça, SC, em 16 de setembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

#### Ata Pregão Presencial Nº 168/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 168/2013

O Município de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, que o processo Licitatório PREGÃO PRESENCIAL Nº 168/2013, que tem como objeto a aquisição de Veículos 0Km para Secretaria de Assistência Social, foi ARQUIVADO. A presente licitação não atingiu seu objetivo tendo sido, então, declarada DESERTA, pois não restou empresas Interessadas no referido processo. O Arquivamento tem amparo legal na lei de licitações e suas respectivas alterações, e encontra-se à disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitações, das 13:00 às 19:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br).

Palhoça, 04 de outubro de 2013.  
CAMILO NAZARENO MAR-TINS PAGANI  
Prefeito Municipal.

#### Resultado Pregão Nº 165/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESULTADO  
PROCESSO LICITATÓRIO  
PREGÃO PRESENCIAL nº 165/2013

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 165/2013, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a contratação de empresa para manutenção do sistema de drenagem, com a respectiva recuperação da via asfáltica, a ser utilizado em diversas ruas deste Município, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital.

#### CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

BRITAGEM VOGELSANGER LTDA ficou classificada em 1º lugar totalizando R\$ 1.565.999,98 (um milhão quinhentos e sessenta e cinco mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos).

Palhoça, 03 de setembro de 2013.

#### Extrato Contrato Locação Nº 053/2013

CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 053/2013  
LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA  
LOCADOR: HAROLDO KOCK

OBJETO: locação de 01(um) galpão em alvenaria totalizando uma área de 450m2, contendo: 01 (um) escritório, 02 (dois) banheiros externos e 01 (um) depósito de 5,00mx6,25m cada, localizado na Rua Osmar Sotero, nº 65 - Centro - Palhoça/SC, destinado ao funcionamento Depósito da Secretaria de Educação e Cultura.

VALOR: R\$ 1.997,93 (hum mil, novecentos e noventa e sete reais e noventa e três centavos), mensais.

VIGÊNCIA: 01/09/2013 a 31/12/2013.

#### DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

"125" -11.01.12.365.0010.2.022.3.3.90.00.00.00.00.00/3.3.90.36.15.

FUNDAMENTO: Art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.



DATA: 02/09/2013

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

#### **Extrato Termo Aditivo Nº 141/2013**

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 141/2013 - (DÉCIMO SE-GUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 001/2010).

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA A FUNDAÇÃO MUNI-CIPAL DE MEIO AMBIENTE, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E MEDICINA PREVENTIVA, O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, O FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, O FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, A FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA E EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

OBJETO: Fica suprimido o valor de R\$ 1.546,31 (hum mil, quinhentos e quarenta e seis reais e trinta e um centavos) correspondente ao percentual de 0,2092% sobre o valor do contrato nº 001/2010, conforme especificação dos sistemas no Anexo I.

DATA: 13/09/2013.  
NILSON JOÃO ESPÍNDOLA  
Secretária de Assistência Social

JOÃO BATISTA DOS SANTOS  
Superintendente da Fundação Municipal

FERNANDO IRENO VIEIRA  
Tenente do Corpo de Bombeiros  
de Palhoça

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Sec. Mun. de Saúde e Medicina Preventiva

MARIAH TEREZINHA DO NASCIMENTO PEREIRA  
Diretora da Faculdade Municipal de Palhoça

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário Municipal de Administração

#### **Extrato Termo Aditivo Nº 143/2013**

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 143/2013 - (QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 174/2012).

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E EMPRESA SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras nº 174/2012.

DATA: 20/09/2013  
RENI ANTÔNIO SCHWEITZER  
Secretário de Infraestrutura

JOSÉ TADEU DA CUNHA  
Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça  
CREA/SC 5847-2

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário Municipal de Administração

#### **Extrato Termo Aditivo Nº 144/2013**

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 144/2013 - (TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 091/2012).

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A EMPRESA SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA.

OBJETO Fica acrescido o valor de R\$ 45.130,09 (cento e quarenta e cinco mil, cento e trinta reais e nove centavos), sendo R\$ 29.338,31 (vinte e nove mil, trezentos e trinta e oito reais e trinta e um centavos), referente ao emprego dos materiais, e R\$ 15.791,78 (quinze mil, setecentos e noventa e um reais e setenta e oito centavos), referente aos serviços de mão de obra, no percentual de 12,1182% do valor do contrato nº 091/2012 conforme cálculo efetuado pelo setor de engenharia correspondente a adequação ao projeto inicial, demonstrado através das peças analíticas: a) Quadro de Quantidades e Custos, b) Memorial Descritivo, c) Justificativa do Setor de Engenharia, apensadas ao presente instrumento.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A despesa decorrente do presente termo aditivo correrá por conta do orçamento da Secretaria de Infraestrutura, Defesa Civil, Energia e Telecomunicações, através do elemento: "23" -06.01.2087.4.4.90.51.91.

DATA: 23/09/2013.  
RENI ANTÔNIO SCHWEITZER  
Secretário de Infraestrutura

JOSÉ TADEU DA CUNHA  
Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça  
CREA/SC 5847-2

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário Municipal de Administração

## **Passo de Torres**

### **PREFEITURA**

#### **Decreto Nº 178/2013**

DECRETO Nº. 178, DE 03 DE OUTUBRO DE 2013.

"DETERMINA HORARIO DE EXPEDIENTE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº 598 de 23 de Maio de 2007.

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica determinado Horário de Expediente na Administração Pública Municipal, com horário das 13:00 hs às 19:00 hs a partir de 07 de outubro de 2013 (segunda-feira) .

Art 2º - As Secretarias de Obras, Saúde e Educação, permanecerão com expediente normal.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 03 de outubro de 2013.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER  
Prefeito Municipal



Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 03 de outubro de 2013.

ALISSANDRA ALVES PAGANINI SILVÉRIO  
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

## CÂMARA MUNICIPAL

### Extrato do Concurso

CÂMARA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES/SC  
EXTRATO DE EDITAL Nº 02/2013  
REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA

TORNA PÚBLICO que a PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 20/10/2013 (domingo), às 9h, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Rodrigues da Silva, sita na Rua João Pedroso, s/n, Bairro Centro, no Município de Passo de Torres/SC. O Edital na íntegra que divulga o Relatório de candidatos com inscrições homologadas e inscrições não processadas para o Concurso Público está divulgado no Jornal de Publicações dos Atos da Câmara Municipal e no site [www.objetivas.com.br](http://www.objetivas.com.br). PERÍODO DE RECURSOS: dias 07, 08 e 09/10/2013, na Câmara Municipal, em horário de expediente.

Passo de Torres/SC, 04 de outubro de 2013.  
MARLENE DUTRA VIDOR  
Presidente.

## Passos Maia

## PREFEITURA

### Notificação de Recebimento de Recursos.

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto no art. 2.º da Lei n.º 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse Município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal.

Valor: R\$ 13.525,63 (treze mil quinhentos e vinte cinco reais e sessenta e três centavos).

Destinação: 6º E PARTE DA 7ª PARCELA TRANSPORTE ESCOLAR.

Data liberação: 03/10/2013

Passos Maia - SC, 03 de outubro de 2013.

IVANDRE BOCALON  
Prefeito Municipal



## O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

## Peritiba

## PREFEITURA

## Editais de Notificação de Trânsito

Editais de notificação nº 170 a 187



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 400 170/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
HOZ1300	55839564B	6556/4	02/12/2012	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 400 171/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIJ7299	55839824B	5967/0	07/01/2013	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 400 172/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJR4174	55839565B	5819/7	22/12/2012	193
MJR4174	55839566B	5207/0	22/12/2012	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 400 173/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXO2367	55839839B	5185/1	28/01/2013	167
MJL8706	55839832B	5967/0	22/01/2013	203 * V
MKX1888	55839830B	5452/2	22/01/2013	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 400 174/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACT3506	55839836B	5185/1	25/01/2013	167
LZY4875	55839838B	5185/1	25/01/2013	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 400 175/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIV7173	55839845B	5185/1	31/01/2013	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 400 176/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHU8623	55839823B	6912/0	24/12/2012	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 400 177/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFA4831	55839568B	5010/0	17/02/2013	162 * I
MFA4831	55839570B	5118/0	17/02/2013	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 400 178/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IHK6524	55839843B	5452/2	31/01/2013	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 400 179/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
JEZ5534	55839834B	5185/1	25/01/2013	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 400 180/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACT3506	55839876B	5185/1	17/04/2013	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 400 181/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DQA6460	55839543B	6556/5	14/05/2011	R\$ 191,53	230 * I
DQA6460	55839544B	5010/0	14/05/2011	R\$ 574,61	162 * I
DQA6460	55839545B	5118/0	14/05/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLÍCIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 400 182/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CLL3132	55839755B	5525/0	20/10/2011	R\$ 85,12	181 * XV
MFY3220	55839854B	5215/2	14/05/2011	R\$ 191,53	170

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 400 183/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAM9305	55839880B	5185/1	26/04/2013	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 400 184/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABF0208	55839499B	5185/1	30/11/2010	R\$ 127,69	167
IBM6451	55839861B	5010/0	26/08/2011	R\$ 574,61	162 * I
MCA5791	55839550B	6599/2	18/05/2011	R\$ 191,53	230 * V
MCA5791	55839858B	6556/4	18/05/2011	R\$ 191,53	230 * I
MCA5791	55839859B	5010/0	18/05/2011	R\$ 574,61	162 * I
MCA5791	55839860B	5118/0	18/05/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MGU0460	55839542B	6599/2	01/03/2011	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLÍCIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 400 185/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BTJ6190	55839864B	6912/0	04/03/2012	R\$ 53,20	232
IJZ8461	55839766B	5010/0	19/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
LXC7301	55839554B	5010/0	04/06/2012	R\$ 574,61	162 * I
LXC7301	55839555B	5118/0	04/06/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LXC7301	55839556B	6599/2	04/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIU2321	55839814B	5185/2	04/12/2011	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE  
DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 400 186/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGD0130	55839815B	5525/0	08/08/2012	R\$ 85,12	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

PERITIBA/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 400 187/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
GZV4974	55839887B	5185/1	23/06/2013	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 3 DE OUTUBRO DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA

## Pomerode

### PREFEITURA

#### 2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 024-a/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 024-A/2010

Processo Administrativo n.º 098/2010. Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 036/2010. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE. Contratado: TOPOBASE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA ME. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE CADASTRO IMOBILIÁRIO (LEVANTAMENTO CADASTRAL DE IMÓVEIS, PARCELAMENTOS, BAIRROS E CONDOMÍNIOS), DE LOGRADOUROS E FOTOS DE FACHADA. Justificativa: Acréscimo na execução dos serviços de levantamento cadastral de unidades imobiliárias, constante no item 01 do Anexo I e diante da conveniência administrativa e o interesse público decorrente da plena execução do objeto contratado e a necessidade de dar continuidade dos trabalhos. Valor Total Aditivado: R\$36.725,00 (trinta e seis mil e setecentos e vinte e cinco reais). Prazo de execução: 26/12/2011.

Pomerode/SC, 03 de Agosto de 2011.

PAULO MAURÍCIO PIZZOLATTI

Prefeito Municipal de Pomerode

#### Extrato do Contrato Nº 024-a/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 024-A/2010

Processo Administrativo n.º 098/2010. Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 036/2010. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE. Contratado: TOPOBASE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA ME. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE CADASTRO IMOBILIÁRIO (LEVANTAMENTO CADASTRAL DE IMÓVEIS, PARCELAMENTOS, BAIRROS E CONDOMÍNIOS), DE LOGRADOUROS E FOTOS DE FACHADA. Valor Total contratado: R\$146.900,00 (cento e quarenta e seis mil e novecentos reais). Prazo de execução: 26/01/2011.

Pomerode/SC, 25 de Junho de 2010.

PAULO MAURÍCIO PIZZOLATTI

Prefeito Municipal de Pomerode

## Porto Belo

### PREFEITURA

#### Edital de Convocação - Audiência Pública

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Presidente do Conselho Municipal da Cidade - CONCIBELO, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com os termos da Lei Complementar Municipal nº 33/2011, artigo 168, inciso II, bem como o artigo 268, CONVOCA, através do presente edital, a

população em geral e interessados, para participarem da Audiência Pública para discussão e deliberação do Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, tendo em vista a previsão de instalação no Município de um empreendimento denominado DB S/A COMÉRCIO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS, localizado na BR-101, Margem Oeste, Esquina com a Rua Santos Dumont, Bairro Perequê.

A Audiência Pública será realizada no dia 22/10/2013 às 19h30min, no Espaço Cultural Piraíque, anexo à Fundação Municipal de Turismo, com endereço na Av. Gov. Celso Ramos, nº 1.492, Centro, Porto Belo - SC.

O material referente à audiência encontra-se disponível junto a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, com endereço à Rua Irineu José Moreira, s/n, Praça de Bandeira, Centro, Porto Belo - SC.

Porto Belo - SC, aos 3 dias do mês de outubro de 2013.

RICARDO CESAR PAMPLONA SILVA

Presidente do Conselho da Cidade - CONCIBELO

## Porto União

### PREFEITURA

#### Resolução Nº 007/2013 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 007, de 04 de outubro de 2013.

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social de Porto União (FMAS).

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições,

#### RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento da Proteção Social Básica, proveniente do Fundo Estadual de Assistência Social, no valor de R\$ 9.368,62 (nove mil, trezentos e sessenta e oito reais e sessenta e dois centavos), sendo que deste, 100% (cem por cento) destina-se a custeio.

Art. 2º Que os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município no âmbito da Proteção Social Básica segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução nº 109/2009, e conforme plano de aplicação apresentado e aprovado por este Conselho.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União, 04 de outubro de 2013.

MARCIA MARIA BAGGIO CAUS

Presidente do CMAS

#### Extrato de Edital de Pregão Presencial 006/2013 - FUNREBOM

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 008/2013 - FUNREBOM

Extrato de Edital de Pregão Presencial 006/2013 - FUNREBOM

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para aquisição de material de limpeza e assepsia para manutenção do FUNREBOM. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 21 de Outubro de 2013, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia.



Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br), fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 04 de outubro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

### **Extrato de Edital de Pregão Presencial 075/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 108/2013

Extrato de Edital de Pregão Presencial 075/2013

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para aquisição de material para reforma da cobertura da Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Públicos e para confecção de 10 (dez) pontos de ônibus. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 18 de Outubro de 2013, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br), fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 04 de Outubro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

### **Ofício Cia Nº 019/2013**

COMISSÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

PORTARIA Nº 032, DE 07 DE AGOSTO DE 2013 PUBLICADO EM DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA DOM/SC EM 13 DE AGOSTO DE 2013 EDIÇÃO 1301 PG 292.

Porto União (SC), 30 de setembro de 2013.

Ofício CIA nº 019/2013

Ao Senhor

MAURO SANTOS MENDES

Na qualidade de Presidente da Comissão de Inquérito Administrativo, mandada instaurar pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, conforme Portaria supracitada, informamos a Vossa Senhoria que no dia 07 de outubro de 2013, no horário compreendido entre as 09h30min às 10h30min, na sala de Licitações localizada na sede da Prefeitura Municipal, estaremos realizando a oitiva de testemunhas para instruir o processo, sendo que, em havendo interesse de Vossa Senhoria poderá acompanhar os mesmos como forma de garantir seu direito a ampla defesa e ao contraditório. Por oportuno, esclareça-se que a partir do dia 07 de outubro de 2013 será aberto prazo para Vossa Senhoria apresentar defesa escrita, no prazo de dez dias, conforme preceitua o § 1º do Artigo 258, da Lei Municipal nº 2.055/1994, bem como o artigo 5º da Constituição Federal. Por fim, caso não seja apresentada defesa escrita no prazo retro mencionado fica desde já Vossa Senhoria ciente de que será declarado revel. Inteligência do § 1º, Artigo 261, da Lei Municipal nº 2.055/1994.

LUCIANA CRISTINA KAUA

Presidente da Comissão

## **Rio do Sul**

### **PREFEITURA**

#### **Decreto 3650**

DECRETO Nº 3650, de 30 de setembro de 2013.

"SUBSTITUI MEMBRO DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e nos dispositivos do art. 5º da Lei Complementar nº 267 de 05 de setembro de 2013.

#### **DECRETA:**

Art.1º - Fica nomeado para compor o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, o seguinte membro devidamente indicado por sua entidade:

a) Representante do Poder Público:

I -Representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente:

- Maurício Bezerra Cavalcanti Filho - Titular

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

30 de setembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

#### **Portaria N. 1194/RH**

PORTARIA N. 1194/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 170, da Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro 2010,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Converter a aplicação da penalidade de Suspensão por 30 (trinta) dias, efetivada através da Portaria n.1152/RH de 01/10/2013, ao servidor Jelino Francisco Heiderscheidt, matrícula n. 6416/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão, em multa na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço, conforme dispõe o Art. 172, § 2º, da Lei Complementar supracitada.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de outubro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Lsos

#### **Portaria Nº 1145/RH**

PORTARIA Nº. 1145/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, CLAUDINEI PATERNO para exercer o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de setembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

**Portaria Nº 1190/RH**

PORTARIA Nº. 1190/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Homologar a Lotação da servidora municipal ANODILA CAMPREGHER CADORE, ocupante do cargo ENFERMEIRO, na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, nos termos do Art. 18º, Lei Complementar n. 207 de 28/10/2010 e alterações posteriores.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de outubro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

**Edital de Alteração 04 - Pregão Presencial 39/2013 FMS**

Prefeitura de Rio do Sul

Secretaria Municipal de Saúde

EDITAL DE ALTERAÇÃO 04

PREGÃO PRESENCIAL 39/2013 FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que fica alterado e passa a vigorar com os seguintes dizeres o Edital de Licitação, modalidade Pregão Presencial nº 39/2013 FMS, permanecendo inalteradas todas as demais cláusulas do edital.

**7.1.1 - DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

a - Apresentar atestado de capacidade técnica dos itens cotados emitida por um órgão público ou privado;

b - Autorização de Funcionamento da ANVISA, caso apresente proposta nos itens 25 à 28.

Rio do Sul, 04 de outubro de 2013.

LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

**Portaria Nº 1146/RH**

PORTARIA Nº. 1146/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, SANDRA APARECIDA HARDT para exercer o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de setembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

**Portaria Nº 1158/RH**

PORTARIA Nº. 1158/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, VEREDIANA REGINA PASSIG para exercer o cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de setembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

**Portaria Nº 1160/RH**

PORTARIA Nº. 1160/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, ALVIRA BOSSY para exercer o cargo de provimento efetivo de PSICÓLOGO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de setembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Csvf

**Portaria Nº 1161/RH**  
PORTARIA Nº. 1161/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, CAMILA STOLF SUMARIVA para exercer o cargo de provimento efetivo de PSICÓLOGO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de setembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Csvf

**Termo de Convocação - Alvira Bossy**  
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ALVIRA BOSSY, é com satisfação que procedemos a convocação de V. Sª., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2011, homologado através do Decreto nº 2.725 de 03/07/2012 e suas retificações posteriores. (Cargo de PSICÓLOGO - 40 HORAS).

Salientamos que V. Sª foi nomeado (a) através da Portaria n. 1160/RH de 25/09/2013, publicada em 07/10/2013. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. Sª deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

**Considerações importantes:**

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo

Exames necessários

Auxiliar De Serviços Gerais

Calceteiro

Carpinteiro

Coveiro

Eletricista

Motorista De Caminhão

Motorista De Veículo Leve

Operador De Equipamentos

Pedreiro

HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, RX COLUNA LOMBO-SACRA, ECG - 40 ANOS, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Demais Cargos

HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, ECG - 40 ANOS, CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Rio do Sul, 04 de outubro de 2013.

Departamento de Recursos Humanos

Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

**Termo de Convocação - Andreia Pinto Campos**  
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ANDREIA PINTO CAMPOS, é com satisfação que procedemos a convocação de V. Sª., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2011, homologado através do Decreto nº 2.725 de 03/07/2012 e suas retificações posteriores. (Cargo de ASSISTENTE SOCIAL - 40 HORAS).

Salientamos que V. Sª foi nomeado (a) através da Portaria n. 1157/RH de 25/09/2013, publicada em 07/10/2013. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. Sª deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

**Considerações importantes:**

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo

Exames necessários

Auxiliar De Serviços Gerais

Calceteiro

Carpinteiro

Coveiro

Eletricista

Motorista De Caminhão

Motorista De Veiculo Leve  
Operador De Equipamentos  
Pedreiro

HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, RX COLUNA LOMBO-SACRA, ECG - 40 ANOS, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Demais Cargos

HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, ECG - 40 ANOS, CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Rio do Sul, 04 de outubro de 2013.  
Departamento de Recursos Humanos  
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

### **Termo de Convocação - Camila Stolf Sumariva** TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) CAMILA STOLF SUMARIVA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2011, homologado através do Decreto nº 2.725 de 03/07/2012 e suas retificações posteriores. (Cargo de PSICÓLOGO - 40 HORAS).

Sallentamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) através da Portaria n. 1161/RH de 25/09/2013, publicada em 07/10/2013. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo

Exames necessários

Auxiliar De Serviços Gerais

Calceteiro

Carpinteiro

Coveiro

Eletricista

Motorista De Caminhão

Motorista De Veiculo Leve

Operador De Equipamentos

Pedreiro

HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, RX COLUNA LOMBO-SACRA, ECG - 40 ANOS, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Demais Cargos

HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, ECG - 40 ANOS, CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Rio do Sul, 04 de outubro de 2013.  
Departamento de Recursos Humanos  
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

### **Termo de Convocação - Claudinei Paterno** TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) CLAUDINEI PATERNO, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2011, homologado através do Decreto nº 2.725 de 03/07/2012 e suas retificações posteriores. (Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO - 40 HORAS).

Sallentamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) através da Portaria n. 1145/RH de 17/09/2013, publicada em 07/10/2013. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo

Exames necessários

Auxiliar De Serviços Gerais

Calceteiro

Carpinteiro

Coveiro

Eletricista

Motorista De Caminhão

Motorista De Veiculo Leve

Operador De Equipamentos

Pedreiro

HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, RX COLUNA LOMBO-SACRA, ECG - 40 ANOS, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Demais Cargos

HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, ECG - 40 ANOS, CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA



Rio do Sul, 04 de outubro de 2013.  
Departamento de Recursos Humanos  
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

---

**Termo de Convocação - Sandra Aparecida Hardt**  
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) SANDRA APARECIDA HARDT, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2011, homologado através do Decreto nº 2.725 de 03/07/2012 e suas retificações posteriores. (Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO - 40 HORAS).

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) através da Portaria n. 1146/RH de 17/09/2013, publicada em 07/10/2013. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

**Considerações importantes:**

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo

Exames necessários

Auxiliar De Serviços Gerais

Calceteiro

Carpinteiro

Coveiro

Eletricista

Motorista De Caminhão

Motorista De Veiculo Leve

Operador De Equipamentos

Pedreiro

HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, RX COLUNA LOMBO-SACRA, ECG - 40 ANOS, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Demais Cargos

HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, ECG - 40 ANOS, CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Rio do Sul, 04 de outubro de 2013.  
Departamento de Recursos Humanos  
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

---

**Termo de Convocação - Verediana Regina Passig**  
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) VEREDIANA REGINA PASSIG, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2011, homologado através do Decreto nº 2.725 de 03/07/2012 e suas retificações posteriores. (Cargo de ASSISTENTE SOCIAL - 40 HORAS).

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) através da Portaria n. 1158/RH de 25/09/2013, publicada em 07/10/2013. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

**Considerações importantes:**

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo

Exames necessários

Auxiliar De Serviços Gerais

Calceteiro

Carpinteiro

Coveiro

Eletricista

Motorista De Caminhão

Motorista De Veiculo Leve

Operador De Equipamentos

Pedreiro

HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, RX COLUNA LOMBO-SACRA, ECG - 40 ANOS, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Demais Cargos

HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, ECG - 40 ANOS, CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Rio do Sul, 04 de outubro de 2013.  
Departamento de Recursos Humanos  
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

---

**Termo de Posse e Exercício - Anodila Campregher Cadore**  
TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar

n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) ANODILA CAMPREGHER CADORE, nomeado (a) pela Portaria n. 1060/RH, de 29/08/2013, publicada no DOM na data de 11/09/2013, para exercer o cargo efetivo de ENFERMEIRO, Nível H, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2011.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 02/10/2013.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 01 de outubro de 2013.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

### CÂMARA MUNICIPAL

#### Resolução Nº 712/2013

RESOLUÇÃO Nº 712, DE 4 DE OUTUBRO DE 2013

Autoriza pagamento de 4 e 1/2 (quatro e meia) diárias, inscrição e indenização de transporte a vereador e servidores.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que no uso de suas atribuições regimentais, a Câmara Municipal decreta e promulga a seguinte resolução:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de 4 e 1/2 (quatro e meia) diárias ao Vereador Diógenes Della Giustina Formiga de Moura, no valor de R\$ 1.861,35 (um mil oitocentos e sessenta e um reais e trinta e cinco centavos) e aos servidores Giovani Nascimento e Roberto Andrade Bastos, no valor de R\$ 1.429,25 (um mil quatrocentos e vinte e nove reais e vinte e cinco centavos) cada, para participarem do XXVII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo, a ser realizado entre os dias 4 a 6 de novembro do corrente ano, tendo como local o Centro de Eventos "Fábrica de Negócios", no prédio anexo do Praia Centro Hotel, situado na Praia de Iracema, em Fortaleza - Ceará.

Art. 2º Fica ainda autorizado o pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 990,00 (novecentos e noventa reais) a cada participante.

Art. 3º A indenização de transporte, em veículo próprio, no trecho compreendido entre o município de Rio do Sul e a cidade de Florianópolis - SC, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588, de 5 de outubro de 2010.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente, inclusive as passagens aéreas.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 4 de outubro de 2013.

DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA  
Presidente da Mesa

MÁRIO MIGUEL  
Vice Presidente da Mesa

CARISO SÁVIO GIACOMINI  
1º Secretário

DIONÍSIO MAÇANEIRO  
2º Secretário

## Santa Terezinha do Progresso

### PREFEITURA

#### Justificativa 793/2013

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO n. 793/2013 na MODALIDADE: JUSTIFICATIVA, para Aluguel de imóvel para instalações do Conselho Tutelar e Secretaria de Assistência Social. Maiores informações, bem como cópia do PROCESSO POR JUSTIFICATIVA, poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001 e site: [www.staterezhinhaprogresso.sc.gov.br](http://www.staterezhinhaprogresso.sc.gov.br).

Santa Terezinha do Progresso (SC), 07/10/13.

JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal.

## São Bento do Sul

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação - Tomada de Preços Nº 224/2013

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 224/2013

MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 25 de OUTUBRO de 2013, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REFORMA DO QUARTEL CENTRAL DA 2ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO BENTO DO SUL, SITUADO À RUA BARÃO DO RIO BRANCO Nº 405, BAIRRO CENTRO - 2ª ETAPA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E CONVÊNIO Nº 11.439/2011-1. Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 04 de setembro de 2013.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA  
Secretário de Administração



# São Domingos

## PREFEITURA

### Decreto Nº 1363, de 04 de Outubro de 2013

Dispõe sobre a vacância de cargo público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar 042 de 04/04/12, atualizada; e pela Lei Complementar Municipal nº 045, de 06/11/12 e:

Considerando que o servidor público municipal Rovilio Renosto, ocupante do cargo público de Vigia, 40 horas semanais, obteve a concessão de aposentadoria (NB 1607074432 - Espécie 42), pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS;

Considerando o disposto no inciso V do art. 34 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, que dispõe que a aposentadoria é uma forma de vacância de cargo público;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica declarado vago 01 (um) cargo de Vigia, integrante do quadro de cargos do município de São Domingos, em função da concessão de aposentadoria ao servidor público municipal Rovilio Renosto, com a extinção do vínculo de trabalho respectivo com o município, a partir do dia 04 de outubro de 2013.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 1376, de 21 de janeiro de 2013, no que diz respeito ao servidor.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 04 de outubro de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### Portaria Nº1510, de 04 de Outubro de 2013.

PORTARIA Nº1510, DE 04 DE OUTUBRO DE 2013.

Concede férias a servidora pública municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº 017 de 21 de dezembro de 2007, pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/12 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/12 e:

Considerando requerimento protocolado junto ao Setor de Pessoal;

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS a servidora pública municipal, conforme segue:

SERVIDOR (A)	SERVIDOR	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Carla Louise Lohmann Carvalho	Auxiliar Administrativo	19/05/11-12 19/05/12-13	25 05	07/10/13 a 31/10/13 01/11/13 a 05/11/13

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 04 de outubro de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

# São José

## PREFEITURA

### Decreto Nº 1.493/2013

DECRETO Nº 1493/2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, ELITA TEREZINHA DOS PASSOS, para exercer o cargo de Direção III - Junta Militar - CCM 06, com lotação no Gabinete da Prefeita, nos termos da Lei Complementar nº 027/2007.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de setembro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### Pregão Presencial 097/2013 - Retificado

PREGÃO PRESENCIAL 097/2013 - RETIFICADO - Processo nº 207/2013 Objeto: Contratação de empresa especializada para eventual fabricação e instalação de abrigos de passageiros com sinalização horizontal e vertical, para atender os usuários do Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 17/10/2013 às 08h00min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 17/10/2013 às 08h30min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810276.

### Resultado da Dispensa de Licitação Nº 062/2013

RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 062/2013 - Processo nº 234/2013. Objeto: Dispensa de licitação para locação de imóvel com 02 (dois) pavimentos, com área de 380 m², situado Rua Coronel Américo, nº 25, Barreiros, onde funcionará o Conselho Tutelar e o CRAS/Barreiros. Locador: Hester Maria Buratto Dias. Valor: 80.400,00.

CARLOS ALFREDO SCHMIDT

Presidente da CPL

### Resultado da Dispensa de Licitação Nº 067/2013

RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 067/2013 - Processo nº 268/2013. Objeto: Dispensa de licitação para contratação de empresa para prestar serviços de engenharia sanitária de limpeza urbana com fornecimento de equipamentos, mão de obra e

materiais compreendendo coleta de resíduos sólidos domiciliares e coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis. Contratado: Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. Valor: 4.597.758,30.

CARLOS ALFREDO SCHMIDT  
Presidente da CPL

### **Resultado de Habilitação - Tomada de Preços Nº 003/2013**

RESULTADO DE HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2013. PROCESSO Nº 116/2013: Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra e material para construção de unidade de saúde em atenção básica no bairro de Areias, Distrito de Barreiros, Município de São José/SC. EMPRESAS HABILITADAS: WOKYS Construções Ltda.; Cone Construções Ltda. EPP; De Faria Construções Ltda.; Construtora De Angelo Ltda.; Mundial Serviços Ltda. EPP. EMPRESAS INABILITADAS: Centaurus Construções e Serviços Ltda. A abertura das propostas de preços ocorrerá dia 15 de outubro de 2013, às 14h e 30min no Centro Administrativo da PMSJ. Maiores Informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100. Site: [www.pmsj.sc.gov.br](http://www.pmsj.sc.gov.br).

CARLOS ALFREDO SCHMIDT,  
Presidente/CPL.

## **São Lourenço do Oeste**

### **PREFEITURA**

#### **Lei Nº 2.122, de 03 de Outubro de 2013.**

LEI Nº 2.122, DE 03 DE OUTUBRO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa BADESC CIDADES II e tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento de Santa Catarina S/A, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES II.

Art. 2º A adesão ao Programa BADESC CIDADES II propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento do Sistema Viário, aquisição de máquinas e equipamentos e empreendimentos comunitários.

Art. 3º Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC CIDADES II, até o montante de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

§ 1º Do valor total dos empréstimos, constante no caput deste artigo, serão destinados R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) para aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas destinados às Associações de Máquinas estabelecidas no Distrito de São Roque.

§ 2º Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES II, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários

dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5% (cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Lourenço do Oeste - SC, 03 de outubro de 2013.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

#### **Lei Nº 2.123, de 03 de Outubro de 2013.**

LEI Nº 2.123, DE 03 DE OUTUBRO DE 2013.

Declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores de Novo Guaporé, município de São Lourenço do Oeste.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores de Novo Guaporé, com sede na Linha Novo Guaporé no Município de São Lourenço do Oeste - SC, inscrita no CNPJ sob nº 08.475.092/0001-78, fundada em 07 de outubro de 2006.

Parágrafo único. Ficam assegurados à entidade mencionada no caput, todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 03 de outubro de 2013.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

#### **Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 155/2013, PR Nº 105/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 18/10/2013, às 09:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/2013, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2013, OBJETO: AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL "S10", PARA OS VEÍCULOS DE PLACAS MKW-7066, MKW-3974 E MKF-3354, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, QUE POR RECOMENDAÇÃO DO FABRICANTE DEVEM UTILIZAR SOMENTE ESTE TIPO DE COMBUSTÍVEL. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

#### **Extrato do Contrato Nº 276/2013, de 27 de Setembro de 2013.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 276/2013, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013.

Décimo Termo Aditivo ao Contrato nº 170/2011.

Origem: Processo Licitatório nº 084/2011, Modalidade Tomada de

Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 05/2011.  
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.  
Contratada: EMPLEITERRA SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA, CNPJ nº 09.543.902/0001-49.

Objeto: Dilação do prazo de vigência do Contrato nº 170/2011, de 02/08/2011, por 30 (trinta) dias, a fim de possibilitar tempo suficiente para que o Ministério das Cidades, através da GIDUR-Chapécó-Caixa Econômica Federal, faça liberação dos recursos financeiros para pagamento final da obra, referente ao Convênio nº 0322641-53/2010.

Data de Assinatura: 27/09/2013.

Vigência: de 30/09/2013 a 30/10/2013.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Fernando Martins Pedro - pela Contratada.

### **Extrato do Contrato Nº 277/2013, de 30 de Setembro de 2013.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 277/2013, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.

Vigésimo Termo Aditivo ao Contrato nº 223/2009.

Origem: Processo Licitatório nº 105/2009, Modalidade Tomada de Preço p/ Compras e Serviços nº 14/2009.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: PANDINI CONSTR. E INCORPORACÕES LTDA, CNPJ nº 03.210.836/0001-09.

Objeto: Dilação do prazo de vigência do Contrato nº 223/2009, de 22/12/2009 por 30 (trinta) dias, a fim de possibilitar ao Município a realização do pagamento final da obra.

Data de Assinatura: 30/09/2013.

Vigência: de 30/09/2013 a 30/10/2013.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Ailton Panini - pela Contratada.

## **CÂMARA MUNICIPAL**

### **Resolução Nº 182/2013**

RESOLUÇÃO Nº 182, DE 01 DE OUTUBRO DE 2013.

Estabelece as regras e demais requisitos pertinentes ao pagamento de diárias aos servidores e agentes políticos da Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º A concessão de diárias será prévia e formalmente autorizada pelo ordenador de despesas, ou por quem detenha delegação de competência daquele, mediante pedido escrito e fundamentado do interessado.

§ 1º A autorização para deslocamento e a concessão de diária ocorrerão após a formalização do pedido, Anexos I e II, que conterá, no mínimo:

I - matrícula, nome, cargo, emprego ou função do servidor ou agente político;

II - justificativa do deslocamento;

III - indicação do período do deslocamento e do destino.

§ 2º A concessão de diária somente será deferida quando, além do requerimento escrito e fundamentado, preenchidos cumulativamente os seguintes requisitos:

I – deslocamento para fora da sede do Município, em raio superior a 100 Km (cem quilômetros);

II – quando o requerente estiver a serviço ou representação da Câmara de Vereadores, ou, na hipótese de participação em eventos, ou atividades que sejam de interesse do Legislativo e do Município.

§ 3º Tem-se por eventos, para fins do disposto no inciso II do § 2º acima, aqueles relacionados ao desempenho do mandato e das atividades funcionais, e a participação em audiências, reuniões, cursos, treinamentos, congressos e simpósios.

Art. 2º O ordenador de despesas, ou quem tenha delegação de competência dele, poderá se valer de parecer da assessoria jurídica da Câmara de Vereadores para deliberar sobre o deferimento ou não do pedido de diárias.

Art. 3º O valor das diárias obedecerá ao constante do Anexo III da presente Resolução, sendo que, apesar da independência entre os Poderes Legislativo e Executivo Municipal, deverá guardar equivalência com esse último.

§ 1º Considera-se uma diária o período de afastamento de 24 horas, ou fração de dia superior a 12 horas, contados da partida do servidor ou vereador até o retorno à sua sede funcional.

§ 2º A partir do vencimento de uma diária completa, será pago o valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) da diária quando o afastamento se estender por período superior a 4 horas e inferior a 12 horas.

§ 3º A Câmara de Vereadores arcará com as despesas de passagem, independentemente do pagamento de diárias, sempre que a viagem não for realizada com veículo oficial.

§ 4º Quando o deslocamento for inferior a 24 horas, não gerando diária, as despesas serão ressarcidas mediante apresentação dos respectivos comprovantes (notas fiscais).

Art. 4º O valor das diárias será corrigido na mesma data e percentual do reajuste e aumento dos vencimentos dos servidores públicos municipais.

Art. 5º A diária será paga antes do início da viagem, de uma só vez.

§ 1º Os períodos de deslocamentos iniciados em sextas-feiras e em dias não úteis serão expressamente justificados e autorizados pela autoridade ordenadora da despesa.

§ 2º O pagamento das diárias correspondentes aos deslocamentos que se estenderem por tempo superior ao previsto deve estar acompanhado da autorização da prorrogação concedida pela autoridade ordenadora da despesa.

§ 3º As despesas com pousada, alimentação e locomoção do servidor ou agente político que permanecer no local de destino após o término do período autorizado, serão por ele custeadas.

Art. 6º Sob pena de devolução dos valores, o beneficiário deve comprovar a efetiva realização da viagem, a estada no local de destino e o cumprimento dos objetivos, mediante apresentação dos seguintes documentos comprobatórios:

I - do deslocamento:

- a) ordem de tráfego e autorização para uso de veículo, em caso de viagem com veículo oficial;  
 b) bilhete de passagem, se o meio de transporte utilizado for o coletivo, exceto aéreo;  
 c) comprovante de embarque, em se tratando de transporte aéreo;

II – da estada no local de destino, os documentos abaixo:

- a) nota fiscal de hospedagem;  
 b) nota fiscal de alimentação;  
 c) nota de abastecimento de veículo oficial, em caso de viagem com veículo oficial;  
 d) outros documentos idôneos capazes de comprovar a estada.

III – do cumprimento do objetivo da viagem:

- a) ofício de apresentação com o ciente da autoridade competente, quando se tratar de inspeção, auditoria ou similares;  
 b) lista de frequência ou certificado, quando se tratar de participação em evento ou atividade de capacitação ou formação profissional;  
 c) outros documentos capazes de comprovar o cumprimento do objetivo da viagem.

§ 1º O beneficiário é obrigado a restituir integralmente à concedente ou ao detentor do adiantamento as diárias consideradas indevidas, sem prejuízo da competente apuração de responsabilidades.

§ 2º No caso do parágrafo anterior, desde mediante regular processo administrativo, bem como diante da não comprovação das condições previstas nos incisos I a III do art. 6º, o valor das diárias concedidas poderá ser ressarcido mediante desconto nos vencimentos do servidor ou no subsídio do agente político beneficiário, correspondente ao mês imediatamente subsequente ao trânsito em julgado da decisão proferida do processo administrativo no primeiro caso, e, ao mês imediatamente subsequente da concessão da diária no segundo caso.

§ 3º No caso de retorno antecipado ou se, por qualquer circunstância, não tiver sido realizada a viagem, o beneficiário restituirá o saldo ou a totalidade das diárias no prazo estabelecido pela concedente.

Art. 7º Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a legislação em vigor.

Art. 8º As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão por conta de dotações consignadas no orçamento da Câmara de Vereadores.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste, SC,  
 01 de outubro de 2013.  
**WALMOR JOSÉ PEDERSSETTI**  
 Presidente

#### ANEXO I

(Resolução nº 182/2013)

#### SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA

##### 1. BENEFICIÁRIO

NOME:	CARGO/FUNÇÃO:
CPF	MATRÍCULA:

## 2. DESLOCAMENTO

DATA	DE	PARA	HORÁRIO		MEIO DE TRANSPORTE
			SAÍDA	CHEGADA	

## 3. FINALIDADE

--

DATA:	ASSINATURA
ASSINATURA DO SECRETÁRIO EXECUTIVO	

## 4. DESPACHO

DEFIRO ( )		
INDEFIRO ( )	PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL	ASSINATURA

## 5. DIÁRIAS A RECEBER

DESLOCAMENTO	Nº DE DIÁRIAS	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL
Capital Federal			
Capitais Estaduais e regiões metropolitanas			
Cidades até 400 Km			
Cidades acima de 400 Km			

Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste, SC,  
 01 de outubro de 2013.  
**WALMOR JOSÉ PEDERSSETTI**  
 Presidente

#### ANEXO II

(Resolução nº 182/2013)  
**RELATÓRIO DE VIAGEM**

ENTIDADE:	
ENDEREÇO	MUNICÍPIO

## 1. IDENTIFICAÇÃO DO BENEFICIÁRIO





NOME:	CARGO/FUNÇÃO:
CPF	MATRICULA:

## 2. DESLOCAMENTO

DATA	DE	PARA	HORÁRIO	MEIO DE TRANSPORTE
			SAÍDA	CHEGADA

## 3. OBJETIVOS E RESULTADOS DA VIAGEM

--

## 4. DIÁRIAS COMPROVADAS

DESLOCAMENTO	Nº DE DIÁRIAS	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL
Capital Federal			
Capitais Estaduais e regiões metropolitanas			
Cidades até 400 Km			
Cidades acima de 400 Km			

LOCAL São Lourenço do Oeste/SC	DATA:	ASSINATURA
-----------------------------------	-------	------------

## 5. ORDENADOR DA DESPESA

DATA	PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL	ASSINATURA
------	--------------------------------	------------

Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste, SC,  
01 de outubro de 2013.  
WALMOR JOSÉ PEDERSSETTI  
Presidente

**ANEXO III**  
(Resolução nº 182/2013)  
**VALOR DAS DIÁRIAS**

Nível	Categoria	Deslocamento Capital Federal	Deslocamento Capitais Estaduais e regiões metropolitanas	Deslocamento Cidades até 400 km	Deslocamento Cidades acima de 400 km
I	Vereadores e Secretário Executivo	R\$ 850,00	R\$ 600,00	R\$ 250,00	R\$ 400,00

II	Assessores e Contador	R\$ 750,00	R\$ 500,00	R\$ 200,00	R\$ 300,00
III	Demais Servidores	R\$ 650,00	R\$ 450,00	R\$ 150,00	R\$ 250,00

Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste, SC,  
01 de outubro de 2013.  
WALMOR JOSÉ PEDERSSETTI  
Presidente

## Serra Alta

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 132/2013

DECRETO Nº 132/2013 DE 24/09/2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do Art. 4º da Lei nº. 943/2012 de 04/12/2012,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Órgão e Unidade Orçamentária o valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 943/2012 de 04/12/2012 a saber:

Órgão: 04.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS  
Unidade Orçamentária: 04.01 - Departamento de Contabilidade  
Projeto Atividade: 0.400 - Dívida Pública  
Natureza da Despesa: 3.2.90.00 - Aplicações Diretas  
Fonte: 0.1.0001 - Recursos ordinários  
Despesa: 21 R\$ 20.000,00

Órgão: 06.00 - SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Unidade Orçamentária: 06.02 - Departamento de Assistência Social  
Projeto Atividade: 2.920 - Manutenção do PETI  
Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicações Diretas  
Fonte: 0.1.0022 - Transferência de Recursos do FNAS  
Despesa: 82 R\$ 10.000,00

Órgão: 08.00 SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
Unidade Orçamentária: 08.02 - Departamento de Serviços Urbanos  
Projeto/Atividade: 2.120 - Manutenção dos Serviços Urbanos  
Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas  
Fonte: 0.1.0001 - Recursos ordinários  
Despesa: 121 R\$ 45.000,00

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), serão anulados das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 04.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS  
Unidade Orçamentária: 04.01 - Departamento de Contabilidade  
Projeto Atividade: 0.400 - Dívida Pública

Natureza da Despesa: 4.6.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0001 - Recursos ordinários

Despesa: 22 R\$ 20.000,00

Órgão: 06.00 - SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 06.02 - Departamento de Assistência Social

Projeto Atividade: 2.920 - Manutenção do PETI

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0022 - Transferência de Recursos do FNAS

Despesa: 84 R\$ 10.000,00

Órgão: 08.00 SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade Orçamentária: 08.02 - Departamento de Serviços Urbanos

Projeto/Atividade: 2.120 - Manutenção dos Serviços Urbanos

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0001 - Recursos ordinários

Despesa: 119 R\$ 45.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando a Lei Municipal nº 964/2013 de 02 de Agosto de 2013 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito. 24 de Setembro de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

**Siderópolis**

**PREFEITURA**

### Lei N º 2066/2013

LEI Nº 2.066, DE 19 DE SETEMBRO DE 2013

"DENOMINA RUA DO MUNICÍPIO ALDO BALDIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município de Siderópolis que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada de Rua ALDO BALDIN a Rua F, localizada na Comunidade da Vila São João (COHAB).

Art. 2º - A Rua agora denominada de Rua ALDO BALDIN tem seu início na Rua General Osvaldo Pinto da Veiga e seu término na Rua D.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do orçamento vigente da Prefeitura Municipal.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Antonio Feltrin"

Em, 19 de Setembro de 2013

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito do Município de Siderópolis

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 19 de Setembro de 2013.

### Lei Nº 2065/2013

LEI Nº 2.065, DE 06 DE SETEMBRO DE 2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DE SIDERÓPOLIS A FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE BOMBEIROS.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município de Siderópolis que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar para a execução dos serviços de bombeiros e regular as atividades de segurança contra sinistros, busca e salvamento de pessoas e bens, atendimento pré-hospitalar, exames de projetos e vistorias de segurança contra sinistros em edificações, ações de defesa civil, desenvolvidas pela Corporação, através de sua Organização de Bombeiro Militar.

Art. 2º - Os recursos gerados no cumprimento do convênio serão depositados em conta bancária deste município denominada PREFEITURA/CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, e aplicados exclusivamente no investimento em segurança contra incêndio e outros sinistros, como aquisição de viaturas, equipamentos, instalações físicas e despesas de custeio da atividade de bombeiro militar.

Art. 3º Para compor o efetivo de prontidão fica autorizado o Município a ceder servidores municipais efetivos para a Organização de Bombeiros Militar, para atuarem como auxiliares de defesa civil.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Antonio Feltrin"

Em, 06 de Setembro de 2013

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito do Município de Siderópolis

ELITON ÂNGELO DE SOUZA

Secretário Adjunto de Administração e Finanças

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 06 de Setembro de 2013.

### Lei Nº 2067/2013

LEI Nº 2.067, DE 19 DE SETEMBRO DE 2013

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ÁRVORE-SÍMBOLO QUE SE IDENTIFICA COM O MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município de Siderópolis que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica estabelecida como "árvore-símbolo" do município de Siderópolis a QUARESMEIRA (Tibouchina granulosa (Desr.) Cogn.

Art. 2º - A árvore Quaresmeira será adotada oficialmente por ter sido aprovada por votação pelos habitantes do Município.



Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Antonio Feltrin"

Em, 19 de Setembro de 2013

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito do Município de Siderópolis

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 19 de Setembro de 2013.

#### **Lei Nº 2068/2013**

LEI Nº 2.068, DE 19 DE SETEMBRO DE 2013

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS DO EXERCÍCIO DE 2.013 POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município de Siderópolis que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Artigo 1º - Fica autorizada a abertura de Crédito Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Siderópolis, do Exercício de 2013, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), conforme abaixo discriminado:

Órgão: 08 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
Unidade:01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA PECUÁRIA E VETERINÁRIA

Proj./Ativ. 1.019 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS

114 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000 Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

TOTAL ORÇÃO R\$ 15.000,00

Artigo 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior correrá por conta de anulação parcial, da dotação orçamentária dos elementos de despesa abaixo discriminados:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade:01 Gabinete do Prefeito

Proj./Ativ. 2.002 - MANUTENÇÃO DO Gabinete do Prefeito

9 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000 Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

TOTAL ORÇÃO R\$ 15.000,00

Artigo 3º - Nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, ficam ajustadas os anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 1.827/2009 de 02 de Setembro de 2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2013 - Lei Municipal nº. 2015, de 23 de Outubro de 2012 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2013 - Lei nº. 2021, de 06 de Dezembro de 2012, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes da presente LEI, Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Antonio Feltrin"

Em, 19 de Setembro de 2013

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito do Município de Siderópolis

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 19 de Setembro de 2013.

#### **Lei Nº 2069/2013**

LEI Nº 2.069, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

Autoriza o município de Siderópolis a firmar TERMO DE CESSÃO REAL DE USO DE BEM IMÓVEL com a Associação Amigos do Bairro Rio Fiorita

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município de Siderópolis que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o poder Executivo autorizado a firmar TERMO DE CESSÃO REAL DE USO DE BEM IMÓVEL com a Associação Amigos do Bairro Rio Fiorita.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Antonio Feltrin"

Em, 24 de Setembro de 2013

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito do Município de Siderópolis

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 24 de Setembro de 2013.

#### **Lei Nº 2070/2013**

LEI Nº 2.070, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

Autoriza o Município de Siderópolis a firmar TERMO DE CESSÃO REAL DE USO DE BEM IMÓVEL com o Lions Clube.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município de Siderópolis que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o poder Executivo autorizado a firmar TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL com o Lions Clube.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Antonio Feltrin"

Em, 24 de Setembro de 2013

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito do Município de Siderópolis

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 24 de Setembro de 2013.

#### **Lei Nº 2071/2013**

LEI Nº 2.071, DE 30 DE SETEMBRO DE 2013

AUTORIZA O MUNICÍPIO A FORMAR CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município de Siderópolis que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a formar consórcio com outros Municípios objetivando a instalação de uma central de tratamento comum para o destino final dos resíduos sólidos urbanos recolhidos em seus respectivos territórios.

Parágrafo único - O Município de Siderópolis, a exemplo dos demais consorciados, ficará solidariamente responsável pelo controle, fiscalização, processamento e destinação final do lixo, garantindo a proteção ao meio ambiente e à saúde da população.

Art. 2º - O consórcio deverá escolher e adquirir uma área de terra ideal num dos territórios para a central de tratamento.

Parágrafo único - Para a consecução do objetivo descrito no caput deste artigo o Município é autorizado a participação financeira, igualitária ou de forma a ser estabelecida em comum acordo pelos consorciados.

Art. 3º - Fica autorizado o Município a abrir crédito orçamentário especial, destinado a cobrir as despesas decorrentes da formação do consórcio, no valor de R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois reais).

Art. 4º - Formado o consórcio, o chefe do Poder Executivo encaminhará cópia de seus atos formais ao Poder Legislativo para a competente homologação.

Art. 5º - Esta Lei será regulamentada por decreto do Chefe do Poder Executivo no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal "Antonio Feltrin"  
Em, 30 de Setembro de 2013  
HÉLIO ROBERTO CESA  
Prefeito do Município de Siderópolis

WILSON SCAINI  
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 30 de Setembro de 2013.

### **Decreto Nº 157/2013**

DECRETO N.º 157, DE 17 DE SETEMBRO DE 2013

"APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA".

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 51, V, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o art. 13, da Lei 2.041, de 22 de maio de 2013;

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Art. 1º - Fica aprovado, nos termos do artigo 13, da Lei 2.041, de 22 de maio de 2013, o REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA - que com o presente é baixado.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN  
Em, 17 de setembro de 2013.  
HÉLIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI  
Secretário de Administração de Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de setembro de 2013.

## **REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA**

### **CAPÍTULO I**

#### **DA NATUREZA**

Art 1º - O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA regulamentado pela Lei nº 2.041, de 22 de maio de 2013, é um órgão colegiado, deliberativo, consultivo e de assessoramento ao Poder Executivo Municipal, normativo, e fiscalizador no âmbito de sua competência, sobre as questões ambientais propostas nesta e demais leis correlatas.

### **CAPÍTULO II**

#### **DA FINALIDADE**

Art.2º - O COMDEMA tem por objetivo promover a participação organizada da sociedade civil no processo de discussão e definição da Política Ambiental, em questões referentes à preservação, conservação, defesa, recuperação, reabilitação e melhoria do meio ambiente natural e construído no Município de Siderópolis; competindo-lhe:

- I. propor a política ambiental do município;
- II. apreciar e pronunciar-se sobre os Projetos de Lei e Decretos referentes à proteção e qualidade ambiental no Município, oferecendo contribuições para o seu aperfeiçoamento, notadamente aqueles relativos ao zoneamento e planejamento ambientais, assim como na definição e implantação de espaços territoriais de relevante interesse ambiental, a serem especialmente protegidos;
- III. colaborar nos planos e programas de expansão e desenvolvimento municipal, mediante recomendações referentes à proteção do Meio Ambiente;
- IV. estudar, definir e propor normas e procedimentos visando a proteção ambiental, como colaboração ao órgão ambiental do município;
- V. opinar sobre aspectos ambientais de políticas estaduais ou federais que tenham impacto sobre o município;

- VI. fornecer subsídios para esclarecimentos relativos à defesa do Meio Ambiente;
- VII. propor e incentivar ações de caráter educativo, para a formação da consciência pública, visando a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente;
- VIII. colaborar em campanhas educacionais relativas a problemas de saneamento básico, poluição das águas, do ar e do solo, combate a vetores, proteção da fauna e da flora;
- IX. promover a execução de um programa de Educação Ambiental a ser ministrado obrigatoriamente em toda a Rede de Ensino Municipal;
- X. manter intercâmbio com as entidades oficiais e privadas de pesquisa e de atividades ligadas à defesa do Meio Ambiente;
- XI. conhecer e prever os possíveis casos de poluição que ocorram ou possam ocorrer no Município, diligenciando no sentido de sua apuração e sugerindo ao Prefeito Municipal as providências que julgar necessárias.
- XII. atualizar seu Regimento Interno.
- XIII. deliberar sobre a Política Municipal de Meio Ambiente, formulada pelo Executivo, à luz do conceito de desenvolvimento sustentável, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), e oferecer contribuições para o seu aperfeiçoamento;

### **CAPÍTULO III**

#### **DA COMPOSIÇÃO E DA ORGANIZAÇÃO**

## Seção I

## Da composição

Art 3º - O COMDEMA será constituído por 12 membros, de forma paritária por representantes do setor público e representantes da sociedade civil organizada, a saber:

## I - Representantes do Setor Público:

- a) um representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura;
- b) um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- c) um representante da FATMA (Unidade de Gestão da Reserva Biológica Estadual Aguai);
- d) um representante da Câmara de Vereadores;
- e) um representante da EPAGRI;
- f) um representante da CASAN.

## II - Representantes da Sociedade Civil:

- a) um representante de ONG's ligadas ao Meio Ambiente;
- b) um representante do CREA - SC;
- c) um representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Siderópolis - CDL;
- d) um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Siderópolis e Treviso;
- e) um representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/SC - Subseção de Siderópolis.
- f) um representante da Associação Comercial e Industrial de Siderópolis - ACIS.

## Seção II

## Da Organização

- I - 1 (um) Presidente do Conselho;
- II - 1 (um) Vice-Presidente;
- III - 1 (um) Secretário (a) Executiva;
- IV - 1 (um) Tesoureiro e,
- V - 8 (oito) Membros.

## Subseção I

## Da Presidência

Art. 4º - A Presidência do Conselho do Meio Ambiente será exercida pelo Secretário de Agricultura e Meio Ambiente do Município ou mediante votação.

## Art. 5º - São atribuições do Presidente:

I - convocar e presidir reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho;

II - aprovar a pauta das reuniões;

III - requisitar serviços especiais dos membros do Conselho e delegar competência;

IV - representar o Conselho ou delegar a sua representação;

V - constituir e extinguir, ouvidos os demais membros do Conselho, Câmaras Técnicas, Comissões e/ou Grupos de Estudos;

VI - assinar as atas dos assuntos tratados nas reuniões;

VII - tomar decisões, de caráter urgente, ad referendum do Conselho; e

VIII - resolver casos não previstos nesse Regimento.

## Subseção II

## Da Vice-Presidência

Art. 6º - A Vice-Presidência do Conselho do Municipal do Meio Ambiente será mediante votação (Maioria Absoluta).

## Art. 7º - São atribuições do Vice-Presidente:

I - substituir o Presidente nas suas faltas ou impedimentos;

II - participar das votações;

III - exercer outros encargos que lhe forem atribuídos pela Presidência do Conselho.

## Subseção III

## Da Secretaria Executiva

Art. 8º - A Secretaria Executiva será dirigida por um(a) Secretário(a) Executivo(a), Conselheiro(a), designado pelo Secretário de Agricultura e Meio Ambiente Municipal ou mediante votação do plenário.

Art. 9º - Os serviços administrativos da Secretaria Executiva serão desenvolvidos com o apoio técnico e operacional de servidores requisitados de órgãos e entidades da Administração Municipal.

Art. 10 - Os documentos enviados ao Conselho, bem como os recursos administrativos, serão recebidos, registrados e autuados pela Secretaria Executiva.

Art. 11 - O(A) Secretário(a) Executivo(a) do Conselho deverá comparecer a todas as reuniões do Plenário, incumbindo-lhe secretariar os trabalhos das reuniões.

Parágrafo Único. O Secretário(a) Executivo(a) participará das reuniões com direito a voto.

Art. 12 - Os documentos de que trata o Artigo 10º serão complementados com informações referentes ao assunto neles abordados e encaminhados à Presidência do Conselho para exame, se for o caso, pelas Câmaras Técnicas, Comissões e/ou Grupos de Estudos.

§ 1º. A Presidência poderá mandar devolver ao interessado documentos recebidos que tratem de assuntos que possam ser solucionados por outro órgão ou entidade da Administração Municipal.

§ 2º. O prazo para a apresentação dos relatórios das Câmaras Técnicas, das Comissões e dos Grupos de Estudos será fixado pela Presidência do Conselho.

§ 3º. Os recursos administrativos recebidos e autuados pela Secretaria Executiva serão distribuídos em Plenário pelo Presidente.

## Art. 13 - São atribuições da Secretaria Executiva:

I - planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar as atividades da Secretaria Executiva;

II - assessorar técnica e administrativamente a Presidência do Conselho;

III - executar os trabalhos que lhe forem atribuídos pela Presidência do Conselho;

IV - organizar e manter arquivada toda a documentação relativa às atividades do Conselho;

V - colher dados e informações dos setores da Administração Direta e Indireta, necessários à complementação das atividades do Conselho;

VI - propor a pauta das reuniões para aprovação da Presidência do Conselho;

VII - convocar as reuniões do Conselho, por determinação da Presidência, e secretariar seus trabalhos;

VIII - elaborar as atas e os sumários dos assuntos das reuniões e a redação final de todos os documentos que forem expedidos pelo Conselho;

IX - assinar todos os documentos oriundos da Presidência do Conselho, por delegação do Presidente;

X - manter controle atualizado sobre os recursos administrativos, sua autuação, nome das partes, distribuição, nome do relator e cumprimento do prazo de julgamento;

XI - certificar nos autos dos recursos administrativos a condição de ser ou não o recorrente reincidente na prática de infrações ambientais;

XII - manter em dia o sistema de informações, via rede informatizada.

§ 1º. Os recursos serão distribuídos ao Relator pela Secretaria Executiva mediante sorteio, de forma igualitária, tendo por base a relação dos membros do COMDEMA, abrindo-se prazo de 30 dias para a devolução do processo como respectivo Parecer.

§ 2º. No caso de impedimento devidamente justificado pelo Relator no respectivo processo, será este restituído à Secretaria Executiva em cinco dias, sendo imediatamente procedida a redistribuição, abrindo-se novo prazo de 30 dias para que o novo Relator ofereça seu Parecer.

§ 3º. Mediante solicitação e justificativa escrita dirigida à Presidência, poderá ser concedido prazo maior, não superior a 60 dias, para o Relator designado apresentar seu Parecer, quando o recurso abranger questões de maior complexidade.

#### CAPÍTULO IV DAS REUNIÕES

Art. 14 - O COMDEMA realizará reuniões ordinárias com periodicidade bimestral, tendo cronograma previamente estabelecido, e reuniões extraordinárias, a qualquer momento, por convocação do Presidente.

Art. 15 - As reuniões do COMDEMA obedecerão à seguinte ordem:

I - instalação dos trabalhos pela Presidência do Conselho;

II - discussão e aprovação da ata;

III - discussão de matérias de interesse ambiental;

IV - julgamento de recursos administrativos;

V - constituição de Câmaras Técnicas, Comissões e/ou Grupos de Estudos;

VI - agenda livre para, a critério da Presidência do Conselho, serem discutidos ou levados ao conhecimento do Conselho assuntos de interesse geral;

VII - encerramento da reunião pela Presidência do Conselho.

Art. 16 - A presença mínima da metade mais um dos Conselheiros formalizará a maioria simples, que estabelecerá quorum para a realização das reuniões e deliberação.

Art. 17 - As pautas das reuniões serão estabelecidas pela

Presidência do Conselho, sendo propostas, anteriormente, pela Secretaria.

Art. 18 - A Secretaria Executiva distribuirá, com antecedência, a agenda e os documentos referentes aos assuntos a serem tratados nas reuniões para todos os Conselheiros.

Art. 19 - Os Pareceres Consultivos das Câmaras Técnicas, das Comissões e/ou Grupos de Estudos, a serem apresentados durante as reuniões, deverão ser elaborados por escrito e entregues à Secretaria Executiva, com seis dias de antecedência à data da realização da reunião, para fins de processamento e inclusão na pauta, salvo em casos devidamente justificados, admitidos pela Presidência.

Art. 20 - Durante a exposição dos assuntos contidos nos Pareceres Consultivos, não serão permitidos apartes, com exceção aos da Presidência do Conselho.

Parágrafo Único. Nas discussões sobre o teor dos Pareceres Consultivos, os membros do Conselho, farão uso da palavra, que será concedida pela Presidência, na ordem em que for solicitada.

Art. 21 - Terminada a exposição do Parecer Consultivo, será o assunto posto em discussão, sendo assegurado o tempo máximo de dez minutos para cada membro, podendo ser prorrogado este prazo, a critério da Presidência.

Art. 22 - Após as discussões, o assunto será votado pelo COMDEMA.

Parágrafo Único. Somente terão direito a voto os membros previstos no Artigo 3º desse Regimento, ou seus respectivos suplentes.

Art. 23 - Das reuniões serão lavradas atas, que serão previamente enviadas aos membros do Conselho e submetidas à aprovação na reunião.

#### CAPÍTULO V

##### DOS RECURSOS

Art. 24 - Autuado o processo de recurso, será o mesmo remetido ao órgão municipal (secretaria, departamento ambiental e/ou Fundação) pela Secretaria Executiva, para informar e remeter o respectivo processo administrativo em 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único. O recurso será distribuído pela Secretaria Executiva nos termos do Artigo 13, § 1º, deste Regimento, salvo motivo de força maior apresentado pelo órgão municipal (secretaria e/ou departamento ambiental), caso em que o Presidente do Conselho poderá prorrogá-lo.

Art. 25 - Os processos de recursos que versem sobre matéria idêntica e interpostos pelo mesmo interessado serão distribuídos, por conexão, ao mesmo Relator.

Parágrafo Único. Distribuído o processo de recurso, a entidade representada ficará responsável pelo mesmo, sendo Relator o Conselheiro titular ou suplente que o recebeu.

Art. 26 - O relatório elaborado será assinado pelo Conselheiro Relator e sua apresentação será por ele efetuada, ou, quando não for possível, por um dos representantes da entidade responsável pelo processo de recurso, ou ainda, na ausência destes, pela Secretaria Executiva.

Art. 27 - O Conselheiro titular ou suplente, representante do órgão municipal de Meio Ambiente (secretaria e/ou Fundação) não poderá ser Relator ou votar em processo de recursos interpostos de



decisão daquela fundação/Secretaria.

**Parágrafo Único.** O mesmo critério se aplica a entidades a quem forem delegadas competências de fiscalização e autuação, nos processos a elas concernentes.

**Art. 28 -** Os membros do Conselho poderão pedir vistas do recurso administrativo, isolada ou concomitantemente, se discordarem do Parecer do Relator, quando do julgamento deste em reunião, cabendo-lhes elaborar novo Parecer, sendo os Pareceres reapreciados e votados na reunião seguinte, prevalecendo aquele que obtiver o maior número de votos.

§ 1º. Somente um pedido de vistas poderá ser concedido a cada membro para cada recurso administrativo.

§ 2º. O Recorrente poderá requerer à Presidência do Conselho, por escrito e até 72 (setenta e duas) horas antes do julgamento de seu recurso, a oportunidade de efetuar sustentação oral em Plenário, que não poderá ultrapassar a 10 (dez) minutos e deverá ocorrer após a leitura do voto do Relator e antes do julgamento desse pelo Plenário.

§ 3º. O relatório elaborado será assinado pelo Conselheiro Relator e sua apresentação será efetuada por um dos representantes da entidade membro responsável pelo julgamento do recurso. Na ausência destes, será lido pelo Secretário Executivo e, em seguida, votado.

§ 4º. Os Pareceres dos Relatores, exarados nos recursos, serão feitos por escrito e de maneira padronizada quanto ao seu aspecto formal e terão a sua ementa publicada no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin Município", constituindo coisa julgada administrativa e irrecurável.

**Art. 29 -** A intimação da decisão do Conselho ao recorrente, após a publicação do acórdão no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin Município", será efetuada pela Secretaria Executiva.

**Art. 30 -** Transitada em julgado à decisão, será o processo baixado ao órgão municipal (secretaria e/ou fundação ambiental) pela Secretaria Executiva para dar cumprimento à decisão do Conselho.

**Art. 31 -** O Presidente decidirá sobre o encaminhamento, em diligência, dos processos de recurso aos órgãos e entidades, a pedido do Conselheiro Relator.

**Parágrafo Único.** A diligência interrompe o prazo fixado para a apresentação do relatório pelo tempo que transcorrer.

## CAPÍTULO VI

### DAS CÂMARAS TÉCNICAS, COMISSÕES E/OU GRUPOS DE ESTUDOS

**Art. 32 -** Poderá a Presidência do Conselho do Meio Ambiente, ouvidos os demais membros, constituir Câmaras Técnicas, Comissões e/ou Grupos de Estudos.

§ 1º. O Conselho poderá constituir tantas Câmaras Técnicas, Comissões e/ou Grupos de Estudos, quantos forem necessários, compostas integralmente ou não, por Conselheiros especialistas e de reconhecida competência.

§ 2º. As Câmaras Técnicas, Comissões e/ou Grupos de Estudos têm por finalidades estudar, analisar e propor soluções através de pareceres consultivos concernentes aos assuntos que forem discutidos em reunião do Conselho, encaminhando-os previamente à Secretaria Executiva.

§ 3º. As Câmaras Técnicas, Comissões e/ou Grupos de Estudos serão formadas respeitando-se o limite mínimo de 05 (cinco) e máximo de 10 (dez) integrantes, sendo 2 (dois) membros do Conselho,

titulares ou suplentes, e mais 3 (três) representantes das instituições participantes do Conselho, sugeridos pela Presidência ou pelos Conselheiros e aprovados pelo Plenário, onde o Presidente e o Relator serão eleitos pelos membros da Câmara.

§ 4º. Na composição das Câmaras Técnicas deverá ser considerada a competência e afinidade das instituições representadas com o assunto a ser discutido.

§ 5º. Cada instituição representada somente poderá participar simultaneamente de até 3 (três) Câmaras Técnicas.

**Art. 33 -** As Câmaras Técnicas terão a responsabilidade de examinar e relatar ao COMDEMA assuntos de sua competência.

**Art. 34 -** As decisões das Câmaras Técnicas serão tomadas por votação da maioria simples de seus membros, cabendo ao seu Presidente, além do voto comum, o de qualidade.

§ 1º. A Presidência da Câmara Técnica poderá relatar assuntos ou designar um Relator a cada reunião.

**Art. 35 -** As reuniões das Câmaras Técnicas, Comissões e/ou Grupos de Estudos serão públicas e terão seus assuntos apresentados pelo Relator com o respectivo Parecer, devendo ser convocadas por suas respectivas Presidências com antecipação mínima de 10 (dez) dias.

**Art. 36 -** As Câmaras Técnicas, Comissões e/ou Grupos de Estudos poderão estabelecer regras específicas para seu funcionamento, desde que aprovadas pela maioria de seus membros, obedecendo o disposto neste Regimento.

**Art. 37 -** Das reuniões das Câmaras, Comissões e Grupos de Estudos Técnicos serão lavradas atas, aprovadas pelos seus membros e assinadas pela Presidência.

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

**Art. 38 -** Os membros do Conselho previstos no Artigo 3º poderão apresentar propostas de alteração deste Regimento, sempre que houver necessidade de atualizá-lo, encaminhando-as à Secretaria Executiva para exame e Parecer.

§ 1º. De posse do parecer da Secretaria Executiva, a Presidência o submeterá à votação do Conselho.

§ 2º. A alteração proposta será aprovada se obtiver o voto favorável de 2/3 dos membros do Conselho e submetido à aprovação do Presidente do Conselho - COMDEMA, nos termos da legislação específica;

**Art. 39 -** A participação dos membros no Conselho é considerada serviço de natureza relevante e não será remunerado.

**Art. 40 -** Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento serão solucionados pela Presidência do Conselho.

**Art. 41 -** Este regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 42 -** Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin,  
Em 17 de Setembro de 2013.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 159/2013**

DECRETO N.º 159, DE 20 DE SETEMBRO DE 2013  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO VALOR DE R\$ 4.500,00 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, PREFEITO MUNICIPAL de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.021/2012 e Lei Federal nº 4.320/1964.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 4.500,00 para atender a insuficiência orçamentária dos elementos de despesa dos programas de trabalho a seguir especificados:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(28) 4.4.90.00.00.00.00.2.054-0105 - Aplicações Diretas

Total Suplementação: 4.500,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta das anulações parciais dos elementos de despesas a seguir especificados:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(27) 3.3.90.00.00.00.00.2.054-0105 - Aplicações Diretas

Total Anulação: R\$ 4.500,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 20 de Setembro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de Setembro de 2013.

**Decreto Nº 160/2013**

DECRETO N.º 160, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013.  
HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 04/2013 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.111/1996 combinada com a 1.767/2008;

**DECRETA**

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 04/2013 do Conselho Municipal de Assistência Social, que Aprova a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento da Proteção Social Básica, proveniente do Fundo Estadual de Assistência Social, no valor de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais), sendo que deste, 100% destina-se a custeio.

Art. 2º - Que os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município no âmbito da Proteção Social Básica segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução nº 109/ 2009, e conforme plano de aplicação apresentado e aprovado por este Conselho.

Art. 3º - A referida Resolução, na íntegra, passa a fazer parte integrante do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 27 de setembro de 2013.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finança

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de setembro de 2013.

**Portaria Nº 347/2013**

PORTARIA Nº 347, DE 04 DE SETEMBRO DE 2013

CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 248/2013

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº 248/2013, considerando o retorno ao trabalho da servidora JADNA GONÇALVES ELIAS, CPF/MF nº 021.318.329-31, Agente Comunitária de Saúde, que se encontrava em auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 04 de Setembro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

ELITON ÂNGELO DE SOUZA

Secretário Adjunto de Administração e Finanças'

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 04 de Setembro de 2013.

**Portaria Nº 347/2013**

PORTARIA Nº 347, DE 04 DE SETEMBRO DE 2013

CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 248/2013

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº 248/2013, considerando o retorno ao trabalho da servidora JADNA GONÇALVES ELIAS, CPF/MF nº 021.318.329-31, Agente Comunitária de Saúde, que se encontrava em auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 04 de Setembro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

ELITON ÂNGELO DE SOUZA

Secretário Adjunto de Administração e Finanças'

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 04 de Setembro de 2013.

**Portaria Nº 351/2013**

PORTARIA Nº 351, DE 11 DE SETEMBRO DE 2013

CONTRATA KARLA SERAFIM DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS



HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir temporariamente KARLA SERAFIM DE SOUZA, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 051.035.719-94, para ocupar a função de Professora de Português/ Inglês - 30h, na Escola de Educação Básica Municipal Miguel Lazzarim, em vaga vinculada da servidora Eliane Frassetto, que encontra-se em licença para tratamento de saúde, a contar de 29/08/2013 até 20/12/2013 ou até o retorno da titular.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 11 de Setembro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 11 de setembro de 2013.

**Portaria Nº 352/2013**

PORTARIA Nº 352, DE 11 DE SETEMBRO DE 2013

CONTRATA ANGELA MARIA SILVANO GOULARTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir temporariamente ANGELA MARIA SILVANO GOULARTE, brasileiro(a), CPF/MF sob 823.757.129-00, Inscrição nº 05, do Processo Seletivo nº 03/2012, para ocupar a função de Professora de Creche - 20h, no Centro de Educação Infantil Municipal Olívio Cesa em vaga vinculada da servidora Roberta da Silva Feijó, que encontra-se em licença para tratamento de saúde, a contar de 09/09/13 até o retorno da titular.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 11 de Setembro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

ELITON ÂNGELO DE SOUZA

Secretário Adjunto de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 11 de Setembro de 2013.

**Portaria Nº 353/2013**

PORTARIA Nº 353, DE 11 DE SETEMBRO DE 2013

CONTRATA JIOVANI DE MATTIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir temporariamente JIOVANI DE MATTIA, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 056.464.499-44, para ocupar a função de operador de máquina, na Secretaria de Obras e Serviços

Urbanos, a contar de 02/09/2013 até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 11 de Setembro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

ELITON ÂNGELO DE SOUZA

Secretário Adjunto de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 11 de Setembro de 2013.

**Portaria Nº 354/2013**

PORTARIA Nº 354, DE 17 DE SETEMBRO DE 2013

CONTRATA ELZA MARIA APARECIDA DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir temporariamente ELZA MARIA APARECIDA DOS SANTOS, brasileiro(a), CPF/MF sob 743.776.209-91, Inscrição nº 35, do Processo Seletivo nº 01/2013, para ocupar a função de Professora de Educação Física - 20h, no Centro de Educação Infantil Criança Cidadã em vaga vinculada da servidora Crisleide Machado da Luz Cimolim que encontra-se em licença sem vencimento, a contar de 10/09/13 a 20/12/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 17 de Setembro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de Setembro de 2013.

**Portaria Nº 355/2013**

PORTARIA Nº 355, DE 17 DE SETEMBRO DE 2013

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO À FUNCIONÁRIA PATRÍCIA LEVATI TOURNIER PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009, RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, à funcionária PATRÍCIA LEVATI TOURNIER, CPF Nº 026.244.659-71, Nutricionista, do Quadro Permanente do Município, a contar de 12/09/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 17 de Setembro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI  
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de Setembro de 2013.

**Portaria Nº 356/2013**

PORTARIA Nº 356, DE 17 DE SETEMBRO DE 2013  
CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO AO FUNCIONÁRIO CASSIANO FREITAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009, RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, ao funcionário CASSIANO FREITAS, CPF Nº 043.642.569-60, Chefe de Setor II, a partir de 18/09/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIND  
Em, 17 de Setembro de 2013.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI  
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de Setembro de 2013.

**Portaria Nº 357/2013**

PORTARIA Nº 357, DE 17 DE SETEMBRO DE 2013  
EXONERA SÉRGIO BETTIOL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso X da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.801/2009.

Considerando a adesão do servidor ao PDI - Programa de Demissão Incentivada, através de requerimento formal protocolado.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar, a pedido, SÉRGIO BETTIOL, brasileiro (a), CPF sob nº415.484.349-49, ocupante do cargo de Lubrificador, do Quadro Permanente do Município, a contar desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN  
Em, 17 de setembro de 2013.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI  
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de Setembro de 2013.

**Portaria Nº 358/2013**

PORTARIA Nº 358, DE 17 DE SETEMBRO DE 2013  
CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 264/2013

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso

de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº264/2013, considerando o retorno ao trabalho da servidora ROSELI PENTEADO, CPF/MF nº444.334.849-20, Agente Comunitária de Saúde, do Quadro Permanente do Município, que se encontrava em auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, a contar de 12/09/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN  
Em, 17 de Setembro de 2013.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI  
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de Setembro de 2013.

**Portaria Nº 359/2013**

PORTARIA Nº 359, DE 17 DE SETEMBRO DE 2013  
CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 338/2013

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº338/2013, considerando o retorno ao trabalho da servidora ROSANIA TEREZINHA BERNARDO, CPF/MF nº437.490.389-53, Professora, do Quadro Permanente do Município, que se encontrava em auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, a contar de 16/09/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN  
Em, 17 de Setembro de 2013.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI  
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de setembro de 2013.

**Portaria Nº 361/2013**

PORTARIA Nº 361 DE 19 DE SETEMBRO DE 2013  
EXONERA ELIZABETH CARVALHO DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso X da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.801/2009.

Considerando a adesão do servidor ao PDI - Programa de Demissão Incentivada, através de requerimento formal protocolado.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar, a pedido, ELIZABETH CARVALHO DE SOUZA, brasileiro (a), CPF sob nº341.440.489-34, ocupante do cargo de Professor - MAG LP 20h, do Quadro Permanente do Município, a partir de 01/10/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN  
Em, 19 de setembro de 2013.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI  
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de Setembro de 2013.

#### **Portaria Nº 362/2013**

PORTARIA Nº 362, DE 19 DE SETEMBRO DE 2013  
EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA ROSELI PENTEADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso X da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a pedido a servidora ROSELI PENTEADO, CPF/MF nº444.334.849-20, Agente Comunitária de Saúde, a contar de 13/09/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN  
Em, 19 de Setembro de 2013.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI  
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de Setembro de 2013.

#### **Portaria Nº 363/2013**

PORTARIA Nº 363, DE 19 DE SETEMBRO DE 2013  
CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 227/2012 E SUSPENDE O CONTRATO DE TRABALHO DO SERVIDOR CRAILTO INÁCIO BOTTINI

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº227/2012, a contar de 01/09/2013 e Suspender o contrato de trabalho do servidor CRAILTO INÁCIO BOTTINI, CPF/MF nº150.016.309-65, Motorista, do Quadro Permanente do Município, em razão da Concessão de Aposentadoria por Invalidez, a contar de 02/09/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN  
Em, 19 de Setembro de 2013.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI  
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de setembro de 2013.

#### **Portaria Nº 364/2013**

PORTARIA Nº 364, DE 19 DE SETEMBRO DE 2013  
CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 330/2013

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº330/2013, considerando a desistência da prestação de serviço na função de médico Plantonista, por parte do funcionário MATEUS DARIO VOLPATO, brasileiro (a), CPF nº 059.114.839-04, a contar de 06/08/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN  
Em, 19 de Setembro de 2013.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI  
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de Setembro de 2013.

#### **Portaria Nº 365/2013**

PORTARIA Nº 365, DE 22 DE SETEMBRO DE 2013  
RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DA FUNCIONÁRIA REJANE MICHELE BETTIOL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir o contrato temporário da funcionária REJANE MICHELE BETTIOL, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 025.776.169-10, da função de Professor MAG-LP, da Secretaria de Educação, a contar de 21 de setembro de 2013.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN  
Em, 22 de Setembro de 2013.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI  
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de Setembro de 2013.

#### **Portaria Nº 367/2013**

PORTARIA Nº 367, DE 22 DE SETEMBRO DE 2013  
RESCINDE O CONTRATO TEMPORÁRIO DO FUNCIONÁRIO GUSTAVO LEANDRO DALMORO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir o contrato temporário do funcionário GUSTAVO LEANDRO DALMORO, brasileiro (a), CPF nº 007.006.059-24, da função de Médico Clínico Geral - do Plantão 24h, da Secretaria de

Saúde, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 22 de Setembro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de Setembro de 2013.

### **Editais da Secretaria de Educação Nº 02/2013 Para Lotação dos Professores da Rede Municipal**

EDITAL PARA LOTAÇÃO DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. EDITAL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Nº 02/2013.

A prefeitura Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições, torna público que estarão abertas as inscrições para o concurso público de lotação destinado ao cargo de professor do magistério, nos termos do art. 14 da Lei Municipal nº 1.479/2003, e das condições deste edital

1 - Este concurso abrange as seguintes vagas:

Nº de Vagas	Carga Horária	Disciplina	Unidade Escolar
1	20h	Educação Física	CEI Criança Cidadã
1	20h	Artes	CEI Criança Cidadã
1	20h	Educação Física	Colégio de Educação Municipal - CEM
1	20h	LLL – anos iniciais	EEBM Jorge Bif
1	20h	LLL – anos iniciais	EEBM Aurora Péterle

2 - As inscrições deverão ser realizadas na Secretaria de Educação, no período de 04 a 11 de outubro de 2013, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

– Requisitos básicos para a investidura no cargo:

Formulário devidamente preenchido;

Comprovante de tempo de serviço na Unidade Escolar, devidamente assinado pelo diretor da UE.

Comprovante de tempo de serviço no Magistério Público Municipal.

Comprovante de tempo de serviço no Magistério.

4 - Havendo mais de um professor solicitando lotação na vaga, dar-se-á prioridade:

I - Ao candidato com maior tempo de serviço na Unidade Escolar;

II – Ao candidato com maior tempo de serviço no Magistério Público Municipal;

III – Ao candidato com maior tempo de serviço no Magistério;

IV – Ao candidato com mais idade.

5 - As inscrições serão analisadas e avaliadas pela comissão designada pela portaria nº 372/2013.

6 - O resultado final será divulgado no mural da Secretaria de Educação até 18/10/2013.

7 – No surgimento de novas vagas, dar-se-á continuidade de chamadas, seguindo a classificação dos candidatos deste concurso.

8– Este edital terá validade de um ano a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por mais um ano, a critério da Administração Pública Municipal.

9 – No surgimento de novas vagas, dar-se-á continuidade de chamadas, seguindo a classificação dos candidatos deste concurso.

10 – Este edital terá validade de um ano a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por mais um ano, a critério da Administração Pública Municipal.

11 - Os casos omissos serão analisados pela comissão acima citada.

Siderópolis (SC), 02 de Outubro de 2013.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

### **Editais da Secretaria de Educação Nº 03/2013 Para Concurso Interno de Alteração de Jornada dos Professores da Rede Municipal de Ensino**

EDITAL PARA CONCURSO INTERNO DE ALTERAÇÃO DE JORNADA DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. EDITAL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Nº 03/2013.

A Prefeitura Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições, torna público que estarão abertas as inscrições para concurso público de alteração de jornada dos professores do Ensino Fundamental – Séries Iniciais, da Rede Municipal de Ensino, nos termos dos art. 28 e 29 da Lei Municipal 1.479/2003 e nas condições deste edital

1 – Este concurso abrange as seguintes vagas:

Nº de Vagas	Carga Horária	Disciplina	Unidade Escolar
1	10h	Inglês	EEBM Aurora Péterle
1	10h	Inglês	EEBM Jorge Bif
1	10h	Artes	EEBM Aurora Péterle

2 - As inscrições deverão ocorrer na Secretaria de Educação, no período de 04 a 11 de outubro de 2013, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

3 – Requisitos básicos para investidura no cargo:

Formulário devidamente preenchido;

Comprovante de tempo de serviço na Unidade Escolar, discriminando o período, devidamente assinado pelo diretor da UE.

Comprovante de tempo de serviço no Magistério Público Municipal.

Comprovante de tempo de serviço no Magistério.

Certificados de cursos de aperfeiçoamento dos anos 2012/2013.

4 - Havendo mais de um professor solicitando lotação na vaga, dar-se-á prioridade:

I - Ao candidato com maior tempo de serviço na Unidade Escolar;

II – Ao candidato com maior tempo de serviço no Magistério Público Municipal;

III – Ao candidato com maior tempo de serviço no Magistério;

IV – Ao candidato com mais horas de curso de aperfeiçoamento;

V – Ao candidato com mais idade.

5 - As inscrições serão analisadas e avaliadas pela comissão designada pela portaria nº 372/2013.

6 - O resultado final será divulgado no mural da Secretaria de Educação até 18/10/2013.

7 – No surgimento de novas vagas, dar-se-á continuidade de chamadas, seguindo a classificação dos candidatos deste concurso.

8 – Este edital terá validade de um ano a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por mais um ano, a critério da Administração Pública Municipal.

9 - Os casos omissos serão analisados pela comissão acima citada.

Siderópolis (SC), 02 de Outubro de 2013.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal



# Sombrio

## PREFEITURA

### Lei 2090

LEI Nº 2090 DE 01 DE OUTUBRO DE 2013.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O "CLUBE ESPORTIVO E CULTURAL

SOMBRIENSE - CAECS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI.

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública, o "CLUBE ASSISTENCIAL ESPORTIVO E CULTURAL SOMBRIENSE - CAECS", fundada em 15 de junho de 2004, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado, CNPJ Nº. 07.412.418/0001 - 55, com endereço à Rua José Vicente Claudino, nº 319, Bairro São José - Sombrio/SC, devidamente registrada no Cartório de Registro Civil, títulos e documentos e pessoas jurídicas, sob o número de ordem de protocolo 370, às folhas 025, livro A-24, com finalidades definidas no art. 2º, do estatuto social vigente.

Art. 2º. À associação de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens constantes na Legislação vigente.

Art. 3º. É obrigação da Entidade Declarada de Utilidade pública, na forma desta Lei:

I - cumprir leal e fielmente os objetivos propostos no Estatuto Social;

II- apresentar anualmente, até o mês de março, ao CMAS-Conselho Municipal de Assistência Social, para a devida análise e emissão de parecer, o relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas, acompanhado das respectivas Certidões Negativas de Tributos Federal, Estadual e Municipal, anexando cópia da ata da Assembléia de eleição da atual diretoria e apreciação do relatório das atividades;

III- comunicar a ocorrência de qualquer alteração nos seus estatutos sociais.

IV- comunicar o fim das atividades e a conseqüente extinção da entidade.

Art. 4º. Será revogada a Declaração de Utilidade Pública, nos seguintes casos:

I - infringir o disposto no Art. 3º, da presente Lei;

II - Desviar-se de seus fins;

III- Exercer, na prática, comprovadamente, atividades diversas das declaradas nos estatutos.

Art., 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 01 de outubro de 2013.

ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO

Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### Decreto 134

DECRETO Nº 134, DE 01 DE AGOSTO DE 2013.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE

### DESAPROPRIAÇÃO O IMÓVEL QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso de sua competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/1945 e as Leis 4.132/62 e nº 4.504/64,

### DECRETA:

Art. 1º. . Fica declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, o imóvel constituído de um terreno Rural, situado no lado impar da Rua Francisco Caetano Lummertz, Bairro Nova Brasília, município de Sombrio/SC, cadastrado no Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), sob nº 810.061.011.894 - 5, com área ideal de (904,74m²), dentro de uma área maior de (21.907,56m²) de propriedade da Sra. Tomasias Matias Coelho, parte integrante da matrícula nº 68.389, conforme certidão atualizada fornecida pelo CRI da Comarca de Sombrio, com as seguintes medidas, confrontações e coordenadas geográficas: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 01 de Coordenadas N 6.779.752,7 e E 631.867,7 deste segue em (31,75) metros, onde confronta com a Rua Máximo Rodrigues da Silva, até o vértice 02 de coordenadas N 6.779.775,6 e E 631.889,3, deste segue em (30,17) metros, onde confronta com área remanescente da matrícula até o vértice 03 de coordenadas N 6.779.792,1 e E 631.964,1, deste segue em (29,35) metros, onde confronta com área de Hélio Marques Coelho e outros, matrícula nº 53.246, até o vértice 04 de coordenadas N 6.779.770,8 e E 631.843,9, deste segue em (29,78) metros, onde confronta com o lote (10) dez, matrícula nº 42.670, até o ponto 01, início desta descrição, perfazendo o perímetro de (121,05) metros e encontra-se representadas no sistema UTM, referenciados ao Meridiano Central 51º WGR, tendo como Datum o SIRGAS 2000.

Art. 2º. A área ideal declarada de Utilidade Pública no artigo anterior, servirá para a implantação de Unidade de Saúde Básica (Posto de Saúde) do Bairro Nova Brasília.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio, 01 de agosto de 2013.

ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### Decreto 150

DECRETO Nº. 150, DE 26 DE AGOSTO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS, IMÓVEIS, AQUISIÇÃO E DOAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990.

### DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a comissão de permanente de avaliação de bens móveis, imóveis, aquisição e doação, composta pelos seguintes membros:

- Agenor Colares Gomes - Funcionário Público - Secretário Municipal de Obras
- Maria Regina Quartieiro de Matos - Funcionário Público - Técnica em Informática
- Cleonaldo Colares Coelho - Funcionário Público - Administrador

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio (SC), 26 de Agosto de 2013.  
ZÊNIO CARDOSO  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO  
Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### **Decreto 154**

DECRETO Nº 154, DE 13 DE SETEMBRO DE 2013.  
HOMOLOGA NOVA NOMINATA DO CONSELHO MUNICIPAL  
DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE  
SOMBRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO/SC, Senhor José Antônio Tiscoski da Silva, no uso de suas atribuições legais conferidas através do inciso V do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal de 06 de Abril de 1990, combinada com o parágrafo 3º do artigo 8º da Lei 796 de 26 de Setembro de 1991.

#### **DECRETA:**

Art. 1º. Fica homologado a nominata do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, de Sombrio, que ficará composta com os seguintes representantes:

#### **GOVERNAMENTAIS**

I - Representante da Secretaria Municipal de Saúde de Sombrio - SC: JOELMO SILVEIRA;

II - Representante da Câmara Municipal de Vereadores de Sombrio - SC: VEREADOR LUCAS TADEU COELHO;

III - Representante do Centro de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS de Sombrio - SC: DILANE BORGES;

IV - Representante da Secretaria Municipal de Educação de Sombrio - SC: GRAZIELA CAETANO DA ROSA SCHWARTZHAVPT;

V - Representante da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Ação Comunitária de Sombrio - SC: CENIRACI MARAFIGO DE SOUZA;

VI - Representante do Gabinete do Prefeito de Sombrio - SC: ALDINÉIA DE SOUZA CÂNDIDO;

VII - Representante da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Sombrio - SC: MARIELIS MATEUS TAVARES;

#### **SOCIEDADE CIVIL**

VIII - Representante da Associação de Integração Educacional e Social de Sombrio - ASIES: ZULMA ANTONIA SIMON;

IX - Representando a União Feminina de Assistência a Comunidade Sombriense - UFACS: MARIA CIRENE RODRIGUES DE OLIVEIRA;

X - Representante da Associação de Moradores do Bairro São Francisco de Sombrio - SC: JOSIMAR FERRAZ CASPRIK;

XI - Representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE de Sombrio - SC: AUDINÉIA MATEUS TRISTÃO;

XII - Representante da Câmara de Dirigentes Logistas CDL de Sombrio - SC: ADRIANA CECÍLIA COELHO JANUÁRIO;

XIII - Representante do Lions Club de Sombrio - SC: LUIZ CARLOS MINUSSI;

XIV - Representante da Associação de Pais e Professores do Colégio Estadual Catulo da Paixão Cearense de Sombrio - SC: MICHELE JOÃO FERMIANO;

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sombrio-SC, 13 de setembro de 2013.  
ZÊNIO CARDOSO  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### **Decreto 155**

DECRETO Nº 155 DE 13 DE SETEMBRO DE 2013.  
EXONERA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, e o artigo 30, Item II, alínea "d" da Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

#### **DECRETA:**

Art. 1º. Fica exonerada, ao Senhora TALITA SILVEIRA BARRIM, ocupante Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Assessoria Técnica, Nível DAI - 02, junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Ação Comunitária, nomeada pelo Decreto nº 036, de 02 de janeiro de 2013.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01/09/2013.

Art. 3º. Fica Revogado o Decreto nº 036/2013, e demais disposições em contrário.

Município de Sombrio-SC, 13 de setembro de 2013.  
ZÊNIO CARDOSO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### **Decreto 156**

DECRETO Nº 156 DE 13 DE SETEMBRO DE 2013.  
EXONERA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, e o artigo 30, Item II, alínea "d" da Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

#### **DECRETA:**

Art. 1º. Fica exonerada, ao Senhora KAITTY DE LIMA MATTOS PEREIRA, ocupante Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de CEAC, Nível DAI - 02, junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Ação Comunitária, nomeada pelo Decreto nº 030, de 02 de janeiro de 2013.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01/09/2013.



Art. 3º. Fica Revogado o Decreto nº 030/2013, e demais disposições em contrário.

Município de Sombrio-SC, 13 de setembro de 2013.  
ZÊNIO CARDOSO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### Decreto 157

DECRETO Nº 157 DE 13 DE SETEMBRO DE 2013  
"NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO "

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, combinado com a Lei nº 1415, de 20 de maio de 2003 e em conformidade com a Lei nº 966 de 26 de Setembro de 1994, Lei nº 1114, de 07 de abril de 1997 e Lei Complementar nº 006, de 07 de agosto de 2007.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. TALITA SILVEIRA BARRIM, para ocupar o Cargo de Provimento e Comissão de Diretor de Grupos Sociais e Ação Comunitária, Nível DAI - 02.

Art. 2º - O ocupante do cargo discriminado no artigo 1º deste Decreto, perceberá as vantagens previstas em Lei, com representação de gratificação de (50 %), cinquenta por cento.

Art. 3º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01/09/2013.

Município de Sombrio-SC, 13 de setembro de 2013.  
ZÊNIO CARDOSO  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### Decreto 158

DECRETO Nº 158 DE 13 DE SETEMBRO DE 2013  
"NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO "

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, combinado com a Lei nº 1415, de 20 de maio de 2003 e em conformidade com a Lei nº 966 de 26 de Setembro de 1994, Lei nº 1114, de 07 de abril de 1997 e Lei Complementar nº 006, de 07 de agosto de 2007.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. KAITTY DE LIMA MATTOS PEREIRA, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Assessoria Técnica, Nível DAI - 02, junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Ação Comunitária.

Art. 2º - O ocupante do cargo discriminado no artigo 1º deste Decreto, perceberá as vantagens previstas em Lei, com representação de gratificação de (50 %) cinquenta por cento.

Art. 3º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01/09/2013.

Município de Sombrio-SC, 13 de setembro de 2013.  
ZÊNIO CARDOSO  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### Decreto 159

PORTARIA Nº 159 DE 10 DE MAIO DE 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1414, de 20 de maio de 2003.

#### RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias a servidora pública Municipal, conforme quadro de escala que segue:

NOME	MAT.	PER. AQUIS.	PER. DE GOZO
Cristiane Luiza Cavicchioli	5207	02/08/11 à 01/08/12	02/05/13 31/05/13

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02/05/2013.

Município de Sombrio-SC, 02 de Maio de 2013.  
ZÊNIO CARDOSO  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento



**Programa de Gestão de Obras:**  
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

**[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)**

**Portaria**

PORTARIA Nº 231 DE 18 DE SETEMBRO DE 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1414, de 20 de maio de 2003.

**RESOLVE:**

Conceder licença maternidade, à servidora, TATIANA DE SOUZA TEIXEIRA DOS SANTOS, no período de 16/09/2013 à 10/03/2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 16/09/2013.

Município de Sombrio-SC, 18 de setembro de 2013.

**ZÊNIO CARDOSO**

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

**JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO**

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**Portaria**

PORTARIA Nº 228 DE 18 DE SETEMBRO DE 2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

**RESOLVE:**

Conceder a 1ª Licença Prêmio ao servidor efetivo Sra. JANETE DA ROSA NUERNBERG, Servente/Merendeira, com regime de trabalho de 40 horas semanais, como segue:

MATRICULA	PER. AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
3697	02/03/06 a 02/03/11	10/09/13 a 09/11/13

Município de Sombrio-SC, 18 de Setembro de 2013.

**ZÊNIO CARDOSO**

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

**JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO**

Secretario Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**Portaria**

PORTARIA Nº 227 DE 18 DE SETEMBRO DE 2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

**RESOLVE:**

Conceder a 2ª Licença Prêmio ao servidor efetivo Sra. LUCINEI GUBERT TEIXEIRA CUSTÓDIO, Servente/Merendeira, com regime de trabalho de 40 horas semanais, como segue:

MATRICULA	PER. AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
2587	01/03/07 a 01/03/12	23/09/13 a 21/11/13

Município de Sombrio-SC, 18 de Setembro de 2013.

**ZÊNIO CARDOSO**

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

**JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO**

Secretario Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**Portaria 226**

PORTARIA Nº 226 DE 18 DE SETEMBRO DE 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

**RESOLVE:**

Exonerar, a pedido, por aposentadoria junto ao INSS, a contar de 18/09/2013, o senhor ALCIONE SILVEIRA PEREIRA, matrícula 1054, aprovado por concurso público, nomeado pela Portaria nº 153, de 01 de março de 1994, para o Cargo de Motorista, com carga horária de 40 horas semanais.

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 18 de setembro de 2013.

**ZÊNIO CARDOSO**

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

**JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO**

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**Portaria 229**

PORTARIA Nº 229 DE 18 DE SETEMBRO DE 2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

**RESOLVE:**

Conceder a 2ª Licença Prêmio indenizada a servidora efetiva Sra. MARLENE CARDOSO NICHELE, Auxiliar de Serviços Educacionais, com regime de trabalho de 40 horas semanais, como segue:

**MATRICULA PER. AQUISITIVO**

2784 09/08/07 à 08/08/12

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a contar de 01/09/2013.

Município de Sombrio-SC, 18 de setembro de 2013.

**ZÊNIO CARDOSO**

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

**JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO**

Secretario Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**Portaria 230**

PORTARIA Nº 230 DE 18 DE SETEMBRO DE 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1414, de 20 de maio de 2003.

**RESOLVE:**

Conceder 30 (trinta) dias de férias aos servidores públicos Municipais, conforme quadro de escala que segue:

MAT.	NOME	PERIODO AQUISITIVO		PERIODO DE GOZO	
1862	Ângela Maria Isoppo	24/02/11	23/02/12	01/09/13	30/09/13
3695	Rosangela Maria S. Barbosa	01/02/12	31/01/13	01/09/13	30/09/13
2572	Avelino dos Santos	01/03/11	29/02/12	04/09/13	03/10/13
2571	Carlos A. Brito Santos	01/03/05	28/02/06	01/09/13	30/09/13
1234	Milton Cesar Raupp Coelho	01/02/10	31/01/11	01/09/13	30/09/13
1300	Gean Natal Pereira da Silva	03/04/09	02/04/10	01/09/13	30/09/13
5269	José Giovanni de Souza Silveira	01/10/10	30/09/11	01/09/13	30/09/13
3831	Nilton Fermiano	27/11/10	26/11/11	01/09/13	30/09/13
5333	Almides Roberg S. da Rosa	01/02/12	31/01/13	01/09/13	30/09/13
2545	Elizandro Homem do Amaral	01/03/10	28/02/11	16/09/13	16/10/13
3555	Márcia Bólico	18/01/12	17/01/13	12/09/13	11/10/13
1092	Flávio Felinto Raupp	01/01/11	31/12/11	21/09/13	11/10/13
5187	Raquel Machado Oliveira	05/07/12	04/07/13	01/09/13	30/09/13
5168	Cheila Regina Rodrigues Pereira	05/07/12	04/07/13	01/09/13	30/09/13
5172	Daniela Silveira Gomes Daros	05/07/12	04/07/13	01/09/13	30/09/13
4093	Josiane Ribeiro de Souza	05/07/12	04/07/13	01/09/13	30/09/13
5599	Bianca Ramos Matos	01/06/12	31/05/13	01/09/13	30/09/13
4346	Lucimar Maria Andrade de Lima	10/03/12	09/03/13	01/09/13	30/09/13

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 18 de setembro de 2013.

**ZÊNIO CARDOSO**  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

**JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO**  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**Portaria 232**

PORTARIA Nº 232 DE 20 DE SETEMBRO DE 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990.

**RESOLVE:**

Designar o servidor efetivo Sr. CLEONALDO COLARES COELHO, Diretor de Recursos Humanos, desta municipalidade, designado pela Portaria nº 09, de 02 de janeiro de 2013, para gerenciar o Ponto Eletrônico em geral, dos Servidores da Prefeitura Municipal de Sombrio-SC.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 20 de setembro de 2013.

**ZÊNIO CARDOSO**  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

**JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO**  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**Portaria 233**

PORTARIA Nº 233 DE 20 DE SETEMBRO DE 2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

**RESOLVE:**

Conceder a 2ª Licença Prêmio a servidora efetiva Sra. SUZI MARA POSSAMAI, Professora, com regime de trabalho de 40 horas semanais, como segue:

MATRICULA	PER. AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
2594	01/03/07 a 01/03/12	09/09/13 a 01/12/13

Município de Sombrio-SC, 20 de Setembro de 2013.

**ZÊNIO CARDOSO**

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

**JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO**

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**Portaria 238**

PORTARIA Nº 238 DE 01 DE OUTUBRO DE 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, em conformidade com a Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

**RESOLVE:**

Nomear o servidor abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público nº 001/2010, para o cargo de Técnico de Enfermagem - PSF, devendo o mesmo comparecer em 30 dias ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura, para tomar posse:

**NOME**

Rovana Witt

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 01 de outubro de 2013.

**ZÊNIO CARDOSO**

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

**JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO**

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**Timbé do Sul****PREFEITURA****Decreto 157/2013**

DECRETO Nº. 157, DE 03 DE OUTUBRO DE 2013.

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EFETIVO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC. no uso das atribuições que lhe confere a lei 467 de 16 de dezembro de 1988, Artigo 48;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica declarada a vacância do cargo da Servidora MARIA SALETE AGUIAR DAL PONT, Matrícula nº 425, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, em decorrência de Aposentadoria por Tempo de Contribuição através do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL, 03 DE OUTUBRO DE 2013.

**ECLAIR ALVES COELHO**

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

**HELDER PESSETTI**

Secretário de Administração e Finanças

**Timbó****PREFEITURA****Aviso de Abertura das Propostas Tomada de Preço N.º 01 2013 - Oase**

ESTADO DE SANTA CATARINA

TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2013 OASE

AVISO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS

O Município de Timbó leva ao conhecimento dos interessados que a abertura dos envelopes de proposta da Tomada de Preços n.º 01/2013 OASE, referente à contratação de empresa para execução, sob o regime de empreitada por preço global, do projeto de construção do Centro Cirúrgico, Centro de Parto Normal e Centro de Material Esterilizado, conforme memorial descritivo, plantas, quantitativo e orçamento estimativo, acontecerá no dia 08/10/2013 às 09h00min na sala de licitações da Prefeitura de Timbó, Avenida Getúlio Vargas, 700, centro, Timbó.

Timbó, 04/10/2013.

**DEISE ADRIANA NICHOLETTI MENDES**

Presidente da Comissão de Licitações

**Aviso Pregão Presencial N.º 05 2013 FMAS - Alimentos**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO N.º 5/2013 FMAS

OBJETO: aquisição de produtos alimentícios para ser oferecidos

**PEGAS**  
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



nas realizações das oficinas do CREAS e CRAS, bem como nos encontros dos beneficiários do Programa Bolsa Família. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 18 de outubro de 2013. ABERTURA: dia 18 de outubro de 2013 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br/licitacoes](http://www.timbo.sc.gov.br/licitacoes).

TIMBÓ/SC, 03/10/2013  
WALDEMAR GEBAUER  
Secretário de Assistência Social

### **Aviso Pregão Presencial N.º 110 2013 PMT - Aquisição de Cadernos**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 110/2013 PMT

OBJETO: aquisição de cadernos escolares para distribuição aos alunos da Rede Municipal de Ensino. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 14h30min do dia 18 de outubro de 2013. ABERTURA: dia 18 de outubro de 2013 as 14h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br/licitacoes](http://www.timbo.sc.gov.br/licitacoes).

TIMBÓ/SC, 03/10/2013  
SERGI FREDERICO MENGARDA  
Secretário Municipal de Educação

### **Aviso Pregão Presencial N.º 120 2013 PMT - Máquinas e Implementos de Mecanização Agrícola**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 120/2013 PMT

OBJETO: aquisição de máquinas e implementos de mecanização agrícola, conforme Contrato de Repasse n.º 772197/2012, do Programa Projetos de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário - PRODESA, celebrado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Município de Timbó, tendo a Caixa Econômica Federal como mandatária. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 14h30min do dia 21 de outubro de 2013. ABERTURA: dia 21 de outubro de 2013 as 14h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br/licitacoes](http://www.timbo.sc.gov.br/licitacoes).

Timbo (SC), 03/10/2013  
MÁRICA DA ROCHA  
Secretária de Desenvolvimento Econômico

### **Aviso Pregão Presencial N.º 166 2013 PMT - Aquisição de Alimentação Tipo Refeição Livre**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 116/2013 PMT

OBJETO: fornecimento de alimentação tipo refeição livre aos servidores que trabalham em caráter excepcional, nos moldes autorizados pela Lei Municipal n.º 2. 445, de 18 de dezembro de 2009, em atendimento às necessidades da Secretaria de Saúde, Fundo Municipal de Trânsito e Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar (Repetição Pregão Presencial n.º 99/2013 com alterações). ENTREGA DOS ENVELOPES:

contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 14h30min do dia 17 de outubro de 2013. ABERTURA: dia 17 de outubro de 2013 as 14h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br/licitacoes](http://www.timbo.sc.gov.br/licitacoes).

Timbo (SC), 26/09/2013  
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária de Fazenda e Administração

FABIANO MARTINS ADRIANO  
Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

ALFREDO JOÃO BERRI  
Secretário de Saúde

## Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.



### **Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:**

- ADESAO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO**

Nº 756 448/2013

Nº 098 1560/2013

Nº 098 1561/2013

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 448/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAM9513	8756033421	6050/3	14/06/2013	R\$ 191,53	208
AMD9871	8756034010	6050/3	14/07/2013	R\$ 191,53	208
AMZ2632	8756033024	7463/0	03/06/2013	R\$ 127,69	218 * II
ANP7791	8756033566	6050/3	26/06/2013	R\$ 191,53	208
AOQ1234	8756033602	7455/0	25/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
CGS1806	8756033252	7455/0	10/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
CIH7710	8756033633	6050/3	23/06/2013	R\$ 191,53	208
CNA8937	8756033427	6050/3	15/06/2013	R\$ 191,53	208
EBM2256	8756033581	7455/0	24/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
EUS1328	8756032610	7463/0	15/05/2013	R\$ 127,69	218 * II
HAB0976	8756032462	7455/0	12/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
HWT1532	8756033482	6050/3	16/06/2013	R\$ 191,53	208
IEL3486	8756034043	7455/0	14/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
ILO9746	8756031482	7455/0	19/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
IMD2891	8756033090	7455/0	06/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
IQG1164	8756032206	6050/3	07/05/2013	R\$ 191,53	208
IQG1164	8756032363	7455/0	18/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
IQG1164	8756032680	5673/2	23/05/2013	R\$ 85,12	183
IQG1164	8756032931	7455/0	27/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
ITG4746	8756032501	7455/0	17/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
JGU0045	8756029112	7455/0	05/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
LWR1197	8756029669	7455/0	24/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXG5169	8756033606	7455/0	26/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYT7227	8756033613	6050/3	27/06/2013	R\$ 191,53	208
LZB9090	8756033582	7455/0	26/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZN6683	8756033572	7455/0	23/06/2013	R\$ 85,12	218 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZP4912	8756033021	7463/0	03/06/2013	R\$ 127,69	218 * II
MAG8857	8756033597	6050/3	23/06/2013	R\$ 191,53	208
MAJ3186	8756033974	5673/2	15/07/2013	R\$ 85,12	183
MAY2368	8756033601	7455/0	25/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBR2946	8756033088	7455/0	06/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBT8718	8756033590	7463/0	23/06/2013	R\$ 127,69	218 * II
MCS7385	8756033116	5673/2	07/06/2013	R\$ 85,12	183
MCS7729	8756033667	7455/0	29/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MET8227	8756034005	7463/0	20/07/2013	R\$ 127,69	218 * II
MFB7648	8756033617	7455/0	28/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFP6323	8756033554	5673/2	23/06/2013	R\$ 85,12	183
MFQ0730	8756032705	7455/0	19/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGU5824	8756034041	7463/0	14/07/2013	R\$ 127,69	218 * II
MHB8938	8756032457	6050/3	12/05/2013	R\$ 191,53	208
MHE6528	8756033175	7455/0	07/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHS5108	8756032377	7455/0	17/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHU7725	8756033612	7455/0	27/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MID7708	8756032317	7455/0	10/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIE7752	8756033192	6050/3	02/06/2013	R\$ 191,53	208
MIG3925	8756033501	7455/0	19/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJA0251	8756033646	7455/0	23/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJV1761	8756033607	7455/0	26/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKE3038	8756033663	7455/0	28/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKF9776	8756032744	7455/0	25/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MLF6653	8756032585	7455/0	14/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MLF7863	8756033658	7455/0	27/06/2013	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 4 DE OUTUBRO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1560/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFS6000	54544231E	6610/2	11/07/2013	R\$ 127,69	230 * VII
AJW4488	54544405E	6610/2	25/07/2013	R\$ 127,69	230 * VII
DOP1397	54571326E	6920/0	21/07/2013	R\$ 127,69	233
IDC8906	55371369D	6920/0	05/06/2013	R\$ 127,69	233
LXH5443	54544363E	6637/2	03/07/2013	R\$ 127,69	230 * IX
LYG6961	54571319E	6920/0	21/07/2013	R\$ 127,69	233
LYK7449	54544301E	5010/0	17/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
LYT5645	54544400E	5045/0	26/07/2013	R\$ 191,53	162 * V
LZY7022	54544401E	6637/1	25/07/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MBE9021	55371210D	6599/2	23/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBL7193	54571348E	6920/0	30/07/2013	R\$ 127,69	233
MBS3856	55370835D	5169/1	18/05/2013	R\$ 1.915,38	165
MDZ0154	54571334E	6920/0	21/07/2013	R\$ 127,69	233
MGB9161	55371394D	6920/0	20/07/2013	R\$ 127,69	233
MGZ4861	55371312D	5010/0	23/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHP3453	54544321E	5045/0	10/07/2013	R\$ 191,53	162 * V
MHP3453	54544322E	5096/0	10/07/2013	R\$ 191,53	163 c/c 162 * V
MII3538	55371729D	6602/0	27/07/2013	R\$ 191,53	230 * VI
MMK5883	55371404D	6637/2	17/06/2013	R\$ 127,69	230 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 4 DE OUTUBRO DE 2013

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1561/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCP5966	54544318E	5541/6	08/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MCP8706	54544326E	5185/1	11/07/2013	R\$ 127,69	167
MGY1988	54544315E	5541/1	05/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MII3538	55371731D	7030/2	27/07/2013	R\$ 191,53	244 * I
MIM3006	54544265E	5541/1	09/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 4 DE OUTUBRO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO

**Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO**

Nº 756 447/2013

Nº 098 1558/2013

Nº 098 1559/2013

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 756 447/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADS8810	8756035040	7455/0	16/08/2013	218 * I
AKV3625	8756035571	6050/3	28/08/2013	208
ALU1208	8756034903	6050/3	05/08/2013	208
BGI3176	8756035017	5673/2	15/08/2013	183
DFK9840	8756035633	7455/0	27/08/2013	218 * I
DKG3294	8756035214	7455/0	11/08/2013	218 * I
DLK4557	8756035249	7455/0	20/08/2013	218 * I
HCS8107	8756035551	7455/0	30/08/2013	218 * I
JPF6734	8756034928	7455/0	10/08/2013	218 * I
LWW3416	8756034976	7455/0	07/08/2013	218 * I
LXP9780	8756034880	6050/3	05/08/2013	208
LYR8840	8756035015	7455/0	13/08/2013	218 * I
LZX5855	8756035426	7463/0	15/08/2013	218 * II
MAI6731	8756035158	7463/0	11/08/2013	218 * II
MAN4750	8756035707	7455/0	04/09/2013	218 * I
MAS8338	8756035106	7455/0	12/08/2013	218 * I
MAV5446	8756034865	7455/0	07/08/2013	218 * I
MAZ1808	8756034804	5673/2	05/08/2013	183
MBG7506	8756035210	7455/0	17/08/2013	218 * I
MBM9854	8756035033	6050/3	12/08/2013	208
MBT3893	8756034950	7455/0	09/08/2013	218 * I
MBY3014	8756034910	7455/0	07/08/2013	218 * I
MDU5222	8756035576	7455/0	29/08/2013	218 * I
MFQ1600	8756034855	7455/0	05/08/2013	218 * I
MGB4010	8756034897	7455/0	04/08/2013	218 * I
MGY7033	8756034883	7471/0	06/08/2013	218 * III

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGY7033	8756035090	7463/0	14/08/2013	218 * II
MHF4608	8756034924	7455/0	09/08/2013	218 * I
MHI1401	8756034968	7455/0	10/08/2013	218 * I
MHI1401	8756035470	7463/0	28/08/2013	218 * II
MHU0268	8756034952	7463/0	10/08/2013	218 * II
MHU3672	8756035510	7455/0	30/08/2013	218 * I
MIY7603	8756034872	7455/0	04/08/2013	218 * I
MJG0081	8756034934	7463/0	04/08/2013	218 * II
MJH7195	8756034907	6050/3	07/08/2013	208
MJJ8950	8756035763	6050/3	04/09/2013	208
MJV0924	8756035644	7455/0	01/09/2013	218 * I
MKI2593	8756034938	7455/0	04/08/2013	218 * I
MKI2593	8756034939	7455/0	04/08/2013	218 * I
MKI2593	8756034955	7455/0	04/08/2013	218 * I
MKK0172	8756035077	7455/0	11/08/2013	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 4 DE OUTUBRO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 098 1558/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXH8261	54571263E	6920/0	16/09/2013	233
LYO0325	54571282E	6920/0	16/09/2013	233
MAR1743	55371334D	6912/0	10/08/2013	232
MAW3940	54544445E	6548/0	06/09/2013	229
MCY6534	54571251E	6920/0	16/09/2013	233
MEI7993	55371419D	5010/0	02/08/2013	162 * I
MEI7993	55371420D	6599/2	02/08/2013	230 * V
MEP0350	54571276E	6920/0	16/09/2013	233
MFI2761	54544471E	6599/2	28/08/2013	230 * V
MGU0147	54571269E	6920/0	16/09/2013	233
MGY1988	55371232D	6653/1	14/09/2013	230 * XI
MGY1988	55371233D	5045/0	14/09/2013	162 * V
MGY4206	54722006E	6556/1	05/09/2013	230 * I
MGY4206	54722007E	6912/0	05/09/2013	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 4 DE OUTUBRO DE 2013

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 098 1559/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCZ3378	54544441E	5452/1	03/09/2013	181 * VIII
MLL4893	54544436E	7366/2	02/09/2013	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 4 DE OUTUBRO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO

## Três Barras

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 4.302 de 30 de Setembro de 2013.

DECRETO Nº 4.302 DE 30 DE SETEMBRO DE 2013.

REVOGA O DECRETO Nº 4.089 DE 05 DE JUNHO DE 2012, QUAL "DECLARA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO TERRAS DE PROPRIEDADE DE SERGIO AUGUSTO FERREIRA JUNIOR E SILVANA FIDÊNCIO DA COSTA".

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC., no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, a definição pelo cadastramento do projeto do CAPS e do CRAS, em outras áreas de propriedade já do Município, localizados respectivamente nas Rua José Nunes Cavalheiro e Travessa Bem-te-vi, a Municipalidade não tem mais interesse em relação ao imóvel objeto da matrícula nº 13.299 e 34.138 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas -SC.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado no seu inteiro teor o Decreto nº 4.089 de 05 de Junho de 2012, que declarou de utilidade pública para fins de desapropriação a área de terras com 2.453,52 m² (Dois mil quatrocentos e cinquenta e três), metros quadrados de propriedade de Sérgio Augusto Ferreira Junior e de Silvana Fidêncio da Costa - localizado no Distrito de São Cristóvão - Três Barras - SC, matrícula nº 13.299 e 34.138 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas -SC.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras/SC, 30 de Setembro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras.

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data Supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

OFICIAL DE EXPEDIENTE

#### Decreto Nº 4.303 de 1º de Outubro de 2013.

DECRETO Nº 4.303 DE 1º DE OUTUBRO DE 2013.

AUTORIZA O USO DE MÁQUINAS DA PREFEITURA PARA REALIZAÇÃO DE CURSO PELA EMPRESA ELLO`S CONSULTORIA E TREINAMENTO.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC., no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o uso, de forma gratuita, a EMPRESA ELLO`S CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA, CNPJ nº 15166314/0001, para fins de curso de formação de operadores de máquinas pesadas no dia 05 (cinco) de outubro de 2013 das 8:00 às 16:00 horas, das máquinas abaixo relacionadas de propriedade do Município:

I - Escavadeira Hidráulica;

II - Retroescavadeira;

III - Motoniveladora; e

IV - Pá Carregadeira.

Art. 2º. O uso se destina exclusivamente a realização do curso.

Art. 3º. A autorizada obriga-se a assinatura do termo próprio.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC),  
em 1º de outubro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

## Turvo

### PREFEITURA

#### Portaria 268/2013

PORTARIA Nº 268/13, de 01 de Outubro de 2013.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 6º da Lei nº. 1.001/93, de 03 de Maio de 1993, combinado com o artigo 98 e seguintes da Lei nº 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995 (Estatuto dos Servidores Públicos),

#### RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora RITA PESCADOR, CPF nº. 725.949.349-68, matrícula nº. 0699, exercendo o cargo de provimento em caráter efetivo de Agente Administrativo, no período de 01.10.2013 a 24.12.2013, referente ao período aquisitivo de 28.12.2006 a 31.08.2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de outubro de 2013.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

#### Portaria 269/2013

PORTARIA Nº 269/13, de 01 de Outubro de 2013.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 83, § 3º da Lei nº 1.154/95 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Turvo),

#### RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias de 20 (vinte) dias ao servidor abaixo especificado, no período de 01.10.2013 a 20.10.2013, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal, sendo que 1/3 será convertido em abono pecuniário, conforme preceitua o Art. 83, § 3º da Lei nº 1.154/95 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Turvo).

MATR.	SERVIDOR	PERÍODO DE AQUISIÇÃO
0058	Mario Semprebom	10.10.2012 a 09.10.2013

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de outubro de 2013.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

### Portaria 270/2013

PORTARIA Nº 270/13, de 01 de Outubro de 2013.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 138, XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias aos servidores abaixo especificados, no período de 01.10.2013 a 30.10.2013, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.

MATR.	SERVIDOR (A)	PERÍODO DE AQUISIÇÃO
1871	Janaina da Cruz Costa	07.05.2012 a 06.05.2013
1145	Marisete Osório Monteiro	01.04.2012 a 31.03.2013
1883	Vanilda de Aguiar Warmiling	07.05.2011 a 06.05.2012

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de outubro de 2013.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

## Vargeão

### PREFEITURA

### Edital de Pregão Presencial Nº 33/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

O Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520/2002, Lei Federal n.º 8.666/93 e o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, realizará no dia 17 de outubro de 2013 às 08h50min, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item e tem por objeto a aquisição parcelada de Materiais e Instrumentais Odontológicos para uso no Posto de Saúde do Município; através de fornecedor selecionado em certame licitatório de Edital de Pregão Presencial nº 33/2013 - Fundo Municipal de Saúde.

Outras informações sobre a presente licitação serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail [licitacao@vargeao.sc.gov.br](mailto:licitacao@vargeao.sc.gov.br), fone fax(49) 3434-0148.

Vargeão, SC, 04 de outubro de 2013.

ABÍLIO GUBERT

Prefeito Municipal em Exercício

# Vidal Ramos

## PREFEITURA

### Ata Agricultura

ESTADO SANTA CATARINA

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE VIDAL RAMOS

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2013

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, (ÓLEO DIESEL COMUM E GASOLINA COMUM) PARA UTILIZAÇÃO NO TRANSCURSO DO EXERCÍCIO, DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS. QUANTIDADE APURADA POR ESTIMATIVA COM PREVISÃO DE ENTREGA FRAGMENTADA DE ACORDO COM O CONSUMO, MEDIANTE REQUISIÇÃO PRÉVIA, NA PROPORÇÃO APROXIMADA DE 50.000 LITROS DE ÓLEO DIESEL E 7.500 LITROS POR ANO DE GASOLINA.

VIGÊNCIA: 27/09/2013 A 27/09/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 03/2013

DETENTORA: WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA

CNPJ: 01.602.498/0001-25

ITEM	PRODUTO	Unid	Quant	FORNECEDOR	V. Unit
1	GASOLINA COMUM A GRANEL A SER ENTREGUE EM FRAÇÕES MENSAIS DE APROX. 1/12 LTS. EM TANQUE COM BOMBA E MEDIDOR DE PROPRIEDADE DO FORNECEDOR DEVIDAMENTE INSTALADO NA GARAGEM DO DMER, NESTE MUNICÍPIO. O CONTRATO DE FORNECIMENTO SERÁ FIXADO EM MOEDA BRASILEIRA COM PREVISÃO DE REAJUSTAMENTO DE ACORDO COM AUTORIZAÇÃO DO CNP, OU ÓRGÃO QUE O SUBSTITUA. UMA VEZ FATURADO O PRODUTO NÃO SOFRERÁ QUALQUER REAJUSTE. O QUANTITATIVO ACIMA INDICADO É RESULTADO DE ESTIMATIVA PARA CONSUMO NO TRANSCURSO DO EXERCÍCIO. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SERÁ FIRMADA COM PREÇO FIXO DA MOEDA BRASILEIRA E SOFRERÁ OS MESMOS REAJUSTES QUE VIEREM A SER AUTORIZADOS PELO CNP, OU ÓRGÃO QUE O SUBSTITUA. UMA VEZ FATURADO, O VALOR DO PRODUTO NÃO SERÁ REAJUSTADO.	Lt	7.500	WALENDOWSKY	2,59
2	ÓLEO DIESEL COMUM A GRANEL A SER ENTREGUE EM TANQUE COM BOMBA E MEDIDOR DE PROPRIEDADE DO FORNECEDOR, DEVIDAMENTE INSTALADOS NA GARAGEM DO DMER DESTES MUNICÍPIO. A ENTREGA DEVERÁ SER EM FRAÇÕES DE APROX. 1/12 LTS. MENSAIS. O QUANTITATIVO ACIMA INDICADO É RESULTADO DE ESTIMATIVA PARA CONSUMO NO TRANSCURSO DO EXERCÍCIO. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SERÁ FIRMADA COM PREÇO FIXO DA MOEDA BRASILEIRA E SOFRERÁ OS MESMOS REAJUSTES QUE VIEREM A SER AUTORIZADOS PELO CNP, OU ÓRGÃO QUE O SUBSTITUA. UMA VEZ FATURADO, O VALOR DO PRODUTO NÃO SERÁ REAJUSTADO.	Lt	350.000	WALENDOWSKY	2,23

VIDAL RAMOS, 04 DE OUTUBRO DE 2013

LAERCIO DA CRUZ

PREFEITO MUNICIPAL

### Ata de Registro de Preços Prefeitura

ESTADO SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2013

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE - O registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual aquisição e mão de obra para colocação de vidros, de acordo com o Anexo I – Termo de Referência e demais condições estabelecidas neste edital. Quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo, mediante requisição prévia.

VIGÊNCIA: 13/09/2013 A 13/09/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 15/2013

DETENTORA: ALUMINIOS VOLTOLINI LTDA

CNPJ: 10.227.225/0001-39

ITEM	PRODUTO	Unid.	Quant	FORNECEDOR	V. Unit
1	Vidro comum incolor 3mm, a ser instalado em esquadrias existentes	M²	45	Aluminios Voltolini	45,00
2	Vidro comum incolor 4mm a ser instalado em esquadrias existentes	M²	60	Aluminios Voltolini	55,00
3	Vidro comum fumê 3mm a ser instalado em esquadrias existentes	M²	60	Aluminios Voltolini	55,00
4	Vidro comum fumê 4mm a ser instalado em esquadrias existentes	M²	60	Aluminios Voltolini	65,00
5	Vidro comum fantasia 3/4 mm (canelado, martelado, miniborlial etc) a ser instalado em esquadrias existentes	M²	100	Aluminios Voltolini	65,00
6	Vidro temperado incolor 8mm a ser instalado em esquadrias existentes	M²	80	Aluminios Voltolini	120,00



7	Vidro temperado incolor 10mm a ser instalado em esquadrias existentes	M <sup>2</sup>	80	Aluminios Voltolini	150,00
8	Vidro temperado fumê 8mm a ser instalado em esquadrias existentes	M <sup>2</sup>	80	Aluminios Voltolini	155,00
9	Vidro temperado fumê 10mm a ser instalado em esquadrias existentes	M <sup>2</sup>	80	Aluminios Voltolini	195,00
10	Vidro temperado verde 8mm a ser instalado em esquadrias existentes	M <sup>2</sup>	80	Aluminios Voltolini	155,00
11	Vidro temperado verde 10mm a ser instalado em esquadrias existentes	M <sup>2</sup>	80	Aluminios Voltolini	195,00
12	Hora mão de obra, serviços incluídos no preço, o fornecimento dos materiais e execução do serviço, inclusive emassamento. Os serviços de colocação compreendem também a remoção dos vidros quebrados quando for o caso.	HRS	300	Aluminios Voltolini	27,91

VIDAL RAMOS, 04 DE OUTUBRO DE 2013  
 PREFEITO MUNICIPAL  
 LAERCIO DA CRUZ

ESTADO SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 58/2013

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE - FORNECIMENTO DE PEDRA BRITA DESTINADO AO REVESTIMENTO DE ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DURANTE O EXERCÍCIO. QUANTITATIVO APURADO POR ESTIMATIVA PODENDO VARIAR DE ACORDO COM PROCEDIMENTOS DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO. ENTREGA PREVISTA DE MANEIRA FRAGMENTADA MEDIANTE REQUISIÇÃO PRÉVIA DO SETOR COMPETENTE.

VIGÊNCIA: 27/09/2013 A 27/09/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 16/2013

DETENTORA: MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA

CNPJ: 78.266.566/0001-57

ITEM	PRODUTO	Unid.	Quant	FORNECEDOR	V. Unit
1	PEDRA CALCITA EM PÓ-PEDRISCO APROPRIADO PARA REVESTIMENTO DE ESTRADAS VICINAIS E OBRAS DE MELHORIA DA ESTRUTURA VIÁRIA.	M <sup>3</sup>	3.000	MINERAÇÃO RIO DO OURO	29,00
2	PEDRA CALCITA EM FORMA DE BRITA NA GRADUAÇÃO 01 APROPRIADA PARA MISTURA EM E OBRAS DE MELHORIA DA ESTRUTURA VIÁRIA. CONCRETO, BEM COMO PARA DRENAGEM DO SOLO APROPRIADO PARA REVESTIMENTO DE ESTRADAS VICINAIS	M <sup>3</sup>	3.000	MINERAÇÃO RIO DO OURO	29,00
3	REJEITO DE MINA DE CALCITA GRADUADA EM FORMA DE MACADAME APROPRIADO PARA REVESTIMENTO DE ESTRADAS VICINAIS.	M <sup>3</sup>	50000,00	MINERAÇÃO RIO DO OURO	17,00
4	PEDRA CALCITA DETONADA EM FORMA DE RACHÃO APROPRIADO PARA DRENAGEM E BASE SÓLIDA DO LEITO DE ESTRADAS VICINAIS	M <sup>3</sup>	2000,00	MINERAÇÃO RIO DO OURO	29,00

VIDAL RAMOS, 04 DE OUTUBRO DE 2013  
 PREFEITO MUNICIPAL  
 LAERCIO DA CRUZ

ESTADO SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 57/2013

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE - O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, (ÓLEO DIESEL COMUM, GASOLINA COMUM E ÓLEO S10) PARA UTILIZAÇÃO NO TRANSCURSO DO EXERCÍCIO, DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS. QUANTIDADE APURADA POR ESTIMATIVA COM PREVISÃO DE ENTREGA FRAGMENTADA DE ACORDO COM O CONSUMO, MEDIANTE REQUISIÇÃO PRÉVIA, NA PROPORÇÃO APROXIMADA DE 350.000 LITROS DE ÓLEO DIESEL 40.000 LITROS POR ANO DE GASOLINA E 50.000 LITROS DE ÓLEO DIESEL TIPO- S10.

VIGÊNCIA: 27/09/2013 A 27/09/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 17/2013

DETENTORA: WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.

CNPJ: 01.602.498/0001-25



ITEM	PRODUTO	Unid	Quant	FORNECEDOR	V. Unit
1	GASOLINA COMUM A GRANEL A SER ENTREGUE EM FRAÇÕES MENSAIS DE APROX. 1/12 LTS. EM TANQUE COM BOMBA E MEDIDOR DE PROPRIEDADE DO FORNECEDOR DEVIDAMENTE INSTALADO NA GARAGEM DO DMER, NESTE MUNICÍPIO. O CONTRATO DE FORNECIMENTO SERÁ FIXADO EM MOEDA BRASILEIRA COM PREVISAO DE REAJUSAMENTO DE ACORDO COM AUTORIZAÇÃO DO CNP, OU ÓRGÃO QUE O SUBSTITUA. UMA VEZ FATURADO O PRODUTO NAO SOFRERÁ QUALQUER REAJUSTE. O QUANTITATIVO ACIMA INDICADO É RESULTADO DE ESTIMATIVA PARA CONSUMO NO TRANSCURSO DO EXERCICIO. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SERÁ FIRMADA COM PREÇO FIXO DA MOEDA BRASILEIRA E SOFRERÁ OS MESMOS REAJUSTES QUE VIEREM A SER AUTORIZADOS PELO CNP, OU ÓRGÃO QUE O SUBSTITUA. UMA VEZ FATURADO, O VALOR DO PRODUTO NÃO SERÁ REAJUSTADO.	Lt	40.000	WALENDOWSKY	2,59
2	OLEO DIESEL COMUM A GRANEL A SER ENTREGUE EM TANQUE COM BONBA E MEDIDOR DE PROPRIEDADE DO FORNECEDOR, DEVIDAMENTE INSTALADOS NA GARAGEM DO DMER DESTE MUNICÍPIO. A ENTREGA DEVERÁ SER EM FRAÇÕES DE APROX. 1/12 LTS. MENSAIS. O QUANTITATIVO ACIMA INDICADO É RESULTADO DE ESTIMATIVA PARA CONSUMO NO TRANSCURSO DO EXERCICIO. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SERÁ FIRMADA COM PREÇO FIXO DA MOEDA BRASILEIRA E SOFRERÁ OS MESMOS REAJUSTES QUE VIEREM A SER AUTORIZADOS PELO CNP, OU ÓRGÃO QUE O SUBSTITUA. UMA VEZ FATURADO, O VALOR DO PRODUTO NÃO SERÁ REAJUSTADO.	Lt	350.000	WALENDOWSKY	2,23
3	OLEO DIESEL TIPO S10 A GRANEL A SER ENTREGUE EM TANQUE COM BONBA E MEDIDOR DE PROPRIEDADE DO FORNECEDOR, DEVIDAMENTE INSTALADOS NA GARAGEM DO DMER DESTE MUNICÍPIO. A ENTREGA DEVERÁ SER EM FRAÇÕES DE APROX. 1/12 LTS. MENSAIS. O QUANTITATIVO ACIMA INDICADO É RESULTADO DE ESTIMATIVA PARA CONSUMO NO TRANSCURSO DO EXERCICIO. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SERÁ FIRMADA COM PREÇO FIXO DA MOEDA BRASILEIRA E SOFRERÁ OS MESMOS REAJUSTES QUE VIEREM A SER AUTORIZADOS PELO CNP, OU ÓRGÃO QUE O SUBSTITUA. UMA VEZ FATURADO, O VALOR DO PRODUTO NÃO SERÁ REAJUSTADO.	Lt	50.000	WALENDOWSKY	2,35

VIDAL RAMOS, 04 DE OUTUBRO DE 2013  
PREFEITO MUNICIPAL  
LAERCIO DA CRUZ

#### Ata Saúde

ESTADO SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2013

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, (ÓLEO DIESEL COMUM E GASOLINA COMUM) PARA UTILIZAÇÃO NO TRANSCURSO DO EXERCÍCIO, DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS. QUANTIDADE APURADA POR ESTIMATIVA COM PREVISÃO DE ENTREGA FRAGMENTADA DE ACORDO COM O CONSUMO, MEDIANTE REQUISIÇÃO PRÉVIA, NA PROPORÇÃO APROXIMADA DE 50.000 LITROS DE ÓLEO DIESEL E 12.500 LITROS POR ANO DE GASOLINA.

VIGÊNCIA: 27/09/2013 A 27/09/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 16/2013

DETENTORA: WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA

CNPJ: 01.602.498/0001-25

ITEM	PRODUTO	Unid	Quant	FORNECEDOR	V. Unit
1	GASOLINA COMUM A GRANEL A SER ENTREGUE EM FRAÇÕES MENSAIS DE APROX. 1/12 LTS. EM TANQUE COM BOMBA E MEDIDOR DE PROPRIEDADE DO FORNECEDOR DEVIDAMENTE INSTALADO NA GARAGEM DO DMER, NESTE MUNICÍPIO. O CONTRATO DE FORNECIMENTO SERÁ FIXADO EM MOEDA BRASILEIRA COM PREVISAO DE REAJUSAMENTO DE ACORDO COM AUTORIZAÇÃO DO CNP, OU ÓRGÃO QUE O SUBSTITUA. UMA VEZ FATURADO O PRODUTO NAO SOFRERÁ QUALQUER REAJUSTE. O QUANTITATIVO ACIMA INDICADO É RESULTADO DE ESTIMATIVA PARA CONSUMO NO TRANSCURSO DO EXERCICIO. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SERÁ FIRMADA COM PREÇO FIXO DA MOEDA BRASILEIRA E SOFRERÁ OS MESMOS REAJUSTES QUE VIEREM A SER AUTORIZADOS PELO CNP, OU ÓRGÃO QUE O SUBSTITUA. UMA VEZ FATURADO, O VALOR DO PRODUTO NÃO SERÁ REAJUSTADO.	Lt	12.500	WALENDOWSKY	2,59
2	OLEO DIESEL COMUM A GRANEL A SER ENTREGUE EM TANQUE COM BONBA E MEDIDOR DE PROPRIEDADE DO FORNECEDOR, DEVIDAMENTE INSTALADOS NA GARAGEM DO DMER DESTE MUNICÍPIO. A ENTREGA DEVERÁ SER EM FRAÇÕES DE APROX. 1/12 LTS. MENSAIS. O QUANTITATIVO ACIMA INDICADO É RESULTADO DE ESTIMATIVA PARA CONSUMO NO TRANSCURSO DO EXERCICIO. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SERÁ FIRMADA COM PREÇO FIXO DA MOEDA BRASILEIRA E SOFRERÁ OS MESMOS REAJUSTES QUE VIEREM A SER AUTORIZADOS PELO CNP, OU ÓRGÃO QUE O SUBSTITUA. UMA VEZ FATURADO, O VALOR DO PRODUTO NÃO SERÁ REAJUSTADO.	Lt	50.000	WALENDOWSKY	2,23



VIDAL RAMOS, 04 DE OUTUBRO DE 2013  
LAERCIO DA CRUZ  
PREFEITO MUNICIPAL

## Videira

### PREFEITURA

#### **Pregão Presencial Nº 55/2013 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2013-FMS

O Prefeito Municipal Interino de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 55/2013-FMS. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NAS ESPECIALIDADES DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA PARA PRESTAR ATENDIMENTO NO POSTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - PAM E NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 09:15 horas do dia 18/10/2013. Abertura da sessão no mesmo dia às 09:15 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 03 de outubro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

## Vitor Meireles

### PREFEITURA

#### **Lei Nº 0860**

LEI N.º 0860, de 03 de outubro de 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa BADESC CIDADES II e tomar empréstimo junto ao BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A e dá outras providências.

LOURIVAL LUNELLI prefeito do Município de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES II.

Art. 2º - A adesão ao Programa BADESC CIDADES II propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de Aquisição de Equipamentos Rodoviários e de Aquisição de Imóvel.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC CIDADES II, até o montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES II, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subseqüentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5% (cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 03 de outubro de 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

#### **Lei Nº 0861**

Lei Nº 0861, de 03 de outubro de 2013.

ABRE CRÉDITO ESPECIAL E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial na seguinte dotação orçamentária:

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.123.003.2003 - Manutenção da Administração e Finanças

44000000 - Investimentos

44900000 - Aplicações Diretas

0.1.8300 - Operação de Créditos Interna - Outros Programas R\$ 300.000,00

07.01 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

26.782.014.1013 - Aquisição de Veículos e Equipamentos Rodoviários

44000000 - Investimentos

44900000 - Aplicações Diretas

0.1.8300 - Operação de Créditos Interna - Outros Programas R\$ 200.000,00

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar como fonte para suplementação do Artigo 1º desta lei, os recursos do Contrato de Empréstimo que entre si fazem a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC, e o MUNICÍPIO de VITOR MEIRELES, com a interveniência do Banco do Brasil S.A. através do Programa Operacional BADESC CIDADES II, que tem como objeto a Aquisição de Equipamento Rodoviário, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e a Aquisição de Imóvel, por meio de Desapropriação para fins de obras de interesse público, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, 03 de outubro de 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

# Xavantina

## PREFEITURA

### PP 55/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 55/2013 - PMXV

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de material esportivo, premiação e serviços de arbitragem, conforme especificações constantes no anexo "C" deste edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

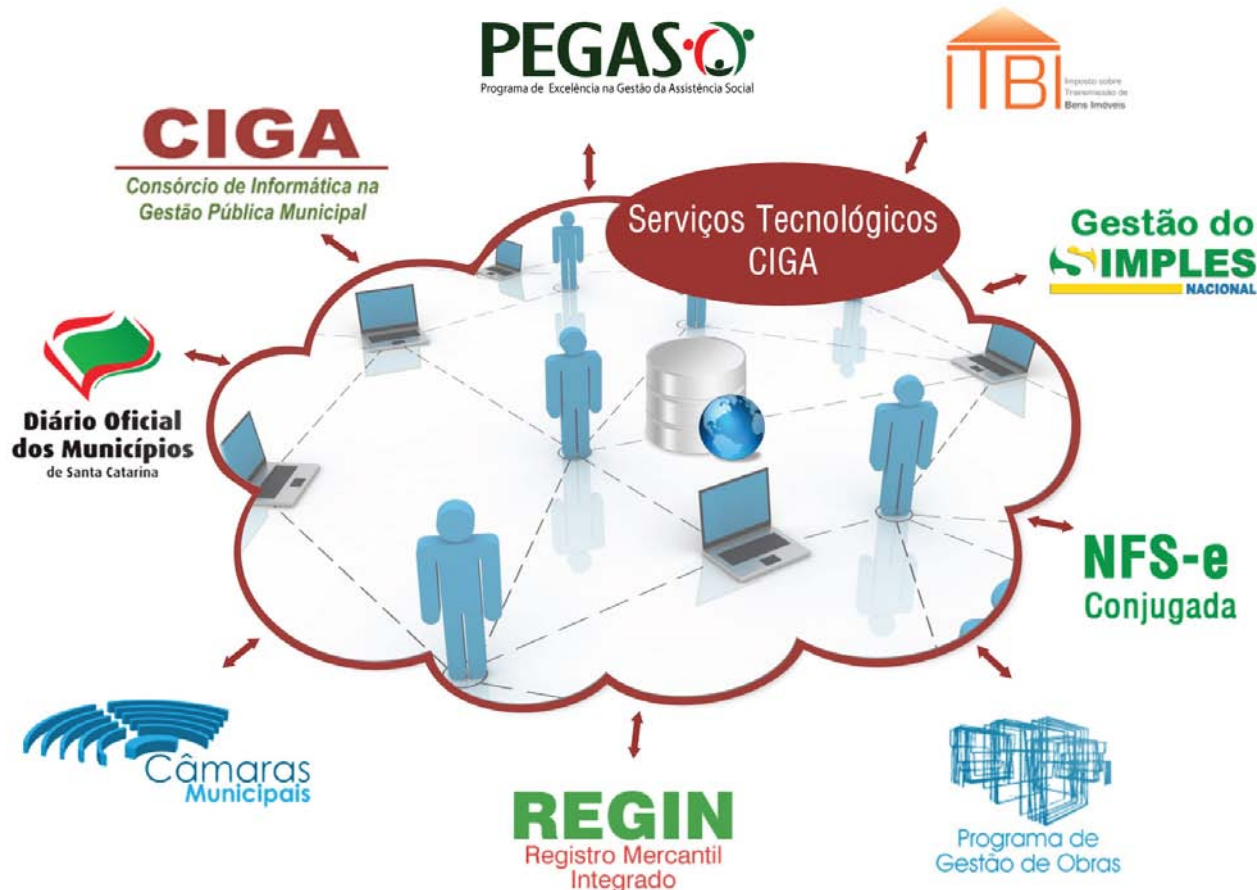
Recebimento das propostas: até às 11:45 horas do dia 17/10/2013.

Abertura: dia 18/10/2013, às 09:00 horas.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 07 de outubro de 2013.

MAURO JUNES POLETO,  
Prefeito Municipal.



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

**Editais de Multa**

Edital 146 a 160



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 452 146/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAB0775	55340537C	5037/1	03/03/2011	R\$ 574,61	162 * III
MAB0775	55340538C	6599/2	03/03/2011	R\$ 191,53	230 * V
MAB0775	55340539C	6580/0	03/03/2011	R\$ 191,53	230 * IV
MAB0775	55340540C	7030/1	03/03/2011	R\$ 191,53	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 25 DE ABRIL DE 2013

LUIZ AGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 452 147/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MID5196	55340802C	5185/1	24/11/2011	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 25 DE ABRIL DE 2013

LUIZ AGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 452 148/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CHV3079	55340809C	5525/0	15/01/2012	181 * XV
LZX7033	55340859C	5185/1	11/01/2012	167
MDO7240	55340853C	5185/1	30/12/2011	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 25 DE ABRIL DE 2013

LUIZ AGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 452 149/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJU6007	55340758C	5614/4	28/01/2012	182 * V
AMW1861	55340689C	7340/0	21/01/2012	252 * IV
MIB8885	55340753C	5738/0	23/01/2012	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 25 DE ABRIL DE 2013

LUIZ AGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 452 150/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFS5584	55340810C	5541/1	02/02/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 25 DE ABRIL DE 2013

LUIZ AGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 452 151/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMM2100	55340763C	5185/1	28/02/2012	167
MCW4915	55340861C	5010/0	24/02/2012	162 * I
MCW4915	55340862C	5118/0	24/02/2012	164 c/c 162 * I
MEZ7170	55340812C	5185/1	23/02/2012	167
MHL4279	55340764C	5738/0	28/02/2012	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 25 DE ABRIL DE 2013

LUIZ AGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 452 152/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCR4175	55340854C	5185/1	30/12/2011	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 25 DE ABRIL DE 2013

LUIZ AGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 452 153/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MES8477	55340765C	5738/0	28/02/2012	186 * II
MHR9421	55340863C	5185/1	14/03/2012	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 25 DE ABRIL DE 2013

LUIZ AGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 452 154/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCB8835	55340754C	5185/1	23/01/2012	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

XAVANTINA/SC, 25 DE ABRIL DE 2013

LUIZ AGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 452 155/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFQ6379	55340776C	5185/1	13/04/2012	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 25 DE ABRIL DE 2013

LUIZ AGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 452 156/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBR2688	55340873C	5185/1	17/04/2012	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 25 DE ABRIL DE 2013

LUIZ AGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 452 157/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHS2851	55340760C	5452/2	04/02/2012	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 25 DE ABRIL DE 2013

LUIZ AGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 452 158/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABC6138	55340691C	6769/2	02/04/2012	230 * XXII
ACJ2555	55340814C	5185/1	12/03/2012	167
MCW3154	55340767C	5185/1	08/03/2012	167
MFZ0087	55340771C	5185/1	21/03/2012	167
MGF4188	55340813C	5185/1	12/03/2012	167
MHF1853	55340872C	5525/0	16/04/2012	181 * XV
MHL4279	55340696C	5185/1	18/04/2012	167
MHM3405	55340694C	5185/1	10/04/2012	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 25 DE ABRIL DE 2013

LUIZ AGUSTO BUCHELE  
DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 452 159/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGD4014	55340695C	5452/1	13/04/2012	181 * VIII
NOI6815	55340870C	5452/1	13/04/2012	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 25 DE ABRIL DE 2013

LUIZ AGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 452 160/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXH1902	55340865C	5525/0	21/03/2012	R\$ 85,12	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 25 DE ABRIL DE 2013

LUIZ AGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



# Associações

## AMMVI

### Licitação Nº 04/2013

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO  
LICITAÇÃO nº 04/2013

Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, designada através da Resolução nº 06/13, e Termo de Adjudicação,

Homologo a decisão da comissão de licitações, considerando vencedora da licitação, objeto do Convite nº 04/2013, a licitante Ramos Teraplanagem Ltda, para os itens 01 e 02 do edital.

Blumenau, SC, 30 de setembro de 2013.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR JOSE RAFAEL CORREA  
Presidente da AMMVI Secretário Executivo

### Licitação Nº 04/2013

TERMO DE ADJUDICAÇÃO  
LICITAÇÃO nº 04/2013

Através do presente termo, fica adjudicado o objeto constante do Processo Licitatório nº 04/2013, consoante ata de julgamento.

Blumenau, SC, 30 de setembro de 2013.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Presidente da AMMVI

JOSE RAFAEL CORREA  
Secretário Executivo

### Retificação da Classificação Preliminar dos Candidatos

EDITAL DE RETIFICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DOS CANDIDATOS

A Comissão Especial designada para coordenar todas as etapas do Processo Seletivo Simplificado para Contratação Temporária de que trata o Edital nº 02/2013, torna pública a decisão de deferir o recurso apresentado pelo candidato inscrito sob nº 13 aplicando-se os estritos termos dos itens 3.1, "a", e 3.2 do Edital com extensão para todos os candidatos, ou seja, admitindo-se para efeito de titulação pela alínea "a" do item 3.1 todos os títulos de escolaridade em direito público (pós-graduação, mestrado e/ou doutorado), sem exclusividade para as áreas de direito constitucional, administrativo ou tributário.

Assim sendo, decide-se também pela retificação da classificação preliminar (contagem dos títulos) dos candidatos para o emprego de Advogado da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, na forma que segue:

Nome	Inscrição	DN	Titulação (item 3.1)			Total	Classificação
			3.1, "a"	3.1, "b"	3.1, "c"		
Alexandre Carvalho Brigido	20	13/07/1975	10,00	10,00	10,00	30,00	1º
Jean Pierre Bezerra Museka	13	02/08/1977	10,00	10,00	5,70	25,70	2º
Giscard Ataides Wolter Bertoldi	12	14/11/1977	5,00	10,00	10,00	25,00	3º
Amana Kauling Stringari	16	12/12/1983	10,00	4,00	10,00	24,00	4º
Luisa Meinberg Cheade	10	22/01/1987	10,00	4,00	10,00	24,00	5º
Barbara Hochheim	11	14/03/1984	5,00	8,00	10,00	23,00	6º
Izadora Razini	18	19/09/1979	10,00	4,00	3,00	17,00	7º
Jose Grava Neto	19	15/03/1985	10,00	6,00	1,00	17,00	8º
Edna Mazon	9	11/02/1988	5,00	0,00	10,00	15,00	9º
Darlan Eduardo Moyses	26	05/06/1976	0,00	2,00	10,00	12,00	10º
Camila Ruediger Pöpper	32	01/07/1983	5,00	4,00	0,80	9,80	11º
Ana Kerlen Galvan	27	25/03/1985	0,00	6,00	3,50	9,50	12º
Karen Fernanda Vargas Santa Cruz	36	17/04/1984	5,00	4,00	0,00	9,00	13º
Carolina Machado Umpierre	29	08/10/1980	0,00	2,00	0,00	2,00	14º

Blumenau, SC, em 04 de Outubro de 2013.  
Comissão Especial:

JOSÉ RAFAEL CORREA	LUIZ CLAUDIO KADES	VALDETE KORZ MARQUES
Secretario Executivo	Advogado	Contadora

## Consórcios

### CIM-AMAVI

#### Aviso de Publicação Edital de Concorrência Pública Nº 01/2013

AVISO DE PUBLICAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2013

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

1.1. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, inscrito no CNPJ sob nº 14.695.989/0001-00, com sede na Rua XV de Novembro, 737, Centro, CEP 89160-015, nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, torna público e faz saber que receberá a documentação e propostas para formalização de REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIM-AMAVI, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, conforme especificações do Edital e seus anexos.

1.2. A licitação, realizada sob a forma de LICITAÇÃO COMPARTILHADA, será do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, regime de execução indireta, empreitada por preço unitário.

1.3. A documentação completa do Edital e seus anexos, poderá ser examinada e retirada na sede do Consórcio ou no endereço eletrônico [www.amavi.org.br/cim](http://www.amavi.org.br/cim).

1.4. Os envelopes contendo DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇOS deverão ser entregues na sede do CIM-AMAVI no dia 21 de novembro de 2013, às 8h30min.

### CINCO

#### Extrato do Termo Aditivo TA.At13cinco127

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº TA.AT13CINCO127

Fornecedor: A.P. TORTELLI COM. PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de materiais de consumo, instrumentais, aparelhos e utensílios diversos, ajustam e contratam o acréscimo na quantidade para o ITEM 1, em conformidade com a Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93. Data: 30.09.2013. Validade: 06.06.2013 a 30.11.2013. PAL nº: 0011/2013 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0009. Registro de Preços nº: 0011.

Fraiburgo (SC), 30 de setembro de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

#### Extrato da Ata de Registro de Preços Pe 0010/2013 - Consulta Pinheir Preto

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0010/2013

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de pneus, câmaras de ar e protetores, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Município de Pinheiro Preto, durante o período de 25/09/2013 à 31/01/2014.

FORNECEDOR:

MODELO PNEUS LTDA - Ata nº AT13CINCO1361.

Regidas pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução

nº 018, de 29 de abril de 2013, Resolução nº 23, de 14 de abril de 2011 e suas alterações, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 25.09.2013 a 31.01.2014. PAL nº: 0013/2013 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0010. Registro de Preços nº: 0013.

Fraiburgo (SC), 03 de outubro de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do Consórcio CINCO

### CIS/AMFRI

#### Extrato de Credenciamento Nº. 02/2013

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - CIS-AMFRI.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 02/2013

Objeto: O CREDENCIADO prestará aos usuários do CIS-AMFRI, serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela estabelecido pela Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001, e ao Edital de Chamamento para Credenciamento deste consórcio. Os procedimentos realizados pelo CREDENCIADO serão:

PROCEDIMENTO Código SIA/SUS Valor CIS-AMFRI

CONSULTA EM CARDIOLOGIA (adulto e infantil) s/retorno 03.01.01.007-2 50,00

TESTE ERGOMETRICO 02.11.02.006-0 122,00

MAPA 02.11.02.005-2 154,00

TILT TEST - 150,66

HOLTER 24 h 02.11.02.004-4 120,00

ELETROCARDIOGRAMA (ECG) 02.11.02.003-6 52,00

Fundamento Legal: Lei 8.080/90, Lei 8.666/93, Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001.

Credenciado: SÃO LUCAS CARDIO - CNPJ 10.550.039/0001-36.

Data de Assinatura: 02.08.2013.

Vigência: Tempo Indeterminado.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO

Diretor Administrativo CIS-AMFRI

#### Extrato de Credenciamento Nº. 03/2013

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - CIS-AMFRI.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 03/2013

Objeto: O CREDENCIADO prestará aos usuários do CIS-AMFRI, serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela estabelecido pela Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001, e ao Edital de Chamamento para Credenciamento deste consórcio. Os procedimentos realizados pelo CREDENCIADO serão:

PROCEDIMENTO	Código SIA/SUS	Valor CIS-AMFRI
RM de articulação temporomandibular (bilateral)	02.07.010.02.1	290,75
RM de coluna cervical	02.07.010.03.0	290,75

RM de coluna lombo-sacra	02.07.010.04.8	290,75
RM de coluna torácica	02.07.010.05.6	290,75
RM de crânio – face e ossos da face	02.07.010.06.4	290,75
RM de sela túrcica (hipófise)	02.07.010.07.2	290,75
RM de membro superior (unilateral)	02.07.010.02.7	290,75
RM de tórax (mediastino, pulmão, parede torácica)	02.07.020.03.5	290,75
RM de abdomen superior	02.07.030.01.4	290,75
RM de bacia/pelve	02.07.030.02.2	290,75
RM de membro inferior (unilateral)	02.07.030.03.0	290,75

Fundamento Legal: Lei 8.080/90, Lei 8.666/93, Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001.

Credenciado: SÃO LUCAS ECOMAX – CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA.– CNPJ 04.101.755/0001-33.

Data de Assinatura: 02.08.2013.

Vigência: O presente instrumento terá sua vigência por tempo determinado, iniciando os seus efeitos na data de assinatura do presente e findando na data de 28/02/2014, podendo ser novamente renovado, mediante a vontade das partes.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO  
Diretor Administrativo CIS-AMFRI

#### Extrato de Credenciamento Nº. 04/2013

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 04/2013

Objeto: O CREDENCIADO prestará aos usuários do CIS-AMFRI, serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela estabelecido pela Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001, e ao Edital de Chamamento para Credenciamento deste consórcio. Os procedimentos realizados pelo CREDENCIADO serão:

PROCEDIMENTO	Código SIA/SUS	Valor CIS-AMFRI
CONSULTA ORTOPEDISTA OMBRO/JOELHO	03.01.01.007-2	50,00

Fundamento Legal: Lei 8.080/90, Lei 8.666/93, Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001.

Credenciado: DELLASIL CLINICA MÉDICA LTDA. EPP– CNPJ 18.167.028/0001-83.

Data de Assinatura: 02.08.2013.

Vigência: O presente instrumento terá sua vigência por tempo indeterminado.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO  
Diretor Administrativo CIS-AMFRI

#### Extrato de Credenciamento Nº. 05/2013

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 05/2013

Objeto: O CREDENCIADO prestará aos usuários do CIS-AMFRI, serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela estabelecido pela Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001, e ao Edital de Chamamento para Credenciamento deste consórcio. Os procedimentos realizados pelo CREDENCIADO serão:

PROCEDIMENTO	Código SIA/SUS	Valor CIS-AMFRI
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA COLUNA TORACICA	02.06.01.003-6	122,76
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA COLUNA CERVICAL	02.06.01.001-0	122,76
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA COLUNA LOMBO-SACRA	02.06.01.002-8	137,10
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CRANEO	02.06.01.007-9	133,44
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE SELA TURSICA	02.06.01.006-0	133,44
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO TORAX	02.06.02.003-1	172,41
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO ABDOMEM SUPERIOR	02.06.03.001-0	174,63
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE FACE / SEIOS DE FACE / ARTICULAÇÕES TEMPOROMANDIBULARES	02.06.01.004-4	122,75
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE Pelve OU BACIA	02.06.03.003-7	174,63
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE PESCOÇO (PARTES MOLES, LARNGE, TIREÓIDE E FARINGE)	02.06.01.005-2	122,75
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DOS SEGMENTOS APENDICULARES (BRAÇO, ANTEBRAÇO, MÃO, COXA, PERNA E PÉ)	02.06.02.002-3	122,75
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DAS ARTICULAÇÕES MEMBRO SUPERIOR (EXTERNOCLOVICULAR, OMBRO, COTOVELO E PUNHOS)	02.06.02.001-5	122,75

Fundamento Legal: Lei 8.080/90, Lei 8.666/93, Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001.

Credenciado: CLÍNICA SÃO LUCAS DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

LTDA - EPP – CNPJ 02.642.600/0001-89.

Data de Assinatura: 02.08.2013.

Vigência: O presente instrumento terá sua vigência por tempo determinado, iniciando os seus efeitos na data de assinatura do presente e findando na data de 28/02/2014, podendo ser novamente renovado, mediante a vontade das partes.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO

Diretor Administrativo CIS-AMFRI

### Extrato de Credenciamento Nº. 06/2013

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 06/2013

Objeto: O CREDENCIADO prestará aos usuários do CIS-AMFRI, serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela estabelecido pela Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001, e ao Edital de Chamamento para Credenciamento deste consórcio. Os procedimentos realizados pelo CREDENCIADO serão:

PROCEDIMENTO	Código SIA/SUS	Valor CIS-AMFRI
CONSULTA DERMATOLOGISTA	03.01.01.007-2	50,00

Fundamento Legal: Lei 8.080/90, Lei 8.666/93, Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001.

Credenciado: JANETE REGINA HALLU ESMALA – CNPJ 14.475.113/0001-58.

Data de Assinatura: 02.08.2013.

Vigência: O presente instrumento terá sua vigência por tempo indeterminado.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO

Diretor Administrativo CIS-AMFRI

### Extrato de Credenciamento Nº. 07/2013

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 07/2013

Objeto: O CREDENCIADO prestará aos usuários do CIS-AMFRI, serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela estabelecido pela Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001, e ao Edital de Chamamento para Credenciamento deste consórcio. Os procedimentos realizados pelo CREDENCIADO serão:

PROCEDIMENTO	Código SAI/SUS	Valor CIS-AMFRI
CONSULTA EM CARDIOLOGIA (adulto e infantil)	03.01.01.007-2	50,00
ECOCARDIOGRAFIA TRANSTORACICA PEDIATRICA	02.05.01.003-2	85,00
ECOCARDIOGRAFIA TRANSTORACICA ADULTA	02.05.01.003-2	85,00
TESTE ERGOMETRICO	02.11.02.006-0	122,00

MAPA	02.11.02.005-2	154,00
TILT TEST	-	150,66
HOLTER 24 h	02.11.02.004-4	120,00
ELETRCARDIOGRAMA (ECG)	02.11.02.003-6	30,00

OBS: ACIMA DE 5 ANOS \*\*PEDIÁTRICA

PROCEDIMENTO	Código SAI/SUS	Valor CIS-AMFRI
ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER DE MEMBRO INFERIOR UNILATERAL	02.05.01.004-0	160,00
ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER DE MEMBRO SUPERIOR UNILATERAL	02.05.01.004-0	160,00
ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER DA AORTA ILIACAS	-	230,00
ULTRASSONOGRAFIA ECODOPPLER COLORIDO DE VASOS CAROTIDAS BILATERAL	-	160,00
ULTRASSONOGRAFIA ECODOPPLER DE ARTERIAS RENAIAS	-	250,00
ULTRASSONOGRAFIA ECODOPPLER DE AORTA E ARTERIAS ABDOMINAIS	-	300,00
ULTRA-SOM BOLSA ESCROTAL DOPPLER	-	72,00
ULTRA-SOM TIREOIDE COM DOPPLER	-	72,00
ULTRASONOGRAFIA DOPPLER PROSTATA (TRANSRETAL)	-	130,00
ULTRA-SONOGRAFIA OBSTETRICA C/ DOPPLER COLORIDO E PULSADO	020502015-1	122,00

PROCEDIMENTO	Código SAI/SUS	Valor CIS-AMFRI
ULTRA-SONOGRAFIA PELVICA (GINECOLOGICA)	02.05.02.016-0	24,20
ULTRA-SONOGRAFIA OBSTETRICA	02.05.02.014-3	24,20
ULTRA-SONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL	02.05.02.007-0	24,20
ULTRA-SONOGRAFIA DE PROSTATA (VIA ABDOMINAL)	02.05.02.010-0	24,20
ULTRA-SONOGRAFIA DE TIREOIDE	02.05.02.012-7	24,20
ULTRA-SONOGRAFIA DO APARELHO URINARIO	02.05.02.005-4	24,20
ULTRA-SONOGRAFIA DE ABDOMEN TOTAL	02.05.02.004-6	37,95
ULTRA-SONOGRAFIA TRANSVAGINAL	02.05.02.018-6	24,20
ULTRA-SONOGRAFIA DE ARTICULACAO	02.05.02.006-2	24,20



ULTRA-SONOGRAFIA DE ABDOMEN SUPERIOR (FIGADO, VESICULA, VIAS BILIARES)	02.05.02.003-8	24,20
CONSULTA ENDOCRINOLOGISTA	03.01.01.007-2	50,00

Fundamento Legal: Lei 8.080/90, Lei 8.666/93, Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001.

Credenciado: INSTITUTO ESPAÇO CLIN SAÚDE E EDUCAÇÃO LTDA. ME – CNPJ 10.747.668/0001-50.

Data de Assinatura: 02.08.2013.

Vigência: O presente instrumento terá sua vigência por tempo indeterminado.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO

Diretor Administrativo CIS-AMFRI

### Extrato de Credenciamento Nº. 08/2013

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 08/2013

Objeto: O CREDENCIADO prestará aos usuários do CIS-AMFRI, serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela estabelecido pela Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001, e ao Edital de Chamamento para Credenciamento deste consórcio. Os procedimentos realizados pelo CREDENCIADO serão:

PROCEDIMENTO	Código SIA/SUS	Valor CIS-AMFRI
LITOTRIPSIA	03.09.03.012-9	172,00

Fundamento Legal: Lei 8.080/90, Lei 8.666/93, Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001.

Credenciado: UROCLINICA ITAJAÍ LTDA – CNPJ 04.822.792/0001-11.

Data de Assinatura: 02.08.2013.

Vigência: O presente instrumento terá sua vigência por tempo indeterminado.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO

Diretor Administrativo CIS-AMFRI

### Extrato de Credenciamento Nº. 09/2013

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 09/2013

Objeto: O CREDENCIADO prestará aos usuários do CIS-AMFRI, serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela estabelecido pela Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001, e ao Edital de Chamamento para Credenciamento deste consórcio. Os procedimentos realizados pelo CREDENCIADO serão:

PROCEDIMENTO Código SIA/SUS Valor CIS-AMFRI  
CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA

03.01.01.007-2 10,00

EMISSIONES OTOACUSTICAS EVOCADAS P/ TRIAGEM AUDITIVA

02.11.07.014-9 13,51

Fundamento Legal: Lei 8.080/90, Lei 8.666/93, Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001.

Credenciado: JUSSARA APARECIDA MENDES PAIN PEREIRA – CPF 849.397.539-72.

Data de Assinatura: 14.08.2013.

Vigência: O presente instrumento terá sua vigência por tempo indeterminado.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO

Diretor Administrativo CIS-AMFRI

### Extrato de Credenciamento Nº. 10/2013

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 10/2013

Objeto: O CREDENCIADO prestará aos usuários do CIS-AMFRI, serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela estabelecido pela Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001, e ao Edital de Chamamento para Credenciamento deste consórcio. Os procedimentos realizados pelo CREDENCIADO serão:

PROCEDIMENTO	Código SIA/SUS	Valor CIS-AMFRI
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA COLUNA TORACICA	02.06.01.003-6	122,76
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA COLUNA CERVICAL	02.06.01.001-0	122,76
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA COLUNA LOMBO-SACRA	02.06.01.002-8	137,10
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CRANEO	02.06.01.007-9	133,44
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE SELA TURSIKA	02.06.01.006-0	133,44
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO TORAX	02.06.02.003-1	172,41
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO ABDOMEM SUPERIOR	02.06.03.001-0	174,63
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE FACE / SEIOS DE FACE / ARTICULAÇÃO ESTEMPO-ROMANDIBULARES	02.06.01.004-4	122,75
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE PELVE OU BACIA	02.06.03.003-7	174,63

TOMOGRÁFIA COMPUTADORIZADA DE PESCOÇO (PARTES MOLES, LARNGE, TIREÓIDE E FARINGE)	02.06.01.005-2	122,75
TOMOGRÁFIA COMPUTADORIZADA DOS SEGMENTOS APENDICULARES (BRAÇO, ANTEBRAÇO, MÃO, COXA, PERNA E PÉ)	02.06.02.002-3	122,75
TOMOGRÁFIA COMPUTADORIZADA DAS ARTICULAÇÕES MEMBRO SUPERIOR (EXTERNOCLOVICULAR, OMBRO, COTOVELO E PUNHOS)	02.06.02.001-5	122,75

Fundamento Legal: Lei 8.080/90, Lei 8.666/93, Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001.

Credenciado: SERVIÇOS MÉDICOS CLÍNICA SÃO LUCAS LTDA.– CNPJ 84.294.487/0001-52.

Data de Assinatura: 15.08.2013.

Vigência: O presente instrumento terá sua vigência por tempo determinado, iniciando os seus efeitos na data de assinatura do presente e findando na data de 28/02/2014, podendo ser novamente renovado, mediante a vontade das partes.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO  
Diretor Administrativo CIS-AMFRI

#### Extrato de Credenciamento Nº. 11/2013

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - CIS-AMFRI.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 11/2013

Objeto: O CREDENCIADO prestará aos usuários do CIS-AMFRI, serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela estabelecido pela Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001, e ao Edital de Chamamento para Credenciamento deste consórcio. Os procedimentos realizados pelo CREDENCIADO conforme contrato assinado.

Fundamento Legal: Lei 8.080/90, Lei 8.666/93, Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001.

Credenciado: JULIA ARAUJO TORRES ME- CNPJ 05.683.801/0001-12.

Data de Assinatura: 16.08.2013.

Vigência: O presente instrumento terá sua vigência por tempo indeterminado.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO  
Diretor Administrativo CIS-AMFRI

#### Extrato de Credenciamento Nº. 12/2013

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 12/2013

Objeto: O CREDENCIADO prestará aos usuários do CIS-AMFRI, serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela estabelecido pela Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001, e ao Edital de Chamamento para Credenciamento deste consórcio. Os procedimentos realizados pelo CREDENCIADO serão:

PROCEDIMENTO	CÓDIGO SIA/SUS	VALOR CIS-AMFRI (R\$)
ULTRASONOGRAFIA PELVICA (GINECOLOGICA)	02.05.02.016-0	24,20
ULTRASONOGRAFIA OBSTETRICA	02.05.02.014-3	24,20
ULTRASONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL	02.05.01.007-0	24,20
ULTRASONOGRAFIA DE PROSTATA (VIA ABDOMINAL)	02.05.02.010-0	24,20
ULTRASONOGRAFIA DE TIREOIDE	02.05.02.012-7	24,20
ULTRASONOGRAFIA DO APARELHO URINARIO	02.05.02.005-4	24,20
ULTRASONOGRAFIA DE ABDOMEN TOTAL	02.05.02.004-6	37,95
ULTRASONOGRAFIA TRANSVAGINAL	02.05.02.018-6	24,20
ULTRASONOGRAFIA DE ABDOMEN SUPERIOR (FIGADO, VESICULA, VIAS BILIARES)	02.05.02.003-8	24,20
ULTRA-SOM GLANDULAS SALIVARES	-	72,00
ULTRA-SOM BOLSA ESCROTAL DOPPLER	-	72,00
ULTRA-SOM TIREOIDE COM DOPPLER	-	72,00

Fundamento Legal: Lei 8.080/90, Lei 8.666/93, Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001.

Credenciado: ANDREZZA SHIRAI PIRES – CPF 873.902.649-34.

Data de Assinatura: 16.08.2013.

Vigência: O presente instrumento terá sua vigência por tempo indeterminado.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO  
Diretor Administrativo CIS-AMFRI

#### Extrato de Credenciamento Nº. 13/2013

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 13/2013

Objeto: O CREDENCIADO prestará aos usuários do CIS-AMFRI, serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela estabelecido pela Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001, e ao Edital de Chamamento para Credenciamento deste consórcio. Os procedimentos realizados pelo CREDENCIADO serão:



PROCEDIMENTO	CÓDIGO SIA/SUS	VALOR CIS-AMFRI (R\$)
ULTRA-SOM TIREOIDE COM DOPPLER	-	72,00
ULTRA-SOM GLANDULAS SALIVARES	-	72,00
ULTRA-SOM BOLSA ESCROTAL DOPPLER	-	72,00
ULTRASONOGRAFIA OBSTÉTRICA C/ DOPPLER	-	122,00

Fundamento Legal: Lei 8.080/90, Lei 8.666/93, Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001.

Credenciado: JOÃO ALBERTO SABETZKI ME – CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR ULTRA SOM SABETZKI – CNPJ 00.100.988/0001-60.

Data de Assinatura: 20.08.2013.

Vigência: O presente instrumento terá sua vigência por tempo indeterminado.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO  
Diretor Administrativo CIS-AMFRI

#### Extrato de Credenciamento Nº. 14/2013

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 14/2013

Objeto: O CREDENCIADO prestará aos usuários do CIS-AMFRI, serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela estabelecido pela Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001, e ao Edital de Chamamento para Credenciamento deste consórcio. Os procedimentos realizados pelo CREDENCIADO serão:

PROCEDIMENTO	CÓDIGO SIA/SUS	VALOR CIS-AMFRI (R\$)
CONSULTA ORTOPEDISTA OMBRO/JOELHO	03.01.01.007-2	50,00

Fundamento Legal: Lei 8.080/90, Lei 8.666/93, Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001.

Credenciado: CELSO LUIZ DELLAGIUSTINA – CPF 223.942.149-53.

Data de Assinatura: 21.08.2013.

Vigência: O presente instrumento terá sua vigência por tempo indeterminado.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO  
Diretor Administrativo CIS-AMFRI

#### Extrato de Credenciamento Nº. 15/2013

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 15/2013

Objeto: O CREDENCIADO prestará aos usuários do CIS-AMFRI, serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela estabelecido pela Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da

Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001, e ao Edital de Chamamento para Credenciamento deste consórcio. Os procedimentos realizados pelo CREDENCIADO serão:

PROCEDIMENTO	Código SIA/SUS	Valor CIS-AMFRI (R\$)
CINTILOGRAFIA DE MIOCARDIO P/ LOCALIZAÇÃO DE NECROSE (MINIMO 3 PROJEÇÕES)	02.08.01.004-1	166,47
CINTILOGRAFIA PARA QUANTIFICAÇÃO DE SHUNT EXTRACARDIACO	02.08.01.006-8	142,57
CINTILOGRAFIA P/ AVALIAÇÃO DE FLUXO SANGUÍNEO DE EXTREMIDADES	02.08.01.005-0	114,02
CINTILOGRAFIA SINCRONIZADA DE CÁMARAS CARDÍACAS EM SITUAÇÃO DE ESFORÇO	02.08.01.007-6	214,85
CINTILOGRAFIA DO MIOCARDIO/PERFUSÃO – ESTRESSE (MINIMO 03 PRJ)	02.08.01.002-5	408,52
CINTILOGRAFIA DO MIOCARDIO/PERFUSÃO – REPOUSO (MINIMO 03 PROJ)	02.08.01.003-3	383,07
CINTILOGRAFIA PARA PESQUISA DE DIVERTÍCULO DE MECKEL	02.08.02.008-0	114,86
CINTILOGRAFIA P/ ESTUDO DE TRANSITO ESOFÁGICO (LÍQUIDO)	02.08.02.005-5	135,38
CINTILOGRAFIA P/ ESTUDO DE TRANSITO GÁSTRICO	02.08.02.007-1	144,22
DETERMINAÇÃO DE FLUXO SANGUÍNEO REGIONAL	02.08.01.009-2	123,93
CINTILOGRAFIA PARA PESQUISA DE REFLUXO GÁSTRO-ESOFÁGICO	02.08.02.011-0	135,38
CINTILOGRAFIA PARA PESQUISA DE HEMORRÁGIA DIGESTIVA NÃO ATIVA	02.08.02.010-1	310,82
CINTILOGRAFIA DAS GLÂNDULAS SALIVARES COM OU SEM ESTÍMULO	02.08.02.003-9	87,89
CINTILOGRAFIA PARA ESTUDO DE TRANSITO ESOFÁGICO (SEMI-SÓLIDO)	02.08.02.006-3	135,38
CINTILOGRAFIA DO FÍGADO E BACO (MINIMO 05 IMAGENS)	02.08.02.001-2	133,26
CINTILOGRAFIA DO FÍGADO E VIAS BILIARES	02.08.02.002-0	187,93
CINTILOGRAFIA P/ PESQUISA DE HEMORRÁGIA DIGESTIVA ATIVA	02.08.02.009-8	157,23

CINTILOGRAFIA DA TIREOIDE COM OU SEM CAPTACAO	02.08.03.002-6	77,28
CINTILOGRAFIA DA TIREOIDE COM TESTE DE SUPRESSAO / ESTIMULO	02.08.03.003-4	107,30
CINTILOGRAFIA PARA PESQUISA DO CORPO INTEIRO	02.08.03.004-2	338,70
CINTILOGRAFIA DE PARATIREOIDES	02.08.03.001-8	324,54
CINTILOGRAFIA RENAL/RENOGRAMA (QUALITATIVA E/OU QUANTITATIVA)	02.08.04.005-6	133,03
CINTILOGRAFIA DE TESTICULO E BOLSA ESCROTAL	02.08.04.003-0	108,94
CISTOCINTILOGRAFIA INDIRETA	02.08.04.007-2	144,50
CISTOCINTILOGRAFIA DIRETA	02.08.04.006-4	122,97
ESTUDO RENAL DINAMICO COM OU SEM DIURETICO	02.08.04.010-2	165,24
CINTILOGRAFIA DE ARTICULACOES E/OU EXTREMIDADES E/OU OSSO	02.08.05.001-9	180,32
CINTILOGRAFIA DE OSSOS COM OU SEM FLUXO SANGUINEO (CORPO INTEIRO)	02.08.05.003-5	190,99
ESTUDO DE FLUXO SANGUINEO CEREBRAL	02.08.06.003-0	119,16
CISTERNOCINTILOGRAFIA (INCLUINDO PESQUISA E/OU AVALIAÇÃO DO TRANSITO LIQUORICO)	02.08.06.002-2	205,34
LINFOCINTILOGRAFIA	02.08.08.004-0	141,33
CINTILOGRAFIA DE CORPO INTEIRO COM GALIO 67 P/ PESQUISA DE NEOPLASIAS	02.08.09.001-0	906,80
CINTILOGRAFIA DE MAMA (BILATERAL)	02.08.09.003-7	289,43
CINTILOGRAFIA DE PULMAO COM GALIO 67	02.08.07.001-0	457,55
CINTILOGRAFIA DE CORACAO COM GALIO 67	02.08.01.001-7	457,55
CINTILOGRAFIA DE RIM COM GALIO 67	02.08.04.002-1	457,55
CINTILOGRAFIA DE SEGMENTO OSSEO COM GALIO 67	02.08.05.004-3	457,55
CINTILOGRAFIA DE PULMAO POR INALACAO (MINIMO DE 02 PROJECOES)	02.08.07.003-6	128,12
CINTILOGRAFIA DE PULMAO PARA PESQUISA DE ASPIRACAO	02.08.07.002-8	127,51

CINTILOGRAFIA DE PULMAO POR PERFUSAO (MINIMO DE 04 PROJECOES)	02.08.07.004-4	130,50
CINTILOGRAFIA DA GLANDULA LACRIMAL (DACRIOCINTILOGRAFIA)	02.08.09.002-9	66,23
TESTE DE ESFORCO / TESTE ERGOMETRICO	02.11.02.006-0	30,00

Fundamento Legal: Lei 8.080/90, Lei 8.666/93, Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001.

Credenciado: CINTIVALI – CLINICA DE MADICINA NUCLEAR S/C LTDA. – CNPJ 79.371.639/0001-33.

Data de Assinatura: 21.08.2013.

Vigência: O presente instrumento terá sua vigência por tempo indeterminado.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO

Diretor Administrativo CIS-AMFRI

#### Extrato de Credenciamento Nº. 16/2013

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 16/2013

Objeto: O CREDENCIADO prestará aos usuários do CIS-AMFRI, serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela estabelecido pela Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001, e ao Edital de Chamamento para Credenciamento deste consórcio. Os procedimentos realizados pelo CREDENCIADO serão:

PROCEDIMENTO	Código SIA/SUS	Valor CIS-AMFRI
CONSULTA EM CARDIOLOGIA (adulto e infantil)	03.01.01.007-2	50,00
ECOCARDIOGRAFIA TRANSTORACICA PEDIATRICA	02.05.01.003-2	85,00
ECOCARDIOGRAFIA TRANSTORACICA ADULTA	02.05.01.003-2	85,00
TESTE ERGOMETRICO	02.11.02.006-0	122,00
MAPA	02.11.02.005-2	154,00
HOLTER 24 h	02.11.02.004-4	120,00
ELETROCARDIOGRAMA (ECG)	02.11.02.003-6	52,00
ECOCARDIOGRAFIA SOB ESTRESSE FARMACOLOGICO	02.05.01.001-6	186,31

Fundamento Legal: Lei 8.080/90, Lei 8.666/93, Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001.

Credenciado: FARIA & VELOSO – ATIVIDADES DE ATENDIMENTO NA ÁREA DA SAÚDE LTDA. – CNPJ 11.580.535/0001-03.

Data de Assinatura: 21.08.2013.

Vigência: O presente instrumento terá sua vigência por tempo indeterminado.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO  
Diretor Administrativo CIS-AMFRI

### Extrato de Credenciamento Nº. 17/2013

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 17/2013

Objeto: O CREDENCIADO prestará aos usuários do CIS-AMFRI, serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela estabelecido pela Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001, e ao Edital de Chamamento para Credenciamento deste consórcio. Os procedimentos realizados pelo CREDENCIADO serão:

PROCEDIMENTO	Código SIA/SUS	Valor CIS-AMFRI
MAMOGRAFIA BILATERAL	02.04.03.018-8	45,00
RADIOGRAFIA ABDOMEN AGUDO	020405012-0	15,30
RADIOGRAFIA DE ABDOMEN SIMPLES (AP)	020405013-8	7,17
RADIOGRAFIA DE ABDOMEN (AP+LATERAL/LOCALIZADA)	020405011-1	10,73
RADIOGRAFIA DE ANTEBRAÇO	020404001-9	6,42
RADIOGRAFIA ARCADA ZIGOMÁTICA MALAR (AP+OBLÍQUAS)	020401004-7	6,96
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO ACRÔMIO CLAVICULAR	020404002-7	7,40
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO COXOFEMURAL	020406006-0	7,40
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO ESCÁPULO UMERAL	020404003-5	7,40
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO ESTERNO CLAVICULAR	020404004-3	7,40
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO TEMPOROMANDIBULAR BILATERAL	020401005-5	8,38
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO TÍBIO-TÁRSICA	020406008-7	6,50
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO SACROILÍACA	020406007-9	7,77
RADIOGRAFIA DE BACIA	020406009-5	7,77
RADIOGRAFIA DE BRAÇO	020404005-1	7,77
RADIOGRAFIA DE CALCÂNEO	020406010-9	6,50
RADIOGRAFIA DE CAVUM (LATERAL + HIRTZ)	020401006-3	6,88
RADIOGRAFIA DE CLAVÍCULA	020404006-0	7,40

COLANGIOGRAFIA PÓS-OPERATÓRIA	020405003-0	32,61
RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP+LATERAL+TO/FLEXÃO)	020402004-2	8,19
RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP + LATERAL + TO + OBLÍQUAS)	020402003-4	8,33
RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL FUNCIONAL/DINÂMICA	020402005-0	10,29
RADIOGRAFIA DE COLUNA TÓRACO-LOMBAR	020402010-7	9,73
RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO SACRA	020402006-9	10,96
RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO SACRA (C/OBLÍQUAS)	020402007-7	14,90
RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACO-LOMBAR DINÂMICA	020402011-5	15,58
RADIOGRAFIA DE CORAÇÃO E VASOS DE BASE (PA+LATERAL)	020403006-4	9,05
RADIOGRAFIA DE COSTELAS (POR HEMI-TÓRAX)	020403007-2	8,37
RADIOGRAFIA DE COTOVELO	020404007-8	5,90
RADIOGRAFIA DE COXA	020406011-7	8,94
RADIOGRAFIA DE CRÂNIO (PA+LATERAL)	020401008-0	7,52
RADIOGRAFIA CRÂNIO (PA + LATERAL + OBLÍQUAS / BRETTON + HIRTZ)	020401007-1	9,15
ESCANOMETRIA	020406003-6	7,77
RADIOGRAFIA DO ESTERNO	020403009-9	7,98
RADIOGRAFIA DE JOELHO ( AP+ LATERAL)	020406012-5	6,78
RADIOGRAFIA DE LARINGE	020401009-8	5,74
RADIOGRAFIA DE MÃO	020404009-4	6,30
RADIOGRAFIA DE MÃO E PUNHO (P/DETERMINAÇÃO DE IDADE ÓSSEA)	020404010-8	6,00
RADIOGRAFIA DE MASTÓIDE/ROCHEDOS (BILATERAL)	020401010-1	9,03
RADIOGRAFIA DE MAXILAR (PA + OBLÍQUAS)	020401011-0	7,20
RADIOGRAFIA DE MEDIASTINO (PA+PERFIL)	020403010-2	8,73
RADIOGRAFIA DE OMOPLATA/OMBRO ( 3 POSIÇÕES)	020404011-6	7,98
RADIOGRAFIA BILATERAL DE ÓRBITAS (PA+OBLÍQUAS+HIRTZ)	020401003-9	8,38

RADIOGRAFIA DE OSSOS DA FACE (MN+LATERAL+HIRTZ)	020401012-8	8,38
RADIOGRAFIA DE PÉ/ DEDOS DO PÉ	020406015-0	6,78
RADIOGRAFIA DE PERNA	020406016-8	8,94
RADIOGRAFIA DE PU-NHO ( AP + LATERAL + OBLÍQUAS)	020404012-4	6,91
RADIOGRAFIA DE REGIÃO SACRO-COCCIGEA	020402012-3	7,80
RADIOGRAFIA DE SEIOS DA FACE (FN + MN + LATERAL + HIRTZ)	020401014-4	7,32
RADIOGRAFIA DE SELA TÚRSICA (PA+LATERAL+ BRET-TON)	020401015-2	7,20
RADIOGRAFIA DE TÓ-RAX ÁPICO-LORDÓTICA	020403012-9	5,56
RADIOGRAFIA DE TÓ-RAX (PA)	020403017-0	6,88
RADIOGRAFIA DE TÓ-RAX (PA+INSPIRAÇÃO+E XPIRAÇÃO+LATERAL)	020403013-7	14,32
RADIOGRAFIA DE TÓRAX (PA + LATERAL + OBLÍQUAS)	020403014-5	12,02
ULTRA-SONOGRAFIA PELVICA (GINECOLOGICA)	02.05.02.016-0	24,20
ULTRA-SONOGRAFIA OBSTETRICA	02.05.02.014-3	24,20
ULTRA-SONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL	02.05.02.007-0	24,20
ULTRA-SONOGRAFIA DE PROSTATA (VIA ABDOMINAL)	02.05.02.010-0	24,20
ULTRA-SONOGRAFIA DE TIREOIDE	02.05.02.012-7	24,20
ULTRA-SONOGRAFIA DO APARELHO URINARIO	02.05.02.005-4	24,20
ULTRA-SONOGRAFIA DE ABDOMEN TOTAL	02.05.02.004-6	37,95
ULTRA-SONOGRAFIA TRANSVAGINAL	02.05.02.018-6	24,20
ULTRA-SONOGRAFIA DE ARTICULACAO	02.05.02.006-2	24,20
ULTRA-SONOGRAFIA MAMARIA BILATERAL	02.05.02.009-7	24,20
ULTRA-SONOGRAFIA DE TORAX (EXTRACARDIACA)	02.05.02.013-5	24,20
ULTRA-SONOGRAFIA DE ABDOMEN SUPERIOR (FIGADO, VESICULA, VIAS BILIARES)	02.05.02.003-8	24,20

Fundamento Legal: Lei 8.080/90, Lei 8.666/93, Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001.

Credenciado: CLÍNICA BOM JESUS ITAJAÍ LTDA – CNPJ

15.437.380/0001-01.

Data de Assinatura: 21.08.2013.

Vigência: O presente instrumento terá sua vigência por tempo indeterminado.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO

Diretor Administrativo CIS-AMFRI

### Extrato de Credenciamento Nº. 18/2013

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 18/2013

Objeto: O CREDENCIADO prestará aos usuários do CIS-AMFRI, serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela estabelecido pela Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001, e ao Edital de Chamamento para Credenciamento deste consórcio. Os procedimentos realizados pelo CREDENCIADO serão:

PROCEDIMENTO	Código SIA/SUS	Valor CIS-AMFRI
RM de articulação temporo-mandibular (bilateral)	02.07.010.02.1	290,75
RM de coluna cervical	02.07.010.03.0	290,75
RM de coluna lombosacra	02.07.010.04.8	290,75
RM de coluna torácica	02.07.010.05.6	290,75
RM de crânio – face e ossos da face	02.07.010.06.4	290,75
RM de sela túrcica (hipófise)	02.07.010.07.2	290,75
RM de membro superior (unilateral)	02.07.010.02.7	290,75
RM de tórax (mediastino, pulmão, parede torácica)	02.07.020.03.5	290,75
RM de abdomen superior	02.07.030.01.4	290,75
RM de bacia/pelve	02.07.030.02.2	290,75
RM de membro inferior (unilateral)	02.07.030.03.0	290,75

Fundamento Legal: Lei 8.080/90, Lei 8.666/93, Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001.

Credenciado: CLÍNICA DE RADIOLOGIA AZAMBUJA LTDA – CNPJ 12.757.792/0001-22.

Data de Assinatura: 23.08.2013.

Vigência: O presente instrumento terá sua vigência por tempo indeterminado.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO

Diretor Administrativo CIS-AMFRI

### Extrato de Credenciamento Nº. 19/2013

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 19/2013

Objeto: O CREDENCIADO prestará aos usuários do CIS-AMFRI, serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela estabelecido pela Resolução n. 04, de 22 de



Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001, e ao Edital de Chamamento para Credenciamento deste consórcio. Os procedimentos realizados pelo CREDENCIADO serão:

PROCEDIMENTO	Código SIA/SUS	Valor CIS-AMFRI
CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	03.01.01.007-2	10,00
EMISSIONES OTOACUSTICAS EVOCADAS P/ TRIAGEM AUDITIVA	02.11.07.014-9	13,51

Fundamento Legal: Lei 8.080/90, Lei 8.666/93, Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001.

Credenciado: EDINÉIA SESTREM – CPF 764.950.609-63.

Data de Assinatura: 06.09.2013.

Vigência: O presente instrumento terá sua vigência por tempo indeterminado.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO  
Diretor Administrativo CIS-AMFRI

#### Extrato de Credenciamento Nº. 20/2013

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 20/2013

Objeto: O CREDENCIADO prestará aos usuários do CIS-AMFRI, serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela estabelecido pela Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001, e ao Edital de Chamamento para Credenciamento deste consórcio. Os procedimentos realizados pelo CREDENCIADO serão:

PROCEDIMENTO	CÓDIGO SIA/SUS	VALOR CIS-AMFRI (R\$)
CONSULTA ORTOPEDISTA OMBRO/JOELHO	03.01.01.007-2	50,00

Fundamento Legal: Lei 8.080/90, Lei 8.666/93, Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001.

Credenciado: CELIO CESAR SAUER – CPF 519.794.549-49.

Data de Assinatura: 06.09.2013.

Vigência: O presente instrumento terá sua vigência por tempo indeterminado.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO  
Diretor Administrativo CIS-AMFRI

#### Extrato de Credenciamento Nº. 21/2013

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - CIS-AMFRI.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 21/2013

Objeto: O CREDENCIADO prestará aos usuários do CIS-AMFRI, serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela estabelecido pela Resolução n. 04, de 22 de

Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001, e ao Edital de Chamamento para Credenciamento deste consórcio. Os procedimentos realizados pelo CREDENCIADO conforme contrato.

Fundamento Legal: Lei 8.080/90, Lei 8.666/93, Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001.

Credenciado: LAMARO LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LTDA - CNPJ 08.609.940/0001-94.

Data de Assinatura: 06.09.2013.

Vigência: O presente instrumento terá sua vigência por tempo indeterminado.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO  
Diretor Administrativo CIS-AMFRI

#### Extrato de Credenciamento Nº. 22/2013

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 22/2013

Objeto: O CREDENCIADO prestará aos usuários do CIS-AMFRI, serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela estabelecido pela Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001, e ao Edital de Chamamento para Credenciamento deste consórcio. Os procedimentos realizados pelo CREDENCIADO serão:

PROCEDIMENTO	CÓDIGO SUS	VALOR CIS-AMFRI
ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER DE MEMBRO INFERIOR UNILATERAL	02.05.01.004-0	160,00
ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER DA AORTA ILIACAS	-	230,00
ULTRASSONOGRAFIA ECODOPPLER COLORIDO DE VASOS CAROTIDAS BILATERAL	-	160,00
ULTRA-SOM DE PROSTATATA (TRANSRETAL)	02.05.02.011-9	130,00
ULTRASSONOGRAFIA ECODOPPLER DE ARTERIAS RENAIAS	-	250,00
ULTRASSONOGRAFIA ECODOPPLER DE AORTA E ARTERIAS ABDOMINAIS	-	300,00
ULTRA-SOM GLANDULAS SALIVARES	-	72,00
PUNÇÃO (PAAF) ASPIRATIVA DE MAMA POR AGULHA FINA	02.01.01.058-5	125,30
PUNÇÃO (PAAF) ASPIRATIVA DE TIREÓIDE	-	125,30
CORE BIOPSIA DE PROSTATATA	-	300,00
CORE BIOPSIA DE MAMA	-	228,82
BIOPSIA DE PARTES MOLES	02.0101.037-2	180,00

Fundamento Legal: Lei 8.080/90, Lei 8.666/93, Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001.

Credenciado: CEDIPI SERVIÇOS RADIOLÓGICOS LTDA – CNPJ 05.564.813/0001-28.

Data de Assinatura: 06.09.2013.

Vigência: O presente instrumento terá sua vigência por tempo indeterminado.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO

Diretor Administrativo CIS-AMFRI

#### Extrato de Credenciamento Nº. 23/2013

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 23/2013

Objeto: O CREDENCIADO prestará aos usuários do CIS-AMFRI, serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela estabelecido pela Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001, e ao Edital de Chamamento para Credenciamento deste consórcio. Os procedimentos realizados pelo CREDENCIADO serão:

PROCEDIMENTO	CÓDIGO SUS	VALOR CIS-AMFRI
CONSULTA EM CARDIOLOGIA (adulto e infantil)	03.01.01.007-2	50,00
TESTE ERGOMETRICO	02.11.02.006-0	122,00
MAPA	02.11.02.005-2	154,00
HOLTER 24 h	02.11.02.004-4	120,00
ELETROCARDIOGRAMA (ECG)	02.11.02.003-6	30,00
Eco Carótidas	---	120,00

Fundamento Legal: Lei 8.080/90, Lei 8.666/93, Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, bem como ao

estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001.

Credenciado: CARDIOPRIME S/S – CARDIOPRIME CENTRO DE CARDIOLOGIA – CNPJ 81.160.251/0001-35.

Data de Assinatura: 06.09.2013.

Vigência: O presente instrumento terá sua vigência por tempo indeterminado.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO

Diretor Administrativo CIS-AMFRI

#### Extrato de Credenciamento Nº. 24/2013

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 24/2013

Objeto: O CREDENCIADO prestará aos usuários do CIS-AMFRI, serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela estabelecido pela Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001, e ao Edital de Chamamento para Credenciamento deste consórcio. Os procedimentos realizados pelo CREDENCIADO serão:

PROCEDIMENTO	Código SAI/SUS	Valor CIS-AMFRI
VIDEOLARINGOSCOPIA	02.09.04.004-1	45,50

Fundamento Legal: Lei 8.080/90, Lei 8.666/93, Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001.

Credenciado: CLÍNICA DE OTORRINOLARINGOLOGIA DO VALE DO ITAJAÍ S/S LTDA – CNPJ 07.173.035/0001-71.

Data de Assinatura: 06.09.2013.

Vigência: O presente instrumento terá sua vigência por tempo indeterminado.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO

Diretor Administrativo CIS-AMFRI



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)